

ROSE MOREIRA DE MIRANDA

**TECENDO NOVAS TRAMAS SOCIAIS EM ITAIPU:
PROPOSTA DE UMA DOCUMENTAÇÃO MUSEAL
CIDADÃ**

Orientador: Professor Doutor Mario de Souza Chagas

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Departamento de Museologia**

**Lisboa
2020**

ROSE MOREIRA DE MIRANDA

**TECENDO NOVAS TRAMAS SOCIAIS EM ITAIPU:
PROPOSTA DE UMA DOCUMENTAÇÃO MUSEAL
CIDADÃ**

Tese defendida em Provas Públicas para a obtenção do grau de doutora em Museologia, no curso de Doutoramento em Museologia, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 22 de fevereiro de 2020, com o Despacho Reitoral nº 330/2019 de 18 de dezembro de 2019, com a seguinte composição de júri:

Presidente – Prof. Doutor Mário Caneva Moutinho, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT)

Orientador – Prof. Doutor Mario de Souza Chagas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio)

Arguente Externa – Prof.^a Doutora Camila Moraes, Universidade Federal de Goiás (UFG)

Arguente Interna – Prof.^a Doutora Gabriela Cavaco, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT)

Vogais:

Prof.^a Doutora Maristela Simão, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT)

Prof.^a Doutora Maria Neves, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT)

Prof.^a Doutora Ana Paula Fitas, Centro de Estudos Endovélico

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Departamento de Museologia**

**Lisboa
2020**

Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. Para alguns, espero, esse motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade — em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

Michel Foucault

Os pássaros nascidos em gaiolas acreditam que voar é uma doença.

Alejandro Jodorowsky

Àqueles que me deram o seu mais profundo amor: minha mãe e meu pai (In Memoriam).
Eterna admiração e gratidão por esses dois migrantes maranhenses, fugidos da fome e da violência fundiária, que apostaram todas suas energias e economias para a educação de seus filhos.

Àquele a quem eu aprendi a amar e a partilhar esta existência: meu irmão, Felipe.

Àquele a quem a vida me deu como presente: meu companheiro de todos os momentos, meu amor, Gilberto.

Aos indivíduos do Canto de Itaipu, guerreiras(os) inspiradoras(es)!

AGRADECIMENTOS

Orhan Pamuk, vencedor do prêmio Nobel de Literatura de 2006, afirma que um romance é uma segunda vida. Parafraseando o escritor turco, declaro que esta tese é fruto de um segundo nascimento, viável apenas pela potência do coletivo. O trabalho de pesquisa foi estruturado graças à compreensão e o incentivo emanados da rede de apoio e ternura formada por familiares, amigas(os) e muitas outras pessoas para quem não tenho uma classificação à altura dos cuidados que recebo. Nessa mesma trama estão a força da generosidade infinita, confiança e afeto de Bárbara Primo & Mirela Araujo, que não mediram esforços em doar os seus bens imateriais mais preciosos: tempo, conhecimento, experiência e altruísmo para a minha livre inserção nos laços sociais e afetivos, por elas construídos, com os indivíduos de Itaipu. Aqui se incluem tanto as(os) profissionais do Museu de Arqueologia de Itaipu, como as(os) protagonistas locais. Trata-se de um território de muitos mestres. Mestres da pesca artesanal, da sobrevivência, da resistência, da vida! Gratidão infinita por todos os ensinamentos e transformações em mim provocadas!

Os mergulhos em Itaipu, presenciais e à distância, por muitas vezes impactaram o roteiro inicial da pesquisa. Foram muitas idas e vindas, refletidas em novos objetivos, novos sumários, novos capítulos. Por isso, meu agradecimento especial é destinado ao meu orientador, Mario de Souza Chagas. Sua sabedoria, aliada a delicadeza do poeta, foram uma bússola em tempos enevoados. Sua amizade e inabalável segurança em mim depositada foram um porto seguro, que me estimularam a seguir adiante.

Às amigas e amigos Cida Rangel & Marcio Rangel, Lorena Vilarins, Alessandra Steiner Diamantino, Simone Flores Monteiro, Andréa Pires, Bel Gomes e minhas amadas terapeutas, Olívia Gomes Costa Mascarenhas e Rosemari Barletta. Obrigada pelas presenças inconteste em minha vida, e por serem minhas(meus) amadas(os) guias. Tal como ocorre nos mergulhos noturnos, vocês por muitas vezes garantiram a visibilidade e indicaram a direção da superfície.

Ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) agradeço o profundo aprendizado no universo das políticas públicas museais, incluindo as necessárias habilidades da resiliência e resistência às adversidades. Também sou grata à concessão da licença capacitação, fundamental para que eu pudesse concentrar minhas energias na escrita desta tese. E, como não acredito nas instituições, e sim nas pessoas, gostaria, especialmente, de reconhecer o trabalho das(os) diretoras(es) Eneida Braga Rocha de Lemos, Mario de Souza Chagas e Cícero Antônio Fonseca de

Almeida, em nome de quem saúdo todos as(os) trabalhadora(es) do Ibram, que seguem firmes na causa museal. Tenho também consciência do que um grupo é capaz. Por isso, gostaria de expressar minha gratidão à paciência, cumplicidade e amizade dos profissionais que tive a honra e oportunidade de conviver na Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal: Alexandre Feitosa, Amanda Oliveira, Cátia Frota Parente, Elmer Oliveira, Fernando Provazzi, Francisca Helena Barbosa Lima, Karla Uzeda, Liane Correia, Maria Jesus Jeronimo Alves, Mayra Resende, Marcus Paulo Albanez Andrade, Navegantes Santos, Paulo Jaime de Souza e Sabrina Mendes de Oliveira Castro. Foi também neste universo que pude conhecer José Murilo Costa Carvalho Júnior e o professor Dalton Martins, à época ligado à Universidade Federal de Goiás, e hoje lotado na Universidade de Brasília. Não seria possível escrever uma linha sobre a Tainacan Museum, sem contar com o saber, comprometimento, entusiasmo e a parceria iluminada de vocês. Além disso, ressalto, em especial, as ideias, auxílios e incentivos do Prof. Dalton, que não poupou esforços em me socorrer com seus amplos conhecimentos tecnológicos e informacionais.

À Maria Célia Teixeira Moura Santos, Rosana Nascimento e Vania Dolores Estevam de Oliveira, professoras e profissionais de reconhecida importância na reflexão e na prática da documentação museal, registro o agradecimento por terem me atendido com tanto carinho, e se disponibilizado em compartilhar artigos e outros materiais bibliográficos oriundos dos seus arquivos pessoais. Com o mesmo espírito, sou grata ao carinho da professora Ana Karina Rocha, pela busca de textos apresentados no âmbito do Fórum de Museus do Nordeste.

Às profissionais Eliane Vieira da Silva, da Divisão de Biblioteca do Museu Histórico Nacional, Marília Bivar, do Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste, e Carolina da Cunha Rocha, da Coordenação Geral de Pesquisa da Escola Nacional de Administração Pública. Todas foram de uma generosidade ímpar em prestar auxílio no acesso a importantes fontes primárias.

Às(os) profissionais de museus, principalmente às(os) que lutaram e se dedicaram ao fortalecimento da Museologia Social, e à sistematização da documentação museal. Sem o trabalho e a produção intelectual por elas(es) anteriormente realizados, essa investigação não teria sido possível.

RESUMO

A pesquisa se dedica a examinar a documentação produzida em museus, a partir dos conceitos de poder, saber e discurso presentes na trajetória intelectual do filósofo Michel Foucault. Visando depreender as práticas discursivas do campo, analisa os sujeitos e a criação de procedimentos documentais em coleções e museus, em determinados momentos históricos, além dos documentos referenciais produzidos pelos organismos internacionais de proteção aos museus e ao patrimônio. De forma especial, mapeia e explora toda a produção dos Cadernos de Sociomuseologia, na busca por discussões teóricas e práticas sobre a documentação. Tendo como estudo de caso o Museu de Arqueologia de Itaipu, propõe, testa e avalia um modelo de documentação para iniciativas de memória e museus comprometidos com os princípios teóricos e práticos da Museologia Social. O modelo proposto deverá ser capaz de potencializar os saberes e as memórias individuais e coletivas, relacionadas ao território em que a instituição museal está inserida. Além disso, deverá prever o desenvolvimento de instrumentos de recuperação da informação, indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação ou construção da Política de Aquisição, Política de Documentação e o seu Plano Museológico.

Palavras-chave: documentação museal; inventário participativo; Museu de Arqueologia de Itaipu; Museologia Social; Sociomuseologia.

RESUMEN

La investigación se dedica a examinar la documentación producida en los museos a partir de los conceptos de poder, conocimiento y discurso presentes en la trayectoria intelectual del filósofo francés Michel Foucault. Con este fin, explica algunas prácticas históricas de la documentación del museo y analiza los documentos de referencia de las organizaciones internacionales para la protección de los museos y el patrimonio, a fin de comprender sus prácticas discursivas en torno a la documentación del museo. De manera especial, mapea y explora toda la producción del periódico científico *Cadernos de Sociomuseologia*, en busca de discusiones teóricas y prácticas sobre la documentación. Tomando como caso de estudio, el *Museo Arqueológico de Itaipu* propone, prueba y evalúa un modelo de documentación para museos comprometidos con los principios teóricos y prácticos de la Museología Social. El modelo propuesto deberá ser capaz de mejorar el conocimiento y la memoria individual y colectiva, relacionados con el territorio en el que se inserta la institución museo. Además, debe prever el desarrollo de instrumentos de recuperación de información, indicadores cuantitativos y cualitativos para la evaluación o construcción de la Política de Adquisiciones, Política de Documentación y para el Plan Museológico.

Palabras clave: documentación museal; inventario participativo; Museo de Arqueología de Itaipu; Museología Social; Sociomuseología.

RÉSUMÉ

La recherche se consacre à l'examen de la documentation produite dans les musées à partir des concepts de pouvoir, savoir et discours présents dans la trajectoire intellectuelle du philosophe français Michel Foucault. À cette fin, il explique certaines pratiques historiques de la documentation muséale et analyse les documents de référence des organisations internationales pour la protection des musées et patrimoine, afin de comprendre leurs pratiques discursives autour de la documentation muséale. D'une manière particulière, il soulève et explore l'ensemble de revue scientifique *Cadernos de Sociomuseologia* à la recherche de discussions théoriques et pratiques sur la documentation. Prenant comme étude de cas, le *Musée Archéologique d'Itaipu* propose, teste et évalue un modèle de documentation pour les musées attachés aux principes théoriques et pratiques de la muséologie sociale. Le modèle proposé devrait pouvoir valoriser les connaissances et les mémoires individuelles et collectives liées au territoire dans lequel l'institution muséale est insérée. En outre, il devrait prévoir le développement d'instruments de recherche d'informations, d'indicateurs quantitatifs et qualitatifs pour l'évaluation ou la construction de la Politique d'Acquisition, Politique de Documentation, et pour le Plan Muséologique.

Mots-clés: documentation muséale; inventaire participatif; Musée d'Archéologie d'Itaipu; Muséologie Sociale; Sociomuséologie

ABSTRACT

The research is dedicated to examining the documentation produced in museums, applying the concepts of power, knowledge and discourse present in the intellectual trajectory of the French philosopher Michel Foucault. Aiming to understand the discursive practices of the field, it analyzes the subjects and the creation of documentary procedures in collections and museums, at certain historical moments, in addition to the reference documents produced by the international organizations for the protection of the world and heritage. In a special way, it maps and explores the entire production of the scientific journal *Cadernos de Sociomuseologia* searching for theoretical and practical discussions about documentation. Taking as a case study the *Itaipu Archaeological Museum*, proposes, tests and evaluates a documentation model for museums committed to the theoretical and practical principles of Social Museology. The proposed model should be able to enhance the knowledge and individual and collective memories related to the territory in which the museum institution is inserted. In addition, it should provide for the development of information retrieval instruments, quantitative and qualitative indicators for the evaluation or construction of the Collections Development Policy, Documentation Policy and for the Museological Plan.

Key words: museum documentation; participatory inventory; Itaipu Archeology Museum; Social Museology; Sociomuseology.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Associação Brasileira de Museologia
ACOTMA	Associação de Moradores do Morro das Andorinhas (Brasil)
AFRICOM	International Council of African Museums
AHIP	Getty Art History Information Program (Estados Unidos da América)
APA	American Psychological Association
APOM	Associação Portuguesa de Museologia
BAD	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil)
CDWA	Categories for the Description of Works of Art
CGSIM	Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal do Instituto Brasileiro de Museus
CHIN	Canadian Heritage Information Network
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CICI	Instituto Internacional de Cooperação Intelectual
CIDOC	ICOM International Committee for Documentation
CIDOC CRM	Conceptual Reference Model do ICOM International Committee for Documentation
CIMI	Consortium for Computer Interchange of Museum Information (Estados Unidos da América)
CNM	Cadastro Nacional de Museus (Brasil)
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (Brasil)
COFEM	Conselho Federal de Museologia (Brasil)
COMUSE	Coordenação de Museologia Social e Educação (Ibram - Brasil)
CONAC	Conselho Nacional de Cultura (Venezuela)
CS	Revista Cadernos de Sociomuseologia
DOAJ	Directory of Open Access Journals
DC	Dublin Core
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Brasil)
ERIH PLUS	European Reference Index for the Humanities and the Social Sciences
FBI	Federal Bureau of Investigation
HTML	Hypertext Markup Language
IBECC	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
ICAMT	Comitê Internacional para Arquitetura e Técnicas de Museus do Conselho Internacional de Museus
ICOFOM	Comitê Internacional para Museologia do Conselho Internacional de Museus
ICOFOM LAM	Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e o Caribe
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOM Brasil	Comitê Brasileiro do ICOM
ICOMNATHIST	Comitê Internacional de Museus e Coleções de História Natural do Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICTOP	Comitê Internacional para Treinamento de Pessoal do Conselho Internacional de Museus
IFLA	International Federation of Landscape Architects

INAH	Instituto Nacional de Antropologia e História (México)
INE	Instituto Nacional de Estatística (Portugal)
INEA	Instituto Estadual do Ambiente (Rio de Janeiro - Brasil)
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Rio de Janeiro – Brasil)
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)
Iramuteq	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaire
IRGMA	Information Retrieval Group of the Museum Association (Reino Unido)
ISO	International Organization for Standardization
LDs	Linguagens documentárias
LIDO	Lightweight Information Describing Objects
L3P/UFG	Laboratório de Políticas Públicas Participativas da Universidade Federal de Goiás (Brasil)
MAI	Museu de Arqueologia de Itaipu (Brasil)
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil)
MCN	Museum Computer Network (Estados Unidos da América)
MDA	Museum Documentation Association (Reino Unido)
Media Lab	Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Mídias Interativas da Universidade Federal de Goiás (Brasil)
MET	Metropolitan Museum of Art (Estados Unidos da América)
MIAR	Information Matrix for the Analysis of Journals
MinC	Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil
MINOM	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
NISO	National Information Standards Organization
NUFEP/UFF	Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (Brasil)
OBJECT ID	Object Identification
OCLC	Online Computer Library Center
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Office International des Musées
ORCALC	Oficina Regional de Cultura para a América Latina
PDF	Portable Document Format
PESET	Parque Estadual da Serra da Tiririca (Brasil)
PNM	Política Nacional de Museus (Brasil)
ReNIM	Rede Nacional de Identificação de Museus – ReNIM
RESEX	Reserva Extrativista (Brasil)
RESEX Itaipu	Reserva Extrativista Marinha de Itaipu (Brasil)
RESEX-Mar	Reserva Extrativista Marinha (Brasil)
RIHMIE	Rede de Investigadores em História e Museologia da Infância e Educação (Portugal)
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SIGNUD	Documental Collection Interpretation and Management System
SPC/MinC	Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil
SPECTRUM	Standard Procedures for Collections Recording Uses in Museums
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia (Brasil)
UFF	Universidade Federal Fluminense (Brasil)
UFG	Universidade Federal de Goiás (Brasil)
ULHT	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Portugal)

UnB	Universidade de Brasília (Brasil)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)
VCCPM	Vocabulário Controlado da Coleção Pessoas e Memórias (MAI – Brasil)
VLmp	Virtual Library of Museums
XML	Extensible Markup Language

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	5
RESUMEN	6
RÉSUMÉ	7
ABSTRACT	8
ABREVIATURAS E SIGLAS	9
ÍNDICE DE FIGURAS	14
ÍNDICE DE GRÁFICOS	15
ÍNDICE DE TABELAS	15
INTRODUÇÃO	16
RAZÕES DA ESCOLHA DO TEMA.....	17
OBJETO DE ESTUDO.....	25
PROBLEMÁTICA.....	28
OBJETIVO/FONTES E REFERÊNCIAS TEÓRICAS.....	30
METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	36
<i>Pesquisa Bibliográfica</i>	37
<i>Pesquisa Documental</i>	40
<i>Método de triagem dos textos do CS e dos documentos internacionais</i>	42
<i>Estudo de Caso</i>	44
<i>Notas Procedimentais</i>	45
PERCURSO EXPOSITIVO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	49
CAPÍTULO 1 – A ESTRUTURA DO TEAR: DOCUMENTAÇÃO MUSEAL COMO SABER, PODER E DISCURSO	53
1.1 SABER E PODER.....	55
1.2 DOCUMENTAÇÃO MUSEAL.....	63
1.2.1 <i>Colecionar e documentar: humano, demasiado humano</i>	70
1.2.2 <i>Documentação monofônica</i>	75
1.2.3 <i>O paradigma do digital: compartilhando o saber</i>	89
1.2.4 <i>O potencial da inteligência coletiva</i>	99
1.3 O PODER DO DISCURSO NAS INSTÂNCIAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO.....	103
1.3.1 <i>A documentação museal está presente nos documentos fundamentais dos organismos internacionais ligados à Museologia?</i>	109
CAPÍTULO 2 – OS FIOS DA URDIDURA: A DOCUMENTAÇÃO MUSEAL NA MUSEOLOGIA SOCIAL	121
2.1 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DA MUSEOLOGIA SOCIAL: QUAL DOCUMENTAÇÃO? QUAL INVENTÁRIO?.....	128
2.2 A PRODUÇÃO SOBRE DOCUMENTAÇÃO MUSEAL E INVENTÁRIO NOS CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA.....	135
2.2.1 <i>Método de organização, classificação e seleção dos textos do CS</i>	140
2.2.2 <i>Análise agregada dos dados</i>	142
2.2.3 <i>Análise dos textos sobre documentação museal e inventário</i>	145
2.2.3.1 O fio da documentação museal ativa.....	146
2.2.3.2 O fio do documento/objeto.....	151
2.2.3.3 O fio do inventário participativo.....	164
2.2.3.4 Os fios do digital e do virtual.....	167
2.2.3.5 O fio da formação profissional.....	173
2.2.3.6 O fio da aplicação no real: estudos de caso.....	174
2.2.4 <i>Juntando os fios</i>	178

CAPÍTULO 3 – OS FIOS DA TRAMA: ITAIPU POLIFÔNICA	183
3.1 O PERÍODO ANTERIOR À OCUPAÇÃO PORTUGUESA	191
3.2 A HISTÓRIA REGISTRADA.....	202
3.2.1 <i>Recolhimento de Santa Teresa</i>	204
3.3 CRESCIMENTO URBANO	210
3.3.1 <i>A Ponte Rio-Niterói e o Plano Estrutural de Itaipu</i>	214
3.4 CONTRASTES CONTEMPORÂNEO	221
3.4.1 <i>Itaipu e a preservação ambiental</i>	223
3.4.2 <i>Itaipu: território pesqueiro</i>	226
3.5 O MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU	231
3.5.1 <i>Acervo do Museu</i>	239
3.5.2 <i>Documentação do acervo museológico do MAI</i>	240
3.5.2.1 Plataforma digital de documentação e disseminação do acervo museológico do MAI	243
3.5.2.2 Testando a recuperação da informação na plataforma digital do MAI	244
CAPÍTULO 4 – TRANÇANDO OS FIOS	250
4.1 INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE PESSOAS E MEMÓRIAS DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU	256
4.1.1 <i>Metodologia de seleção das(os) entrevistadas(os)</i>	257
4.1.2 <i>Metodologia de execução</i>	260
4.1.3 <i>Armazenamento digital do conteúdo e transcrição das entrevistas</i>	263
4.2 ÁRVORE GENEALÓGICA DIGITAL	267
4.3 ANÁLISE SEMÂNTICA DAS ENTREVISTAS	269
4.3.1 <i>Conceitos fundamentais</i>	271
4.3.1.1 Criação do corpus	272
4.3.2 <i>Análises</i>	274
4.3.2.1 <i>Análise Lexicografia (estatísticas básicas)</i>	274
4.3.2.2 <i>Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e Nuvem de Palavras</i>	274
4.3.2.3 <i>Classificação Hierárquica Descendente e Análise de Similitude</i>	277
4.4 VOCABULÁRIO CONTROLADO DA COLEÇÃO PESSOAS E MEMÓRIAS	281
4.4.1 <i>Metodologia</i>	283
4.4.2 <i>Resultado</i> :.....	285
4.5 SAÍDA DOS DADOS NA PLATAFORMA TAINACAN.....	286
CONSIDERAÇÕES FINAIS: ARREMATANDO O TECIDO	290
BIBLIOGRAFIA CITADA	300
BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA.....	351
ANEXO 1 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA COM O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE PESSOAS E MEMÓRIAS	I
APÊNDICE 1 - COLETÂNEA DE CONCEITOS SOBRE DOCUMENTAÇÃO MUSEAL	III
APÊNDICE 2 - LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO RELACIONADA À DOCUMENTAÇÃO MUSEAL NO PERIÓDICO CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA	XXVII

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Fluxo da documentação museal, Brasil, 2019.</i>	23
<i>Figura 2 - Llull, Ramón. Arbor vegetalis, 1515.</i>	56
<i>Figura 3 - Cilindro de argila inscrito em três idiomas – Ur – Século 6 AEC.</i>	73
<i>Figura 4 - Primeira página do Livros das Joias.</i>	79
<i>Figura 5 - Epitome dv thresor des antiquitez (...), Jacob Strada, 1553.</i>	81
<i>Figura 6 - Livro Museographia, de Jencquel, 1727.</i>	85
<i>Figura 7 – Coleção de Levinus Vincent e Joanna van Brenda, 1715.</i>	86
<i>Figura 8 - Armário com insetos - Levinus Vincent e Johanna van Brenda, 1715.</i>	87
<i>Figura 9 - Diferenças entre o museu tradicional e o museu comunitário. Brasil, 2019.</i>	147
<i>Figura 10 - Interface principal do InfoMusa.</i>	168
<i>Figura 11 - Imagem de satélite de parte das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, com indicação da Ponte Rio-Niterói, Baía de Guanabara, Oceano Atlântico, Copacabana, Ipanema e Itaipu. Brasil, 2019.</i>	184
<i>Figura 12 – Reprodução da capa e da página 13 do livro Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Brasil, 2018.</i>	189
<i>Figura 13 - Artefatos e ossos emergem da areia da Duna Grande de forma natural, a partir da ação do vento e da chuva. Brasil, 2012.</i>	196
<i>Figura 14 – Bloco testemunho sambaqui de Camboinhas, apresentando um conjunto esquelético incompleto de golfinho, associado a seixos de quartzo, malacofauna e lítico polido. Brasil.</i>	199
<i>Figura 15 - Ruínas da Fachada do Recolhimento, Brasil, sem data.</i>	205
<i>Figura 16 - Ruínas da fachada frontal do Recolhimento, com perdas na estrutura e proa de embarcação à direita. Brasil, sem data.</i>	206
<i>Figura 17- Capela do Recolhimento de Santa Teresa. Brasil, sem data.</i>	207
<i>Figura 18 - Imagem da estrada que margeava a Praia e da desembocadura da Lagoa de Itaipu, sem o 'Canal da Vergonha'. Brasil, sem data.</i>	216
<i>Figura 19 - Loteamento da Veplan, que se tornaria o bairro de Camboinhas. Brasil, sem data.</i>	218
<i>Figura 20 - Canto de Itaipu, Brasil, 2019.</i>	219
<i>Figura 21 - Faixa de protesto na entrada do Lote 12, contra possível desalojamento. Brasil, 2019.</i>	220
<i>Figura 22 – Detalhe de painel expositivo do MAI, com foto produzida por Ruy Lopes, e o resultado da identificação coletiva e participativa. Brasil, 2019.</i>	238
<i>Figura 23 - Frente e Verso da Ficha de Catalogação de Objeto/Peça Arqueológica do MAI, Brasil.</i>	241
<i>Figura 24 - Vértebra de cetáceo. Acervo do Museu de Arqueologia da Itaipu. Brasil, 2019.</i>	246
<i>Figura 25 - Ficha catalográfica de vértebra de cetáceo presente na Tainacan Museu do Acervo do MAI. Brasil, 02/12/2019.</i>	247
<i>Figura 26 - Reprodução de árvore genealógica digital do software Family Tree Builder. Brasil, 2019.</i>	268
<i>Figura 27 - Gráfico AFC. Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Brasil, 2019.</i>	275
<i>Figura 28 - Nuvem de palavras geradas com as 100 formas mais citadas. Brasil, 2019.</i>	276
<i>Figura 29 - Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente. Brasil, 2019.</i>	278
<i>Figura 30 - Análise de Similitude. Brasil, 2019.</i>	280
<i>Figura 31 - Frequência das palavras arrasto e arrastão no Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Brasil, 2019.</i>	284
<i>Figura 32 – Tela do Iramuteq com contextos de aplicação do termo arrastão. Brasil, 2019.</i>	285
<i>Figura 33 - Tela do Tainacan Museus com dados da classe Indivíduos</i>	287
<i>Figura 34 - Anexo em forma de documento do registro do Sr. Américo Fernandes de Souza. Brasil, 2019</i>	288

ÍNDICE DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1 - Distribuição geográfica de sites de museus, 1997.</i>	95
<i>Gráfico 2 - Temáticas dos artigos publicados nos Cadernos de Sociomuseologia 1993-2012.</i>	136
<i>Gráfico 3 – Quantidade total de textos do CS que tratam sobre documentação museal e inventário, 1993-2019. Portugal, 2019.</i>	143
<i>Gráfico 4 - Número de indivíduos entrevistados, por década de nascimento. Brasil, 2019.</i>	258
<i>Gráfico 5 - Número de indivíduos do sexo feminino e masculino entrevistados. Brasil, 2019.</i>	259
<i>Gráfico 6 – Porcentagem de entrevistados nascidos em Itaipu e fora do bairro. Brasil, 2019.</i>	260

ÍNDICE DE TABELAS

<i>Tabela 1 - Periódicos digitais portugueses consultados na área da Museologia. Portugal, 2019.</i>	39
<i>Tabela 2 - Termos aplicados na análise dos textos do CS, e documentos internacionais produzidos por organismos de proteção e promoção dos museus e do patrimônio. Brasil, 2019.</i>	44
<i>Tabela 3 - Museologia: documentos produzidos por organismos internacionais de proteção e promoção dos museus e do patrimônio. Brasil, 2019.</i>	111
<i>Tabela 4 – Museologia Social - lista dos documentos analisados, produzidos no âmbito internacional. Brasil, 2019.</i>	126
<i>Tabela 5 - Sistema de classificação da produção dos Cadernos de Sociomuseologia, Portugal, 2019.</i>	141
<i>Tabela 6 - Quantidade total de textos por categoria dos Cadernos de Sociomuseologia 1993-2019, Portugal, 2019.</i>	142
<i>Tabela 7 - Lista de autoras e autores e as respectivas quantidades de textos produzidos sobre documentação museal e inventário no CS 1993-2019. Portugal, 2019.</i>	144
<i>Tabela 8 - Sinais mais utilizados na transcrição das entrevistas do Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Brasil, 2019.</i>	265
<i>Tabela 9 - Lista das palavras mais frequentes, distribuídas nas 4 classes hierárquicas descendentes. Brasil, 2019.</i>	279
<i>Tabela 10 – Representação do termo 'arrastão' no VCCPM. Brasil, 2019</i>	284
<i>Tabela 11 - Número e porcentagem de termos por classe do Vocabulário Controlado de Pessoas e Memórias. Brasil, 2019.</i>	286

INTRODUÇÃO

Razões da escolha do tema

— O meu nome é Severino,
não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos,
que é santo de romaria,
deram então de me chamar
Severino de Maria;
como há muitos Severinos
com mães chamadas Maria,
fiquei sendo o da Maria
do finado Zacarias.
Mas isso ainda diz pouco:
há muitos na freguesia,
por causa de um coronel
que se chamou Zacarias
e que foi o mais antigo
senhor desta sesmaria.
Como então dizer quem fala
ora a Vossas Senhorias?
Vejamos: é o Severino
da Maria do Zacarias,
lá da serra da Costela,
limites da Paraíba.
Mas isso ainda diz pouco:
se ao menos mais cinco havia
com nome de Severino
filhos de tantas Marias
mulheres de outros tantos,
já finados, Zacarias,
vivendo na mesma serra
magra e ossuda em que eu vivia.
Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas,
e iguais também porque o sangue
que usamos tem pouca tinta.
E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte Severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida. (...)

João Cabral de Melo Neto, 1955.

Morte e Vida Severina é um poema escrito na década de 1950, por João Cabral de Melo Neto. O tema central é o drama da seca, e da consequente fome que o sertão nordestino brasileiro atravessa em anos nos quais não ocorrem chuvas para umedecer a caatinga, e abastecer seus rios intermitentes. Nesses períodos, a vida se torna escassa, o que justifica, no título do auto, a inversão da ordem natural entre vida e morte. A morte se sobressai como protagonista.

O sofrimento é narrado pelo retirante Severino, que logo na abertura do poema se apresenta e explica a origem do seu nome. Os versos evidenciam que o personagem não foi batizado, e muito menos possui um registro civil¹. Severino não possui documento, ou seja, identidade social.

A escolha do poema para introduzir esta tese ocorre por três diferentes motivos. Em primeiro lugar, revela o meu exercício de escuta e o meu lugar de fala. Como denunciada na dedicatória do trabalho, a minha história familiar é fortemente marcada pelos augúrios da pobreza no estado do Maranhão, um local de transição entre o sertão nordestino e a Amazônia. Minha avó fugiu para o Rio de Janeiro com três crianças pequenas - dentre elas o meu pai, com 3 anos de idade - da sangrenta disputa das terras produtivas ao redor de Rosário. Já a família materna, que residia na capital São Luís, também rumou para a Cidade Maravilhosa. Assim como o Severino do poema, procuravam escapar da fome provocada pela escassa oferta de trabalho.

A busca pela sobrevivência na nova cidade foi bem-sucedida. A vida foi protagonista e impregnou meus pais por uma forte gratidão, mas também por um desejo de luta contra a injustiça social, incluindo seus marcadores de opressão². Recebi esses valores como herança, e

¹ Segundo reportagem da BBC Brasil, de 17/12/2019, quase 3 milhões de brasileiras(os), o equivalente a população inteira de países como Armênia, Jamaica ou Albânia, não possuem certidão de nascimento. Sem o documento não podem usar o Sistema Único de Saúde, votar, ter um emprego formal, se casar, alugar/comprar um imóvel, registrar filhos, viajar de ônibus ou avião, ter conta em um banco, aposentar-se e ter um enterro digno. Essa situação é mais alarmante no Norte do país, Região que concentra a maioria dos estados amazônicos. Lá, 9 entre 100 brasileiras(os) não são considerados(as) cidadã(os) (Ricardo Senra, 2019).

Observação: Em militância pela defesa da igualdade de gênero, decidi não adotar o padrão APA de citação. Mario de Souza Chagas, meu orientador, alertou-me para a escalada de invisibilidade da produção feminina na Ciência, e em outras áreas de criação, auxiliada pelo padrão de citação composto pelo sobrenome + prenome abreviado. Este mecanismo serve para despersonalizar a(o) autora(autor) e é analisado em estudos de gênero da produção científica (Sandra Cartaxo, 2012, p. 83; Hildete de Melo & André Oliveira, 2006). Dessa forma, adotei o seguinte padrão de citação: prenome + sobrenome + vírgula + ano + vírgula + p. + número de página ou pp. para indicação acima de duas páginas.

² Termo utilizado por Marcia Tiburi em seu livro *Feminismo em comum: para todas, todes e todos* (pp. 28 e 43). Os marcadores de opressão são utilizados pela sociedade patriarcal contra as questões de gênero, sexualidade,

os cultivo como prática. O que justifica o segundo motivo para o emprego do auto: a escolha da Museologia Social como enquadramento teórico da tese.

A Museologia Social é um campo disciplinar voltado ao estudo da relação social do(s) indivíduo(s) com o patrimônio cultural e natural. No entanto, ao contrário do que é normalmente praticado nos museus tradicionais³, ela não se restringi aos limites de tempo e espaço que envolvem a preservação e a pesquisa dos vestígios materiais do passado. Aquilo que decorreu é uma importante referência para o presente, mas, também, um vetor para a construção de futuro (Atelier Internacional Ecomuseus/Nova Museologia, 1984).

A Museologia Social tem se demonstrado uma força motriz de mudanças, expressas no trabalho de profissionais horizontalmente alinhadas(os) e comprometidas(os) com indivíduos, coletivos e comunidades. Todas(os) juntas(os) formam rodas endentadas, que produzem empoderamentos identitários, desenvolvimento local e criação cultural. Nesse sentido, pode-se mesmo afirmar, que o principal compromisso da Museologia Social é com a vida, expressão cunhada por Mario de Souza Chagas, ao declarar:

Acionados pelos movimentos sociais como mediadores entre tempos distintos, grupos sociais distintos e experiências distintas os museus se apresentam como práticas comprometidas com a vida, com o presente, com o cotidiano, com a transformação social e são eles mesmos entes e antros em movimento (museus biófilos) (Mario Chagas, 2011, p. 7).

Quem cuida da vida precisa também falar da morte. Trata-se do eterno jogo de forças que habitam o universo, e transparecem a impermanência das existências de sujeitos, saberes, instituições e processos, incluindo o museu.

Contrariando o conceito de museu internacionalmente⁴ aceito, que o define como uma instituição permanente – o termo permanente é utilizado como sinônimo de atemporal - observa-se que não só as edificações, como os bens que formam as coleções fenecem. Os motivos

classes sociais, raça e ‘plasticidade’. Na ‘plasticidade’ estão inseridas as diferenças, tanto físicas como mentais, materializadas em deficiências, aparências e idade.

³ Não há um consenso em relação a terminologia que caracterize os museus cujas ações são centradas nos bens culturais ou naturais, que compõem coleções. Além do termo **museu tradicional**, há registro da expressão **museu clássico**. Tereza Scheiner, em 2008, utilizou a expressão **museu tradicional ortodoxo** (Tereza Scheiner, 2008, p. 202). Por sua vez, Hugues de Varine, no texto *O Museu Comunitário como Processo Continuado*, empregou a expressão **museu normal**, tal qual reproduzida no trecho a seguir: “Um museu “normal” tem um objetivo oficial: servir ao conhecimento e à cultura. Um museu comunitário tem outro objetivo: servir à comunidade e ao seu desenvolvimento” (Hugues de Varine, 2014, p. 26, [original publicado em 1995]).

⁴ Trata-se do conceito formulado em 2007, pelo Conselho Internacional de Museus, cuja sigla em inglês é ICOM: “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento,

são diversos: desastres naturais (causados por eventos hidrológicos, meteorológicos, geofísicos e biológicos), furtos, guerras, como, igualmente, a incidência de fenômenos da ordem sociopolítico-econômica, perceptível em atentados terroristas, crises financeiras, fechamento de fronteiras geográficas etc.

Há ainda casos de perdas que resultam da confluência de 2 (dois) ou mais motivos acima elencados. Caso emblemático é o catastrófico incêndio do Museu Nacional, ocorrido em 02 de setembro de 2018, às 19h30 de um domingo, após o encerramento da visita pública. Situado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, é a primeira instituição⁵ museal oficialmente criada no país, em 06 de junho de 1818, por D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Em 1946, o Museu Nacional passou a ser administrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Abrigava um acervo com mais de 20 milhões de itens de diferentes áreas do conhecimento, como Antropologia, Botânica, Biologia, Etnologia, Entomologia, Geologia, Paleontologia, Zoologia etc. Suas coleções eram formadas por artefatos de elevada importância para a memória, com registros únicos da cultura indígena e afro-brasileira. O Museu também era conhecido por preservar a maior coleção egípcia da América Latina (Museu Nacional, 2018), e por dispor de objetos recuperados das escavações de Herculano e Pompéia.

Em 04 de abril de 2019, sete meses após a tragédia, peritos da Polícia Federal apresentaram laudo com o motivo do incêndio: a sobrecarga elétrica em um dos aparelhos de ar-condicionado do auditório do Museu (Akemi Nitahara, 2019). Independentemente do local e do horário de início das chamas, observou-se que a demora em combater o incêndio decorreu das graves falhas nos procedimentos de prevenção e contenção de incêndio. Desacertos diretamente associados à queda nos investimentos do âmbito federal⁶ e estadual⁷, ocorridos, respectivamente, no Museu e no Corpo de Bombeiros.

aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (ICOM, 2007, p. 3, livre tradução).

⁵ Emprego o termo instituição para me referir a todos os museus, incluindo os que não possuem personalidade jurídica.

⁶ De fevereiro a dezembro de 2018 a cidade do Rio de Janeiro esteve sob intervenção federal, instituída pelo Decreto n.º 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, outorgado pelo Presidente da República. Deve-se igualmente lembrar que o Museu Nacional é um órgão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério da Educação.

⁷ O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro é uma corporação subordinada à Secretaria de Estado de Defesa Civil, do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Reportagem realizada por Júlia Barbon (2018), para a

Especialmente em relação ao orçamento do Museu, reportagens apontam para o grave declínio de recursos financeiros. A Agência Brasil, em 03 de setembro de 2018, afirmou:

Os valores pagos pela União para o total de despesas do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, caíram mais de dez vezes de 2011 a 2018, conforme estudo da ONG Contas Abertas - feito a partir de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Governo Federal.

(...) Conforme detalhamento do Siafi, nenhum real foi gasto este ano com aquisição de “equipamento de proteção segurança e socorro”; “material de proteção e segurança”; “material elétrico e eletrônico”; “material para manutenção de bens imóveis/instalações”; ou “seguros em geral” para o museu que pegou fogo no domingo (2) à noite (Gilberto Costa, 2018).

Desde o ocorrido, a instituição museal está fechada à visitação, mas suas ações em prol do não perecimento continuam. A campanha #MuseuNacionalVive, veiculada em seu site e redes sociais, abriga informações sobre a ação junto às escolas; resgate de bens culturais que estavam no edifício incendiado; meios para realização de doação financeira; candidatura para trabalho voluntário; doação de réplicas, cópias digitais e fotografias do acervo; ou, ainda, manifestações de apoio.

Frente a essa narrativa, resta perguntar: a magnitude da perda do Museu Nacional permite dizer que ele ainda vive? Quais são os fatores que impulsionam a reconstrução de uma instituição ou contribuem para o seu esquecimento? Não tenho respostas para esse caso. Apenas posso intuir que ao lado de sua importância no imaginário coletivo, a vida ou morte de um museu é resultado direto do seu reconhecimento social. Afinal, instituições museais são, acima de tudo, reconhecidas como entidades prestadoras de serviços e, como tal, destinadas a determinadas coletividades⁸.

Folha de São Paulo, destaca 2 fatores de impacto à ação do Corpo de Bombeiros no combate ao incêndio do Museu Nacional: a limitada importância do órgão no plano estratégico da intervenção federal, e a queda de investimento estadual, que se reflete no reduzido número de viaturas, atendimentos e bombeiros treinados.

⁸ Há, nos âmbitos patrimonial e museológico, instituições e sujeitos que defendem a existência de um patrimônio global. No caso específico da instituição museal, creio ser necessário distinguir o conceito de ‘acesso público’ – que, em teoria, possibilita o museu receber todas(os) - da noção de ‘universalidade’ presente nas expressões: ‘patrimônio mundial’ e ‘museu universal’.

A expressão ‘patrimônio mundial’ foi utilizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1972, na *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Já a expressão ‘museu universal’ foi empregada em 2002, quando diretoras(es) de 19 (dezenove) museus, todos situados na Europa e nos Estados Unidos, assinaram o documento denominado *Declaration on the Importance and Value of Universal Museums* (Declaração sobre a Importância e o Valor dos Museus Universais). A Declaração informa que suas(seus) signatárias(os) têm consciência da relevância do tema da repatriação de bens culturais, porém utilizam-se da ‘universalidade’ para justificar a não-ação. Sendo assim, declaram: “devemos reconhecer

Não há como realizar uma análise do eco social do museu sem explorar outra dimensão da sua natureza: sua constituição como espaço de poder. O termo poder é aqui empregado na perspectiva analítica de Michel Foucault, que o utiliza no seio da relação entre sujeitos - indivíduos ou coletividade - e que se reflete nas instituições e no Estado. É a chamada ‘microfísica do poder’, que atravessa todo o tecido social, fenômeno explicado como:

(...) o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...). Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (Michel Foucault, 1979, p. 182).

O filósofo francês não trata o poder como uma entidade coerente, simétrica e estável. Por ser fruto das relações sociais, ele precisa ser examinado a partir de variantes históricas. Essas variantes, por sua vez, devem ser averiguadas em conjunto com 5 elementos, que foram sistematizados, em 2005, por Judith Revel. A saber: 1) sistema das diferenciações (jurídicas, econômicas, sociais etc.); 2) o objetivo da ação (manutenção de privilégios, exercício de uma função etc.); 3) modalidades instrumentais do poder (discurso, sistemas de controle e vigilância etc.); 4) formas de institucionalização do poder (personalidades jurídicas, sistemas hierárquicos etc.); 5) grau de racionalização (custo, eficácia etc.) (Judith Revel, 2005, p. 67-68).

Ao longo de sua história, o museu experimentou o poder resultante das cinco variantes. Como componente do microcosmo social, a instituição museal atuou, por exemplo, como elemento de distinção social para seus detentores, ao mesmo tempo em que exerceu diferenciação, expressa, na necessidade de cartas de apresentação das(os) desejosas(os) visitantes (Paula Findlen, 1994, p. 134), ou, ainda, quando atuou como ‘museu disciplinar’. Esse tipo de museu surgiu, segundo Eilean Hooper-Greenhill, após a Revolução Francesa, momento em que se constituiu uma complexa interação de papéis entre as(os) visitantes - beneficiárias(os) do conhecimento - a(o) curadora(curador), encarnação do sujeito conhecedor e o sujeito-imperador, aquele que concede o benefício do conhecimento e a libertação pública do Antigo Regime (Eilean Hooper-Greenhill, 2003, p. 168).

Contemporaneamente, o poder se materializa em ações essenciais para a preservação e compreensão do passado, do presente e, conseqüentemente, detém fortes efeitos na projeção

que os museus não servem apenas aos cidadãos de uma nação, mas as pessoas de todas as nações” (ICOM, 2004, p. 4, livre tradução).

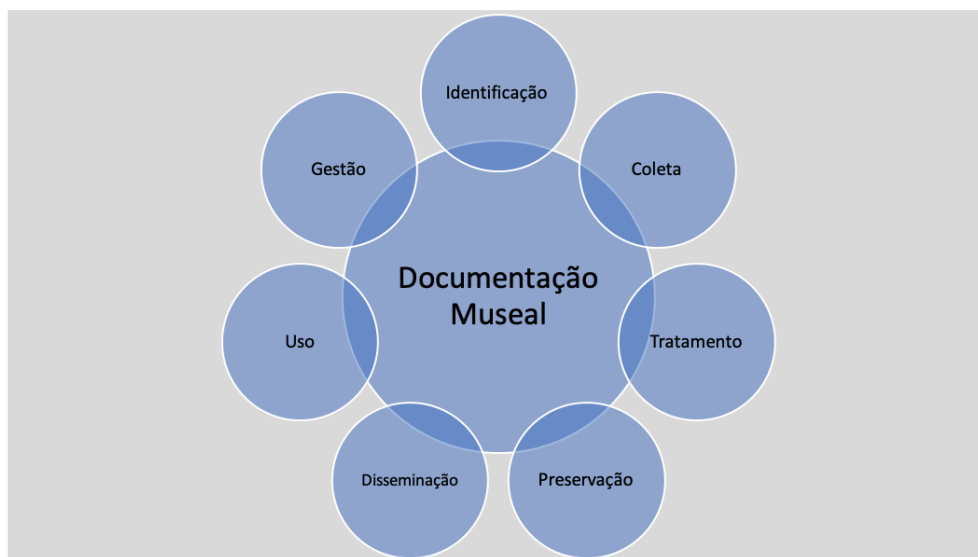
do futuro. Ele se manifesta, por exemplo, na seleção das memórias que deverão ser conservadas, as narrativas disseminadas e temáticas a serem investigadas. São decisões com eco social, que contribuem para tornar a instituição museal em uma instância de autoridade.

Todas as escolhas individuais e coletivas registradas em políticas, programas, projetos e ações impactam diretamente as 3 funções museológicas, caracterizadas por Peter van Mensch (1992b, p. 10) como preservação, comunicação e investigação. Segundo o autor, a documentação está incluída na função preservação.

E aqui chego ao terceiro e último motivo da escolha do poema. Ele expressa o meu desejo em auxiliar os processos de amplificação da compreensão e uso da documentação realizada em museus, como elemento estratégico para a polifonia do poder.

Entendo a documentação produzida em museus como um processo de registro e transferência de fontes informacionais⁹ para indivíduos e máquinas, englobando os procedimentos de identificação, coleta, tratamento, preservação, disseminação, uso e gestão de informação. Tal processo, preferencialmente, deve ser realizado com base em tecnologias de inteligência coletiva. Uma representação gráfica dessa proposta de documentação e de seus fluxos pode ser observada na figura 1.

Figura 1 - Fluxo da documentação museal, Brasil, 2019.



Fonte: Rose Moreira de Miranda, 2019.

⁹ Compreendo ‘fonte informacional’ como um conceito que se refere a todo sujeito ou objeto (incluindo documentos) que origine, contenha ou administre uma informação. Essa formulação foi realizada a partir de consulta a obra de Bernadete Campello; Beatriz Cendón & Jeanette Kremer (2000).

A compreensão da documentação em fluxo permite que o processo seja iniciado em qualquer ponto de acesso do círculo, conferindo flexibilidade em relação às características de cada coleção. Para facilitar a explanação dessa afirmativa, utilizarei o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), localizado na cidade de Niterói – Brasil, como exemplo. Como o próprio nome da instituição indica, o MAI preserva objetos arqueológicos, atualmente distribuídos em 3 coleções. A maior dessas coleções - denominada Hildo de Mello Ribeiro – se constituiu graças às doações das(os) moradoras(es) locais, o que não demandou do Museu os procedimentos de ‘identificação’ e ‘coleta’. Em 1986, a Coleção Hildo de Mello Ribeiro recebeu o procedimento denominado ‘tratamento’, momento em que ela foi integralmente catalogada. Por diferentes motivos (pessoal, orçamentário, recursos materiais etc.), passaram-se mais de 30 anos para que o Museu pudesse retomar o seu processo documental. O trabalho foi empreendido a partir do procedimento denominado ‘preservação’, ocasião em que foi possível realizar a checagem das informações e marcações dos objetos, produzir fotografias digitais e, ainda, promover ações de conservação em toda a Coleção. Em seguida, as(os) profissionais do MAI concretizaram o procedimento ‘disseminação’, disponibilizando integralmente a coleção na plataforma digital do Museu.

Um fluxo documental diverso ocorreu no mesmo Museu, após a decisão de constituição de uma nova coleção. Diferentemente da Coleção Hildo de Mello Ribeiro, a *Coleção Pessoas e Memórias*¹⁰ foi organizada a partir dos procedimentos de ‘identificação’ e ‘coleta’ do acervo.

A documentação em fluxo também transparece um componente fundamental: todos os procedimentos revelam a sua interligação direta com a informação. Nesse ponto, pode-se aplicar a máxima popular, que afirma: ‘informação é poder’.

Quando aplicado à documentação realizada em museus, o poder pode ser avaliado por meio de 7 (sete) perguntas: 1) ‘o quê’ será coletado; 2) ‘como’ será registrado; 3) ‘por quem’ será registrado; 4) ‘o quê’ estará disponível; 5) ‘quando’ estará disponível; 6) ‘como’ estará disponível; 7) ‘para quem’ estará acessível.

Essas questões tornam-se ainda mais centrais no enfoque das instituições e iniciativas de memória que fazem uso da Museologia Social. Na literatura especializada desse campo do conhecimento, encontrei registros de experiências desenvolvidas pelas(os) profissionais da Museologia ou do Patrimônio, em conjunto com a comunidade local, ou igualmente concebidas e

¹⁰ A *Coleção Pessoas e Memórias* foi planejada pelo Projeto denominado *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*. No entanto, diferentemente do Projeto, ela não possui a preposição ‘de’ antes do termo ‘Pessoas’.

implantadas pelos próprios sujeitos da comunidade. São ações no âmbito da gestão institucional, expografia e, atualmente, a conservação. Interessa investigar qual documentação vem sendo adotada, e como ela é aplicada nesses espaços.

Objeto de Estudo

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo.
(...)

Gregório de Matos, n.d.

O poema *Ao Braço do Mesmo Menino Jesus Quando Apareceu* integra a poesia de cunho católico de Gregório de Matos. Em seu estilo barroco, o poeta faz intenso uso da metonímia – todo e parte – para falar da indissolubilidade do que é uno, nesse caso, Deus. O mesmo recurso estilístico - parte e todo - foi também utilizado pelo Prêmio Nobel de física, Werner Heisenberg (1901-1976). Em sua autobiografia, o cientista utiliza os conhecimentos da física quântica, para defender a impossível cisão entre sujeito e objeto, ou homem e natureza.

O objeto de estudo desta tese é a documentação produzida nas instituições museais. Mais especificamente àquelas que fazem uso da Museologia Social como campo teórico-conceitual de suas ações. Esta seria a parte. E o todo? A documentação nos museus só se constitui como um todo, quando inseridos os sujeitos: as(os) produtoras(es) da documentação, as(os) difusoras(es) da informação derivada da documentação, e aquelas(es) que as recebem/utilizam.

Mas antes de realizar qualquer adensamento teórico, tratemos da parte. Voltemos ao sentido primário do termo documentação. Uma consulta aos principais dicionários de língua portuguesa¹¹, disponíveis em versão analógica e/ou digital, apresentam 3 (três) significados básicos para o substantivo: 1.junção de documentos ou informações; 2.comprovação por meio de documentos e 3.ato ou efeito de documentar. A partir dessas acepções é possível supor que a

¹¹ Fontes consultadas: a) Dicio (<https://www.dicio.com.br/>); b) Michaelis (<https://michaelis.uol.com.br/>); c) Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (<https://dicionario.priberam.org/>); d) Dicionário Aurélio, 2008, p. 200.

documentação, como ato resultante da ação documentar, é um processo de organização de documentos, que tem a qualidade de prova, testemunho.

A descrição sintética da documentação acima apresentada é facilmente reconhecida em ações cotidianas. Ela está presente na vida das pessoas físicas (documentação civil, escolar, profissional, de propriedade etc.), pessoas jurídicas (documentação jurídica, societária, técnica etc.) e também nas áreas do conhecimento. Nesse último caso, geralmente ao substantivo documentação é somado o adjetivo da área específica. Assim temos: documentação arquitetônica, documentação informática, documentação histórica etc. Tanto no cotidiano como nas disciplinas científicas, o que importa ressaltar, é que a documentação é produzida por sujeitos. Como tal é permeada de subjetivações.

Emprego o termo subjetivação tal qual apresentado por Michel Foucault. O filósofo francês classifica a subjetivação como a reunião de pressupostos ou prescritos, que permite aos indivíduos fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la, em função de determinados objetivos (Michel Foucault, 1997, p. 109).

Uma documentação que admite ser objeto de subjetivação é aquela que reconhece a suscetibilidade de velar ou revelar informações julgadas pelo sujeito que a produz. Se a esta afirmação forem adicionadas as reflexões de Stuart Hall, a situação se adensará. Segundo o estudioso, não existe mais uma identidade fixa. A chamada pós-modernidade cunhou um sujeito cuja identidade é chamada 'celebração móvel'. Ou seja, é uma identidade formada e transformada, continuamente, em relação às formas pelas quais o sujeito é representado ou interpelado nos sistemas culturais que o rodeia (Stuart Hall, 2006, p.13).

No museu, a documentação é uma construção discursiva. Sua função é registrar discursivamente a maior quantidade de informações contidas em um determinado objeto, que pode ser de natureza material ou imaterial. No entanto, ao mesmo tempo em que a documentação é uma prática discursiva, ela também é uma unidade material do discurso. Ou seja, as informações identificadas, coletas, tratadas, preservadas e disseminadas em mecanismos impressos e/ou digitais, acabam por se constituir em unidades materiais do discurso produzido. Se tornam unidades materiais de comprovação.

Ao adicionar nessa mesma análise as lentes da Museologia Social, se ressaltará o sujeito com o qual a documentação deveria operar. Isso porque a prática da Museologia Social transborda as quatro paredes da edificação do museu, para lidar com o sujeito em seu território. O território é a marca da existência individual e coletiva, demandando, por isso, que o trabalho museológico produza a análise social de sua apropriação e dos seus usos, e não somente de suas

demarcações fronteiriças (Milton Santos, Maria Adélia Souza & Maria Laura Silveira, 1998). Os territórios abrigam os testemunhos culturais e patrimoniais e, por isso, se revestem de grande importância.

Para atingir o todo, esta investigação dirigiu-se para o território denominado Canto de Itaipu. Ele é situado na cidade de Niterói, pertencente ao estado do Rio de Janeiro, na região Sudeste do Brasil. Como tanto outros territórios, as narrativas históricas construídas sobre Itaipu são permeadas por rupturas e descontinuidades, derivadas da superposição das relações de poder. Fenômeno presente tanto entre sujeitos que habitaram e habitam o território, como naqueles que atuam em entidades inseridas no tecido social e, também, em mecanismos de controle hierárquico normalizante.

Nesse cenário está inserido o Museu de Arqueologia de Itaipu, um órgão público federal, ligado ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que se baseia nos pressupostos teóricos e práticos da Museologia Social. Vários projetos e ações já são realizadas com os sujeitos que habitam o Canto de Itaipu. Minha proposta é que a documentação feita pelo Museu se alinhe na mesma direção. Que a documentação seja realizada com os indivíduos e não para os indivíduos¹², ou seja, que seja exercida a documentação museal cidadã.

Defendo que a **documentação museal cidadã** é aquela que deve garantir o exercício de aprendizado recíproco entre a instituição e a sociedade, por reconhecer que todo indivíduo acumula competências, saberes e conhecimentos, que quando interligados se potencializam. Seria aquela que crê na ampliação da dimensão social do museu, e por isso estaria apta a construir pontes entre o método documental e os indivíduos interessados na preservação e na valorização de suas memórias, sem perder a sua tecnicidade e cientificidade. Seria a documentação à serviço da sociedade, comprometida não só com o passado, mas igualmente com o presente e o futuro.

¹² A distinção produzida pelas preposições ‘com’ e ‘para’ foi empregada, no âmbito da Museologia, por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, no Texto III do livro *Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*, publicado em 1984. A autora afirma: “(...) achamos que o museu resulta da comunidade, e é *tempo de fazer museu com a comunidade e não para a comunidade*” (Waldisa Rússio Guarnieri, 1984, p. 60, grifo em itálico da autora). Mario de Souza Chagas inspira-se na Mestre e segue além, quando declara: “uma Museologia comprometida COM, é muito diferente de uma Museologia PARA” (Mario Chagas, 2017).

Problemática

(...) a Museologia Social consiste num exercício político que pode ser assumido por qualquer museu, independentemente de sua tipologia.

Mario Chagas, Paula Assunção & Tamara Glas, 2014.

O problema desta investigação nasceu de 2 (dois) presentes auspiciosos: uma leitura inspiradora e uma inesperada ligação telefônica. A leitura ocorreu durante a produção do projeto de candidatura ao doutoramento em Museologia Social, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT). Trata-se do artigo *Documentação Museológica, Educação e Cidadania*, presente nos *Cadernos de Sociomuseologia* nº 3. Nele, a professora e museóloga Maria Célia Teixeira Moura Santos evoca a reflexão:

É necessário portanto intensificar a convivência com as comunidades e não só reforçar os contatos com os profissionais da nossa categoria, tentar a unificação de termos para a documentação, discutir o sistema numérico mais adequado etc., mas, **sobretudo, pensar qual a documentação mais apropriada ao novo modelo de museu e à transformação do museu tradicional, que deverá ser repensada e construída com a vida**, pois o patrimônio cultural é mutável, assim como o homem e o mundo, o que significa que a coleta será sempre diversa, sempre nova, conforme um novo homem, que tem direito às informações. O fato de organizar, estruturar e sistematizar o conhecimento, não dá ao técnico o direito de tomá-lo somente para si e para seus pares, é necessário democratizá-lo, transmiti-lo de forma simples e acessível. Piaget nos lembra que "todo conhecimento pode ser transmitido em linguagem simples. Se alguém não consegue fazê-lo, 'apenas porque não o aprendeu suficientemente'" (Maria Célia Santos, 1994, p. 87, meu grifo em negrito).

Após a leitura deste trecho foi inevitável pensar: passados mais de 25 anos da publicação do texto, o que mudou na documentação museal? Principalmente na documentação praticada à luz da Museologia Social?

Já a ligação telefônica ocorreu em 2016, graças a minha atividade profissional junto à Coordenação-Geral de Sistemas de Informação (CGSIM) do Instituto Brasileiro de Museus. A museóloga do MAI, Mirela Araujo, fez contato para obter informações sobre uma plataforma digital de documentação, na qual a CGSIM trabalhava em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG). Ao Museu interessava um instrumento ágil para a catalogação do seu acervo

museológico. Suas(seus) profissionais haviam, anteriormente, utilizado um outro sistema gratuito de catalogação que, infelizmente, não atendia às características do acervo institucional.

A demanda integrava o *Projeto de Catalogação* do acervo museológico do Museu. Além da necessidade do sistema de catalogação para os bens museológicos já existentes, outra importante necessidade deveria ser atendida pela plataforma digital: a preservação dos conteúdos informacionais colhidos pelo *Projeto Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*.

Sendo uma instituição que faz uso da Museologia Social, a documentação das histórias de vida das(os) moradoras(es) e pescadoras(es) do bairro de Itaipu, integra a missão museal. O Projeto visa garantir não só o registro da memória oral de representantes centrais da comunidade, como permitir, à instituição museal, o mapeamento e a ressignificação das referências culturais e patrimoniais presentes no âmbito de sua atuação.

Em 2016 e 2017, as profissionais do MAI entrevistaram 40 (quarenta) indivíduos ligados à comunidade. As entrevistas foram capturadas e armazenadas em mídias de áudio, imagem e vídeo, gerando mais de 1.850 terabytes de material digital.

Mediante a decisão das profissionais do MAI em utilizar a mesma plataforma digital que estava sendo desenvolvida pela CGSIM/UFG e, observando a riqueza documental das entrevistas, comecei a indagar como poderia ser potencializado o acesso às narrativas, para além do formato audiovisual ou da leitura das transcrições. Sabe-se que a informação digital não indexada exige considerável tempo para a localização e recuperação de dados. Aliada a esse fato, a gigantesca quantidade de bytes dos vídeos exige que a sua disponibilização integral seja produzida a partir de um servidor com estrutura robusta, e com configurações específicas para realizar uma transmissão de alta velocidade e, ainda, garantir estabilidade ao acesso. Essa infraestrutura, infelizmente, não está disponível no museu ou no Ibram.

Outras perguntas foram também surgindo: as narrativas poderiam qualificar a documentação do acervo museológico já existente? Seria possível integrar as narrativas em um mesmo sistema de informação, no qual constariam a documentação dos bens museológicos, o território e seu patrimônio cultural e natural?

O andamento das investigações bibliográficas e documentais, aliada às pesquisas realizadas em Itaipu, fizeram-me perceber que o problema central da pesquisa não era somente a dimensão documental do Museu, mas se inseria em uma outra ordem: o da vida! Tal qual anteriormente referenciado por Maria Célia Santos, e recentemente vaticinado por Mario Chagas, acredito que: “uma Museologia que não serve para a vida não serve para nada!” (Mario Chagas, 2017, p. 1).

Essa é a centralidade que busco nesta investigação: documentar as narrativas dos sujeitos de Itaipu, em suas trajetórias de luta pela pesca, pela moradia, pela vida digna! Desenvolver uma prática documental que possa lhes oferecer o status de protagonistas em relação ao território. Disponibilizar no sistema de documentação do MAI, as narrativas do Inventário Participativo, tal como foram colhidas: em primeira pessoa, sem a moderação emanada da autoridade dos sujeitos documentadores. Pensar em mecanismos que potencializem suas memórias como elemento norteador da política de aquisição do museu, visando sanar possíveis lacunas informacionais e representacionais do território. Fazer, enfim, com que Itaipu seja conhecida pelas vozes de suas(seus) moradoras(es) e, que elas(es) sejam bússolas para o Museu.

Objetivo/Fontes e referências teóricas

(...) todas as coisas na natureza têm tanto direito quanto o poder de existir e agir.
Spinoza, 1677.

O principal objetivo desta investigação é propor, testar e avaliar um modelo de documentação cidadã, voltado para os museus compromissados com os princípios teóricos e práticos da Museologia Social. O propósito é potencializar os saberes e as memórias individuais e coletivas dos sujeitos, presentes no tecido social em que tais organizações estão imersas. Além disso, pretende oferecer protagonismo social às ações relativas ao fluxo de documentação, que compreendem a identificação, coleta, tratamento, preservação, disseminação, uso e gestão da informação, bem como a geração de indicadores para a avaliação ou construção da Política de Aquisição, a Política de Documentação e o Plano Museológico¹³.

Esse objetivo não foi o originalmente assinalado no projeto submetido à candidatura do doutorado. Só pude ter clareza da real finalidade da investigação, com o tempo intercorrido entre a imersão crítica na literatura especializada sobre a documentação produzida pelos museus, o exercício da observação em Itaipu e o trabalho diário com os testemunhos colhidos no *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*. Foram esses os elementos fundamentais para

¹³ Segundo o artigo 23 do Decreto 8.124/2013, de 17 de outubro de 2013, o Plano Museológico é um “instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua missão e função específica na sociedade.”

que eu começasse a perceber a lacuna existente na formulação, aplicação e avaliação de procedimentos inclusivos, voltados à documentação produzida pelos museus.

Na instituição museal, a atividade documental, normalmente, é executada com base na abordagem *top-down* (de cima para baixo). Adota-se uma arquitetura de trabalho centrada na(o) especialista, que, frequentemente, escolhe modelos documentais voltados aos objetos de natureza material. São modelos compostos por manuais, fichas catalográficas, *softwares* de documentação, metadados, normativas nacionais e internacionais, que não foram desenvolvidos para atender as tipologias de bens culturais preservadas e investigadas por iniciativas de memória e museus voltados aos pressupostos teóricos e práticos da Museologia Social. Cito como exemplo, os bens culturais de natureza imaterial e/ou o território no qual se manifestam saberes, fazeres, celebrações e rituais.

Como território, entendo “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (Milton Santos, 2006, p. 13). Com esta definição, o mestre geógrafo distingue o ‘território em si’ do ‘território usado’, este último fruto da equação chão + identidade (Milton Santos, 2006, p. 14).

É, portanto no território que os sujeitos (indivíduos, grupos ou comunidade) produzem e vivenciam o patrimônio cultural. A eles pertence uma inteligência que vem sendo registrada por meio de entrevistas, documentários, inventários participativos etc. Em territórios com menos desigualdades tecnológicas, o trabalho poderia ser facilitado pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC’s), que permitem o compartilhamento de conhecimentos pelo ciberespaço. A chamada inteligência coletiva.

Esclareço que a inteligência coletiva aqui tratada não é a praticada no mundo corporativo ou industrial, em que os projetos de colaboração coletiva são realizados exclusivamente para a obtenção de melhorias de produtos, soluções criativas e mapeamento/resolução de problemas institucionais. O conceito de inteligência coletiva empregado é o formulado por Pierre Lévy, que descreve o fenômeno como: “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (Pierre Lévy, 1998, p. 28). Ela visa ao reconhecimento das habilidades inerentes aos indivíduos, a fim de coordená-las para serem usadas em prol da coletividade.

Lévy oferece uma abordagem antropológica da inteligência coletiva, relacionada a um projeto global, comprometido com os valores universais da democracia, civilidade e fraternidade. Um espaço de encontros e trocas, cujo objetivo é a renovação do ‘laço social’ (Pierre Lévy, 1998, p 13).

A perspectiva inclusiva, colaborativa e potencializadora do modelo proposto, me fez intuir a necessidade de problematizar o estatuto técnico-científico da documentação produzida em museus. Resolvi examiná-la à luz das teorias do filósofo Michel Foucault, que centra suas investigações na relação entre poder e saber, e analisa sua utilização como forma de controle social pelas instituições. A escolha se coaduna diretamente com a opção de investigação dos delineamentos políticos que compõem o saber denominado documentação museal.

Michel Foucault é uma importante referência em pesquisas de diferentes domínios. Seu pensamento é aplicado em várias áreas do conhecimento, destacando-se maior penetração nas Ciências Humanas, Sociais (História, Geografia, Direito, Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas e Linguística) e da Saúde (Psiquiatria, Psicologia e Medicina).

Foucault nasceu em 1926, na França. Estudou Medicina, Filosofia e Psicologia, tendo se diplomado nas duas últimas áreas. Foi professor no *Collège de France* e faleceu em 1984, com 57 anos. Listar dados históricos sobre o autor que, na maioria das vezes, se reconhecia como filósofo, é uma tarefa fácil. Mas, a tentativa de classificar sua produção intelectual - derivada de uma intensa criatividade e originalidade - gera o risco de adentrar um terreno movediço. Pode-se dizer que Foucault atuou tal como um sociólogo, ao estudar as relações de poder; um historiador [do conhecimento, da ciência, das ciências humanas, das práticas culturais, da filosofia] e um filósofo [da história, da história das ciências] (Maurice Blanchot, 1987, p.36; Luiz Pinho, 2009, pp. 168-169; Pierre Bourdieu, 2013, p. 170).

A sua pesquisa assistemática reflete aquilo que denominou como o protocolo de um exercício filosófico, caracterizado por ser “longo, hesitante, e que frequentemente precisou se retomar e se corrigir” (Michel Foucault, 1984a, p. 13).

A falta de linearidade em sua obra não impediu, no entanto, que os estudiosos foucaultianos a dividissem em 3 (três) fases metodológicas e cronológicas. A primeira corresponde à Arqueologia. Iniciou-se nos anos 60, e compreende seu interesse na aplicação do processo arqueológico como uma técnica capaz de investigar a circularidade entre o poder e o saber, no estabelecimento do regime da verdade presente em todas as áreas do conhecimento. O autor se dedicou a investigar a Psiquiatria, a Medicina e os campos que viriam compor as chamadas Ciências Humanas.

Desse período, destacam-se as publicações: *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), *Doença Mental e Psicologia* (1962), *O Nascimento da Clínica* (1963), *As Palavras e as Coisas* (1966) e *Arqueologia do Saber* (1969).

A segunda fase de Foucault é relativa à aplicação da genealogia como tática para examinar e interpretar os aspectos políticos do discurso. Ou seja, o discurso produzindo poder em diferentes sistemas de pensamento. É também o momento em que observou as formas contemporâneas de subjetivação no âmbito das práticas de controle social. Situou-se na década de 1970, e os livros de maior relevo são: *A Verdade e as Formas Jurídicas* (1974), *Vigiar e punir* (1975) e *História da Sexualidade: a vontade de saber - volume I* (1976).

Particularmente em relação à genealogia, convém lembrar que, em 1887, Friedrich Nietzsche publicou a obra *A Genealogia da Moral*. O autor centrou sua análise nas origens de alguns valores morais, sobretudo, nas noções socialmente construídas de ‘bom’ e ‘mau’. As ideias do filósofo alemão influenciaram Foucault a propor uma nova abordagem para a História. Ao invés de buscar origens, a História deveria se centrar no jogo das dominações que constituem os acontecimentos. As concepções de Foucault, sobre essa temática, foram sistematizadas no ensaio *Nietzsche, a genealogia e a história*, publicado no livro *Microfísica do Poder*:

Fazer genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua ‘origem’, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticolosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar-se vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, como o rosto do outro; não ter pudor de ir procurá-las lá onde estão, escavando os *bastfond*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda. O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma” (Michel Foucault, 1979, p.19).

Para o autor, a genealogia visa transformar a História, desdobrando-a numa “forma totalmente diferente do tempo” (Foucault, 2000a, p. 277). Judith Revel, no livro *Michel Foucault: conceitos essenciais*, afirma que a genealogia é “uma tentativa de desassujeitar os saberes históricos, isto é, de torná-los capazes de oposição e de luta contra ‘a ordem do discurso’”. Isso significa, que a genealogia não busca somente no passado a marca de acontecimentos singulares, mas que ela se coloca a questão da possibilidade dos acontecimentos: “ela deduzirá da contingência que nos fez ser o que somos, a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos” (Judith Revel, 2005, p. 53).

César Candiotto informa que, após a publicação do primeiro volume da *História da Sexualidade*, os críticos da trajetória de Foucault apontaram que ele havia chegado a um impasse conceitual, “no sentido de que seria impossível ir além do próprio poder, a não ser que houvesse uma mudança de rumo” (César Candiotto, 2010, p. 158).

A mudança ocorreu e se expressa na última fase dedicada à ética. É compreendida entre 1978 a 1984, período em que o autor produziu os dois últimos volumes de *História da Sexualidade: o uso dos prazeres* e *O cuidado de Si*. Inspirado na prática do ‘cuidar de si’, oriunda da Grécia antiga, Foucault iniciou um novo eixo de investigação, caracterizado por Deleuze (1991) como o direcionado na análise da formação do interior do sujeito como produto do seu exterior. Ou, conforme conceituado por César Candiotto: “Na sua dimensão ética, o cuidado de si implica outro jogo de forças, do eu para consigo. Trata-se de um embate no próprio indivíduo, na distância entre a condescendência aos seus desejos e a sua limitação pelas práticas de liberdade” (César Candiotto, 2010, p. 163).

Os cursos e palestras ministrados no *Collège de France*, publicados postumamente, indicam a mudança desenvolvida no final de sua vida, sintetizada pela pesquisadora Priscila Piazzentini Vieira (2016), como a mudança de foco da “vontade da verdade para a coragem da verdade”. Essa noção se expressa com intensidade em seu último curso, ministrado meses antes de sua morte: *O Governo de si e dos Outros: A Coragem da Verdade*. Nele, Foucault remonta à democracia de Sócrates para abordar a antiga noção de parrésia¹⁴ - palavra de origem grega, utilizada para designar a coragem de se dizer a verdade com total franqueza. Ela é a consubstancialidade da coragem da verdade.

A organização em fases da produção de Foucault, acima descrita, serve ao propósito didático, já que como anteriormente mencionado, sua produção é tematicamente entremeada no tempo. Em uma entrevista concedida nos anos 1980, a Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow, o filósofo elaborou uma espécie de síntese de sua trajetória intelectual, dividida em três eixos:

(...) primeiro, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nos constituímos como sujeitos de **sa-ber**; segundo, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um campo de **poder** através do qual nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros; terceiro, uma ontologia histórica em relação à **ética** através da qual nos constituímos como agentes morais (Michel Foucault, 1995b, p. 262, meu grifo em negrito).

¹⁴ Em 3 (três) dicionários da língua portuguesa (Michaelis, Priberam e Dicio), a palavra é grafada com acento agudo na letra “e”. No entanto, em muitos textos e palestras de filosofia, a palavra é escrita/pronunciada sem acento, com fonética similar a “parresia”.

A escolha pelo viés teórico que envolve as noções de saber e poder demandou um mergulho profundo no pensamento do filósofo. Foi necessária a leitura de várias de suas obras e, também, de especialistas brasileiras(os) e estrangeiras(os) na produção foucaultiana. Porém, para a temática proposta, me centrei na utilização das noções de poder, saber e discurso presentes em 4 obras, listadas conforme a data original de publicação: *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (1966), *Arqueologia do Saber* (1969), *A Ordem do Discurso* (1971) e *Microfísica do Poder* (1979).

Especificamente sobre Itaipu, iniciei a pesquisa bibliográfica a partir da leitura das dissertações e teses que analisam o Museu de Arqueologia de Itaipu. A partir delas, pude reiterar a percepção de que é impossível fazer qualquer narrativa da instituição sem abordar o território, os sujeitos e suas práticas sociais. Este é o percurso presente nos trabalhos de Diego Lemos Ribeiro (2007), Alejandra Saladino (2010), Pedro Colares da Silva Heringer (2014), Juliene Tardeli Cruz (2015), Mirela Leite de Araújo (2015) e Maria De Simone Ferreira (2017).

Em relação à Arqueologia, com especial atenção aos povos sambiqueiros, foi fundamental a leitura dos trabalhos empreendidos por André Prous (1991), João José Bigarella (1954), Lina Kneip (1978; 1995), Maria Dulce Gaspar (1996; 2000), Tânia Andrade Lima (1999-2000) e Paulo Seda (2015).

O universo da pesca artesanal, sobretudo a realizada em Itaipu, foi desvelado graças ao contato com as pesquisas desenvolvidas por Roberto Kant de Lima (1978), Victor Rondon von Carvalhido (2012) e Cátia Antônia da Silva (2014). Imersão de igual energia foi necessária para compreender as questões relacionadas à proteção ambiental, em especial, os conflitos e disputas no estabelecimento de unidades de proteção como parque e reservas extrativistas. As fontes mais consultadas foram as normas jurídicas brasileiras, o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – que oferece um excelente sistema de banco de dados integrado com informações oficiais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – e muitos artigos que historicam e problematizam as unidades de conservação no país.

Metodologia de Investigação

Esta tese empregou uma articulação de metodologias, que notadamente envolve pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso. Tanto o levantamento bibliográfico como o documental foram importantes para o conhecimento político-teórico da documentação produzida em museus, necessário para a contextualização do objeto de estudo. Artigos científicos, livros, recomendações internacionais e outros documentos foram utilizados como fonte de verificação das representações discursivas relativas à documentação. Para facilitar o processamento das informações colhidas, e oferecer melhor visualidade à algumas questões reveladas, produzi mecanismos de representação gráfica (tabelas e gráficos), para a apresentação dos dados estatísticos gerados.

O estudo de caso foi a terceira metodologia empregada. Escolhi o Museu de Arqueologia de Itaipu para desenvolver uma proposta de documentação museal cidadã. Para adquirir maior familiaridade com o campo de estudo, empreguei os métodos exploratório e descritivo. A contextualização histórica do Museu e da comunidade do Canto de Itaipu foi produzida mediante pesquisa bibliográfica e documental. Além disso, também empreguei os métodos de ‘observação in loco’; entrevistas às profissionais do Museu diretamente envolvidas com o *Projeto Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*; análise de conteúdo das 40 entrevistas produzidas no âmbito do referido Projeto; construção de instrumentos de documentação museal e inserção de resultados na plataforma digital de documentação do MAI.

Dada a diversificação de métodos, a expressiva quantidade de dados produzidos, e as observações realizadas pelas(os) integrantes do júri prévio, resolvi adotar um modelo diferente de apresentação do percurso metodológico. Na versão da tese julgada pelo júri prévio, eu havia me preocupado em concentrar, no item Metodologia, a descrição global das ações de investigação, incluindo a apresentação dos dados estatísticos gerados. Ocorre que as análises dessas pesquisas foram adensadas nos capítulos correspondentes, acarretando, segundo as(os) professoras(es) julgadoras(es) 2 situações: repetição indevida de tabelas e dificuldade de entendimento da discussão, dado o distanciamento entre a descrição do método (constante da Metodologia) e a sua análise. Sendo assim, a versão atual foi estruturada com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica das 3 metodologias empregadas (pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso). O detalhamento dos métodos de levantamento de dados e suas derivadas análises compõem o texto dos capítulos 1 a 4.

Pesquisa Bibliográfica

Para que a pesquisa obtivesse um corpo teórico capaz de sustentar as argumentações discutidas neste trabalho, foi necessário um levantamento bibliográfico acerca da documentação como função museológica, no que tange ao aspecto histórico de sua aplicação, bem como o seu desenvolvimento na contemporaneidade. Especial atenção foi empreendida na revisão da literatura especializada em Museologia Social.

Especificamente quanto à história da documentação produzida em museus, interessa ressaltar que as principais fontes sobre a temática foram encontradas dentre as(os) pesquisadoras(es) especializadas(os) em Coleccionismo, e não em Museologia. Destaco os trabalhos seminiais de David Murray (1904) - *Museums, their history and their use: with a bibliography and list of museums in the United Kingdom*; Julius von Schlosser (1908) - *Die Kunst- und Wunderkammern der Spätrenaissance: ein Beitrag zur Geschichte des Sammelwesens*; Germain Bazin (1967) - *Le temps des musées*; Edward Alexander (1979) - *Museums in Motion*; Andrew Roberts & Richard B. Light (1980) - *Progress in Documentation: museum documentation*; Adalgisa Lugli (1983) - *Naturalia et mirabilia. Il collezionismo enciclopedico nelle Wunderkammern d'Europa*; Krzysztof Pomian (1984) - *Colecção* (Enciclopédia Einaudi); Oliver Impey & Arthur MacGregor (1985) - *The Origins of museums: the cabinet of curiosities in sixteenth and seventeenth century*; Antoine Schnapper (1986) - *The King of France as Collector in The Seventeenth Century*; Eva Schulz (1990) - *Notes on the History of Collecting and of Museums: in the light of selected literature of the sixteenth to the eighteenth century* e Paula Findlen (1994) - *Possessing Nature: Museums e Collecting and Scientific Culture in Early Modern Italy*.

A origem das(os) autoras(es) acima mencionadas(os) pode auxiliar na compreensão da razão pela qual a maioria dos artigos e livros produzidos está centrada na historiografia de iniciativas localizadas nos territórios que hoje correspondem à Itália, Alemanha, Inglaterra e França.

Observa-se, no entanto, que uma mudança gradual vem ocorrendo. María Teresa Marín Torres lançou, em 2002, o livro *Historia de la Documentación Museológica: la gestión de la memoria artística*. Fruto de sua premiada tese de doutorado, a obra, conforme o título revela, analisa o desenvolvimento da documentação museológica, incluindo em seus estudos as iniciativas desenvolvidas na Espanha, a partir do século XVI.

Outro caso similar ocorreu em Portugal. As coleções, gabinetes de curiosidades e museus presentes no país, no século XVIII, foi objeto de um trabalho de fôlego, expresso nas mais de 1600 páginas da tese de doutorado de João Carlos Pires Brigola, defendida em 2000, na Universidade de Évora. Como decorrência de seu trabalho, o autor lançou, em 2003, o livro *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, editado pela Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A diversidade de nacionalidades começa a ser observada na produção referente à documentação museal, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, mais especificamente após os primeiros experimentos de automação de coleções, empreendidos na década de 1960. Nesse momento, países como Reino Unido, Estados Unidos da América, Canadá, México, Itália etc. passaram a ter uma presença marcante na publicação de artigos científicos, veiculados em anais, revistas e periódicos de âmbito internacional.

Empreendi um levantamento bibliográfico da produção desse período em fontes de pesquisa na internet, abertas à publicação de artigos internacionais. Tive especial interesse em localizar produções de origem lusófona. Um número expressivo de artigos e livros foi recuperado – o que pode ser constatado nas Bibliografias Citada e de Referência – se destacando maior incidência da produção brasileira (fato que pode estar relacionado a minha atuação profissional) e uma menor quantidade de publicações de Portugal e dos outros Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A fim de sanar esse hiato, procurei referências bibliográficas sobre documentação museal nos 13 volumes que compõem a coleção *Normas de Inventário*, editados pela Direção-Geral do Património Cultural (Portugal). O insucesso me levou a investigar a produção presente nos periódicos portugueses de entidades ligadas à Museologia. Nessa seara, os artigos de Ana Carvalho (n.d.) - *Como é que a Museologia tem evoluído em matéria de publicações?* - e o de Jesús-Pedro Lorente (2013) - *Las revistas de museos y museología en español y portugués: una exploración panorámica a ambos lados del Atlántico* - foram fundamentais para a localização de boletins e revistas. Na tabela 1 estão relacionados os periódicos digitais consultados:

Tabela 1 - Periódicos digitais portugueses consultados na área da Museologia. Portugal, 2019.

Periódico em formato digital	Editor	Volumes disponíveis online em 11/03/2019	Edições pesquisadas/ Ano
Boletim trimestral da Rede Portuguesa de Museus	Rede Portuguesa de Museus	39	1 (2001) a 39 (2011)
Boletim do Comité Português do ICOM (ICOM-PT)	Comité Português do ICOM	14	23 (2013/2014) a III, n.º 12 (2018)
Cadernos BAD	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas	1	1 (2018)
Folhamie - Folha Informativa Bimestral	Rede de Investigadores em História e Museologia da Infância e Educação (RIHMIE)	1	2 (2001)
Ensaios e Práticas em Museologia	Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	7	1 (2011) a 7 (2018)
Midas: Museus e Estudos Interdisciplinares	Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHIA); Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedade da Universidade de Évora; Universidade do Porto; Museu da Ciência da Universidade de Coimbra; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Fundação para a Ciência e Tecnologia	9	1 (2013) a 9 (2018)

Fonte: Rose Moreira de Miranda, 2019.

Importa informar que não consegui acesso digital gratuito ao conteúdo de 4 (quatro) periódicos. A saber: *Museologia – an international journal of museology*, editado entre os anos 2000-2003, pelo Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa; *Revista Museologia.pt*, da Direção-Geral do Património Cultural; além do boletim e da revista semestral *Lugar em Aberto*, da Associação Portuguesa de Museologia.

Tendo em vista que a maioria dos periódicos produzidos pelos museus portugueses são especializados nas tipologias das coleções preservadas, decidi não proceder buscas nas publicações: *Boletim Informativo do Museu do Instituto Geológico e Mineiro*; *MUSA: museus, arqueologia e outros patrimónios*, publicada desde 2004 pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e o Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal; *Revista Museal do Museu Municipal de Faro*; *Revista Argos do Museu Marítimo de Ílhavo*; *Ecomuseu Informação*

- *boletim trimestral do Ecomuseu Municipal do Seixal; Cenáculo – Boletim do Museu de Évora e Cadernos do Museu da Ruralidade.*

A pesquisa nos periódicos listados na tabela 1 indicou um baixíssimo número de referências à documentação produzida nos museus. Por outro lado, permitiu obter uma importante descoberta para esta tese: a identificação da dissertação produzida por Luís Manuel Loyo Pequito Antunes, defendida em 2002, denominada *Museus e Documentação: entre a teoria e a prática – uma abordagem da realidade portuguesa (1910 / 1980)*. O investigador se centrou na análise da documentação produzida em museus portugueses, tendo como fontes primárias os manuais, monografias, artigos, legislação e planos curriculares, produzidos no período indicado, pelas instituições de ensino museológico e pelos próprios museus.

Para caracterizar a documentação museal praticada em museus e instituições de memória, que utilizam os preceitos da Museologia Social, decidi realizar uma análise de todos os textos relacionados à temática, publicados na Revista Cadernos de Sociomuseologia (CS). Como o site que abriga a publicação não dispõe de mecanismo de indexação de assuntos, foi necessário o desenvolvimento de um método de seleção dos textos. Após refinamento do método, pude aplicá-lo na análise dos documentos produzidos pelos organismos internacionais relacionados aos museus, tema que será explorado a seguir.

Pesquisa Documental

Com o propósito de examinar se a documentação produzida em museus é tratada como dispositivo estratégico para a proteção dos bens museológicos, procedi uma pesquisa de abordagem qualitativa nos estatutos, códigos de ética, atas de reuniões, documentos normativos e recomendatórios produzidos pelas entidades internacionais ligadas à Museologia. Os resultados dessa pesquisa são apresentados em dois capítulos distintos. O primeiro aborda a Museologia e o segundo a Museologia Social. Essa decisão foi tomada em respeito à estruturação da tese, que dispõe de capítulos diferenciados para a análise da documentação museal (Capítulo 1) e da documentação museal social (Capítulo 2).

É possível que essa decisão suscite questionamentos, principalmente se for aplicado à Museologia o método analítico linear da História, em sua forma clássica. Nessa abordagem, a descontinuidade na análise documental acarretaria uma dispersão temporal, fato que afetaria o traçado de uma linha sucessória de discursos, e não permitiria o desenho de uma visão única de

passado. No entanto, conforme apontado anteriormente na Introdução desta pesquisa, serão aplicadas as premissas do pensamento foucaultiano na análise da documentação produzida em museus. A elas se soma, igualmente, a ‘crítica do documento’ (Michel Foucault, 2008a, p.7), formulação que se refere a mudança na forma como a História examina o documento. Ao invés de se centrar na tarefa de verificação da veracidade, ela o organiza para estabelecer séries ou unidades – identificação dos momentos de transformações nas regras de formação dos enunciados contidos nos documentos. Ou seja, interessa a questão política das interrelações discursivas para explicar como determinado saber surge e se transforma.

No campo específico da Museologia Social, a literatura especializada é unânime em apontar o documento da *Mesa Redonda sobre a Importância e o Desenvolvimento dos Museus no Mundo Contemporâneo*, mais conhecida como *Mesa Redonda de Santiago do Chile*, como o grande marco transformador. Segui o consenso, e adotei o documento como recorte temporal inicial para a análise da documentação produzida em museus nesta área do conhecimento.

Particularmente sobre Itaipu e o MAI, empreendi ampla pesquisa documental no arquivo institucional do museu, e em 3 (três) instituições localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Na Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pesquisei o fundo documental sobre Niterói, e rastreei dados demográficos e geográficos locais. No Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) consultei os processos de inventário e tombamento da Igreja de São Sebastião, dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, sambaquis da Duna Grande, Duna Pequena e Camboinhas, além de documentação relativa à constituição do museu. Já na Biblioteca Nacional, a consulta à Hemeroteca Digital Brasileira foi fundamental para acessar os principais jornais que circularam em Niterói e no Rio de Janeiro, no período correspondente ao fim do século XIX até os dias atuais. Obtive importantes informações sociais sobre Itaipu, o que englobou a atividade pesqueira artesanal, conflitos de propriedade de terras, propagandas de venda de lotes em condomínios criados na Região Oceânica, reivindicações de proteção ambiental etc.

Método de triagem dos textos do CS e dos documentos internacionais

Dada a expressiva quantidade de textos disponibilizados no CS, e de documentos produzidos pelos organismos internacionais ligados aos museus e ao patrimônio, foi necessário o desenvolvimento de um método comum de triagem.

Como expresso no subitem *Objeto de estudo*, o foco desta investigação é a documentação realizada em museus ligados à Museologia Social. São organismos que se centram na promoção de programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento social comunitário. Nesse sentido, a documentação por eles produzida, pode abarcar os seguintes processos:

- A documentação do patrimônio material (natural e/ou cultural) ou imaterial;
- A documentação do território;
- A documentação sobre o museu.

Importa ressaltar que em muitas dessas instituições ou iniciativas de memória, o processo de identificação dos bens que compõem o patrimônio material/imaterial e o território, é realizado de forma participativa. A metodologia que vem sendo mais empregada para essa finalidade é o inventário participativo, denominado também como inventário compartilhado, conforme definição dada por Hugues de Varine:

Inventário compartilhado é ao mesmo tempo um objetivo e um meio: trata-se, com certeza, de chegar a um produto, utilizando todos os meios de coleta, de registro e difusão; mas é também, e talvez principalmente, uma pedagogia que visa a fazer nascer no território a imagem complexa e viva de um patrimônio comum, de múltiplos componentes e facetas, que se tornará o húmus do desenvolvimento futuro, e que será igualmente compartilhado por todos (Hugues de Varine, 2012, p. 59).

A compreensão do inventário participativo como uma ferramenta didática para a sensibilização social das(os) habitantes do território, estimulou as profissionais de Itaipu em empregá-lo para o registro das identidades coletivas e individuais. Como anteriormente comentado, os 40 testemunhos colhidos no *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias* formaram a *Coleção Pessoas e Memórias*. Nesse sentido, percebi que a análise das obras bibliográficas e documentais deveriam buscar não só às menções relativas aos termos documentação, como também inventário.

O primeiro teste do método de triagem foi realizado com os textos do CS. Comecei uma busca com os seguintes termos: documentação (terminologia adotada no Brasil), inventa-

riação (terminologia adotada em Portugal), inventário (terminologia adotada no Brasil), documento (terminologia adotada no Brasil e Portugal), coleção (terminologia adotada no Brasil), colecção (terminologia adotada em Portugal), objeto (terminologia adotada no Brasil), objecto (terminologia adotada em Portugal) e acervo (terminologia adotada no Brasil).

A aplicação desse conjunto de termos demandou a abertura dos arquivos dos 539 textos disponibilizados no site da Revista. Os arquivos estão em Formato Portátil de Documento (PDF – sigla em inglês), o que possibilitou a utilização da função pesquisa, acionada pelas teclas de atalho do teclado do computador¹⁵. Essa função permite a digitação de uma palavra ou de um texto que a(o) usuária(o) deseja localizar no arquivo PDF.

Os textos que apresentavam 1 ou mais equivalências dos termos foram separados. Em seguida, procedi a leitura dos trechos dos textos previamente selecionados, para comprovar seu grau de relevância ou divergência com a temática. Ou seja, em todos os textos foi verificado se os termos, em seus contextos originais, se referiam à documentação produzida em museus e/ou ao inventário. Ou se, diferentemente, aludiam a alguma prática documental realizada no seio de outras funções, como por exemplo a museográfica - na qual a documentação é utilizada para registrar processos expográficos - a conservação, restauração etc.

Ao término da experimentação verifiquei que os primeiros termos de busca não foram eficazes, já que não permitiram o resgate de textos em inglês, francês e espanhol presentes no CS. Além disso, percebi que os termos documento, coleção, colecção, objeto, objecto e acervo resultaram na recuperação de um expressivo número de textos não relacionados ao contexto da documentação produzida em museus e ao inventário.

Novos conjuntos de palavras-chave foram testados por mais 2 (duas) vezes, permitindo um exercício de aprimoramento do método. Após a terceira pesquisa, cheguei a um resultado efetivo, com o conjunto de termos relacionados na tabela 2, a seguir demonstrada:

¹⁵ A função pesquisa acionada pelo atalho do teclado é diferenciada nos computadores com sistemas operacionais da Apple e da Microsoft Windows. No computador Mac (Apple) é necessário pressionar as teclas COMMAND+F, já os computadores com o sistema Microsoft Windows utilizam as teclas CTRL+F.

Tabela 2 - Termos aplicados na análise dos textos do CS, e documentos internacionais produzidos por organismos de proteção e promoção dos museus e do patrimônio. Brasil, 2019.

Termos de pesquisa	Aplicação e âmbito
DOCUMENTA	Resgata os termos: documentar (verbo e flexões), documental/documentais; documentário; documentalidade (português); <i>documentación</i> (castelhano/espanhol e francês); <i>documentation</i> (inglês)
INVENT	Resgata os termos: inventário; inventário participativo; inventariante; <i>inventario/inventariación</i> (castelhano/espanhol); <i>inventaire</i> (francês); <i>inventory</i> (inglês)

Fonte: Rose Moreira de Miranda, 2019.

Nesse sentido, os termos ‘documenta’ e ‘invent’ foram utilizados em todos os textos bibliográficos do CS e nos documentos produzidos pelos organismos internacionais relacionados aos museus e o patrimônio. Os resultados das análises podem ser consultados nos Capítulos 1 e 2.

Estudo de Caso

Conforme anteriormente informado, o Museu de Arqueologia de Itaipu e a sua *Coleção Pessoas e Memórias*, formada a partir do *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*, foram escolhidos para o estudo de caso. No período da realização desta tese, tive oportunidade de passar 6 (seis) jornadas em Itaipu. Foram momentos importantes para estabelecer relações com toda a equipe do MAI; ouvir relatos sobre o histórico da instituição, e as ações atuais, desenvolvidas com base nos pressupostos da Museologia Social; conhecer os marcos patrimoniais de Itaipu: Duna Grande, Lagoa, Praia de Itaipu, Comunidade de Pescadores, Lote 12, Morro das Andorinhas e Igreja de São Sebastião; frequentar ambientes comunitários; realizar reuniões técnicas sobre a pesquisa desta tese e, sobretudo, examinar a documentação museal, o acervo preservado e exposto.

De forma especial, em abril de 2017, acompanhei as profissionais do MAI, Bárbara Primo e Mirela Araujo, no treinamento de uso da ferramenta digital de documentação, realizada na cidade de Goiânia, sede do Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Mídias Interativas (Media Lab) da UFG. Foi desta forma, que presenciei os primeiros registros infor-

macionais do MAI na plataforma de documentação. Na mesma ocasião, pude assistir e participar das reuniões empreendidas com as(os) professoras(es) e profissionais da UFG e do Media Lab, ocasião em que surgiram as primeiras ideias de construção do site institucional do museu.

Aliada às interações presenciais, participei de várias reuniões com as profissionais Bárbara e Mirela, concretizadas graças ao uso de aplicativos gratuitos de comunicação digital de conexão de voz e vídeo. Também mantivemos incontáveis contatos mediados por plataformas digitais de comunicação, tais como e-mail, *Whatsapp* e *Hangout* do *Google*.

Especificamente sobre as 40 entrevistas colhidas no *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*, importa ressaltar que, em atendimento ao conteúdo expresso no Termo de Autorização firmado entre as(os) depoentes e o Museu de Arqueologia de Itaipu, foi necessária a formalização do meu compromisso ético com o MAI, para a obtenção do acesso integral ao conteúdo digital (áudio, imagem e conteúdo transcrito) de todos os testemunhos, e posterior publicação dos resultados da pesquisa. O teor do acordo está reproduzido no Anexo 1 desta tese. Nele é possível verificar o pacto de proteção da identidade das(os) participantes do Inventário. Sendo assim, para garantir o anonimato e a privacidade das(os) depoentes, decidi adotar a seguinte identificação para as entrevistas: indivíduo + número da entrevista. A numeração de 01 a 40 obedece a utilizada pelo MAI.

Notas Procedimentais

Listo a seguir 12 (doze) procedimentos adotados nesta tese:

1) A redação foi baseada nas regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor desde 2009;

2) Os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais foram elaborados segundo as *Normas para a Elaboração de Teses de Doutorado*, versão homologada pelo Despacho Reitoral n° 101/2009, da ULHT;

3) A bibliografia citada e a bibliografia de referência seguiram o modelo contido na sexta edição da norma da *American Psychological Association* (APA), disponibilizada nas *Normas para Elaboração e Apresentação de Teses de Doutorado* e o *Anexo 4 - Normas para a*

elaboração de Bibliografias, Referências Bibliográficas e Citações – APA, ambos documentos da ULHT;

4) Nas siglas, a utilização de maiúsculas e minúsculas acompanhou a grafia empregada pelas próprias iniciativas ou organizações;

5) O itálico foi empregado como destaque para as palavras em língua estrangeira e, igualmente, para ressaltar títulos de textos, livros, projetos, programas e eventos;

6) O negrito foi utilizado para realçar conceitos e trechos importantes;

7) Visando facilitar a leitura e compreensão da tese, realizei a livre tradução para o português das citações que estavam em alemão, espanhol, francês e inglês. O texto original da citação é registrado em nota de rodapé;

8) Optei por não alterar a grafia original de citações e referências bibliográficas, ou seja, utilizei o conteúdo original, tal qual foi publicado. Este recurso pode ser, particularmente, observado nas citações às obras redigidas anteriormente ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990);

9) Em defesa do estabelecimento de uma verdadeira democracia, na qual todas as identidades e escolhas de vida sejam respeitadas e igualmente tratadas, optei por não adotar o gênero masculino como representação da totalidade social. Tendo em vista que não há uma convenção sobre essa temática, procurei utilizar substantivos uniformes, ou seja, palavras que apresentam uma única forma, e que podem ser empregadas tanto no masculino quanto no feminino. Nas situações em que a adoção de substantivos biformes foi necessária, empreguei a flexão do feminino em primeiro lugar, acompanhada da flexão do masculino entre parênteses;

10) Mantendo o espírito da igualdade de gênero, e conforme anteriormente comentado na nota de rodapé número 1, decidi não adotar o padrão APA de citação. Mario de Souza Chagas me alertou para a escalada de invisibilidade da produção feminina na Ciência, e em outras áreas de criação, auxiliada pelo padrão de citação composto pelo sobrenome + prenome abreviado. Este mecanismo serve para despersonalizar a(o) autora(autor) e é mencionado em estudos de

gênero da produção científica (Sandra Cartaxo, 2012, p. 83; Hildete de Melo & André Oliveira, 2006). Dessa forma, adotei o seguinte padrão de citação: prenome + sobrenome + vírgula + ano + vírgula + p. + número de página. No caso de citações registradas em duas páginas ou mais, utilizei o padrão: : prenome + sobrenome + vírgula + ano + vírgula + pp. + números de páginas;

11) Visando manter a coerência conceitual sobre a importância de explicitação dos elementos que compõem o discurso, torna-se vital demonstrar a posição ocupada pela(o) enunciativa(enunciador). Esta medida possibilita a(o) leitora(leitor) analisar as escolhas epistemológicas e ideológicas, e também a subjetividade presente, reflexo das experiências pessoais e profissionais, percepções do mundo etc. Sendo assim, nesta tese, quando utilizo o ‘eu’, pretendo evidenciar aquilo que acredito, ou que tive a oportunidade de realizar antes e durante a pesquisa. É um recurso de clareza e honestidade, reforçado pelo pensamento de Stella Maris Bortoni-Ricardo (2013, p. 32), quando afirma que a(o) pesquisadora(pesquisador) “não é um relator passivo, mas um agente ativo.” Já o pronome pessoal ‘nós’ será empregado quando eu estiver me referindo a alguma inserção social: eu e o meu orientador; eu e as(os) profissionais do Museu de Arqueologia de Itaipu e/ou do Ibram, da UFG, e tantos outros sujeitos que serão identificados, para que você possa compreender os outros tecelões da trama desta tese.

12) Outro ponto fundamental na manutenção da coerência teórica desta investigação, sobretudo no que tange ao poder das práticas discursivas, é referente as expressões Museologia Social e Sociomuseologia.

Em julho de 2019, em função da minha prova de júri prévio, tive a oportunidade de conviver com professoras(es) e colegas da ULHT, participando das atividades acadêmicas empreendidas dentro e fora dos muros da Universidade. Na ocasião pude presenciar algumas práticas discursivas que defendiam uma possível distinção entre a Museologia Social e a Sociomuseologia. O assunto me pareceu no viço da juventude, fase da vida em que há muitas potencialidades, mas também vulnerabilidades.

Nesse sentido, é importante declarar que nesta investigação optei por tratar a Museologia Social e a Sociomuseologia como sinônimos, mesmo consciente que há uma tendência de emprego terminológico associado à localização geográfica. A Sociomuseologia é amplamente utilizada em Portugal, e pouco divulgada no Brasil, onde se verifica a expressiva adoção da expressão Museologia Social. Em minha interpretação, tal fato é intrinsecamente relacionado

ao vasto incentivo oferecido ao campo disciplinar, pela Política Nacional de Museus (PNM), sobretudo entre os anos de 2003 a 2014.

No âmbito da PNM foram criadas diferentes linhas programáticas, projetos e ações, conceitualmente embasados na Museologia Social. O resultado é claramente percebido no expressivo crescimento das iniciativas de memórias e museus, que baseiam, integralmente, seus trabalhos nos preceitos da inclusão, participação etc. A notabilidade nacional e internacional do fenômeno impulsionou o ICOM a sediar no Rio de Janeiro, em 2013, a 23ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus. Inspiradas(os) pelo tema Museus (memória + criatividade) = mudança social, participantes de todo o mundo tiveram uma intensa agenda de debates e visitas técnicas à iniciativas de memória e museus com forte engajamento social. Puderam presenciar o trabalho de fortalecimento de identidades coletivas, por meio da preservação e valorização da memória, em realidades distintas, sendo algumas praticadas em territórios de alta vulnerabilidade social.

Uma demonstração do crescimento da Museologia Social no Brasil, após a virada do milênio, são as 19 dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação no país, no período de 2015 a 2018¹⁶. Também é significativo o fato do Instituto Brasileiro de Museus, órgão público federal responsável pela PNM, possuir um órgão denominado Coordenação de Museologia Social e Educação – COMUSE.

Outro vigoroso indicador da aderência ao termo Museologia Social, em detrimento à Sociomuseologia, pode ser verificada na denominação de estruturas associativas brasileiras voltadas à área museal. É o caso da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (<http://rededemuseologiasocialdorj.blogspot.com/>), Rede SP de Memória e Museologia Social (<https://redespemuseologiasocial.wordpress.com/>), Rede de Museologia Social Campinas (<https://memoriasocialcampinas.wordpress.com/>), Rede Indígena de Memória e Museologia Social (<https://www.facebook.com/redeindigenamemoria/>), e da Rede LGBT de Memória e Museologia Social (<http://redelgbtmemoriamuseologia.blogspot.com/>).

No entanto, o motivo determinante para a escolha do termo Museologia Social, girou em torno da preocupação em manter a simetria conceitual com os trabalhos empreendidos na instituição museal em que foi desenvolvido o estudo de caso. Esse procedimento é fundamental para garantir uma comunicação mais efetiva, tanto com as(os) profissionais do Museu, como,

¹⁶ O dado é proveniente da consulta realizada, em 19/11/2019, ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com a expressão de busca “museologia social”.

principalmente, com as(os) moradoras(es) socialmente comprometidas(os) com a preservação da memória local.

O exercício contínuo de escuta atenta desses sujeitos - habitantes locais e profissionais do Museu – me fazem declarar, com segurança, a associação conceitual do MAI com o campo da Museologia Social. Termos como ética, compromisso social etc. estão explicitados nos documentos oficiais da instituição, como nos Planos Museológicos, ofícios etc. Esse fato, somado à análise do discurso e aos conceitos e valores expressos em artigos publicados, não deixam dúvidas sobre a força do campo disciplinar no museu.

Percurso expositivo/organização do trabalho

Além desta Introdução, a tese está organizada em 04 (quatro) capítulos, seguidos pelas Considerações Finais, Bibliografia Citada e de Referência, 1 (um) anexo e 2 (dois) apêndices.

Na *Apresentação* são explicitadas as razões de escolha do tema, o objeto de estudo e a problemática que impulsionou a pesquisa. Além disso, são explanados o objetivo central da tese, as principais referências teóricas que embasaram a análise do tema, e a metodologia de investigação empregada.

O verbo tecer, empregado no título da tese, é correlacionado a uma paixão pessoal: o bordado. É admirável o entrelaçamento milimétrico dos fios, na busca pela criação de volumes e formas. A similar tessitura, eu pude presenciar várias vezes em Itaipu. É muito comum ver os pescadores remendando suas redes (nunca tive a oportunidade de observar a atividade sendo feita por uma mulher). O ato é feito com tal desenvoltura, que permite, concomitantemente, a prosa, o riso, o mergulho do olhar no horizonte e o seu retorno à rede. Foi esse mesmo espírito que tentei imprimir aos quatro capítulos da tese. Me inspirei nos elementos necessários para a criação de um tecido, para oferecer aos 4 capítulos um corpo comum.

O Capítulo 1, intitulado *A Estrutura do Tear: Documentação Museal como Saber, Poder e Discurso*, pretende analisar a documentação produzida em museus, à luz dos conceitos de saber, poder e discurso formulados por Michel Foucault. Para isso, indico as primeiras manifestações da prática documental, estreitamente associadas ao hábito da formação de coleções e museus. Em sequência, no período que compreende os séculos XVI ao XIX, exemplifico a expansão no uso de determinados instrumentos de registro, além do surgimento dos primeiros

manuais da área. Já sobre o século XX, explico o impacto das tecnologias digitais na documentação produzida nos museus e, ainda, compartilho algumas práticas contemporâneas, baseadas na inteligência coletiva. Compreendendo, ainda, o rol das ações promovidas nos dois últimos séculos, apresento uma análise da presença da documentação museal nas principais normativas e recomendações internacionais relacionadas ao campo museológico e museal. O objetivo central do capítulo é reunir elementos que permitam a observação dos sujeitos, métricas, procedimentos e formações discursivas, desenvolvidos ao longo dos séculos, sobre a documentação produzida em museus.

Os Fios da Urdidura: a documentação museal na Museologia Social é a denominação do Capítulo 2. Considerando que a Museologia Social é constituída por princípios inclusivos e dialógicos, interessa investigar se houve, nos 47 anos que sucederam a realização da *Mesa Redonda de Santiago do Chile*, o desenvolvimento de premissas específicas para a atividade documental praticada em museus e iniciativas de memória. Para isso, realizei uma revisão da literatura nos documentos de referência da área, de cunho internacional, bem como nos textos publicados nos Cadernos de Sociomuseologia.

O Capítulo 3 - *Os Fios da Trama: Itaipu polifônica* - descreve a equação expressa na *Declaratória de Oaxtepec* (Secretaría de Desarrollo Urbano y Ecología - México, 1984), que confere sentido ao MAI: território + patrimônio + comunidade. O conteúdo apresentado é fruto da pesquisa de campo, somado ao extenso levantamento bibliográfico e documental dos temas que estão inseridos na fórmula mexicana: a história de Itaipu, seus sujeitos, a pesca artesanal – principal economia local -, a preservação ambiental e o próprio Museu. Para isso, descrevo brevemente o histórico de formação e ocupação de Itaipu, os seus marcos patrimoniais e a criação do Museu. Também são especificados os instrumentos documentais aplicados pelo Museu para tratamento do acervo museológico, composto em sua maioria de bens arqueológicos e fotografias.

O Capítulo 4, *Trançando os Fios*, narra a trajetória de construção do modelo de documentação da *Coleção Pessoas e Memórias* do Museu de Arqueologia de Itaipu, criada a partir das 40 (quarenta) entrevistas colhidas no *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*. São exploradas algumas características do Inventário Participativo, com especial preocupação em explicitar seus procedimentos metodológicos. Em sequência, apresento os produtos gerados pelo modelo de documentação: as árvores genealógicas digitais, a análise de conteúdo realizada como auxílio do *software* Iramuteq, a construção de um vocabulário controlado e a saída dos dados na plataforma de catalogação utilizada pelo Museu.

O Anexo 1 reproduz a autorização concedida pelo Museu de Arqueologia de Itaipu. O documento foi necessário para que eu pudesse acessar integralmente o conteúdo das 40 (quarentas) entrevistas colhidas no *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*, analisá-lo, processá-lo no sistema de documentação da instituição, e compartilhar os resultados nesta pesquisa.

O *Apêndice 1* contém uma coletânea cronológica de conceitos da documentação praticada em museus, que colhi ao longo das pesquisas de cunho documental e bibliográfico, produzidas por pesquisadoras(es) e organismos nacionais e internacionais. Os conceitos estão registrados em seus idiomas originais, acompanhados de livre tradução.

A motivação de organização do conteúdo surgiu pela dificuldade de acesso às fontes, muitas vezes enfrentada por pesquisadoras(es) brasileiras(os), que se dedicam à área da documentação. Presumo que tal cenário é derivado dos seguintes motivos: 1 - baixo número de publicações especializadas em português; 2 – as publicações especializadas em formato impresso estão esgotadas, tanto em português como em outros idiomas; 3 - baixo número de bibliotecas especializadas que se dedicam à Museologia; quando existentes, é parco o número de obras sobre documentação - em virtude dos motivos 1 e 2 já citados; 4 – o alto custo para aquisição e transporte de publicações impressas em outros idiomas; 5 – o alto custo de assinatura de periódicos científicos especializados; 6 – o alto custo para acesso à versão integral de artigos científicos disponibilizados em base de dados digitais que não estão disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) etc.

Em uma pesquisa recente tive acesso à dissertação produzida por Juliana Monteiro, em 2014, denominada *Documentação em Museus e Objetos-Documento: sobre noções práticas*, defendida na Universidade de São Paulo. Foi uma grata surpresa perceber que ela organizou conceitos de documentação em uma planilha intitulada *Ficha de coleta terminológica*, e que a disponibilizou como anexo ao seu trabalho.

Nós não nos conhecemos, mas acredito que partilhamos a mesma intenção (ou vício profissional do trabalho com a documentação): facilitar ao máximo o acesso aos conceitos e, desta forma, contribuir para a realização de novas investigações.

Mesmo com todos esses benefícios, a decisão de publicar a coletânea não foi fácil. Sabe-se que listas remetem à ordenação, mas também despertam, em certo sentido, a expectativa de completude de determinado assunto. A decisão por sua divulgação ocorreu, quando me recordei da definição dada por Umberto Eco a uma lista realizada por Homero: oscila “entre uma poética do ‘tudo está aqui’ e uma do ‘et cetera’” (Umberto Eco, 2010, p. 7). O Apêndice 1 está sob o signo do ‘et cetera’ e, por isso, gostaria, após a apreciação do júri final, de partilhar

na Wikipédia e em plataformas similares, os conceitos de documentação museal levantados nesta pesquisa. O propósito é oferecer facilidade no uso e, sobretudo, dispor de um mecanismo colaborativo para correções ou inserção de novas fontes. Fazemos uso da inteligência coletiva em prol da documentação produzida em museus, em suas diferentes denominações: documentação [em museus; de museus; museológica; museográfica etc.]

O *Apêndice 2* contém planilha eletrônica com o arrolamento de todos os 539 textos, e suas(seus) respectivas(os) autoras(es), publicados nos 58 volumes da Revista Cadernos de Sociomuseologia. O arquivo também explicita o resultado da aplicação da metodologia de análise, e contém observações relacionadas aos detalhes técnicos de apresentação dos textos. Importa ressaltar que a ordem de arrolamento dos textos e a grafia das(os) autoras(es) seguiu a apresentação dada pelo site. Tal aviso é importante para os volumes dedicados à reprodução integral de teses e dissertações, no quais, por vezes, as notas finais ou referências bibliográficas antecedem os capítulos do trabalho acadêmico. Igualmente, há a ocorrência de diferentes registros de autoria, ora com o nome completo, ora com o nome abreviado. Exemplos são: Mario de Souza Chagas/ Mario Chagas e Maria Cristina Oliveira Bruno/ Cristina Bruno.

CAPÍTULO 1 – A ESTRUTURA DO TEAR: DOCUMENTAÇÃO MUSEAL COMO SABER, PODER E DISCURSO

Se quisermos colocar problemas de forma rigorosa,
precisa e apta a levantar interrogações sérias, não é
preciso ir procurá-las, justamente, em suas formas
mais singulares e concretas?

Michel Foucault, 2010.

A documentação é polissêmica. Se a imaginarmos como um pêndulo genealógico, que apresenta movimentos de ascendência - relacionada à semântica - e descendência – referente à ramificação da documentação em diferentes aplicações - a pluralidade de significados aparecerá com nitidez.

Início o capítulo pela ordem semântica expressa no título desse capítulo: documentação museal como saber, poder e discurso. Nesse espaço, pretendo trilhar uma trajetória analítica que contemple as seguintes indagações: o que se deve entender por documentação? O que é documentação museal? Qual a diferença entre documentação e documentação museal? Por que adotar a expressão documentação museal em detrimento aos conhecidos vocábulos documentação museológica, documentação museográfica, documentação de acervos museológicos, documentação de museus, documentação em museus etc.? Que relação estabelecer entre documentação museal e saber e documentação museal e poder?

Essas questões, como na maioria das pesquisas voltadas à construção de significados, só poderão ser satisfatoriamente respondidas após a explicitação de algumas condições históricas que motivam a conceituação do objeto denominado documentação museal. Para isso, serão descritas as bases conceituais de formação do saber e a sua relação com o poder, e as métricas, procedimentos e instrumentos que conformam a documentação museal, em 4 tempos históricos diferenciados. Além disso, serão analisadas as lutas em torno das formações discursivas do saber, e, por fim, revelados os reforços e reconduções discursivas sobre a documentação, compartilhados pelas estruturas institucionais internacionais.

Esse é o tear que possibilitará o caminhar da investigação. É sobre ele que passarão os fios da urdidura e da trama, dando forma ao tecido. As cores e os desenhos que comporão o produto final são ainda uma incógnita, visto que a partir do segundo capítulo outros sujeitos e outras práticas culturais e profissionais se juntarão na tessitura.

1.1 Saber e Poder

O poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.

Michel Foucault, 1975/1999.

“Todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer”. Essa famosa frase é do filósofo grego Aristóteles. Está registrada no primeiro capítulo da obra *Metafísica*. Para o pensador, os 5 sentidos seriam a prova cabal de que a espécie humana nasce para conhecer, sendo a visão o sentido mais explorado. É ela, “de todos os sentidos, o que melhor nos faz conhecer as coisas e mais diferenças nos descobre” (Aristóteles, 2012).

Essa forma de compreender o mundo conduziu o pensador grego a desenvolver um dos primeiros sistemas de classificação. Apresentado na obra *Historia Animalium*, ele dividiu os seres vivos em 2 reinos: animais (móveis) e plantas (imóveis). Esta classificação aristotélica foi a base para uma série de outros sistemas de representação da estrutura hierárquica da vida e do conhecimento. É o caso da famosa *Árvore de Porfírio*, criada pelo neoplatonista Porfírio (III AEC¹⁷), formulador do dispositivo clássico para ilustrar a escala da vida.

A disposição da informação em formato de árvore serviu como um importante instrumento visual de comunicação. Um exemplo conhecido desse uso é o explicitado na figura 2. Trata-se do livro *Arbor Scientiae*, escrito por Ramon Lull (1235-1316), com o objetivo de explicar e defender a aproximação entre a fé e a razão.

¹⁷ Optei por utilizar a referência cronológica ANTES DA ERA COMUM (AEC) ao invés das expressões que explicitamente se referem a Jesus, como Antes de Cristo (a.C.) ou *Anno Domini* (a.D.), ano do Nosso Senhor ou também traduzido por Era Cristã. Tenho ciência que a referência EC (Era Comum) ainda não pode ser considerada uma marcação laica, já que também adota o calendário gregoriano como medida do tempo. No entanto, me parece uma medida mais respeitosa à diversidade de religiões e credos existentes.

Figura 2 - Lull, Ramón. Arbor vegetalis, 1515.



Fonte: Arbor scientiae, venerabilis et caelitvs, illuminati patris Raymvndi Lvlly Maioricensis.

O formato de representação do conhecimento em árvore foi amplamente utilizado nas ciências naturais, e até os dias atuais é empregado na genealogia. Segundo Olga Pombo, ela é uma metáfora do que é vivo, dinâmico e que presume progresso e desenvolvimento (Olga Pombo, 2012, p. 298).

As(os) cientistas ressaltam que a classificação é o meio pelo qual se torna inteligível a complexidade de fenômenos naturais. Ela é uma linguagem necessária para conferir organização e visualidade à informação, reunindo objetos ou seres com características semelhantes.

Sabendo da indispensabilidade da classificação racional, Jorge Luis Borges publicou, em seu livro *Outras Inquições*, o conto *O idioma analítico de John Wilkins*. Nele, o autor subverte a lógica racional da representação, criando uma classificação que privilegia a diferença. No conto, ela estaria presente em uma enciclopédia chinesa denominada 'Empório celestial de conhecimentos benévolos', na qual os animais do mundo estariam assim registrados:

- (a) pertencentes ao Imperador, (b) embalsamados, (c) amestrados, (d) leitões, (e) sereias, (f) fabulosos, (g) cães soltos, (h) incluídos nesta classificação, (i) que se agitam como loucos, (j) inumeráveis (k) desenhados com um finíssimo pincel de pêlo de camelo, (l) etcétera, (m) que acabam de quebrar o vaso, (n) que de longe parecem moscas (Jorge Luis Borges, 2007, p. 124).

A inquietante taxionomia apresentada na enciclopédia chinesa é uma potente figura de linguagem para Borges advertir: “não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjectural. A razão é muito simples: não sabemos o que é o universo” (Jorge Luis Borges, 2007, p. 124). A impossibilidade de adentrar o esquema divino do universo deveria, segundo o escritor argentino, nos dissuadir “de planejar esquemas humanos, embora nos conste que estes são provisórios” (Jorge Luis Borges, 2007, pp. 124-125).

A subversão do sistema classificatório de Borges é frequentemente citada em artigos produzidos nas áreas da História do Conhecimento, Literatura, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Foi ele também que serviu como gatilho para que Michel Foucault mergulhasse nas práticas sociais que criam saberes. Mas do que seria constituído o saber? Segundo o filósofo francês, os elementos do saber são:

(...) a base a partir da qual se constroem proposições coerentes (ou não), se desenvolvem descrições mais ou menos exatas, se efetuam verificações, se desdobram teorias. **Formam o antecedente do que se revelará e funcionará com um conhecimento** ou uma ilusão, uma verdade admitida ou um erro denunciado, uma aquisição definitiva ou um obstáculo superado. [...] **Não se trata de um pré-conhecimento** ou de um estágio arcaico no movimento que vai do conhecimento imediato à apoditicidade; **trata-se dos elementos que devem ter sido formados por uma prática discursiva**, para que, eventualmente, se constituísse um discurso científico, especificado não só por sua forma e seu rigor, mas também pelos **objetos de que se ocupa**, os tipos de enunciação que põe em jogo, os conceitos que manipula e as estratégias que utiliza (Michel Foucault, 2008a, 203-204, meu grifo em negrito).

O conceito integra a obra *Arqueologia do Saber*, lançada originalmente em 1969. Como o próprio título indica, ele utilizou o método arqueológico para escavar a história dos sistemas de pensamento e analisar as formações discursivas dos chamados enunciados, ou seja, as partes constitutivas do discurso. O discurso, por sua vez, seria a manifestação do saber, proclamado tanto pela fala como pela escrita. O saber “se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso” (Michel Foucault, 2008a, p. 204).

Foucault defende uma compreensão do saber contrária à tradição aristotélica citada no início desse subcapítulo. O filósofo francês discorda do pensamento que defende o desejo de conhecer como um processo atávico ao homem, quase como uma espécie de instinto. Ele acredita que o conhecimento não é natural, e sim uma invenção humana. No entanto, o pensador não adota a mesma premissa defendida pela História das Ideias e da Ciência. Para essas áreas, o conhecimento é fruto direto do desenvolvimento contínuo do fazer científico, derivado do

encadeamento evolutivo de teorias elaboradas por cientistas. Já para Foucault, a formação do saber é fruto da sucessão evolutiva e contínua das contribuições de diversos indivíduos, sendo subjacente, portanto, às formas como tais sujeitos percebem o mundo e seus fenômenos.

Aliado ao saber é preciso, também, analisar outro elemento de suma importância: o poder¹⁸. Ele foi objeto do exame contínuo de Foucault. Esteve presente em sua primeira obra (*História da Loucura* -1961), e perpassou todas as publicações dedicadas à análise dos saberes e dos conhecimentos.

Talvez seja mais didático começar distinguindo o que não é a compreensão do filósofo sobre o poder. Seu emprego não se assemelha à tradição praticada na Ciência Política, ou seja, ele não é uma essência associada ao cerne de autoridade das instituições e mecanismos do Estado. Tampouco, Foucault o trata pelo viés psicanalítico - como sinônimo de subjugação - nem utiliza a perspectiva marxista de dominação de um grupo sobre outro (Michel Foucault, 1984a, p. 92).

O poder não está localizado em um ponto definido e não pertence a um determinado grupo. O poder é multidirecional e móvel. Por isso, não deve ser analisado apenas pela ótica negativa de sua influência (repressão, destruição e violência), mas também por sua positividade, que corresponde ao impulso pela criação e transformação. Deve-se lembrar que na obra *Vigiar e Punir*, o filósofo trata da resistência ao poder, apontando as frestas de instabilidade e luta. (Richard Lynch, 2018, pp. 23-31). Por isso, pode-se afirmar que poder e resistência formam um par conceitual na trama foucaultiana.

Ao filósofo interessa aplicar uma perspectiva analítica ao poder, identificando-o como uma força onipresente e entrelaçada ao tecido social, historicamente constituído, e que se manifesta em todos os pontos da rede. Prova disso, é o título dado ao livro *Microfísica do Poder* (1979). Na obra, o autor examina as relações de poder como uma prática social historicamente constituída (Richard Lynch, 2018, pp. 23-31).

Assim como o saber, o poder se manifesta por meio do discurso. Foucault o investigou continuamente em sua obra. Para esta tese destaco, em especial, três obras da fase genealógica: *A Arqueologia do Saber*, *A Ordem do Discurso* e *Aulas sobre a Vontade de Saber*, livro organizado e lançado postumamente, em 2011, por seu companheiro. Daniel Defert nos brinda com

¹⁸ Em respeito ao recorte temático de análise da documentação museal, nesta tese não irei tratar das facetas do poder disciplinar, nem do biopoder.

a transcrição do primeiro curso dado pelo filósofo no *Collège de France*, entre os anos de 1970 e 1971.

É necessário lembrar que em 12 de abril de 1970 Michel Foucault foi eleito como titular para o citado *Collège de France*. Ele ocupou a cadeira de história dos sistemas de pensamento, nome dado em substituição a história do pensamento filosófico, que Jean Hyppolite ocupou até a sua morte, em 1969 (François Ewald & Alessandro Fontana, 2010, p. ix). Oito meses depois, em 02 de dezembro de 1970, o filósofo pronunciou sua aula inaugural, que um ano mais tarde seria publicada com o título *A Ordem do Discurso*.

Foucault aproveita a solenidade ritualizada de sua primeira aula para produzir uma metalinguagem. Utiliza seu próprio discurso para tratar da especificidade da análise discursiva. Fica claro, ao longo de sua aula, as questões que serão analisadas: os procedimentos e técnicas de controle que os discursos exercem, e os elementos que, por sua vez, controlam o discurso. Ou seja, a análise foucaultiana da formação do discurso não se atém as regras estruturais dos fatos linguísticos, mas sim à valorização dos fatos discursivos, no que se refere ao seu âmbito de luta ou disputa. Em outras palavras, o objetivo de Foucault ao pesquisar o discurso não é estudar o sujeito que fala, mas sim o ciclo que envolve o duplo mecanismo de poder: o sujeito discursivo exerce poder e, ao mesmo tempo, é influenciado pelo poder que impõe limites ao seu discurso.

Em razão disso adverte: todo evento discursivo implica riscos, já que sua materialização envolve duas forças: desejo e poder. Sobre o desejo, utiliza a psicanálise para se referir ao discurso como a expressão do poder, que por sua vez é alimentada pelo desejo. Ao envolver desejo e poder, o discurso se torna alvo de disputa, de lutas. Esse fato explica por que a sociedade estipula procedimentos de controle sobre as regras de formação do discurso, sua circulação e os seus efeitos sociais (Michel Foucault, 2014, pp. 10-11).

Lembra ainda que a(o) discursante é um sujeito autorizado, dotado de direito privilegiado para falar. A fala é envolta em um determinado ritual que demanda equilíbrio. Melhor dizendo, ao sujeito não é facultado a parrésia; ou seja, não lhe cabe dizer tudo ou qualquer coisa em determinada circunstância. Ele precisa ser coerente (Michel Foucault, 2014, pp. 9 e 25).

Ainda sobre o sujeito, o filósofo ressalta que ele é necessário para conferir ao conhecimento científico a autoria de determinada teoria ou prática. O endosso da autoria se realiza no nível institucional, que também realiza a distribuição da verdade, por meio de práticas expressas

em suportes como livros (utilizados/consultados tanto em escolas como em bibliotecas) e laboratórios. Essa difusão exerce um poder de coerção para a manutenção da estabilidade da verdade (Michel Foucault, 2014, pp. 13, 16, 17, 25 e 26). Sobre essa temática, o autor alerta:

Assim só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura; todos aqueles, de Nietzsche a Artaud e a Bataille, devem agora nos servir de sinais, altivos sem dúvida, para o trabalho de todo dia (Michel Foucault, 2014, pp. 19-20).

Sobre as disciplinas científicas, o filósofo nos recorda que são constituídas por um “domínio de objetos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e de instrumentos” (Michel Foucault, 2014, p. 28). Sabe-se que uma disciplina, para continuar a existir, demanda a formulação de proposições novas. Mas, os novos postulados não se configurarão como a soma de tudo o que pode ser dito de verdade sobre algo, e nem o que pode ser aceito, já que devem seguir regras rígidas e complexas do que é determinado e aceito como científico, em um período histórico específico. Além disso, as disciplinas definem suas margens, expulsando para o exterior aquilo que é considerado falso, ou melhor ‘não verdadeiro’ (Michel Foucault, 2014, pp. 30-32). Basta lembrar do exemplo de Galileu Galilei, que no século XVII utilizou um novo instrumento (o telescópio) para observar os astros e descobrir novas características da Via Láctea. Suas declarações e métodos foram refutados por seus pares, e a difusão de seu conhecimento levou o cientista a ser condenado pelo Santo Ofício. Anos mais tarde, porém, viria a se tornar uma personalidade central na chamada Revolução Científica.

Então a(o) leitora(leitor) poderia se perguntar: o que é um discurso? Haveria um discurso museológico ou museal? Haveria um discurso dos sujeitos que praticam e pesquisam a documentação museal? Importa dizer que o método de análise de Foucault, explicitado em *Arqueologia do Saber*, envolve a compreensão de alguns conceitos chave: o próprio discurso, enunciado, prática discursiva, formação discursiva e saber (anteriormente tratado).

Foucault define o *discurso* como um ‘conjunto de enunciados’; *enunciado*, por sua vez, pertence “a uma *formação discursiva*” (Foucault, 2008a, pp. 132-133). Já a ‘formação discursiva’ é a regularidade entre “objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas

temáticas” (Michel Foucault, 2008a, p. 43). Claro? Recorro aos estudiosos do filósofo para traduzir suas ideias. Segundo Judith Revel, discurso designa:

(...) um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente lingüísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinada (por exemplo, a grande separação entre razão/desrazão): a "ordem do discurso" própria a um período particular possui, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas (Judith Revel, 2005, p. 37).

Uma vez explicitados os conceitos de saber, poder e discurso, é importante que, antes de realizar a aplicação na documentação, se faça o emprego no espaço ao qual se destina esta investigação: o museu.

Especialistas afirmam que o poder é um fenômeno intrínseco ao museu. Mario Chagas (2002, p. 52) se detém à investigação do fato, localizando na própria etimologia do termo museu a presença do poder. Isso porque é sabido que o vocábulo museu descende de *mouseion*, palavra grega que identifica o templo de culto às musas, inspiradoras da criação artística ou científica. Por isso mesmo, carrega a influência herdada dos progenitores das musas: Zeus (identificado com a autoridade, o poder) e Mnemósine (identificada com a memória, por sua vez também um poder). Por decorrência, o museu trabalha com a convergência de três conceitos: inspiração, poder e memória. A riqueza da triangulação desses conceitos se reflete nas escolhas que as instituições museológicas têm em inspirar ‘o poder da memória’ ou a ‘memória do poder’ (Mario Chagas, 2002, pp. 52 e 65).

No museu, o poder é uma teia multidirecional, cuja trama é tecida por sujeitos, políticas, programas, projetos e ações. A trama não é fixa, já que o poder se desloca continuamente, seguindo o movimento das forças envolvidas. No entanto, uma escolha consensuada se refletirá na urdidura interna institucional. Um exemplo é a narrativa de uma exposição. A ação corresponde à função comunicativa do museu e, em respeito ao espaço disponível, exigirá recortes da realidade/história a ser contada. Assim, se aplicará um primeiro filtro: o ‘quê’ estará ou não presente na exposição. Ao primeiro crivo se somará o segundo: a decisão do ‘como’ será representado aquilo que foi previamente escolhido. A partir daí o conteúdo narrado é, normalmente, corroborado (e as vezes ampliado) pelas outras funções/ações do museu, presentes nas práticas educativas, culturais, de pesquisa, socioambientais etc. O conjunto reforça o poder do que será ou não conhecido, e posteriormente recordado. Essa tensão dialética da Memória é estudada

por autores como o acima citado Mario Chagas (2002), Andreas Huyssen (2004), Harald Weirich (2001), dentre outros.

Junto ao poder da memória e do esquecimento se agrega o saber como camada simbólica subjacente aos museus. Os museus são socialmente interpretados como espaços de saber, nos quais se produz a verdade. Como tal, são instâncias de saber e poder. Esse pressuposto pode ser examinado em vários exemplos atuais. Aqui citarei dois: a) o título revelador da recente entrevista do diretor do *Victoria & Albert Museum*, Tristram Hunt, veiculada no periódico *The Guardian*: “Na era das notícias falsas, os museus permitem uma melhor compreensão da verdade e da história¹⁹” (Rachel Cooke, 2018); b) a verdade que pretende ser universal, expressa no sugestivo título do livro *A História do Mundo em 100 Objetos*, de Neil MacGregor (2013), diretor do *British Museum*.

Se o museu é o espelho da verdade e do poder, a sua documentação é a responsável pela inscrição da verdade. Ela é realizada por sujeitos com autoridade e poder reconhecidos. A informação que se registra, e a forma como é registrada, se tornará o documento de prova da verdade. Tal afirmativa pode ser comprovada em toda a trajetória histórica da documentação realizada em coleções e museus. A análise de seu desenvolvimento permite averiguar os indivíduos que contribuíram para as práticas discursivas da documentação praticada em museus, incluindo alguns elementos construídos e transformados ao longo dos séculos. Por isso, no próximo subitem será abordada a discussão relativa à denominação desta área do saber.

¹⁹ Texto original: “In the era of fake news, museums allow a better understanding of truth and history” (Rachel Cooke, 2018).

1.2 Documentação museal

O objetivo da ciência não é produzir verdades indiscutíveis, mas discutíveis.

Bruno Latour, 2017.

Quem nasceu primeiro? O ovo ou a galinha²⁰?

A dúvida que servia até bem pouco tempo para as brincadeiras infantis e anúncios comerciais, se transplantada para o ambiente desta investigação, seria: quem nasceu primeiro? A coleção ou a documentação?

O sorriso provocado pelo enigma é quase automático. As 2 perguntas, seguidas uma da outra, remetem à ideia de algo difícil de ser respondido. Ou, ainda, pode transparecer uma inutilidade do exercício da lógica. Mas é preciso dizer: trata-se de um problema científico!²¹

A ideia de resgatar esta charada surgiu como forma de dialogar com a reativação do debate no Brasil sobre a documentação produzida em museus. Ainda que discreta, as proposições giram em torno de sua genealogia. Como tal, acabam por envolver, diretamente, a questão da terminologia, ou melhor, do qualificador utilizado após a palavra documentação. No mundo dos museus²², os seguintes termos são aplicados:

- documentação de acervos
- documentação de acervos museológicos
- documentação do acervo
- documentação de coleções
- documentação de gestão museológica
- documentação de museus
- documentação do museu
- documentação em museus
- documentação em Museologia
- documentação sobre Museologia
- documentação museal
- documentação museográfica
- documentação museológica

²⁰ Em 1987, Vinos Sofka aplicou o dilema à Museologia e aos museus, no artigo *The chicken or the egg?* publicado no ICOFOM Study Series (1987), 13.

²¹ Para maiores informações sobre as recentes pesquisas em torno do tema, sugiro consultar: Garattoni, B. (Ed.). (2019, 22 de fevereiro). Quem nasceu primeiro: o ovo ou a galinha? Um cientista, um filósofo e um sujeito de QI monstro respondem. *Revista Superinteressante*. Acedido Novembro 01, 2019 em <https://super.abril.com.br/historia/quem-nasceu-primeiro-o-ovo-ou-a-galinha/>.

²² É possível ver detalhes sobre a utilização dos termos listados no Apêndice 1.

- sistema de documentação de museu
- sistema de documentação na Museologia
- processo da documentação museológica
- etc.

A multiplicidade terminológica na documentação praticada em museus foi tema da investigação empreendida em 2014, por Juliana Monteiro, na dissertação de mestrado *Documentação em Museus e Objeto-Documento: sobre noções e práticas*. A autora examina historicamente a variação de nomenclaturas empregadas na área. Delimita como recorte de investigação, a produção do *ICOM International Committee for Documentation* (CIDOC) somada à praticada em 4 países: Reino Unido, Estados Unidos da América, Espanha e Brasil.

Pesquisa semelhante foi empreendida na tese de Cláudia Penha dos Santos, defendida em 2016. A museóloga identifica as variações terminológicas da documentação praticada em museus, segundo grupos de autoras(es) brasileiras(os) e suas respectivas formações acadêmicas nas áreas da Museologia e/ou da Ciência da Informação. Vale destacar, em especial, a reflexão de Claudia Penha incitada diretamente por uma afirmação de Paulette Olcina, feita no início da década de 1970. Como é sabido, Paulette deu continuidade ao trabalho de sua lendária mestra Yvonne Oddon, no CIDOC, e acabou se tornando, igualmente, uma referência internacional. Ela reconhecia que a prática documental era uma atividade antiga realizada nos museus, mas, no entanto, defendia que a sua instituição como disciplina era recente. Em contra argumentação, a museóloga brasileira declara:

Esta afirmação poderia ser relativizada, pelo menos no Brasil, principalmente se levarmos em consideração o Curso de Museus criado em 1932 no Museu Histórico Nacional. Na leitura do livro *Introdução à Técnica de Museus* percebemos a discriminação de inúmeras normas e regras sobre o trabalho prático em museus e as referências também estão parcialmente dadas. Cabe aqui uma questão: em que momento um corpo de conhecimentos se torna uma disciplina e quais são as suas formas de legitimação? Ainda não é possível responder, mas algumas pistas nos levam a crer que **talvez a questão não se resuma às discussões teóricas e metodológicas inerentes a constituição de qualquer disciplina, mas sim a ausência de fóruns de legitimação das mesmas** (Claudia Penha dos Santos, 2016, pp. 46-47, meu grifo em negrito).

Ao levantar a discussão teórica e metodológica das ciências, Claudia Penha dos Santos claramente entra em diálogo com os estudos em voga na Museologia, na década de 1960, e que

foram mais aprofundados entre os anos 1970 a 1990. Naquela época, interessava debater o estatuto científico da área museológica²³. As(os) profissionais que defendiam a centralidade dessa questão acabavam, quase sempre, a estendendo até a Museografia. A faceta prática ou aplicada da Museologia serviria para compor o chamado ‘método científico’, indispensável para a afirmação de qualquer ciência. E é esse o contexto histórico no qual Paulette Olcina formula sua alegação. A exemplo de outras(os) pesquisadoras(es), ela pode tê-la proferido na tentativa de aproximar a prática documental empreendida no museu à Documentação, fundada pelos advogados belgas Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1854-1943). Esta Documentação, grafada com a letra d maiúscula, foi reconhecida como área do conhecimento, pelos ‘agentes da consciência e do discurso’, expressão foucaultiana para designar os intelectuais (Michel Foucault, 2000b, p. 9).

É nessa mesma seara que transita o discurso de Luciana Menezes de Carvalho e Tereza Scheiner, contido no artigo *Reflexões sobre Museologia: documentação em museus ou documentação museológica?* Nele, as autoras afirmam que a documentação em museus teve início na segunda metade do século XX. Segundo elas, este seria o momento no qual ocorre a consolidação, concomitante, da Ciência da Informação e da Museologia como áreas de conhecimento (Luciana Carvalho & Tereza Scheiner, 2014, p. 4583). Nesse sentido, explicitam:

O campo do conhecimento que reivindica e **legitima a documentação enquanto objeto de análise – dentre outros - é a já citada Ciência da Informação** com quem, portanto, teóricos na Museologia dialogam para entender e delinear a especificidade documentação em museus (Luciana Carvalho & Tereza Scheiner, 2014, p. 4587, meu grifo em negrito).

Esta posição é apenas o pano de fundo para o principal argumento defendido no texto: o uso indiscriminado e a confusão terminológica entre ‘documentação museológica’ e ‘documentação em museus’. Para conferir ao debate uma base teórica, as autoras iniciam o texto examinando as principais discussões sobre o estatuto científico da Museologia e citam, como

²³ Sobre a discussão promovida na década de 1960, Suely Ceravolo afirma: “de acordo com Peter van Mensch um “estoque de teoria museológica” para firmar-se como disciplina acadêmica desenvolveu-se desde os anos 1960. Se essa idéia, expectativa ou desejo já assomava alguns, digamos, pensadores da Museologia, eles estavam dispersos, fato relativamente superado com a instauração do Icofom. Houve, a partir dessa concentração, a modelagem de certo núcleo de idéias que, embora tomassem até rumos contrários, formou um conjunto de referências relativamente mais estáveis e conhecidas” (Suely Ceravolo, 2004, p. 242). O adensamento das discussões em torno da possível cientificidade da Museologia, no âmbito do Comitê Internacional para Museologia do Conselho Internacional de Museus (ICOFOM), pode ser vislumbrada na publicação *Museological Working Papers*, editada pelo citado Comitê, em 1980. Com o título *Museology – science or just practical museum work?* Teóricos de várias partes do mundo expressaram suas diferentes opiniões sobre a temática.

síntese da distinção entre as escolas de pensamento, a diferença expressa nos termos *Museum Studies* e Museologia. Como se sabe, a primeira nomenclatura é utilizada nos países anglo-saxônicos, e a última nos de origem francófona, latina e do Leste Europeu.

Em sequência, empregam o conceito de *Linguagem de Especialidade*, ou seja, a linguagem que empresta sentido e valor a termos empregados em um determinado campo científico – também chamado de fraseologia. Com o argumento da necessidade de estabelecimento do ‘capital cultural’ na documentação, defendem a substituição dos termos ‘documentação museológica’ e ‘documentação em museus’. Segundo as autoras, a documentação praticada nos museus deveria ser denominada **documentação em Museologia**, enquanto a documentação das fontes de pesquisa sobre a Museologia passaria a ser nominada de **documentação sobre Museologia** (Luciana Carvalho & Tereza Scheiner, 2014, p. 4588).

Compreendo a discussão do componente lexical como recurso para consenso e precisão conceitual de determinada área do conhecimento. Porém, se deslocarmos a análise para o enquadramento teórico anteriormente citado, construído por Michel Foucault, será possível perceber que no esforço pela univocidade terminológica há outros elementos em jogo.

Tradicionalmente se emprega uma visão dualista na análise do conhecimento como uma relação entre o sujeito e o objeto, na qual o sujeito aprende sobre o objeto, enquanto esse é por ele aprendido. Na perspectiva do filósofo francês, o saber²⁴ é enquadrado nas práticas sociais e, por isso, é uma ação discursiva que está em disputa. É um espaço onde o sujeito toma posição para agir dentro do discurso, o que potencialmente pode trazer alterações tanto nos sujeitos, como nos objetos. Ambos podem ser redimensionados e alterados, havendo também a possibilidade de eclosão de novos sujeitos e novos objetos.

Esta compreensão possibilita clarificar o fato de um saber não estar restrito às instituições científicas (universidades, institutos de pesquisa etc). Foucault rompe com o monopólio da verdade, expressa em formulações discursivas hierarquizantes que, conseqüentemente, se

²⁴ A distinção feita por Michel Foucault entre conhecimento e saber é descrita por Judith Revel como: “Foucault distingue nitidamente o ‘saber’ do ‘conhecimento’: enquanto o conhecimento corresponde à constituição de discursos sobre classes de objetos julgados cognoscíveis, isto é, à construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos independentemente do sujeito que os apreende, o saber designa, ao contrário, o processo pelo qual o sujeito do conhecimento, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade de conhecer. A análise arqueológica conduzida por Foucault até o começo dos anos 70 ocupa-se da organização do conhecimento numa época dada e em função de classes de objetos específicos; a análise genealógica que lhe sucede tenta reconstituir a maneira pela qual o saber implica, ao mesmo tempo, uma relação com os objetos de conhecimento (movimento de objetivação) e com o si cognoscente (processo de subjetivação)” (Judith Revel, 2005, p. 77).

constituem como mecanismos de concentração de poder. Poder sobre a formulação de discursos. Poder na distinção entre os enunciados verdadeiros dos falsos. Logo, poder que normatiza os campos sociais para determinar quem produz documentação no campo da Museologia, e quem não produz.

Interessa notar que à posição de Foucault se soma o pensamento de Pierre Bourdieu, utilizado por Luciana Carvalho & Tereza Scheiner (2014) para alicerçar as considerações sobre campo e pesquisa científica. As autoras reconhecem a visão do sociólogo sobre poder e verdade na construção do saber. Chegam a citar que os “objetos de estudo de um campo são construções sociais”, e como tal estão sujeitos à “relações de forças, lutas e estratégias, interesses e lucros – trata-se de um espaço de jogo cujo fim é o monopólio, ou o reconhecimento, da “autoridade ou competência científica” (Luciana Carvalho & Tereza Scheiner, 2014, pp. 4577-4578).

As autoras localizam em Pierre Bourdieu os mesmos preceitos defendidos por Michel Foucault. Mas, ao aplicarem tais questões à documentação produzida em museus, alteram a linha de pensamento do sociólogo. Elas interpretam que a documentação é um “conhecimento” e “como tal, assim como ocorre nos campos eruditos, [é produzida] por e para pares, de forma endógena” (Luciana Carvalho & Tereza Scheiner, 2014, p. 4578). Posteriormente, a esta posição decorrem as conclusões anteriormente comentadas, que conduzem para um exercício de controle terminológico.

Interessa notar que, Bourdieu e Foucault, ambos de origem francesa, tiveram suas trajetórias intelectuais marcadas pelos acontecimentos ocorridos em Maio de 1968. Momento de experimentação real da concretude do poder. Nesse episódio, o poder foi exercido tanto pelo Estado, como pela ação revolucionária expressa nas lutas de base agregadas ao movimento estudantil. Foucault e Bourdieu puderam observar, então, que o poder não é estático. Pelo contrário, ele é fruto de um exercício ininterrupto, e está presente em toda a sociedade.

Pierre Bourdieu utiliza esse princípio para examinar a atividade científica. Ele contesta a neutralidade do discurso científico, assim como sua objetividade e insenção. O conhecimento, para ele, é fruto das condições de possibilidades do surgimento de discursos, e por isso, envolvem determinantes sociais, políticos e históricos. Nesse sentido, encara os discursos como fatos linguísticos imbuídos de poder.

Seguindo a mesma ótica oferecida por Foucault e Bourdieu sobre o híbrido poder/saber, afirmo minha posição conceitual sobre a documentação praticada nos museus. Ela é um saber específico, construída ao longo de práticas sociais impactadas por diferentes relações de poder, estabelecidas nos processos museais praticados desde a Antiguidade até os dias atuais.

Por isso, nesta tese, opto pela nomenclatura **documentação museal**. Trata-se de um claro e consciente posicionamento ideológico. Primeiro, serve para demarcar o meu desinteresse no debate em torno da univocidade terminológica. No Brasil, as recentes disputas discursivas têm girado em torno de 4 expressões: 1) documentação museológica, 2) documentação museográfica, 3) documentação em Museologia e 4) documentação sobre Museologia. A abstenção pela escolha de um dos 4 vocábulos não é uma estratégia de inversão do discurso, que possibilita a apresentação e defesa de uma quinta opção terminológica.

Então por que utilizar a expressão documentação museal? O emprego de um enunciado formado pela palavra documentação, somado a um adjetivo próprio do mundo dos museus, serve para demarcar a minha posição conceitual de não reconhecimento da Documentação como a área científica da qual o trabalho documental realizado pelos museus deriva. Defendo a compreensão da existência simbiótica entre documentação e museu, entre documentação e coleção²⁵, portanto, compreendo que a documentação museal é anterior à Documentação estruturada no fim do século XIX por Paul Otlet e Henri La Fontaine.

Importa ressaltar que a expressão documentação museal não é de minha autoria. Ela está presente nas páginas 589 e 590 do *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie* (Dicionário Enciclopédico de Museologia), produzido em 2011, sobre a direção de Andrés Desvallées e François Mairesse, que assim a especificam:

A documentação [museal] designa a informação de qualquer natureza, material e imaterial, escrita, visual, sonora ou outra, que permite conservar a memória do contexto do qual um objeto de museu foi extraído, e que o acompanha, portanto, quando de sua transferência para o museu [a documentação é repertoriada e organizada em catálogo]²⁶ (André Desvallées & François Mairesse, 2011, pp. 589-590, livre tradução. Os colchetes foram recursos utilizados pelos autores).

Desta forma, pode-se concluir que a documentação museal é aquela praticada em qualquer tipo de museu. Tendo em vista a capacidade metamórfica das instituições museais no que concerne à sua finalidade, seu público e às suas coleções, é de se imaginar que também haja

²⁵ A proximidade entre museus e coleções ultrapassa os estudos empreendidos pelo Colecionismo. Um exemplo atual é a promulgação pela UNESCO, em 20 de novembro de 2015, da *Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade*.

²⁶ Texto original: “En tant que résultat, la documentation [muséale] désigne l’information de toute nature, matérielle et immatérielle, écrite, visuelle, sonore ou autre, qui permet de conserver la mémoire du contexte dans laquelle se trouvait un objet de musée avant extraction de ce contexte, et qui l’accompagne donc lors de son transfert au musée [la documentation est repertoriée et organisée dans le catalogue]” (André Desvallées & François Mairesse, 2011, pp. 589-590).

uma multiplicidade de modelos documentais. A catalogação de uma obra de arte demanda campos informacionais específicos, assim como a de um artefato arqueológico, uma espécie biológica, um território musealizado, um bem imaterial como o frevo, o queijo, as relações partidas etc.

É em nome dessa variabilidade que gostaria de sugerir uma outra forma de relacionamento entre as áreas que tratam com a memória e a informação: Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Museologia. Utilizemos favoravelmente os pontos de aproximação entre os campos, incluindo o reconhecimento comum da visão inovadora de Paul Otlet e Henri La Fontaine. As contribuições dos advogados belgas para a amplificação das noções de documento, informação e documentação são amplamente reconhecidas. Sabe-se que suas reflexões e práticas incluíram o museu, a biblioteca, o arquivo e outras instituições na engrenagem, não hierarquizada, de proteção de documentos e da produção do saber. Aproximação, no entanto, não requer o estabelecimento de uma gênese ligada a um sujeito fundador global, ou ainda, a tentativa de estabelecimento de um currículo de formação comum.

A perspectiva do saber como uma construção social nos liberta para reconhecer que as 4 (quatro) áreas têm distinções teóricas e práticas, constituídas graças a processos históricos independentes, no que concerne às suas dimensões filosóficas, econômicas, políticas, científicas etc. Nos subcapítulos a seguir serão pontuados 4 (quatro) momentos históricos importantes para a constituição do saber denominado documentação museal, sendo especialmente explicitados os sujeitos envolvidos e as métricas, procedimentos e instrumentos construídos.

1.2.1. Colecionar e documentar: humano, demasiado humano²⁷

A documentação, nos museus, remonta ao hábito de colecionar objetos. Um fenômeno, ao que tudo indica, tão antigo quanto a própria existência humana. Pesquisadoras(es) (Edgar Morin, 1997/1970; Robert Chapman & Klavs Randsborg, 1981; Zoe Crossland, 2010) descobriram, em diferentes partes do planeta, um expressivo número de sepultamentos humanos datados do Neolítico, com uma característica comum: na sepultura, juntamente à ossada, encontraram artefatos. É o chamado mobiliário funerário, que segundo arqueólogas(os) e antropólogas(os), dedicadas(os) à denominada etnografia das práticas funerárias, são importantes fontes de estudo dos comportamentos, atitudes e pensamentos de diferentes grupos sociais (Sérgio Silva, 2005, p. 71).

Premissa similar é defendida por Krzysztof Pomian. O autor é um filósofo e historiador internacionalmente reconhecido por sua pesquisa dedicada à história da cultura europeia, com especial destaque para o estudo sobre a natureza das coleções e dos museus. Seu primeiro texto em português foi publicado em 1984, no volume da *Enciclopédia Einaudi* dedicado à Memória e à História. Trata-se do verbete *Colecção*, uma das mais citadas produções sobre o tema. Nele, o historiador realiza uma relevante análise histórica do Coleccionismo, tendo como pano de fundo o conceito, por ele formulado, de coleção: “qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito das atividades económicas, sujeitos a uma proteção especial (...)” (Krzysztof Pomian, 1984, p. 53). Temporalmente, elenca a primeira evidência material de uma coleção: o mobiliário funerário decorrente do período Neolítico. Explica que a prática de enterramento de objetos pertencentes às(os) mortas(os) não é universal, mas pode ser comprovada em diferentes culturas, pelo estudo de sepulturas com variações de dimensões e, ainda, na quantidade e riqueza dos objetos – fatores que evidenciam diferenças entre classes sociais e gênero.

Pomian, com o exame deste fenômeno, ressalta 2 (dois) pontos importantes sobre o mobiliário funerário: 1) o zelo empregado na perpetuação das coleções para a eternidade - pa-

²⁷ Emprego a expressão tal qual utilizada por Friedrich Nietzsche, no título do livro *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*, publicado em 1878.

tente nas implicadas arquiteturas de tumbas de governantes e nobres ricos, que claramente viviam medidas de segurança contra a pilhagem -, e 2) os objetos eram meticulosamente dispostos para serem admirados pelas(os) mortas(os) (Krzysztof Pomian, 1984, p. 56).

Outro autor que discute o desejo pelo ajuntamento de bens materiais é o antropólogo James Clifford (1994). Em seu texto denominado *Colecionando Arte e Cultura*, ele realiza uma análise crítica e histórica do ato de colecionar, abordando suas características em sociedades complexas e primitivas. Apoiando-se na pesquisa promovida por Susan Steward, publicada no livro *On Longing: Narratives of the Miniature, the Gigantic, the Souvenir, the Collection*, Clifford informa que todo ajuntamento de objetos é um ato derivado do desejo. Ou seja, é a fixação de um sujeito em determinados objetos. A distinção na relação do desejo é o que possibilita diferenciar uma coleção de um fetiche. Seu limite é mediado pela classificação, ou seja, pelo ato de documentar (James Clifford, 1994, p 24).

Sabe-se que a documentação qualifica uma coleção. É através dela que é possível comprovar a posse de determinado objeto (como foi adquirido), registrar sua distinção (porque o objeto foi escolhido), preservar as suas informações físicas, contextuais e históricas, além de inscrever todas as ações de conservação, restauração, comunicação e movimentação posteriores à sua aquisição. Ao procurar um paralelo entre a documentação de um bem cultural e a documentação de um sujeito, é possível afirmar que a última se corporifica em um dossiê composto por certidão de nascimento, cartão de saúde, curriculum vitae, passaporte etc.

A junção dos dossiês de todos os bens de uma coleção conforma uma síntese do criador e da criatura, ou seja, da(o) colecionadora(colecionador) e de seu acervo. O investimento no tipo de representação da síntese é proporcionalmente igual ao que se deseja revelar. Informações básicas dos objetos são normalmente inseridas em livros de registros, inventários e, contemporaneamente, em listas eletrônicas. Quando se deseja ilustrar a(o) colecionadora(colecionador) e/ou a coleção, são escolhidos catálogos, documentários, filmes etc.

Interessa notar que em muitos episódios históricos, as coleções feneceram, mas a sua documentação sobreviveu. É quando a documentação ganha outra função: fonte historiográfica. Este fato pode ser corroborado pelo número de pesquisadoras(es), de diferentes formações, que utilizam livros de registros, inventários, catálogos, relatos de viagem, cartas, diários e outras fontes documentais para produzir a historiografia das coleções - o chamado Colecionismo - e também dos museus. Dentre eles, podemos destacar os já citados trabalhos de David Murray (1904), Julius von Schlosser (1908), Germain Bazin (1967), Edward Alexander (1979), D. An-

drews Roberts & Richard Light (1980), Adalgisa Lugli (1983), Krzysztof Pomian (1984), Oliver Impey & Arthur MacGregor (1985), Antoine Schnapper (1986), Eva Schulz (1990), Paula Findlen (1994) etc.

A temática continua a instigar a pesquisa no século XXI, o que levou ao lançamento de um trabalho fundamental, que relaciona a história das coleções ao surgimento dos museus e da documentação museológica. Trata-se do livro *Historia de la Documentación Museológica: la gestión de la memoria artística*, publicado em 2002, por María Teresa Marín Torres - doutora em história da arte e professora titular da Universidade de Múrcia (Espanha). A obra contém uma aprofundada análise histórica-teórica dos registros administrativos e científicos, de caráter documental, das coleções artísticas, tendo algumas delas se tornado bens culturais musealizados. Ao relatar os precedentes da documentação, María Teresa Torres (2002, p. 83) afirma que sua raiz reside na Antiguidade, período em que ocorreu o crescimento do número de agrupamentos humanos em cidades. Este fato influenciou diretamente a maior quantidade de descobertas de sítios arqueológicos, que evidenciam o gosto pela formação de coleções. Algumas delas, inclusive, transformadas em museus.

Um exemplo é o caso dos achados arqueológicos coordenados pelo arqueólogo Leonard Woolley, na cidade de Ur²⁸, mais especificamente na área do famoso Zigurate, complexo que abrigava o palácio e o templo mesopotâmico. As(os) cientistas descobriram fragmentos de textos escolares, silabários e um dicionário com a inscrição: “propriedade da classe dos meninos”. Na sala posterior havia artefatos oriundos de distintas áreas geográficas e de diferentes épocas, que variavam entre 2.100 AEC e 600 AEC (Louise Pryke, 2019). Junto aos artefatos encontraram 1 (um) tambor de argila, com 4 colunas escritas em 3 idiomas diferentes, conforme demonstrado na figura 3. Segundo as(os) especialistas, serviam como uma espécie de etiqueta aos artefatos. Leonard Woolley (apud Werner Keller, 1956, p. 224b) afirma se tratar da primeira ‘etiqueta de museu’ conhecida.

²⁸ Localizado próximo a atual cidade de Nasiriyah, situada na província de Dhi Qar, na região sudeste do Iraque.

Figura 3 - Cilindro de argila inscrito em três idiomas – Ur – Século 6 AEC.



O objeto integra o acervo do *British Museum*.

Ao que tudo indica se tratava de um museu escolar. Talvez, o primeiro da humanidade. Sua curadora foi a princesa, sacerdotisa e gestora escolar Bel-Shalti-Nannar, também conhecida como Bel-Shalti-Nanna ou Ennigaldi-Nanna. O museu continha artefatos que possivelmente foram escavados por Nabonido, o último rei neo-babilônico, pai de Bel-Shalti-Nannar, e outros coletados por Nabucodonosor. O trabalho de Ennigaldi-Nanna, nas palavras de Woolley, é o “mais antigo catálogo de museu conhecido” (Woolley apud Werner Keller, 1956, p. 296).

Geoffrey Lewis descreve essa mesma descoberta em seu verbete sobre a História dos Museus, presente na *Encyclopædia Britannica*, no qual afirma:

As descobertas de Woolley indicaram que os reis da Babilônia Nabucodonosor e Nabonido certamente coletaram antiguidades em seus dias. Além disso, em uma sala próxima à desenterrada escola do templo foram encontradas não apenas uma coleção de antiguidades, mas também uma tabuinha descrevendo inscrições do século 21 a.C. Woolley interpretou o achado como uma legenda pertencente ao museu. Essa descoberta parece sugerir que Ennigaldi-Nanna, filha de Nabonidus e uma sacerdotisa que dirigia a escola, tinha um pequeno museu educacional lá²⁹ (Geoffrey Lewis, 1998, livre tradução).

²⁹ Texto original: “Woolley’s findings indicated that the Babylonian kings Nebuchadrezzar and Nabonidus certainly collected antiquities in their day. In addition, in a room next to the unearthed temple school there was found not only a collection of antiquities but also a tablet describing 21st-century-BCE inscriptions. Woolley interpreted the tablet as a museum label. This discovery seems to suggest that Ennigaldi-Nanna, Nabonidus’s daughter and a priestess who ran the school, had a small educational museum there” (Geoffrey Lewis, 1998).

Uma década antes de Lewis, as profissionais de museus Anna Gregorová e Waldisa Rússio Camargo Guarnieri também associaram o trabalho de Bel-Shalti-Nannar ao possível primeiro museu que temos registro. Anna Gregorová realizou tal asserção em 1980, em artigo publicado no periódico *Museological Working Papers* (MuwoP). Anos mais tarde, em 1989, Waldisa, baseada em Anna Gregorová, afirmou que a princesa realizou aquilo que talvez tenha sido a primeira coleta e o primeiro inventário do provável primeiro museu da história (Waldisa Guarnieri, 1989, p. 7).

Ainda no período da Antiguidade Clássica se destaca outro exemplo importante do estudo das coleções e de sua associação com os museus: os arrolamentos dos bens pertencentes aos templos erigidos para os deuses gregos e romanos. Pomian (1990, p. 14) oferece uma análise que justifica o rigor empregado em sua confecção. Segundo o autor, a ritualística emanada das oferendas religiosas exigia procedimentos de segurança e conservação, já que qualquer oferta entregue em um templo passava a ser propriedade do deus evocado e, portanto, não poderia ser tocada. Com isso, ressalta o estudioso, o objeto perdia sua função original para adquirir o status de um bem em exposição. Deve-se lembrar que tais locais recebiam peregrinos e turistas, que visitavam os templos para orar e, também, para admirar as ofertas depositadas.

Os cuidados empreendidos expressam o conceito de coleção elaborado por Pomian, principalmente no que se refere a chamada perda da função original do objeto, e a sua remoção do ciclo de atividades econômicas. Qualquer objeto, uma vez oferecido aos deuses, deveria ser preservado eternamente. Adquiriria, ainda, o status de um bem em exposição, passando a receber todos os procedimentos necessários de preservação.

Ainda sobre os inventários dos templos gregos e romanos, María Teresa Torres (2002, p. 75) relata o grande cuidado com que eram realizados e constantemente checados. Na época de mudança de magistratura, eram prova primordial da lisura do sacerdote predecessor. Germain Bazin é outro autor que se detém no estudo dos arrolamentos, e relata:

Tal como os nossos museus de hoje, os inventários eram muito detalhados e incluíam o nome do objeto, o material, o peso, as marcas, o nome do deus a quem a oferta foi feita, a ocasião da oferenda, a data, o nome e a nacionalidade do doador (Germain Bazin, 1967, p. 14, livre tradução).

Nos 2 (dois) exemplos citados, a associação histórica entre a formação de coleções e a posterior criação de museus é explícita, e só pode ser comprovada graças a descoberta dos artefatos em disposição indicadora de uma atividade expositiva, mas, acima de tudo, pela presença da documentação atribuída aos objetos. Com essa premissa em pauta pode-se conjecturar:

se Leonard Woolley não tivesse encontrado os artefatos acompanhados por tabuletas e tambores de argila com inscrições, que serviam como uma espécie de etiqueta, ele teria afirmado que o sítio arqueológico era um museu? Como comprovar o caráter preservacionista com que as oferendas eram tratadas nos templos gregos e romanos, já que elas não resistiram ao tempo? É, portanto, a documentação dos objetos e dos processos que torna possível as pesquisas sobre a temática.

Pode-se constatar a importância da documentação para a comprovação e o entendimento do valor histórico de um objeto, em um exemplo onde ela inexistente. É o caso dos 114 bronzes achados no ano de 2011, no *Vale of Wardour*, na Grã-Bretanha. São armas, ferramentas e ornamentos de bronze, que foram propositalmente enterrados em grupo, aproximadamente VII AEC. Vale notar, no entanto, que os objetos encontrados foram produzidos em diferentes épocas, com mais de 1.000 anos de diferença entre um e outro. Sua disposição lado a lado sugere que todas as peças foram enterradas ao mesmo tempo, ou seja, não foram sendo acrescentadas ao longo do tempo. O que intriga as(os) arqueólogas(os) é o desejo de preservar peças, que além de serem de épocas diferentes, também tinham utilidades diferenciadas. Uma das hipóteses para tal enterramento, levantada por Dot Boughton, é que os objetos compunham coleções ou museus (Dot Boughton, 2013). Por não haver documentação, essa hipótese dificilmente poderá ser comprovada.

1.2.2 Documentação monofônica

A monofonia é um termo da teoria musical, utilizado para designar uma melodia desprovida de acompanhamento. A única variante possível nesse tipo de textura musical é o canto, ou o acompanhamento instrumental, executado em oitavas diferentes. O exemplo clássico da monofonia é o canto gregoriano.

Utilizo emprestado o termo da Música, para aplicá-lo à documentação praticada em coleções e museus, no período que compreende os séculos XVI a XIX. Apesar de se constituir em uma fase rica e fundamental na criação de instrumentos documentais até hoje utilizados, não se pode deixar de reconhecer que é igualmente o período em que se fortaleceu a imagem do sujeito erudito como proprietário ou responsável pelas coleções e museus. Uma só voz que coleta/compra, documenta, conserva e exhibe. Quando muito, uma voz acompanhada de um conjunto de indivíduos, que seguem a melodia em oitavas diferentes.

Muitas das coleções e museus constituídos no Renascimento e Iluminismo foram dispersos. Seu estudo só é possível graças ao acesso às fontes primárias preservadas, como correspondências trocadas entre colecionadores e comerciantes, além de cadernos de viagens. Destaco, no entanto, dentre essas fontes, a documentação das coleções registrada em forma de inventários, tratados e catálogos (ilustrados ou não). Sua conservação permitiu as(aos) pesquisadoras(es) historiar os processos de formação de diferentes áreas de conhecimento, principalmente aquelas ligadas à natureza. Também foi possível identificar espécimes existentes à época, além, é claro, de aprofundar pesquisas sobre as(os) colecionadoras(es) e suas coleções. A importância do desenvolvimento de inventários e catálogos é de tal ordem, que María Teresa Torres (2002, p. 53) os reconhece como os antecessores mais claros da documentação museográfica atual.

São muitos os exemplos de inventários, catálogos e também tratados que estão preservados até a atualidade. No entanto, dado que o objetivo desse subcapítulo é ilustrar, e não esgotar a temática, serão oferecidos um ou dois exemplos, mais relevantes, para a caracterização das condições de possibilidades em que determinados sujeitos estabeleceram discursos e instrumentos documentais.

Especificamente quanto ao século XVI, as(os) historiadoras(es) ressaltam as profundas transformações políticas, religiosas, culturais e intelectuais ocorridas. Foi o período no qual se estabeleceram as grandes rotas comerciais marítimas, fato que propiciou o contato entre culturas e a experimentação de novos sabores, cheiros, cores, além da descoberta de inéditas espécimes da fauna e flora. Segundo David Harvey foi um período de reconstrução radical das noções de espaço e tempo. O autor afirma:

De uma perspectiva etnocêntrica, as viagens de descoberta produziram um assombroso fluxo de conhecimento acerca de um mundo mais amplo que teve de ser, de alguma maneira, absorvido e representado; elas indicavam um globo que era finito e potencialmente apreensível. O saber geográfico se tornou uma mercadoria valiosa numa sociedade que assumia uma consciência cada vez maior do lucro. A acumulação de riqueza, de poder e de capital passou a ter um vínculo com o conhecimento personalizado do espaço e o domínio individual dele (David Harvey, 1992, p. 221).

O incremento na circulação de bens e mercadorias, aliado às práticas mercantilistas de acumulação de metais preciosos, implantação de novas indústrias e colonização de novos territórios dilataram os lucros financeiros. O ganho de capital, por sua vez, resultou no enriqueci-

mento e no aumento do poderio das cidades-Estados e de muitas famílias burguesas, que comandavam o comércio e as manufaturas. E, graças aos princípios estabelecidos pela reforma protestante, a concentração pecuniária passou a não ser mais condenada como usura, tanto no âmbito religioso como moral.

O novo contexto sociopolítico-econômico do Renascimento impulsionou a formação de coleções³⁰, que se constituíram como um novo paradigma do saber. Elas passaram a ser um meio privilegiado para a consumação da visão aristotélica de construção do conhecimento. A exposição dos artefatos, em ambientes destinados à essa finalidade, favorecia a percepção sensorial, o que conduziria ao conhecimento intelectual.

Segundo as fontes historiográficas, as coleções foram cultivadas, majoritariamente, por homens³¹, que basicamente pertenciam a 2 (duas) camadas diferenciadas: os nobres e os estudiosos, principalmente os formados em Medicina ou Botânica. A alta incidência de médicos e botânicos dentre os colecionadores, é explicada por Paula Findlen. Ela informa que o ensino humanista da *materia medica*, ou seja, a compreensão e investigação da natureza pela medicina, foi pioneiramente realizado nas universidades de Pisa, Pádua e Bolonha, por meio da coleta e coleção de espécimes; método-base da futura História Natural. Segundo a autora, os professores da *materia medica* foram os primeiros fundadores de jardins botânicos. Eles também utilizavam os museus – assim nominados pela autora - como parte das estruturas de ensino (Paula Findlen, 1994, p. 2).

A quantidade de sujeitos e de objetivos na formação de coleções resultou na multiplicidade de recintos para sua instalação. A nomenclatura dada a esses espaços variou conforme a localização geográfica. No entanto, percebe-se que as denominações não tinham caráter perpétuo, já que há registros de colecionadores que trocavam frequentemente os nomes de seus recintos. No território conhecido atualmente como Itália, predominaram os *studiolo*³², *studio*,

³⁰ Segundo Christine Ferreira Azzi, as coleções privadas de obras de arte surgiram no século XV. Eram conhecidas como “coleções principescas”, pois como o próprio nome indica, foram formadas, sobretudo, pelos príncipes italianos, e simbolizavam o poder político e econômico das famílias (Christine Azzi, 2011, p. 366).

³¹ Há poucos registros de mulheres que formaram coleções nos séculos XV e XVI. Sabe-se que Isabella d’Este (1474-1539), Marquesa de Mântua, encomendou pinturas de Mantegna e de outros grandes artistas para seu *studiolo* (National Gallery, 2019). Considera-se, igualmente, que Margaret da Áustria (1480-1530), Duquesa de Savoy, formou uma coleção. No entanto, não consegui obter maiores informações sobre a forma de preservação e, sobretudo, se os objetos foram exibidos em um cômodo próprio para visitação de sujeitos externos à família.

³² O glossário da National Gallery, assim define *studiolo*: 'studiolo' (em italiano, que significa pequeno estúdio) é uma pequena sala, muitas vezes ricamente decorada, dedicada à leitura, estudo e escrita. Geralmente é de caráter privado (National Gallery, 2019).

stanzino, scrittoio, casino e teathrum (ou teatro). Já no norte da Europa, eram conhecidos os gabinetes de curiosidades³³. Há registro também de uso dos termos: *musaeum, museo, microcosmo, archivio* e *galleria* (Paula Findlen, 1994, p. 48).

Um colecionador de grande destaque nesse período foi Albert V, o Duque da Bavária. Reconhecido patrono das artes e ávido colecionador, ele conseguiu adquirir coleções inteiras em Roma e Veneza. Se confere destaque a Coleção Loredan, comprada praticamente em sua totalidade: 120 bronzes, 2.480 medalhas e moedas, 91 cabeças de mármore, 43 esculturas de mármore, 33 relevos e 14 curiosidades diversas (Jaynie Anderson, 1979, p. 640).

Em 1552, Albert V encomendou ao pintor da corte Hans Mielich, que realizasse o inventário da coleção de joias, que ele e a sua esposa, a duquesa Anna, possuíam. O artista produziu um manuscrito com 110 desenhos a cores das joias ducais, distribuídos em 65 páginas do chamado *Livro das Joias (Kleinodienbuch der Herzogin Anna von Bayern)*. A obra mede 27,94 cm de altura por 21,5 cm de comprimento, e até hoje é preservada na Biblioteca Estatal da Baviera. Com esse feito, Albert V revolucionou o estilo testemunhal dos inventários, até então em voga.

A obra se tornou uma preciosidade. Uma das imagens mais conhecidas e comentadas pelas(os) especialistas em História da Arte é a miniatura da primeira página, reproduzida na figura 4. Nela é possível visualizar Albert e Anna jogando xadrez, sendo observados por membros da corte. O duque é retratado como um Cavaleiro da Ordem do Tosão de Ouro.

Os estudiosos Arnold & MacGregor (apud Stephanie Bowry, 2014, p. 31) conferem ao *studiolo* – nominados pelos pesquisadores como *scrittoio* – uma descrição similar: um espaço privado para estudo ou contemplação, que algumas vezes continha pequenos objetos. Os *scrittoi* frequentemente incluíam pinturas *trompe l'oeil* e objetos tridimensionais, como astrolábios presentes no *scrittoio* de Federigo da Montefeltro (1422-1482), em Gubbio.

³³ Conhecidos também como Câmara das Maravilhas. Em língua alemã são denominados como *Kunstkabinett, Kunstkammer* or *Wunderkammer*. Em língua inglesa são denominados como *Cabinets of Wonder* e *Wonder-room*. Segundo Murray (1904, p. 20), os principais gabinetes de curiosidades europeus foram registrados no livro *Les Antiquitez de Castres*, datado de 1649. A publicação é de autoria de Pierre Borel (c. 1620-1671), um químico, médico, botânico, que também possuiu um museu. A lista é distribuída ao longo de 8 (oito) páginas, que arrolam informações de cerca de 200 gabinetes de curiosidade, organizados pelo nome do proprietário, em ordem alfabética.

Figura 4 - Primeira página do Livro das Joias.



Fonte: Bavarian State Library, Munich Digitization Center, Acedido em Junho 02, 2018, em <http://daten.digital-sammlungen.de/bsb00006598/images/index.html?id=00006598&groesser=&fip=193.174.98.30&no=&seite=17>

O Livro das Joias também é analisado por Adam R. Gustafson, em sua tese de doutorado. Ao construir historicamente a trajetória de Albert V como patrono das artes, o pesquisador afirma: [o] “Livro das Joias foi uma encarnação precoce da paixão de Albrecht V pelo colecionismo e a **documentação**. Ambas as qualidades são características do humanismo principesco do norte, e o pequeno livro era apenas o começo”³⁴ (Adam R. Gustafson, 2011, p. 92, meu grifo em negrito).

Outro ponto de grande destaque no Renascimento, para a criação e a circulação de tratados e catálogos, foi a tecnologia da prensa móvel, desenvolvida em cerca de 1440, por

³⁴ Texto original: “*The Book of Jewels was an early incarnation of Albrecht V’s passion for collecting and documenting. Both qualities are hallmarks of northern princely humanism, and the tiny book was just the beginning*” (Adam Gustafson, 2011, p. 92).

Johannes Guttenberg³⁵. Segundo registros históricos, em 1500, ou seja, 60 anos após a invenção, existiam 226 oficinas de impressão espalhadas nas cidades da Europa. A maioria estava concentrava nos centros comerciais e nas cidades universitárias.

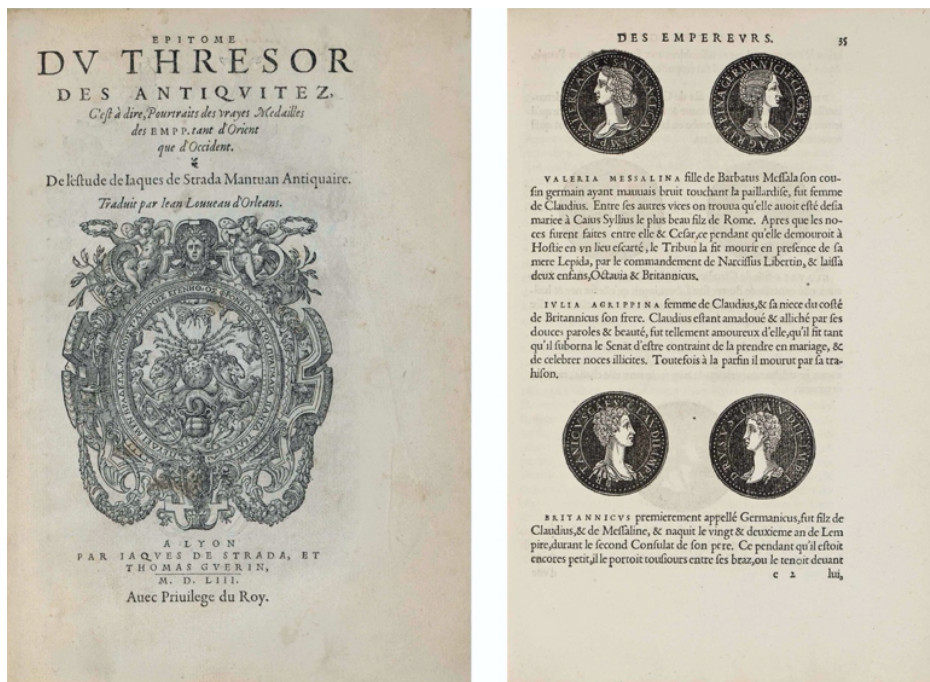
O impacto de tal invenção foi tão grande, que a historiadora inglesa Elizabeth Eisenstein a chama de uma revolução despercebida. Em seu livro sobre a invenção da imprensa, a autora relata as profundas mudanças culturais ocorridas na Europa Ocidental, desde que “a reprodução de materiais escritos começou a ser transferida da escrivania do copista para a oficina do impressor” (Elizabeth Eisenstein, 1998, p. 17).

A capacidade mecânica também ampliou a conjunção de imagens (mapas, diagramas, ilustrações etc.) ao texto. Esse fenômeno possibilitou a recuperação de imagens pertencentes a textos fundamentais de Ptolomeu, Vitruvius e Galeano – que haviam se perdido nas versões manuscritas – mas, também, impactou muitos campos científicos como a Geometria, Geografia e as Ciências da Vida. A facilidade de impressão da imagem mudou a literatura científica e possibilitou a reorientação da notação do saber. Ele passou a se realizar da imagem para a palavra (Elizabeth Eisenstein, 1998, p. 53).

Essa nova forma de registro do saber é encontrada em um dos primeiros tratados sobre coleções. Trata-se do *Epitome dv thresor des antiquitez, c'est à dire: pourtraits des vrayes medailles des empp. tant d'Orient que d'Occident*, de autoria de Jacobus (às vezes também denominado Jacopo) Strada, publicado em 1553, e reproduzido na figura 5. O autor foi um famoso arquiteto, e empreendeu um surpreendente projeto, que envolvia a criação de mais de 9.000 desenhos dos retratos encontrados em moedas antigas e medalhas de imperadores, datados de Júlio César até o imperador Carlos V. Os desenhos foram financiados pelo colecionador Hans Jakob Fugger, mas a publicação da obra ocorreu às custas do próprio autor.

³⁵ Pesquisadoras(es) registram que Guttenberg inventou os tipos móveis fundidos em metal, já que na China e no Japão, desde 1330, já existiam livros impressos com a técnica de tipos gravados em madeira.

Figura 5 - *Epitome dv thresor des antiquitez (...)*, Jacob Strada, 1553.



Fonte: Internet Archive. Acedido em Junho 02, 2018, em https://archive.org/details/bub_gb_wJGaRPvIBpUC

Jacobus Strada, além de ter trabalhado para a coleção de Fugger, também foi contratado por Albert V. Ele foi um dos principais intermediadores do Duque, na busca por coleções que se encontravam à venda na Itália.

É, no entanto, um tratado publicado 12 anos depois, em 1565, na cidade de Munique, que marcaria a história do Coleccionismo e dos museus (Eva Schulz, 1990, p. 206; François Mairesse, 2006, p. 13; Bruce Robertson, 2013, p. vi; Mark Meadow, 2013, p. 1; Andrés Desvallées & François Mairesse, 2011, p. 288c). É o livro *Inscriptiones vel tituli theatri amplissimi...* (Inscrições ou títulos do mais amplo teatro ...) escrito pelo médico belga Samuel van Quiccheberg.

Quiccheberg, assim como Strada, trabalhou para o colecionador Johan Jakob Fugger, como responsável pelos seus livros e coleções. Nessa oportunidade, ele implantou um sistema de catalogação e ordenamento dos mais de 30.000 livros do colecionador, baseando-se no pensamento de Conrad Gessner³⁶. Nessa função, ele também teve a oportunidade de testemunhar

³⁶ Conrad Gessner (1516-1565) foi um médico e naturalista suíço. Considerado como o pai da moderna bibliografia científica, por sua produção de *Bibliotheca Universalis* (1545-1549). A publicação descreve as obras conhecidas

o substancial financiamento para publicações, fornecido pelo Fugger a Jacobus Strada e Hubertus Goltzius (Mark Meadow, 2013, p. 10).

Em 1559, graças a sua referência de curador da coleção de Fugger, Quiccheberg começou a trabalhar para Albert V. Uma de suas missões foi reunir informações genealógicas e numismatas para a coleção do Duque, o que permitiu a Samuel realizar várias viagens para visitar membros da nobreza e colecionadores. Com isso, sua familiaridade com vários tipos de coleções aumentou, assim como sua rede social também se ampliou, e se fortaleceu (Mark Meadow, 2013, p. 11).

Todos seus conhecimentos foram aplicados na escrita do livro *Inscriptiones vel tituli theatri amplissimi*, um trabalho de 64 páginas, que visa servir como uma espécie de guia prático para reis, príncipes e nobres comporem e organizarem coleções. Quiccheberg detalhou a fórmula para organizar um *Theatrum* que incluísse *naturalia* (itens provindos da natureza), *mirabilia* (fenômenos naturais singulares), *artificialia* (itens produzidos pelo homem), *ethnographica* (itens provindos do mundo não europeu), *scientifica* (itens que promovem o entendimento do universo e *artefacta* (itens relacionados à história) (Royal Collections Trust, 2019).

O tratado é dividido em 6 (seis) partes. Na primeira, o autor elenca todos os objetos que devem ser coletados ou comprados para compor o *Theatrum*. Os objetos são apresentados em 5 (cinco) classes, que se segmentam em 53 (cinquenta e três) subclasses – denominadas pelo autor de *inscriptiones* (inscrições).

A pesquisadora Eva Schulz (1990, p. 209) afirma que a obra de Quiccheberg não só influenciou a coleção de Albert V, como também a de Ferdinand II de Tirol, instalada no *Schloss Ambras*. A autora indica que não foi possível, em sua investigação, descobrir o alcance da distribuição e o conhecimento da obra do médico belga. No entanto, ressalta o seu pioneirismo e a sua importância para o aumento dos tratados museográficos editados no decorrer do século XVII. Outro autor que reconhece a influência do Tratado na organização de coleções, é Geoffrey Lewis (1992, p. 7). Ele afirma que o trabalho de Quiccheberg influenciou a ordenação da coleção dos Tradescandt, na Inglaterra.

Quiccheberg também inaugurou uma nova fase no mundo das coleções: o ofício de curador de coleções. Após sua incursão, o posto passou a ser ocupado por acadêmicos, que se

em latim, grego e hebraico, de todos os escritores que viveram até aquela época, acompanhada de breves anotações. Ele listou mais de 3.000 autores em ordem alfabética. Outro feito importante foi a forma de descrição de uma tulipa, em 1559, o que faz ele ser considerado o primeiro a descrever uma espécie de planta na Europa.

tornaram sujeitos autorizados a assumir o papel de responsáveis pelos procedimentos de formação, registro e, muitas vezes, de divulgação das coleções. Esse é o caso de Johann Daniel Major (1634-1693) e Michael Bernhard Valentini (1657-1729), autores respectivamente das obras *Unvorgreifliches Bedencken von Kunst- und Naturalien-Kammern ins gemein*, sob o pseudônimo J.D.M.B.M.D, e *Museum Museorum*.

Na história da Museologia é, no entanto, a obra de autoria de C. F. Neickelio³⁷ heterônimo de Caspar Einckel, publicada em Leipzig, em 1727, a que mais ficou conhecida. Tal fato pode ser associado ao primeiro registro do termo Museografia³⁸, que aparece no título do livro: *Museographia Oder Anleitung Zum rechten Begriff und nützlicher Anlegung der Museorum Oder Raritäten-Kammern* (em livre tradução: Museografia ou guia para a compreensão adequada e organização útil dos museus ou câmaras de raridades).

Diferentemente de Quiccheberg, Major e Valentini, o autor não era um acadêmico, mas um comerciante. A revisão da obra, segundo David Murray (1904, p. 22) foi realizada pelo médico Johann Kanold (1679-1729). Especificamente sobre a revisão, a pesquisadora Janick Aquilina (2009, p. 49) elucida que tal atitude foi tomada em face a uma apreensão do editor. Apesar de não especificar qual seria o receio, é possível imaginar que advenha do fato da falta de legitimidade de Jenckel no trabalho com as coleções. Como anteriormente informado, ele era comerciante, e não um ‘homem das letras’. Em especial: não era médico, como seu revisor, e a maioria dos colecionadores à época.

O objetivo de Jenckel, ao produzir o livro, era auxiliar na ordenação e classificação das coleções. Em suas 492 páginas, arrola, ainda, a descrição de gabinetes e bibliotecas de curiosidades existentes e não mais existentes na Europa àquela época. Os espaços foram listados alfabeticamente, de acordo com a cidade em que são/eram encontrados. Além disso, apresenta uma extensa e rica bibliografia, citando obras que precederam o seu trabalho, como o catálogo de Tradescant, as obras de Major e Valentini sem, no entanto, fazer qualquer referência a Quiccheberg.

³⁷ Encontra-se também na literatura as grafias Neickel e Neickelius, mas o nome verdadeiro do autor é Caspar Einckel. O sobrenome também apresenta duas variações: Enickel ou Jenckel.

³⁸ Jannick Aquilina informa que o segundo uso do termo museografia é encontrado na obra do famoso naturalista Carl Linnaeus, denominada *Bibliotheca Botanica ...* Este acontecimento, segundo a autora, é relatado pelo *Oxford English Dictionary*, e raramente é mencionado na literatura museológica (Jannick Aquilina, 2009, p. 49).

Especificamente sobre o uso do termo *Museographia*, Janick Aquilina observa:

Caspar Neickel não define museografia, mas sua obra é prescritiva e descritiva. Incluem-se em particular conselhos sobre como estruturar um gabinete e dispor os objetos, bem como sugestões sobre como organizar uma biblioteca, que é "indispensável para um museu completo". Ele também explica as origens das coleções, os diferentes nomes usados para descrever os locais que as abrigam (referindo-se aqui ao trabalho de Major), as diferenças entre gabinetes de *naturalia* e *artificialia*, as 25 regras que um visitante de um museu deve observar etc.³⁹ (Janick Aquilina 2009, p. 49, livre tradução).

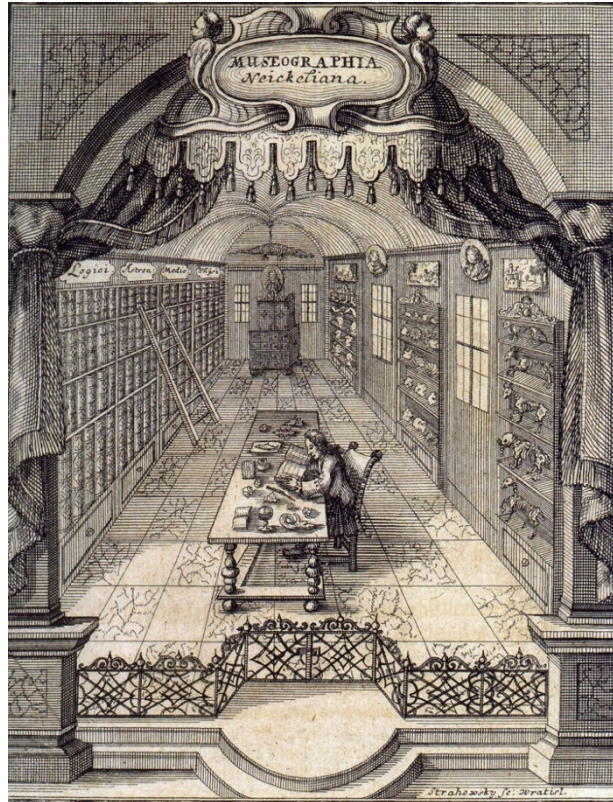
Parte do livro *Museographia* foi reproduzido na obra de Julius von Schlosser, em versão reeditada em 1988, em espanhol. Após a leitura do trecho no qual Jenckel realiza uma descrição sobre os objetos de uma coleção e a sua disposição, o autor registra: “e esse seria meu museu, certamente instalado em espírito e em ideias, para o qual me ofereço em qualquer momento a colocar em prática”⁴⁰ (Jenckel, 1727).

Possivelmente o desejo textualmente expresso em assumir a organização de coleções se relacione com o seu ofício de comerciante. Ao mesmo tempo, suponho que esse mesmo ofício o tenha levado a publicar o livro com um heterônimo, e não com sua identidade real. A imagem de um profissional preparado para a curadoria de coleções é claramente refletida na única ilustração do livro, reproduzida na figura 6. Nela, observa-se uma sala comprida. No lado esquerdo há 4 (quatro) estantes que se estendem por toda a parede, e que estão totalmente ocupadas com livros; indicando o que parece ser uma biblioteca. À direita, observa-se 3 (três) estantes com objetos harmonicamente distribuídos. O autor se autorrepresenta sentado em uma cadeira, lendo um livro, junto a uma grande mesa com objetos de diferentes tipologias, cuidadosamente distribuídos. Toda a cena leva a inferir sobre a erudição do autor, e o seu preparo intelectual e prático para assumir a curadoria de coleções. Encimando a imagem, há a inscrição: *Museographia Neickiliana*.

³⁹ Texto original: "Caspar Neickel ne définit pas la muséographie, mais son in-quarto est à la fois prescriptif et descriptif. On y trouve notamment des conseils sur la façon d'aménager un cabinet et d'y disposer les objets ainsi que des suggestions sur la façon d'organiser une bibliothèque qui est « indispensable pour un musée complet ». Il explique également les origines des collections, les différents noms utilisés pour décrire les endroits qui les abritent (se référant ici aux travaux de Major), les différences entre les cabinets de *naturalia* et d'*artificiosa*, les 25 règles que le visiteur d'un musée doit observer, etc." (Janick Aquilina, 2009, p. 49).

⁴⁰ Texto original: “y este sería mi museo, ciertamente instalado en espíritu y en ideas, pero que me ofrezco em cualquier momento a poner por obra también en la práctica” (Jenckel, 1727).

Figura 6 - Livro *Museographia*, de Jencquel, 1727.



Fonte: Biblioteca Central de Zurique, Acedido em Junho 02, 2018, em <https://www.e-rara.ch/zuz/content/pageview/11288580>

Os colecionadores reconheceram o potencial do novo instrumento de registro e divulgação de coleções, e passaram a se empenhar na produção de catálogos ilustrados. Muitas das publicações do século XVIII reproduziram não só os objetos que compunham as coleções, como também o próprio espaço no qual eram expostas, o que permite observar o pensamento que guiava a organização das coleções, a sua documentação, e os indivíduos que as visitavam.

Um exemplo de tal aplicação pode ser observado no gabinete de curiosidades do mercador de tecidos Levinus Vincent (1658-1727), e de sua esposa Joanna van Brenda, situado em Amsterdã – Holanda e, em 1705, transferido para Haarlem, junto com seus negócios. Segundo registros históricos, o comerciante iniciou sua atividade colecionadora em 1693, ano da morte de seu cunhado, que deixou uma elogiada coleção. Com seus recursos financeiros, e uma ampla rede internacional de contatos – que incluía vendedores de espécimes zoológicas do Brasil -, Vincent e sua esposa ampliaram a coleção inicial. A partir desse ponto, Vincent começou a trocar um expressivo número de correspondências com outros colecionadores da Holanda e também com Sloane e Petiver, na Inglaterra (Eric Jorink, 2010, p. 338).

Há registros que Vincent e Joanna fixaram o horário de funcionamento à entrada do museu, e também praticavam a cobrança de entrada. O público era anotado em um livro de visitantes, cuja consulta permite verificar a presença de nobres, cientistas, mas também comerciantes e mulheres. O que faz Eric Jorink declarar: “O musaeum do passado, para o qual a admissão só podia ser obtida com cartas de recomendação e com hora marcada, agora se tornara uma instituição popular e aberta” (Eric Jorink, 2010, p. 339).

Vincent publicou o catálogo de sua coleção denominado *Wondertooneel der Nature*. A primeira edição data de 1706 e, a segunda, expandida e mais ilustrada, de 1715. Na figura 7, reproduzida da edição de 1715 do catálogo, observa-se o amplo salão de seu gabinete, com visitantes observando os objetos que compõem a coleção: animais, conchas, corais, plantas marinhas, minerais, insetos, objetos etnográficos, além de uma biblioteca. Também é possível observar a mencionada diversidade de público. No gabinete há homens, mulheres e uma criança.

Figura 7 – Coleção de Levinus Vincent e Joanna van Brenda, 1715.

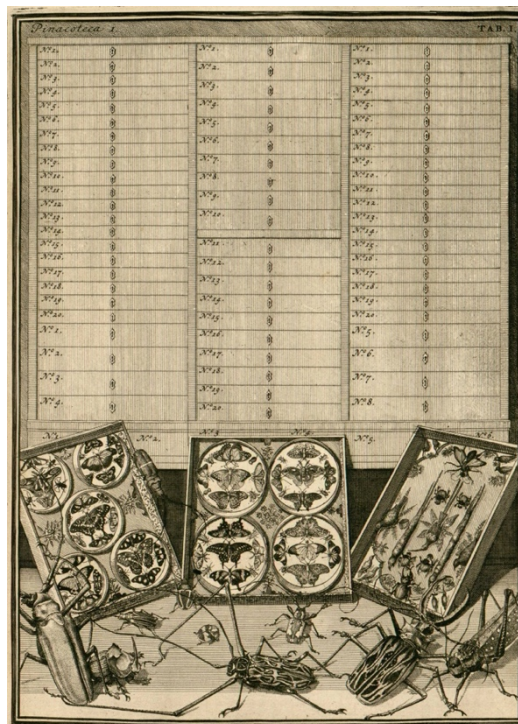


Fonte: Wikimedia Commons Website. Acedido Maio 14, 2019 em https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Woondertooneel_der_Nature.

Todos os objetos estão preservados em armários e gavetas proporcionalmente distribuídos. No lado esquerdo, nota-se um grande armário com 5 (cinco) prateleiras. Nele há frascos com animais preservados em uma substância líquida. Chama atenção o fato de que cada prateleira contém frascos do mesmo tamanho, sendo que eles diminuem conforme a altura aumenta. Na parte de baixo do armário há gavetas.

Segundo Bert van de Roemer (2014), Vincent especifica em seu catálogo as medidas exatas de todas as gavetas e armários, além dos espaços que há entre eles, para a inserção dos objetos. A preocupação com a ordem é também perceptível nas demais ilustrações que compõem o catálogo, e que retratam com detalhes os diferentes suportes de armazenamento dos objetos. Para esta tese interessa, em especial, notar que conforme reproduzida na figura 8, as gavetas dos armários são manualmente numeradas, indicando que há um controle dos vários objetos que ali foram depositados. É possível também perceber que as gavetas da parte de baixo do armário são maiores do que as superiores, indicando que há uma separação por tipologias e tamanhos. Segundo Emma Spary (2004, p. 11), as ilustrações revelam uma justaposição deliberada da variedade ilimitada da natureza, em conjunto com as práticas estritas de ordenação do colecionador.

Figura 8 - Armário com insetos - Levinus Vincent e Johanna van Brenda, 1715.



Fonte: Wikimedia Commons Website. Acedido Maio 14, 2019.

O fim do século XVIII e início do século XIX marcaram a criação dos museus nacionais, e os primeiros movimentos de conceituação e salvaguarda do patrimônio cultural. Particularmente na França, a consciência de preservação e gestão dos bens culturais surgiu após a Revolução Francesa, momento em que ocorreram ações de vandalismo contra todos os símbolos da monarquia do Antigo Regime. Nesse âmbito, foram criados os órgãos públicos para a gestão e a elaboração de instrumentos técnicos de documentação, conservação e restauro de bens culturais. Exemplo é o documento produzido por Félix Vicq d'Azyr (ou Vicq-d'Azyr, de acordo com algumas fontes). O médico e anatomista, nascido em 1748, além de ser considerado o fundador da anatomia comparada, compilou instruções sobre como inventariar e conservar, em toda a República, os objetos que poderiam ser usados para artes, ciências e 'ensino' (Vicq d'Azyr, 1794). Nele, oferece uma codificação alfanumérica de todos os objetos inseridos.

Um ano antes, em 27 de julho de 1793, um decreto francês havia criado, simultaneamente, o Museu Central das Artes, no *Palais du Louvre*, e o Museu Nacional de História Natural, no *Jardin des Plantes*. Para tais inaugurações, foram realizados expressivos trabalhos de catalogação. André Gob e Noémie Drouguet defendem que esse teria sido, na França, o momento de surgimento do conceito de gerenciamento de coleções. Mesmo levando em conta que, à época, o ato de inventariar, era realizado sem a preocupação em manter concordância ou homogeneidade com as informações anteriormente declaradas (André Gob e Noémie Drouguet, 2003, pp. 33-35).

A mesma situação de fragilidade documental foi também observada no *British Museum*. Segundo a literatura especializada, os trabalhos de documentação do acervo de 80.000 objetos, provindos das coleções de Sir Hans Sloane e das bibliotecas Cotton e Harley, foram iniciados 3 (três) anos antes da abertura do Museu, ou seja, em 1756. A documentação das aquisições foi realizada em livros encadernados, conhecidos como *The Book of Presents* (David McCutcheon, 2014, p. 131).

Aliás, a aquisição foi escolhida como elemento norteador da documentação das diferentes coleções. Essa decisão teve duplo efeito. Se por um lado, possibilitou que a catalogação pudesse ser realizada, de forma independente, pelos diversos departamentos, por outro, acarretou o desenvolvimento de procedimentos documentais díspares, provocando dissonâncias na disseminação institucional de informações. McCutcheon cita como exemplo o departamento de etnografia, que teve mais de 60 sistemas de numeração diferentes. Estas questões levaram o Museu a reconhecer que tinha uma grande dificuldade em localizar muitos de seus objetos (David McCutcheon, 2014, p. 132).

Os pesquisadores Roberts & Light (1985, p. 114) afirmam que os requisitos básicos documentais (inventário e registro de localização do bem cultural) museológico só começaram a ser valorizados e adotados na Grã-Bretanha, após uma ação governamental realizada em 1888. Nesta ocasião, o Tesouro emitiu uma Minuta sobre a necessidade de implantação de uma auditoria regular nos chamados museus nacionais⁴¹. A implementação desses procedimentos foi monitorada por agentes do Estado, que realizavam vistorias periódicas, e apresentavam os resultados ao Parlamento.

Profissionais dos museus foram, ao longo dos anos, desenvolvendo mecanismos que pudessem conferir melhor qualidade na organização e recuperação da informação sobre os acervos. No entanto, foi somente na segunda metade do século XX, que essa ação ganhou uma nova escala. O crescimento no uso de bancos de dados, aliado à utilização da Internet, possibilitou que as(os) profissionais ligados à documentação museal criassem e estabelecessem normativas nacionais e internacionais a favor da qualificação do ciclo documental.

1.2.3 O paradigma do digital: compartilhando o saber

A revolução do nosso presente é, com toda certeza, mais que a de Gutenberg. Ela não modifica apenas a técnica de reprodução do texto, mas também as próprias estruturas e formas do suporte que o comunica a seus leitores. O livro impresso tem sido, até hoje, o herdeiro do manuscrito [...] Com o monitor, que vem substituir o códice, a mudança é mais radical, posto que são os modos de organização, de estruturação, de consulta do suporte do escrito que se acham modificados. Uma revolução desse porte necessita, portanto, outros termos de comparação.

Roger Chartier, 1994.

Se é verdade que o século XIX foi determinante para a construção do imaginário coletivo referente ao museu, pode-se afirmar que as décadas de 1960 e 1970 foram paradigmáticas para a documentação produzida nos museus. A evolução tecnológica aliada à emergência da informação foram um impulso para a criação de soluções capazes de apresentar eficiência no processamento e na recuperação de conjuntos expressivos de dados.

⁴¹ Museus criados por Ato do Parlamento, que recebem subsídios financeiros do governo britânico (Watson & Sawyer, 2011, p. 106).

Igualmente, é possível afirmar que foi esse o período em que se inaugurou uma cooperação profissional em prol da documentação museal. Formaram-se grupos de trabalhos - apoiados ou não por uma estrutura estatal - associações e projetos cooperativos voltados ao desenvolvimento de soluções tecnológicas, padrões internacionais de conteúdos e de controle terminológico. Na primeira metade do século XX, de forma diversa, se observa a existência de relatos institucionais isolados sobre modelos e métodos de catalogação. A única exceção é a experiência direcionada à normatização de catálogos de museus e à numeração/etiquetagem de coleções, empreendida nas décadas de 1920 e 1930, pelo *Office International des Musées* (OIM), no âmbito da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações.

Essa situação sincrônica foi constatada, estudada e registrada por profissionais do Reino Unido, Estados Unidos da América, Canadá, México, Itália, Holanda, Suécia, Hungria, República Checa, Austrália e Rússia⁴²; destacando-se maior volume de análises publicadas pelas 3 (três) primeiras nações. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o ICOM, por meio do CIDOC, também empreenderam importantes esforços nessa temática, colaborando para a criação e o estabelecimento de alguns dos padrões internacionais.

Para esta pesquisa consultei um grande volume de livros, artigos, manuais e arquivos digitais *online* preservados por associações profissionais, periódicos científicos e museus. A riqueza e a qualidade dos relatos, somados ao meu particular interesse pela área, possibilitou a reunião de um vasto material documental. Ao longo da redação deste subcapítulo percebi, no entanto, que se eu dedicasse uma média de 5 páginas por experiência, obteria, ao final, um total de 110 páginas. Como a área de concentração da tese é a Museologia Social, deslumbrei que, apesar da relevância ímpar das iniciativas empreendidas nesse particular recorte temporal, este trabalho passaria a fronteira do bom-senso.

Sendo assim, me detive a relatar, brevemente, as ações produzidas pelos organismos internacionais e as gerenciadas pelo Reino Unido e Estados Unidos da América. Esses 2 (dois) países foram selecionados pela influência que tiveram na formulação de respostas particulares ao problema documental museal, tendo como base o emprego da nascente tecnologia digital.

⁴² Para maiores informações sobre o trabalho empreendido pela Canadá, recomendo consulta ao site do *Canadian Heritage Information Network* (<https://www.canada.ca/en/heritage-information-network.html>). O livro *Museum Documentation Systems: Developments and Applications*, editado por Richard B. Light & Andrew D. Roberts (2014) reúne relatos das experiências do Reino Unido, Estados Unidos da América, Canadá, México, Itália, Holanda, Suécia, Hungria, Austrália e Rússia. A Revista *Museum*, 30 (3-4), de 1978, reúne os projetos desenvolvidos no Canadá, Estados Unidos da América, Reino Unido, México, Checoslováquia e Itália.

Suas experiências registradas em um expressivo número de artigos publicados em periódicos científicos e, também, compartilhadas em eventos especializados, de âmbito internacional, contribuíram para que os discursos anglo-saxões e estadunidenses tivessem um grande alcance. Eles estiveram presentes nos ‘consensos’ internacionais sobre padrões e procedimentos da configuração atual da documentação museal, praticada em museus tradicionais.

A década de 1960 marcou o surgimento das primeiras iniciativas de desenvolvimento de sistemas de automação das coleções museológicas nos Estados Unidos da América e no Reino Unido. Museus de ambos os países investiram no desenvolvimento de experimentos com sistemas mecanizados e semimecanizados. Em 1965, a Universidade de Oklahoma planejou o inventário dos acervos etnológicos presentes nos museus dos Estados Unidos da América, estimados à época em 1 milhão de itens. Um sistema denominado GIPSY foi utilizado na primeira etapa do projeto, que compreendia a automação dos registros das coleções etnográficas dos museus de Oklahoma. A segunda etapa se estendeu aos museus do Missouri, mas o projeto nunca alcançou o objetivo de produzir um inventário nacional (Leonore Sarasan, 2005, p. 192). No outro lado do Atlântico, no mesmo ano, Geoffrey Lewis⁴³, então vice-diretor do *Sheffield City Museum*, publicou no *Museums Journal* [65(1), pp. 12-22], o artigo *Obtaining information from museum collections and thoughts on a national index*. O trabalho se deteve a problematizar os métodos de indexação nos museus.

Os pesquisadores Richard Light, Andrew Roberts & Jenniffer Steward (2014, p. 115) afirmam que o artigo impactou um número considerável de curadores anglo-saxões, principalmente no tocante à necessidade de melhoria do acesso às informações contidas em registros e catálogos. Um ano depois, a Universidade de Leicester abrigou uma reunião com profissionais de museus para discutir mecanismos de pressão ao Governo. Visavam à criação de um centro nacional de processamento de dados, para a hospedagem das informações digitais referentes às coleções museológicas do Reino Unido. Como resultante da reunião foi instaurado um comitê informal, que ficou conhecido por *Leicester Group*.

Em 1967 os membros do *Leicester Group* integraram-se aos comitês de trabalho voluntário criados pela *Museum Association*. O principal objetivo das(os) profissionais era o estabelecimento de padrões de dados e a resolução das questões de terminologia e classificação. Tinha início, assim, o *Information Retrieval Group of the Museum Association* (IRGMA).

⁴³ Em 1983 tornou-se Presidente do ICOM.

Algumas das concepções do IRGMA foram experimentalmente testadas em computadores do *Sedgwick Museum*, localizado em Cambridge. O museu possuía um grupo de pesquisa que recebia bolsas da Biblioteca Britânica e que, por isso, podia se dedicar, em tempo integral, ao trabalho. Após alguns testes, o IRGMA produziu fichas de registro para diferentes tipologias de acervos. A saber: arqueologia, artefatos históricos, artefatos militares, belas artes, espécimes geológicas, espécimes minerais, história natural e instrumentos científicos. Cada uma delas era acompanhada de um manual. O material foi publicado e comercializado pela *Museum Association*. O IRGMA funcionou até 1976, quando seus membros fundaram a *Museum Documentation Association* (MDA) (Martin Porter, 1978, p. 169).

A principal ação da MDA foi o desenvolvimento do Sistema de Documentação de Museu e um pacote de computador (GOS), ambas extensões do trabalho do IRGMA e do Museu de Sedgwick. Vinculado ao sistema, foi desenvolvido um padrão formal de dados, vários formulários de registro, cartões (com instruções associadas), e manuais de procedimentos. Os museus, que desejassem implantar o sistema, contavam com um programa regular de capacitação, e assistência direta da equipe do MDA (Richard Light & Andrew Roberts, 1995, p. 118).

Segundo Andrew Roberts (2001, p. 15), 1 (um) ano após o lançamento das fichas, já existiam 400 museus como usuários do sistema. Na avaliação do autor, um dos problemas do projeto era a falta de mão-de-obra capacitada nos museus do Reino Unido. A atividade documental era, em sua maioria, realizada por curadores, que por acumularem outras responsabilidades, não se dedicavam integralmente ao trabalho documental.

Outro episódio de atuação profissional coletiva, em prol da documentação museal, ocorreu nos Estados Unidos da América. Em 1967, foi fundada a *Museum Computer Network* (MCN). Trata-se de uma associação profissional, cujo objetivo central é o interesse pelo uso das tecnologias de informação e comunicação pelos museus. Ela está em funcionamento até os dias atuais.

A motivação inicial para a sua criação surgiu de um grupo de diretores de museus, todos localizados em Nova Iorque, interessados na ampliação das aplicações implementadas no *Metropolitan Museum of Art* (MET) às outras instituições da cidade.

O trabalho havia sido desenvolvido por Jack Heller, cientista da computação da Universidade de Nova Iorque. Ele coordenava o *Institute for Computer Research in the Humanities* (ICRH), que havia desenvolvido um programa informático para os estudos nas Ciências Humanas, denominado *General Retrieval and Information Processor for Humanities Oriented Studies* (GRIPHOS). Nesse sistema, Heller implantou aplicações específicas para o MET, com o

intuito de atender inicialmente a demanda de controle da coleção de porcelanas, e a geração do índice eletrônico do boletim do Museu. Em um segundo momento, o pesquisador desenvolveu uma solução eletrônica voltada à documentação de todas as coleções do Museu (Marla Misunas & Richard Urban, 2007, p.1).

Ao longo dos anos o GRIPHOS foi incorporado pela IBM, e o seu uso foi estimulado pela MCN, sendo disseminando por vários museus estadunidenses. No final da década de 1970, no entanto, o sistema tornou-se obsoleto. Há registro de esforços do próprio Heller em trabalhar na migração da GRIPHOS para outros sistemas operacionais. No entanto, frente a entrada no mercado dos microcomputadores, o empreendimento fracassou (Marla Misunas & Richard Urban, 2007, p. 3).

Em 1990, a MCN criou o *Consortium for the Computer Interchange of Museum Information* (CIMI). Seu objetivo era o estabelecimento de padrões para a inserção de informações produzidas nos museus em banco de dados, e a possibilidade de interoperabilidade⁴⁴ entre sistemas. O trabalho foi desenvolvido por pesquisadoras(es) de projeção internacional, tanto no campo dos museus como das TIC's, destacando-se Cary Karp, David Bearman e John Perkins.

No âmbito específico da internet, a década de 1990 se destaca pelo início da comercialização dos primeiros navegadores⁴⁵ e provedores. É a época da chamada Web 1.0, caracterizada por páginas conectadas por *hiperlinks* e sites estáticos, ou seja, com pouca interatividade. As instituições museais – principalmente as estadunidenses e do norte da Europa – que já haviam automatizado suas coleções em bancos de dados, e abraçado os recursos multimídias⁴⁶, aderiram rapidamente ao meio de comunicação global. Segundo Richard Reinehart, o ano de 1995 foi marcante no lançamento de sites de museus. O autor afirma:

1995 foi um ano decisivo para os museus. Este foi o ano em que os museus começaram a produzir websites em números expressivos e, para a maioria dos museus, essa foi a sua primeira presença on-line em qualquer formato. Os museus eram, e ainda são

⁴⁴ O termo interoperabilidade, empregado no contexto de sistemas de informação, significa a capacidade de sistemas operacionais semelhantes ou heterogêneos intercambiarem informações de forma segura, eficaz e eficiente. A interoperabilidade, para se concretizar, necessita do emprego de padrões ou ontologias.

⁴⁵ Os navegadores permitem que vejamos apenas os conteúdos. Sem eles, veríamos os conteúdos misturados aos seus códigos de programação, o que prejudicaria a compreensão da informação.

⁴⁶ “A primeira instituição a utilizar recursos [multimídias] foi, segundo Davis (1994), o Museu D’Orsay, em Paris, inaugurado em 1986. O autor destaca que este foi o primeiro museu a ser aberto com a intenção de apresentar ao público o seu acervo digitalizado, e assim o fez, apresentando 700 imagens de obras de arte referentes ao período de 1848 a 1914, em doze quiosques espalhados ao longo de sua área expositiva” (Rose Miranda, 2001, p. 39).

atraídos pela capacidade da Internet de alcançar um grande número de pessoas - de levar as informações, interações e até mesmo experiências dos museus para além das limitações geográficas e a mobilidade de seus acervos⁴⁷ (Richard Rinehart, 2003, livre tradução).

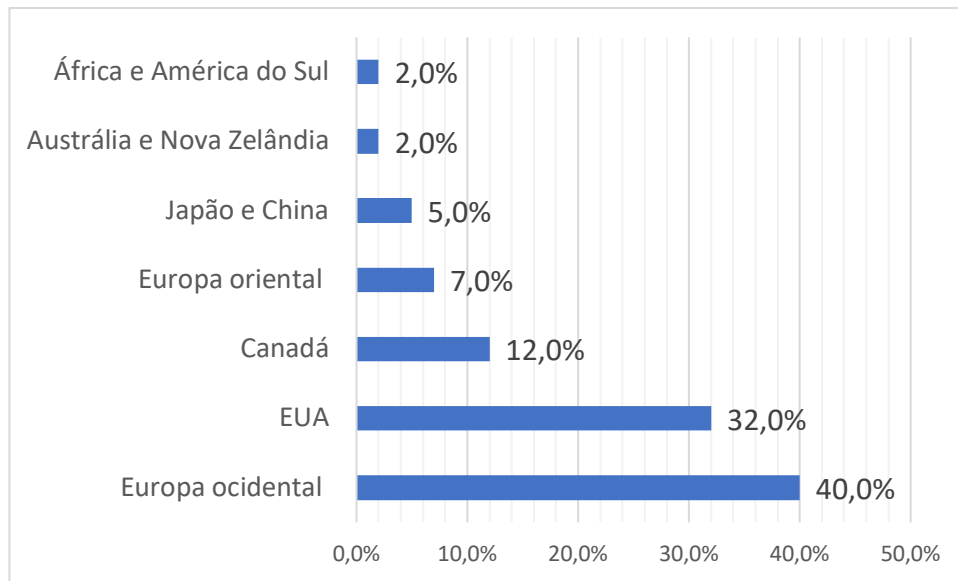
Em artigo publicado em 1997, Suzanne Keene fornece dados precisos sobre o crescimento do número de sites de museus. Baseada nas pesquisas da *Virtual Library of Museums (VLmP)*⁴⁸, ela nos informa que no início de 1995 havia 120 sites de museus. Em dezembro de 1996 esse número saltou para 630. Seis meses depois, em julho de 1997, havia cerca de 1.200 sites de museus. Cita ainda o relatório da ACTS FAIR, publicado em 1996, pela Comissão Europeia. O documento indicava a presença de mais museus europeus na Web do que de bibliotecas.

Utilizando ainda dados do VLmP, Suzanne Keene apresenta a distribuição geográfica dos sites de museus, conforme demonstrado no gráfico 1. Segundo a autora, a Europa Ocidental apresentava mais sites de museus do que os Estados Unidos da América, destacando-se a presença do Reino Unido e da Suécia. Observa, ainda, um crescimento acelerado dos países da Europa Oriental, particularmente a Rússia e o Japão. Por fim, lista alguns fatores que auxiliaram na abertura de websites: o país dispor de organização governamental voltada à área de informação em museus - cita o *Canadian Heritage Information Network (CHIN)*, no Canadá, e o MDA, no Reino Unido - a utilização da língua inglesa, e a disseminação do uso de computadores.

⁴⁷ Texto original: “1995 was a watershed year for museums. This was the year when museums began to produce websites in critical numbers, and for most museums, these were their first online presence in any form. Museums were, and still are, attracted by the Internet’s ability to reach large numbers of people—to take the museums’ information, interactions, and even experiences beyond the previous limitations of object and geography.” (Richard Rinehart, 2003).

⁴⁸ A VLmP foi lançada em 1994. Segundo Jonathan Bowen, tratava-se de uma primeira experiência de hospedagem gratuita de websites de museus. Em 1996, seguindo o aconselhamento de Cary Karp, o ICOM tornou-se o responsável pelo projeto (Jonathan Bowen, 1999, p.5).

Gráfico 1 - Distribuição geográfica de sites de museus, 1997.



Fonte: Suzanne Keene, 1997, p. 3.

Estar na internet, no entanto, ultrapassa a dinâmica de publicar conteúdo. É preciso, também, o emprego de ferramentas para a recuperação, compartilhamento e integração da informação. Essas necessidades são sensivelmente sanadas com o emprego dos metadados. Como o próprio nome indica, os metadados permitem a padronização da descrição dos conteúdos de um determinado conjunto de dados, facilitando a busca e a comunicação entre sistemas.

Existem muitos tipos de metadados utilizados em sistemas de informação, voltados para a catalogação e a gestão de coleções museológicas. Os museus, normalmente, utilizam 2 (dois) tipos de padrões. O primeiro é relacionado às regras de catalogação, chamadas padrões de conteúdo de dados. O segundo é relativo ao controle do vocabulário utilizado na catalogação, realizado por meio de listas de autoridades, vocabulários controlados ou tesouros. Esses são denominados padrões de valor de dados. Há, ainda, os padrões para intercâmbio de dados (*data format standards*). Eles são utilizados para a interoperabilidade entre sistemas de informação de uma mesma instituição – que adote bases de dados diferentes – ou com organizações externas.

Me limitarei a descrever alguns padrões de metadados, que segundo relatos em artigos científicos, foram os mais utilizados pelos sites de museus. A abordagem do desenvolvimento de padrões permite analisar como as instituições e suas(seus) profissionais compreendiam a documentação, já que a criação de convenções pressupõe conhecimento especializado.

O exame será iniciado pelo Dublin Core (DC) concebido, em 1994, por bibliotecárias(os) e especialistas de conteúdo, lideradas(os) pela *Online Computer Library Center* (OCLC). Assim como expresso no ditado popular, o DC compreendeu que menos é mais. Ele possui uma estrutura simples e geral, o suficiente, para ser aplicado à sistemas de informação de qualquer campo do conhecimento. Ele é dividido em 2 (dois) níveis: simples e qualificado. O simples é composto por 15 (quinze) elementos: 1.título, 2.criador, 3.assunto, 4.descrição, 5.publicador, 6.colaborador, 7.data, 8.tipo, 9.formato, 10.identificador, 11.fonte, 12.idioma, 13.relação, 14.cobertura e 15.direitos. Já o nível qualificado possui 3 (três) elementos a mais: audiência, proveniência e detentor de direitos.

O despojamento do seu padrão de recursos levou a um rápido reconhecimento e aceitação internacional. Outro fator inovador, à época, foi o conceito de extensibilidade, ou seja, a possibilidade de agregar outros metadados à sua estrutura. No caso dos museus, essa alternativa facilitou as demandas de aprofundamento da catalogação.

Foi nesse mesmo espírito que a *J. Paul Getty Trust* iniciou no ano anterior - em 1993 - o estabelecimento de um padrão básico de documentação de bens culturais, por meio da cooperação internacional de museus, entidades policiais e alfandegárias, agentes de arte e antiguidades, e a indústria de seguro. O objetivo era viabilizar e facilitar a comunicação com as autoridades competentes, nos casos de perda ou roubo de bens culturais. O *Object Identification* (Object ID) foi lançado em 1993, definindo 9 (nove) categorias informacionais básicas que deveriam constar na documentação em museus: 1.tipo de objeto, 2.materiais /técnicas, 3.dimensões, 4.inscrições/marcas, 5.características, 6.título, 7.assunto, 8.data/período, 9.produtor. Além disso, recomenda 3 (três) ações complementares para a garantia da eficácia no procedimento: a) ter imagens do objeto; b) realizar uma descrição textual do objeto; c) manter a documentação museal em um local seguro. O padrão é utilizado até os dias atuais, sendo especialmente promovido pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI), a *Sctoland Yard* e a Interpol, além da UNESCO e do ICOM (Robin Thornes, Peter Dorrel & Henry Lie, 1999, pp. 2-5).

Especial destaque também deve ser direcionado ao trabalho desenvolvido pelo *Getty Art History Information Program* (AHIP) – hoje denominado *Getty Research Institute*. A organização compreendeu que o estabelecimento de padrões na documentação museal perpassava não só o desenvolvimento de *softwares*, mas igualmente a semântica, ou seja, os instrumentos de controle terminológico. Foi dessa forma que financiou (e ainda financia) o desenvolvimento de tesouros e vocabulários controlados, a saber: *Art & Architecture Thesaurus*; *Getty Thesaurus*

*of Geographic Names; Union List of Artist Names; Cultural Objects Name Authority; Iconography Authority*⁴⁹.

Em 1990, o AHIP patrocinou a criação do projeto *Art Information Task Force*, que reuniu historiadoras(es) da arte, curadoras(es), profissionais de museus e especialistas em artes visuais para criarem uma convenção com os elementos básicos que deveriam estar presentes na catalogação de obras de arte, elementos de arquitetura e alguns outros bens culturais. Desse trabalho nasceu, em 1994, o *Categories for the Description of Works of Art (CDWA)*, que é um conjunto de diretrizes para a descrição de objetos, e que fornece uma estrutura para dados (Priscilla Caplan, 2003, p. 101).

Especificamente no âmbito do ICOM, umas das primeiras citações à utilização de computadores como qualificadores no processo documental, ocorreu em 1968, na 8ª Conferência Geral, realizada em Munique. Segundo Sid Baghli, Patrick Boylan & Yani Herreman (1998, pp. 23-24), naquela ocasião surgiu a intenção de padronização dos inventários. Dez anos depois, no encontro do CIDOC promovido na Suécia, foram especificadas 16 (dezesesseis) categorias informacionais para a identificação de bens museológicos, que posteriormente foram compartilhadas com os comitês nacionais de documentação. Esse trabalho seguiu sendo aprimorado até que, em 1995, o Comitê de Documentação lançou o *International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories* (Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do CIDOC) (ICOM-CIDOC, 2014, pp. 31-32).

Como o nome anuncia, o instrumento estabelece categorias de informação para o gerenciamento de coleções e campos de descrição de objetos. No prefácio da publicação está especificado o objetivo principal do trabalho: “este produto foi planejado para ser usado pela comunidade internacional de museus, especialmente pequenos museus sem acesso a padrões existentes e aqueles em países em desenvolvimento”⁵⁰ (CIDOC, 1995, p.15).

As Diretrizes serviram de base para o desenvolvimento de outro produto voltado para sistemas de informação no campo museal: o *Conceptual Reference Model*⁵¹ (CRM). Lançado

⁴⁹ Todos os recursos citados estão disponíveis para consulta online. Contemporaneamente, foram estruturados como *linked data*, e estabeleceram a licença de uso *Open Data Commons Attribution (ODC-By) 1.0* que, na prática, permite ao usuário compartilhar, modificar e usar livremente o banco de dados.

⁵⁰ Texto original: “This product was intended to be used by the international museum community, especially small museums with no access to existing standards and those in developing countries” (CIDOC, 1995, p.15).

⁵¹ Livre tradução: Modelo de Referência Conceitual (CRM).

em 1999, ele fornece um modelo geral de dados para a documentação de coleções museológicas, com especial atenção para o intercâmbio de informações. Segundo os documentos disponíveis sobre a formulação do modelo, observa-se a preocupação do CIDOC em construir um guia de modelagem conceitual, amplo o suficiente para abarcar todas as informações necessárias para a documentação e gestão das coleções. Tornou-se norma oficial em 2006, com o número ISO 21127:2006.

Outro esforço importante para o alcance da interoperabilidade entre sistemas resultou, em 2010, na criação do LIDO, acrônimo de *Lightweight Information Describing Objects*. Ele é o resultado de uma cooperação internacional baseada em padrões que utilizam o *Extensible Markup Language* (XML), como o CDWA Lite – versão do anteriormente citado CDWA - e Museumdat⁵², fornecido pelo Comitê de Documentação da Associação Alemã de Museus. Igualmente, o LIDO possui compatibilidade com o CRM, e alinhamento com o SPECTRUM (acrônimo de *Standard Procedures for Collections Recording Uses in Museums*). Importa ressaltar que o SPECTRUM é um padrão respeitado internacionalmente, e vem sendo cada vez mais utilizado como base para o intercâmbio internacional de dados em museus. Segundo publicação da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, datada de 2014, ele foi adotado por mais de 23.000 museus e galerias em todo o mundo. Atualmente está em sua quinta edição, e é disponibilizado em vários idiomas, incluindo o português – respeitando as diferenças entre Portugal e Brasil (Collections Trust, 2014, p. 9).

Em 2012, o CIDOC lançou o *Statement of Principles of Museum Documentation* (Declaração de Princípios de Documentação em Museus). A diferença entre esse documento e as Diretrizes Internacionais (1995) é comentada por Nicholas Crofts, Presidente do CIDOC à época da tradução do documento para o português:

Enquanto a publicação das diretrizes é focada em questões práticas e conceituais da estruturação de informação, os princípios refletem a necessidade de uma declaração clara da função e dos objetivos da documentação do museu – o *porquê* ao invés de *como* (ICOM-CIDOC, 2014, p. 9).

Não consegui localizar elementos que conduzam a uma avaliação sobre a facilidade e eficiência da aplicação do CRM e do LIDO, em escala global. Identifiquei, somente, artigos que tratam de experiências locais quanto à aplicação das ferramentas.

⁵² Para maiores informações sobre o CDWA Lite e o Museumdat recomendo a consulta aos seguintes documentos: Regine Stein (2007) e Regine Stein & Erin Coburn (2008).

1.2.4 O potencial da inteligência coletiva

Para nós, contudo, a questão não está propriamente em explicar às massas, mas em dialogar com elas sobre a sua ação.

Paulo Freire, 2015.

As novas tecnologias de comunicação e informação mediadas por redes digitais de conexão são recursos enraizados no tecido social da contemporaneidade. A internet, com sua linguagem, ferramentas e possibilidades de interação direta entre indivíduo-indivíduo, indivíduo-coletivo, coletivo-coletivo, tem impactado profundamente as relações do cotidiano, trabalho e lazer.

Estas amplas interações só foram possíveis graças a Web 2.0. O termo foi cunhado em 2003, pela empresa americana *O'Reilly Media*, para designar uma nova geração de comunidades e serviços desenvolvidos na plataforma web. O seu idealizador, Tim O'Reilly, afirma que a grande revolução da Web 2.0 é o trabalho em rede, que abre espaço para a atuação de mais pessoas, além de estimular a inteligência coletiva.

Crescem as iniciativas museológicas que conquistaram comunidades de usuários com a exploração da Web 2.0 e suas ferramentas de compartilhamento de recursos: reutilização da informação (*bookmarking*)⁵³, recebimento de atualizações de conteúdo (*RSS feeds*)⁵⁴ dentre outras facilidades.

Recentemente outro fenômeno vem sendo observado. Trata-se da utilização de ferramentas computacionais colaborativas voltadas para a qualificação da documentação museal. Em Portugal, a Rede de Museus Militares e Coleções Visitáveis do Exército inaugurou, em 2016, o Inventário Online (<https://patrimonioweb.exercito.pt/default.aspx>). A ferramenta permite ao usuário o acesso às informações e imagens dos 6 (seis) museus e cerca de 30 coleções visitáveis das unidades localizadas em Bragança, Elvas, Lisboa, Porto, Açores e Madeira. Possibilita, ainda, o envio de perguntas, sugestões e comentários sobre os bens culturais inventari-

⁵³ Conjunto de tecnologias que permitem ao usuário guardar informação de interesse pessoal para futura utilização. Os sítios eletrônicos de museus que dispõem desse recurso permitem ao usuário a seleção e o arquivamento de dados e imagens de bens culturais, resultando em um processo de curadoria de coleções digitais próprias.

⁵⁴ Mecanismo que permite ao usuário receber informação sobre a atualização de *websites*. É necessário que o usuário se subscreva no serviço.

ados. Tal recurso visa à abertura de um canal de interação, no qual a(o) usuária(o) possa compartilhar, de forma simplificada, seus conhecimentos pessoais e, assim, colaborar para a qualificação da informação documental.

Outra iniciativa que merece destaque é a plataforma digital *Accurator* (<http://accurator.nl/#Intro>), desenvolvida graças à colaboração do *Rijksmuseum* com a *Vrije University Amsterdam*, *Technical University Delft*, *Centrum Wiskunde & Informatica*, *Rijksmuseum* e *Naturalis and the National Library of The Netherlands*. Ela permite que usuárias(os) da internet possam auxiliar os profissionais do *Rijksmuseum* na descrição de objetos da coleção, através do compartilhamento de expertises. É o denominado *niche sourcing*: a instituição localiza indivíduos e coletivos especializados, que possam colaborar na precisão da identificação iconográfica de seu acervo. Funciona da seguinte forma: o museu escolhe temáticas existentes em suas coleções, como por exemplo, plantas e animais, e disponibiliza as suas imagens na plataforma eletrônica, para que colaboradores compartilhem seus conhecimentos.

No Brasil, desenha-se outro movimento similar: a *Tainacan Museums*. Trata-se de uma solução digital de inventário, gestão e difusão de acervos museológicos. Ela é fruto da parceria da extinta Coordenação-Geral de Cultura Digital da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura (SPC/MinC)⁵⁵, a Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal do Instituto Brasileiro de Museus e o Laboratório de Políticas Públicas Participativas da Universidade Federal de Goiás (L3P/UFG).

A *Tainacan Museums* é uma derivação da experiência acumulada da plataforma *Tainacan*, desenvolvida como parte da estratégia da SPC/MinC, em criar mecanismos de tratamento técnico, digitalização e difusão de memórias provenientes de culturas que sofrem preconceito,

⁵⁵ Importa ressaltar que as mudanças políticas ocorridas no país, após o dia 17 de abril de 2016, quando a Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do processo de impeachment da Presidenta da República Dilma Rousseff e, seu consequente afastamento, afetaram profundamente o antigo Ministério da Cultura. Em 12 de maio de 2016, foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória n° 726, que dentre o estabelecimento de alterações na estrutura do Poder Executivo, extinguiu o Ministério da Cultura, transferindo suas competências para o Ministério da Educação. O ato gerou fortes manifestações sociais. Em todo o país, prédios que abrigam iniciativas culturais foram ocupados e, a realização de shows de artistas famosos nesses espaços a favor do movimento gerou uma forte pressão da opinião pública. O Ministério da Cultura foi novamente estabelecido, mas passou a ser continuamente estrangulado em termos de recursos orçamentários, somado a indicação de quadros políticos de alto comando, sem nenhuma experiência no campo da Cultura. O 'novo' MinC não restabeleceu a SPC, mas os recursos financeiros e humanos para o lançamento da solução *Tainacan Museums* foram assegurados, graças a cooperação formalmente estabelecida entre o IBRAM e a UFG, incluindo repasses regulares de recursos. Na primeira semana de 2019, após a posse do Presidente Jair Bolsonaro, houve a extinção de alguns ministérios. O Ministério da Cultura, o Ministério dos Esportes e o Ministério do Desenvolvimento Social foram fundidos no Ministério da Cidadania. A passa da Cultura foi transformada em uma Secretaria Especial. Em novembro de 2019 a Secretaria Especial da Cultura foi transferida do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo.

violência e invisibilidade na historiografia do País. Os 2 (dois) editais públicos lançados pela Secretaria, além de destinar recursos orçamentários, oferecia a Tainacan para documentar e disponibilizar os acervos digitalizados na internet.

Em 2016, a Tainacan Museus começou a ser desenvolvida, tendo 4 (quatro) fundamentos centrais: 1) completa autonomia de gestão da informação: a solução não demanda a contratação de desenvolvedoras(es) em Tecnologia da Informação para a estruturação de metadados, construção de coleções, rotulagem, indexação e difusão de conteúdo. Esses mecanismos conferem autossuficiência na modelagem de uso, e simplificação do manuseio, evitando o emprego de recursos financeiros e/ou humanos especializados para a instalação ou futura manutenção evolutiva da solução; 2) a(o) própria(o) utilizadora(utilizador) da solução (sujeito, coletivo ou instituição) é quem decidirá o grau de aprofundamento informacional que deseja oferecer ao inventário de suas coleções, proporcionando um alto grau de adaptação da solução às necessidades da(o) usuária(o). Essa premissa coaduna-se à realidade dos museus brasileiros revelada pelo Cadastro Nacional de Museus. Através dos dados coletados, observa-se que instituições museológicas brasileiras de pequeno porte - quando comparadas a instituições que possuem maiores condições de contratação de profissionais especializadas(os) - normalmente dispõem de poucos recursos financeiros e humanos, situação que se reflete em reduzidas oportunidades de geração de pesquisas sobre suas coleções. A diferença de investimento em pesquisa acaba por afetar, diretamente, a quantidade de campos informacionais devidamente preenchidos nos instrumentos de documentação da coleção [ficha catalográfica/registo, livro de inventário etc.]. Importa ressaltar que a estrutura mínima de campos oferecida pela solução corresponde ao determinado no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados⁵⁶, facilitando aos museus o cumprimento da normativa nacional; 3) ativação dos mecanismos horizontalizados de informação e comunicação entre utilizadoras(es) da solução e futuras(os) usuárias(os), visando à qualificação da documentação de acervos. Significa dizer que os processos de interação entre produtoras(es) da informação e os sujeitos são tão importantes quanto os processos de inventário, gestão e difusão das coleções; 4) uso e reuso dos conteúdos digitais, favorecendo a curadoria digital de acervos documentados em três direções: compartilhamento de conteúdo da solução Tainacan Museus entre os diferentes utilizadores do sistema; seleção e compartilhamento de conteúdo diretamente com as redes sociais [Facebook, Youtube, Vimeo,

⁵⁶ O Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados é um instrumento da Política Nacional de Museus, criado pela Lei 11.904/2009, regulamentado pelo Decreto 8.124/2013 e normalizado pelas Resoluções Normativas do Instituto Brasileiro de Museus nº 1 e 2 de 2014.

Flickr etc], importação de conteúdo das redes sociais para a solução Tainacan Museums. É importante salientar que a liberdade de compartilhamento de conteúdos digitais, entre os diferentes ambientes, depende das licenças de uso associadas aos objetos, quando de sua documentação.

No âmbito específico dos museus, até a primeira semana de dezembro de 2019, o site da Tainacan (<https://tainacan.org/casos-de-uso/>) indicava as instituições públicas e privadas em que a plataforma havia sido implantada ou estava em processo de implantação. Para selecionar as instituições identificadas como museu, utilizei os dados do Cadastro Nacional de Museu e do Registro de Museus, instrumentos da PNM, disponibilizados na plataforma Museus.br (<http://museus.cultura.gov.br/busca>), administrada pela Rede Nacional de Identificação de Museus – ReNIM⁵⁷.

Localizei 14 museus que já possuem a ferramenta instalada. A saber: museus do Ibram: 1.Museu Histórico Nacional; 2.Museu do Diamante; 3.Museu Victor Meirelles; 4.Museu do Ouro; 5.Museu Regional Casa dos Ottoni; 6. Museu de Arqueologia de Itaipu; 7.Museu das Bandeiras; 8.Museu das Missões; 9.Museu Villa-Lobos; 10.Museu Casa de Benjamin Constant. Ainda no âmbito público federal constam: 11.Museu de Antropologia da UFG (Universidade Federal de Goiás); 12.Pinacoteca Barão de Santo Ângelo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); 13.Museu das Coisas Banais (Universidade Federal de Pelotas) e 14.Museu do Índio (Fundação Nacional do Índio).

Outros 12 museus pertencentes à esfera pública estão em processo de implantação da ferramenta digital. Museus do Ibram: 1.Museu Solar Monjardim. 2.Museu da República, 3.Museu Regional São João Del Rey; 4.Museu da Inconfidência; 5.Museu Casa da Hera e 6.Museu da Abolição. No âmbito da União há ainda o 7.Museu do Senado. Na esfera distrital estão o: 8.Museu Nacional do Complexo da República; 9.Museu de Arte de Brasília e 10.Memorial dos Povos Indígenas; e na esfera municipal: 11.Museu Histórico e Pedagógico Major José Levy Sobrinho (Limeira – São Paulo) e 12.Museu Histórico Biblioteca Pública Pelotense (Pelotas – Rio Grande do Sul).

⁵⁷ Arranjo de governança pública colaborativa, formado pelos órgãos responsáveis pelas políticas setoriais de museus. No âmbito nacional, atuam o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram e o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus – SBM. E, no âmbito local, os Sistemas de Museus estaduais, distrital e municipais e demais órgãos públicos competentes. Foi estabelecido pela Portaria nº 7, do Ibram, promulgada em de 9 de janeiro de 2017.

1.3 O poder do discurso nas instâncias internacionais de proteção ao patrimônio

A medida do sucesso de um museu não deve ser sua capacidade de representar um estado, uma nação ou empresa, ou uma história particular. Deve ser sua capacidade de revelar a humanidade dos indivíduos.
Orhan Pamuk, 2016.

Em todos os períodos da história da humanidade há indicações de conflitos e guerras. Os motivos de instauração são diversos. Englobam disputas por terras, água, poder, amor etc. Em muitos desses eventos, a pilhagem do patrimônio local foi um ato comum. Os bens culturais roubados serviam a um duplo propósito: a acumulação de riquezas e a exibição pública dos vencidos e dos vencedores.

No artigo denominado *A proteção internacional do patrimônio cultural*, James L. Bischoff (2004) analisa a proteção do patrimônio cultural à luz do direito internacional. O autor indica que as primeiras mudanças de atitude em relação às práticas de pilhagens, em âmbito internacional, ocorreram no início do século XIX. Ele lista, em particular, 3 acontecimentos. O primeiro é o termo de acordo de paz imposto pelas campanhas napoleônicas aos povos europeus vencidos. Nele, havia uma cláusula que estipulava a entrega de obras de arte, com o objetivo específico de compor o Museu *Napoleón*, em Paris. A cláusula foi considerada abusiva e ofensiva, sendo por isso combatida logo após a vitória das forças aliadas. Foi imposta a imediata repatriação dos bens confiscados pelos franceses (James Bischoff, 2004, pp. 277-278).

O segundo momento é referente ao debate em torno da legalidade e moralidade da remoção, pelo governo inglês, dos ‘Mármore de Elgin’, pertencentes à Acrópole de Atenas, até hoje expostos no *British Museum*. O terceiro evento ocorreu no outro lado do oceano Atlântico. Em 1863, o governo estadunidense implantou o Código Lieber. O normativo visava regular a conduta das tropas militares durante a Guerra de Secessão, e continha, dentre outras determinações, 3 artigos referentes ao patrimônio cultural. Destaca-se o conteúdo do 35º artigo:

As clássicas obras de arte, as bibliotecas, as coleções científicas ou instrumentos precisos - tais como os telescópios astronômicos -, assim como hospitais, devem ser assegurados contra todos os danos evitáveis, mesmo quando dentro de locais fortificados durante o sítio ou bombardeio (James Bischoff, 2004, p. 195).

Há um consenso em afirmar que as ações formais no campo da proteção internacional do patrimônio foram intensificadas, e se tornaram eficazes, somente após a ocorrência das duas guerras mundiais. Ao fim de cada uma delas, foram criados organismos internacionais com a

missão de estabelecer a paz. Nas estruturas e agendas dessas entidades, o patrimônio cultural e os museus foram contemplados.

O primeiro exemplo de estrutura internacional posteriormente criada a uma guerra de escala mundial, foi a Sociedade das Nações - também conhecida como Liga das Nações. A entidade foi idealizada pelos países aliados, em 1919, ou seja, um ano após o fim da 1ª Guerra Mundial. O objetivo principal da entidade era assegurar a paz, e segundo Marie Caillot (2011), tal feito só seria alcançado por meio do reestabelecimento do equilíbrio nas relações internacionais. Enxergavam que além das bases diplomáticas, econômicas e legais, era também necessário agregar o aspecto cultural.

Foi desta forma que surgiu a ideia de criação de um órgão consultivo da Sociedade, voltado ao intercâmbio cultural e intelectual entre cientistas, pesquisadoras(es), professoras(es), artistas e outras(os) intelectuais. Uma Comissão foi estabelecida em 1922, e contou com a participação de proeminentes membros, como Henri Bergson, Albert Einstein, Marie Curie etc.

A Comissão, no entanto, foi incapaz de garantir recursos para a sua manutenção. Com o apoio do governo francês, estabeleceram uma agência executora: o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (CICI). Em sua trajetória, o Instituto criou alguns subcomitês, dentre eles o de Letras e Artes, no qual participaram o historiador e crítico da arte Henri Focillon e o escritor Paul Valéry.

Em sua tese de doutorado, Antonio Báscon analisa com profundidade as atividades do CICI e descreve o perfil das(os) profissionais que o compunham. Ele destaca que dentre as(os) cientistas, literatas(os) e outras(os) profissionais que formaram o corpo de intelectuais da Sociedade da Nações, era expressivo o número de historiadoras(es) da arte. Tal fato talvez auxilie na compreensão da promoção de 5 (cinco) Congressos Internacionais de História da Arte, realizados entre 1912 e 1936, nas cidades de Roma, Paris, Bruxelas, Estocolmo e várias cidades suíças (Antonio Báscon, 2017, pp. 44-45).

O Congresso de 1921 realizado em Paris foi, segundo Bascón (2017, pp. 49-54), fundamental para a futura criação do *Office International des Musées*. O evento teve como tema central *A Concepção Moderna do Museu*. O texto apresentado por Focillon abordou questões relativas à visão negativa dos museus à época, destacando a necessidade de maior atenção com o público. Ressaltou que nos museus de arte a acumulação de objetos, e a disposição sem critérios das obras de arte, provocavam mal-estar. A ordem e a proporção foram evocadas pelo professor, que destacou:

A vida dos museus também depende da apresentação das obras. A ordenação de pinturas, desenhos, estátuas e obras de arte não é a mesma que convém para minerais, borboletas e plantas. Um museu não é nem um *museum* nem um laboratório, é um luxo público, uma lição de bom gosto. [...] Do recentemente reorganizado Louvre, nos saímos com a mente mais clara. Aos poucos, vemos desaparecer o antigo sistema de acumulações e amontoamentos: as antigas paredes recobertas com telas pintadas cujas molduras se tocam eram como as muralhas de uma necrópole. A vida de uma obra de arte em um museu depende do ar em seu entorno, e da maneira com a qual sua qualidade e suas proporções estão de acordo com as proporções e a qualidade das obras que estão em seu entorno. Em qualquer caso, colocar nas paredes mais de duas fileiras de pinturas é um crime. O espaço em torno de uma pintura é o mesmo do silêncio em torno da música. Nossos amigos japoneses sabem bem disso⁵⁸ (Henri Focillon apud Antonio Báscon, 2017, pp. 54-55).

Foi nesse contexto que Henri Focillon elaborou um relatório recomendando a criação do *Office International des Musées*, à Sociedade das Nações. A nova instância deveria “realizar a documentação de museus, promover projetos conjuntos, incluindo pesquisas sobre práticas em museus, além de publicar informações e orientações”⁵⁹ (Sid Ahmed Baghli; Patrick Boylan & Yani Herreman 1998, p. 8). A indicação de Focillon foi acatada e, em julho de 1926⁶⁰, no âmbito da subcomissão de Letras e Artes, foi criada a primeira agência internacional destinada a lidar especificamente com a realidade dos museus: o Escritório Internacional de Museus, livre tradução do francês *Office International des Musées* (OIM).

⁵⁸ Texto original: “La vie des musées dépend aussi de la présentation des œuvres. Le classement des tableaux, des dessins, des statues et des objets d’art n’est pas le même que celui qui convient à des minéraux, à des papillons et à des plantes. Un musée n’est ni un museum ni un laboratoire, c’est un luxe public, une leçon de goût. [...] Du Louvre récemment réorganisé on sort l’esprit plus clair. Peu à peu nous verrons disparaître le vieux système des accumulations et des entassements : les antiques murailles recouvertes de toiles peintes dont les cadres se touchent étaient proprement les remparts d’une nécropole. La vie d’une œuvre d’art dans un musée dépend de l’air qui l’entoure et de la manière dont sa qualité et ses proportions sont d’accord avec les proportions et la qualité des œuvres qui les avoisinent. En tout cas, mettre sur les murs plus de deux rangs de tableaux est un crime. L’espace autour d’un tableau, c’est le silence autour de la musique. Nos amis japonais le savent bien » (Henri Focillon apud Antonio Báscon, 2017, pp. 54-55).

É interessante notar que dois anos depois, em 1923, Paul Valéry (que participava do CICI) escreveu o conhecido texto *O Problema dos Museus*, no qual aborda a mesma questão aqui levantada por Focillon.

⁵⁹ Texto original: “[...] to undertake the documentation of museums, promote joint projects including research on museum practice, and to publish information and advice” (Sid Ahmed Baghli; Patrick Boylan & Yani Herreman 1998, p. 8).

⁶⁰ Na literatura especializada há divergências quanto à data de criação do *Office International des Musées* (OIM). Optei por utilizar a informação dada pela UNESCO e por Jukka Jokilehto (1986, p. 399).

O Escritório funcionou em Paris, e foi dirigido por uma comissão composta por cinco membros: Jules Destrée, Henri Focillon, George Oprescu, Julien Luchaire e Hélène Vacaresco. Possuía, ainda, um comitê de gestão composto por 15 membros (Antonio Báscon, 2017, p. 58).

Interessa notar que em consulta à biografia dos membros da comissão, é possível verificar que somente um deles atuou na área de museus. Trata-se de Henri Focillon, o anteriormente citado e conhecido historiador da arte francês, especialista em gravura e arte da Idade Média. Ele foi diretor do Museu de Belas Artes de Lyon, de 1913 a 1924, além de professor de história da arte na Universidade de Lyon, e de estética na Sorbonne (1933). Também foi docente no Colégio de France (1937). Já Jules Destrée foi um político belga, doutor em Direito, conhecido por ter endereçado ao rei Alberto I da Bélgica, em 1912, uma carta solicitando a separação da região da Valônia de Flandres e, ainda, por ter criado, em 1920, a Academia Real de Língua e Literatura Francesa da Bélgica. George Oprescu foi um historiador romeno, crítico de arte, colecionador e professor na Academia de Belas Artes de Bucareste. Julien Luchaire foi escritor, doutor em Letras, especialista em literatura e civilização italiana. Hélène Vacaresco (em romeno: Elena Văcărescu), foi uma escritora franco-romena laureada duas vezes na Academia Francesa, que estudou literatura inglesa e francesa, poesia, filosofia, estética e história da arte.

O OIM foi responsável pela produção de importantes publicações. Destacam-se a Revista *Mouseion*, e a série monográfica *Muséographie*, composta de 3 volumes. Essa última foi apontada como o trabalho mais ambicioso do Escritório, já que tinha o objetivo de ser uma enciclopédia das técnicas de museus (Sid Ahmed Baghli et. al., 1998, p. 8).

O Escritório também ficou conhecido pela organização de conferências internacionais sobre o campo museal. Segundo Jukka Jokilehto (1996, p. 400) o *Office* promoveu em 1930, na cidade de Roma, um encontro denominado *International Conference for the Study of Scientific Methods for the Examination and Preservation of Works of Art*. Nesse evento foi pactuada a promoção de um novo encontro para discutir os monumentos arquitetônicos. O encontro ocorreu em Atenas, no período de 21 a 30 de outubro de 1931. Nele foi redigida a célebre Carta de Atenas.

As ações da Sociedade das Nações e do OIM cessaram após o início da Segunda Guerra Mundial. Ao fim do conflito, seus trabalhos foram respectivamente retomados pela ONU e a UNESCO/ ICOM.

Em 1946, logo no primeiro ano de funcionamento do Conselho Internacional de Museus, foi estabelecido em sua estrutura o Centro Internacional de Documentação. O órgão tinha três atribuições principais:

- Reunir todas as informações sobre: museus e coleções públicas (das quais uma lista completa deve ser elaborada, classificada por país e por assunto); catálogos de museus; catálogos de leilão; métodos museológicos (uma bibliografia especial sobre museografia deve ser publicada anualmente); - Elaborar regras relativas à publicação de catálogos de museus, à sua padronização e o uso de duplicatas fotográficas para os cartões de referência; - Organizar o intercâmbio internacional de publicações, fotografias e informações⁶¹ (Sid Ahmed Baghli et. al., 1998, p. 16).

O Centro Internacional de Documentação, atualmente denominado Centro de Informação do ICOM, teve sua primeira configuração planejada e implantada pela bibliotecária Yvonne Oddon (1902 - 1982). Ela passou a ser considerada a figura-chave nas ações de documentação do Conselho.

A relação de Yvonne com os museus começou em 1929, quando foi contratada por Georges Henri Rivière para ser a bibliotecária do Museu de Etnografia Trocadero, em Paris. Em 1937, o Museu mudou de sede, e trocou seu nome para Museu do Homem. Nesse momento, Yvonne Oddon passou a trabalhar ativamente no planejamento da nova biblioteca do Museu. A biblioteca especializada foi a primeira, na França, a ser aberta ao público em geral, e não somente a pesquisadoras(es). Além disso, também franqueava livre acesso às obras.

Yvonne Oddon também é bastante lembrada por ter participado do movimento de resistência francesa ao nazismo, utilizando o Museu como parte da rede de pesquisa e compartilhamento de informações da resistência. Em 1941 ela foi presa pela Gestapo, depois de ser denunciada por 2 funcionários do serviço técnico do Museu: Sra. Erouchowski (conhecida como Madame Ski) e Fedorowski (chamado Fedo). Yvonne foi sentenciada à morte, mas antes que qualquer infeliz desfecho ocorresse, ela acabou sendo deportada ao campo de concentração de Ravensbrück, e sobreviveu aos horrores da Guerra (Musée de L'Homme, 2019 & Françoise Weil, 1982). Atualmente, a biblioteca do Museu ostenta o nome da bibliotecária.

Na área da documentação museal, Yvonne produziu publicações e atuou na formação especializada. Destacam-se os cursos realizados no Centro para a Formação de Técnicos de Museus da África Tropical da UNESCO, situado na cidade de Jos, Nigéria. Como fruto dessa

⁶¹ Texto original: "To assemble all information on: museums and public collections (of which a complete list should be drawn up, classified by country and by subject); museum catalogues; auction sale catalogues; museum methods (It special bibliography concerning museography should be published annually); - To draw up rules regarding the publication of museum catalogues, their standardisation, and the use of duplicate photographic reference cards; - To organise the international exchange of publications, photographs and information" (Sid Ahmed Baghli et. al., 1998, p. 16).

experiência, Yvonne, em parceria com as(os) estudantes, produziu a obra *Elements of museum documentation – Eléments de documentation muséographique*, lançada em 1968. Ela também foi responsável por participar dos cursos de formação em Museologia, oferecidos por Georges Henri Rivière. Desta parceria derivou a obra *La Muséologie selon Georges Henri Rivière - cours de muséologie: textes et témoignages*.

As pesquisadoras Suely Cerávolo e Maria de Fátima Tálamo produziram 2 (dois) artigos que citam a rara obra de Odon, publicada em 1968. No artigo *Tratamento e Organização de Informações Documentárias em Museus* (2000) as autoras afirmam que o livro *Elements of museum documentation* era, no início do século XXI, ainda considerado um trabalho de referência para a área. As autoras ressaltam que Yvonne transferiu para a documentação, por ela denominada museográfica, técnicas biblioteconômicas compostas de:

[...] etapas de processamento técnico, propõe modelos de fichas e procura caracterizar os ‘instrumentos documentários’ que descrevem e classificam os objetos. [...] Para o estudo das coleções, ela sugeria outros instrumentos de “classificação e análise”, compreendidos como ‘fundos acompanhados de fichas alfabéticas, sistemáticas e dossiês, permitindo que o utilizador acesse o maior número de registros e documentos sobre os objetos, e, assim, compreenda as suas múltiplas referências (Suely Ceravolo & Maria de Fátima Tálamo, 2000, p. 244).

Em 1950 uma nova conquista é alcançada em prol da documentação, no âmbito do ICOM. Atendendo ao pedido dos profissionais do seu Centro Internacional de Documentação, foi criado o Comitê Internacional para a Documentação (CIDOC). Como o próprio nome do Comitê indica, a documentação é sua área de interesse. Sobre esse assunto María Teresa Torres pondera:

A documentação nos museus se torna uma função tão importante e praticamente consolidada no final do século, que inclusive se chegou a pensar em sua normalização para os museus da esfera europeia, quanto para estudos e regulamentações por parte de associações de museus ou associações profissionais no mundo anglo-saxão. Mas, acima de tudo, fala-se de normalização a partir da segunda metade do século, sendo a primeira metade uma etapa ainda de formação e consolidação⁶² (María Teresa Torres, 2002, p. 175, livre tradução).

⁶² Texto original: “La documentación en los museos llegará a ser una función tan importante y prácticamente consolidada a finales del siglo, que incluso se llegó a pensar en su normalización tanto estatal para los museos de la órbita europea, como con estudios y reglamentaciones por parte de asociaciones de museos o asociaciones profesionales en el mundo anglosajón. Pero sobre todo se habla de normalización a partir de la segunda mitad de siglo, siendo la primera mitad una etapa todavía de formación y consolidación” (María Teresa Torres, 2002, p. 175).

A normalização no campo documental dos museus ocorreu tanto no âmbito internacional como nacional. Na Europa, destaca-se o trabalho realizado pelo Reino Unido para a criação do SPECTRUM, e pelo CIDOC no estabelecimento dos anteriormente comentados CRM e LIDO. Porém, além das instâncias especificamente ligadas à documentação museal, resta analisar o grau de impacto e absorção da prática documental nas declarações e normativas estabelecidas pelos organismos internacionais de proteção e promoção do patrimônio e dos museus. Este exame é detalhado no próximo subitem.

1.3.1 A documentação museal está presente nos documentos fundamentais dos organismos internacionais ligados à Museologia?

A facilidade de localização do marco teórico-conceitual mencionado neste Capítulo, não se repetiu no tocante aos documentos de âmbito internacional relacionados à Museologia. A dificuldade decorre de um fato histórico anteriormente referenciado: a proteção do patrimônio cultural foi paulatinamente construída e consolidada ao longo do século XX, após a ocorrência das duas guerras mundiais. Sendo assim, os instrumentos normativos e recomendatórios se caracterizam por possuir um caráter abrangente, o que influencia na constituição de estratégias globais destinadas às diferentes entidades de proteção e disseminação do patrimônio. Dentre estas entidades estão os museus.

A profusão de documentos normativos e recomendatórios produzidos nos séculos XX e XXI demandou, para esta pesquisa, a delimitação de um recorte temático. A investigação foi circunscrita à produção jurídica das organizações internacionais que possuem ações regulares à proteção e promoção dos museus. A saber: OIM, UNESCO e ICOM.

Com o universo de pesquisa demarcado, foi de extrema importância a consulta ao volume 15 dos Cadernos de Sociomuseologia, denominado *Museologia e património: documentos fundamentais*. Organizado por Judite Santos Primo, a publicação abriga um conjunto de documentos das áreas da Museologia, que não apresentavam tradução em português (Judite Primo, 1999, p.5).

O exame dos documentos me permitiu verificar dois aspectos relativos ao recorte temático. Se, por um lado ele conferiu um claro critério de seleção dos registros que deveriam ser analisados, por outro, resultou na eliminação de documentos internacionalmente relevantes para

o patrimônio cultural. Mesmo após esta constatação, resolvi não os incorporar à análise, em respeito ao critério anteriormente estabelecido. Nesse rol se destacam:

- Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM): Carta de Atenas - 1933;
- Organização dos Estados Americanos (OEA): Normas de Quito – 1967;
- Ministério da Instrução Pública / Governo da Itália: Carta do Restauro – 1972;
- Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente: Declaração de Estocolmo – 1972;
- Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS):
 - Carta de Veneza – 1964
 - Carta de Burra – 1980
 - Carta de Florença – 1981
 - Carta de Washington – 1986
 - Carta de Lausanne – 1990
 - Carta de Sofia - 1996

A mostra final dos documentos, e os respectivos resultados da aplicação do método de triagem de obras, anteriormente explicitado, com os termos ‘documenta’ e ‘invent’, podem ser visualizados na tabela 3.

Tabela 3 - Museologia: documentos produzidos por organismos internacionais de proteção e promoção dos museus e do patrimônio. Brasil, 2019.

Nº	Data	Nome	Organismo Internacional	Termos de busca		Observações
				documenta	in-vent	
1	1931	Carta de Atenas	Sociedade das Nações/OIM	1	1	
2	1956	Recomendação de Nova Déli	UNESCO	6	0	
3	1958	Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus	UNESCO/ICOM	53	5	
4	1962	Recomendação relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios	UNESCO	0	0	
5	1968	Recomendação sobre a Conservação dos Bens Culturais Ameaçados pela Execução de Obras Públicas ou Privadas	UNESCO	0	2	
6	1970	Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais	UNESCO	1	2	
7	1971	9ª Conferência Geral do ICOM. Resolução nº 1: "O Museu a Serviço do Homem"	ICOM	4	0	
8	1972	Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural	UNESCO	2	3	
9	1976	Recomendação de Nairóbi	UNESCO	2	1	
10	1986	Código de Ética do ICOM (revisado em 2004)	ICOM	10	1	A versão consultada foi a de 2009, produzida para os países lusófonos.
11	1989	Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular	UNESCO	6	1	
12	1995	Estatuto do ICOM	ICOM	0	0	Última emenda: 2017.
13	2003	Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial	UNESCO	4	5	
14	2013	Código de Ética do ICOM para Museus de História Natural	ICOM	4	0	
15	2015	Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade	UNESCO	0	3	

Fonte: Rose Moreira de Miranda, 2019.

A mostra é iniciada com o primeiro documento internacional a conter diretrizes de proteção ao patrimônio edificado: a Carta de Atenas. Realizada em 1931, a missiva prima pelo tratamento dos aspectos relativos à valorização e à restauração de monumentos. Após as destruições ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial, esses eram assuntos de vital importância.

Segundo Jukka Jokilehto (1996, p. 401) além de configurar como um instrumento de proteção aos monumentos, a Carta pode ser considerada como o primeiro documento a traçar uma política de conservação, aceito em nível intergovernamental. Ela marcou o início da formulação de diretrizes e recomendações internacionais voltadas à preservação do patrimônio cultural.

Na Carta de Atenas há uma única referência aos termos documentação e inventário. Elas ocorrem no trecho que destaca a necessidade de conhecimento dos bens patrimoniais em âmbito internacional, denominado *Utilidade de Uma Documentação Internacional*. Uma das propostas listadas é a recomendação que cada Estado realize e publique “um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e de notas explicativas” (Carta de Atenas, 1931).

Em 1939, o esforço empreendido pela Sociedade das Nações foi posto em xeque. Iniciava-se a Segunda Guerra Mundial. Todos os trabalhos que estavam sendo realizados foram paralisados. Com o fim do confronto, o legado da Sociedade das Nações foi herdado pela Organização das Nações Unidas (ONU), entidade criada e formalizada em outubro de 1945.

No mês seguinte, em novembro de 1945, a ONU criou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ela é o braço institucional responsável por atuar nas áreas da Educação; Ciências Naturais; Ciências Humanas e Sociais; Cultura; Comunicação e Informação (UNESCO, 2019a). O patrimônio cultural e natural também integra o seu mandato, e as Conferências promovidas nessa área se constituíram no principal fórum de pactuação e criação de ações normativas, formalizadas em convenções, declarações ou recomendações (UNESCO, 2019c).

Na 9ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em 1956, a Organização produziu um documento de destaque, denominado *Recomendação de Nova Déli*. Ela define os princípios internacionais a serem aplicados em pesquisas arqueológicas. Há na Recomendação 6 (seis) registros ao termo documentação. Porém, assim como observado na Carta de Atenas, a documentação é citada em seu entendimento básico e comum: uma ferramenta essencial de identificação dos bens culturais arqueológicos, preservados ou não em museus, e como parte integrante da pesquisa científica.

Todos os atos normativos e recomendatórios direcionados ao patrimônio cultural, posteriormente criados pela UNESCO, também se caracterizam por utilizar os termos documentação e inventário em seu sentido básico e comum.

O inventário é empregado como instrumento de arrolamento de bens culturais nos seguintes instrumentos: *Recomendação sobre a Conservação dos Bens Culturais Ameaçados pela Execução de Obras Públicas ou Privadas* (1968) e na *Convenção Relativa às Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais* (1970).

O termo também é aplicado como instrumento de arrolamento nacional do patrimônio, em sua dimensão cultural e natural, na *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1972) e na *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (2003). Ocorre, por fim, no sentido de arrolamento de instituições interessadas na cultura tradicional e popular na *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular* (1989).

Já o termo documentação incide em 4 sentidos básicos: documentação como sinônimo de prova; como centro de documentação; nomeando a(o) profissional dedicada(o) a sua atividade - documentalista - e, como referência ao ajuntamento de documentos necessários para a composição de dossiês destinados aos comitês responsáveis pelos atos normativos.

O sentido de prova ocorre na maioria dos documentos registrados na tabela 3. A saber: *Convenção Relativa às Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais* (1970); *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1972); *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular* (1989) e *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (2003).

A citação a centros de documentação ocorre na *Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua função na Vida Contemporânea*, também conhecida como *Recomendação de Nairóbi* (1976); *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular* (1989) e *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (2003). A palavra documentalista é utilizada na *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular* (1989). E por fim, a documentação que deve compor os dossiês destinados aos comitês responsáveis pelos atos normativos, processa-se na *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1972); *Recomendação de Nairóbi* (1976) e *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (2003).

Juntamente ao trabalho com o patrimônio cultural e natural, a UNESCO atua na área de museus, de forma direta ou indireta. Nesse último caso, a ação ocorre em parceria com o Conselho Internacional de Museus (ICOM). O ICOM é uma associação profissional, criada em 1946, que herdou e expandiu as competências do OIM.

O ICOM se organiza em 199 Comitês estabelecidos nos países participantes, 6 Alianças Regionais e 30 Comitês Internacionais voltados para a discussão de assuntos técnicos, exemplificados pelos estudos empreendidos na área da teoria museológica, treinamento de pessoal, educação e ação educativa, documentação, conservação, segurança etc. (ICOM, 2019b).

Durante as décadas de 1950 a 1970, a UNESCO, em parceria com o ICOM, promoveu um programa de estágios bianuais, com concessões de bolsas, e a produção de seminários. O primeiro encontro ocorreu entre 14 de setembro a 12 de outubro de 1952, no Brooklyn, em Nova York, nos Estados Unidos da América, e foi denominado *International Seminar on the Role of Museums in Education*. O mesmo nome foi aplicado ao segundo encontro, ocorrido entre 13 de setembro a 10 de outubro de 1954, em Atenas, na Grécia. O terceiro encontro ocorreu em 1956, em Nova Deli, na Índia, e foi denominado *The Developments of Museums - Unesco Regional Seminar*. O quarto encontro ocorreu entre os dias 07 a 30 de setembro de 1958, no Rio de Janeiro – Brasil, e foi denominado *Unesco Regional Seminar on the Educational Role of Museums*. Em 1960, durante os dias 4 a 30 de setembro, a quinta edição do evento foi realizada nas cidades de Tokyo, Kyoto e Nara, no Japão, sendo intitulado *The Museum as a Cultural Centre in the Development of the Community – Unesco Regional Seminar*, nas cidades de Tokyo, Kyoto e Nara no Japão (Japanese National Commission for Unesco, 1953, p. 156).

Mario Chagas (2019) analisa a diferença entre as denominações “seminário internacional” dado às duas primeiras versões do evento, e “seminário regional” promovido nos biênios seguintes. O estudioso revela:

(...) o caráter discursivo e colonialista do Icom/Unesco, que, à época, insistia em atribuir uma dimensão internacional a um seminário realizado nos EUA e outro na Grécia e uma dimensão regional a um seminário realizado no Brasil, ainda que este último contasse com ampla participação internacional. O seminário projetado pela Unesco para ser realizado em Tóquio, no Japão, em 1960, também seria chamado de regional. As expressões “regional” e “internacional” não são neutras, não são ingênuas; ao contrário, por elas circulam vontades e desejos políticos; tanto podem servir para libertar e esclarecer, quanto para aprisionar e confundir (Mario Chagas, 2019, p. 14).

Especialmente em 1958, o *Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus* foi organizado pela UNESCO, em conjunto com o ICOM, o Comitê Brasileiro do ICOM (ICOM Brasil) e o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC)⁶³. O diretor do Seminário foi Georges Henri Rivière, que à época, ocupava os cargos de diretor do ICOM e diretor do Museu Nacional de Artes e Tradições Populares de Paris.

O Seminário, segundo Hernán Crespo Toral (2010, p. 23), integrava a estratégia da UNESCO em propiciar reflexões sobre a função educativa dos museus em diferentes regiões do mundo. As conferências, mesas redondas e debates apresentaram distintos aspectos sobre a situação dos museus, propiciando aos participantes reflexões para além da temática do evento. Mario Chagas informa que o Seminário durou 24 dias, permitindo visitas técnicas a 16 museus localizados nas cidades do Rio de Janeiro, Petrópolis, São Paulo, Ouro Preto e Sabará (Mario Chagas, 2019, p. 13).

Hernán Toral (2010, p. 24) também informa que na ocasião, foi revisado o conceito de museu, e tratadas questões relativas à conservação das coleções e à divulgação da informação realizada por meio de exposições e de outros recursos. O status científico da Museologia e o conceito de museografia também foram objeto de debate.

A pesquisa com os termos ‘documenta’ e ‘invent’ foi realizada na versão integral do documento, organizado por Georges Henri Rivière, disponível na Biblioteca Digital da Unesco (UNESDOC), em espanhol. O termo documentação ocorre 53 vezes, mas infelizmente, a maioria de seus episódios é referente a documentação como sinônimo de texto explicativo auxiliar à compreensão dos recursos expográficos (21 ocorrências), documentação como sinônimo de publicações/fundos documentais (12 ocorrências); o Centro de Documentação UNESCO-ICOM (5 ocorrências); centro de documentação (4 ocorrências); documentalista (3 ocorrências) e, ainda, 1 menção a necessidade de instalação de serviços de documentação nos museus, que conforme abaixo reproduzido seria um local similar a um centro de documentação:

e. Serviços de documentação
Um museu importante deve dispor de serviços de documentação, dirigidos por pessoas especializadas: biblioteca, arquivos científicos, fototeca, cinemateca, etc., e para os museus da etnologia é

⁶³ Segundo Antonio Carlos Abrantes & Nara Azevedo (2010, p. 469), o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura foi criado como Comissão Nacional da UNESCO no Brasil, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Manteve escritórios no Rio de Janeiro e em São Paulo.

indispensável uma fonoteca⁶⁴ (Georges Rivière, 1958, p.16, livre tradução).

Outro encontro da UNESCO de grande impacto para o mundo museal, foi a Mesa Redonda sobre a Importância e o Desenvolvimento dos Museus no Mundo Contemporâneo, mais conhecida como *Mesa Redonda de Santiago do Chile*, realizada em 1972. Conforme anteriormente mencionado, o documento produzido no encontro é considerado seminal para o estabelecimento da Nova Museologia, posteriormente denominada Sociomuseologia e Museologia Social e, como tal, será foco de análise do Capítulo 2 desta tese.

No âmbito específico do ICOM é necessário informar que desde 1948 a organização realiza sua conferência geral, com periodicidade trienal. Cada encontro possui um tema central que guia a escolha dos palestrantes, as apresentações de trabalho e debates. Das 24 reuniões realizadas, importa destacar a 9ª Conferência Geral. O evento foi organizado por Hugues de Varine, então diretor do Conselho Internacional de Museus, tendo ocorrido nas cidades francesas de Paris e Grenoble. Reuniu 600 participantes para discutirem o tema *The Museum in the Service of Man, today and tomorrow: the museum's educational and cultural role*⁶⁵ (Sid Baghli et. Al., 1998, p. 24).

A agenda incluiu a discussão do papel político dos museus, e várias nações enviaram participantes de alto escalão. Os principais oradores foram os ministros de países como a antiga URSS, Alemanha e França. Mas, o evento ficou marcado pelos conferencistas convidados: Stanislas Spero Adotevi (Benim), John Kinard (EUA) e Mario Vázquez (México).

Segundo os registros de Hugues de Varine (2000, pp. 67-68), Adotevi no seu texto *Le musée, inversion de la vie* reforçou a importância dos museus na sua interação com os sistemas educativos, perguntando repetidamente: para que serve um museu que não é capaz de transmitir o seu saber às populações?

John Kinard⁶⁶, na apresentação *Intermédiaire entre musée et la communauté* fez uma veemente defesa sobre a necessidade de os museus deixarem de pertencer as elites sociais e

⁶⁴ Texto original: “e. Servicios de documentación - Un museo importante ha de disponer de servicios de documentación, dirigidos por personas especializadas: biblioteca, archivos científicos, fototeca, filmoteca, etc., y para los museos de etnología es indispensable una fonoteca” (Georges Rivière, 1958, p. 16).

⁶⁵ Livre tradução: O Museu a Serviço do Homem, hoje e amanhã: o papel educativo e cultural do museu.

⁶⁶ John Robert Edward Kinard (1936-1989) foi um ativista social estadunidense, pastor e, aos 31 anos, tornou-se o primeiro diretor afro-americano de um museu da Fundação Smithsonian: o *Anacostia Neighborhood Museum*, fundado em 1967, no bairro de Anacostia, em Washington DC. Segundo a *Smithsonian Institute*: “seu trabalho em

culturais e, sobretudo, de transmitirem a mentalidade das classes dominantes. Denunciando o racismo intelectual dos museus na sociedade estadunidense, proclamou a necessidade de revisão dos modelos e filosofias museológicas.

Mario Vázquez⁶⁷, por sua vez, denunciou a situação precária da instituição museológica na sociedade. Ele defendia que os museus, para sobreviverem, deveriam realizar uma mudança radical. Segundo Alejandro Sabido Sánchez-Juárez (2015, p. 42), os debates na Conferência, após a intervenção de Vázquez, tomaram um novo rumo crítico e passaram a se centrar na validade do museu na sociedade. O autor também descreve as consequências posteriores do evento:

A Assembléia Geral do ICOM de 1971 provocou reações que transcenderam a Organização e chegaram à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [unesco]: "A intervenção de Mario Vázquez, do México, em Grenoble, questionando o papel do museu na sociedade, causou furor" (De Varine, 2012: 97). Nesse mesmo ano, a unesco pediu ao icom que colaborasse na organização, para o ano seguinte, de uma mesa redonda sobre o papel dos museus na América Latina contemporânea⁶⁸ (Sánchez-Juárez, 2015, p. 42, livre tradução).

Na resolução do encontro a documentação é citada em dois contextos diferentes. As 2 primeiras ocorrências referem-se à recomendação que os participantes fazem aos responsáveis de museus com coleções de origem estrangeiras, para estabelecerem mecanismos de apoio e intercâmbio com os países de origem. Uma das ações possíveis seria o depósito da documentação dos objetos estrangeiros em museus nacionais.

Anacostia desafiaria radicalmente a relação entre os museus e as comunidades que eles servem, e abriria caminho para o estabelecimento do Museu Nacional Afro-Americano. História e Cultura em 2004" (Smithsonian Institute Archive, 2019).

⁶⁷ Mario Vázquez Rubalcava foi um dos maiores expoentes da Museologia mexicana. Em 1951, começou a trabalhar no Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH) como museógrafo. Em 1958, foi assistente de Georges Henri-Rivière no Seminário Internacional da UNESCO - O Papel Educativo dos Museus. Após sua participação na Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972), criou uma equipe transdisciplinar para implementar o projeto experimental *Casa del Museo*, com o propósito de colocar em prática a noção de museu integral. Trabalhou no Museu Nacional de Antropologia de 1962 a 1989, quando foi nomeado Coordenador Nacional de Museus e Exposições (Alejandro Sánchez-Juárez, 2015, pp. 40-51).

⁶⁸ Texto original: "La Asamblea General del Icom de 1971 provocó reacciones que trascendieron al organismo y llegaron al seno de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura [Unesco]: "La intervención de Mario Vázquez, de México, en Grenoble, cuestionando el rol del museo en la sociedad, había causado furor" (De Varine, 2012: 97). Ese mismo año la Unesco le solicitó al Icom que colaborara en la organización, para el año siguiente, de una mesa redonda sobre el papel de los museos en la América Latina contemporánea" (Alejandro Sánchez-Juárez, 2015, p. 42).

A segunda menção, também com 2 ocorrências, trata do tema museus e meio ambiente. As(os) participantes, preocupadas(os) com a “coleta de documentação sobre as condições básicas da existência humana e da preservação do ambiente natural e cultural” (ICOM, 1971), recomendaram que os museus criem exposições especiais sobre o tema “O homem e seu meio ambiente”, e como etapa para sua organização produzam uma documentação que sirva de base informacional para as agências governamentais e a indústria.

Em 1986, O ICOM aprovou seu Código de Ética. O instrumento passou por 2 revisões, e a versão atualmente válida foi oficialmente aprovada na 21ª Assembleia Geral, realizada em Seul, no ano de 2004. Utilizei, para esta pesquisa, a versão do Código de Ética traduzida para o português, em 2009, pelo ICOM Brasil, em conjunto com a Secretaria de Estado de São Paulo.

O documento possui 10 ocorrências do termo ‘documenta’ e 1 de ‘invent’. A primeira ocorrência sobre a documentação sucede no item 2. *Os museus mantêm acervos em benefício da sociedade e de seu desenvolvimento*. Nele, a documentação é relacionada como ato inerente à gestão do museu, e ao preceito do acervo como patrimônio público.

O item 2.20 *Do Código de Ética* trata especificamente da documentação museal, denominada como documentação dos acervos. Ele contém 3 ocorrências da palavra. A saber:

2.20 Documentação dos acervos

Os acervos dos museus devem ser documentados de acordo com normas profissionais reconhecidas. Esta documentação deve permitir a identificação e a descrição completa de cada item, dos elementos a ele associados, de sua procedência, de seu estado de conservação, dos tratamentos a que já foram submetidos e de sua localização. Estes dados devem ser mantidos em ambiente seguro e estar apoiados por sistemas de recuperação da informação que permitam o acesso aos dados por profissionais do museu e outros usuários autorizados (ICOM, 2009, p. 18).

O termo de busca ‘invent’ tem uma única ocorrência no documento, localizada em uma nota de rodapé, que esclarece a preferência de uso em Portugal da palavra “inventariados” em detrimento de “catalogados”.

Outro documento do Conselho Internacional de Museus analisado foi o *ICOM Code of Ethics for Natural History Museums* (livre tradução: Código de Ética do ICOM para Museus de História Natural). Ele foi aprovado na 23ª Assembleia Geral, promovida em 2013. Trata-se de uma normativa complementar ao *Código de Ética*, desenvolvida pelo Comitê Internacional de Museus e Coleções de História Natural do Conselho Internacional de Museus (ICOM NA-

THIST). No documento, a expressão ‘museu de história natural’ é conceituada como concernente a: “todas as instituições que coletam, exibem e pesquisam materiais coletados ou extraídos do ‘mundo natural’”⁶⁹ (ICOM, 2013, p. 3).

No Código de 2013, há 4 ocorrências do termo ‘documenta’ sendo, no entanto, 3 concernentes à referências bibliográficas, e a última, a uma recomendação para a realização de cópias da documentação dos objetos, localizada no apêndice *The Art of Taxidermy and its Cultural Heritage Importance: Code of Best Practice for the Care of Taxidermy* (Livre tradução: A Arte da Taxidermia e sua Importância para o Patrimônio Cultural: Código de Boas Práticas para o Cuidado da Taxidermia).

Ainda no âmbito da UNESCO, cabe destacar que o instrumento internacional recentemente produzido na área da Cultura foi a *Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade*, aprovada em 17 de novembro de 2015. A Recomendação constitui-se no primeiro e único documento protetivo da UNESCO especialmente direcionado aos museus e coleções. Mesmo com tal importância não há nenhuma ocorrência do termo documentação.

Já o termo inventário é citado 3 vezes. Duas ocorrências referem-se ao seu uso para promover o controle regular das coleções, assim especificado:

Componentes-chave da gestão de coleções em museus são a criação e a manutenção de um **inventário** profissional e o controle regular das coleções. Um **inventário** é uma ferramenta essencial para proteger os museus, prevenir e combater o tráfico ilícito, e para ajudá-los a cumprir seu papel na sociedade. Ele também facilita a gestão apropriada da mobilidade dos acervos (UNESCO, 2015b, p. 4, meu grifo em negrito).

A terceira e última menção ocorre no item *Políticas funcionais*, que recomenda a adoção pelos Estados-membros de “medidas apropriadas para garantir que a compilação de inventários com base nos padrões internacionais seja uma prioridade nos museus estabelecidos sob sua jurisdição” (UNESCO, 2015b, p. 8).

É espantosa a constatação da total ausência da menção à documentação na Recomendação, dado que o instrumento foi resultado de um longo processo de consultas a renomadas(os) especialistas da área museológica e patrimonial. Também importa destacar que todo o processo

⁶⁹ Texto original: “The term “natural history museum” covers all institutions that collect, display and research materials collected or extracted from “the natural world”” (ICOM, 2013, p. 3).

de desenvolvimento foi diretamente gerenciado pelo ICOM, que conforme anteriormente informado possui, desde 1950, o Comitê Internacional para a Documentação (CIDOC), com expressiva produção de normativas internacionais.

Fica patente no documento (em sua versão em inglês e português) uma clara preferência pelo uso do termo inventário, como substitutivo ao emprego da documentação. Sabe-se, no entanto, que a despeito da importância do inventário como ferramenta na proteção dos bens culturais, sua utilização nos museus tem significado específico. Há entre as(os) especialistas brasileiras(os) da área museal, um consenso em compreender o inventário como uma etapa inicial do processo documental, na qual são levantadas e registradas as informações básicas dos bens culturais. E nesse ponto importa destacar que a versão utilizada para esta pesquisa foi a publicada pela Representação da UNESCO no Brasil. Portanto, diferentemente do Código de Ética do ICOM traduzido para o uso dos países lusófonos, suponho que a versão da Recomendação foi direcionada para a utilização de profissionais e pesquisadoras(es) brasileiras(os) interessadas(os) no tema.

Também é no mínimo curioso perceber que a Recomendação explicita a necessidade de os inventários serem realizados “com base nos padrões internacionais” (UNESCO, 2015b, p. 8). Por desconhecer quais seriam esses padrões, realizei uma pesquisa no site da UNESCO e não localizei tais padrões (UNESCO, 2019d). O mesmo procedimento foi empreendido no site do ICOM, que arrola os padrões da Organização em relação à documentação (ICOM, 2019c).

Parece-me que o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus e todo o trabalho empreendido pelo CIDOC foram esquecidos, ou desconsiderados, por completo na última Recomendação direcionada à área.

CAPÍTULO 2 – OS FIOS DA URDIDURA: A DOCUMENTAÇÃO MUSEAL NA MUSEOLOGIA SOCIAL

A prática da Nova Museologia é humana e, consequentemente, não pode ser dissociada de experiências passadas e embrionárias.

Maria Célia Santos, 2002d.

A epígrafe acima reproduzida traduz a forma como Maria Célia Teixeira Moura Santos compreende o processo de formação do que hoje denominamos Museologia Social. Em sua análise histórica, ela elenca alguns ‘a priori’⁷⁰ e ‘condições de possibilidades’ ocorridos no decurso das décadas de 1960 e 1970. No quadro sociopolítico internacional, a autora ressalta eventos ligados às contestações, como o Maio de 1968 na França, e os movimentos contraculturais da Inglaterra e Estados Unidos da América. Igualmente, assinala posteriores contra resistências transmutadas na instalação de ditaduras militares na América Latina, reforço dos governos colonialistas nos países da África, e os conflitos entre Israel e o Oriente Médio. No campo museológico, assinala, em especial, o crescente questionamento do papel dos museus, presente em encontros profissionais da área, como o Seminário Regional da Unesco, promovido em 1958 no Rio de Janeiro, e a IX Conferência Geral do ICOM, decorrida em 1971, na França.

Dada a temática desta investigação, optei por não realizar uma historização do surgimento e do desenvolvimento da Museologia Social. Tal feito encontra-se registrado em uma expressiva quantidade de trabalhos acadêmicos, livros e artigos científicos publicados em diferentes idiomas. Resolvi priorizar a identificação da(s) forma(s) discursiva(s) sobre a documentação museal no âmbito da Museologia Social. Para tal, selecionei 2 fontes: os documentos de referência produzidos em âmbito internacional, e os textos veiculados na Revista *Cadernos de Sociomuseologia*.

A análise dos documentos referenciais da Museologia Social segue o mesmo método de análise empregado no Capítulo 1. A primeira etapa, referente à seleção dos documentos que deveriam compor a mostra, foi realizada com as missivas produzidas por 2 (duas) entidades internacionais ligadas à área: a UNESCO/ICOM e o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM).

Especialmente sobre o MINOM, importa destacar que a ideia de sua fundação começou a ser debatida durante o *1º Ateliê Internacional - Ecomuseus / Nova Museologia*, realizado

⁷⁰ As noções de ‘a priori’ e ‘condições de possibilidades’ são utilizadas na análise arqueológica foucaultiana. São conceituadas como: “**a priori** é aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as **condições** em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro” (Michel Foucault, 2016, p. 219, meu grifo em negrito).

em outubro de 1984, na cidade de Quebec – Canadá. Nessa oportunidade, profissionais de 15 países redigiram a *Declaração de Quebec - Princípios de Base de uma Nova Museologia*. O documento reafirmava o princípio da função social do museu, defendido pela *Mesa Redonda de Santiago do Chile* (1972), e apontava a necessidade de desenvolvimento de uma Museologia ativa, em prol do desenvolvimento das populações. Na segunda versão do Encontro, ocorrida em 1985, em Lisboa – Portugal, houve a fundação oficial do MINOM (Atelier Internacional Ecomuseus/Nova Museologia, 1984; MINOM, 2019a).

Uma das atividades regulares do Movimento, até o presente empreendida, é a promoção de encontros profissionais internacionais. O 3º Ateliê Internacional da Nova Museologia, ocorreu em setembro de 1986, na Noruega e a quarta edição, no ano de 1987, em Molinos – Aragão - Espanha. Com o passar dos anos, o evento foi renomeado para Ateliê Internacional do MINOM e, posteriormente, para Conferência Internacional do MINOM. As declarações produzidas nos encontros realizados de 2011 até a atualidade estão disponíveis, para acesso integral e gratuito, no sítio eletrônico do MINOM (<http://www.minom-icom.net/>). Os documentos anteriores a esse marco temporal devem ser acessados no link *Minom archives*, ou ainda, pelo *Sistema de Interpretação e Gestão do Núcleo Documental MINOM* (SIGNUD) (MINOM, 2019b).

Interessa notar que o SIGNUD foi concebido como produto da dissertação de mestrado de Ana Mercedes Stoffel Fernandes, orientada pelo Prof. Dr. Mário Caneva Magalhães Moutinho. Defendida em 2005, na ULHT, a pesquisa analisa o quadro metodológico documental de referência do MINOM. Para a formação do fundo documental, Ana Fernandes solicitou acesso aos arquivos impressos e digitais mantidos pelos sujeitos diretamente envolvidos com o Movimento. Ela conseguiu recolher documentos, referências bibliográficas, assim como reflexões, opiniões e análises (Ana Mercedes Fernandes, 2005, p. 2).

Realizei a primeira pesquisa no SIGNUD em agosto de 2018. Em dezembro de 2019, período de finalização desta investigação, refiz a consulta para verificar a possível inserção de novos documentos. Nesta segunda ocasião pude perceber que o sistema tinha passado por uma modificação visual, assim como apresentava novas facilidades de uso. A saber: glossário, ficha técnica do sistema e mecanismo de busca por evento ou documento. O acesso à base de dados me permitiu verificar que, apesar das alterações empreendidas, a quantidade de documentos permaneceu inalterada. Nesse sentido, vislumbrei, infelizmente, a repetição do panorama encontrado em 2018: a falta de informações consistentes sobre os Ateliês Internacionais da Nova Museologia/ Conferência Internacional do MINOM, realizados entre 1985 a 2010.

A pesquisa ao site do MINOM também foi refeita em dezembro de 2019. Aferi que não houve alterações nos resultados obtidos em julho do corrente ano, permanecendo o mesmo quantitativo dos documentos de referência anteriormente analisados.

Após o cumprimento da primeira etapa do método de seleção de documentos, percebi que o recorte inicial precisava ser ampliado. Na composição da mostra faltavam importantes documentos, produzidos em reuniões profissionais não vinculadas à entidades associativas. São elas: *Declaratoria de Oaxtepec - Territorio – Patrimonio – Comunidad (Ecomuseos)* – 1984; a já mencionada *Declaração de Quebec* – 1984, e a *Declaração da Cidade de Salvador* – 2007.

Adicionalmente a estes instrumentos, meu orientador Mario Chagas ressaltou a importância do *I Encontro Internacional de Ecomuseus*. O evento foi empreendido na cidade do Rio de Janeiro, em meio aos debates da *Eco-92*, ou seja, 20 anos após a realização da *Mesa Redonda de Santiago do Chile*. Foi a primeira vez que o Brasil recebeu um conjunto de renomados especialistas estrangeiros dedicados à temática da Museologia Social. A saber: René Rivard, Mário Moutinho, Hugues de Varine e Hernán Crespo Toral. O Presidente do ICOM, Alpha Oumar Konaré, estava confirmado para o evento, mas na última hora não pode comparecer, em virtude da sua eleição como presidente da República do Mali.

A segunda edição do evento ocorreu em maio de 2000, no Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz, localizado também no Rio de Janeiro. Sua organização foi realizada pelo MINOM, em conjunto com o Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e o Caribe (ICOFOM – LAM), e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O III Encontro foi promovido em setembro de 2004, no Ecomuseu de Santa Cruz e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Nessa ocasião, no entanto, a denominação do evento sofreu uma adição, sendo intitulado *III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. Dentre as importantes ações empreendidas no encontro, destacam-se a realização do X Atelier Internacional do MINOM (ULHT, 2019) e a fundação de uma organização da sociedade civil de promoção e defesa dos ecomuseus e museus comunitários, denominada Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC). A principal motivação para a criação da Associação era o interesse na participação no Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), criado pelo Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004. O assento destinado à representação dos ecomuseus e museus comunitários, foi criado pelo DEMU, em atendimento à demanda de profissionais ligadas(os) a essas tipologias de museu.

O IV Encontro ocorreu em 2012, na cidade de Belém – Pará – Brasil. Ele foi organizado pela prefeitura local, em conjunto com a ABREMC, o Ecomuseu da Amazônia e a Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira. O V e último Encontro foi promovido em 2015, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais – Brasil.

Dessa série de encontros, não consegui acesso às atas do III Encontro, registradas em CDROM, e o documento produzido no V Encontro.

A mostra final dos documentos do campo da Museologia Social, e os respectivos resultados de frequência dos termos ‘documenta’ e ‘invent’, podem ser visualizados na tabela 4:

Tabela 4 – Museologia Social - lista dos documentos analisados, produzidos no âmbito internacional. Brasil, 2019.

Nº	Data	Nome	Entidade	Termos de busca		Observações
				documenta	invent	
1	1972	Mesa Redonda sobre a Importância e o Desenvolvimento dos Museus no Mundo Contemporâneo (Mesa Redonda de Santiago do Chile)	UNESCO/ICOM	0	0	
2	1984	Declaração de Quebec - Princípios de Base de uma Nova Museologia	I Ateliê Internacional Ecomuseus/ Nova Museologia	0	0	
3	1984	Declaratoria de Oaxtepec - Territorio – Patrimonio – Comunidad (Ecomuseos)	Secretaría de Desarrollo Urbano y Ecología – México	0	1	
4	1992	Declaração de Caracas	ORCALC/Comitê Venezuelano do ICOM/ CONAC/ Fundação Museu de Belas Artes da Venezuela	2	3	
5	1992	Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	20	10	
6	2000	II Encontro Internacional de Ecomuseus	MINOM / ICOFOM-LAM / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	45	31	
7	2007	Declaração da Cidade de Salvador	DEMU/IPHAN e Associação Brasileira de Museologia (ABM)	3	3	
8	2011	XIV Conferência Internacional do MINOM - Sociomuseologia/Altermuseologia - Processos de Solidariedade	MINOM	0	0	
9	2012	Atas do IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários	Ecomuseu da Amazônia	21	51	
10	2013	Declaração MINOM Rio 2013	MINOM	0	0	
11	2014	Declaración de La Habana	MINOM	0	0	
12	2016	Missiva Nazaré	MINOM	0	1	
13	2017	Declaración de Córdoba	MINOM	0	2	
14	2018	XIX Conferencia Internacional del MINOM - Bogotá	MINOM	0	0	

Fonte: Rose Moreira de Miranda, 2019.

O exame da tabela 04 demonstra que a documentação museal é um tema de baixa frequência nas práticas discursivas da Museologia Social, registradas nos documentos finais de encontros especializados, de âmbito internacional. Dos 14 (catorze) documentos selecionados, 35,7% contêm o termo ‘documenta’. Já a expressão ‘invent’ está presente em 57,1% dos documentos analisados. Importa também destacar que os 2 primeiros documentos orientadores da área, a *Mesa Redonda de Santiago do Chile* e a *Declaração de Quebec*, não exibem nenhuma menção às palavras documentação e inventário. A mesma situação é observada nas 6 (seis) últimas Declarações do MINOM.

Vale registrar especial nota à alta frequência dos termos ‘documenta’ e ‘invent’ nas publicações relativas ao *I e II Encontro Internacional de Ecomuseus* e o *IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. Ao contrário dos 11 (onze) outros eventos arrolados na tabela 4, os Encontros não realizaram missivas. Optaram por adotar o formato de anais/atas, com o propósito de documentar integralmente os testemunhos, apresentações e debates ocorridos. A comparação entre a extensão de atas/anais com o formato reduzido das demais declarações justifica o valor atípico das ocorrências.

Atenção similar deve-se às 3 ocorrências dos termos ‘documenta’ e ‘invent’ na *Declaração da Cidade de Salvador*. O arquivo digital oficial oferecido no site do Programa Ibermuseus é apresentado em 3 idiomas: português, espanhol e inglês. Sendo assim, as frequências são triplicadas. Ou seja, a Declaração possui 1 ocorrência da palavra ‘documenta’ em cada idioma. As três recuperações do termo ‘invent’ são relativas ao uso do verbo reinventar.

No subitem seguinte são detalhadamente analisadas as ocorrências observadas nos 14 documentos.

2.1 Documentos de referência da Museologia Social: qual documentação? qual inventário?

O ato de documentar estará intimamente relacionado ao ato de apropriar-se do patrimônio, na dinâmica do processo social, e ao exercício da cidadania.
Maria Célia Santos, 1994.

O primeiro documento com citação ao termo inventário é a *Declaratoria de Oaxtepec - Ecomuseos Territorio – Patrimonio – Comunidad*. O encontro foi promovido como parte das ações de diagnóstico, construção metodológica, gestão institucional, formação de promotores e implementação do Programa de Museus Comunitários, iniciado em 1983, pelo Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH). O Programa foi concebido após os bem-sucedidos projetos empreendidos por Mario Vázquez e Míriam Arroyo Quan, todos inspirados nos princípios da *Mesa Redonda de Santiago do Chile* (José Luis Perea, 2015, pp. 63 e 65).

O evento ocorreu entre os dias 15 a 18 de outubro de 1984, em Oaxtepec – Morelos, no México, e contou com uma série de palestras e visitas técnicas. Além das(os) conferencistas mexicanas(os), participaram também: Paulette Olcina, que ministrou a apresentação *Ecomuseus: 1971 – 1984, Bilan (Origem do Ecomuseu)*; René Rivard, com a palestra denominada *Nova Museologia, Transformação Social (Experiências Canadenses)*; Pierre Camusat, que compartilhou as *Experiências do Ecomuseu da Região de Fourmies-Trélon*; Pierre Mayrand falou sobre a *Ecomuseologia Canadense*; Alan Nicolas – *A Nova Museologia*, e Fernanda Camargo-Moro – *Museologia Experimental, Variantes do Museu Tradicional (Experiências brasileiras na Nova Museologia)* (Secretaría de Desarrollo Urbano y Ecología, n.d.).

José Luis Perea assim descreve o teor e a importância da *Declaratoria de Oaxtepec* para o trabalho empreendido no México:

[...] alertou para a importância da participação da comunidade, tanto na gestão patrimonial como na gestão de museus, bem como o uso do patrimônio e dos museus como uma ferramenta de desenvolvimento. Sem dúvida, foi um guia teórico para a gestão e realização dos primeiros museus comunitários⁷¹ (José Luis Perea, 2015, p. 65, livre tradução).

⁷¹ Texto original: “[...] advirtió de la importancia de la participación comunitaria tanto en la gestión patrimonial como en la museística, así como la utilización de todo lo anterior como una herramienta de desarrollo. Sin duda alguna constituyó una guía de tipo teórico para la gestión y realización de los primeros museos comunitarios” (José Luis Perea, 2015, p. 65).

Para além do impacto local, a *Declaratoria de Oaxtepec* também se insere como um importante documento para a Museologia. Ela consta do *artigo Documentos Básicos de Museologia: principais conceitos*, em que Judite Primo analisa o contexto de produção e os principais contributos de documentos internacionais produzidos no campo museal e patrimonial. Particularmente sobre a *Declaratoria de Oaxtepec*, a autora informa (2007, p. 125) que o trinômio patrimônio – território – população é uma síntese das ações que viriam a ser denominadas Museologia Social. Além disso, ressalta o fato de a Declaratória conter a primeira referência ao termo ecodesenvolvimento.

A *Declaratoria de Oaxtepec* faz uma única menção ao termo inventário. Ocorre no item voltado à necessidade de desenvolvimento de uma consciência patrimonial comunitária. Como alternativa, as(os) participantes do Encontro sugerem projetos de formação de promotores locais, criações de estruturas associativas e de uma museografia popular, que considere as ações de inventário, conservação, apresentação valorativa e difusão (Secretaría de Desarrollo Urbano y Ecología, n.d.).

O primeiro documento a conter a menção ao termo ‘documenta’ foi redigido em 1992, ou seja, vinte anos após a realização da *Mesa Redonda de Santiago do Chile*. Ele é fruto de um encontro promovido em Caracas – Venezuela. Trata-se do Seminário *A Missão do Museu na América Latina hoje: novos desafios*. Segundo relato de Maria de Lourdes Parreiras Horta, o evento foi uma iniciativa da Oficina Regional de Cultura para a América Latina (ORCALC) e do Comitê Venezuelano do ICOM, com o apoio do Conselho Nacional de Cultura (CONAC) e da Fundação Museu de Belas Artes da Venezuela (Maria de Lourdes Horta, 1995, p. 61). Importa ressaltar que Hernán Crespo Toral, profissional que havia participado do Seminário Regional da UNESCO, em 1958, e da *Mesa Redonda de Santiago do Chile*, era, à época do evento, o diretor da ORCALC. Esse fato, possivelmente, deve ter influenciado a sua promoção.

O encontro contou com a participação de diretoras(es) de museus latino-americanos. A saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Peru, Nicarágua e a própria Venezuela. O documento resultante do Encontro, conhecido como *Declaração de Caracas*, realiza 2 citações à documentação e 3 ao termo inventário.

Em conjunto com a pesquisa e a difusão, a documentação é reconhecida como um meio pelo qual os museus podem preservar o patrimônio cultural nos museus. O documento recomenda, ainda, que para uma ação patrimonial completa, as instituições museais realizem trabalhos de documentação de bens culturais pertencentes à outras instituições e colecionadores.

O termo inventário é utilizado como parte da documentação do museu. As(os) participantes o citam quando denunciam a precariedade da correta organização e controle dos acervos nos museus locais. Nesse sentido, recomendam que os museus estabeleçam “sistemas de inventário”, que possibilitem a automatização das coleções, e como tal, sirva como instrumento básico para a gestão do patrimônio (ORCALC, Comitê Venezuelano do ICOM, CONAC & Fundação Museu de Belas Artes da Venezuela, 1992).

Também em 1992, outro evento de âmbito internacional foi empreendido. Sua memória foi compilada nos *Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus*. A publicação contém 441 páginas e, com exceção dos textos de abertura e as notas redigidas por Hugues de Varine, todos os demais registros são resultantes da transcrição de palestras, painéis e debates realizados. Sendo assim, os textos apresentam um tom informal e, muitas vezes, determinados termos são repetidamente utilizados em uma mesma apresentação. Suponho que esse fato revele o caráter espontâneo das intervenções orais, que devem ter ocorrido sem a leitura de uma comunicação previamente redigida.

A primeira ocorrência ao termo documentação surge no texto denominado *Notas de um Projeto sobre Museu Comunitário*, de Hugues de Varine. O autor compartilhou suas observações sobre a Zona Oeste do Rio de Janeiro, e o projeto a ele apresentado de criação de um museu comunitário local. No item relacionado ao território, Hugues de Varine recomendou a criação de uma rede de museus comunitários e ecomuseus, que dispusesse de um serviço técnico único para prestar assistência nas áreas de museografia, documentação, relações públicas e pesquisa (Hugues de Varine, 1992, p. 3).

O autor também citou a necessidade de o projeto dispor de um documento-síntese, que servisse de guia para as comunidades, como também possibilitasse a sua apresentação externa. Ressaltou que alguns elementos essenciais para a formulação do documento-síntese já estariam prontos, mais precisariam ser adaptados. Nesse rol, incluiu o inventário cartográfico dos recursos patrimoniais da Zona Oeste: pessoas e organismos-recursos, itinerários e redes. Além disso, segue o autor, o documento-síntese também deveria apresentar um programa de pesquisa, no qual as ações de inventário e coleta estivessem contempladas (Hugues de Varine, 1992, p. 4).

O segundo texto no qual o termo documentação tem ocorrência é de autoria de Fernanda de Camargo-Moro, que palestrou na qualidade de Presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História do ICOM. Sua apresentação foi intitulada: *A Proposta do Ecomuseu: Experiência de Itaipu*, iniciativa ligada à Itaipu Binacional, localizada em Foz do Iguaçu - Paraná (Brasil). Fernanda de Camargo-Moro iniciou sua palestra historiando o processo que ela

denominou de “abertura na área da Museologia”, para em seguida tratar da experiência de Itaipu e dos ecomuseus. Ela afirmou que determinados ecomuseus teriam aberto mão da função de pesquisa e, como decorrência, as fichas de documentação seriam “frágeis” (Fernanda Camargo-Moro, 2002, pp. 28 e 37).

O terceiro texto selecionado foi apresentado no Painel 1 – *Ecomuseu a Guarda da Memória Coletiva*. A mesa redonda foi presidida por Lourdes do Rego Novaes, e contou com a participação de 4 palestrantes: Eliane Mendonça – Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; Teresa Scheiner – Vice-diretora da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Maria Célia Santos – Professora da Escola de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Ulpiano Bezerra de Menezes, Diretor do Museu Paulista. A única palestra que utilizou o termo ‘documenta’ não foi proferida por uma(um) profissional de museus. As 8 ocorrências foram efetuadas por Eliane Mendonça, ao tratar da documentação no âmbito dos acervos arquivísticos.

O quarto texto é a transcrição da palestra proferida por Mário Moutinho, que compôs o Tema 3 – *Ecomuseu a Experiência em Portugal*, tendo como coordenadora dos debates, Lourdes Novaes. Ao relatar as experiências portuguesas, Mário Moutinho fez 2 menções ligeiras ao termo documentação. A primeira, na descrição do projeto de construção do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, que possuía um centro de documentação planejado dentre os serviços e instalações planejados. A segunda, ao detalhar o funcionamento do Museu de Monte Redondo, e o problema da documentação recolhida. Já o termo inventário, foi citado por Mário Moutinho no contexto do Museu de História Americana, instituição pertencente ao *Smithsonian Institution*. O palestrante relatou a ação de coleta de objetos promovida pelo Museu, junto à comunidade afrodescendente local, oportunidade em que também realizou inventários das modificações socioculturais percebidas.

Há outras menções aos termos documentação e inventário nos debates e apresentações realizadas em painéis, no entanto, sem aprofundamento da temática.

Situação similar ocorre no *II Encontro Internacional de Ecomuseus*, promovido entre os dias 17 a 20 de maio de 2000, na cidade de Santa Cruz, Rio de Janeiro. Apesar do termo ‘documenta’ apresentar 45 ocorrências, apenas 15 são relativas a ações documentais. Todas as outras referem-se ao uso da palavra documental ou documentário em contextos de pesquisa ou de produção de vídeos. Cinco comunicações possuem apenas 1 citação ao termo documentação. São elas: *20 Anos de Museologia: um Caminho de Dúvidas e Opções*, realizada por Mário

Moutinho (Portugal); *Dinamização do Acervo Museológico da Universidade Federal de Pernambuco*, proferida por Albino Barbosa de Oliveira Júnior (Brasil); *Programa de Educación Ambiental, no Formal y Urbano - Formación de Promotores Ambientales*, de autoria de Elba Leonor Sánchez de Romero (Argentina); *El Museo del Desierto en la ciudad de Saltillo, Coahuila, México*, de Judith Alanis Figueroa (México) e *Ecomuseu Municipal do Seixal - 18 Anos: Maturidade e Renovação*, de Graça Filipe (Portugal).

Destaca-se, em especial, palestra conferida por Maria Célia Teixeira Moura Santos, denominada *Patrimônio Cultural e a Escola: Construindo um Museu Didático-Comunitário* (Brasil). Ao apresentar as etapas de concepção, organização e gestão do Museu Didático-Comunitário de Itapuã, a professora detém-se na explanação do caráter diferenciado da documentação, chegando a fazer 7 menções ao termo (há mais 3 ocorrências nas referências bibliográficas). A autora assim explica o processo:

Quanto à documentação, não se limita ao registro do acervo, mas busca-se, através da cultura qualificada, produzir conhecimento elaborado no processo educativo, por meio das ações de pesquisa. **A ação documental não tem se dado de forma isolada pelo técnico**, mas, ao contrário, os grupos envolvidos, moradores, estudantes, professores, estão sendo co-autores da mesma, na medida em que realizam a coleta de dados, utilizando os instrumentos destinados a este fim, e, ao mesmo tempo, no processo de aplicação, identificam problemas, sugerem modificações, enriquecendo-os, tornando-os flexíveis, adaptáveis às várias circunstâncias, de acordo com as características das diversas programações (Maria Célia Santos, 2000, p. 182, meu grifo em negrito).

Nos documentos até então analisados essa é a primeira citação a um processo documental inclusivo, ou seja, em que os sujeitos locais (docentes, discentes e habitantes do bairro) são agentes ativos no registro dos bens materiais e imateriais identificados como patrimônio.

O termo 'invent' retornou resultados, em sua maioria, relacionados ao uso dos verbos inventar/reinventar em português, francês e espanhol. É o caso do texto *La Place du Musée Communautaire dans les Stratégies de Développement*, de autoria de Hugues de Varine (MINOM – França). Em outros textos analisados, observei a utilização do termo inventário. No entanto, além da baixa frequência, não houve aprofundamento da temática. São eles: *Sambaquis de Guaratiba - sítios arqueológicos com potencial científico, cultural e turístico*, de Ariane Luna Peixoto, Luiz Fernando T. Menezes, Fernando Régis Di Maio e Lina M. Kneip (Brasil); *Interpretative Trail in Área de Proteção Ambiental das Brisas*, de Gustavo Luna Peixoto (Brasil); *Museo Agrario del Azul*, de Norma Rusconi, Héctor García, Liliana Borioli (ICOFOM

LAM – Argentina) e *Um Ecomuseu para a Faixa Piritosa Ibérica*, de Alfredo Tinoco (Portugal).

Nas Atas do *IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*, realizado em Belém do Pará, no ano de 2012, o termo ‘documenta’ recuperou 3 textos: *El Ecomuseo como Comunidad Educadora: una alternativa de desarrollo sustentable para el patrimonio natural y cultural de Mexico con base en la educación-acción*, apresentado por Raúl Méndez Lugo (México). O segundo texto, denominado *Ações do Ecomuseu da Amazônia na Ilha de Cotijuba/PA: possibilidades de interpretação do patrimônio natural e cultural local*, Roberto de Mendonça França Junior (Brasil) afirma que o processo documental realizado nos ecomuseus, não se limita ao registro do acervo, mas também busca “produzir conhecimento elaborado no processo educativo, realizando ações de pesquisa” (Roberto de Mendonça França Junior, 2012, p. 226). Infelizmente, o pesquisador não adensou a descrição da prática documental empreendida no Ecomuseu da Amazônia.

Outro texto que se destaca é *Un Musée Citoyen et ses Liens avec la Communauté: le cas de L’Écomusée du Fier Monde*, de René Binette (Canadá). Ao descrever as ações do ecomuseu, o autor afirma que a instituição visa desenvolver a coleção por meio de “um processo de participação cidadã”, e para tal, convidaria, nos anos vindouros, os atores locais para participarem do processo (René Binette, 2012, p. 83). Acredito que a citação, sem aprofundamento da temática, seja derivada de uma ação planejada para o futuro. No entanto, vale ressaltar a intenção de promoção de ações inclusivas no tocante à atividade documental.

O termo ‘invent’ apresentou 1 frequência nos textos *Cidadania e Protagonismo Comunitário: refletindo sobre os museus e a gestão patrimonial*, de Graça Filipe (Portugal); *Can Parish Maps Inspire Future?*, de Raul Dal Santo (Itália); *Disseminação da Informação Patrimonial mediante a Instrumentalização de Territorialidades*, de Rita de Cássia Oliveira Pedreira, Cristiano Silva Cardoso e Ana Cláudia Borges de Almeida (Brasil); *La Construcción de un Museo Rural Comunitario: comunidad, turismo y proyeccion social en el Valle de El Bolson*, de Alejandra Korstanje y equipo (Argentina); *Patrimônio Histórico e Comunidade - ações que geram reações*, de Angela Tereza Sperb, Patricia Rosina Stoffel Hansen (Brasil); *Recordações Sedutoras da Terra de Santa Cruz*, de Sílvia Regina L. Costa Cunha Melo (Brasil); *Ecomuseu da Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima*, de M. L. P. Menezes, V. C. Morais, D.F. Leopoldo, G.G. Rodrigues, C.P. Borges, R. A. Gabriel, V. T. Guelber, F. C. Nascimento (Brasil); e *Ecomuseu da Amazônia: a prática da partilha do patrimônio*, de Maria Terezinha Resende Martins (Brasil).

Importa ressaltar que seis textos, a seguir listados, mencionaram a promoção de inventários participativos. Todas as iniciativas haviam sido realizadas em instituições brasileiras: *Além dos muros: musealização participativa*, de Maria do Socorro Reis Lima (Brasil); *Diálogo, Sentido e Significado no Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/MG*, de Yára Mattos (Brasil); *Museus Comunitários: protagonismo e práticas cidadãs*, de Cláudia Feijó da Silva (Brasil); *Ecomuseu de Itaipu e a Rede Regional de Museus, Memória e Patrimônio Natural e cultural: instrumentos de gestão patrimonial comunitária*, de Maria Emília Medeiros de Souza e Tatiara Damas (Brasil); *O Inventário Participativo do Ponto de Memória da Terra Firme*, Ponto de Memória Terra Firme (Brasil) e *Ecomuseu/Museu Comunitário: o museu como escola de libertação, protagonismo, cidadania e resistência*, de Bruno Cruz de Almeida, Pablo Ramos Camilo, Paulo H. Madeira, Odalice Priosti, Ramiro M. Pereira, Regina Célia dos S. G. França, Sílvia Regina L. C. C. Melo, Sinvaldo do Nascimento Souza, Tiago de Oliveira Rodrigues e Walter Priosti (Brasil).

O último documento de cunho internacional a possuir menção ao termo ‘documenta’, é a *Declaração da Cidade de Salvador*, redigida em 2007, durante o *I Encontro Iberoamericano de Museus*, realizado em Salvador, Bahia. O Encontro foi uma iniciativa do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (DEMU) – atual Ibram - e da Associação Brasileira de Museologia (ABM). Foi responsável por reunir representantes de museus e órgãos responsáveis pelas ações governamentais em prol das instituições museais, oriundos de 22 países ibero-americanos. As(os) presentes tinham a missão de debater formas de estabelecer ações conjuntas para o setor museológico.

Na apresentação da publicação, que contém a *Declaração da Cidade de Salvador*, há uma descrição sobre o espírito motivador da reunião:

(...) como herdeiro contemporâneo da Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972, e também dos aportes teóricos e práticos das denominadas: museologia popular, museologia social, ecomuseologia, nova museologia e museologia crítica. Os debates, as reflexões e os relatos de experiências apresentados durante o referido Encontro permitiram a compreensão de que a museologia e os museus ibero-americanos estão em movimento e de que a renovação do campo museal tem propiciado uma maior aproximação dos movimentos sociais (IPHAN & ABM 2007).

Além da menção direta aos preceitos sociais e comunitários contidos na *Mesa Redonda de Santiago do Chile*, as(os) signatárias(os) da Declaração se reconhecem como legatárias(os)

das contribuições surgidas na Museologia após 1972. Importa ressaltar que dentre as(os) presentes encontravam-se representantes de países com decisivas contribuições para à Museologia Social. É o caso do México, reconhecido pelos projetos coordenados por Mario Vázquez e Míriam Arroyo Quan; Chile, nação que abrigou a Mesa Redonda de 1972; além de Portugal e Brasil, países com destacada produção acadêmica na área e expressiva quantidade de instituições museológicas ligadas ao desenvolvimento territorial/social. Em Portugal, podemos citar como exemplo o Ecomuseu Municipal de Seixal, Ecomuseu da Murtosa, Museu Etnológico de Monte Redondo, Museu da Ruralidade etc. No Brasil, o Museu da Maré, Museu Indígena Jenipapo-Kanindé, Museu de Favela, Museu das Remoções etc.⁷²

Na *Declaração da Cidade de Salvador* o termo ‘documenta’ ocorre no item 8, relativo às diretrizes. O texto convoca à valorização da vocação dos museus para a documentação, juntamente com as ações de comunicação, investigação e preservação da herança cultural. Esta é a única ocorrência encontrada, não havendo nenhum aprofundamento da temática.

2.2 A produção sobre documentação museal e inventário nos Cadernos de Sociomuseologia

Para quem e para que tem servido o processo de documentação dos nossos museus?
Maria Célia Santos, 1994.

A Revista Cadernos de Sociomuseologia (CS) é o mais antigo periódico científico ativo, de âmbito internacional, voltado à pesquisa na área da Museologia Social. Lançada em 1993 – 8 anos após a fundação do MINOM – é atualmente produzida pelo Núcleo de Estudos Memória, Formação, Cultura(s) e Territórios do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento, em conjunto com o Departamento de Museologia da Faculdade de

⁷² Citei alguns exemplos dos projetos museais ligados ao desenvolvimento territorial/social, que são citados em artigos e outras publicações consultadas para esta tese. Destaco que, infelizmente, as estatísticas oficiais de Portugal e do Brasil não oferecem dados precisos sobre a quantidade de museus comunitários e/ou de desenvolvimento territorial/social. No caso do Brasil, consulta realizada em 27 de dezembro de 2019 à Rede Nacional de Identificação de Museus (<http://museus.cultura.gov.br/>) permitiu verificar que dos 3.791 museus presentes na base de dados, 92 instituições se autotransformaram como ecomuseus/museus de território.

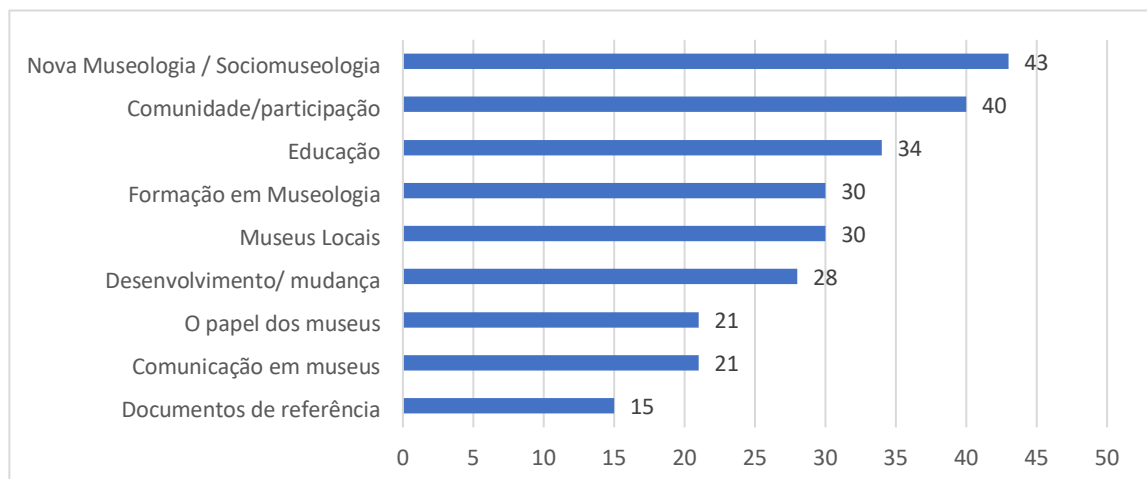
Ciências Sociais, Educação e Administração, ambas unidades da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

A Revista permite acesso gratuito e integral aos textos publicados, franqueando discussão nas três clássicas funções da Museologia, definidas por Peter van Mensch (1992): a) preservação – aquisição, documentação, conservação, restauração e acondicionamento de bens culturais; b) pesquisa do patrimônio cultural e natural, de natureza material ou imaterial, e c) comunicação – ação que engloba todas as formas de transmissão do conhecimento e da informação (exposições, publicações impressas e digitais, ações educativas etc.).

No entanto, como o próprio nome da Revista indica, é na Museologia Social que o periódico ganha distinção. Questões específicas da área relacionadas à discussão epistemológica de sua natureza; sua constituição histórica e seus documentos referenciais; métodos e práticas - que necessariamente envolvem a comunidade presente nos territórios onde é promovido o fazer museal -; o respeito à diversidade - seja ela territorial, econômica, social, cultural e opinativa -; a valorização da singularidade; a inclusão e a responsabilidade social; a sustentabilidade; a dignidade humana etc. estão presentes nos diferentes volumes da publicação.

Tal fato pode ser comprovado pelo gráfico 2, produzido a partir de estudo realizado por Gabriela Figurelli e Mário Moutinho (2016) sobre a produção presente nos 19 anos dos Cadernos de Sociomuseologia.

Gráfico 2 - Temáticas dos artigos publicados nos Cadernos de Sociomuseologia 1993-2012.



Fonte: Gabriela Figurelli & Mário Moutinho, 2014.

A análise do gráfico permite verificar dois aspectos diretamente relacionados. O primeiro, é o natural destaque da Museologia Social/Sociomuseologia/Nova Museologia como temática mais abordada no período indicado. O fato é associado ao principal objetivo do periódico. Os temas Comunidade/Participação e Educação compõem o segundo assunto mais tratado, seguidos por Formação em Museologia e Museus Locais. O arranjo transparece uma plêiade de estudos com forte caráter social, nos quais ressalta-se o caráter inter⁷³ e transdisciplinar⁷⁴. Esse fato acaba por corroborar a essência da própria Museologia Social, conforme apontado por Mário Moutinho:

(...) a Sociomuseologia assume-se como uma nova área disciplinar que resulta da articulação entre a demais áreas do saber que contribuem para o processo museológico contemporâneo. Entre o paradigma do Museu ao serviço das coleções e o paradigma do Museu ao serviço da sociedade está o lugar da Sociomuseologia (Mário Moutinho, 2014, pp. 426-427).

Outra forma de comprovação da inter e transdisciplinariedade do CS é a presença de produções que promovem diálogos com as áreas do Patrimônio, Arqueologia, Memória Social, Turismo, Jornalismo, Psicologia etc. Algumas delas se destacam com a edição de volumes específicos, como: v. 55, n. 11 (2018) denominado *Museologia e Direitos Humanos*; v. 52, n. 8 (2016) *Museus, Sociomuseologia e Fenomenologia*; v. 51, n. 7 (2016) *Arqueologia e Turismo: novas abordagens*; v. 47, n. 3 (2014) *Patrimônio, Política e Sociomuseologia*; v. 41, n. 41 (2011) *Questões Interdisciplinares na Museologia*; v. 40, n. 40 (2011) *Por que é cidadão o jornalista cidadão? História das mídias e jornalismo cidadão de base comunitária na Maré*; v.

⁷³ Adotamos o conceito de interdisciplinaridade formulado por Hilton Japiassú & Danilo Marcondes (1991, p. 105-106): “Interdisciplinaridade: (...) método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si. Esta interação pode ir da simples comunicação das idéias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa. Ela torna possível a complementaridade dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre os quais se fundam as diversas práticas científicas. O objetivo utópico do método interdisciplinar, diante do desenvolvimento da especialização sem limite das ciências é a unidade do saber. Unidade problemática sem dúvida, mas que parece constituir a meta ideal de todo saber que pretende corresponder às exigências fundamentais do progresso humano. Não confundir a interdisciplinaridade com a multi ou pluridisciplinaridade: justaposição de duas ou mais disciplinas, com objetivos múltiplos, sem relação entre si, com certa cooperação mas sem coordenação num nível superior” (Hilton Japiassú & Danilo Marcondes, 1991, pp. 105-106).

⁷⁴ O conceito de transdisciplinaridade adotado é o oferecido na Carta da Transdisciplinaridade do I Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, evento produzido em 1994, no Convento da Arrábida, em Portugal, com a colaboração do *Centre International de Recherches et Études Transdisciplinaires* (CIRET) e com o apoio da UNESCO. Em seu artigo 3º afirma: “A transdisciplinaridade é complementar à abordagem disciplinar; ela faz emergir novos dados a partir da confrontação das disciplinas que os articulam entre si; oferece-nos uma nova visão da natureza da realidade. A transdisciplinaridade não procura a mestria de várias disciplinas, mas a abertura de todas as disciplinas ao que as une e as ultrapassa” (Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, 1994).

17, n. 17 (1999) *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projecto de Paranapanema*.

A pluralidade de nacionalidades das(os) autoras(es) que publicaram artigos na Revista é outro ponto de destaque. São pesquisadoras(es) residentes no Brasil, Canadá, Espanha, França, Holanda, Itália, México, Portugal, Reino Unido etc. Em termos quantitativos destaca-se a majoritária participação de Portugal e do Brasil, como um reflexo direto do perfil de revista acadêmica, voltada à divulgação das pesquisas científicas promovidas pelas(os) suas(seus) investigadoras(es), docentes e discentes, a grande maioria de origem lusófona.

Outro traço marcante no periódico é a atenção com os conteúdos relacionados à formação dos profissionais da área, traduzidos na publicação de 3 volumes especialmente voltados ao tema. O mais recente, publicado em 2017, reúne artigos de docentes e recentes mestres egressas(os) do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (v. 53, n. 9). Os dois outros são dedicados aos conteúdos apresentados em duas conferências anuais do Comitê Internacional para a Formação de Pessoal (ICTOP), do Conselho Internacional de Museus: a primeira, promovida em 2008, e a segunda, em 1996, ambas em Lisboa.

A presença da produção relacionada à formação profissional poderia ser facilmente justificada e relacionada pela já citada ligação do CS ao Departamento de Museologia da ULHT. Mas, um exame mais atento de outros periódicos científicos ligados à unidades de ensino da Museologia⁷⁵, produzidos no Brasil e em Portugal, permite afirmar que são poucos (ou mesmo raros) os que se preocupam em incentivar a publicação de documentos e reflexões acerca da formação profissional. Sendo assim, importa destacar qualitativamente pontos essenciais e diferenciais do trabalho realizado pela Revista: de um lado, reflete a preocupação do corpo editorial do periódico em conferir à formação profissional o mesmo destaque dado a outros assuntos; e de outro, espelha a “partilha afetiva” e as “múltiplas parcerias entre os dois lados do Oceano Atlântico”, que existem entre a ULHT e as universidades brasileiras dedicadas ao ensino da Museologia (Mário Moutinho & Judite Primo, 2017, p. 5).

⁷⁵ No Brasil, pode-se destacar os seguintes periódicos: a) Revista Museologia e Patrimônio (<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>), ligada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, oferecido pela UNIRIO, em conjunto com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); b) Museologia & Interdisciplinaridade (<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia>): Curso de Museologia/Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB); Revista Musear (<http://www.revistamusear.ufop.br/>): Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto. Em Portugal, além dos Cadernos de Sociomuseologia, identifiquei a Revista Midas – Museus e Estudos Interdisciplinares (<https://journals.openedition.org/midas/>), fruto de uma iniciativa que envolve docentes das Universidades do Porto, Évora, Coimbra e Nova Lisboa (Ana Carvalho, n.d.).

A publicação é atualmente coordenada por um comitê editorial composto por: 1 diretora e 4 editoras(es), sendo: 1 editor ligado à ULHT (Portugal), 1 editora da Rede Marista do Rio Grande do Sul (Brasil), a terceira do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Brasil) e a última da *Reinwardt Academy, Amsterdam School of the Arts* (Holanda). O periódico possui igualmente um Conselho⁷⁶, composto por 17 membros ligados à universidades e museus de 10 diferentes países: Brasil (5), Portugal (2), Espanha (2), França (2), Estados Unidos da América (2), Índia/Dinamarca (1), Canadá (1), Filipinas (1) e Reino Unido (1).

Em 2013, o CS passou por importantes modificações que, segundo suas(seus) editoras(es), visavam a melhoria do seu desempenho, “adoptando de forma plena as orientações internacionais para publicações científicas, em particular no que respeita à sua indexação e acreditação internacional” (Conselho de Redação, 2014, p.5). A revista passou a ser produzida somente em formato digital, e foi admitida nas seguintes redes internacionais de indexação: *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), *European Reference Index for the Humanities and the Social Sciences* (ERIH PLUS) e *Information Matrix for the Analysis of Journals* (MIAR). Ganhou ainda uma nova numeração – sendo a numeração do periódico reiniciada - e foram incluídas 3 novas segmentações para as produções: a) Teses e Dissertações concluídas no Departamento de Museologia da ULHT, b) Entrevistas e c) Recenções⁷⁷.

Todas as características acima elencadas contribuem fortemente para conferir aos Cadernos de Sociomuseologia visibilidade e credibilidade internacional no campo museológico, favorecendo a comunicação entre os pares e contribuindo para a afirmação da Museologia e, em especial da Museologia Social. Tal afirmativa pode ser confirmada pela longevidade e regularidade da publicação, elemento que inevitavelmente reflete o resultado positivo da chamada lei da oferta e da procura, no qual o sucesso do periódico pode ser justificado por duas forças que se autoalimentam. A primeira, expressa pela quantidade de autoras(es) que buscam publicar produções de qualidade e, a segunda, a quantidade de leitoras(es) e pesquisadoras(es) que utilizam e citam o periódico na conformação de novas investigações. Dessa forma, o CS se configura não só como um importante veículo de comunicação do conhecimento, mas cumpre, so-

⁷⁶ Livre tradução para a expressão *Editorial and Referee Board*, presente no site da Revista. Acedido Julho 12, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/about/editorialTeam>.

⁷⁷ Recenção, em livre tradução para o português falado no Brasil, significa a síntese da literatura especializada. A expressão está presente no volume 5 (2015) dos Cadernos de Sociomuseologia.

bretudo, o que Philip G. Altbach elenca como uma das mais importantes funções de um periódico científico: “definir e legitimar novas disciplinas e campos de estudos, constituindo-se em um legítimo espaço para institucionalização do conhecimento e avanço de suas fronteiras” (Philip Altbach apud Dely Miranda & Maria de Nazaré Pereira, 1996, p. 376).

Os atributos da Revista Cadernos de Sociomuseologia foram indubitáveis para sua escolha como fonte de investigação sobre a documentação museal na Museologia Social. Um dos objetivos da pesquisa sobre a produção do CS é identificar qual a porcentagem de volumes e artigos sobre a documentação; quais autoras(es) se dedicaram à temática; observar as abordagens conceituais e as referências bibliográficas citadas; e, sobretudo, aferir se existe o reconhecimento de especificidades da prática documental nas iniciativas realizadas à luz da Museologia Social.

2.2.1 Método de organização, classificação e seleção dos textos do CS

O sítio eletrônico que hospeda o CS oferece uma pesquisa de conteúdo simples, que pode ser livre ou realizada mediante a aplicação dos filtros de autoria e data. Não há indexação de assuntos ou vocabulário controlado, fato que impossibilita o delineamento de resultados precisos. Sendo assim, produzi um instrumento para identificar os textos relacionados à documentação museal e o inventário, conforme descrito a seguir:

- I) O primeiro levantamento da produção do CS foi realizado em 07 de maio de 2019, momento em que havia 57 volumes dos Cadernos de Sociomuseologia. Em 27 de novembro de 2019, procedi uma nova investigação para inserir na análise os textos referentes ao volume 58, publicado no dia 18 de outubro do mesmo ano. A fim de conferir confiabilidade e reprodutibilidade aos resultados alcançados, toda a pesquisa foi arrolada em uma planilha eletrônica, reproduzida no Apêndice 2;
- II) Outro procedimento necessário foi a adoção de um novo sistema de classificação tipológica para os textos eletronicamente apresentados no site da Revista. Como anteriormente mencionado, novas categorias foram criadas ao longo dos anos, pelas(os) editoras(es) do CS, sem que as produções anteriores fossem reclassificadas.

Entre os anos de 1993 a 2012, os textos presentes nos volumes 1 a 42 foram classificados em 2 categorias: editorial e artigo. Em 2012, com o lançamento do número 43 da publi-

cação denominada *Proceedings of the ICTOP Annual Conference - ULHT-Lisbon 2008*, observa-se a criação de uma nova categoria: *case studies summaries*. No ano seguinte, em 2013, surgiu a categoria *Teses & Dissertações concluídas no Dep. de Museologia da ULHT*. Em 2015, foram criadas 2 novas segmentações: *Entrevistas e Recenções*. Por fim, em janeiro de 2019, o Caderno 57(13) apresentou a categoria *Documentação*, que abriga o registro visual e escrito do evento *ICAMT Workshop do Comitê Internacional para Arquitetura e Técnicas de Museus do Conselho Internacional de Museus (ICAMT) – 2018*, realizado em Lisboa, na ULHT.

O novo sistema de classificação dos textos utilizado nesta tese, resultou da combinação entre as categorias desenvolvidas pelas(os) editoras(es) da revista até o ano de 2015⁷⁸, acrescido de novas tipologias, por mim criadas, com base na consulta aos textos disponibilizados. O resultado final está demonstrado na tabela 5.

Tabela 5 - Sistema de classificação da produção dos Cadernos de Sociomuseologia, Portugal, 2019.

Sigla	Tipologias de Textos	Categorias criadas pela Revista	Ano de criação
A	Artigo	X	1993
CS	<i>Case Studies Summaries</i>	X	2012
Do	Documentação	X	2019
DR	Documento Referencial	X	
Ed	Editorial	X	1993
Ent	Entrevista	X	2015
FT	Ficha Técnica		
IA	Introdução, apresentação, posfácio, abstract (com exceção de monografias, teses e dissertações)		
Ma	Manual		
Mo	Monografia (completa)		
N	Notas, fontes, referências bibliográficas, apêndices, anexos e tabelas de ilustrações (com exceção de monografias, teses e dissertações)		
R	Recensão	X	2015
TD	Tese e dissertação (texto integral)		
TDr	Tese e dissertação (resumo)	X	2013

Fonte: Rose Moreira de Miranda, 2019.

⁷⁸ Conforme anteriormente informado, a criação de novas classificações para os Cadernos de Sociomuseologia, em 2013, não provocou a reclassificação da produção dos volumes anteriores. Vale ressaltar que algumas teses/dissertações e documentos foram classificados na categoria artigos. Esse fato ocorreu no volume 3, dedicado a dissertação de mestrado de Rosana do Nascimento, na Universidade Federal da Bahia; o volume 13, com a dissertação de mestrado de Mario de Souza Chagas, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; o volume 17, com a tese de doutorado de Maria Cristina Oliveira Bruno, na Universidade de São Paulo; e ainda com os volumes 20, 21, 23, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 39, 40 e 44. Ressalta-se que no volume 15, denominado *Museologia e Patrimônio: documentos fundamentais*, os estatutos, cartas, convenções, declarações e demais documentos arrolados foram também classificados como artigos.

2.2.2 Análise agregada dos dados

A data de corte para esta investigação foi estabelecida no dia 27 de novembro de 2019. Até esse período haviam sido lançados 58 volumes dos Cadernos de Sociomuseologia, somando um total de 539 textos publicados em meio digital.

Conforme anteriormente explicitado no item 2.2.1, os textos do CS possuem diferentes classificações. Todas estão arroladas na tabela 6, que também apresenta a quantificação de textos por categoria. No caso específico dos manuais e volumes monográficos - aqueles em que são publicados artigos, teses, dissertações e monografias de autoria única –, os valores indicados correspondem a três campos: a) quantidade de manuais e obras monográficas existentes dentre os 58 volumes do CS; b) quantidade de capítulos que compõem os manuais e as obras monográficas; c) número total de textos.

Tabela 6 - Quantidade total de textos por categoria dos Cadernos de Sociomuseologia 1993-2019, Portugal, 2019.

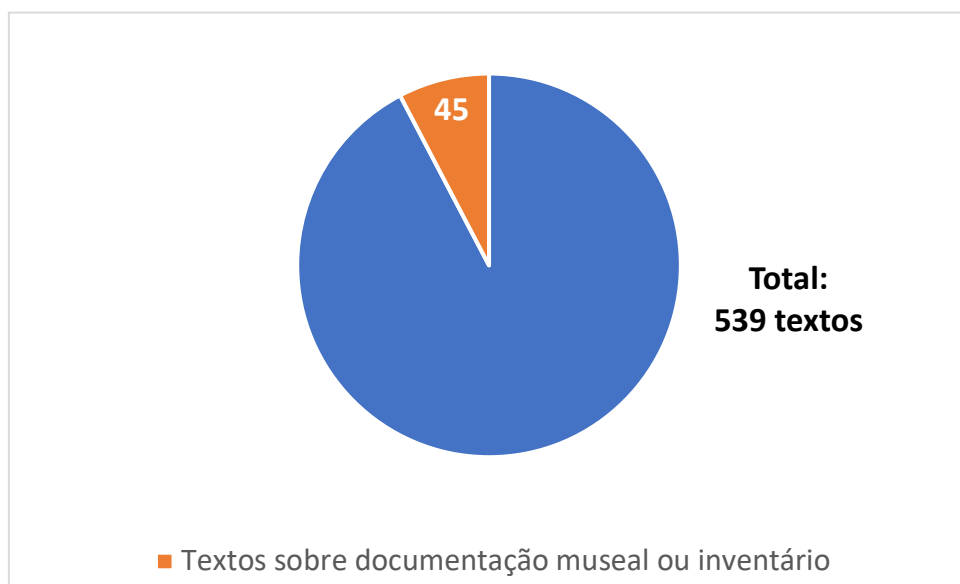
Sigla	Tipologias dos textos	Obras monográficas e manuais	Nº capítulos desmembrados	Total
A	Artigo			291
CS	<i>Case Studies Summaries</i>			6
Do	Documentação			1
DR	Documento Referencial			31
Ed	Editorial			29
Ent	Entrevista			3
FT	Ficha Técnica			1
IA	Introdução, apresentação, posfácio, abstract (com exceção de monografias, teses e dissertações)			7
Ma	Manual	2	5	7
Mo	Monografia (completa)	3	13	16
N	Notas, fontes, referências bibliográficas, apêndices, anexos e tabelas de ilustrações (com exceção de monografias, teses e dissertações)			8
R	Recensão			1
TD	Tese e dissertação (texto integral)	14	84	98
TDr	Tese e dissertação (resumo)			38
Total				539

Fonte: Rose Moreira de Miranda, 2019.

Observa-se que os artigos preponderam no CS, representando 53,9% da produção. Em segundo lugar estão os capítulos de teses e dissertações, com 18,1% do total, seguidos dos resumos de teses e dissertações, com 7%. Este quadro confirma a já referida peculiaridade da Revista em oferecer destaque às produções oriundas de discentes, tanto da ULHT, como de outras universidades.

A produção específica sobre documentação museal e/ou inventário pode ser examinada no gráfico 3. Dos 539 textos que compõem os 58 volumes dos Cadernos de Sociomuseologia, 8,34% ou seja 45 são relativos à temática desta investigação. Assim como na tendência da Revista como um todo, demonstrada na tabela 6, o número de artigos representa a maioria dos textos voltados à documentação: 25. Em segundo lugar estão as teses e dissertações em texto integral: 4, com 7 capítulos dedicados à temática; 2 monografias (3 capítulos dedicados à temática); 2 manuais (6 capítulos), 2 resumos de teses de dissertações, 1 editorial e 1 entrevista.

Gráfico 3 – Quantidade total de textos do CS que tratam sobre documentação museal e inventário, 1993-2019. Portugal, 2019.



Fonte: Rose Moreira de Miranda, 2019.

Os 58 volumes do CS apresentam textos produzidos por 217 autoras(es) individuais e 5 institucionais, sendo eles: a) AFRICOM & ICOM; b) MINOM; c) ULHT; d) UNESCO & ICOMOS; e) UNESCO. Desse total, se dedicaram à temática da documentação museal e do

inventário, 29 autoras(es) individuais, o que corresponde a 13,3% do total. Duas instituições também produziram na área analisada.

A tabela 7 contém a lista de autoras(es) identificadas(os), e as respectivas quantidades de textos ou capítulos de manuais produzidos sobre a documentação museal e/ou inventário.

Tabela 7 - Lista de autoras e autores e as respectivas quantidades de textos produzidos sobre documentação museal e inventário no CS 1993-2019. Portugal, 2019.

Autoras(es) Individuais	Quantidade de textos/ capítulos
Ana Maria Lousada	1
Anna Paula da Silva	1
Cristina Bruno	1
Diogo Mateus	1
Jose Claudio Oliveira	1
José Manuel Brandão	1
Joseania Miranda Freitas	1
Judite Primo	2
Kátia Regina Felipini Neves	1
Manuelina Maria Duarte Cândido	2
Maria Célia Teixeira Moura Santos	9
Mário Canova Moutinho	3
Mario de Souza Chagas	3
Maria das Graças de Souza Teixeira	1
Pedro Manuel Figueiredo Cardoso Pereira	1
Raquel Janeirinho	2
Rosana Nascimento	5
Autoras(es) em grupo	
Ana Carvalho & Hugues de Varine	1
Judite Primo & Daniella Rebouças	1
Odalice Miranda Priosti & Yára Mattos	1
Maria Luísa Monteiro da Silva, Paula Assunção dos Santos	1
Mario Chagas, Eneida Braga, Marcelle Pereira, Claudia Rose Ribeiro da Silva, Inês Gouveia & Wélcio de Toledo	1
Autor institucional	
AFRICOM & ICOM	3
Conselho Editorial ULHT	1
TOTAL	45

Fonte: Rose Moreira de Miranda, 2019.

Duas particularidades são ainda importantes serem destacadas: a) a maioria dos textos produzidos por autoras(es) individuais, ou em grupo, foi produzida no Brasil ou em Portugal. Exceção é a entrevista que Ana de Carvalho realizou com Hugues de Varine, de origem francesa. Essa tendência acompanha a já citada predominância de pesquisadoras(es) de origem lusófona, que publicam no periódico; b) expressivo número de pesquisadoras(es) ligadas(os) ao ofício de professora(professor) universitária(o) na área da Museologia. Das(os) 28 autoras(es), 17 pertencem a essa categoria, o que representa 60,71%. São elas(els): Ana Carvalho, Cristina Bruno, Diogo Mateus, Jose Claudio Oliveira, Joseania Miranda Freitas, Inês Gouveia, Judite Primo, Manuelina Cândido, Marcelle Pereira, Maria Célia Teixeira Moura Santos, Mário Canova Moutinho, Mario de Souza Chagas, Maria das Graças de Souza Teixeira, Paula Assunção dos Santos, Raquel Janeirinho, Rosana Nascimento e Yára Mattos.

A fim de verificar como a documentação museal e o inventário são abordados pelas(os) autoras(es) foi realizada uma análise individual dos 45 textos publicados, a seguir especificada.

2.2.3 Análise dos textos sobre documentação museal e inventário

Com o objetivo de conferir uma análise consistente dos textos selecionados, mas não extensa em demasia, decidi agrupar toda a produção por afinidade temática. Selecionei 6 grupos, abaixo discriminados, com as respectivas quantidades de textos analisados:

1. O fio da documentação museal ativa⁷⁹ - 3 textos;
2. O fio do documento/objeto – 8 textos;
3. O fio do inventário participativo – 7 textos;
4. Os fios do digital e virtual – 9 textos;
5. O fio da formação profissional – 3 textos;
6. O fio da aplicação no real: estudos de caso – 8 textos;

⁷⁹ Título inspirado na expressão utilizada por Mario Chagas, no texto Millôr Fernandes e a Nova Museologia: “Como instituição interessada na preservação do patrimônio maior que é a vida, os museus têm um papel de **documentação ativa**, participante, com o objetivo de que não se perca a memória do destruído ou ausente, mas que, ao contrário contribua para a fermentação de ações de defesa do patrimônio natural. À semelhança do Museu-Praça Pública todo museu pode ser denúncia, pode ser praça pública, pode ser fórum de idéias e debates, mas pode também contribuir para o desenvolvimento do "olhar museológico" que é capaz de ver na Serra do Mar, na Baía de Guanabara, na Amazônia, na Floresta da Tijuca e no quintal de Florinda um patrimônio inigualável [...] (Mario Chagas, 1994c, pp. 70-71, meu grifo).

As 6 categorias somam 38 textos. As 7 obras restantes, que completariam o total das 45 produções sobre documentação museal e inventário, não foram analisadas por terem a mesma autoria, e apresentarem similaridade de conteúdos com outros textos também arrolados. Os textos, de natureza congênere, foram assinalados juntamente com as citações originais.

2.2.3.1 O fio da documentação museal ativa

O primeiro texto dos Cadernos de Sociomuseologia que reflete uma preocupação social no âmbito da documentação museal ocorre no segundo número do periódico. Lançado em 1994, o volume abriga a coletânea monográfica de textos do professor e poeta Mario Chagas. Em *Millôr Fernandes e a Nova Museologia*, o autor dialoga com a crônica veiculada na Revista Isto É, edição de 29 de abril de 1987, produzida pelo desenhista, humorista, dramaturgo, escritor, poeta, tradutor e jornalista brasileiro Millôr Fernandes. Nela, o jornalista denuncia a crescente diminuição da convivência de crianças e adultos com a natureza, em prol de projetos desordenados de desenvolvimento urbano. Com isso provoca:

[...] por que não levar a coisa às últimas consequências e criar museus ao ar livre onde, por preço acessível, crianças e adultos possam ver, cheirar e mesmo subir em árvores!? Bolei até um nome pro museu – Praça Pública. Será que pega?” (Millôr Fernandes apud Mario Chagas, 1994c, p. 67)

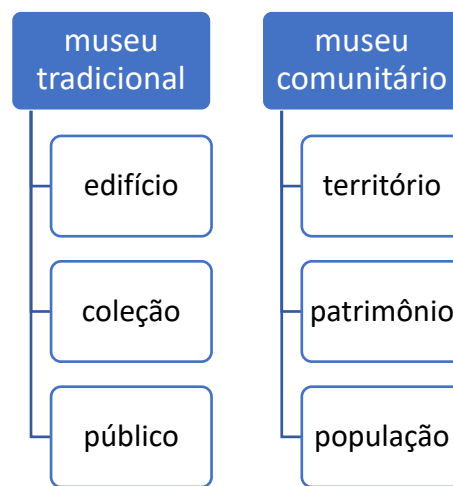
A fina ironia de Millôr foi captada. A partir do gancho deixado pelo desenhista, Mario Chagas demonstra (talvez para a surpresa de muitas(os) à época) que o museu pode ser praça pública e muito mais. O autor apresenta 5 pressupostos da Nova Museologia, dentre os quais, destaque para esta investigação o último, que declara a necessidade de: “substituir a idéia de coleção pela idéia de patrimônio, e a idéia de edifício ou prédio de museu pela ideia de território ou região e a idéia de visitantes pela idéia de comunidade participante” (Mario Chagas, 1994c, p. 68).

O autor dialoga com o paradigma museológico formalmente registrado na *Mesa Redonda de Santiago do Chile* que, durante as décadas de 1970 e 1980, resultou na instalação de projetos centrados na ativação do patrimônio como mecanismo de desenvolvimento social. Para além das funções clássicas de preservação, comunicação e pesquisa desenvolvidas nos museus tradicionais, interessava aos profissionais da área trabalhar em prol das comunidades locais. A

tomada de consciência social impulsionou também a formação de novos tipos de museus, que tinham em comum o componente da relação dialógica com sujeitos que integram comunidades. São eles: ecomuseus, museus de território, museus a céu aberto, museus de bairro e vizinhança, centros de interpretação etc.

A diferença entre coleção e patrimônio é explorada por Hugues de Varine no texto *O Museu Comunitário é Herético?* Nele, o autor explicita que todo museu é uma instituição que trabalha com o patrimônio, mas adverte que na categoria MUSEU há alteridades. É o que demonstra a figura 9.

Figura 9 - Diferenças entre o museu tradicional e o museu comunitário. Brasil, 2019.



Fonte: Hugues de Varine

De um lado, há os museus tradicionais cujo patrimônio é composto por coleções de importância científica, artística ou cultural, e que normalmente é selecionado a partir do saber, desejo e gosto de determinados sujeitos. Do outro lado, há os museus comunitários, que trabalham com o patrimônio que é reconhecido pela comunidade. É o que autor chama de “capital cultural coletivo da comunidade [que] é vivo, evolutivo, em permanente criação” (Hugues de Varine, 2005, p. 2). Nesses museus participam múltiplos sujeitos - locais e externos à comunidade - com múltiplos saberes. A responsabilidade com o patrimônio é coletiva e incentivada por meio de ações educativas e culturais. O autor afirma, ainda, que:

[...] Os testemunhos do passado não são mais apenas preocupação do pesquisador, dos funcionários, dos arquitetos ou dos arqueólogos, e seu futuro não está mais apenas nos registros de inventário ou vitrines do museu clássico. Eles são responsabilidade

coletiva da população, traços de identidade de um território, instrumento da educação popular e da invenção criadora do futuro (Hugues de Varine, 1987, p. 43).

Especificamente sobre o conceito de patrimônio, Mario Chagas (1994c, p. 68) esclarece que além de englobar a dimensão cultural - tangível ou intangível – ele também se refere ao natural. E acrescenta: o patrimônio cultural ou natural, que será musealizado, é selecionado por meio do “olhar museológico”, caracterizado como um comportamento crítico perante aos bens culturais. Essa atitude, segundo o autor, é diretamente relacionada a habilidade de compreender os bens culturais como documentos, testemunhos ou fontes de informação. O “olhar museológico”, portanto, confere vastas possibilidades de seleção e compreende, também, “a casa, a rua, a praia, a montanha, a floresta e a praça pública, com área verde e brinquedos infantis [...]” (Mario Chagas, 1994c, p. 68).

O alargamento no leque de bens culturais musealizados deveria se refletir, automaticamente, na capacidade crítica de aplicação de alguns longevos modelos utilizados nas funções museais, incluindo-se a ação documental. Sabe-se, porém, que as funções museais são desempenhas por indivíduos e, como tal, são plenas de subjetivação. Nesse sentido, o autor repreende:

Com certeza, os museus não existem somente para documentar passivamente a destruição da natureza, posto que esta atitude de **documentação apática** seria a opção pela morte, pela própria destruição do museu. Não se pode negar, no entanto, o fato de que não são poucas as instituições museológicas apáticas (Mario Chagas, 1994c, p. 70, meu grifo).

Outra autora que evidencia a necessidade da permeabilidade da dimensão social nas funções do museu é Maria Célia Teixeira Santos. Esse é um dos temas tratados no texto *Documentação Museológica, Educação e Cidadania*, originalmente produzido em 1991, como parte integrante de sua palestra no IV Fórum de Museus do Nordeste (Brasil). Nele, a autora afirma que só uma mudança de compromisso poderá levar à adoção de práticas que estejam de acordo com o objetivo último do museu: a valorização cidadã e a transformação social. Dentre essas práticas, destaca a documentação museal.

Maria Célia Santos informa que a documentação museal, imbuída do compromisso social, não deve ser elaborada como um fim em si mesma. Ela deve servir como um meio para que as comunidades possam se apropriar do patrimônio. Por isso, a documentação museal com compromisso social não pode ser tecnicista. Ela não deve ter como objetivo último o preenchimento dos campos informacionais que compõem, por exemplo, sua ficha de catalogação. Ficha essa, que no formato analógico ou digital é, na maioria das vezes, produzida com base em fontes

que não são adequadas à realidade na qual a instituição está inserida. Nesse sentido, a autora realiza importante reflexão:

Na documentação, que é o aspecto que estamos abordando no momento constata-se o desenrolar de uma cadeia de ações até certo ponto burocratizadas, que vão desde as clássicas perguntas ao objeto: Quem é você? Como você se chama? Quem o fez? De que é você feito? Quando você foi feito? Por quê? Quanto você mede? Quanto você pesa? etc., ao armazenamento de dados que serão, na maioria das vezes confinados e inadequados a uma visão mais ampla e contextualizada da produção cultural em determinado período, assim o processo documental um mero banco de dados a poucos será dado o acesso e insuficiente para a compreensão da realidade, no passado e no presente. **Através dessa ação meramente técnica e descomprometida o museólogo considera a sua missão cumprida. O meu acervo está documentado, devidamente classificado, marcado, seguro, fotografado** (Maria Célia Santos, 1994, p. 86, meu grifo em negrito).

O processo documental acima descrito evoca as práticas relacionadas ao Coletorismo. Tempo em que se aceitava de forma passiva e submissa os objetos escolhidos por outrem. O museu que deseja ser uma ferramenta de transformação social não pode seguir no imobilismo de modelos previamente estabelecidos. Até porque, esse novo fazer museológico, associado ao compromisso de desenvolvimento da prática cidadã, não está baseado exclusivamente no objeto, mas sim no ser humano.

Outro ponto apontado pela autora (nove anos antes do estabelecimento pela UNESCO da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial) é o desafio que a cultura imaterial origina no processo documental. Sua experiência a permitiu perceber, que o trabalho com o sujeito e a comunidade conduz à preservação de testemunhos que não pertencem a dimensão do bem cultural material. E nesse sentido, em 1994, ela apontou a utilização do gravador como uma técnica capaz de agregar uma “abordagem diferente de coleta museológica” (Maria Célia Santos, 1994, p. 89). Ou seja, antecipava o trabalho que posteriormente iria ser amplamente empreendido pela metodologia do inventário participativo.

Baseada no pensador Zbyněk Zbyslav Stránský⁸⁰, a autora informa que o estreitamento e a intensificação do processo dialógico criado entre as(os) profissionais de museus e a comu-

⁸⁰ Na versão do texto publicada no CS, as notas e referências bibliográficas não estão arroladas. Suponho, no entanto, que a referência a Stránský seja a mesma referenciada por Rosana Nascimento (1998b, p. 120), cujo texto é denominado: *Política de aquisição e adaptação às necessidades de amanhã*. In: Cadernos Museológicos (1989 2, p. 97).

nidade provocaram mudanças no processo de coleta, documentação e disseminação da informação. E lembra, ainda, que não há processo complexo que não possa ser traduzido e simplificado. Mara Célia Santos afirma:

[...] tentar a unificação de termos para a documentação, discutir o sistema numérico mais adequado etc., mas, sobretudo, pensar qual a documentação mais apropriada ao novo modelo de museu e à transformação do museu tradicional, que deverá ser repensada e construída com a vida, pois o patrimônio cultural é mutável, assim como o homem e o mundo, o que significa que a coleta será sempre diversa, sempre nova, conforme um novo homem, que tem direito às informações. O fato de organizar, estruturar e sistematizar o conhecimento, não dá ao técnico o direito de tomá-lo somente para si e para seus pares, é necessário democratizá-lo, transmiti-lo de forma simples e acessível. Piaget nos lembra que "todo conhecimento pode ser transmitido em linguagem simples. Se alguém não consegue fazê-lo, 'apenas porque não o aprendeu suficientemente (Maria Célia Santos, 1994, p. 87).

Dois anos mais tarde da apresentação de Maria Célia Santos, outra professora do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia ministrou no VI Fórum de Museus do Nordeste (Brasil), realizado em 1993, uma palestra sobre documentação, na perspectiva da Museologia Social. Com o título *Documentação Museológica e Comunicação*, Rosana Nascimento declara que as instituições museu, biblioteca e arquivo surgiram “geminadas”, e se separaram conforme seus objetivos e funções. Isso explicaria, segundo Rosana, o fato de alguns procedimentos e técnicas da documentação museal seguirem o modelo biblioteconômico (Rosana Nascimento, 1994b, p. 32; 1998b, p. 96).

Após apresentar conceitos de documentação e documento, a autora constata a “ausência de uma proposta teórica-metodológica que embase o ato de documentar” (Rosana Nascimento, 1994b, p. 34; 1998b, p. 100). Segundo a autora, os conceitos de documentação museal refletem uma visão não processual e estanque do objeto, deixando, pois, de registrar as mudanças que ocorrem na vida do bem cultural. Nesse sentido, cita Ulpiano Bezerra de Menezes:

Nisso tudo há confusão cuja raiz está na tentativa de classificar objetos conforme categorias apriorísticas estanques e unívocas de significação documental, fragmentando o conhecimento: objetos artísticos, objetos históricos, objetos tecnológicos, folclóricos, etc., como se as significações fossem geradas pelos próprios objetos e não pela sociedade. Ora, as significações das coisas materiais são sempre atribuídas. Os objetos físicos, em si, só têm propriedades imanentes de natureza físico-química como forma, dimensão, peso, textura, cor, etc. Tais propriedades podem ser sim, mobilizadas como vetores

de significação e valor que os grupos sociais produzem e constantemente modificam (Ulpiano Bezerra de Menezes, 1992, p. 4).

Rosana Nascimento critica a prática documental que, na maioria das vezes, se preocupa apenas com o “ato de preenchimento de itens de fichas que estão naturalmente refletidas no objeto, em um sistema de documentação que ‘resgata-filtra’ determinadas informações que serão catalogadas [...]”. Ela explicita, ainda, o isolamento dos especialistas dedicados à documentação museal, e a conseqüente desvinculação da ação documental das demais ações museológicas (Rosana Nascimento, 1998b, p. 98; 1998c, p. 124).

Especificamente em relação à documentação e à comunicação, a autora afirma que o objeto museal deve ser entendido com um veículo de construção do conhecimento. Para isso, defende a pesquisa como elemento fundamental para identificar a sua historicidade, ou seja, sua rede de relações sociais, políticas e econômicas (Rosana Nascimento, 1994b, p. 36; 1998a, p. 14; 1998b, p. 100).

2.2.3.2 O fio do documento/objeto

A investigação de qualquer área do saber é quase sempre acompanhada da análise do seu campo de aplicação. Esse processo ocorre com a documentação museal. É comum observar estudos sobre o objeto museológico em meio a produção dedicada à documentação produzida nas instituições museais.

Um exame retrospectivo dos debates acerca do objeto museológico não pode deixar, no entanto, de considerar os dois movimentos que existiam na Museologia, na década de 1970. Por um lado, os pressupostos da *Mesa Redonda de Santiago do Chile* impulsionaram alguns museus a buscarem uma imersão no trabalho social – o que provocou um alargamento na compreensão do patrimônio e do trabalho com a comunidade. Do outro lado, havia um esforço em delimitar o estatuto científico da Museologia, o que necessariamente envolvia o seu objeto, visto como a materialização do trabalho museológico.

O dualismo pode ser exemplificado com um fato: a aprovação, pelo ICOM, em 1974, da nova definição de museu. Ou seja, dois anos após a promoção da *Mesa Redonda de Santiago do Chile*, a versão sancionada pelos membros da organização internacional assim reconhecia o museu:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe, com fins de estudo, educação e deleite, **evidências materiais** do homem e seu meio.

Além dos museus designados como tal, o ICOM reconhece os listados abaixo com a definição acima:

- institutos de conservação e galerias de exposição permanente mantido por bibliotecas e centros de documentação.
- monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos, monumentos históricos e sítios naturais que realizam atividades de aquisição, conservação e comunicação.
- instituições exibindo espécimes vivos, tais como jardins botânicos e zoológicos, aquários, viveiros, etc.
- reservas naturais.
- Centros de ciência e planetários (ICOM, 1974, meu grifo em negrito).

A definição acima reproduzida evidencia a distância que havia entre as duas práticas museais. Anos após as discussões empreendidas na *IX Conferência Geral do ICOM* (1971) e na *Mesa Redonda de Santiago do Chile* (1972) – ambos eventos empreendidos pela própria Organização -, o ICOM ainda declarava que os museus trabalham apenas com a dimensão material dos bens culturais.

Especificamente quanto à temática do objeto museológico na Museologia Social, vale relembrar que, conforme explicitado na metodologia deste trabalho, a fase inicial de testes para desenvolvimento do método de filtragem dos artigos do CS continha o termo ‘objeto’. O exame dos resultados obtidos, no entanto, demonstrou que o uso do termo não foi uma estratégia eficiente, pois implicou na recuperação de um expressivo número de textos que exploram o objeto no âmbito da expografia, conservação etc.

Dessa forma, os oito textos que são abordados nesse subitem, tratam do objeto na perspectiva da documentação museal, e foram selecionados por conter os termos de busca ‘documenta’ e/ou ‘invent’. Apesar de terem sido publicados em CS diferentes, os textos remetem a um interessante diálogo. Acredito se tratar da chamada sincronicidade do conhecimento científico ou, o que Michel Foucault denominou como ‘a priori histórico’ e ‘condições de possibilidades’.

No artigo *Em Busca do Documento Perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação*, Mario Chagas busca compreender o significado do termo documento e sua aplicação nas áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

O texto dialoga com a situação que se instalou no Brasil desde a década de 1980⁸¹: o debate acerca da construção de um currículo comum para a formação nas áreas da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. Foram muitos os estudos que apontaram as similitudes existentes nas quatro áreas, sobretudo os que se debruçaram sobre a produção e o uso do conhecimento, por meio dos seus suportes informacionais.

Na década de 1990 a iniciativa ganhou força e chegou a render a geração de trabalhos aprofundados sobre a harmonização curricular⁸². Suponho que Mario Chagas deva ter elaborado o artigo com a finalidade de inserir qualitativamente a Museologia no debate. O autor reconhece as interfaces conceituais existentes entre as áreas, sobretudo no que tange à preservação, comunicação e pesquisa dos bens culturais preservados em arquivos, bibliotecas e museus - denominados pelas áreas, respectivamente, como documento, livro e objeto. Porém, adiciona importantes elementos à discussão: o uso social dos bens culturais e das instâncias de memórias; a seletividade - individual ou coletiva - na aquisição e preservação de testemunhos da memória; e, sobretudo, o processo de transformação de coisas/objetos em documentos com funções representacionais, ou seja, bens culturais que são protegidos graças ao reconhecimento de distinta qualidade.

É, no entanto, na contestação da visão reduzida sobre o valor informacional dos objetos, que o texto se destaca. Mario Chagas (1994b, p. 33) problematiza o constante exercício de algumas(alguns) estudiosas(os) em reconhecer os bens culturais derivados do “universo da escrita” como as únicas fontes de conhecimento. Não admitem as propriedades informacionais dos bens culturais tridimensionais e naturais e, portanto, os excluem dos estudos promovidos no âmbito da documentação. O autor declara:

[...] alguns profissionais insistem em deixar de fora do campo da documentação a museologia, os museus e os bens culturais musealizados. É o que acontece, por exemplo, com Emilia CURRÁS

⁸¹ O primeiro trabalho localizado sobre o assunto é datado de 1984. Foi produzido por Suzana Pinheiro Machado Mueller, com o título: *Em busca de uma base comum para a formação profissional em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia: relato de um simpósio promovido pela UNESCO*. Nota-se que o estudo não inclui a Museologia como disciplina/área passível para a construção de um currículo único de formação.

Outro registro sobre a temática, produzido em data posterior, refere-se à participação do Professor Antonio Miranda, da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília, em uma mesa redonda internacional, organizada pela *International Federation of Library Associations (IFLA)*, em Londres. Segundo o sítio eletrônico da FCI, o Professor apresentou, no evento, uma pré-proposta de diretrizes para a harmonização curricular dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, no âmbito da Ciência da Informação.

⁸² Em 1992, Eliane Mendes, orientada pelo Professor Antonio Miranda, publicou a dissertação intitulada: *Tendências para a harmonização de programas de ensino de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil: um estudo Delfos*, no Mestrado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília.

(1982:26-27) que mesmo aceitando a aplicação do conceito documento aos objetos museológicos, mantém a museologia, com base em argumentos nada convincentes, alijada do campo das ciências da documentação (Mario Chagas, 1994b, p. 41).

O museólogo aprofunda a discussão do conceito de documento, e extrai do vocábulo *docere* o seu significado: aquilo que ensina. Adverte, no entanto, que o ensinamento não emana e nem se transfere naturalmente do documento para os sujeitos. O documento precisa ser interrogado, e seu conteúdo elucidado a partir de sua função representacional. É necessário também considerar que um livro, objeto ou qualquer testemunho impresso ou digital só se transforma em bem cultural ou documento, na medida em que um sujeito ou uma coletividade o valoriza de modo diferenciado, e assim o reconhece e declara como tal. É um processo de atribuição de valor (Mario Chagas, 1994b, pp. 34-37).

Para guiar suas ponderações, Mario Chagas utiliza as três matrizes dimensionais elaboradas por Peter van Mensch (1992a) para tratamento dos bens culturais musealizados, na perspectiva de portadores de dados básicos para a realização dos procedimentos concernentes às funções de preservação, comunicação e pesquisa:

A - Propriedades físicas

1. Composição material
2. Construção técnica
3. Morfologia, subdividida em:
 - a. Forma espacial e dimensões
 - b. Estrutura de superfície
 - c. Cor
 - d. Padrões de cor e imagem
 - e. Texto (quando for o caso)

B - Função e significado

1. Significado primário
 - a. Significado funcional
 - b. Significado expressivo (valor emocional)
2. Significado secundário
 - a. Significado simbólico
 - b. Significado metafísico

C - História

1. Genesis, o processo através do qual a ideia e a matéria prima se mesclam em uma forma
2. Tratamento
 - a. Primeiro uso (geralmente em concordância com as intenções do artífice)
 - b. Reutilização
3. Deterioração
 - a. Fatores endógenos
 - b. Fatores exógenos
4. Conservação e restauração

Não foi possível identificar qual foi a(o) primeira(o) autora(autor) brasileira(o) que introduziu a matriz de Peter van Mensch no país. Fato é que o modelo foi citado, com pequenas variações de tradução, tanto no texto ora analisado, como no produzido por Helena Dodd Ferrez, denominado *Documentação: Teoria para uma Boa Prática*, ambos publicados no Caderno de Ensaios nº 2 - Estudos de Museologia do IPHAN. Interessa destacar que os dois textos e a matriz conceitual de Peter van Mensch são intensamente citados no Brasil até os dias atuais.

No caso especial da tentativa de construção de um currículo comum de formação no Brasil entre arquivistas, bibliotecárias(os), museólogos(os) e cientistas da informação, pode-se constatar que a discussão se arrefeceu. Porém, mesmo tendo passado mais de 30 anos do seu início, ela ainda é tema de análises, como a realizada no artigo intitulado *Proximidades Conceituais entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação*, produzido por Gabrielle Tanus e Carlos Araújo, em 2012. Os autores produzem uma interessante análise sobre a aproximação multidisciplinar das três áreas, historiando movimentos investigativos, e as(os) teóricas(os) que se detiveram na construção dessa aproximação. Vale ressaltar que a única produção realizada por uma(um) museóloga(o), citada pelos autores, é justa a obra de Mario Chagas, ora analisada.

O tema dos bens culturais como representações da memória e suporte de informação é trabalhado também por Mario Chagas no texto *No Museu com a Turma do Charlie Brown* (1994a). Tal como apontado no título, o autor se inspira no episódio *There's No Time for Love, Charlie Brown*⁸³, desenho que narra a excursão das(os) estudantes da turma do *Peanuts* ao museu de arte contemporânea da cidade.

A visita ao museu é uma prática pedagógica proposta pela professora da turma. A avaliação individual se daria pela posterior entrega de um relatório. No dia da visita, dois ônibus esperam as(os) estudantes. Ao chegarem ao seu destino, as crianças são organizadas em fila. No entanto, Charlie Brown, Snoopy, Isaura, Beth Pimentinha e Márcia distanciam-se de sua turma, e acabam visitando um supermercado. A argúcia do episódio é transportar o senso comum sobre a percepção do museu (local de exposição), principalmente um museu de arte contemporânea (local de exposição de objetos, que muitas vezes não oferecem sentido para as(os)

⁸³ *There's no Time for Love, Charlie Brown* foi transmitido pela TV em 11 de março de 1973. O desenho animado foi criado e escrito pelo cartunista Charles M. Schulz, com base nos quadrinhos da série *Penauts*, e dos personagens de Charlie Brown e do seu cão Snoopy. Fonte: *Internet Movie Database* – IMDb. Acedido Novembro 18, 2018, em <https://www.imdb.com/title/tt0070793/>.

visitantes) para as crianças no supermercado. A maioria delas acredita plenamente estar visitando um museu de arte. O divertimento continua na figura do Snoopy, o cachorro, que demonstra ter a “consciência” de estar em um mercado (não contarei o final da trama, para estimular aquelas(es) que não viram o desenho, a assistirem. Vale a pena!).

Com base no episódio, Mario Chagas discute questões relativas à Museologia, especialmente no que se refere ao “olhar museológico, o fato museal, o processo de musealização, a imagem do museu e construção de discurso, a ação educativa e a contemporaneidade dos museus” (Mario Chagas, 1994a, p. 52). Todos os temas arrolados são analisados à luz da compreensão de Waldisa Rússio sobre o objeto de estudo da Museologia: o fato museal, compreendido como a relação profunda entre o homem/sujeito e o objeto/bem cultural num espaço/cenário denominado museu. Nesse sentido, o autor destaca que os objetos/bens culturais são compreendidos como signos. Ou seja, tal como o olhar direcionado pelas(os) integrantes da turma do Charlie Brown aos produtos do supermercado, o objeto museal é percebido por sujeitos capazes de captar a sua função primeira, que irá se somar a percepção de suas próprias experiências; fato que acresce novos sentidos ou novas funções ao objeto museal. Esse fenômeno transforma o objeto em semióforo, documento ou suporte de informação (Mario Chagas, 1994a, p. 52).

A compreensão da premissa do fato museal + o objeto como suporte de informação, uma vez acolhida, deveria ser transportada e aplicada a todas as ações empreendidas no âmbito do museu, incluindo a sua documentação. Nesse sentido, Mario Chagas destaca:

Aceitando-se esta maior abrangência do fato museal, é inevitável admitir que o campo de estudo da Museologia não está restrito aos museus e aos objetos musealizados, mas abrange a relação homem-realidade mediatizada pelos bens culturais. Esta alteração de enfoque tem repercussão directa na concepção de ações educativas, na construção de linhas de pesquisa, na política de documentação museológica (Mario Chagas, 1994a, pp. 53-54).

O autor ainda adverte sobre a necessária compreensão do objeto/bem cultural como signo, sobretudo no tocante ao seu processo de entrada no museu. Sabe-se que a musealização se realiza a partir da escolha dos objetos/bens culturais por sujeitos, e como tal a musealização se configura como um processo seletivo e político, pleno de valores culturais, ideológicos, religiosos, econômicos etc. (Mario Chagas, 1994a, p. 54).

O panorama dos diferentes conceitos de objeto museal produzidos por estudiosas(os) e organizações da Museologia é o tema chave do artigo *O Objeto Museal como Objeto de Conhecimento*, elaborado por Rosana Nascimento e publicado no número 3 do CS, em 1994. A autora dividi as contribuições teóricas em dois grupos. O primeiro é formado pelos aportes de

Fernanda de Camargo-Moro (1986), Burcow (1993?)⁸⁴ e o Código de Ética do ICOM, datado de 1973. Segundo Rosana Nascimento, esses autores defendem um conceito tradicional de objeto de museu, centrado na restrita compreensão material do bem cultural e do seu valor como propriedade para a preservação. Ressalta que, normalmente, esses bens são: “signos da cultura já que foram usados por mitos e heróis da nossa história, perdidos no passado, guardados em vitrines para serem contemplados” (Rosana Nascimento, 1994a, p. 8).

O segundo grupo é composto por estudiosas(os) que se coadunam com a visão alargada de patrimônio cultural, defendida em 1972 na *Mesa Redonda de Santiago do Chile*. São elas(es): Tomislav Šola (1986), Peter van Mensch (1987) e Waldisa Rússio Guarnieri (1990) (Rosana Nascimento, 1994a, pp. 8-12).

Tomislav Šola, em 1986, defendia maior pluralidade aos atributos de um objeto de museu, ao afirmar que, na verdade, ele se constitui em informação, ou seja, em mensagem. Nesse sentido, alegava que os museus não existem unicamente por seus objetos, mas sim pelos conceitos ou ideias que eles transmitem (Rosana Nascimento, 1994a, p. 9). E sabe-se que ideias e conceitos podem ser materialmente representados por qualquer ordem ou tipo de objeto, independente do seu valor.

O mesmo argumento é utilizado e aprofundado por Peter van Mensch, ao alegar que a seleção do bem cultural deveria ser centrada em suas qualidades, ao que chama de musealidade. Essas qualidades, defende Mensch, poderão variar de acordo com as especialidades dos campos de conhecimento (História, Antropologia etc.), mas também em relação ao desenvolvimento da comunidade (Rosana Nascimento, 1994a, p. 8).

Interessa nesse momento notar que, desde o fim do século XIX, há registros de instituições museológicas que trabalham com a preservação do patrimônio em seu âmbito imaterial e natural. São os casos de dois museus suecos: o *Nordiska Museet* (Museu Nórdico), fundado em 1873, e o Skansen, em 1891, sendo esse último, segundo as informações veiculadas em seu site oficial, considerado o mais antigo museu ao ar livre do mundo. Em seus 300.000 m² expõe uma réplica completa de uma cidade do século XIX, na qual artesãs e artesãos, vestidos de trajes tradicionais demonstram suas habilidades em um ambiente de época. Há também um zoológico contendo uma grande variedade de animais escandinavos e, ainda, fazendas, onde

⁸⁴ Não localizei nas referências bibliográficas do texto a(o) autora(autor) citada(o). Suponho que tenha ocorrido um erro de digitação, tanto no nome, como na data de referência. Rosana Nascimento deve ter feito menção a algum texto de George Ellis Burcaw, nascido em 1921. Ele foi professor de Museologia e Antropologia da Universidade de Idaho – Estados Unidos da América, e autor do livro *Introduction to Museum Work*.

podem ser vistas outras raças raras (Skansen, 2019). No entanto, segundo Rosana Nascimento, os patrimônios natural e imaterial só foram explicitamente citados como objeto museal, no fim do século XX. O feito foi realizado por Mathilde Bellaigue, em 1992.

Outra visão discutida por Rosana Nascimento é a formulada por Waldisa Rússio Guarneri, pesquisadora brasileira que, em 1990, agrega ao objeto museal outros valores: a documentalidade, testemunhalidade e fidelidade. O conceito abaixo reproduzido tem uma alta ocorrência nos textos que tratam da documentação, seja em citações diretas ou indiretas.

Convém lembrar que as palavras *documentalidade* e *testemunhalidade* têm, aqui, toda a força de sua origem. Assim, *documentalidade* pressupõe "**documento**", cuja raiz é a mesma de "docere" = ensinar. Daí que o "documento" não apenas *diz*, mas *ensina* algo de alguém ou alguma coisa; e quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. *Testemunhalidade* pressupõe "testemunho", cuja origem é *testimonium*, ou seja, testificar, atestar algo de alguém, fato, coisa. Da mesma maneira que o documento, o testemunho testifica algo de alguém a *outrem*. [...]

Fidelidade, em Museologia, não pressupõe necessariamente *autenticidade* no sentido tradicional e restrito, mas a **veracidade**, a **fidedignidade do documento ou testemunho**.

Quando musealizamos objetos e artefatos (aqui incluídos os caminhos, as casas e as cidades, entre outros, e a paisagem com a qual o Homem se relaciona) com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, **procuramos passar informações à comunidade**; ora a informação pressupõe *conhecimento* (emoção/razão), *registro* (sensação, imagem, ideia) e *memória* (sistematização de ideias e imagens e estabelecimento de ligações) (Waldisa Rússio Guarneri, 1990, p. 205, grifo da autora em itálico, meu grifo em negrito).

Provavelmente o conceito de Waldisa Rússio deve ter sido elaborado sob influência das discussões realizadas no âmbito do simpósio do ICOFOM, realizado em outubro de 1984 em Leiden - Holanda, denominado *Coletar hoje para o amanhã*. Segundo Marília Xavier Cury (2005), na ocasião foram realizadas fortes críticas ao Colecionismo, sendo então abordados os critérios de seleção dos objetos. Chegou-se à conclusão que:

[...] objetos museológicos têm como atributos valores sociais, religiosos, estéticos, artísticos, afetivos, científicos, políticos e ideológicos. Às vezes, esses valores passam pelo objeto "único" ou "raro". Os critérios e políticas de seleção de objetos deveriam ser norteados pela representatividade, testemunhalidade, documentalidade, fidelidade e significação dos objetos. A questão tecnológica foi, também, debatida por sua importância para a documentação (ICOFOM Study Series Archives apud Marília Xavier Cury, 2005, pp. 50-51).

Rosana Nascimento reconhece como importante os critérios apontados por Rússio Guarnieri sobre a interpretação do objeto. No entanto, junto à documentalidade, testemunhalidade e fidelidade, ressalta a necessidade de adição de uma importantíssima camada de pesquisa: a historicidade, ou seja, o mapeamento da rede de relações sociais, políticas e econômicas do objeto. Se essa camada não for documentada, o museu preservará um “objeto-fragmentado” (Rosana Nascimento, 1994a, p. 12).

Uma nova ação de preservação museal, que impacta diretamente no conceito de objeto, é a investigada por Maria Célia Santos, no texto *Uma Abordagem Museológica do Contexto Urbano*, publicado no CS 5, de 1996. A autora situa geográfica e historicamente a revisão e a ampliação do conceito de patrimônio, quando da incorporação do “meio-ambiente, do saber e do artefato”. A mudança teria ocorrido na segunda metade do século XX, como resultado do trabalho de museus europeus e estadunidenses (Maria Célia Santos, 1996a, p. 43).

A autora relata o trabalho empreendido pelo *Anacostia Neighborhood Museum*, inaugurado em 1967, na cidade de Washington DC. O museu é conhecido por ser fruto do intenso trabalho da comunidade local, cuja maioria das(os) moradoras(es) é composta de afrodescendentes. O Museu foi dirigido por John Kinard, um pastor e ativista comunitário local. Em seus primeiros anos de funcionamento, a instituição desenvolveu uma série de exposições relacionadas à história afro-americana, história local, Artes e a assuntos comunitários, sendo esse último especialmente expresso na mostra denominada *The Rat: Man's Invited Affliction* que, conforme o próprio título indica, tratava da frágil questão sanitária provocada por ratos no bairro (Smithsonian Anacostia Community Museum, 2019).

Maria Célia Santos também destaca os avanços no pensamento museológico proporcionados pela reunião de especialistas na *IX Conferência Geral do ICOM* - realizada em 1971, nas cidades de Paris e Grenoble - e a *Mesa Redonda de Santiago do Chile*, em 1972, evento organizado por Hugues de Varine, no âmbito da UNESCO e do ICOM. Segundo o próprio Hugues de Varine, em depoimento redigido em 1995, o evento se notabilizou por ter, pela primeira vez, o espanhol como língua oficial, além do fato de todos os especialistas convidados serem latino-americanos. Nesse rol, destaque especial deve-se à participação do urbanista argentino Jorge E. Hardoy, com a palestra *Panorama de la Urbanización en América Latina en 1970*. Segundo Varine, a palestra se estendeu por dois dias consecutivos, e teve como foco a conscientização sobre a explosão urbana, além da urgente necessidade de alternativas sociais e culturais, principalmente destinadas às populações mais carentes (Hugues de Varine, 1995; José do Nascimento Junior, Alan Trampe & Paula Assunção dos Santos (Org.), 2012).

Igualmente merece atenção, segundo a autora, o pensamento de Mathilde Bellaigue, que ao elencar os princípios básicos para a constituição de um ecomuseu, cita dois pontos fundamentais: a) a utilização do inventário para a identificação do território (incluindo marcos culturais e naturais) e de seus habitantes (incluindo necessidades e anseios); b) um museu não precisa de uma coleção para ser instalado, nesse sentido a pensadora francesa declara: “comunidade-museu e não objeto-museu, como antes se concebia” (Mathilde Bellaigue apud Maria Célia Santos, 1996a, p. 47; 1996c, p. 128).

Percebe-se, porém, que entre o discurso e a criação de novas práticas há uma distância a ser trilhada. É o que nos aponta Judite Primo em sua dissertação de mestrado, denominada *Museus Locais e Ecomuseologia – Estudos do Projecto para o Ecomuseu de Murtoza*, reproduzida no CS 30, publicado em 2008. No Capítulo 1, a autora realiza uma abordagem histórica dos ecomuseus e, nesse contexto, trata o papel do patrimônio e a incorporação da dimensão imaterial dos objetos no fazer museológico. A nova inserção, segundo Judite Primo, não implicou, no entanto, na busca de procedimentos técnicos adequados à conservação, exposição, e documentação/inventariação do patrimônio imaterial (Judite Primo, 2008a, p. 44).

Pode-se mesmo questionar qual foi a medida em que ocorreu de fato o reconhecimento da preservação do patrimônio imaterial, se considerarmos, por exemplo, o trabalho das instâncias financiadoras de pesquisa na área museal. A autora informa que os projetos custeados por fundações e centros nacionais de investigação, assim como também pelo próprio ICOM, continuaram a apoiar o desenvolvimento de soluções técnicas exclusivamente direcionadas para o patrimônio material (Judite Primo, 2008a, p. 44).

Outra contribuição para o questionamento do objeto museal é a realizada por Mário Moutinho, no CS número 4, datado de 1994. Em seu artigo denominado *A Construção do Objeto Museológico*, o autor contextualiza as décadas de 1980 e 1990, em seus âmbitos social e econômico, elencando os principais acontecimentos que impactaram os museus. Destaca o avanço das TIC's e o crescimento das práticas neoliberais, que impuseram a ideia de autossustentabilidade a todas as instituições. A nova realidade obrigou os museus a buscarem novas soluções, dentre elas as estratégias de *marketing*. Esse fato transformou, segundo o autor, não só os sujeitos (profissionais de museus, público e criadoras(es)) como também as noções de patrimônio, objeto museológico e coleção (Mário Moutinho, 1994, p. 7).

Para discutir o objeto museal, Mário Moutinho elege duas abordagens: o objeto herdado e o objeto construído. Objeto herdado seria aquele que carrega uma série de valores e significados atribuídos no processo de musealização. O objeto construído, por outro lado, seria

aquele que semelhante a obra de arte, estaria a serviço das ideias e a confrontação de saberes e emoções.

Para abordar o objeto herdado, o autor utiliza a interpretação de Ulpiano Bezerra de Menezes sobre os padrões de apresentação dos objetos nas exposições de cunho histórico, registrados no texto *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*, publicado em 1994 nos Anais do Museu Paulista. Ulpiano Menezes estabelece 6 padrões de apresentação do objeto: objeto fetiche; objeto metonímico; objeto metafórico; a contextualização museológica do objeto; a instalação artística e *living museum*. Mário Moutinho analisa os 4 primeiros modelos.

O primeiro deles, o fetichismo, é aquele que realiza o “deslocamento de atributos do nível das relações entre os homens, apresentando-os como derivados dos objetos” (Ulpiano Menezes, 1994, p. 26). Muito comum em exposições taxonômicas, como as de numismática, porcelanas, mobiliário, armaria etc., o autor explica que para não incorrer nesse padrão, uma exposição de armas, por exemplo, deveria trilhar o caminho inverso da fetichização, ou seja, partir do objeto para a sociedade:

[...] ao invés de fazer história das armas, por exemplo, dar a ver a história nas armas: expor as relações do corpo com a arma, como mediações para definir o lugar do indivíduo (armas brancas), do grupo (armas de fogo, padronização, disciplina), da multidão urbana, perigo latente (pistolas miniaturizadas) e assim por diante [...] (Ulpiano Menezes, 1994, p. 27).

O segundo padrão é o do objeto metonímico, que tal como a figura de linguagem, toma a parte pelo todo. Muito presente em exposições de cunho antropológico, o objeto perde seu valor documental para ser assumido como ícone cultural, em favor da construção ou reforço de identidades. Ocorre, normalmente, quando se tenta classificar algo como ‘típico’ de determinada cultura, nação, povo ou grupo e, assim, se opta pela simplificação e não pela complexidade dos conflitos e relações sociais. Importa lembrar que esse foi um mecanismo bastante utilizado para as exposições de objetos provindos da expansão colonialista europeia (Ulpiano Menezes, 1994, p. 28) e que, recentemente, foi reeditado no Museu *du Quai Branly*. Para escapar das questões contemporâneas subjacentes à etnografia e à apropriação colonialista de objetos, o museu optou pela estetização da expografia (Nélia Dias, 2006, p. 114).

Objeto metafórico é o terceiro padrão analisado. Fenômeno que, segundo Ulpiano, é comum em exposições de cunho histórico, e transparece a incapacidade do museu em se defrontar com os objetos. Optam pelos suportes verbais para comunicar conceitos e, assim, esvaíam a utilidade do acervo na instituição museológica (Ulpiano Menezes, 1994, p. 28).

O último padrão analisado por Mário Moutinho é a contextualização museológica do objeto. Trata-se da reintrodução do objeto em um novo contexto de exposição, que incide em ampliações ou reinterpretções de significados. A crítica do filósofo reside, nesses casos, na inexistência de conceitualização do contexto, levando a trabalhos empíricos, que tem como premissa uma suposta autossignificação (Ulpiano Menezes, 1994, p. 30).

Após as descrições dos padrões expográficos, Mário Moutinho realiza críticas às exposições que não tem como meta a construção do conhecimento. São os acontecimentos que, segundo o autor, servem para o processo de vitrinização, ou seja, aquele que transforma o objeto e sua vitrine em suportes ideais para a santificação ou majestosidade, sentimentos caros ao Museu-Templo.

Também estende suas críticas às exposições que tentam reproduzir ambientes a partir da visão congelada (e muitas vezes arbitrária) do objeto em um de seus vários contextos, esquecendo, no entanto, que o processo de comunicação do objeto afluirá para as interpretações individuais dos sujeitos. Por último, as exposições que pretendem ser a obra de arte e, para isso, infligem aos objetos o lugar de elementos secundários. Eles são utilizados para conformar composições de cores, luzes, formas etc.

Embasado nas investigações e inovações de diferentes artistas plásticos (Henri Moore, Giacometti, Germaine Richier, etc.), o autor propõe uma nova escrita expográfica: “[...] através de formas significativas que apelam ao saber à emoção e aos sentidos e à memória de quem com elas é confrontado. Um museu onde o discurso se liberta das amarras das colecções (...)” (Mário Moutinho, 1994, pp. 19-20).

Outra contribuição sobre o objeto museológico advém do CS nº7 de 1999, edição que reúne artigos produzidos por Maria Célia Teixeira Moura Santos, durante seu doutorado. São reflexões sobre preservação cultural e a sua interligação com a Educação.

Em *Construindo um Processo Metodológico*, a autora analisa o contexto urbano como objeto museológico. Para isso, define a cidade como artefato, ou seja, como materialização das relações sociais. Sua proposição é decorrente da experiência obtida no Museu Didático Comunitário, localizado no bairro de Itapuã (Salvador - Bahia – Brasil), no qual o objeto museológico central é a relação do bairro com o contexto da cidade de Salvador.

Tal como Mário Moutinho, a autora realiza uma classificação para o objeto museal, agrupando-o em 2 tipos de acervos: institucional e operacional. O acervo institucional é aquele que incorpora os contextos sociais e históricos, o que inclui fontes arquivísticas, bibliográficas, iconográficas, testemunhos orais, documentação urbana (mapas, maquetes, fotografias, plantas etc.) coletada em pesquisas e, ainda, objetos que não tem compromisso com valores estéticos ou com o ineditismo (Maria Célia Santos, 1996d, pp. 139-140; 2002b, p. 43).

Já o acervo operacional é composto pelo território e seus marcos: “monumentos, equipamentos, áreas e objetos sensíveis do tecido urbano, socialmente apropriados, percebidos não só na sua carga documental, mas na sua capacidade de alimentar as representações urbanas” (Maria Célia Santos, 1996d, pp. 139-140; 2002b, p. 43).

As duas noções de acervo foram aplicadas no Museu Didático Comunitário, no bairro de Itapuã. A classificação e a documentação dos acervos foram realizadas mediante a participação de membros da comunidade local, sendo coordenada por professoras e auxiliada por estagiárias(os) do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia.

O último texto deste subitem advém também de uma edição monográfica. O CS 12, de 1998, alberga a monografia de Manuelina Maria Duarte Cândido, apresentada em 1997, ao Curso de História da Universidade Estadual do Ceará – Brasil.

Em *Museus: busca de adequação à realidade / Por que os museus?* a autora introduz a ideia de objeto significante. Inspirado no conceito de “objeto rei” formulado por Henri-Pierre Jeudy, e expresso no livro *Memória do Social*. O objeto significante seria aquele portador de sentidos e significações, nem sempre ligados à função original. O objeto que é conservado como registro da memória que ele evoca. Percebe-se a ligação do pensamento de Manuelina com a descrição de objeto fetiche, introduzida por Ulpiano Menezes.

No subitem do texto de Manuelina, denominado *O Trabalho nos Museus – Atividades Básicas*, ela conceitua a documentação e apresenta o “livro de tombo”, que deve conter minimamente os seguintes itens: número de registro da peça, data de ingresso e/ou de aquisição definitiva, nome do objeto, descrição (sumária), classificação genérica, forma de ingresso ou de aquisição, origem, procedência e histórico. A autora compreende a documentação museal como um processo passível de aprofundamentos, acréscimos e releituras que pode ser realizado a partir das perguntas comentadas por Maria Célia Santos: “Quem é você? Como você se chama? Quem o fez? De que você é feito? Quando você foi feito? Porquê? (...)” (Maria Célia Santos, 1994, p. 86).

Interessa notar, no entanto, que Maria Célia utiliza essas perguntas para criticar o processo tecnicista e esterilizado da documentação museal. Seria uma forma que a(o) profissional de museu teria em apartar-se de qualquer envolvimento ideológico ou político. Nesse sentido, Maria Célia afirma: “Para que a ação documental não seja esgotada em si mesma é necessário que o técnico esteja comprometido com a cidadania e com a transformação da sociedade” (Maria Célia Santos, 1994, p. 86).

2.2.3.3 O fio do inventário participativo

O primeiro texto dos Cadernos de Sociomuseologia a citar o termo inventário participativo foi publicado em 2007, no volume 28. É de autoria de Odalice Priosti e Yára Mattos. Denominado *Caminhos e Práticas da Museologia Comunitária*, o artigo apresenta reflexões sobre as propostas contidas na *Carta de Belém*, documento produzido e aprovado pelos participantes do *Seminário de Implantação do Ecomuseu da Amazônia*, realizado em Belém (Pará - Brasil), no período de 8 a 10 de junho de 2007 (Maria Terezinha Martins, 2014, p. 318).

No artigo de Odalice Priosti e Yára Mattos estão arroladas algumas experiências museológicas comunitárias empreendidas no Brasil. As ações realizadas no Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, também conhecido como Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, localizado no Rio de Janeiro, e do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, localizado na cidade de Ouro Preto, são as mais detalhadas pelas autoras. Elas citam o uso do inventário participativo como ferramenta de trabalho, mas não especificam a metodologia empregada e os resultados alcançados.

A Política Nacional de Museus é a fonte catalizadora para o artigo *Desire for memory, desire for museums: the experience of the Memory Hotspots*, produzido por Mario de Souza Chagas, Eneida Braga Rocha, Marcelle Pereira, Cláudia Rose, Inês Gouveia e Wélcio de Toledo, publicado no CS 38 de 2010. Os autores descrevem o Programa Pontos de Memória, iniciativa criada, em 2003, para incentivar e apoiar o desenvolvimento de práticas museológicas em comunidades e grupos sociais, como forma de escrita ou reescrita de suas histórias sociais.

O Projeto baseia-se em uma metodologia de trabalho participativo e dialógico, que se subdivide em nove etapas: 1) Estratégias de identificação e conscientização da comunidade; 2) Troca entre Pontos de Memória (coordenação de rede); 3) Constituição de instâncias deliberativas; 4) Oficinas de qualificação; 5) Elaboração do Plano de Ação (para o desenvolvimento

de Produtos de Inventário e Disseminação Participativos); 6) Preparação do Inventário Participativo; 7) Desenvolvimento de Produto de Disseminação; 8) Sessão inaugural do Programa de Memória; 9) Estratégias de Sustentabilidade (Mario Chagas, Eneida Rocha, Marcelle Pereira, Cláudia Rose, Inês Gouveia & Wélcio de Toledo, 2010, p. 249).

A etapa do inventário participativo é realizada pelos próprios sujeitos locais envolvidos no Projeto. Para a capacitação dessas(es) agentes é oferecida uma oficina sobre o inventário participativo, que compreende conteúdos relativos à sua importância, a especificação de metodologias participativas, memórias a serem preservadas, conflitos e relações de poder. Após a aplicação do inventário participativo, o seu resultado é disseminado como produto, no formato a ser definido pela comunidade ou grupo, podendo se transformar em uma exposição, livro, filme, website etc. (Mario Chagas et al., 2010, pp. 257-258).

O terceiro texto a ser analisado é de autoria de Raquel Janeirinho. Ela narra o trabalho de inventário participativo promovido para o Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia, uma iniciativa museológica - que à época encontrava-se em fase de implantação - localizada no Concelho de Peniche, na região oeste de Portugal. Trata-se do Projeto *Inventário Participativo do Património Cultural de Autouguia da Baleia*.

A experiência é extensamente analisada no artigo que resulta das conclusões da dissertação da autora, denominado *Estratégias museológicas participativas: refletindo e atuando em Sociomuseologia*, publicado no volume 46(2), em 2013, e posteriormente noticiada na sessão do CS dedicada aos resumos de dissertação, sendo intitulado *Património, museologia e participação: estratégias participativas no concelho de Peniche (2012)*, publicado no volume 50(6), em 2015.

A pesquisa, orientada pelo Prof. Dr. Mário Moutinho, é centrada nos métodos e técnicas participativas utilizadas para o levantamento do patrimônio cultural material e imaterial local. Dentre elas, destacam-se os encontros com a população local em tertúlias, o mapeamento participativo - incluindo as chamadas ‘caminhadas de reconhecimento’ - além de entrevistas individuais ou grupais (Raquel Janeirinho, 2013, p. 74; 2015, p. 141).

A autora resgata os conceitos de patrimônio cultural e inventário registrados na *Lei nº 107*, promulgada em Portugal no dia 08 de setembro de 2001, que *estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural*. A atividade de inventário é descrita no Artigo 6º, alínea a, como: “o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação” (Lei nº 107, 2001).

Como a norma jurídica não aborda o inventário em sua perspectiva participativa, a autora preferiu adotar o conceito oferecido por Maria Lorena Sancho Querol, em sua tese de doutorado denominada *El Patrimonio Cultural Inmaterial y la Sociomuseología: estudio sobre inventários*, também orientada pelo Prof. Dr. Mário Moutinho:

Defino o conceito de Inventário Participativo, como uma variante democrática do inventário, consistindo na intervenção de pessoas e comunidades na identificação e documentação de seus **recursos culturais, o que inclui seu reconhecimento como elementos de identidade local e pessoal, isto é, como Patrimônio Cultural**⁸⁵ (Maria Lorena Querol, 2011, pp. 319-320, livre tradução, grifo em negrito da autora).

O resumo da tese de Maria Lorena Querol foi disponibilizado pelo Conselho Editor do CS 47(3) de 2014.

O último texto desse subitem deriva da entrevista que Ana Carvalho realizou com Hugues de Varine, intitulada *O Fascínio do Património e dos Museus: Entrevista com Hugues de Varine*, publicada no volume 49(5) dos CS, em 2015. O autor faz uma única menção ao termo inventário participativo. Ele ocorre quando informa sua realização no âmbito do Ecomuseu de Creusot. Varine afirma:

Nos primeiros anos do Creusot quando fazíamos uma exposição os objectos tinham sempre um sentido material e imaterial. Quando começámos a pensar nas questões científicas – porque a parte do inventário participativo, como dizemos agora, do património da comunidade, é uma selecção feita pela comunidade. Mas, depois é importante complementar e estudar os objectos, ou seja, a vertente técnico-científica. E no Creusot isso também aconteceu devido às relações estabelecidas com antropólogos, arqueólogos e outros especialistas. E cada vez que havia um programa de investigação sobre os objectos faziam-se recolhas de histórias de vida, recorrendo ao vídeo (Entrevista de Hugues de Varine a Ana Carvalho, 2015, p. 154).

É interessante notar que o pensador francês adotou a forma participativa de inventário no Ecomuseu, porém, ressalta que o trabalho de estudo dos objetos (suponho se tratar da documentação e da pesquisa) deve ser complementado no que tange a parte ‘técnico-científica’. Varine assume posição similar em seu livro *As Raízes do Futuro*, lançado em 2012. Ao mesmo

⁸⁵ Texto original: “Defino el concepto de Inventario Participativo, como una variante democrática del inventario, consistente en **la intervención de personas y comunidades en la identificación y documentación de sus recursos culturales, lo que incluye su reconocimiento como elementos de identidad local y personal, es decir, como Patrimonio Cultural**” (Maria Lorena Querol, 2011, p. 319-320, grifo em negrito da autora).

tempo em que elogia o inventário, como no trecho: “[...] o inventário participativo é a forma mais acabada de inventário local”, ele realiza uma crítica: “mas é difícil, metodologicamente exigente, longa” (2012, p. 55). Outras desaprovações são registradas na passagem em que afirma: “[...] o método tem seus defeitos, ligados em particular à subjetividade dos habitantes e aos fenômenos de moda [...]”. Mais adiante, o autor ainda ressalta: “Creio que o inventário participativo é, e deve permanecer, estritamente complementar ao tombamento de monumentos, sítios e de outros elementos culturais e naturais, e pode agregar uma espécie de “marca” de qualidade nas riquezas de interesse superior, nacional e internacional (Hugues de Varine, 2012, p. 55).

2.2.3.4 Os fios do digital e do virtual

A informatização da documentação museal ganhou dois volumes integrais dos Cadernos de Sociomuseologia. O primeiro, lançado em 1999, é o volume 14, intitulado *InfoMusa-Base de dados museológica. Manual do utilizador*. O segundo é o número 36, denominado *Manual de Normas - Documentando os Acervos Africanos*, datado de 2010.

O volume 14 é composto por editorial, artigo assinado por Judite Primo e Daniella Rebouças e abriga, ainda, o manual de utilização do banco de dados denominado InfoMusa. Na *Apresentação* da publicação, Mário Moutinho destaca as vantagens da informatização: maior facilidade de atualização das informações sobre os objetos e a possibilidade de conferir uniformidade à informação (Mário Moutinho, 1999, p.10).

Ressalta, também, as ações promovidas no âmbito do *Canadian Heritage Information Network*, no que concerne ao exame de programas de gestão de coleções e, também, dos estudos e orientações realizados pelo CIDOC, sobretudo no tocante a dois projetos: *International Council of African Museums* (AFRICOM) e a normalização da documentação, desenvolvido em parceria com a *Getty Foundation* (Mário Moutinho, 1999, p.6).

A respeito do banco de dados InfoMusa, Mário Moutinho informa que ele foi desenvolvido com o objetivo de contemplar 5 requisitos: incorporar a normalização vigente do CIDOC; ser operável em máquinas e aplicativos básicos; ter fácil instalação e manutenção; garantir a evolução e compatibilidade com outros bancos de dados; e ter o menor número possível de campos informacionais, garantindo, no entanto, a gestão das coleções (Mário Moutinho, 1999, p. 7).

O *Manual do Utilizador*, redigido por Diogo Mateus, não informa qual a tecnologia de desenvolvimento do banco de dados. No entanto, a leitura dos requisitos mínimos para a instalação da ferramenta, associada a imagem de sua página principal, abaixo reproduzida, leva a supor que o banco de dados utiliza o *Microsoft Access*.

Figura 10 - Interface principal do InfoMusa



Fonte: InfoMusa

Acedido Abril 30, 2019, em <http://www.museologia-portugal.net>

Como é possível depreender da figura 10, a página principal do banco de dados possui como cabeçalho o nome do programa, acompanhado das informações relativas à sua institucionalidade: o Centro de Estudos de Sociomuseologia da ULHT. A direita há dois botões principais: Ficha de Inventário e Relatório/Listagem. As duas funcionalidades estão descritas no Manual do Utilizador, acrescidas das instruções relativas à segurança e à inserção de imagens no banco de dados.

Especialmente sobre a ficha de inventário do InfoMusa, Mário Moutinho (1999, pp. 7-9) informa que ela possui 30 campos informacionais agrupados em 8 blocos distintos:

1 - A gestão Número de inventário Outros números Objetos relacionados Nome do Objeto	4 - Recipiente ou lugar onde o objecto está colocado Localização no museu Número Outra
2 - Forma de entrada no museu Modo de aquisição Anterior proprietário	5 - Documentação Descrição Referências Bibliográficas
3 - Descrição Material Altura Largura Comprimento Diâmetro maior Peso Imagem Número Linha Nome do ficheiro Pasta/Caminho Inscrições Estado de conservação	6 - Possibilidades de agrupamento Colecção Profissão 7 - Informações sobre o registo Inventariado por Data de registo 8 - Informação complementar Observações

O InfoMusa foi desenvolvido a exatos 20 anos. Tempo em que, conforme expresso no Capítulo 1 desta tese, a normatização internacional da documentação museal dava seus primeiros passos, e as soluções providas pelos recursos do computador e da internet eram limitados. Conforme expresso por Mário Moutinho (1999, p. 5) os sistemas especializados para museus, disponíveis no mercado à época, eram destinados a atender as demandas do que denominou “grandes instituições museológicas”, ou seja, aquelas que dispunham de expressivo orçamento para aquisição de *softwares*, além de pessoal qualificado para sua operação e manutenção. Falava uma solução desenhada para atender à realidade dos museus locais e dos processos museológicos – permanentes ou intermitentes. Ressalta que as iniciativas museais locais possuíam especificidades próprias, diferenciadas dos museus tradicionais, no que concerne às características de seu acervo, patrimônio cultural/natural - que pode ou não englobar o território e pessoas - além de disporem de baixos recursos financeiros⁸⁶.

⁸⁶ Infelizmente, não consegui localizar dados que revelem a adesão dos museus ao InfoMusa, como também não identifiquei análises do seu uso.

Essas mesmas questões são aprofundadas por Judite Primo e Daniella Rebouças no artigo *A Documentação museológica num museu local: algumas considerações*. Baseadas nos aportes antropológicos e pedagógicos, as autoras discutem os conceitos de cultura, patrimônio/bem cultural e educação dialógica e participativa. Especificamente sobre o campo museal, citam as mudanças ocorridas a partir da *Mesa Redonda de Santiago do Chile*, destacando a compreensão da Museologia à luz do conceito elaborado por Waldisa Rússio: “o homem/sujeito e o objeto/bem cultural num espaço cenário” (Judite Primo & Daniella Rebouças, 1999, p. 11).

A partir do escopo teórico mencionado, as autoras fazem uma importante afirmação sobre os museus locais/ museus comunitários: eles são valorizados “não só pelo seu patrimônio edificado e suas coleções, mas pela sua representatividade perante a comunidade” (Judite Primo & Daniella Rebouças, 1999, p. 14). Como é sabido, a representatividade não se estabelece pela imposição, mas sim pelo reconhecimento social do grupo no qual o museu está inserido. Nesse sentido, as práticas museais baseadas nos preceitos da ética e da participação ativa e crítica dos sujeitos têm demonstrado efetividade.

Com base nesse cenário, as autoras registram uma definição do que é a documentação museológica: “é entendida como o sistema de recuperação de informação capaz de transformar o bem cultural em fonte de pesquisa científica e em instrumento de produção do conhecimento” (Judite Primo & Daniella Rebouças, 1999, pp. 11-12). O conceito formulado por Judite Primo e Daniella Rebouças é marcado pelo uso da palavra sistema, termo bastante difundido na década de 1990, e que conforme aponta Juliana Monteiro (2014, p. 96) transparece a visão de um fazer inter-relacionado, produzido em etapas. Justo o que as autoras defendem, principalmente no caso dos pequenos museus. Elas declaram que um sistema documental, combinado à política de aquisição, é vital para subsidiar os processos de investigação e comunicação do museu. Para tal, oferecem explicações e modelos para o emprego e o uso de instrumentos necessários ao registro e controle do patrimônio, presentes tanto no formato impresso, como também por meio do InfoMusa, em 3 situações básicas: a documentação permanente, a documentação temporária e a utilizada em empréstimos.

A determinação em auxiliar na disseminação de mecanismos documentais apropriados aos museus foi novamente abordada no CS em 2010. O número 36, denominado *Manual de Normas - Documentando os Acervos Africanos*, abrigou a tradução para o português do manual

com normas documentais desenvolvidas pelo AFRICOM⁸⁷, em conjunto com o CIDOC. O trabalho foi realizado graças ao patrocínio de diferentes instituições, dentre elas a ULHT. O objetivo do Manual é facilitar o acesso das normas aos países africanos de língua portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Segundo a *Introdução* da publicação, as normas, antes de serem editadas, passaram por um teste piloto aplicado em seis museus (infelizmente o texto não especifica quais foram as instituições). Com isso, conforme expresso pelo Conselho Internacional de Museus em seu texto, a organização julga ter estabelecido normas que abarcam “todos os tipos de coleções, tanto as de ciências humanas (história, arqueologia, etnográfica, arte com as de ciências naturais (paleontologia, zoologia, geologia e outros)” (ICOM, 2010, p. 13).

Não foi possível averiguar o alcance do uso do Manual e sua eficácia, pois o site do AFRICOM não está em funcionamento (<http://www.africom.museum>). Sua página no Facebook (<https://www.facebook.com/International-council-of-African-Museums-227843413945276/>) não dispõe de publicações desde outubro de 2015, e todos os arquivos digitais sobre a Organização, que podiam ser acessados no site do ICOM, estão fora do ar. Evidências que levam a suposição de uma suspensão do funcionamento da Organização.

A leitura das normas de *Ciências Humanas* e das *Ciências Naturais* permite observar que os campos informacionais foram projetados para atender aos bens culturais materiais presentes nas coleções museológicas. Não foram desenvolvidos campos para atender a documentação de acervos arquivísticos, bibliográficos e, tão pouco, o patrimônio imaterial e/ou os elementos territoriais e sociais, que integram o trabalho dos museus locais e processos museológicos.

Outro trabalho na temática do digital/virtual foi publicado no número 34 dos Cadernos de Sociomuseologia, lançado em 2009, e que registra a dissertação de mestrado de Pedro Manuel Figueiredo Cardoso Pereira, denominada *Preservar e desenvolver em museologia, contributo para o estudo do objecto e do processo museológico*. Segundo informado no resumo de

⁸⁷ Segundo a página da Organização no Facebook, o AFRICOM foi criado em 1999, como uma organização não-governamental, autônoma e pan-africana de museus, cuja missão é “[...] contribuir para o desenvolvimento positivo das sociedades africanas, incentivando o papel dos museus como geradores de cultura e como agentes de coesão cultural. O AFRICOM promove o desenvolvimento de museus e instituições relacionadas com museus em África, no contexto do desenvolvimento global, reforçando a colaboração e cooperação entre museus e profissionais de museus sobre formação, realçando o património e lutando contra o tráfico ilícito do património africano” (ICOM-AFRICOM, acedido Maio 01, 2019, em <https://www.facebook.com/International-council-of-African-Museums-227843413945276/>, livre tradução).

seu trabalho, sua pesquisa teve como objetivo procurar “uma resposta para a aparente contradição entre os actos de preservar e de desenvolver no trabalho museológico [...] utilizando a metodologia de investigação “*Grounded Theory*” (Pedro Pereira, 2009, p. 3). No capítulo denominado *Poderá o museu dar resposta a essa exigência simultânea de desenvolvimento e de preservação?* o autor realiza reflexões sobre o uso de sistemas documentais, no que concerne a sua importância tanto para a comunicação do museu como para a sua gestão, e qualifica positivamente a normatização e a recuperação da informação.

O último artigo deste segmento é de autoria de José Cláudio Alves de Oliveira. Denominado *Os acervos dos museus no ciberespaço: compartilhamento e (des)informação*, foi publicado em 2013, no CS 2(46). Baseado nos pensamentos de Pierre Lévy sobre ciberespaço e inteligência coletiva, e de Niklas Luhmann sobre comunidade, o autor produz um estudo de caso de três sites de museus, por ele denominados museus virtuais, no que tange a sua função comunicativa e os sistemas de recuperação de informações sobre o acervo. São eles: Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa - Portugal), *United States Holocaust Memorial Museum* (Washington – EUA) e o Museu de Arte Sacra (Salvador – Brasil).

Adicionalmente, faz uma descrição do quantitativo de bens culturais presentes nos sites do *Louvre* e do *British Museum*. As duas instituições, conhecidas por seu interesse enciclopédico, não disponibilizavam na internet, à época, uma quantidade considerada representativa de seus acervos. Com relação ao Museu de Arte Sacra da Bahia, o autor especifica a porcentagem de disponibilização do acervo na web: apenas 5% do total da coleção havia sido compartilhada (José Oliveira, 2013, pp. 96-113).

Apesar de haver no texto analisado 4 ocorrências da expressão ‘sistema de documentação’ e 4 sobre ‘documentação’, o autor não realiza considerações aprofundadas dos seus mecanismos de funcionamento, ou da qualidade da informação recuperada. Ele se centra no aspecto comunicativo dos objetos, sobretudo no que tange às imagens, realizando críticas à dificuldade do acesso, à baixa qualidade e à falta de dinâmica social. No tocante à interatividade, José Cláudio Oliveira elogia a ação do Museu da Assembleia da República de Portugal em enviar, mensalmente, por mala direta, a história de um objeto do museu, e destaca que os museus presenciais poderiam utilizar e-mail, fax, telefone e correio para aumentarem o laço social.

2.2.3.5 O fio da formação profissional

O editorial do primeiro volume dos Cadernos de Sociomuseologia, assinado por Fernando dos Santos Neves, então Reitor da ULHT, leva a(o) leitora(leitor) a crer que o lançamento do CS foi um duplo momento comemorativo. Em primeiro lugar, pelos sentimentos de animação e otimismo que naturalmente envolvem qualquer estreia. E, em segundo, o fato do ato ter marcado outra conquista: a ascensão acadêmica do então Curso de Especialização em Museologia Social para o grau de Mestrado.

Suponho que esse último acontecimento tenha influenciado a curadoria dos textos veiculados nesse volume. A análise do sumário do primeiro CS transparece a existência de três linhas norteadoras presentes nos artigos: a discussão sobre o conceito de Museologia Social - englobando a sua denominada “evolução” – os relatos de estágio realizados pelo Curso e, ainda, apresenta alguns questionamentos sobre as práticas nas áreas da conservação e comunicação.

O primeiro texto analisado é intitulado *Conservador e Museólogo: abordagem de conceitos*. Nele, Ana Maria Lousada realiza uma diferenciação entre a(o) conservadora(conservador) de museus e a(o) museóloga(o), à luz da Museologia Social. A(o) primeira(o) teria uma formação voltada aos procedimentos técnicos da preservação, comunicação e pesquisa de coleções. Nesse sentido, seria responsável, dentre outras tarefas, pela documentação dos bens culturais. Já a(o) museóloga(o) formada(o) à luz da Museologia Social seria a(o) profissional que ultrapassa esse escopo, estando apta(o) a lidar com as questões sociais e participativas.

O segundo texto, de autoria de José Manuel Brandão, narra a sua participação no curso *International Summer School of Museology*, promovido pelo ICOM e a UNESCO, na Universidade de Masarik, em Brno - República Checa. Além das aulas expositivas, a agenda do Curso previa a participação em conferências, seminários e visitas técnicas que se estenderam por 30 dias. Pelo testemunho escrito pelo autor é possível obter um breve retrato sobre a visão da Museologia e a documentação museal defendidas no Curso.

Brandão se detém, em especial, na descrição do módulo introdutório lecionado por Zbyněk Zbyslav Stránský. Segundo ele, o pensador abordou a Museologia como um sistema de conhecimentos específicos, nos quais estão incluídos: a Museologia Histórica, a Museologia Social, a Museologia Teórica e a Museologia Aplicada, também denominada Museografia. A documentação pertenceria a dois subsistemas. Quando se dedica a examinar o conceito de objeto museológico e a constituição de coleções, ela se enquadraria na Museologia Teórica. Já quando se destina à informatização e gestão de coleções, ela estaria inserida na Museografia.

O terceiro texto que trata da documentação no âmbito da formação profissional é de autoria de Maria Célia Teixeira Moura Santos. Denominado *A Formação do Museólogo e o seu Campo de Atuação*, foi publicado no CS 18, de 2002.

A autora inicia sua explanação por uma breve contextualização das mudanças ocorridas na Museologia e na sociedade nos anos que precederam à produção do artigo, ressaltando, ainda, alguns aspectos negativos no tocante à baixa qualidade de vida de sujeitos e comunidades. As considerações acerca da formação profissional são encaminhadas por Maria Célia Santos a partir de duas premissas: o alargamento do conceito de patrimônio cultural para patrimônio global, que compreende os aspectos material, imaterial, natural e cultural; e a criação de novas tipologias de museus: ecomuseu, museu comunitário, museu de vizinhança etc. A partir disso, realiza considerações sobre as ações museológicas.

No que concerne à prática documental, Maria Célia Santos adverte: seu principal objetivo é a produção de conhecimento sobre determinada realidade e não o registro do acervo. Para alcançar êxito, as(os) profissionais envolvidas(os) devem utilizar os princípios educativos para dialogar com a comunidade, e construir instrumentos de coleta de dados adaptáveis à realidade local. A função museológica da pesquisa auxilia na efetivação da coleta dos dados e no que foi denominado pela autora de banco de dados do museu, assim caracterizado: “O banco de dados é o referencial básico de informação, aberto à comunidade, que é alimentado, constantemente pelos diversos processos, em andamento no museu” (Maria Célia Santos, 2002c, p. 126).

2.2.3.6 O fio da aplicação no real: estudos de caso

O Museu Didático Comunitário de Itapuã, instalado no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, na cidade de Salvador (Bahia - Brasil), foi alvo da tese de doutorado em Educação, da Professora Maria Célia Moura Santos. O processo de desenvolvimento do museu foi descrito em vários textos de sua autoria reunidos, principalmente, no CS nº 7 de 1996. Trata-se de um volume especialmente dedicado a temática Museologia e Educação. Nele são disponibilizados os seguintes textos com ocorrências dos termos ‘invent’ e ‘documenta’: *A Construção do Conhecimento na Museologia: reconstruindo um percurso histórico e demarcando posições*; *Construindo um Processo Metodológico*; *Do Caminho Pensado e Proposto aos Caminhos Percorridos: processos de ação e reflexão* e *Processo Museológico e Educação: contribuições*

e perspectivas. No CS n° 05, também lançado em 1996, está disponível o texto *Uma Abordagem Museológica do Contexto Urbano* e, no CS n° 18 de 2002, *Museu: centro de educação comunitária ou contribuição ao ensino formal?*

Em cada documento, Maria Célia Santos brinda a(o) leitora(leitor) com um aspecto do processo de implantação do museu. A temática da documentação museal é aprofundada no texto *Do Caminho Pensado e Proposto aos Caminhos Percorridos: processos de acção e reflexão*, que contém 57 ocorrências do termo ‘documenta’. Trata-se de um capítulo da tese da autora, no qual ela descreve a metodologia do trabalho de implantação do Museu, desde sua fase inicial - ocorrida em 1991-, até a sua institucionalização, efetivada em 20 de dezembro de 1994.

A ação documental foi desenvolvida por Maria Célia Santos com o auxílio da Professora Rosana Nascimento, à época responsável pela disciplina Classificação e Documentação, do Curso de Museologia da UFBA. As duas foram auxiliadas por uma equipe composta de 3 estagiárias do Curso de Museologia. Juntas, elas elaboraram um projeto de documentação, no qual se destacam 2 questões. A primeira é a decisão de catalogação de bens da cultura material e imaterial. A segunda se refere à defesa da documentação como uma ação educativa, capaz de produzir conhecimento e comunicação (Maria Célia Santos, 1996e, pp. 181-182).

A pesquisa para a constituição do acervo foi empreendida a partir de temas e subtemas eleitos. Os bens culturais coletados foram classificados conforme método próprio desenvolvido pela equipe, e detalhadamente descrito no texto.

No capítulo *Processo Museológico e Educação: contribuições e perspectivas*, Maria Célia Santos informa que a ação documental foi um processo dialógico, no qual as museólogas, estagiárias e os sujeitos locais participaram. A autora indica:

Quanto ao processo documental, não se limitou ao registro do acervo, mas buscou-se, através da cultura qualificada, produzir conhecimento elaborado no processo educativo por meio das ações de pesquisa. A ação documental não se deu de forma isolada pelo técnico, mas, ao contrário, os grupos envolvidos, moradores, estudantes, professores, estão sendo co-autores da ação documental, na medida em que realizam a coleta de dados, utilizando os instrumentos destinados a este fim, e ao mesmo tempo, no processo de aplicação, identificam problemas, sugerem modificações, enriquecendo-o, tornando-os flexíveis, adaptáveis às várias circunstâncias, de acordo com as características das diversas programações (Maria Célia Santos, 1996f, p. 310).

O segundo texto desse subitem é de autoria de Manuelina Maria Duarte Cândido. Em *Estudo de Caso: a Coleção de Imaginária do Museu Diocesano Dom José*, que integra o CS n°

12 de 1998, a autora reproduz o segundo capítulo de sua monografia. Nele ela esclarece o objetivo de sua investigação: utilizar a documentação da coleção de imaginária do Museu como fonte historiográfica primária de pesquisa, para identificar a “rede de produção, circulação, consumo, veneração e posterior institucionalização das imagens sacras”, que compõem o acervo do Museu Dom José (Manuelina Cândido, 1998b, p. 43).

Manuelina Cândido descreve com detalhes a ação documental do acervo empreendida no Museu, nos anos de 1994 a 1996, período no qual ela participou como integrante da equipe documentadora, coordenada pelo museólogo Osvaldo Gouveia Ribeiro. No texto do CS, Manuelina Cândido descreve os campos informacionais que compõem o instrumento de documentação, denominado por “ficha”: título, função, material, dimensões, fotografia, descrição, análises iconográfica/decorativa e estilística (Manuelina Cândido, 1998b, p. 46).

A autora narra os avanços da ação documental no Museu até o término do projeto, momento que indica ter vivenciado a mesma dificuldade narrada por outras instituições museológicas: nem todos os campos da “ficha” puderam ser preenchidos. No caso específico da coleção de imaginária, ela afirma: “essa coleção foi abrangida em sua totalidade na Documentação, ainda que para muitas peças tenhamos preenchido apenas as ‘folhas-de-rosto’, para garantir, ainda que minimamente, a identificação da peça” (Manuelina Cândido, 1998b, p. 48).

Os outros três estudos de casos que compõem esse segmento possuem um elemento em comum: descrevem a estruturação de órgãos de documentação em museus. O primeiro trata do Ecomuseu da Murtosa, o segundo do Centro de Memória do Samba de São Paulo, e o terceiro, do desenvolvimento de um modelo de musealização para sítios arqueológicos. Todos os três textos são trabalhos acadêmicos, publicados de forma monográfica, nos Cadernos de Sociomuseologia. Foram produzidos, respectivamente, por Judite Primo (2008b), Kátia Regina Felipini Neves (2003) e Maria Cristina Oliveira Bruno (1999). Dada a característica analítica de composição dos núcleos documentais, não há aprofundamento de questões relativas à documentação, a exceção da menção realizada por Judite Primo (2008b, p. 206) sobre a importância de desenvolvimento de um sistema documental específico para o Ecomuseu, capaz de atender as necessidades de inventário, pesquisa e ação da entidade e de sua comunidade.

Os três textos mais atuais na área da documentação foram publicados nos Cadernos de Sociomuseologia volume 53(9) de 2017 e 58(14) de 2019.

Uma coleção-documento: estudo da coleção de cópias em gesso de arte centro-africana do Museu Afro-Brasileiro-UFBA- primeiras notícias de pesquisa foi escrito pela profes-

sora do Curso de Museologia da UFBA, Joseania Miranda Freitas. O artigo é fruto de sua pesquisa de pós-doutorado, centrada no estudo da história de uma coleção de 12 cópias de obras pertencentes ao Museu Afro-Brasileiro da UFBA, que se constituem como importante referência da arte produzida pelos povos das regiões geográficas da atual República Democrática do Congo e do Nordeste de Angola. Ao estudar a documentação da coleção, a pesquisadora buscava traçar a “biografia” ou a “vida social” dos objetos. No entanto, informa ter se deparado com várias lacunas informacionais e “silêncios” em suas documentações (Joseania Freitas, 2017, p. 32)

A pesquisa de Joseania Freitas é também citada por Maria das Graças Teixeira de Freitas, no artigo *Desafios na preservação do patrimônio afrobrasileiro no MAFRO/UFBA*, publicado no CS 58(14). A autora relaciona os projetos em execução e finalizados, relativos à documentação e pesquisa do Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia. Nesse universo, a menção ao trabalho de pós-doutorado de Joseania Freitas é realizada, juntamente com os seguintes projetos: Estudo do acervo do Museu Afro Brasileiro da UFBA para a Requalificação da Exposição de Longa Duração; Sistematização e Documentação do Acervo do Museu Afro-Brasileiro da UFBA e Coleção de Capoeira do Museu Afro-Brasileiro da UFBA. Apesar da alta incidência do termo ‘documenta’ no texto, não há especificação sobre processos documentais, nem aprofundamento de temas anteriormente analisados nesse capítulo: objeto, sistema de documentação, formação profissional ou documentação museal ativa.

O terceiro e último artigo é fruto da dissertação de Anna Paula da Silva, defendida no Programa de Pós-Graduação em Museologia da UFBA. Em *Memórias sobre as reflexões de (não) perenidade nos museus: a aquisição e a documentação nos Salões de Arte da Bahia*, a autora assinala a transformação inerente à vida, e os problemas de transitoriedade e imaterialidade que as obras de arte efêmeras ocasionam nas práticas museais.

Especialmente sobre a documentação museal, a autora cita os conceitos produzidos por Helena Ferrez (1994) e Andrés Gutiérrez Usillos (2010), e afirma que além de gerar informação, a ação documental deve ser compreendida de forma processual, investigativa, e com responsabilidade social.

Ao se debruçar sobre a documentação do Museu de Arte Moderna da Bahia (Salvador - Brasil) foi possível para a pesquisadora verificar que a aquisição de obras de arte com diferentes linguagens, oriundas dos Salões de Arte da Bahia, que demandam ações especiais de conservação, documentação, armazenamento etc. não foram atreladas à capacitação técnica dos profissionais do Museu. Igualmente, Anna Paula da Silva percebeu a mesma realidade presente

em muitas instituições museológicas: elas não possuem uma política de aquisição, e nem mesmo um projeto de documentação. A pesquisadora afirma: “ocorre a catalogação, a pesquisa sobre o acervo, a constituição de laudos de conservação e outros registros, mas não existem documentos que formalizem o processo” (Anna Paula da Silva, 2017, p. 181).

2.2.4 Juntando os fios

A análise dos 45 textos que abordam a documentação museal e o inventário, comprovou a premissa, anteriormente registrada, da política do periódico *Cadernos de Sociomuseologia* em acolher artigos com discussões pertencentes tanto à Museologia como à Museologia Social. A mostra dos textos selecionados contém pressupostos teóricos e relatos de práticas de ambas as escolas de pensamento.

No tocante à construção de uma documentação no âmbito da Museologia Social, destaca-se a crítica de Maria Célia Santos (1994) no que se refere à chamada **documentação tecnicista**. A visão da museóloga é associada ao pensamento de Paulo Freire, expresso em *Pedagogia do Oprimido*. No livro, o mestre descreve a concepção “bancária” da educação. Seria aquela cuja única função da(o) educanda(o) é receber os conteúdos feitos pela(o) educadora(educador) em forma de depósitos, e depois guardá-los e arquivá-los. Paulo Freire esclarece, ainda, que nessa visão: o “saber” é uma doação dos que se julgam sábias(os) ao que julgam nada saber” (Paulo Freire, 2015, p. 81).

Ao trocar o termo educação por documentação, pode-se continuar a trilha indicada por Paulo Freire e, certamente, se reconhecerá a concepção errônea da documentação ‘bancária’. De tanto fazer depósitos, guarda e arquivamento de coisas/informações, a(o) documentadora(documentador) se torna colecionadora(colecionador) das coisas/informações que arquiva. Assim, não consegue ver que ela/ele próprio se arquiva. Coisa/Informação e sujeito da documentação então:

[...] se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão [...] não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo, com os outros. Busca esperançosa também (Paulo Freire, 2015, p. 81).

Os modelos de documentação desenvolvidos unicamente para tratar os bens culturais de natureza material, e que são baseados em arquiteturas de trabalho que adotam a inteligência

centrada, são alvo de ressalvas de algumas(alguns) autoras(es) dos 45 textos selecionados. Tal opinião é direcionada tanto às atividades de catalogação, como também englobam a política de aquisição, o projeto de documentação, a formação e capacitação técnica dos profissionais da área, bem como a própria dimensão do objeto museal, coleção e patrimônio.

Os limites de compreensão do objeto, da coleção e do patrimônio se dilataram, e o novo fazer museológico incorporou as dimensões do natural, do imaterial e, sobretudo, do humano. Tais preceitos são defendidos mediante a intensa citação à *Mesa Redonda de Santiago do Chile*, especialmente no que se refere ao museu integral, ou seja, aquele que trabalha para “a formação da consciência das comunidades”, que atua “na educação da comunidade” e que intensifica “seus esforços na recuperação do patrimônio cultural, para fazê-lo desempenhar um papel social” (ICOM, 1972).

Igualmente são referidos os trabalhos de teóricas(os) brasileiras(os) e estrangeiras(os) do campo museal. Os nomes mais citados são Waldisa Rússio Guarnieri, Ulpiano Bezerra de Menezes, Peter van Mensch, Hugues de Varine e Mathilde Bellaigue. De Waldisa Rússio utiliza-se, sobretudo, a definição de fato museal, que permite aos museus e as(aos) suas(seus) profissionais um alargamento na compreensão da musealização. Outras ideias inovadoras (para à época) adotadas nos textos são: o museu sem coleção (Mário Moutinho; Mathilde Bellaigue; Tomislav Šola); a preservação do natural, do imaterial, do território, da cidade etc. (Mario Chagas; Maria Célia Santos; Mário Moutinho; Mathilde Bellaigue) e a participação social na documentação museal (Maria Célia Santos; Rosana Nascimento).

A expansão da noção de patrimônio chega a tal ponto, que Mario Chagas, abordando a questão em 2015, chega a cunhar nova designação. No texto *Patrimônio é o Caminho das Formigas*, publicado nos Anais do Museu Histórico Nacional, o autor retoma o pensamento de Waldisa Rússio para defender o aspecto sincrônico de transmissão do patrimônio, e afirma:

Essa perspectiva, como indicou Waldisa Rússio, não esgota as possibilidades de trabalho com o patrimônio. É possível considerá-lo, também, em perspectiva sincrônica. Há uma herança que se transmite e se recebe na contemporaneidade, talvez pudéssemos, de modo poético, denominá-la de **fratrimônio**. Já não se trata de um a herança materna ou paterna, mas de alguma coisa partilhada entre os contemporâneos, entre os amigos e irmãos, entre os membros de uma mesma comunidade (Mario Chagas, 2015, p. 179, meu grifo).

A utilização do termo patrimônio nos textos selecionados do CS revela, no entanto, duas observações curiosas. O crescimento da sua adoção, em detrimento dos termos objeto,

peça, bem cultural/natural; e a preferência na utilização do termo inventário, ao invés da documentação. Suponho que tal fato esteja atrelado a já referida ampliação do trabalho de preservação, comunicação e pesquisa dos museus, que os levaram à musealização de coisas (materiais e imateriais) totalmente novas. Uma cidade, ou as relações amorosas desfeitas, quando musealizadas e nomeadas por patrimônio remetem, em verdade, a noção de patrimônio construída por Mario Chagas. Relacionam-se com algo que é partilhado entre todas(os). O mesmo não sucede, pelo menos automaticamente, com os termos técnicos classicamente utilizados pela Museologia: objeto, peça, bem cultural/natural. Tal como analisado por Mário Moutinho (1994) são palavras que, talvez, aludam ao que é herdado, e sendo assim, oferecem uma curta margem de reinterpretação e de uso.

Já em relação a segunda constatação é necessário, em primeiro lugar, lembrar um conceito anteriormente descrito nesta tese. Inventário, no Brasil, significa o levantamento prévio de alguma coisa. Nele são, normalmente, arroladas informações básicas. Já a documentação remete à profundidade dos conteúdos registrados. A adoção do adjetivo ‘participativo’ pode ser empregada em ambas as ações: inventário participativo e documentação participativa.

Não há aqui nenhum julgamento de valor em relação ao inventário ou ao inventário participativo. Pelo contrário, reconheço sua validade, força e importância como ferramenta de identificação e registro do patrimônio cultural (material e imaterial), natural ou humano. Sua prática se desenvolveu a tal ponto, que acumula metodologias e estratégias diversificadas. O envolvimento social é ímpar e seus resultados positivos podem ser constatados no reforço dos sentimentos de pertencimento, identidade etc.

O ponto central da questão é a confusão de sentidos. Esse seria um detalhe, talvez despercebido, em um ambiente não museológico. É o que se constata, por exemplo, nas normativas internacionais produzidas no âmbito do patrimônio, e que tangenciam os bens culturais musealizados. Porém, é difícil explicar tal imprecisão em documentos internacionais e textos elaborados por profissionais da Museologia. Cito, por exemplo, a *Declaração de Caracas*, de 1992, redigida por diretoras(es) de museus latino-americanos. Tanto o termo documentação como inventário são utilizados, mas quando se referem à automatização de coleções e a gestão do patrimônio, as(os) signatárias(os) optam pelo uso do inventário. Uma reprise do mesmo fato recentemente se sucedeu. É encontrada na mais nova normativa da área: a *Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade*, aprovada pela UNESCO, em 2015. Conforme anteriormente abordado, não há nenhuma

menção à palavra documentação. Como se pode tratar de proteção e promoção de museus e coleções sem realizar documentação?

A importância da documentação no museu é amplamente reconhecida e defendida por várias(os) autoras(es) dos 45 textos selecionados, incluindo a especial atenção dada pela ULHT no desenvolvimento do InfoMusa, e na tradução das normas documentais desenvolvidas pelo AFRICOM, em conjunto com o CIDOC. O trabalho resultou em dois volumes especiais do CS. Conforme anteriormente mencionado, o InfoMusa foi projetado há exatos 20 anos, momento em que as bases de dados para museus, em sua maioria desenvolvidas em plataformas proprietárias, eram limitadas e dispendiosas. Por tal fato, eram consumidas pelas instituições museológicas que possuíam recursos financeiros e humanos, normalmente caracterizadas pela equação edifício + coleção + público.

Nesse cenário, os museus e as iniciativas de memória que empregavam os pressupostos da Museologia Social tinham duas alternativas: compravam as soluções disponíveis e tentavam adaptar o trabalho documental aos modelos tradicionais ou, simplesmente, não automatizavam a documentação. O InfoMusa surgiu como uma terceira via.

Seu desenho, relatado na *Apresentação* e no *Manual do Utilizador* do CS 14, transparece a preocupação em oferecer aos museus e as iniciativas de memória uma ferramenta de fácil instalação e operação - que não demandasse treinamento sofisticado -, consoante com as normativas documentais internacionais, e com o mínimo número de campos informacionais. Para esse último quesito foram estabelecidos 29 campos informacionais.

O exame desses campos, em conjunto com os oferecidos nas *Normas de Ciências Humanas* e *Ciências Naturais* revelam, no entanto, que, tais instrumentos tinham como objetivo atender aos objetos culturais de natureza material. No caso das *Normas de Ciências Naturais* do AFRICOM é possível o registro primário de espécimes biológicas e geológicas, tanto localizadas em sítios arqueológicos como coletadas na natureza. Não há no InfoMusa e nas Normas do AFRICOM campos projetados para os bens culturais de natureza imaterial, para o registro de memórias de pessoas, nem para o trabalho com o território. Igualmente, não há evidências da metodologia ter sido projetada para a utilização de uma arquitetura de trabalho colaborativa.

A análise das referências bibliográficas dos textos selecionados também reforça a já referida dificuldade no acesso às obras especializadas. Suponho que tal obstáculo, há 25 anos atrás, fosse ainda maior. Nesse sentido, tal como na atualidade, é alta a utilização do conceito de documentação produzido por Helena Dodd Ferrez, em 1991 e publicado em 1994. A definição da autora, apesar de não contemplar a dimensão dialógica e participativa da documentação,

é abrangente o suficiente para incorporar os bens culturais e naturais, de natureza material ou imaterial. Helena Ferrez afirma:

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informação em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (Helena Ferrez, 1991-1994, p. 2).

Os únicos relatos sobre uma documentação museal participativa foram realizados por 2 autoras dentre as(os) 28 autoras(es) individuais da mostra. São textos produzidos por Maria Célia Santos e Rosana Nascimento, relacionados à experiência empreendida no Museu Didático Comunitário no Bairro de Itapuã (Salvador - Bahia – Brasil). As autoras narram algumas etapas do processo, mas, infelizmente, não detalham os pontos fortes e fracos da iniciativa, as características dos modelos de coleta e registro de informações, nem o plano de continuidade de tal ação.

O mesmo ocorre nos 7 textos que tratam do inventário participativo. Não há aprofundamento analítico de sua aplicação, nem explicitação dos resultados. Como é uma ferramenta aplicada em um momento tecnológico e comunicacional de grande desenvolvimento, seria extremamente interessante poder consultar na internet os resultados alcançados com os inventários participativos.

A Museologia Social avançou muito e continua a avançar, desafiando modelos e práticas seculares. Um retorno ao documento produzido na *Mesa Redonda de Santiago Chile* torna clara essa afirmação. Há 47 anos era desafiador o desenvolvimento de práticas museais que tivessem como fio condutor “a formação da consciência das comunidades” e a “recuperação do patrimônio cultural, para fazê-lo desempenhar um papel social” (ICOM, Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972). As(os) profissionais que se sentiram socialmente engajados e lutaram por essa transformação foram vitoriosas(os). Atualmente, vislumbra-se o desenrolar de um novo momento. É expressivo o número de iniciativas de memória que foram inteiramente conformadas sem o auxílio ou a presença de profissionais de museus ou do patrimônio. Observa-se também o número de sujeitos engajados em causas sociais, muitas de cunho comunitário, que se formam nos cursos de Museologia.

O museu não é mais aquele que passou! Nem seu objeto, nem sua coleção, nem seu patrimônio, nem suas(seus) profissionais. Avancemos na busca por uma nova documentação!

CAPÍTULO 3 – OS FIOS DA TRAMA: ITAIPU POLIFÔNICA

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Michel Foucault.

Tal como anteriormente indicado, o estudo de caso desta investigação foi realizado com a *Coleção Pessoas e Memórias* do Museu de Arqueologia de Itaipu. Ela é composta de 40 (quarenta) testemunhos de vida, colhidos no âmbito do *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*, doravante denominado Inventário Participativo. Realizado nos anos 2016 e 2017, os relatos são de indivíduos que apresentam diferentes relações culturais, de gênero, classe, etnia, credo, geracional e de expressão das sexualidades. Todos têm em comum uma intensa relação com o território, modernamente denominado Canto de Itaipu.

O Canto de Itaipu é o trecho do entorno da Praia de Itaipu, situada no bairro de mesmo nome. Pertence à Região Oceânica, uma das unidades administrativas do município de Niterói, que por sua vez integra o estado do Rio de Janeiro, Região Sudeste do Brasil. Niterói é separada da cidade do Rio de Janeiro pela Baía de Guanabara. As 2 cidades são interligadas pela Ponte Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Rio-Niterói, que possui 13,2 km de extensão. A localização da Ponte entre as cidades pode ser visualizada na figura 11. Na imagem é ainda possível deslumbrar a Baía de Guanabara, banhando os 2 centros urbanos Niterói, e a

Figura 11 - Imagem de satélite de parte das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, com indicação da Ponte Rio-Niterói, Baía de Guanabara, Oceano Atlântico, Copacabana, Ipanema e Itaipu. Brasil, 2019.



entrada do Oceano Atlântico, divisa para as praias cariocas mais famosas (Copacabana, Ipanema e, em sequência, Leblon). No lado diametralmente oposto está Itaipu.

Segundo o IBGE, a população de Niterói, em 2010, era de 487.562 habitantes, distribuídos em uma área de 133,757 km² (IBGE, 2019b). Niterói ostenta o mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do estado do Rio de Janeiro.

Na bela paisagem natural de Itaipu há muitos testemunhos visíveis das relações de poder. Destacam-se o relevo da Duna Grande, marco arqueológico da presença dos povos originários há 8.000 AEC; a Igreja de São Sebastião, exemplo da arquitetura de cunho católico trazida pelos portugueses a partir do século XVI; e as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, uma ‘instituição de sequestro’⁸⁸, criada no século XVIII. Um espaço de isolamento e de segregação, no qual a sociedade disciplinar exercia seu poder em relação às mulheres.

No atual traçado urbano também há invisibilidades. A inexistência de registros escritos impactou fortemente as dissimetrias territoriais. Somente olhos e ouvidos atentos podem perceber que as casas e edifícios residenciais, de elevado padrão, são fruto de um processo de gentrificação e de alto dano ambiental. Também não são evidentes os conflitos gerados pelas políticas estatais de conservação dos recursos naturais na realidade social local; assim como não é cognoscível a efetividade de políticas públicas, como a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca* (2009); a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais* (2007); e, ainda, as políticas públicas culturais de preservação e divulgação empreendidas pelo IPHAN, o Ibram e o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

Os imbricados fenômenos e desafios humanos, históricos, sociais e ambientais que ocorrem no Canto de Itaipu estão registrados em um expressivo número de artigos, dissertações e teses. São pesquisas produzidas nos campos da Arqueologia, Antropologia, Biologia, Ciência da Informação, Direito Social, Direito Ambiental, História, História Social da Cultura, Museologia, Oceanografia, Pesca etc. Igualmente são diversos os organismos públicos e representações da sociedade civil que atuam no tecido político-social local. São entidades ligadas à pre-

⁸⁸ Michel Foucault define as instituições de sequestro, como: “instituições que retiram compulsoriamente os indivíduos do espaço familiar ou social mais amplo e os internam, durante um período longo para moldar, suas condutas, disciplinar seus comportamentos e formatar aquilo que pensam (...)” (Michel Foucault apud Alfredo Veiga-Neto, 2007, p. 62). Importa ressaltar que as relações de poder não se limitam ao interior dessas instituições. Foucault (2008b) propõe uma análise global do estabelecimento do poder, que observe as redes de apoio e as alianças formadas no exterior dos muros da instituição.

servação ambiental; núcleos, departamentos, grupos de estudos e projetos ligados a universidades públicas; representações do poder público federal, estadual e municipal; além de movimentos socioculturais e ambientais organizados (MAI, 2019b).

O Museu de Arqueologia de Itaipu é parte integrante desse quadro. Fundado em 1977, nas ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, a organização foi criada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para preservar os vestígios arqueológicos e os testemunhos patrimoniais que resistiram à ação do tempo e dos seres humanos. Essa missão foi o principal pilar institucional do Museu até o início do século XXI, período em que um novo contexto político nacional favoreceu os museus brasileiros, e consequentemente, o MAI. Foi a época do estabelecimento de novos marcos conceituais e práticos, no então Ministério da Cultura.

Utilizando a sabedoria do ‘do-in antropológico’, o ministro da Cultura Gilberto Gil, em seu discurso de posse proferido em janeiro de 2003, conclamou os profissionais comprometidos com a Cultura a enfrentar um novo desafio: massagear os “pontos vitais momentaneamente desprezados ou adormecidos do corpo cultural do país, (...) [inserindo-o] na dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta” (Gilberto Gil, 2003).

A pressão nos pontos adormecidos foi exitosa. Ela desencadeou a construção democrática de um Plano Nacional de Cultura (2010) e de políticas públicas setoriais, incluindo a Política Nacional de Museus (PNM), lançada em 2003. O fortalecimento da PNM brindou as instituições museais públicas e privadas com instrumentos de gestão, financiamento, modernização e promoção “nunca antes [experimentados] na história do país”⁸⁹. Relatórios governamentais, artigos científicos e outros meios de divulgação demonstram as cifras surpreendentes da agenda pública cultural e museal (IPEA, 2006; IPHAN, 2006; Ibram, 2010)

Para esta tese, destaco 2 ações que tiveram impactos diretos no MAI. A primeira é relativa ao estabelecimento de uma linha programática totalmente voltada aos princípios democráticos, participativos e de empoderamento: o *Programa Pontos de Memória*. Ele contribuiu para fortalecer a Museologia Social no Brasil, e foi responsável por inaugurar outras ações públicas federais nessa área. Com essa linha programática, não é exagero afirmar, que pela primeira vez uma política pública museal conseguiu ultrapassar o uso apenas discursivo do referencial ‘função social do museu’, para aplicá-lo, de forma sistêmica, no mundo real. No caso

⁸⁹ A frase “nunca antes na história desse país” é de autoria do ex-Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Foi por ele proferida em várias manifestações públicas, tonando-se um lema utilizado para anunciar feitos políticos, e conquistas sociais até então não implantados no País.

específico do MAI é possível observar a centralidade dos preceitos da democracia, inclusão e participação nos programas, projetos e ações descritos em seus Planos Museológicos (MAI 2011; 2019b)

Outra consequência positiva da PNM foi a realização, em 2005, de um concurso público para a admissão de novas(os) funcionárias(os) para os museus vinculados ao IPHAN. Foi esse mecanismo que permitiu, no ano seguinte, a lotação da primeira museóloga no quadro do MAI⁹⁰. Importa registrar os esforços empreendidos pela administradora do IPHAN, Vera Gigante Carvalho, para que o Museu permanecesse aberto à visitação antes do mencionado concurso. A profissional integrou a equipe do Museu em 1994, e lá permaneceu até sua aposentadoria, em 2011. Exerceu o cargo de Diretora de 1997 a 2003 e, novamente, de 2007 a 2009. Vera Gigante foi responsável por um projeto de revitalização do MAI, junto à arqueóloga chefe da Superintendência Regional do IPHAN, Rosana Najjar, que incluiu a implantação de novos espaços expositivos, administrativos e de recepção ao público, a criação de uma reserva técnica, e a ampliação do acervo (Maria De Simone Ferreira, 2017, p. 181).

Em 2010, novo concurso público permitiu a chegada de mais 5 profissionais a Itaipu. Na época se disponibilizou a segunda vaga de museóloga(o), além de antropóloga(o), educadora(educador), auxiliar administrativa(o) e analista. A chegada de novas(os) servidoras(es) permitiu a ampliação de metas do MAI, dispostas no Plano Museológico 2011-2014 e, igualmente, favoreceu questionamentos acerca da atuação social do Museu. Possibilitou, igualmente, a ampliação dos mecanismos de proximidade e compartilhamento com a comunidade, com as instituições de pesquisa e suas(seus) pesquisadoras(es) e, ainda, com movimentos socioculturais e ambientais organizados.

Impulsionadas pela crescente afirmação da Museologia Social no cenário nacional, e pelos avanços alcançados pelo Museu na (re)aproximação com a comunidade, Bárbara Primo e Mirela Araujo, respectivamente, historiadora e museóloga do MAI, perceberam que havia uma janela de oportunidades para o financiamento do *Projeto Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*. O principal desejo das profissionais era expandir a narrativa museológica.

⁹⁰ Trata-se de Maria De Simone Ferreira. A museóloga exerceu o cargo de Diretora do Museu de 2009 a 2012, ano em que pediu remoção para o Museu Histórico Nacional. Em entrevista realizada no dia 07 de novembro de 2019 com Maria De Simone, ela me informou que a lotação de uma museóloga no Museu: “supriu uma carência histórica (...). Ainda que outras museólogas tenham passado antes pelo MAI, nunca fizeram parte do quadro”. As museólogas Yara Mattos e Ada Camargo eram vinculadas à Superintendência Regional do IPHAN, e suas ações no Museu eram pontuais (Maria De Simone Ferreira, 2019).

Para elas, não bastava apenas preservar o passado arqueológico de Itaipu. Era necessário associá-lo à história das populações tradicionais, que secularmente se estabeleceram no território. O objetivo era perceber como o patrimônio cultural se conformava nas memórias coletivas, a partir da micro-história e da micropolítica local (Bárbara Primo & Mirela Araujo, 2018b, p. 3).

O Projeto foi desenvolvido a partir de uma agenda de encontros com as(os) habitantes locais, com o objetivo de ressignificar os conceitos institucionais de patrimônio, acervo, cultura e participação. O MAI, em parceria com membros da comunidade e pesquisadoras(es) veiculadas(os) à universidades, realizou cursos e rodas de conversa. O resultado dessa imersão foi a identificação da necessidade prioritária do Museu em empreender um processo de registro e preservação das histórias de vida de Itaipu.

Nos anos 2016 e 2017 foram realizadas 40 (quarenta) entrevistas, baseadas na metodologia da História Oral. Os resultados obtidos foram disseminados em diferentes mídias. Destaco aqui os produtos publicamente veiculados: a apresentação e publicação do artigo científico *O Inventário Participativo de Pessoas e Memórias do Museu de Arqueologia de Itaipu*, nos anais do XIV Encontro Nacional de História Oral, promovido em 2018, pela Associação Brasileira de História Oral em parceria com a Universidade Estadual de Campinas; e o lançamento do livro, cujo título é homônimo do Projeto. A versão digital da obra pode ser gratuitamente acessada no endereço: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/livro_pem_dupla.pdf.

Figura 12 – Reprodução da capa e da página 13 do livro *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Brasil, 2018.*



Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias
Museu de Arqueologia de Itaipu – IBRAM.

O livro abriga extrato das 40 histórias colhidas, sendo cada texto acompanhado de uma imagem da(o) depoente. Além disso, reconhecendo o Inventário como um projeto coletivo, a *Apresentação* da publicação é assinada por 4 habitantes locais, que também foram alvo do Inventário Participativo, e que aqui listo em ordem alfabética: Jairo Augusto da Silva, Jorge Nunes de Souza, Pedro Rodrigues Lopes e Rosilene Augusta da Silva.

Destaco, em especial, o primeiro parágrafo do texto:

Falar da nossa vida é fácil. Porque ela é bem exposta o tempo todo, inclusive pelos conflitos que a gente vive – seja com a Marinha, com as especulações imobiliárias, com as unidades de conservação e até mesmo com o Museu. A história do Brasil e de Itaipu está marcada pelos conflitos com os povos tradicionais. A maioria das pessoas que têm sua fala registrada aqui fala fácil porque sentiu, viveu, sofreu e, dessa experiência, construiu um pensamento histórico e político do que é ou não bom para nós. Fica fácil de falar porque essa é a nossa vida, a nossa ancestralidade. Mas as nossas questões não são só políticas, elas são emocionais também. Falar da nossa história é reconhecer e ser reconhecido, é lembrar e ter saudade e, principalmente, é uma forma de registrar nossa história de resistência. Então quando você pega

nesse livro, você vai poder saber que esse é nosso espaço de resistência e que fomos nós que construímos isso. A história de Itaipu é a história que cada um de nós contou aqui: nossas ancestralidades, de onde viemos, como chegamos, o que passamos para continuar aqui, para onde vamos... A nossa vida é Itaipu, é mar, é casa e caminhar (Jairo da Silva, Jorge de Souza, Pedro Lopes e Rosilene da Silva, 2018, p. 8).

Após essa potente declaração, é possível afirmar com segurança: Itaipu é polifônica. Vozes de pesquisadoras(es) e profissionais de memória se somam a de líderes comunitárias(os), e habitantes empoderadas(os), protagonistas e porta-vozes de suas lutas. A análise de fontes primárias, produções acadêmicas e institucionais, adicionada aos discursos captados pelo Inventário Participativo, demonstram que esta é uma história rica, pontuada com melodias livres e independentes.

A melodia polifônica se expressará nos subcapítulos a seguir. Analisarei 4 fases temporais de Itaipu: a) o período anterior à ocupação portuguesa; b) a história registrada a partir do século XVI; c) o crescimento urbano iniciado após a chegada da Família Real portuguesa e d) os contrastes contemporâneos, iniciados na segunda metade do século XX. Eles abrangem o processo de gentrificação, o presente da pesca e da preservação cultural e ambiental. Os três primeiros pontos a serem analisados influenciaram a formação do MAI, do seu acervo e de sua documentação. O último item reflete os elementos que conformam o território no qual o Museu opera na atualidade.

3.1 O período anterior à ocupação portuguesa

(...)
Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500
Tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato.
(...)

Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio
Bola, Ronie Oliveira & Danilo Firmino, 2019.

O trecho do samba enredo acima citado, cantado a plenos pulmões pelas(os) integrantes da Estação Primeira de Mangueira, durante o seu desfile em 2019 na Marques de Sapucaí, foi um dos momentos épicos da história do carnaval carioca, e arrisco a dizer, do país. A escola de samba conquistou o troféu do seu 20º título, ao recontar a história do Brasil sobre a ótica de importantes personagens da resistência. A maioria das(os) homenageadas(os) foram ‘esquecidas(os)’ pela historiografia oficial ou são figuras emblemáticas contemporâneas. É o caso da socióloga, feminista, defensora dos direitos humanos e deputada estadual Marielle Franco, assassinada em 14 de março de 2018, que tem sua importância reiteradamente contestada pelos atuais representantes máximos do poder executivo federal e local.

Ressaltar movimentos populares e suas(seus) defensoras(es) não é uma novidade temática para os desfiles das escolas de samba. A Guerra dos Canudos e o líder Zumbi dos Palmares já figuraram como tema central de outras agremiações. No entanto, o que torna o feito da Mangueira apoteótico, é a contestação direta à atual conjuntura política brasileira. É uma declaração poética e estética contra o obscurantismo, a censura e a não rendição aos direitos conquistados.

A mesma atitude é também uma dimensão fundamental na produção do conhecimento, e vem encontrando eco na consciência decolonial. Utilizo o termo tal como apresentado por Catherine Walsh (2009, p. 14-15). A autora, ao mesmo tempo em que compreende o passado colonial como algo já instalado, propõe uma postura e atitudes contínuas de transgressão e insurgência ao seu legado. É a decolonização do saber, do poder e do discurso, nos níveis institucional e pessoal.

Esse mesmo pensamento permeia a produção de algumas(alguns) pesquisadoras(es) dedicadas(os) ao estudo da história do território que se constituiu como Brasil. São trabalhos voltados às múltiplas e ricas matizes na composição da história brasileira. Em relação aos povos originários, em particular, questionam a reiterada descrição europeia dos indígenas como “seres inocentes” (Pero Vaz de Caminha, 1500), que “trocavam mantimentos por anzóis, espelhos e outros artigos que os nautas atraíam a sua espontânea curiosidade” (Antônio Pigafetta, 1941, p. 49-50). É o caso dos discursos (pronunciados e escritos) de Ailton Krenak. Pertencente ao povo Krenak, ele é um conhecido líder indígena brasileiro, historiador, filósofo e professor *honoris causa* da Universidade Federal de Juiz de Fora. No primeiro episódio da série *Guerras do Brasil.doc*, dirigida por Luiz Bolognesi e veiculada na *Netflix*, Ailton Krenak revela que os europeus foram aqui admitidos como mais um povo, em meio a tantas culturas diferenciadas que conviviam em um mesmo território. Tal fato é assim por ele narrado:

Quando os europeus chegaram aqui, eles podiam ter todos morrido de inanição, escorbuto ou qualquer outra pereba nesse litoral, se essa gente não tivesse acolhido eles, ensinado eles a andar aqui e dado comida para eles, porque os caras não sabiam pegar um caju. Eles não sabiam, aliás, que caju era uma comida. E eles chegaram aqui famélicos, doentes, e o Darcy Ribeiro disse que eles fediam. Quer dizer, baixou uma turma na nossa praia, que estava simplesmente podre. A gente podia ter matado eles afogados. Durante muito mais de cem anos, o que os índios fizeram foi socorrer brancos flagelados chegando na nossa praia. Querem configurar isso como uma conquista, nos termos de uma guerra de conquista, do que aconteceu no México, no Peru e em algumas outras regiões, seria ignorar a extensão dessa costa atlântica. Para ocupar, para chegar ao mesmo tempo, em todas essas bacias que desembocam no Atlântico, você não tinha que ter uma canoa com 37 portugueses, você tinha que ter 300 canoas, com pelo menos uns 3.000 e tantos portugueses para chegar na nossa praia (...) (Ailton Krenak, 2019, 7min42seg- 9min03seg).

O conhecimento das sociedades que ocuparam as diferentes regiões do solo brasileiro, também põe em xeque o cânone eurocêntrico de distinção entre a história e a pré-história. Nesse modelo, a escrita é o elemento distintivo. Aplicado em nossa cultura, os povos sem escrita seriam também sem história, já que o prefixo ‘pré’ indica anterioridade. É o caso dos povos indígenas, sociedades sem escrita, marcadas pela tradição oral.

Ainda não se conseguiu consensuar um termo não-excludente, capaz de caracterizar o período anterior ao século XVI, quando ocorreu a chegada dos portugueses, protagonizada pelo navegador Pedro Álvares Cabral. A Arqueologia, em especial, como área do conhecimento dedicada ao estudo das culturas, a partir do seu aspecto material (Maria Dulce Gaspar, 2000, p.

7), utiliza também a expressão Antes do Presente (AP). Essa medida de marcação do tempo adota 1950 como indicador base. Foi o ano em que o isótopo radioativo Carbono-14 começou a ser utilizado para determinar a idade de fósseis, como esqueletos de animais e restos vegetais.

No Brasil, especialistas (Pedro Ernesto de Luna Filho, 2007; Frederico Faria, 2008) apontam que os primeiros estudos voltados para o período anterior à ocupação portuguesa foram iniciados pelo naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund, em 1834. Após a conclusão do seu doutorado em Kiel, Lund empreendeu uma segunda viagem ao país, estendendo sua expedição para além do Rio de Janeiro. Visitou São Paulo, Goiás e Minas Gerais, local no qual conheceu Peter Claussen, outro dinamarquês, responsável por conduzi-lo às grutas do vale do Rio das Velhas. Lund, após se deparar com uma imensidade de fósseis animais, decidiu fixar residência em Lagoa Santa. Até 1845 recolheu e estudou várias espécies da flora e da fauna. Parte desses objetos compuseram a sua coleção particular, e a outra foi remetida, junto com um memorial, a uma sociedade de antiquários em Copenhague (Serviço Geológico do Brasil, 2019).

Em meio aos vestígios de animais, Lund também encontrou ossos humanos fossilizados, fato que o levou a enviar, em 1842, uma carta ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, denominada *Sobre a antiguidade do homem de Lagoa Santa*. No documento o naturalista indicava uma anomalia na teoria catastrofista de Georges Cuvier, ao levantar a hipótese da convivência simultânea entre os seres humanos e a fauna desaparecida (Frederico Faria, 2008, p. 151).

Passados mais de 170 anos das pesquisas de Lund, as(os) pesquisadoras(es) dedicadas(os) ao estudo do período anterior à ocupação portuguesa, são unânimes em apontar que ainda há muito o que se descobrir sobre os seres humanos que aqui habitaram. Até o presente, as investigações demonstram que esses povos eram coletores, caçadores e pescadores. A Arqueologia tem dividido esses grupos em tradições, estabelecidas de acordo com a cultura material desenvolvida.

Especificamente no litoral brasileiro, há vestígios de ocupação humana ocorrida após o fim do Pleistoceno, mais precisamente após a última glaciação. Segundo Paulo Seda, a presença humana na costa só foi possível após a transição do clima frio e seco para úmido e quente. Momento em que também ocorreu uma elevação do nível do mar, facilitando a entrada de novas correntes marítimas. Todos esses fatores propiciaram a proliferação de moluscos (Paulo Seda, 2015, p. 146).

Foi talvez pela abundância do consumo, que a concha do molusco se tornou o símbolo de uma das culturas mais conhecidas do litoral: a dos povos sambaquieiros, ou seja, ligados aos sambaquis. Os sambaquis são elevações arredondadas, de até 30 metros de altura, compostas de areia e material faunístico, ou seja, alimento. Nos sambaquis estão presentes as já citadas conchas de moluscos, ossos de peixe e artefatos de pedra, o que indica, segundo especialistas, que tais povos estariam ligados à atividade pesqueira (Paulo De Blasis, Suzanne Fish, Maria Dulce Gaspar & Paul Fish, 2000). Em alguns outros sambaquis há também indícios da prática de sepultamentos de homens, mulheres e crianças, de diferentes idades (Museu Nacional, 2019b; Ibram, 2014, p. 17 e 24).

Por volta de 8.000 anos AEC ocorreu o início da ocupação do litoral do Rio de Janeiro, com a chegada dos grupos sambaquieiros (Ondemar Dias Júnior, 1987). No final do primeiro milênio da Era Comum, outra migração ocorreu em direção a costa do estado. Deu-se a entrada dos povos ceramistas provenientes do interior do país. O primeiro grupo seria oriundo de Minas Gerais, e compõe a Tradição Una, de Língua Proto-Jé. Sua cerâmica apresenta “formas simples, vasilhames de pequenas dimensões e de cor escura, com raras decorações restritas a área superior” (Lilia Maria Machado, 1992, p. 95). Posteriormente, ocorreu a aproximação dos ceramistas da Tradição Tupiguarani (Ondemar Dias Júnior, 1980). Acredita-se que tal contato poderia ter acelerado o fim das sociedades sambaquieiras, seja por extinção ou absorção cultural (Alfredo Mendonça de Souza, 1981).

Foi a capacidade de observação dos povos Tupiguarani, que originou a etimologia mais defendida da palavra sambaqui. Ela teria sua origem relacionada a junção de 2 palavras em Tupi: *tamba*, que significa conchas e *ki*, amontoado. O resultado foi a criação do termo *tamba'ki* = monte de conchas (André Prous, 1991).

Devido ao destaque do seu relevo na paisagem, os sambaquis foram elementos conhecidos dos exploradores portugueses. Sua referência mais antiga advém de José de Anchieta. Em 1549, o padre jesuíta mencionou uma grande quantidade de formação com ostras no território equivalente a costa de São Paulo, as denominando de ‘ilhas de cascas’. Ele menciona, ainda, que das formações era possível se produzir uma cal de qualidade similar a retirada da pedra calcária (Tânia Andrade Lima, 1999-200, p. 286).

A extração de conchas e a sua comercialização para a fabricação de cal no século XVI, são processos historicamente registrados. Também há menções sobre os sambaquis nos relatos dos diversos naturalistas e viajantes nos dois séculos seguintes (Tânia Andrade Lima, 1999-

200, p. 286). Foi, no entanto, apenas a partir do século XIX que se iniciaram os estudos sistemáticos desses sítios.

A quantidade de trabalhos produzida, à época, gerou um debate científico entre os diretores de 2 importantes museus de história natural do país. Landislau Netto, diretor do Museu Nacional e Hermann von Ihering, diretor do Museu Paulista. Os pesquisadores defendiam teorias antagônicas a respeito da formação dos sambaquis. Landislau Netto, após missões de coleta empreendidas no sul do país, advogava a corrente artificialista, que compreendia os sambaquis como montes formados por restos de comida, acumulados pelos indígenas (Guilherme Schuch Capanema, 1876, p. 84). Já Hermann von Ihering recusava tal pensamento. Filiado à corrente naturalista, o pesquisador defendia que os sambaquis eram formações resultantes de processos naturais de acumulação material, ligados a episódios de mudança dos níveis marinhos (Hermann von Ihering, 1907). A hipótese artificialista, de que os sambaquis eram resultantes de um processo construtivo intencional, se tornou um consenso somente após a década de 1960 (João José Bigarella, 1954, p. 210; André Prous, 1991, p. 8).

O processo de consensos e dissensos, que envolvem o desenvolvimento da Arqueologia no Brasil, é alvo de muitos estudos. Destaco, em especial, 2 teses de doutorado que abordam o tema, e que foram por mim amplamente consultadas e citadas, graças a uma característica distinta das demais produções: são trabalhos que se dedicam a Itaipu. A primeira tese data de 2010. É de autoria da museóloga e arqueóloga Alejandra Saladino. Ela trata das disputas em torno do conceito de patrimônio arqueológico, na trajetória do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A segunda investigação é de Maria De Simone Ferreira, e foi defendida em 2017. A museóloga investiga os discursos do MAI, problematizando o processo de tombamento do patrimônio arqueológico local, operado tanto por agentes do IPHAN, como pelos pescadores.

Itaipu continha 3 sambaquis em seu território. O maior deles, em termos de altura e extensão, é atualmente denominado Duna Grande. Segundo Maria De Simone Ferreira (2017), os relatos mais antigos desse sítio datam da década de 1950, e foram realizados por Hildo de Mello Ribeiro, morador de Itaipu, que ocupou o cargo de agente federal de fiscalização de pesca. Hildo tomou para si a missão de coletar e preservar os vestígios encontrados. Fato que pode ser constatado em uma de suas anotações, preservadas no Arquivo do MAI:

(...) algum material existente que não era encontrado em lugares plano da redondeza. Como seja lascas de pedra branca quartzo ou peixes de vários tamanhos, queimados ou não, vertebras e outros ossos de peixes das Dunas de Itaipu (...) por mim descobertas por acaso no ano de 1950.” (Hildo de Mello Ribeiro apud Maria De Simone Ferreira, 2017, p. 82)

Os escritos revelam a preocupação do agente federal em salvaguardar os afloramentos no sambaqui. O procedimento era particularmente necessário após a ocorrência de chuvas e ventos (comuns na região praiana), ocasião em que os artefatos ficavam mais expostos e, por isso, se tornavam alvo fácil da coleta indiscriminada por curiosos e turistas (Lina Maria Kneip, 1978). O fenômeno até pouco tempo ocorria, podendo ser visualizado na figura 13, em uma imagem datada de 2012.

Figura 13 - Artefatos e ossos emergem da areia da Duna Grande de forma natural, a partir da ação do vento e da chuva. Brasil, 2012.



Autoria da foto: Marcio Alves. Fonte: Gustavo Carvalho. Jornal O Globo, caderno Bairros, de 18/08/2012.

Em 1961 um novo fato marcou a Arqueologia no Brasil. Trata-se da promulgação da Lei nº 3.924, que *dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos*. O instrumento jurídico determina que tais monumentos, e todos os seus elementos existentes no território, deveriam ficar sob a guarda e proteção do Poder Público. Ainda em seu Artigo 3º, estabelece a proibição, a destruição, mutilação ou aproveitamento econômico das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis. É uma medida diretamente relacionada à proteção dos sambaquis, que como anteriormente citado, sofriam, desde o século XVI, exploração econômica relacionada à produção de cal. Este fato auxiliou a tornar o dispositivo jurídico popularmente conhecido por *Lei do Sambaqui*.

A partir da Lei, a Duna Grande teve sua proteção assegurada por lei federal. No entanto, foi somente em 1962, que o sambaqui teve a sua primeira menção ‘científica’. Em viagem de prospecção arqueológica pelo litoral do estado, a equipe de pesquisadoras(es) ligadas(os) ao Instituto de Arqueologia Brasileira, coordenada por Ondemar Dias Jr., realizou o feito (Maria De Simone Ferreira, 2017, 72-73).

Os indícios do sítio, estudados pela equipe, deram origem à Tradição Itaipu, fase pré-cabralina estabelecida por Ondemar Dias Jr., em 1967. Esta Tradição foi utilizada para identificar os sítios que teriam surgido como resposta às mudanças climáticas, e que refletiam uma mudança de dieta por parte dos grupos (Maria Dulce Gaspar, 1996, p. 340).

Em 1968, o IPHAN solicitou ao Museu Nacional o envio de uma equipe de especialistas à Duna Grande. Foi designada a pesquisadora Lina Maria Kneip, notabilizada como uma referência no estudo de pescadores e coletores do litoral do Rio de Janeiro. Ela havia ingressado no Museu Nacional em 1962, como estagiária, e na década seguinte tornou-se professora efetiva. Seu objeto de estudo, tanto na dissertação como na tese, ambas defendidas na USP, foi o Sambaqui do Forte de Cabo Frio (Maria De Simone Ferreira, 2017, p. 112-113).

Em 03 de março de 1970, o ofício nº 404 expedido pelo IPHAN, outorgou a Hildo de Mello Ribeiro o título de **arqueólogo amador**. A distinção servia a diferentes objetivos. O primeiro era reconhecer os esforços do agente federal na preservação dos vestígios arqueológicos, e incentivá-lo na continuidade da ação. O segundo era certificá-lo como um interlocutor local do Instituto, estratégia fundamental, frente a conhecida carência de pessoal no órgão de proteção federal. O papel de interlocutor do IPHAN também servia a um terceiro propósito: obter relatos dos trabalhos empreendidos pelas(os) profissionais do Museu Nacional.

Com a concessão do título, Hildo passou a assumir o papel de interlocutor entre os moradores de Itaipu, a Duna Grande e o IPHAN. Com isso, estabeleceu uma teia de relações de poder. Ele relatava ao Instituto aquilo que julgava irregular no tocante à Duna e seu entorno, o que incluía desde novas construções à retirada de árvores. Segundo Mirela Araujo (2015, p. 57), após o recebimento do título, Hildo se auto investiu na tarefa de coletar os achados que outras(os) moradoras(es) locais haviam realizado.

Em 1978, um novo sítio arqueológico localizado próximo a Lagoa de Itaipu foi localizado, e parcialmente destruído durante as obras de abertura da estrada de Camboinhas, bairro que se formou após o processo de urbanização empreendido pela *Itaipu Companhia de Desenvolvimento Territorial*. O fato proporcionou nova pesquisa de Lina Kneip em Itaipu, entre janeiro e março de 1979. A investigação foi realizada com o financiamento da Itaipu Companhia

de Desenvolvimento Territorial. Segundo informações registradas pela arqueóloga no IPHAN, o segundo sambaqui estudado possuía cerca de 150 metros de comprimento por 80-100 metros de largura. Por ser relativamente menor que a já denominada Duna Grande, a pesquisadora o denominou Duna Pequena.

Durante o processo de salvamento da Duna Pequena, Lina Kneip foi avisada pelas(os) moradoras(es) locais que havia uma terceira duna, localizada entre a Lagoa e a Praia de Itaipu, em local que também pertencia a mesma empresa de urbanização. A pesquisadora procedeu escavações arqueológicas no local, nos anos de 1979 e 1981. O registro do terceiro sítio junto ao IPHAN foi realizado em 1979. Ele recebeu o nome de Sambaqui de Camboinhas.

Segundo Lina Kneip (1995, p. 83), as pesquisas em Camboinhas ocorreram em condições adversas, já que parte do sítio fora nivelado, após a terraplanagem. Em função da iminente destruição do sítio, na retomada pela Itaipu Companhia do processo de urbanização, o objetivo principal da especialista era alcançar a maior quantidade possível de documentação, aliada a preservação dos vestígios arqueológicos.

As peças coletadas foram encaminhadas para a realização de estudos no Museu Nacional e Museu Paulista. Além deste procedimento, foi também aplicada no sítio, a técnica de blocos testemunhos, desenvolvida pelo Padre João Alfredo Rohr, em Santa Catarina, na década de 1960. O método prevê a inserção de cimento ou a plastificação dos vestígios arqueológicos para encaixotamento, tal como encontrado no sítio (Maria de Simone, 2017, p. 80 & 117). O resultado do processo compõe a **Coleção Blocos Testemunhos do Sambaqui de Camboinhas**, e pode ser observado na figura 14.

Figura 14 – Bloco testemunho sambaqui de Camboinhas, apresentando um conjunto esquelético incompleto de golfinho, associado a seixos de quartzo, malacofauna e lítico polido. Brasil.



Fonte: Museu de Arqueologia de Itaipu. Acedido em Novembro 18, 2019 em museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/museu-itaipu/jc-18-925-2/.

As pesquisas da equipe do Museu Nacional dataram o Sambaqui de Camboinhas como sendo proveniente de 7.958 ± 224 anos AP, representando, na época, a ocupação humana mais antiga do litoral brasileiro (Lina Kneip, 1995, p. 83). A antiguidade do sítio de Camboinhas foi tanto aceita como igualmente refutada por membros da comunidade arqueológica brasileira (Dieter Muehe & Lina Kneip, 1995).

No processo de registro institucional junto ao IPHAN ou de ‘divulgação científica’ dos sambaquis Duna Pequena e Camboinhas, o que se torna importante ressaltar, é que o papel da comunidade local, no processo de salvaguarda dos sítios, foi ofuscado pelas(os) arqueólogas(os). Nesse caso, tanto pelas(os) acadêmicas(os) como pelo arqueólogo amador Hildo de Mello Ribeiro. A afirmação pode ser averiguada por 2 fontes distintas: as publicações oficiais à época realizadas e os testemunhos colhidos no Inventário Participativo.

O acompanhamento da população local aos trabalhos empreendidos pelas(os) arqueólogas(os) do Museu Nacional, em parceria com o IPHAN, especialmente no tocante aos sítios Duna Pequena e Camboinhas, podem ser observados em entrevistas concedidas pelos indivíduos que moravam na comunidade à época. Eles são críticos à posição do organismo de proteção federal junto à empresa de urbanização. Segundo eles as negociações levaram à apressadas

pesquisas de salvamento, e a posterior destruição dos 2 sítios arqueológicos acautelados. Em relação à Duna Grande, questionam diretamente o papel de Lina Kneip como agente de preservação, citando especificamente sua atuação frente à iniciativa comunitária de proteção do sítio, por meio da instalação de uma cerca:

A cerca, quando a gente foi cercar a Duna, a primeira vez, a Lina Kneip, né? É embargou, ela não embargou, mas ela queria participar, aí o dinheiro não dava para participação do, da Associação Arqueológica bancar o lanche, a diária, a gasolina, só tinha dinheiro para fazer a cerca, né? Então nossa ideia era fazer a cerca, não era ter um salário para ninguém, né? O dinheiro era pelo Museu Nacional, foi liberado pelo Museu Nacional, né? Junto com a gente, era só para a cerca, não era para, para lanche de ninguém, e nem pra, nem para gasolina, não tinha dinheiro para isso, era só para a cerca. Então, o dinheiro não deu. Então isso foi coisa estranha. Aí foi embargado, foi embargado, a gente também não, não quis levar para frente, porque não ia interessar brigar para cercar a Duna, já que as pessoas que eram para estar mais interessadas não estavam tão interessadas, né? (Indivíduo 14, Inventário Participativo, 2017).

A Duna Grande, cuja denominação local era Morro da Peça⁹¹, consta de várias entrevistas do Inventário Participativo. A maioria dos relatos mencionam memórias relacionadas a momentos de lazer em família, ou às atividades lúdicas, associadas à elevação do sítio. Segundo o Indivíduo 11, a Duna era “um grande parque de diversões”. Servia como palco de muitas brincadeiras, principalmente as que propiciavam o rolamento até a Lagoa (Indivíduos 8 e 13). O uso social da Duna facilitou frequentes achados de vestígios arqueológicos, conforme testemunhado pelo Indivíduo 14:

(...) agora é Duna, mas chamava Morro da Peça. Se você cavar ali, meter a mão assim, você vai encontrar negócio de índio ali, minha filha! Antigamente a gente achava aquela prata, assim, jogava fora, aqueles patacões, aquelas pratas bonitas, jogava fora, quando a gente achava troço de cobre, achava também muita cacça de cabeça, não sabia nem de quem era, nós quebrávamos e jogávamos fora. Ah, achei muita prata, aqueles cordões, que eram preto igual a um carvãozinho, aí você lavava, era cobre, um tipo de cobre; mas tem muita coisa enterrada ali naquele Morro da Peça, nós achávamos cada prata assim, nem sei o que era aquilo, começava a brincar, jogava fora; se é agora o Museu ia catar um bocado de

⁹¹ No Inventário Participativo há diferentes versões para a origem da denominação Morro da Peça. Aqui cito duas: a) muitas peças que eram encontradas no local (Indivíduo 32) e b) o possível fato do Morro ter abrigado o canhão que hoje se encontra na Praça (Indivíduo 2). A versão relacionada à instalação do canhão no topo da Duna, como uma peça de artilharia e comunicação militar entre as cidades do Rio de Janeiro e de Cabo Frio, é mencionada na tese de Maria De Simone Ferreira (2017, p. 166). O citado canhão atualmente está na rotatória da Praça Viçoso Jardim, situada um pouco antes da chegada ao MAI.

coisa. Mas tem, tem ainda (Indivíduo 14, Inventário Participativo, 2017).

A maior parte dos objetos encontrados pelos moradores locais acabaram por compor a **coleção denominada Hildo de Mello Ribeiro**. Em documento datado de 24 de julho de 1978, Lina Maria Kneip afirma:

Hildo de Mello Ribeiro (...) organizou assim uma apreciável coleção constituída de artefatos líticos, artefatos ósseos, concreções, matéria corante, ocre, restos ósseos humanos e remanescentes de fauna (aves, peixes e mamíferos) (...). **Desprovida de indicação stratigráfica tal coleção não possui valor científico**. Constitui, por sua vez, excelente material didático – treinamento de alunos interessados nos estudos da indústria lítica, identificação zoológica das espécies faunísticas, exposições de caráter técnico-divulgativa, etc – podendo ainda auxiliar as pesquisas que futuramente forem desenvolvidas no sítio (Lina Maria Kneip, 1978, meu grifo em negrito).

A atribuição ‘não-científica’ à Coleção está no âmago da discussão em voga na arqueologia brasileira na década de 1960. Segundo Alejandra Saladino (2010, p. 189-190) trata-se da disputa pelo capital simbólico entre a arqueologia acadêmico-científica e a arqueologia preservacionista. Esta última era desenvolvida por meio do trabalho de técnicos não-especializados em arqueologia e, de colaboradores externos, no IPHAN.

Maria De Simone Ferreira (2017), apoiada em Sophie de Beaune, lembra que a Arqueologia se desenvolveu, enquanto disciplina, graças ao trabalho de arqueólogas(os) amadoras(es). As primeiras descobertas relativas às civilizações da Antiguidade foram empreendidas por eruditas(os), de diferentes formações, mas que eram “pouco profissionalizados em termos de metodologia e de normas para a exploração dos sítios e para a coleta dos artefatos” (Maria De Simone, 2017, p. 111).

A **Coleção Hildo de Mello Ribeiro** está preservada no Museu de Arqueologia de Itaipu. Composta por cerca de 1000 objetos, é numericamente o maior acervo da Instituição. Ela, no entanto, carrega duas importantes questões. A primeira, relativa à falta de interesse do campo arqueológico, devido a sua já mencionada classificação ‘não-científica’. A segunda, o processo de obscurecimento das(os) moradoras(es) locais, na ação de doação dos achados ao Museu.

3.2 A História registrada

A História de Itaipu é entrecortada por poucos registros historiográficos e longos silêncios, principalmente referentes aos períodos anteriores ao século XIX. Os primeiros documentos que compõem a historiografia sobre as terras que margeiam a Baía de Guanabara remontam ao século XVI. Todos versam sobre o Rio de Janeiro, cidade a qual Niterói é fortemente veiculada, a ponto da arquiteta e urbanista Marlice Nazareth Soares de Azevedo a denominar ‘cidade-mãe, madrasta e irmã primogênita’. A correlação se estabelece graças ao “rebatimento de relevo e das formas de ocupação ocorrida nas duas cidades. Os centros estão de frente um do outro, próximo à entrada da baía” (Marlice de Azevedo, 1999, p. 71).

O historiador português Joaquim Veríssimo Serrão afirma que as primeiras cartas náuticas com a indicação das terras correspondentes ao futuro Brasil não faziam menção a Baía de Guanabara. Na Região Sudeste, se referiam somente a Cabo Frio, cidade que dista cerca de 150 quilômetros ao norte de Niterói. Joaquim Serrão informa, ainda, que a Baía de Guanabara, e o topônimo Rio de Janeiro, foram apontados pela primeira vez no *Atlas Nautique du Monde*, de autoria de Lopo Homem, datado de 1519. Nele se distingue claramente o contorno de Cabo Frio e, junto da Baía, a legenda “R. de Janeyro” (Joaquim Serrão, 1965, I, p. 36).

Em adição às cartas náuticas há registros (cartas, diários de viagem etc) da presença de expedições à Baía de Guanabara nas primeiras décadas do século XVI. Foram produzidos por tripulantes embarcados em navios portugueses, espanhóis – rumo ao Rio da Prata - e pelos franceses – dedicados a um intenso comércio de pau-brasil e pimenta.

Destaque especial na historiografia brasileira se confere a viagem de Martim Afonso de Souza, em 1530, ao Brasil. Ela ocorreu em decorrência de sua investidura no cargo de Governador. Esta expedição é constantemente considerada como a primeira de caráter colonizador. Na carta enviada à Corte de Portugal, em 1531, Martim Afonso de Souza faz ricos relatos sobre o Rio de Janeiro. A cidade também impactou Pero Lopes de Souza (irmão de Martim Afonso), conforme demonstram as anotações realizadas em seu diário de navegação (Joaquim Veríssimo Serrão, 1965, I, p. 40-41 & II, p. 13-14).

O tráfego de mercadorias interceptadas na região da Guanabara provocou intensas batalhas navais entre portugueses e franceses. Um episódio importante neste embate é a aliança que Nicolas Durand de Villegagnon, oficial francês patrocinado pelo rei Henrique II da França, fez com os Tupinambás. Graças a força extra, Villegagnon conseguiu, em novembro de 1555,

instituir uma colônia francesa, denominada França Antártica, na Ilha Paranapuã. A região recebeu emigrantes calvinistas franceses, que aspiravam a liberdade de expressão de sua crença. Após alguns anos de ocupação, a convivência social na Ilha apresentou problemas, que não foram enfrentados por Villegagnon, dada sua volta para a Europa, em outubro de 1559 (Joaquim Veríssimo Serrão, 1965, I, p. 61-73).

Aproveitando a turbulenta situação, Mem de Sá atacou a França Antártica sem, contudo, conseguir expulsar os franceses da região. Anos mais tarde, Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, assumiu o governo da província e deu continuidade aos esforços de guerra. Conseguiu arregimentar um importante aliado: Arariboia, o líder dos temiminós⁹². De origem Tupi, ele havia sido expulso pelos franceses de sua terra natal, a Ilha de Paranapuã. Arariboia aceitou o pedido de auxílio de Estácio de Sá, na esperança de reconquistar a sua Ilha.

O fim da guerra ocorreu em 1567, mas devida a posição estratégica da Ilha para a segurança da Baía de Guanabara, Estácio de Sá resolveu ocupá-la e a denominou Ilha do Governador. Arariboia, como recompensa pela luta e vitória, recebeu o nome cristão de Martim Afonso e, em 1568, após a desistência das terras semiabandonadas de São Lourenço e Carai (atualmente Icaraí), recebeu a posse solene das terras situadas à entrada da Baía de Guanabara, no lado oposto à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O local ocupado pelos temiminós foi denominado São Lourenço dos Índios. Dois anos depois, em 1570, a carta do Padre Gonçalo de Oliveira já anunciava na Aldeia a presença religiosa católica. Apontava para a existência de uma primeira capela, em taipa, que se localizava no alto de um morro (IBGE, 2019a).

Os primeiros testemunhos sobre o território que viria a ser denominado Itaipu, remontam a 1650, época do início da construção da Igreja de São Sebastião. A obra foi finalizada em 1716 e, segundo relato de Bento Lobo Gavião, foi considerada igreja perpétua em 1755. No ano seguinte recebeu seu primeiro pároco: o padre Manuel Francisco da Costa (José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, 1946, p. 82-84).

A Igreja, até os dias atuais, se localiza em uma elevação, que dista cerca de 395m da Praia de Itaipu. Algumas(ns) moradoras(es) denominam o local de Morro da Igreja. A edificação original, de nave única, recebeu durante o século XIX elementos neoclássicos. Sua fachada é formada por um corpo principal, cuja portada é encimada por 3 janelas do coro e 2 torres

⁹² Segundo Eduardo Bueno, 8.000 temiminós ocupavam o território hoje denominado Ilha do Governador, na Baía de Guanabara, e 10.000 ao sul do Espírito Santo. Eram inimigos dos 70.000 tamoios que ocupavam a Baía da Guanabara, e por isso, se tornaram aliados dos franceses (Eduardo Bueno, 2012, ebook posição 256 de 9482).

sineiras laterais. Em 1978, ela se tornou patrimônio histórico estadual, após tombamento pelo INEPAC (Processo E-03/16.511/78).

3.2.1 Recolhimento de Santa Teresa

Um outro fio da memória local remonta a 1764, época da fundação do Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu. Segundo José de Souza Araújo (1946, p. 82) a obra foi patrocinada pelo pároco da matriz Manuel Francisco da Costa, o provedor do bispado Antônio José dos Reis Pereira e Castro, e o padre Manuel da Rocha, que se tornou o responsável por sua administração. Helena de Souza (2008, p.2) informa que o Recolhimento foi construído no território que já abrigava uma capela, erguida em 1721. O Recolhimento integrava a região denominada Bandas d'Além⁹³.

Bandas d'Além é um simbólico nome para a finalidade do Recolhimento: abrigar mulheres que a sociedade patriarcal desejava esconder, controlar ou punir. Era uma instituição de reclusão feminina destinada a órfãs, mulheres que haviam engravidado ou mantido romances antes do casamento, moças que se insurgiam contra noivos escolhidos pela família, viúvas, mulheres que ficariam sozinhas quando da viagem de pais ou maridos etc. (Ibram, 2014, p. 28; Arquivo Nacional, 2019).

Em sua dissertação de mestrado, Mirela Araujo, baseada na pesquisa documental realizada por Willian de Souza Martins, informa que o Recolhimento também poderia ter abrigado mulheres que solicitavam a reclusão de forma espontânea. Assim, ele poderia ter servido como local de fuga da violência ou, ainda, como espaço afastado para a negociação das condições de divórcios e de emancipação. O uso do Recolhimento como possível espaço de libertação ainda segue controverso (Mirela Araujo, 2015, p. 46).

A documentação histórica preservada na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e no Arquivo Nacional indica que o estabelecimento e as recolhidas já se encontravam em estado de 'pobreza franciscana', nas primeiras décadas do século XIX. Em 1833, o vigário João de Moraes e Silva determinou que o prédio vazio servisse como asilo para menores. Essa é a última

⁹³ Banda d'Além, segundo Maurício de Almeida Abreu, "é um topônimo que se referia, nos séculos XVI e XVII, a todas as terras localizadas à frente da cidade, do outro lado da baía, desde a foz do rio Guaxindiba, no atual município de São Gonçalo, até a oceânica Ponta Negra, em Maricá, limite do termo do Rio de Janeiro na direção da capitania de Cabo Frio, penetrando pelo interior, pelo vale do Guaxindiba, até o lugar conhecido como Ipiíba" (Maurício de Almeida Abreu, 2006).

informação histórica sobre o Recolhimento até o século XX (Helena de Souza, 2008, p.3; Ibram, 2014, p.32).

Atualmente, além dos remanescentes da edificação, poucos vestígios sobraram das mulheres e crianças que ocuparam o Recolhimento. Em 1991, quando o IPHAN realizou a segunda intervenção para a consolidação das ruínas, a arqueóloga Rosana Najjar resgatou 178 itens, que hoje compõem a coleção do MAI denominada **Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa**.

Sabe-se que o prédio foi construído com uma técnica desenvolvida pelos colonos portugueses. Ela consistia em misturar as pedras às conchas dos sambaquis, óleo de baleia e areia. O edifício possui uma forma retangular, medindo 46,40 metros de comprimento por 26,60 metros de largura. Dispõe de 7 pátios abertos, somando 1.234,24 m² de área (IPHAN, 2019). Conforme demonstrado na figura 15, a estrutura do corpo principal resistiu. Observa-se que a edificação era muito próxima à Praia. Parte do mar pode ser vista ao fundo.

Figura 15 - Ruínas da Fachada do Recolhimento, Brasil, sem data.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN. Dossiê 131-3-01.

A privilegiada localização da edificação chamou atenção dos pescadores que ali se estabeleceram. Eles utilizaram as ruínas para o manuseio e guarda dos petrechos da pesca, situação que pode ser constatada na figura 16. Na parte direita da imagem é possível visualizar a

incidência da proa de uma embarcação no interior do Recolhimento. O objeto consta da entrevista concedida pelo Indivíduo 13, que especifica o uso que a canoa tinha para a comunidade:

(...) E aqui na época tinha um tacho, não sei se tinha uma canoa aqui na época, vocês chegaram pegar uma canoa aqui dentro, pegaram? (...)Uma velha, uma canoa...Aquela canoa ficava aí ôô ((expressão de muito tempo)), desde a época do... antiga mesmo, era antiga pra caramba e tinha um tacho, eu chamo de tacho que dava tinta na rede. Um tacho preto grandão. (...) Aquele tacho ficava um, um “cado” de tempo ficava na Praia, a gente dava tinta na rede, para tingir a rede (Indivíduo 13, Inventário Participativo, 2017).

Figura 16 - Ruínas da fachada frontal do Recolhimento, com perdas na estrutura e proa de embarcação à direita. Brasil, sem data.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN. Dossiê 131-3-01.

A edificação não serviu apenas para a pesca. A Capela do Recolhimento, situada no primeiro pátio (oposto ao mar), também teve um uso coletivo. Testemunho oferecido pelo Indivíduo 1, afirma que a Capela serviu como carceragem.

Bom, aquela igrejinha era presídio, prendia as pessoas. Era, como se diz, era delegacia, né? Prendiam as pessoas lá, isso eu não morava aqui não, né? Ouvi falar. Ai depois, o resto era abandonado, o pessoal, os pescadores (incompreensível) de tinta, não tinha,

ninguém morava ali (Indivíduo 1, Inventário Participativo, 2016).

O emprego da Capela para aprisionamento é também mencionado em documento que compõe o dossiê 131-1-01 do Arquivo Central do IPHAN. Se trata de anotação manuscrita, sem data, na qual há a seguinte informação: “A capela vazia é aproveitada como cadeia” (IPHAN, 2019).

Outra utilização dada à Capela, de caráter inusitado, é narrada pelo Indivíduo 14: “A Capela no, no início era um, um cagador, né? Foi um cagador. Era o banheiro que não, não, não tinha vaso, né?” (Indivíduo 14, Inventário Participativo, 2017).

A destinação da Capela para uso religioso é, no entanto, a função mais narrada pelas(os) entrevistadas(os). A figura 17 demonstra a Capela restaurada pelo IPHAN, com a sua cruz de ferro recolocada. Na imagem se nota a presença de 2 moradores locais.

Figura 17- Capela do Recolhimento de Santa Teresa. Brasil, sem data.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN. Dossiê 131-3-01.

Depoimento do Indivíduo 2 atesta a predominância católica entre os pescadores, e a realização de missas na Capela. Essa prática só foi interrompida, segundo ele, após a formalização do Museu no local:

(...) fomos criados a maioria, todo mundo pescador e era tudo da igreja católica [Igreja São Sebastião de Itaipu], só tinha essa Igreja aí só, e tinha uma Igreja ali dentro do Museu, a Igrejinha dentro do Museu, mas essa Igrejinha, mas depois de muitos anos, bem dizer, acabou. A gente fazia missa, essas coisas, aí depois que veio muitos anos pra cá num passou a ter mais missa, essas coisas, não sei em qual que ano foi, muitos anos atrás, aí acabou ali a convivência nossa naquela Igreja, ali dentro do Museu, entendeu? Depois que formalizou o Museu, acabou a entrada de missas (Indivíduo 2, Inventário Participativo, 2017).

O documentário *Arrastão de Beira de Praia*, produzido em 1976 por Alex Mariano Franco, disponível na plataforma digital Youtube [<https://www.youtube.com/watch?v=Otb-FpsFX2SQ>], demonstra o exterior da Capela enfeitada com bandeiras para a Festa de São Pedro, comemorada no dia 29 de junho (trecho: 6'41" a 7'21"). No interior da Capela observam-se bancos coletivos, fato que reforça o já referido uso do local para missas. Também é possível ver uma figura feminina realizando a limpeza da imagem de São Pedro que, em seguida, é incorporada ao andor enfeitado para a procissão. O cortejo é acompanhado por vários membros da comunidade.

Os diferentes usos das ruínas, denominada pelas(os) moradoras(es) como '21', apontam para uma prática, que atualmente é denominada de **bens comuns**. Segundo Christophe Aguiton (2019) os bens comuns, ou simplesmente comuns, é um conceito desenvolvido a partir da experiência empreendida na Inglaterra medieval, quando era garantido aos agricultores o acesso e o uso das terras de domínio senhorial. Mesmo que seja uma experiência provinda de uma época pré-capitalista, os bens comuns apontam para uma “gestão social de diferentes elementos e aspectos necessários para a coletividade humana”. O sociólogo segue sua explanação, complementando: “[a] gestão comunitária que permite cuidar daquele elemento e, ao mesmo tempo, reproduzir e enriquecer suas formas de organização social” (Christophe Aguiton, 2019, p. 85).

A percepção do patrimônio como bem comum foi explorada por Mario Chagas e Cláudia Storino, em 2014, no artigo *Museu, Patrimônio e Cidade: camadas de sentido em Paraty*. O papel das instituições museais situadas em cidades históricas oficialmente consideradas patrimônio, é analisado pelos autores, tendo o Museu de Arte Sacra de Paraty como estudo de

caso. Eles relatam o uso social de parte dos objetos museológicos nas festas da cidade. Analisam, especialmente, a festa do Divino Espírito Santo, momento em que parte do acervo do Museu tem destaque nas procissões, e em celebrações que envolvem sua permanência e circulação entre as casas dos festeiros, por um período de 10 dias. A partir dessa experiência, Mario Chagas e Claudia Storino incitam a seguinte reflexão: “(...) o patrimônio não é uma lista ou um rol, é uma prática social. No âmbito dessa prática é possível construir um debate que, ultrapassando os limites do privado e do público, esteja aberto para o reconhecimento da potência do comum.” Os bens comuns centrados no patrimônio (material ou imaterial) são chamados pelos autores de **fratrimônio**, processo que conceituam como: “uma herança criativa, produzida e partilhada aqui e agora, insubmissa aos dispositivos de captura acionados pela lógica mercantilista (...)” (Mario Chagas e Claudia Storino, 2014, p. 83).

A percepção da importância do espaço denominado “21” para a comunidade de Itaipu, somada à preocupação com a sua conservação, motivaram as(os) moradoras(es) de Itaipu, a solicitar sua preservação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mirela Araujo (2015), apoiada em pesquisas empreendidas no Arquivo Central do IPHAN, informa:

[...] os pescadores, organizados através da Colônia de Pescadores Z-10, entraram em contato duas vezes no ano de 1950 com o DPHAN. Na primeira vez, solicitam o tombamento das ruínas, e no segundo momento entregam uma planta com as condições atuais do terreno, solicitando que fosse incluída ao processo de tombamento (Mirela Araujo, 2015, p. 48).

O zelo e o empenho na conservação do prédio, também é apontado por Maria De Simone Ferreira (2012, p. 10). Segundo a museóloga, as(os) habitantes da Vila de Pescadores tinham interesse em instalar nas ruínas, a sede administrativa da sua representação política: a Colônia de Pescadores Z-10, atual Z-7. Interessa notar, que um dos primeiros documentos que compõem o dossiê de inventário dos remanescentes do Recolhimento (I-RJ-199.01) contém notas históricas de Itaipu. Ele foi datilografado em papel timbrado da Colônia de Pescadores Z-7, fato que leva a crer que ele tenha sido produzido por indivíduos ligados à Colônia (Arquivo Central do IPHAN, 2019).

Em 1946 se estabelece o processo de tombamento das ruínas pelo IPHAN, com o número 365-T- 46. O processo inicia com o parecer favorável pelo tombamento, de autoria do arquiteto Alcides da Rocha Miranda, datado de 16 de julho. No entanto, a decisão final sobre o tombamento só foi expedida quase uma década depois. A morosidade do processo, em parte se justifica, pelos entraves jurídicos encontrados pelas(os) técnicas(os) do órgão de proteção.

Elas(es) tiveram dificuldade em identificar a(o) proprietária(o) legal do terreno e do imóvel. A contenda incluía também a Marinha do Brasil e a Companhia Territorial de Itaipu. Chegou, ainda, a envolver Ernani do Amaral Peixoto, governador do estado do Rio de Janeiro, e o então Presidente Getúlio Vargas. Superadas as questões burocráticas, por fim, o bem foi inscrito no Livro de Tombo de Belas Artes, vol. 1, fl. 80, em 08 de janeiro de 1955 (Arquivo Central do IPHAN, 2019).

3.3 Crescimento urbano

No dia 13 de maio de 1816, D. João VI resolveu passar a data do seu natalício em São Domingos, situado nas terras de Arariboia, que àquela altura se denominava Praia Grande. Após a passagem do monarca português, o governo real criou por alvará, com força de lei, a Vila Real da Praia Grande. (José Antônio S. de Souza, 1975, p. 6). A instalação oficial ocorreu em 11 de agosto de 1819, data em que a Vila teve seu primeiro governo instalado, e ganhou o primeiro traçado de urbanização. Segundo registros históricos, em 1821 a Vila possuía 747 habitações e 5.015 habitantes, sendo 2.771 escravos e 2.244 pessoas livres (Adalita Medeiros, 1974[?], p. 6).

No ano de 1834 a cidade do Rio de Janeiro se constituiu como sede do Império brasileiro. Um Ato Adicional, realizado no mesmo ano, determinou a nomeação da Vila Real da Praia Grande como nova capital da Província do Rio de Janeiro. Alcançada a autonomia, foi eleita a primeira Assembleia Provincial, e uma das primeiras leis votadas foi a localização da capital da Província. A escolha recaiu sobre Vila Real, que então foi elevada à categoria de cidade, pela Lei n.º 6, de 28 de março de 1835, com a adoção do topônimo Nictheroy (Niterói) (Adalita Medeiros, 1974[?], p. 6-8).

O status de capital de província trouxe uma série de desenvolvimentos para Niterói, como a iluminação pública a óleo de baleia, lampiões a gás, abastecimento de água e novos meios de transporte (barca a vapor, estradas de ferro, companhia de navegação), para ligar a cidade ao interior. Em 1885 foram fundados alguns sistemas de bonde, o que possibilitou a expansão da cidade ao longo do litoral, para lugares que atualmente correspondem a Ponta d'Areia, Icaraí e Itaipu (IBGE, 2019).

Na tentativa de localizar fontes primárias sobre Itaipu, empreendi busca nos jornais que circularam no Rio de Janeiro, nos séculos XIX e XX, disponíveis para consulta na hemeroteca da Biblioteca Nacional (Brasil). Importa primeiro informar, que a história da imprensa brasileira teve início no Rio de Janeiro, com a chegada da família real portuguesa, sendo até então proibida toda e qualquer atividade gráfica ligada à veiculação de notícias ou mesmo de livros, classificados como heréticos. Após sua chegada ao Brasil, o governo português importou maquinário inglês e, em 10 de setembro de 1808, lançou a *Gazeta do Rio de Janeiro*, veículo oficial da Imprensa Régia, cujo “texto era extraído da Gazeta, de Lisboa ou de jornais ingleses, tudo lido e revisto pelo Conde de Linhares e, depois, pelo Conde de Galveias, e que não tinha outra finalidade senão de agradar à Coroa” (Nelson Sodré, 1999, p. 11 & 20).

Um ano após a revolu o portuguesa de 1820, que animara as forças que reivindicavam a liberdade, e um ano antes da Independência do Brasil, foi fundado na Corte, em 01 de junho de 1821, o *Diário do Rio de Janeiro*. Foi o primeiro jornal informativo a circular no Brasil, sendo para isso omissos nas questões políticas. Na época imperial, a imprensa ganhou novo fôlego, com a funda o de muitos jornais em vários estados brasileiros. Dentre os jornais que circularam no Rio de Janeiro, se destacam a *Gazeta de Notícias* (1874-1942), jornal de cunho popular, e *O Paiz* (1884-1930) (Nelson Sodré, 1999, p. 48-223).

A primeira notícia por mim localizada, sobre a então Freguesia de Itaipu, data de 06 de março de 1822, e foi publicada no *Diário do Rio de Janeiro*. Trata-se de anúncio de venda de um sítio. Outras notícias de venda de propriedades de estrutura fundiária em Itaipu eram comuns àquela época, assim como a declara o de d vidas e solicita es de indeniza es. Outra prática importante para as análises sociais, versa sobre a rela o de presos remetidos aos Comissários de Polícia da Província do Rio de Janeiro. A lista de indivíduos presos era organizada por bairros ou freguesias. Abaixo do nome de cada indivíduo havia a indica o da prisão em que ele se encontrava. Em 1826, no mesmo jornal acima citado, a primeira notícia sobre presos em Itaipu informa: “Dous pretos bu aes, que ignor o os nomes dos Snrs. e os seus. – Calabou o. –” (*Diário do Rio de Janeiro*, 1  de março de 1826, p.2).

Com rela o específica   atividade de pesca local, em 1879 inaugura-se uma série de manifestos e notícias que testemunham entendimentos diferenciados sobre a propriedade e o uso de espaços públicos e privados, marítimos e lagunares, bem como, os poderes disciplinares

que envolviam os pescadores⁹⁴. No jornal *O Fluminense*, entre setembro e novembro do referido ano, declarações sobre o uso da Lagoa de Itaipu retratavam as tensas relações que dividiam os pescadores locais, agentes da Marinha e latifundiárias(os). Segundo exposto no Jornal, o Capitão do Porto havia desapropriado o espelho d'água da Lagoa, fraqueando seu uso aos pescadores. Os proprietários do território, herdeiros de Albino da Rocha, revoltados com a situação, passaram a apelar para a Assembleia Provincial, por meio de 3 notícias veiculadas no Periódico. No dia 31 de outubro, sob o pseudônimo de *Um Pescador*, alguém provavelmente versado no Direito, começou a publicar súplicas em defesa dos pescadores. No primeiro registro, denominado *A Lagôa de Itaipu*, declarou:

Sr. redactor. – Deu-se na freguezia de Itaipú um facto que na verdade contrista as pessoas sensatas daquela freguezia.

No domingo á noite, estando alguns pescadores, homens muito pobres, pescando com anzões na barra da lagôa que n'esse logar é logradouro publico, por ser marinhas, foram presos por uma força, segundo consta-se lhe tirando suas pequenas redes, que ainda não foram restituídas. Até essa ocasião os pescadores pescaram e podiam pescar, o que não podem hoje fazer, não porque reconheçam a lagôa de propriedade de pêssoa alguma, mas somente para respeitarem o acto de posse que foi concedida pelo muito digno Dr. juiz de direito, e então respeitando esse acto para defenderem seus direitos pedem vista para embargar essa posse, que julgam não terem os Srs. Rochas, como passam a demonstrar (...) (Um Pescador, 1879, II(231), p. 3).

Outra manifestação em defesa dos pescadores, publicada na Edição 233 de 05 de novembro de 1879, no mesmo Jornal, foi assinada por *As duas almas*. O texto assume um tom menos formal e mais burlesco, ao solicitar: “As abaixo assinadas pedem aos Srs. Joaquim Albino da Rocha e Manoel Joaquim Albino da Rocha, proprietários da “Lagoinha” de Itaipú, para que cedam os peixes que a mesma contem ao Pescador para seu sustento e de sua familia” (*As duas almas*, 1879, II(233) p. 3).

A contenta segue por várias outras edições, até que em 21 de novembro do mesmo ano, se noticiou a prisão de pescadores. Segundo o Periódico, o ato foi uma resposta do governo à queixa dada pelas(os) proprietárias(os) do local. A resolução do conflito não foi mais noticiada, no entanto, na década de 1920, observam-se registros de embates semelhantes, noticiados no mesmo Jornal e na *Gazeta de Notícias*. São prenúncios dos embates jurídicos que ainda hoje

⁹⁴ Emprego a palavra apenas no masculino, partindo das declarações dadas no Inventário Participativo, que a atividade pesqueira artesanal só veio a ser exercida, por mulheres, em Itaipu, a partir da década de 1980.

envolvem as(os) pescadoras(es), e que será melhor explorado no item 3.4.2 *Itaipu: território pesqueiro*.

Ainda na década de 1920, ocorreu o marco inaugural do processo de urbanização de Itaipu: a construção da estrada que liga o bairro até o centro de Niterói. Em 1921 foi oficialmente criada a colônia da Vila de Pescadores de Itaipu, situada nos arredores do Recolhimento de Santa Teresa. Nesse período, as ruínas do Recolhimento não pertenciam mais a Igreja, e sim a *Companhia Territorial Itaipu*, empresa responsável pela urbanização do bairro, e que considerava a Vila como uma ‘invasão’ (Ibram, 2014, p. 32-33).

Depoimento do Indivíduo 6, registrado no Inventário Participativo, revela como era o processo de ocupação de terras no início do século XX, na área próxima à Praia e à Lagoa de Itaipu:

Mas antes era tudo dentro desse matagal aqui, tudo no mato. Era uma aqui, outra casa lá. Era tudo nosso. Você chegava assim, dizia assim: “vou fazer minha casa aqui.” Você fazia sua casa, não existia dono, não tinha dono igual tem hoje, não tinha dono. Você fazia sua casa, você media o pedaço que queria, cercava de bambu, que nem arame existia, mas era bambu, botava bambu e era seu. Então as coisas mudaram. Era uma Colônia de Pescadores ali, tudo ali, tudo pertinho. Era muito bom (...) (Indivíduo 6, Inventário Participativo, 2017).

Segundo os registros oficiais, as áreas loteadas na Região Oceânica permaneceram desocupadas até a década de 1940. Esse foi o período em que o plano de urbanização, elaborado pelo Prefeito Brandão Junior, passou a considerar a Região como foco de expansão. Como decorrência dessa nova visão, graças ao decreto-lei estadual nº 1.056/1943, o distrito de Itaipu foi desmembrado do município de São Gonçalo e anexado a Niterói.

Em 1944, o *Plano de Urbanização das Regiões Litorâneas de Itaipu e Piratininga* foi encaminhado ao governo do Estado, fato que estimulou muitas empresas a investir nesses espaços. No ano seguinte, o governo de Niterói aprovou o maior loteamento da época na Região Oceânica: o *Cidade Balneária de Itaipu*, de propriedade da *Companhia Territorial Itaipu*. O projeto, de autoria do urbanista Saboia Ribeiro, possuía várias irregularidades, conseqüentes do desconhecimento das características físicas locais. Ele desconsiderou ocupações tradicionais, sítios arqueológicos e áreas alagadas, chegando a criar lotes submersos na Lagoa de Itaipu.

3.3.1 A Ponte Rio-Niterói e o Plano Estrutural de Itaipu

No dia 17 de outubro de 1968 foi aprovada a lei federal nº 5.512, que autorizava a construção da Ponte Rio-Niterói. Em matéria comemorativa dos 40 anos de inauguração da Ponte, o engenheiro Francisco de Albuquerque (2014) revelou ao jornalista Renato Onofre, que a ideia de ligação entre as cidades do Rio e Niterói, por túnel ou ponte, não surgiu no governo militar. Ela é resultado das visionárias atitudes do Imperador D. Pedro II. O monarca, após se encantar com os avanços tecnológicos empreendidos na construção do metrô de Londres, solicitou a realização de um estudo para a abertura de um túnel submerso na Baía de Guanabara (Renato Onofre, 2014).

A perspectiva de inauguração da Ponte, criada após a promulgação da lei federal, foi um marco na história de Niterói. Principalmente no tocante aos aspectos urbano, econômico, social e político. Uma evidência concreta é a aprovação, no dia 01 de julho de 1970, da Deliberação nº 2.705, responsável pela criação do *Código do Planejamento Urbano e de Obras do Município de Niterói*, ordenamento que ficou em vigor por 27 anos.

Especialmente na Região Oceânica, o instrumento jurídico viabilizou a projeção de condomínios de casas em lotes de maior dimensão, com traçado mais livre e áreas de lazer comum. Um dos primeiros empreendimentos a ser aprovado foi o Jardim Ubá 1 (1972), seguido pelo Jardim Ubá 2 (1979). Juntos disponibilizaram 267 lotes em Itaipu. Tinham como principal atrativo, o padrão de qualidade habitacional, destacado pela projeção de casas sem muros, em áreas verdes e com segurança. Os 2 empreendimentos foram um sucesso de vendas. Outros projetos também surgiram, e os investimentos estatais no melhoramento das vias urbanas contribuíram para que a Região tivesse o mais alto crescimento demográfico da cidade.

A Ponte Rio-Niterói foi inaugurada em 04 de março de 1974, época em que havia mecanismos de acesso facilitado da classe média ao automóvel. Segundo Cainã Gusmão (2017, p. 4), a existência de uma Ponte, somada ao crescimento da frota automobilística, provocaram um aumento na demanda de imóveis em Niterói. Foi o momento da entrada de grandes empresas do setor imobiliário na cidade.

Em 1976 foi aprovado o *Plano Estrutural de Itaipu*, da Veplan Residência, detentora do controle acionário da Companhia Territorial Itaipu. A Veplan passou a ser proprietária de 800 hectares na bacia da Lagoa de Itaipu. O local compreendia o litoral e parte expressiva do espaço que viria a ser chamado Camboinhas. O projeto da Veplan previa modificações no ecossistema local, como a abertura de um canal de ligação entre o mar e a Lagoa, para permitir o

acesso de embarcações aos terrenos situados na parte interior do espelho lacustre. A obra ficou conhecida como o *Canal da Vergonha*, já que sua abertura provocou o assoreamento da Lagoa (Cainã Gusmão, 2017, p. 124-125). O Canal também separou a Praia da Lagoa, provocando a divisão da Praia de Itaipu. De um lado formou-se o chamado Canto de Itaipu e de outro, a Praia de Camboinhas.

A abertura do Canal é citada em todas as entrevistas. Os consequentes impactos humano-sociais e ambientais também são lembrados. Testemunho do Indivíduo 10, descreve como era a paisagem antes da abertura do Canal (registrada na figura 18), além da prática de abertura e fechamento da Lagoa para a Praia:

Não, antigamente, tinha até estrada ali na, no Canal ali onde tem o Canal. Aquele Canal de pedra foi de 1978 [1976] para cá. Ali era uma Praia só, Itaipu era uma Praia só. Aí tinha uma estrada-zinha de, de fizeram uma estrada de barro, de saibro, né? Os carros passavam para lá e para cá. Só não passavam quando nós abríamos a Lagoa, né? Que a Lagoa ali, quando estava muito cheia, abria lá à pá, né? Os pescadores abriam à pá. (...) É, o próprio mar fechava ela. A água escorria ali 2, 3 dias direto. Depois o mar começava a jogar para dentro, né? Para, água para dentro. Aí, com 1 semana, 1 semana e pouco, o mar tapava ela. A natureza mesmo, né? Fazia isso. Aí em 1970, 1978 vieram, dragaram essa Lagoa, encheram de pedra, esse Canal aí, fizeram um Canal aí, que eu não sei o que foi aquilo. Não fizeram um quebra mar, não fizeram nada, está a Lagoa toda aterrada de novo aí, entendeu? (Indivíduo 10, Inventário Participativo, 2017).

Figura 18 - Imagem da estrada que margeava a Praia, e da desembocadura da Lagoa de Itaipu, sem o 'Canal da Vergonha'. Brasil, sem data.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN. Dossiê 131-3-01.

O relato do Indivíduo 18 também menciona a denominada Praia única. Além disso, chama atenção para um novo fenômeno social: a chegada de pessoas extrínsecas à cultura tradicional local, e a consequente inserção de novas práticas comerciais. A abertura de bares, principalmente situados na beira da Praia, impactaram as rotinas relativas à pesca tradicional.

Era 1 Praia só, né? Sempre foi. Depois que veio esse Canal aí que dividiu. Mas a nossa Praia era uma Praia só. E a nossa Praia aqui era tranquila, não tinha bar, não tinha barraca. A Praia era só nossa, dos pescadores, era Praia dos pescadores. Hoje em dia não tem mais. Pescador agora tem uma dificuldade danada, por causa dos bares que foram invadindo (Indivíduo 18, Inventário Participativo, 2017).

Parte importante da história das comunidades tradicionais de Itaipu foi tremendamente afetada pela aprovação e implantação do Projeto da Veplan. As famílias ligadas à comunidade tradicional da pesca, que habitavam as 2 margens da Lagoa de Itaipu, na área próxima à Praia, foram acionadas pela empresa para deixarem o local. Trecho da entrevista dada pelo Indivíduo 30 retrata o quadro habitacional do lado direito da Lagoa à época:

(...) tem a Duna Grande, que é essa aqui, e do lado de lá, tinha a Duna Pequena. Debaixo da Lagoa moravam mais ou menos umas 10 a 12 famílias de pescadores, na parte de baixo de frente para a Praia moravam mais ou menos também 15 famílias de pescadores. Todos pescadores. Nasci e me criei ali, eu e meus irmãos. (Indivíduo 30, Inventário Participativo, 2017).

Em várias entrevistas estão também registrados os métodos adotados pelos agentes da empresa proprietária das terras para remover as famílias. São histórias similares as vivenciadas pelos moradores da Vila Autódromo, consubstanciadas no centro da atuação do Museu das Remoções, situado na cidade do Rio de Janeiro. Diana Bogado, arquiteta que dedicou seu doutorado ao estudo das dinâmicas empreendidas na Vila, ressalta os mecanismos autoritário e reprodutor da exclusão, adotados na intervenção do território, a partir do planejamento e realização de megaeventos (Diana Bogado, 2017, p. 11). Itaipu não foi palco de um megaevento, mas sua comunidade sofreu pressões equivalentes, advindas da imposição do poder do capital e do mercado imobiliário. Os fatos são abaixo narrados em 2 entrevistas:

Olha, olha só, nós não íamos sair de lá, para lá do Canal, mas a Veplan era uma firma muito grande, multinacional, foi lá na Capitania dos Portos, aflorou tudo, pagou tudo que ela tinha que pagar, aquela área é dela, se nós não saíssemos, sabe o que a gente tinha que fazer? Ir embora. Íamos sair de lá sem troco de nada, mas como entrou um advogado (...) Ele mesmo falava: vocês merecem, agora se vocês não quiserem sair, a casa de vocês vai ser derrubada vocês não vão ganhar nada, se vocês quiserem terreno, a firma também dá. (...) Ah, você não quer sair não? Então está bom, mete o pau aí. Quebra aquela casa ali. Por que vai quebrar? Meu filho, isso tudo aqui é nosso, é da firma (Indivíduo 15, Inventário Participativo, 2017).

Os pescadores ficaram com medo de não, de não sair e não ter como sobreviver, e eles também poderiam derrubar as casas sem, sem ser indenizados. Tinha um general que morava lá, que derubaram a casa desse general, aí indenizou ele, assim, né? Não fortemente, mas indenizou. Então foram coisas assim bem, bem, bem estressantes, né? Aí tinha também confusão, né? Os caras mandavam ameaçar, né? (Indivíduo 14, Inventário Participativo, 2017).

Na figura 19 é possível visualizar a área loteada, que foi transformada no bairro de Camboinhas.

Figura 19 - Loteamento da Veplan, que se tornaria o bairro de Camboinhas. Brasil, sem data.



Fonte: Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas da Universidade Federal Fluminense. (2019). Pescadores de Itaipu: o direito de existir/resistir.

As(os) moradoras(es) do lado esquerdo da Lagoa, que hoje se constitui o Canto de Itaipu, também passaram pelo mesmo processo. Testemunho do Indivíduo 11 informa como as famílias, todas ligadas à pesca, eram distribuídas no território:

(...) que na minha época já, as casas já estavam, já tinham sido demolidas, algumas. Aí ficou, né? Aqui ficou a família do meu pai, a família da Dona Aurelina e o Seu Neneco. Então, isso aí tem uma faixa de quase 80 anos, assim, mais ou menos, que eu me recordo.

Ah não, isso é aqui, é isso aqui era um, era um condomínio de pescador, quer dizer, território pesqueiro, né? Aqui era um território pesqueiro antes da urbanização, antes do, né? De lotear e vender. Isso aqui, isso aqui era um território que, pô, pessoal, as casas, né? Não tinha, não tinha muro, não tinha terreno, então, tinha, pessoal, às vezes, a família tinha tipo um sítio, né? Ali onde é o Pingão, era a família do, da minha mãe, né? Que era o avô de Lula, meu avô, Dona Luiza, que era minha bisavó, que era mãe do, e Seu Zeca, então, era mãe do meu avô, Seu Juca (...) (Indivíduo 11, Inventário Participativo, 2017).

O Indivíduo 11 mora em um território de resistência no qual habitam 2 famílias. O terreno, denominado *Lote 12*, se situa na fronteira externa do espaço pertencente à Marinha, ou seja, toda a área próxima à Praia. Os indivíduos ou organizações, públicas e privadas, que funcionam na faixa de terra pertencente à Marinha, têm licença dessa Entidade para o seu uso.

A configuração atual do Canto de Itaipu pode ser visualizada na figura 20. Ela contém indicações dos marcos patrimoniais, incluindo o Museu de Arqueologia de Itaipu, e as áreas habitadas, nas quais existem famílias tradicionais ligadas à pesca.

Figura 20 - Canto de Itaipu, Brasil, 2019.



Legenda: A=Lote 12; B=Vila dos Pescadores; C=Duna Grande; D=Canal; E=Museu de Arqueologia de Itaipu; F=Ocupação posterior à década de 1940; G=Morro das Andorinhas.

Fonte: Google Earth.

Atualmente tramita na 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio, ação movida por uma loja maçônica contra os moradores do Lote 12. A reclamante alega ter recebido legalmente o referido terreno. Ronaldo Lobão, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) desmonta esse argumento. Em entrevista ao jornalista Leonardo Sodré, ele informa que em 1975, a Veplan realizou um levantamento aerofotométrico, que indicava a área do Lote 12 já ocupada pelas famílias. São construções que também constam do mapeamento promovido pelo IPHAN, quando do processo de tombamento da Duna Grande (Leonardo Sodré, 2019). No terreno há 3 casas que apresentam a mesma técnica construtiva do Recolhimento de Santa Teresa: paredes largas, compostas de pedras e óleo de baleia. Testemunho do Indivíduo 35 explicita mais detalhes do caso:

(...) a gente não reconhece um documento como título de propriedade, porque ninguém aqui nunca teve um documento. Se ninguém teve um documento, isso é para outras comunidades, outro tipo de moradia, a gente não reconhece isso. Como comunidade

pesqueira, a gente não precisa disso. Há um tempo atrás apareceu uma maçonaria, e disse que era dona do nosso terreno, que tinha recebido uma escritura, que ganhou de doação de poucos anos atrás (...) mas as casas são centenárias, as casas estão ali antes de ter o loteamento da Região Oceânica. Antes de existir rua, eles realmente não eram donos dali, porque tinham pessoas que moravam ali antes, a gente tem embasamento para isso. Mas quanto à lei, a escritura quem tem é a maçonaria. O que não é difícil para eles, porque eles são donos dos cartórios, do Judiciário. O nome da loja maçônica, que se diz dona da minha casa, é Cláudia Diz Zveiter, que é a falecida esposa do Luiz Zveiter, desembargador corrupto, famoso, tia do Sérgio Zveiter. Essas pessoas não têm pudor, nenhum problema em mentir e em enganar, em conseguir as coisas na maneira que elas acham que é certo. Na cabeça deles, eles estão certos, porque tem o documento, e não importa ter passado minha vida ali (Indivíduo 35, Inventário Participativo, 2017).

Em minha última visita a Itaipu, em setembro de 2019, a questão ainda não havia sido resolvida. Na entrada do Lote 12, as famílias haviam recém instalado uma faixa de protesto, que pode ser visualizada na figura 21.

Figura 21 - Faixa de protesto na entrada do Lote 12, contra possível desalojamento. Brasil, 2019.



Foto: Rose Moreira de Miranda, 11 de setembro de 2019.

Relatos do Inventário Participativo informam que as famílias que aceitaram a indenização financeira oferecida pela Veplan, para deixarem suas casas em ambos os lados da Lagoa,

se instalaram em localidades de Niterói como o Morro do Cantagalo (cerca de 10,3 km de Itaipu) e a Avenida Central (cerca de 6,7 km da Praia de Itaipu). Outras, que optaram em receber terrenos da Construtora, se mudaram para o Engenho do Mato (6,4 km de Itaipu). Houve ainda os que passaram a morar no então Canto de Itaipu, próximo ao Museu de Arqueologia de Itaipu, demonstrado na área F da figura 20.

Contemporaneamente, a maioria das(os) moradoras(es) tradicionais que saíram de suas casas em decorrência da expansão imobiliária, habita bairros que compõem a chamada Região Oceânica. Trata-se da maior área do município, com 46,60 km² (cerca de 25% de Niterói), e uma população que representa 14,80% do município. Apresenta as maiores taxas de crescimento demográfico: variação de 5,11 (1970/1980); 9,6 (1980/1991) e 6,28 (1996/2000) (IBGE, 2019). É cercada por morros e serras com remanescentes da Mata Atlântica, concentrando 90% da cobertura florestal da cidade. A área verde condiciona os limites e a ocupação da Região, juntamente com o Oceano Atlântico (Alba Simon, 2004, p.155). A Região Oceânica se divide em 11 bairros: Cafubá, Camboinhas, Engenho do Mato, Itacoatiara, Itaipu, Jacaré, Jardim Imbuí, Maravista, Piratininga, Santo Antônio e Serra Grande.

Os bairros variam em termos de natureza socioeconômica, dimensão territorial e ocupação urbana, sendo mais valorizados os litorâneos: Itaipu, Itacoatiara, Piratininga e Camboinhas.

3.4 Contrastes contemporâneos

Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas e assim as pessoas, e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam.

Marcel Mauss, 1925/2008.

A beleza cênica de Itaipu, associada à sua importância histórico-econômica, contribuiu para que as 3 (três) esferas do Estado brasileiro – União, estado do Rio de Janeiro e município de Niterói – aplicassem políticas públicas protetivas para os bens culturais e ambientais presentes no território. No âmbito da União, estão as ações de preservação do patrimônio cultural, empreendidas pelas Autarquias subordinadas ao antigo Ministério da Cultura e atual Ministério do Turismo. O IPHAN foi responsável pela salvaguarda dos vestígios arqueológicos ainda existentes, e pela implantação do Museu de Arqueologia de Itaipu, que desde 2010 passou a ser

administrado pelo Ibram. Ainda no âmbito federal, encontra-se a Política Nacional da Aquicultura e da Pesca, de responsabilidade do atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em função de sua configuração costeira, parte de Itaipu é considerada bem imóvel da União, ou seja, terreno da Marinha do Brasil (Decreto-Lei 9.760/1946).

O estado do Rio de Janeiro se destaca pelas ações de preservação ambiental. Integrando o projeto de proteção de diversos trechos do litoral, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural tombou, em 1985 o conjunto paisagístico denominado ‘Canto Sul da Praia de Itaipu’. A proteção abarca a Praia de Itaipu, as Ilhas do Pai, da Mãe e da Menina (Processo INEPAC E-18/300.459/85). Seis anos depois, em 1991, foi criado o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET). A última ação foi a criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu (RESEX Itaipu).

Em nível municipal, a Lei nº 2.874 de 13 de dezembro de 2011 considerou a pesca artesanal realizada em Itaipu como ‘patrimônio cultural de natureza imaterial’. Mirela Araujo (2015), ao analisar o processo de salvaguarda da pesca artesanal, verificou que o bem cultural havia sido tombado. A museóloga ressalta, porém, que enquanto o termo tombamento é normalmente empregado para a proteção de bens de natureza material, a palavra registro é mais apropriada para os bens de natureza imaterial. Neste caso, a questão semântica faz toda a diferença, pois:

(...) o tombamento preserva as características originais, impedindo a destruição, demolição ou mutilação, ou seja, não se aplica aos saberes e fazeres que carregam, incorporadas à sua dinâmica, as mudanças constantes. O registro, por sua vez, possibilita ao bem em questão a manutenção de sua dinâmica cultural, aceitando as possíveis transformações como parte desse movimento (Mirela Araujo, 2015, p. 98).

Muitas das políticas públicas, em nível federal, estadual ou municipal, foram aplicadas sem considerarem a realidade social e o impacto que trariam à comunidade local. Neste subcapítulo tratarei de alguns aspectos contemporâneos relacionados a atuação estatal, que promoveram marcantes mudanças na vida de várias(os) habitantes de Itaipu. São ações que foram implantadas a partir da abordagem *top-down*, ou seja, foram decididas e impostas pelas agências governamentais. O fenômeno é observado por Roberto Kant de Lima, que denuncia:

(...) nossa cultura jurídica oficial não está ancorada em uma tradição local ou democrática. Ao contrário, alega ser o produto de uma “ciência normativa”, que tem por objetivo o controle de grupos pouco educados, desorganizados e atrasados que, no caso das políticas estatais de conservação de espaços e recursos naturais,

precisam adotar novas práticas fundadas em saberes produzidos externamente a eles (Roberto Kant de Lima apud Victor Carvalhido, 2012, p. 12).

3.4.1 Itaipu e a preservação ambiental

Na década de 1970, o processo de intensificação da expansão urbana na Região Oceânica de Niterói causou ameaças à natureza. A abertura da barra de Itaipu, chamado o *Canal da Vergonha*, reduziu permanentemente o volume das lagunas, atingindo diretamente suas(seus) moradoras(es). Na década seguinte, uma área da Serra da Tiririca, denominada Córrego dos Colibris, recebeu um empreendimento imobiliário, cuja legalidade foi questionada pelo Ministério Público. O caso foi apontado como uma reincidência da pressão submetida pelos grupos econômicos ligados ao setor imobiliário e da construção civil ao governo. Nesse momento, a sociedade civil local resolveu reagir. Fundaram o Movimento de Resistência Ecológica e, posteriormente o Movimento Cidadania Ecológica. Ambos os Movimentos tinham representantes, majoritariamente, oriundos da classe média e alta (Cainã Gusmão, 2018, p. 2).

A intensa ação militante das representações civis culminou em um estudo de impacto ambiental. Dele foi derivada, em 1991, a instalação do Parque Estadual da Serra da Tiririca, gerenciado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Trata-se de um parque urbano, localizado entre os municípios de Niterói e Maricá. Possui uma área de aproximadamente 3.400 hectares de ambientes terrestres, cobertos pela Mata Atlântica – alguns trechos com floresta primitiva - a Restinga, a Duna de Itaipu e costões rochosos, como o Morro das Andorinhas, que servem de refúgio para as aves. O PESET se estende também aos ambientes marinhos. São locais de reprodução e desenvolvimento de espécies de peixes, crustáceos e tartarugas marinhas. Na área protegida não é permitida a pesca, nem a extração de mexilhões (INEA, 2015, p. 49).

Cainã Gusmão, no artigo *Definição do espaço público, concentração de poder e legitimidade: uma análise da criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca*, revela como indivíduos pertencentes às altas posições na hierarquia social, se engajaram no estabelecimento de um sistema de proteção ambiental de perspectiva conservacionista. Essa visão defende um modelo de proteção ao mundo natural, na qual não haja interferência humana. Nela, o caráter público da natureza estaria acima da apropriação privada. No caso específico da Serra da Tiririca, essa visão foi defendida e implantada, sem que fossem consideradas, no entanto, as diferentes

matizes que envolvem a profunda assimetria nas relações entre as(os) proprietárias(os) do capital e as(os) proprietárias(os) da força de trabalho. É certo que, na época, o principal foco da luta era a perda ambiental gerada pela exploração das empresas do ramo imobiliário. Só que na área delimitada do PESET havia também uma pluralidade de povos e comunidades tradicionais. São culturas pautadas no uso e extração dos recursos naturais da região, que estão diametralmente opostas ao ganho do grande capital (Cainã Gusmão, 2018, p. 3-4). Indivíduos pertencentes a 2 dessas comunidades foram selecionadas(os) para darem seus testemunhos ao Inventário Participativo. Suas memórias evidenciam os mecanismos de coação e, por vezes, estigmatização de suas práticas socioculturais, alojadas nas encostas dos morros que compõem o PESET.

O primeiro caso é referente à Comunidade do Morro das Andorinhas. Ela ocupa um território de aproximadamente 38.000 m², denominado Sítio da Jaqueira. De acordo com os estudos realizados por antropólogos do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP/UFF), ela foi formada no século XIX, pelo Sr. José Siqueira. Testemunho do Indivíduo 12 demonstra a antiguidade local:

(...) Meu padraсто nasceu aqui em 1800. 5 de agosto de 1888. (...) O pai dele já morava aqui, o pai e a mãe dele. (...) Eu tenho tudo guardado, documento dele, a certidão, a cartilha de pescador, tudo eu tenho guardadinho dele aí. É por isso que eu falo, as vezes eu falo, a comunidade é de 200 anos. Só eu estou com 80, 80 e varado, dá 200 anos (Indivíduo 12, Inventário Participativo, 2017).

Desde então, os descendentes do fundador vivem no local, sobrevivendo da pesca e da agricultura de subsistência. No entanto, desde 1992, essas famílias enfrentam uma forte oposição do Ministério Público Estadual. O organismo classifica toda a permanência no Morro das Andorinhas como invasão, não distinguindo as comunidades tradicionais das recentes ocupações ilegais.

No Inquérito Civil 120/2002, do Ministério Público de Niterói, o antropólogo e professor da Universidade Federal Fluminense, Ronaldo Lobão, defendeu a tradicionalidade dos ocupantes do Morro das Andorinhas. Lobão argumenta, ainda, que “a regeneração da Mata Atlântica local está associada a efeitos antrópicos vinculados à presença do grupo no espaço”. No documento alega:

(...) não se trata apenas de um direito à moradia (...) Estamos diante do direito à reprodução de um grupo, de um modo de vida, de um saber, de um afeto estabelecido com um território específico, que são constitutivos da nossa própria identidade nacional (...) Não são apenas moradias, não estão em qualquer lugar. Estão

no Morro das Andorinhas, fazem parte da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas (Ronaldo Lobão apud Evando Sathler, n.d.).

Organizadas(os) desde 2002, as(os) moradoras(es) fundaram a Associação de Moradores do Morro das Andorinhas (ACOTMA). A entidade, em conjunto com o Departamento de Antropologia da UFF, e o apoio das lideranças das(os) pescadoras(es) de Itaipu, conseguiu forças e instrumentos para prosseguir em sua luta. Com isso, lograram cumprir todas as exigências governamentais necessárias para o seu reconhecimento como comunidade tradicional. Essa etapa foi fundamental as(os) descendentes do Sr. José Siqueira. Elas(es) alcançaram a garantia de permanência em suas moradias.

Tal permissão, no entanto, não agrega nenhum benefício. Tampouco assegura a prestação dos serviços básicos pelo Poder Público. Ao contrário, a Comunidade teve redução da área que ocupava, o que prejudica o desenvolvimento da agricultura de subsistência. Há também a carência no acesso aos serviços de água, luz e esgoto, como atestado pelo Indivíduo 12:

(..) meu irmão morreu com 72 anos, (..) ele sempre falava para mim: mano, (...) eu vou morrer e não vou ver melhora nenhuma aqui em cima. Coitadinho, ele foi e não viu melhoramento. É água, é luz, projeto, eles fizeram um projeto de botar água, projeto de botar luz, projeto de fazer esgoto daqui para lá. Pessoal veio aqui, viram tudo aqui, até hoje, só está no papel. Eu sou igual ao meu irmão, eu penso que vou morrer e não vou ver melhoramento nenhum aqui para cima (Indivíduo 12, Inventário Participativo, 2017).

As tensões entre as instâncias governamentais e as famílias sitiadas da Serra da Tiririca se repetem no Grotão. Território de resistência e valorização da cultura negra, a comunidade formada por cerca de 60 pessoas que habitam as encostas da Serra, na altura do bairro do Engenho do Mato, foi formada na década de 1920. Nessa época, Manoel Bonfim e sua esposa, Dona Fia, descendentes de escravas(os) do estado de Sergipe, chegaram ao local para trabalhar na Fazenda Engenho do Mato.

Com a autorização da(o) proprietária(o) da Fazenda, o Sr. Manoel e Dona Fia se instalaram na Serra da Tiririca, conformando uma antiga tradição de patronagem, que inseria a habitação e o uso da terra como parte do ressarcimento do trabalho. Relato do Indivíduo 27 atesta essa relação:

(...) a gente produzia, eles vendiam e a maior parte era deles, né? O que sobrava para a gente era o que comia, a maior parte era deles, tipo 80% deles e 20% do meu avô. Era a relação de empregado mesmo (...) antigamente todo pagamento era de produção,

né? Você guardava, as coisas que você podia guardar para passar (...) porque dinheiro na época também era difícil, né? Era mais troca, troca de mercadoria, não tinha muita coisa não (Indivíduo 27, Inventário Participativo, 2017).

Quando a Fazenda faliu, as(os) trabalhadoras(es) receberam parte das terras em que moravam como indenização. A doação, no entanto, não foi acompanhada de certificação da posse, fato que deu início a uma série de problemas enfrentados pelas(os) trabalhadoras(es) e suas(seus) descendentes (Indivíduo 27, Inventário Participativo, 2019).

A situação se acirrou com a criação do PESET, em 1991, e o posterior plano de manejo do Parque, que previa a desapropriação das famílias do Grotão. Segundo testemunho do Indivíduo 27, as autoridades que defendiam o Parque os tratavam como: “os Invasores da Serra da Tiririca. E na realidade não éramos. Para a gente adquirir este pedaço de terra foram 28 anos de trabalho, e eles não tomaram ciência” (Indivíduo 27, Inventário Participativo, 2019).

Após intenso diálogo e apoio das(os) pescadoras(es) de Itaipu e de pesquisadoras(es) das universidades públicas do estado, as famílias conseguiram produzir todo o material necessário para solicitar à Fundação Cultural Palmares, o registro de comunidade tradicional, auto-declarada como quilombola. Com a aprovação do pedido, surgiu o Quilombo do Grotão, e as(os) habitantes, assim como relatado no primeiro caso, conquistaram o direito de permanecer em seu território.

Atualmente o Quilombo promove oficinas ligadas à cultura afro, envolvendo o uso de ervas medicinais, aulas de percussão, capoeira e artesanato. Além disso, realizam uma feijoada que de tão famosa, já foi inserida nos roteiros turísticos locais.

3.4.2 Itaipu: território pesqueiro

O termo pesca artesanal está relacionado tanto ao uso de técnicas manuais de confecção de embarcações e petrechos⁹⁵ como, igualmente, nomeia uma atividade econômica relativa à extração de pescados e maricultura⁹⁶, realizada com baixo grau tecnológico. Os saberes e fazeres da pesca artesanal são intrínsecos ao espaço, sendo o ambiente natural um dos elementos

⁹⁵ Segundo a Portaria nº 2, de 02 de janeiro de 2019, petrechos ou apetrechos de pesca são: “os instrumentos ou objetos necessários para executar a atividade pesqueira”. Dentre eles estão o puçá, a tarrafa, linha de mão, anzol, espinhel, caniço, rede etc.

⁹⁶ Cultivo de organismos marinhos em seus habitats naturais. Sinônimo de aquicultura.

fundamentais para a sua realização. Os ensinamentos são repassados por meio da tradição oral, e a prática é apreendida no seio familiar ou comunitário de determinado território.

No Brasil, a atividade pesqueira e a aquicultura⁹⁷ são realizadas em fontes de água doce (rios, lagos, bacias etc.) e também na costa marítima, que se estende por mais de 8.500 quilômetros. Mesmo com tal potencial econômico, a pesca só recebeu atenção do Estado em 2003, com a edição de uma medida provisória, que criava dentro da Presidência da República, um órgão responsável para desenvolver políticas para o setor. Somente 6 anos após à medida, foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura e, igualmente, promulgada a Lei nº 11.959, que dispõe sobre a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca*⁹⁸.

O artigo 24 da citada Lei determina que: “toda pessoa, física ou jurídica, que exerça a atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca, devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP)”. Sendo assim, as(os) pescadoras(es) artesanais que exercem a atividade de forma autônoma, ou em regime de economia familiar, ao se inscreverem junto ao RGP, são reconhecidas(os) como profissionais. Uma vez nesta categoria, tornam-se aptas(os) a receber benefícios do Estado, tais como o seguro-defeso – auxílio no valor de 1 salário mínimo mensal para a paralização temporária da pesca em detrimento da preservação das espécies - e os direitos previdenciários.

Especificamente quanto à economia contemporânea da pesca artesanal na cidade do Rio de Janeiro, a pesquisadora Cátia Antônia da Silva estuda os conflitos vividos pelos indivíduos que integram tal atividade em uma metrópole. São dificuldades de ordem econômica, relacionadas ao alto desenvolvimento tecnológico da pesca industrial. Também são relativas ao fenômeno da urbanização, que além de reduzirem as áreas de pesca, provocam grave poluição ambiental. A saída encontrada pela comunidade pesqueira para esses 2 problemas é a auto-segregação e/ou a favelização. As adversidades relacionadas às atividades também envolvem disputas com o alto nível de exploração dos comerciantes compradores, e conflitos existenciais, já que frente às agruras atuais, as(os) descendentes familiares [filhas(os) e netas(os)] não desejam seguir a profissão de pescadora(r) (Cátia Antônia da Silva, 2014, p. 34-35).

⁹⁷ A legislação brasileira define aquicultura como uma “atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente no meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada à atividade agropecuária (...)”

⁹⁸ Desde janeiro de 2019, a política é gerenciada por uma secretaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Todos os elementos levantados pela pesquisadora estão presentes na comunidade pesqueira de Itaipu, e são objeto dos relatos de vários indivíduos que participaram do Inventário Participativo. É unânime a indicação do contraste existente entre o passado – quando havia riqueza de recursos pesqueiros - e o presente, momento de drástica redução do pescado. A situação é narrada pelos Indivíduos 7 e 15:

Muita tainha, dava cada peixe. A gente, lá na casa onde a gente morava, a gente via quando vinha o pescado, as canoas iam, a gente descia correndo para ir lá ver. Muito peixe, muito. Aí ia caminhões de peixe para vender no Mercado de São Pedro em Niterói, né? Agora não tem mais nada (Indivíduo 7, Inventário Participativo, 2017).

Mas antigamente tinha muito peixe, poxa, o peixe que tem antigamente não tem a décima quinta metade do que tem agora, agora não tem nada, não tem nada. Não tem muito tempo não, há 20 anos aí, nós pegamos 30 ganhos, sabe o que era ganho? (...) É um cesto grandão [que] devia ter uns 40 ou 50 quilos, um tabuleiro [tem] 20 quilos. Nós pegamos 30 ganhos de lula. Natalino aqui, pegou uns 50 ganhos de lula. Agora você mata lula: 1 tabuleiro, 2 tabuleiros, 3 tabuleiros (...) (Indivíduo 15, Inventário Participativo, 2017).

Além dos fortes danos causados pela poluição urbana das cidades de Niterói e Rio de Janeiro, a pesca industrial é apontada como a principal causa da redução, ou mesmo extinção, das espécies locais. A tecnologia e a alta capacidade de armazenagem das embarcações impedem, segundo os testemunhos, a chegada dos recursos pesqueiros à beira da praia:

(..) a tecnologia, os sonares, as sondas, o peixe está indefeso, ele tira o peixe em cima da pedra, dos arrecifes, todo peixe desova no arrecife em lugar baixo, a tecnologia o tira de cima, se tiver um cardume de 70, 80, 100 toneladas para desovar em cima de um cascalho, o aparelho o tira de cima, dá choque e o tira de lá. (..) eles têm aparelho que vai identificar o peixe a 5.000 metros e dificilmente vai entrar aqui, só por força de Deus que ainda entra (..) (Indivíduo 30, Inventário Participativo, 2017).

Para sanar parte dos problemas relativos à pesca industrial, uma alternativa encontrada pela comunidade pesqueira local foi a transformação do território em Reserva Extrativista. As Reservas Extrativistas (RESEX) são territórios de domínio público, e têm como objetivo “proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas e assegurar o uso sustentável

dos recursos naturais” (Lei 9.985/2000). Os povos e comunidades tradicionais que nelas habitam recebem o uso da área protegida para a manutenção da sua cultura, incluindo os modos de vida associados ao extrativismo.

A RESEX é uma das 12 categorias de Unidades de Conservação estabelecidas pela Lei nº 9.985/2000, que criou no Brasil o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* (SNUC). À luz da legislação, as reservas extrativistas devem ser criadas por instrumentos jurídicos, que podem ser estabelecidos em qualquer âmbito do poder executivo: União, estados, Distrito Federal e municípios. Elas devem ter um conselho deliberativo, presidido pelo órgão ambiental responsável por sua administração, e deve ser composto por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e dos povos e comunidades tradicionais locais, que devem ter maioria no Conselho (metade + 1) (Lei 9.985/2000).

De acordo com o *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação* (CNUC), gerido pelo Ministério do Meio Ambiente, em novembro de 2019 havia 95 (noventa e cinco) RESEX, distribuídas nos seguintes biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Marinho e Mata Atlântica. Desse total, 69,47% das unidades de conservação são federais e 30,53% estaduais. No estado do Rio de Janeiro há 2 reservas extrativistas marinhas (RESEX-Mar): Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, criada em 1997 pelo Governo Federal, e a Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, fundada em 2003 pelo Decreto 44.417 de 30 de setembro de 2013.

A RESEX Itaipu é a primeira unidade de conservação marinha em nível estadual. Ela compreende a área de cerca de 3.943,28 hectares, adjacente às praias de Camboinhas, Itacoatiara, Itaipu, Piratininga e a Lagoa de Itaipu. Dentro dos seus limites é permitida a pesca artesanal tradicional e amadora, sendo proibidas a pesca industrial e predatória bem como o descarte de água de lastro ou óleo (INEA, 2019).

A instalação da RESEX-Mar em Itaipu foi tema de muita tensão e debates entre moradores(es) locais. Segundo testemunho do Indivíduo 11 (Inventário Participativo, 2017), a Unidade de Conservação foi criada com o apoio de pesquisadoras(es) da UFF, como instrumento de luta contra a especulação imobiliária, os conflitos ambientais, a indústria petrolífera e a pesca industrial. Outros depoimentos prestados, sobretudo por indivíduos masculinos ligados à pesca, mencionam esse histórico de instalação, e os lados opostos da luta. No entanto, quando perguntados sobre o momento atual, as(os) depoentes são unânimes em reconhecer a importância da Reserva como instrumento que poderia salvaguardar a pesca tradicional. O verbo poder foi propositalmente conjugado no futuro do pretérito, pois além da instalação, a RESEX-Mar demanda outras ações.

Segundo Marcelo Vasconcellos, Antônio Diegues e Renato Sales (2007), a sustentabilidade dos recursos é um dos principais eixos das RESEX-Mar. Elas, em especial, lidam com um recurso, que segundo a Constituição de 1988, é também um bem de uso comum do povo (Constituição da República Federativa do Brasil/1988, art. 99). Nesse sentido, elas precisam de um plano de manejo adequado, que considere os impactos do modelo da pesca artesanal sobre os estoques ou habitats costeiros. Segundo dados do CNUC, consultados em 18 de novembro de 2019, nenhuma das 23 RESEX-Mar apresentava plano de manejo.

Outro ponto de vital importância nas reservas extrativistas marinhas é o estabelecimento de uma área exclusiva para as(os) pescadoras(es), fato que gera uma expectativa de melhoria na captura do pescado, mas que, infelizmente, nem sempre se concretiza. É o que demonstra a experiência da RESEX-Mar do Corumbau, na Bahia, criada em 2000. Estudo realizado por Priscila Lopes, Renato Silvano e Alpina Begossi, em 2011, demonstrou que as(os) pescadores declararam não experimentar melhoras na captura após a criação da Reserva.

A falta de fiscalização da RESEX Itaipu com relação a entrada de barcos industriais na área protegida é apontada pelas(os) pescadoras(es) como a principal causa da diminuição dos recursos pesqueiros. Esta situação é abaixo relatada:

Mas hoje em dia eu nunca mais vi isso não. Acredito mais que eu veja não. Com esses barcos que tem hoje em dia, com sonar, entendeu? Muita aparelhagem, então, o peixe não chega aqui não. A não ser, a não ser se for proibido eles pescarem aqui dentro da Reserva. Se um dia acontecer isso, dos barcos não puderem pescar mais aqui dentro da Reserva, ainda acredito que nós iremos ver bastante peixe aqui ainda. Eu acredito, né? Se não acontecer isso. E, pediram a Reserva, mas pelo jeito que eu estou vendo, até agora não está agindo nada, a Reserva. Ainda falta muita coisa ainda para continuar a Reserva funcionar, né? (Indivíduo 10, Inventário Participativo, 2017).

Assim como narrado pelo Indivíduo 11, vários testemunhos reiteram a esperança na atividade plena da RESEX Itaipu. Compreendem que este seria um poderoso meio para o retorno dos recursos pesqueiros à Praia de Itaipu, já que somente uma fiscalização efetiva pode coibir a pesca industrial praticada em zonas não permitidas. Há uma crença que tal medida, a longo prazo, possibilite a restituição da variedade e quantidade de espécies de pescados, que figuraram na orla oceânica das cidades de Niterói e do Rio de Janeiro, possibilitando, o resgate da prática rentável da pesca tradicional.

Importa lembrar, que segundo dados divulgados em 2013, pelo extinto Ministério da Pesca e da Aquicultura, a pesca artesanal é um importante insumo para a economia brasileira,

tendo respondido por 45% da produção de pescado (MPA, 2011). No entanto, a redução do protagonismo do setor, consubstanciado na isenção do Estado pela real ativação da política pública já instituída, reduz a expectativa de uma resposta ágil à situação instalada.

3.5 O Museu de Arqueologia de Itaipu

(...) muito mais do que existirem para os objetos, os museus devem existir para as pessoas.

Hugues Varine-Bohan

As raízes de criação do Museu de Arqueologia de Itaipu, no então tombado sítio das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, integram uma complexa teia de relações que envolvem o Estado e a população local. Se por um lado é possível identificar o desejo comum de ambas as instâncias em preservar o sítio histórico, de outro se observa o entendimento diferenciado em relação a sua ocupação e o seu uso.

Segundo Maria De Simone Ferreira (2017, p. 62), a decisão do IPHAN sobre a instalação de um museu nas ruínas do Recolhimento, não foi um processo concomitante ao tombamento do bem cultural. A museóloga aponta que, entre o tombamento das ruínas e a criação do Museu, decorreram-se vinte e dois anos.

Há testemunhos no Inventário Participativo sobre fatos ocorridos no sítio das ruínas, que parecem coincidir com o longo período entre a abertura do processo de tombamento do Recolhimento e a inauguração da instituição museal. A maioria dos indivíduos, que tinha acima de 50 anos na data de realização das entrevistas, declara sentimentos de perda relacionados ao uso do espaço. As memórias revelam que o Recolhimento tinha um uso comunitário comum, envolvendo desde atividades lúdicas infantis, até o funcionamento de quartos de pescaria – nome dado aos abrigos com 2 utilidades fundamentais: a guarda dos petrechos, e local de descanso/pernoite para os pescadores. As paredes das ruínas ofereciam proteção contra a violência do mar, “que batia no paredão e voltava” (Indivíduo 12, Inventário Participativo, 2017). Destaco, em especial, trecho da entrevista do Indivíduo 10, que resume muitos dos usos citados, e indica ainda a privação do espaço:

(...) Depois que fizeram aqui, fecharam tudo né? Fecharam o Museu todo de:./ não tinha mais saída, só tem aquela entrada ali e a saída ali. Mas aquilo ali, antigamente, era tudo aberto. Nós brincávamos aquilo ali, corria para lá, corria para cá. Ali no canto do

Museu, na parte de quem entra do lado direito, lá no finalzinho, tinha 1 quarto de pescaria ali, do Seu Bila. (...) guardava material de pesca, a equipe dele dormia ali dentro (...). Há muitos anos. Aí tinha um tacho, um tacho de metal, ele é grande... enchia, botava ali (+), mais/ uns 200 litros d'água, mais um pouco. Aí colocava umas cascas de aroeira para ferver ali, para tingir a rede. Depois que fervia, apagava o fogo, aí tirava aquela água, colocava no lugar e colocava a rede ali para tingir ela, para... que é para conservar a rede, né? E, hoje em dia, ninguém faz mais isso (...) Mas foi indo, foi indo, foi acabando tudo, acabou tudo. Aí, também fecharam tudo. Aí, virou o Museu, né? Fecharam tudo, reformaram aquilo ali. Aí acabou com tudo de antigamente (Indivíduo 10, Inventário Participativo, 2017).

A intervenção do Estado no espaço que havia sido tombado tem por fundamento central a sua caracterização como patrimônio cultural, definido no artigo 216 da Constituição Federal como os bens materiais e imateriais, referentes à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Uma vez reconhecido como patrimônio cultural nacional, as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa passaram a ser um **bem público**, cujas principais propriedades são “a não rivalidade no consumo e a não exclusão” (Inge Kaul, Isabelle Gunberg & Marc Stern, 2012, p. 42).

Não é demais assinalar, no entanto, o já citado caráter de **bem comum** que a estrutura do Recolhimento tinha para as(os) habitantes locais. Paralelamente ao caráter utilitário e lúdico do ‘21’, os seus pátios serviam também como moradia a 3 famílias tradicionais, que após as querelas enfrentadas pelo IPHAN, em torno da propriedade do edifício e do terreno, foram notificadas a desocupar o imóvel (Maria De Simone Ferreira, 2017, p. 49).

Há no Inventário Participativo testemunhos de indivíduos que nasceram, viveram e, em alguns casos, geraram suas(seus) filhas(os) no sítio histórico transformado em Museu. Duas entrevistas ressaltam o afeto e o orgulho de seus nascimentos na instituição museal: “EU nasci aqui, eu nasci aqui, tenho maior honra de dizer, eu nasci no Museu, eu vou virar múmia e vou para lá. ((risos)) Eu vou para lá, vou virar múmia, eu vou para lá (Indivíduo 3, Inventário Participativo, 2017). O segundo indivíduo gravou seu relato no MAI, e logo no início declara:

É. (+) Eu nasci aqui mesmo, neste local. E era o meu quarto, que eu adorava que era muito grande, como é grande. E:: (+) a história da minha vida foi muito boa quando (+)/, o tempo que eu fiquei aqui, eu adorava isso aqui. Era/ foi a MELHOR casa que eu tinha, que eu TIVE até então, né? (Indivíduo 18, Inventário Participativo, 2017).

Após a retirada das famílias do Recolhimento, foram iniciadas as obras de consolidação dos remanescentes. A intervenção arquitetônica incluiu a construção de novas instalações, necessárias para o funcionamento do Museu: salas administrativas, banheiros e depósito de material de manutenção. O projeto de restauração é de autoria dos arquitetos Edgard Jacintho e Renato Soeiro. O objetivo principal dos profissionais era dotar o espaço com uma função didático-científica, voltada à salvaguarda e difusão dos bens culturais arqueológicos (Mirela Araujo, 2015, p. 45 e 54; Maria De Simone Ferreira, 2012, p.8).

Não há no Arquivo Central do IPHAN registros sobre as medidas posteriores à notificação de desocupação do imóvel, expedida em 25 de setembro de 1969. Mas é possível saber o impacto da desocupação por meio das memórias daquelas(es) que testemunharam o ocorrido, ou sofreram a ação do despejo. É o exemplo do relato do Indivíduo 18, no qual informa que sua família foi morar no '21', por 'concessão' do interventor da Colônia de Pescadores, Hildo de Mello Ribeiro. Segundo o Indivíduo, o interventor era compadre do seu pai, um pescador que sofria de alcoolismo. Compadecido da situação do pescador e de sua família, Hildo permitiu que eles se instalassem no local.

Ao abordar o despejo, as entrevistadoras indagaram ao Indivíduo 18, quem havia retirado a família. Curioso notar a resposta: o próprio Hildo, Conforme anteriormente mencionado, ele servia como um representante local do IPHAN em Itaipu. O Indivíduo 18 assim narra os fatos:

Então, a gente não tinha para onde ir, a gente não tinha casa. Eles deixaram o meu pai e minha mãe com a gente no relento. Isso eu lembro, que isso não é coisa para se esquecer, que doeu muito. Eu lembro que a minha mãe chorava muito quando isso aconteceu, e eu também, eu já era uma criança, mas já era bem evoluída, porque eu tive que aprender as coisas, porque meu pai e minha mãe eram analfabetos, não sabiam ler nem escrever. E eu, por causa disso, tive que me virar em ADULTA. Com 7 anos de idade eu comecei a trabalhar para poder... EU COMER, para eu comer, para eu estudar. Porque dentro da minha casa eu não tinha condições, os meus pais não tinham, e os meus irmãos também. Eu lembro que a gente saiu daqui, a gente, a minha mãe apavorada, falando: "e agora, a gente vai para onde?" (Indivíduo 18, Inventário Participativo, 2017).

O testemunho segue desafiando a(o) leitora(leitor) a não se emocionar com os duros acontecimentos experimentados por uma criança de 9 anos. São situações de frio, fome, violência, abusos etc, derivados da privação de uma necessidade básica: moradia. À falta de um

teto também se soma a impossibilidade de obtenção do direito à educação, à saúde e a outros serviços públicos: água potável, esgoto sanitário, energia elétrica, recolhimento do lixo etc.

Em nome do “interesse da coletividade, e da salvaguarda do patrimônio arqueológico e histórico”, o Museu de Arqueologia de Itaipu foi inaugurado em 22 de março de 1977. Sua primeira equipe foi formada por 1 arquiteta cedida do Museu Nacional, 1 zelador e 2 seguranças provindos da Prefeitura de Niterói. Devido às dificuldades de renovação de cessão das(os) profissionais, o MAI sofreu com incertos momentos de abertura e fechamento, durante os anos de 1978 e 1979. Em 1980 o MAI foi fechado por falta de equipe e para a realização de obras, sendo reaberto somente em 1982 (Mirela Araújo, 2015, p. 65).

Uma reviravolta nessa situação só ocorreria após 2003. Foi o período em que o campo museal construiu uma política pública e conseguiu instrumentos de desenvolvimento. Um dos primeiros desdobramentos da PNM foi a criação, em 2004, do Departamento de Museus e Centros Culturais, no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A instalação de um órgão no IPHAN voltado ao aprimoramento de suas unidades museológicas, e ainda, responsável pela implantação de uma política pública museal, foi algo inédito nos 67 anos da Autarquia federal de proteção do patrimônio.

O fortalecimento institucional dos museus ligados ao DEMU, incluindo o Museu de Arqueologia de Itaipu, se traduz, principalmente, na efetivação de três objetivos principais: recursos humanos, implemento orçamentário⁹⁹ e institucionalização. O primeiro objetivo foi alcançado com o já comentado concurso público promovido tanto em 2006, como em 2010, fato que possibilitou o estabelecimento de um quadro fixo de servidoras(es) no Museu.

Já o processo de institucionalização passou por jogos de força internos, até que em 2007, a *Portaria n° 43* transferiu a gestão administrativa, financeira e patrimonial das unidades museológicas autônomas e vinculadas às Superintendências Regionais (SR's) para a Administração Central, nesse caso, o DEMU. Sobre esse tema específico, Maria De Simone Ferreira assinala em sua tese: “A centralização dos museus no DEMU afetou essencialmente os chamados museus regionais, que sempre se acotovelaram em meio a outras prioridades das superintendências para conseguir verbas para desenvolver suas ações museológicas” (Maria De Simone Ferreira, 2017, p. 271).

Outro instrumento jurídico de fundamental importância foi a *Portaria Normativa n° 1, de 5 de julho de 2006*. Ela tornou obrigatório para os museus do IPHAN a produção do plano

⁹⁹ Os dados orçamentários consultados não discriminam o investimento por unidade museológica. A análise do orçamento anual permite observar o crescimento do investimento financeiro total nos museus ligados ao IPHAN.

museológico. O MAI, com a alocação de novas(os) servidoras(es), incluindo uma museóloga, pode produzir seu planejamento estratégico, consubstanciado no documento *Plano Museológico 2007-2011*. Nele foram indicadas as ações que se desenvolveriam nos anos citados, com indicação de um projeto central: a nova exposição de longa duração. Sua execução foi atrelada à realização de diferentes projetos, que abrangeram desde a restauração da capela histórica - local que abrigaria a exposição - até a realização de ações específicas, relativas à pesquisa e à expografia, tais como: programação visual, iluminação, sonorização, design de vitrines e restauração da canoa centenária (anteriormente retratada na figura 16).

Em 20 de janeiro de 2009, a PNM alcançou uma nova e importante conquista: a promulgação da Lei 11.906, que criou o Instituto Brasileiro de Museus. O Instituto é uma autarquia federal, vinculada ao antigo Ministério da Cultura, hoje Ministério do Turismo, que tem como um de seus objetivos centrais a coordenação, consolidação e ampliação da Política Nacional de Museus, além da gestão das unidades museológicas que integravam a estrutura básica do IPHAN, dentre elas o MAI.

Um ano após a criação do Ibram, as(os) funcionárias(os) do Museu de Arqueologia de Itaipu abriam as portas da capela histórica para a exposição de longa duração *Percursos do Tempo – Revelando Itaipu*. Na inauguração, compareceram os integrantes da Diretoria¹⁰⁰ da nova Autarquia, diretores de museus e profissionais do campo museal, além de membros da comunidade local.

No restrito espaço da capela, 37,44m², a exposição até hoje montada, retrata os 8.000 anos de história local, representados em seu acervo arqueológico. Agrega, igualmente, alguns elementos da cultura pesqueira de Itaipu, com objetos doados pelas(os) moradoras(es) locais, demonstrando a relação estabelecida com a instituição museal. Integram a exposição objetos da **Coleção Aureliano Mattos de Souza** – importante liderança na comunidade pesqueira, cujo apelido é Cambuci – além de outras **doações de particulares** e da **canoa de jequitibá**, cuja construção remonta ao século XIX. Ela foi doada pela Colônia de Pescadores ao Museu, em 1979 (MAI, 2019b).

Convém destacar que a relação do Museu e a comunidade antecede a inauguração da exposição *Percursos do Tempo*. Relatos dos Indivíduos 11 e 12 citam explicitamente a atuação de Vera Gigante, em relação a pesquisa sobre a pesca e as(os) pescadoras(es) locais. Processo,

¹⁰⁰ Em função do cargo ocupado à época, tive a oportunidade de participar da solenidade de inauguração da referida exposição.

inclusive, que resultou na criação da referida Coleção Aureliano Mattos de Souza. Deste mesmo período, há também lembranças sobre as atividades culturais que eram promovidas:

Na sua infância aqui já era o Museu?
Sim, era o Museu. Já era o Museu de Arqueologia.
E aí você vinha então aqui e usava esse espaço?
Usava, porque tinham vários projetos aqui no Museu, então tinha cinema, sessão cinema, tinha atividades para criança (...) (Indivíduo 31, Inventário Participativo, 2017).

O trabalho e a dedicação da administradora do IPHAN não foram suficientes, no entanto, para suprir as carências estruturais da instituição: a restrição do quadro de pessoal (antes da realização dos concursos públicos de 2005 e 2010), aliada a ínfima destinação orçamentária. Essas questões impactavam o trabalho empreendido e, sobretudo, o alcance das ações, considerado aquém do desejado, por alguns membros da comunidade. Uma importante liderança local, em entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira, no dia 11 de julho de 2016, sintetiza as críticas que nutria à instituição museal: “não adianta de nada, um museu que vai ficar só preservando uma ruína. Não fica preservando muito o entorno, então tá preservando só uma ruína” (Jorge Nunes de Souza, Seu Chico apud Maria De Simone Ferreira, 2017, p. 185). Fica explícito o descontentamento do entrevistado com a instituição museológica, que lhe parecia existir apenas para proteger os remanescentes do Recolhimento.

A mudança de orientação conceitual no fazer museológico do MAI poder ser percebida na missão institucional registrada nos Planos Museológicos de 2007 e, posteriormente, de 2011. No primeiro documento, a missão institucional era: “promover a valorização da memória das ocupações humanas pré-cabralinas e posteriores de Niterói através da preservação, da pesquisa e da comunicação de seu acervo, visando ao **acesso irrestrito ao patrimônio arqueológico**” (MAI, apud Mirela Araujo, 2014, p.74, meu grifo em negrito). Já a missão de 2011 expressa: “promover a valorização da memória das ocupações humanas pré-cabralinas e posteriores de Niterói através da preservação, da pesquisa e da comunicação de seu acervo, visando ao **acesso irrestrito aos patrimônios cultural e ambiental** (Museu de Arqueologia de Itaipu, 2011).

A substituição do qualificador ‘arqueológico’ para ‘cultural e ambiental’ retrata a ampliação da compreensão territorial e social, na qual o patrimônio e o Museu estão inseridos. A preservação, como ação abrangente, deve manter a visão da indissolubilidade do que é uno: os bens culturais são fruto dos indivíduos que os produzem e vivenciam.

A inserção da visão antropológica do patrimônio pode ser observada no trabalho realizado com indígenas Guarani, pertencente a Aldeia Tekoa Mboy Ty, que significa Aldeia de

Sementes. No início de 2008, cerca de 50 indígenas tomaram a iniciativa de se estabelecer em um Espaço Sagrado: Camboinhas, sítio no qual estavam os sambaquis destruídos pela empresa de urbanização. Construíram suas habitações em um território de alto valor imobiliário, e em consequência, passaram a sofrer várias ameaças. A Aldeia amargou 2 incêndios. Além de perderem suas ocas e pertences, foram também queimados objetos seculares, como o livro manuscrito pelos Anciões, com segredos da cultura Guarani, e um instrumento musical com 320 anos (Terra de Sementes, 2019).

As(os) profissionais do MAI estabeleceram contato direto com a Aldeia e, em conjunto, montaram uma oca em um dos pátios do Museu. Em seu interior foi montada uma exposição temporária com imagens e objetos produzidos pelos Guaranis, posteriormente doados e incorporados à **Coleção Aldeia Tekoa Mboy Ty**.

Junto a abordagem antropológica, as(os) técnicas(os) do Museu passaram a operar suas ações com os preceitos da Museologia Social. O compromisso social com a comunidade, principalmente relacionado à valorização da memória – em sua diversidade - e o trabalho coletivo e participativo, passaram a pautar os programas, projetos e ações, sejam eles direcionados ao público espontâneo, escolar, ou comunitário local. Exemplificarei essa reorientação com a citação de 2 Programas do *Plano Museológico MAI 2020-2024*.

O Programa Educativo e Cultural é composto por um número expressivo de projetos e ações. Dentre eles, o de maior visibilidade é o *Programa de Educação Socioambiental (PESA)*. Implantado em 2010, o PESA é baseado em 2 premissas básicas: a primeira, é a afirmação da missão institucional, consubstanciada no autoreconhecimento do MAI como um museu integral e de percurso; e a segunda, é a valorização do relacionamento entre a sociedade e o seu patrimônio. Dessa forma, o Programa oferece aos estudantes da rede pública de Niterói a oportunidade de realizar trilhas no PESET, em especial, as relacionadas aos ecossistemas costeiros, para coleta e análise de espécimes da laguna e da Praia. Além disso, são oferecidas visitas guiadas relacionadas aos temas da “arqueologia pré-cabralina e pós-cabralina, o meio ambiente e as questões sociais vivenciadas por grupos tradicionais de moradores da Região Oceânica de Niterói” (MAI, 2019b).

A participação social da comunidade local pode ser dimensionada em várias atividades, inclusive em uma ação transversal aos Programas de Acervos, Pesquisa e de Exposições. Trata-se da identificação coletiva e participativa da **Coleção Ruy Lopes**. Composta por um conjunto de 532 fotografias, em preto e branco, realizadas pelo fotógrafo Ruy Lopes.

As imagens foram produzidas a partir da década de 1960, com uma câmera Rolleiflex 6x6, e retratam a paisagem local de Itaipu, incluindo cenas relativas à prática da pesca, as(os) pescadoras(es) e moradoras(es). O processo de identificação coletiva proporcionou uma qualificação da informação documental das fotografias, tendo sido possível o registro detalhado de lugares e indivíduos. Outro produto gerado foi a montagem da exposição temporária *Faces de Itaipu pelas Lentes de Ruy Lopes* (MAI 2019b).

Figura 22 – Detalhe de painel expositivo do MAI, com foto produzida por Ruy Lopes, e o resultado da identificação coletiva e participativa. Brasil, 2019.

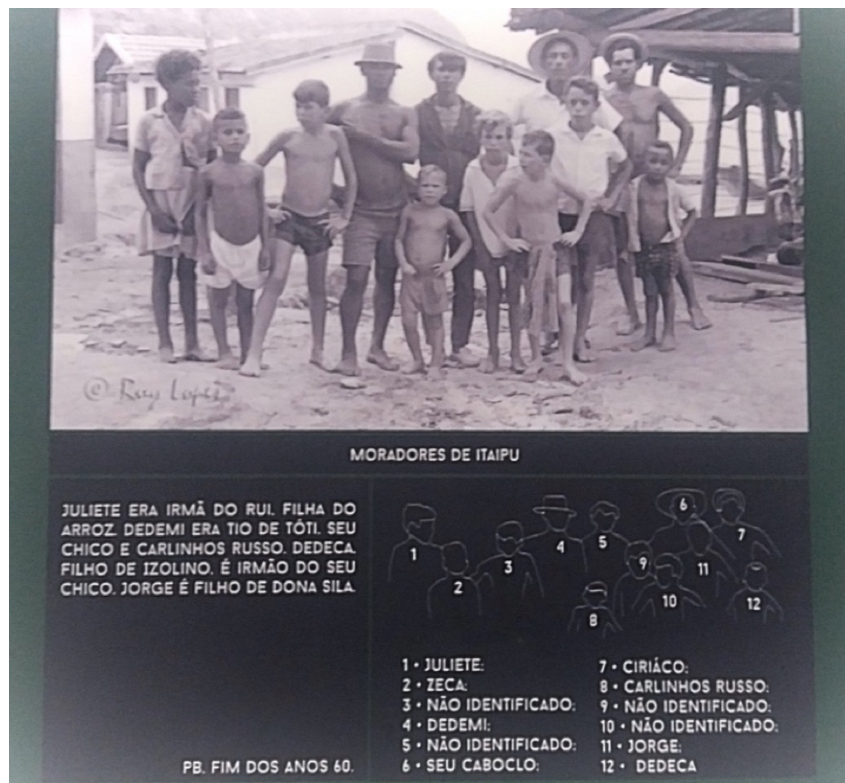


Foto: Rose Moreira de Miranda, 11 de setembro de 2019.

Na figura 22 é possível visualizar parte de um painel expográfico, contendo a reprodução da foto de Ruy Lopes e os indivíduos identificados.

3.5.1 Acervo do Museu

O MAI possui acervos de natureza bibliográfica, arquivística e museológica. As duas últimas categorias apresentam, também, itens em formato digital, ou seja, cópias digitais de acervos analógicos. No caso específico dos bens museológicos, todo o acervo da *Coleção Pessoas e Memórias* é nato digital, ou seja, os originais “nasceram” no formato digital.

Segundo informações constantes do Plano Museológico MAI 2011-2014, o acervo bibliográfico é composto por cerca de 420 itens. Os livros são preponderantes, seguidos pelos periódicos científicos e revistas ligados às áreas do Patrimônio Cultural, Antropologia, Sociologia, Artes Visuais, Meio Ambiente, Arqueologia, Arquitetura, Museologia, Educação, História e História de Niterói.

O acervo arquivístico do Museu é de caráter histórico-institucional e abrange documentação distribuída em 11 categorias, que correspondem aos Programas do Plano Museológico. A saber: 1. Plano Museológico; 2. Institucional; 3. Gestão de Pessoas; 4. Acervos; Exposições; 6. Educativo e Cultural; 7. Pesquisa; 8. Arquitetônico; 9. Segurança; 10. Financiamento e Fomento e 11. Difusão e Divulgação.

Em consonância com o objetivo desta investigação, a análise deste subcapítulo é centrada no acervo museológico, que abriga bens culturais de natureza arqueológica, etnográfica e antropológica. Todos os bens museológicos passaram por recente processo de organização, higienização, organização e documentação.

Como opção metodológica, decidi tratar e descrever o surgimento da maioria das coleções museológicas, ao longo do capítulo 3, ou seja nos itens 3.1 a 3.4. A intenção principal deste mecanismo é oferecer uma contextualização de cunho histórico-social às decisões de musealização de determinado agrupamento de objetos. As 9 coleções do MAI anteriormente citadas, estão abaixo discriminadas, em ordem de citação no texto.

1. Coleção Pessoas e Memórias
2. Coleção de Blocos Testemunhos do Sambaqui de Camboinhas
3. Coleção Hildo de Mello Ribeiro
4. Coleção Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa
5. Coleção Aureliano Mattos de Souza
6. Doações de particulares
7. Canoa de jequitibá
8. Coleção Aldeia Tekoa Mboy Ty
9. Coleção Ruy Lopes

3.5.2 Documentação do acervo museológico do MAI

A **documentação física** do acervo museológico é composta por um único modelo de ficha de catalogação, denominado *Ficha de Catalogação de Objeto/Peça Arqueológica*. Como o próprio nome indica, foi especificamente projetado para a catalogação do acervo de natureza arqueológica, pertencente à Coleção Hildo de Mello Ribeiro. O Museu não possui livro de registro ou qualquer outro instrumento de documentação.

Não se sabe, com precisão, quando a *Ficha de Catalogação de Objeto/Peça Arqueológica* foi desenvolvida. Contudo, como o cabeçalho do documento dispõe os nomes dos órgãos aos quais o MAI estava vinculado, é possível afirmar que o instrumento foi produzido entre 1979 – 1990. Este foi o período em que o IPHAN mudou sua nomenclatura. Passou a ser denominado Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e seu funcionamento foi atrelado à Fundação Nacional Pró-Memória. Em 12 de abril de 1990, a Lei 8.029 extinguiu os dois órgãos e, sem substituição, criou o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) (Maria Cecília Londres Fonseca, 2005, p. 240).

Na figura 23 estão reproduzidas a frente e o verso da *Ficha de Catalogação de Objeto/Peça Arqueológica*. É possível observar que ela possui 17 campos informacionais. Como o instrumento documental foi projetado para que as informações fossem datilografadas ou manuscritas, é interessante notar que a maioria dos campos apresentam 1 cm de altura, fato que aponta para uma prévia expectativa de inserção de um número mínimo de dados. Exceção são os campos 3.Unidade Federativa; 12.Localização; 13.Descrição; 14.Fotografias ou Croquis e 17.Observações.

A análise realizada nas 963 fichas de catalogação presentes no Museu permite algumas conclusões. Em primeiro lugar, é possível afirmar que nenhuma ficha apresentava identificação visual (desenho ou fotografia) do objeto catalogado. Percebe-se, igualmente, que a catalogação fez parte de uma ação concentrada, promovida entre os dias 22 de abril a 12 de novembro de 1986. O trabalho foi realizado por 2 arqueólogas: Vera Lúcia de Sá Machado e Wanda Martins Lorêdo.

Figura 23 - Frente e Verso da Ficha de Catalogação de Objeto/Peça Arqueológica do MAI, Brasil.

MinC - SPHAN - 6ª DR Fundação Nacional <u>pró</u> Memória				Nº JC-18 - 925								
FICHA DE CATALOGAÇÃO DE OBJETO / PEÇA ARQUEOLÓGICA												
1-UNIDADE MUSEOLÓGICA:		MUSEU ARQUEOLÓGICO DE ITAIPÚ (Coleção Hildo de Mello Ribeiro)			2-MUNICÍPIO:		NITERÓI		3-U.F.		RJ.	
4-OBJETO/PEÇA:				5-MATERIAL:		6-ESTADO DE CONSERVAÇÃO:						
VÉRTEBRA				ÓSSEO		REGULAR						
7-SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE ORIGEM:					8-MUNICÍPIO:			9-U.F.				
RJ-JC-18 DUNA GRANDE					NITERÓI			RJ.				
10-PESQUISADOR/COLETOR:					12-LOCALIZAÇÃO:							
HILDO DE MELLO RIBEIRO					RT- E - P5							
11-MEDIDAS EM CENTÍMETROS												
COMPRIMENTO:			LARGURA:			ALTURA:			ESPESSURA:			
									7,3			
DIÂMETRO:			PESO:									
21,0			1,245									
13-DESCRIÇÃO								14-FOTOGRAFIA OU CROQUIS				
Vértebra de cetáceo incompleta compreendendo apenas a parte esponjosa do corpo.												
15-DATA DA CATALOGAÇÃO						16-ASSINATURA DO CATALOGADOR						
Rio, 24/09/86						Wanda Marlene Louro						
17-OBSERVAÇÕES:												

Não logrei sucesso em localizar na Internet informações adicionais à formação acadêmica e o desenvolvimento profissional de Vera Lúcia de Sá Machado. Já sobre Wanda Martins Lorêdo, consegui descobrir que ela é filha de Judith Martins, carinhosamente conhecida como Dona Judith. Ela foi uma das primeiras funcionárias do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ingressou em abril de 1936 no recém-criado órgão, sendo uma das secretárias de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o primeiro dirigente da Instituição. Posteriormente, se tornou uma importante pesquisadora dos artistas mineiros do século XVIII e XIX. Em 1962, substituiu Carlos Drummond de Andrade no cargo de chefe da Seção de História e Arquivo (AnaLucia Thompson, 2010).

Dada a intensa atividade de D. Judith junto ao patrimônio cultural, é provável que a incursão de Wanda Lorêdo na mesma área, tenha parcela de influência da mãe. Wanda se tornou especialista em conservação arqueológica no Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres e, em 1983, integrou a equipe da Coordenadoria de Arqueologia da SPHAN (Wanda Lorêdo, 1987, p. 216). Foi autora do *Manual de Conservação em Arqueologia de Campo*, publicado em 1984 pelo IBPC, uma obra de referência, muitas vezes citada na produção brasileira da área.

Após o intenso trabalho de catalogação do acervo arqueológico do MAI, promovido por Wanda e Vera em 1986, observa-se que um novo preenchimento da ficha de catalogação só ocorreu em 05 de dezembro de 2011. Trata-se da catalogação de um fragmento de objeto arqueológico, previamente catalogado em 1986. Observa-se que nesse ano, se utilizou um novo modelo de ficha. Os campos de informação são similares ao modelo anterior, sendo a mudança mais evidente a constante do cabeçalho. O Instituto Brasileiro de Museus surge em substituição à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Todas as fichas de catalogação do MAI, produzidas em 1986 e 2011, foram individualmente acondicionadas em envelopes de papel pardo. Dada a acidez do suporte, muitos exemplares estavam amarelados e/ou com incidência de infestação de traças. Algumas dessas fichas apresentavam pequena perda de informação, causada pelos buracos irregulares, típicos da alimentação desse inseto.

Projeto desenvolvido pelo Museu, com investimento de emenda parlamentar destinada pelo Deputado Federal do Rio de Janeiro Alessandro Molon, do Partido Socialista Brasileiro, possibilitou a conferência e higienização de todo o acervo, a realização de fotografias e o seu acondicionamento. Todas as fichas de catalogação também passaram por processo de conservação, e foram digitalizadas.

Na esteira do mesmo Projeto, as técnicas do Museu desenvolveram um terceiro modelo de ficha catalográfica para o acervo arqueológico. Utilizaram como base o padrão produzido pelo Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota, coordenador do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da Universidade Estadual de Maringá (Paraná – Brasil), para registro dos acervos arqueológicos. Esta ficha vem sendo utilizada pelo pesquisador em projetos ligados a acervos arqueológicos, como por exemplo o *Projeto Inventário e curadoria da coleção arqueológica Benedito Alves de Almeida do Museu Histórico de Santo Inácio, estado do Paraná* (2017) e o *Projeto Pesquisa sobre patrimônio cultural, material e imaterial e inventário de acervos arqueológicos de instituições e museus dos municípios impactados pela Linha de transmissão 230 kV Londrina-Maringá* (2016-2017).

Adicionalmente, foram necessárias algumas adaptações no instrumento documental originalmente desenvolvido pelo Prof. Lucio Mota, com o objetivo de atendimento às exigências da Resolução Normativa nº 02/2014 do Instituto Brasileiro de Museus (MAI, 2018b).

Cumpridas todas estas etapas, as informações documentais do acervo museológico estavam prontas para serem inseridas na plataforma digital de documentação e disseminação do acervo do Museu, denominada *Tainacan Museus de Acervo do MAI*.

3.5.2.1 Plataforma digital de documentação e disseminação do acervo museológico do MAI

Conforme previamente explanado na Apresentação desta investigação, o Museu de Arqueologia de Itaipu, após realizar análises técnicas, optou por adotar a plataforma Tainacan Museus. Trata-se de uma solução digital de inventário, gestão e difusão de acervos museológicos, fruto da parceria da SPC/MinC, da CGSIM e do L3P/UFG.

Com relação específica ao Museu de Arqueologia de Itaipu, o lançamento do site institucional (<http://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/>) e da plataforma *Tainacan Museus de Acervo do MAI* (http://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/museu-itaipu/#/?view_mode=records) ocorreu no dia 14 de julho de 2019. A cerimônia foi aberta ao público, e contou com apresentações das(os) profissionais envolvidas(os) na ação, somada à demonstração da nova plataforma digital.

Até o dia 02 de dezembro de 2019, existiam na plataforma digital de *Acervo do MAI*, 1.049 objetos publicados, pertencentes as seguintes coleções: Blocos Testemunhos do Samba-

qui de Camboinhas (7 objetos), Hildo de Mello Ribeiro (866 objetos), Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (114 objetos) Aureliano Mattos de Souza (14 objetos); Doações de particulares (35 objetos, Canoa de jequitibá (1 objeto) e Aldeia Tekoa Mboy Ty (2 objetos). As Coleções Pessoas e Memória e Ruy Lopes ainda não foram disponibilizadas para consulta pública.

Na plataforma, a visualização das informações sobre os objetos pode ser realizada no formato tabelas; cartões; fichas; miniaturas e mosaico. Em todas as opções, a(o) usuária(o) pode regular o número de resultados por página, os metadados que deseja visualizar, bem como a sua ordenação.

Os filtros de busca padrão (previamente oferecidos pelo Museu na plataforma) são: número de registro, objeto/denominação, procedência, projeto de catalogação do Museu, material e matéria prima. Na busca avançada é possível pesquisar os 37 metadados disponíveis, adicionando, ainda, livres critérios de busca (termo, expressão, número, data etc).

Os resultados da busca podem ser exportados para os formatos JSON¹⁰¹, HTML, CSV¹⁰² e PDF¹⁰³. Há também a previsão de compartilhamento dos conteúdos nas contas pessoais do Facebook e/ou Twitter da(o) usuária(o). Por fim, importa informar que a plataforma é acessível em libras.

3.5.2.2 Testando a recuperação da informação na plataforma digital do MAI

Para o teste de recuperação da informação na plataforma digital, escolhi um item da Coleção Hildo de Mello Ribeiro. A seleção levou em conta o fato dela ter sido integralmente catalogada em 1986. Além disso, a Coleção se tipifica por conter objetos descobertos nos sítios arqueológicos de Itaipu que, posteriormente, foram doados pelas(os) moradoras(es) ao Museu. Esses objetos não possuíam notações sobre a procedência.

¹⁰¹ O JSON é um formato de troca de dados entre sistemas, independente das suas linguagens de programação, derivado do JavaScript. Em 2017 muitas linguagens de programação incluíram o código para gerar, analisar sintaticamente dados, e também convertê-los para objetos da linguagem.

¹⁰² A sigla CSV deriva da denominação *Comma Separated Values*. Nesse sentido, um arquivo CSV contém valores separados por vírgula, o que permite o agrupamento dos valores em planilhas eletrônicas.

¹⁰³ O *Portable Document Format* (PDF) é um formato utilizado para compartilhar e exibir documentos, independentemente do *software*, do *hardware* ou do sistema operacional. Foi projetado pela Adobe.

A descoberta de tal omissão é narrada pelo Indivíduo 37, cujo local de gravação da entrevista foi o MAI. Apesar do extenso trecho, a leitura vale pelo relato que alterna entre o prazer do achado na Duna, e a posterior surpresa em divisar que seu nome não figurava como doador(a).

(...) a Duna também era uma área liberada, também fazia parte do quintal de casa. Ali era a área da gente brincar de paleontólogo. A gente ia lá, pegava ossos, achávamos muitas coisas antigas e coisas que não eram tão antigas assim, mas a gente achava tudo o máximo, achava que aquilo tinha uma importância incrível para a vida da gente. A gente sempre pegava as coisas, primeiro mostrava em casa, e depois trazia para o Museu, aqui no Museu a gente sabia a importância real daquilo, se aquilo realmente fazia parte da história ou não, mas primeiro a gente levava para todo mundo ver e saber que a gente que achou. Até os ossos de baleia enorme, que a gente precisou achar um carrinho de mão emprestado para poder trazer(...) Era um fóssil de baleia, e a gente teve muito orgulho disso! (...) Esse a gente trouxe direto para cá! Porque a gente estava com uma coisa de que aquilo era tão maravilhoso, que primeiro a gente precisava saber o que era, depois a gente mandava a comunidade vir aqui conhecer. Era um fóssil de baleia, e a gente teve muito orgulho disso! Aí uma vez a gente soube, antigamente o que acontecia, uma pessoa da Colônia, que eram pessoas de fora da comunidade da pesca em si, que gerenciavam aqui a Colônia, o Interventor da Colônia da época, tudo o que a gente encontrava e doava ficava em nome dele. Aí uma vez teve um acervo, e teve uma exposição no Museu lá no Rio de Janeiro, e vi que estava tudo em nome dele, tudo o que tinha achado. Nunca mais trouxe nada para o Museu, e nunca mais fui procurar, fiquei muito mal! Esse osso de baleia, que era mais incrível, foi dado à gente e a autoria de ter encontrado. Mas por muitas e muitas décadas, todas essas descobertas eram dadas à coordenação, direção de um órgão, que estava ali para fiscalizar a comunidade, não era dado à gente, isso me deixava muito triste (...) A gente também não tinha muito contato com as pessoas que trabalhavam aqui, a gente não vinha muito, era outra situação, mas essas 2 coisas acabaram me afastando mais ainda da história, porque eu via isso aqui como fosse o lugar de ter história da comunidade, não só da comunidade, mas uma história local que contasse como isso aqui começou, a gente não tinha acesso e não tinha os méritos de trazer nossa história para cá e isso afastou a gente por muito tempo (Indivíduo 37, Inventário Participativo, 2017).

O objeto acima mencionando é uma vértebra incompleta de baleia, cuja imagem está reproduzida na figura 24.

A ficha de catalogação mais antiga do objeto, existente no Museu, foi realizada em 24 de setembro de 1986. Ela está reproduzida na figura 23. Pode-se observar que o nome Hildo de

Mello Ribeiro aparece 2 vezes no instrumento: no item 1.Unidade Museológica, espaço no qual está o nome do Museu e a denominação da Coleção; e no campo 10.Pesquisador/coletor. Adicionalmente há os seguintes dados: Número; 2.Município (Niterói); 3.UF (RJ); 4 .Objeto/Peça: Vértebra; 5 .Material: ósseo; 6.Estado de Conservação: Regular; 7.Sítio arqueológico de origem (RJ-JC-18 Duna Grande); 8.Município: Niterói; 9.UF: RJ; 11 – Medidas em centímetros: 7,3 espessura - 21,0 de diâmetro 1.245 peso; 12.Localização no Museu: RT-E-P5 e 13.Descrição: vértebra de cetáceo incompleta compreendendo apenas a parte esponjosa do corpo.

Figura 24 - Vértebra de cetáceo (baleia). Acervo do Museu de Arqueologia da Itaipu. Brasil, 2019



Fonte: Museu de Arqueologia de Itaipu. Acedido em Novembro 18, 2019.

Na figura 25 está reproduzida a saída dos dados catalográficos do mesmo objeto, na plataforma *Tainacan Museu do Acervo do MAI*. A reprodução da página eletrônica foi realizada em 02 de dezembro de 2019.

Figura 25 - Ficha catalográfica de vértebra de cetáceo presente na Tainacan Museu do Acervo do MAI. Brasil, 02/12/2019

<p>Miniatura</p> 	<p>Classificação 16 Amostras/Fragmentos</p> <p>Resumo descritivo Vértebra de cetáceo incompleta compreendendo apenas a parte esponjosa do corpo</p> <p>Nº de partes 1</p> <p>Estado de conservação Regular</p> <p>Datação Não se aplica</p> <p>Largura (cm) Não se aplica</p> <p>Espessura (cm) 1,1</p> <p>Diâmetro (cm) 21,5 cm</p> <p>Comprimento (cm) Não se aplica</p> <p>Peso (g) 1210</p> <p>Matéria prima Ósseo</p>	<p>Observações Excesso de areia e poeira foram retirados. Diminuindo seu peso original. Partes da peça ainda apresentam areia fina incrustada. Peça encontrava-se disposta sobre a prateleira na estante sem vedação</p> <p>Histórico Projeto: Catalogação da Coleção Hildo de Mello Ribeiro: Wanda Martins Lóredo, em 24/09/1986; - Inventário Participativo do Museu de Arqueologia de Itaipu (2017).</p> <p>Projeto de Catalogação Projeto: Catalogação da Coleção Hildo de Mello Ribeiro: Wanda Martins Lóredo</p> <p>Data do Projeto de Catalogação 1986/09/24</p> <p>Condições de reprodução Domínio público, ver http://museudearqueologiadeitaipu.museum.gov.br/r/producao-de-imagens-do-acervo-2/</p> <p>special_document http://museudeitaipu.museum.gov.br/FOTOS_GERAL/JC-18-925_1.jpg</p> <p>special_attachments http://museudeitaipu.museum.gov.br/FOTOS_GERAL/JC-18-925_2.jpg http://museudeitaipu.museum.gov.br/FOTOS_GERAL/JC-18-925_3.jpg</p>
<p>Compartilhar</p> 	<p>Nº de registro JC-18-925</p> <p>Denominação Vértebra</p> <p>Data da entrada no acervo 04/08/1986</p> <p>Procedência Sítio Arqueológico Duna Grande</p> <p>Modo de aquisição Comodato</p> <p>Doador Hildo de Mello Ribeiro</p> <p>Material/técnica Ósseo</p>	

Pode-se observar que além das informações constantes do instrumento datado de 1986, a ficha catalográfica veicula uma imagem colorida do objeto, informações atualizadas do seu estado de conservação, nome e data do projeto de catalogação e condições de reprodução da imagem.

Após a leitura do relato realizado pelo Indivíduo 37, fui realizar uma pesquisa na plataforma digital para descobrir o aspecto visual do objeto, e para verificar se ele ainda pertencia à Coleção Hildo de Mello Ribeiro. Inseri os termos utilizados pelo entrevistado: “baleia”, posteriormente “osso de baleia”, e por fim “fóssil de baleia”. Nenhuma das 3 pesquisas retornou resultado. Tendo conhecimento do nome do indivíduo, procedi uma busca com todas as combinações possíveis (a) nome; b) nome + primeiro sobrenome; c) nome + primeiro sobrenome + último sobrenome; d) nome + último sobrenome) e também não obtive resultado. Somente após entrar em contato com o museu, obtive a orientação para realizar a busca com o termo ‘cetáceo’, situação que propiciou o aparecimento de 2 itens do acervo do Museu na plataforma. Finalmente, com novo auxílio do museu, digitei a expressão ‘vértebra cetáceo’ e, finalmente, consegui localizar o objeto.

Eu não tinha as informações posteriores ao processo de catalogação realizada no museu, para saber que o objeto encontrado era uma vértebra. E, frente aos meus poucos conhecimentos biológicos, eu não consideraria utilizar o nome científico cetáceo, que segundo o Dicionário Aurélio, se relaciona a “(...) ordem dos mamíferos aquáticos, desprovidos de pelos, com os membros anteriores transformados em nadadeiras. Ex. baleias, golfinhos e botos” (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 2008, p. 141).

Não tive a oportunidade de perguntar ao Indivíduo se ele tentou fazer o mesmo experimento, e se logrou sucesso ao encontrar a informação. Também não sei qual seria sua reação em observar que, o objeto por ela(e) doado, continua incluído na Coleção Hildo de Mello Ribeiro. Com relação a este assunto específico, é preciso informar que, em entrevista com a museóloga da instituição, foi possível saber que as novas informações relativas ao acervo do Museu, obtidas no Inventário Participativo, iriam ser modificadas nos instrumentos documentais. O trabalho só não havia sido realizado, em virtude do problema crônico que afeta a maioria das instituições museológicas do Ibram: a carência de pessoal, que gera sobrecarga de ações e responsabilidades. Neste mesmo capítulo, eu havia mencionado a realização dos concursos públicos, de 2005 e 2010, que permitiram a admissão de funcionárias(os) no quadro do Museu. Ocorre que o número de vagas autorizado pelo Ministério do Planejamento, para ambos os concursos, não foi suficiente para resolver o passivo do IPHAN, de alto déficit de pessoal. Além

disso, à medida que o Museu passou a ampliar suas ações, também cresceu a necessidade de profissionais para o planejamento, promoção e avaliação das atividades.

A lacuna de pessoal também afeta a experiência de localização do ‘osso de baleia’ na plataforma *Tainacan Museus do Acervo do MAI*. Primeiro, é preciso lembrar que, em qualquer sistema digital, só é possível recuperar dados previamente inseridos. No caso anteriormente explicitado, nenhum metadado continha os termos “baleia”, “osso”, “fóssil” ou, ainda, o nome da(o) verdadeira(o) doadora(doador). As informações que estão na plataforma são derivadas, em sua maior parte, da ficha catalográfica realizada por arqueólogas, em 1986. Nesse caso, observa-se a utilização de termos científicos, que possivelmente sejam mais utilizados pela área. Ocorre que na atualidade, os sistemas eletrônicos permitem que se alie os termos científicos à linguagem comum, sem que o procedimento afete a qualidade necessária à documentação. Pelo contrário! Aliar diferentes linguagens, com vistas a ampliação dos resultados de recuperação de dados, resulta na potencialização do uso da plataforma digital. A conversão linguística é, no entanto, trabalho que demanda profissionais especializadas(os) e experientes.

Infelizmente, a equipe do MAI não dispõe de arqueólogo(o) ou um especialista em documentação. Nesse caso, se poderia pensar em outras alternativas: estabelecimento de parcerias com universidades, ou contratação de serviços especializados de entidades profissionais ou empresas de consultoria especializadas. Ocorre, no entanto, que conforme anteriormente assinalado, o ambiente acadêmico da Arqueologia não demonstra interesse em pesquisar objetos compreendidos como ‘não-científicos’. Igualmente, é importante explicitar os incontáveis entraves jurídicos e administrativos para a contratação de serviços técnicos especializados no setor público, principalmente no caso do órgão contratante ter a previsão de admissão, por concurso público, da mesma categoria profissional. Por fim, resta admitir que nem toda(o) museóloga(o) é especializada(o) em técnicas documentais/informacionais. Como em qualquer formação superior, é possível adquirir uma variedade de conhecimentos, que só serão desenvolvidos mediante oportunidades e/ou interesse próprio.

Todas estas questões se revestem, ainda, de maior importância, quando a *Coleção Pessoas e Memórias*, derivada do Inventário Participativo, for tratada. Tema a ser explorado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – TRANÇANDO OS FIOS

Caminhante, não há caminho: o caminho se faz ao andar.
Antônio Machado

Este último capítulo se dedica aos estudos e procedimentos empreendidos para a documentação museal das 40 entrevistas realizadas no *Projeto Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*, do Museu de Arqueologia de Itaipu. Ele descreve os resultados parciais de um longo processo composto por investigações teóricas, diálogos contínuos com a equipe do MAI, e trabalhos práticos, realizados no período de 2016 a dezembro de 2019 - momento de fechamento desta tese. A palavra parcial é utilizada, propositalmente, por 2 motivos. Primeiro, por considerar a documentação museal como uma ação continuada, sem um fim determinado. E segundo, por ela - assim como todas as outras atividades museais - estar sujeita aos altos e baixos institucionais. São flutuações derivadas de fatores internos, que podem estar atrelados a recursos orçamentários, materiais e humanos, ou ainda, a fatores externos, como a reorientação ideológica de políticas públicas que, atualmente no Brasil, indicam a desarticulação da área cultural.

Em 3 anos de pesquisa muitos eventos se passaram. Alguns, em particular, impactaram fortemente a proposta e os resultados aqui apresentados. Por isto, ao invés de registrar esses relatos no subitem Metodologia - pertencente à Apresentação - julguei ser didático aproximar o contexto da trajetória da pesquisa aos seus produtos derivados.

A documentação é uma ação frágil nas instituições museais brasileiras e portuguesas. Baseio minha afirmação nos dados revelados pelos estudos, de âmbito nacional, empreendidos por Brasil e Portugal. Trata-se, respectivamente, do *Cadastro Nacional de Museus* (CNM), com dados dos anos 2000 a 2010¹⁰⁴, promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus, e o *Inquérito aos Museus* aplicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) – Portugal. A investigação compreende, também, os anos 2000 a 2010.

Segundo as averiguações nacionais, é muito baixo o número de museus que dispõem de informações documentais atualizadas. Em 2009, no Brasil, apenas 25% dos 1.500 museus, que responderam ao questionário de pesquisa, afirmaram poder informar a quantidade exata de objetos preservados (Ibram, 2010). Em Portugal, no mesmo período, 36,9% das 683 instituições

¹⁰⁴ Em 2014, a Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal do Ibram promoveu a Pesquisa Anual de Museus (PAM). O formulário de pesquisa continha um bloco de questões sobre acervo, incluindo 2 (duas) perguntas específicas da prática documental. Decidi utilizar a pesquisa do CNM em detrimento da PAM, por dois motivos: O CNM apresenta um número maior de respostas válidas, e sua cobertura temporal apresenta maior similaridade com Portugal, permitindo a comparabilidade entre as informações.

participantes do *Inquérito aos Museus* apresentavam o “inventário museológico sumário” ou “inventário museológico desenvolvido”¹⁰⁵ (José Soares Neves et al., 2013, p. 69).

Essas porcentagens ficam ainda mais drásticas quando se adensam os graus de informação, representação e disseminação das informações. Em Portugal, o *Inquérito aos Museus* demonstra que a porcentagem de instituições com bens fotografados não alcançava os 10% do total dos bens inventariados. Outro dado importante, é a porcentagem dos bens registrados em bases de dados. A taxa oscilou entre os 4,6%, no ano 2000, a 11,9%, em 2009. Apesar do aumento do número de itens digitalmente catalogados, representar mais de 100% em 10 anos, o número total de objetos museológicos portugueses em bases de dados é ainda baixo.

No Brasil, os dados foram medidos de forma diferenciada. As instituições museais foram indagadas se possuíam documentação fotográfica, e se utilizavam bases de dados. Ou seja, a resposta às questões não permite aferir o número de bens culturais preservados, que estão fotografados ou inseridos em *softwares*. Esse fato pode explicar uma elevação das mesmas taxas no caso brasileiro: 34,7% dos museus declararam possuir documentação fotográfica, e 26,1% afirmavam utilizar *softwares* de catalogação.

Com tal quadro de deficiência informacional, é muito comum que os museus no Brasil tenham um zelo especial em conceder acesso a sua documentação. Para além da segurança necessária e requerida à determinadas informações sobre o acervo, determinadas exigências com alto grau de dificuldade em serem cumpridas, podem transparecer receio da consulta aos instrumentos documentais. É como se as lacunas informacionais pudessem indicar fragilidades institucionais.

Como informado na Apresentação, eu não pertencço ao quadro de pessoal do MAI. Portanto, uma proposta de pesquisa sobre a documentação museal da instituição, poderia suscitar receios. No entanto, ocorreu justo o contrário. Foi surpreendente a recepção da equipe do Museu a minha proposta de investigação, apresentada no fim de 2016. Mesmo sabendo que a atividade demandaria exaustiva busca e livre acesso ao sistema documental do MAI, obtive não só a anuência, como o apoio de toda a equipe do Museu para realizar o estudo. Em especial,

¹⁰⁵ “Inventário museológico sumário” – registro de identificação básica do objeto, incluindo o proprietário, o número, a denominação e os dados de incorporação, autoria, datação, dimensões e uma imagem.

“Inventário museológico desenvolvido” - inventário com os dados da categoria [inventário museológico sumário] somado a elementos relativos à produção, interpretação, descrição, proveniência remota, movimentações realizadas, bem como a sua divulgação através de exposições e publicações (José Soares Neves et al., 2013, p. 69).

destaco o entusiasmo e a parceria de Bárbara Primo e Mirela Araujo, idealizadoras e responsáveis do Inventário Participativo.

As profissionais são também autoras e gestoras do *Projeto de Catalogação* do acervo museológico do MAI. Como explicitado no Capítulo 3, o Projeto englobava ações de higienização, conferência dos dados documentais – incluindo marcação no objeto - realização de fotografia digital, acondicionamento, e inserção dos dados de todas as fichas catalográficas na *Tainacan Museus do Acervo do MAI*. Desejava-se que a partir do novo site institucional do Museu, a plataforma digital oferecesse acesso irrestrito às informações documentais.

No início de 2017, meu relacionamento com a instituição passou a ser mais estreito e continuado. Este foi o período em que acompanhei os primeiros contatos do MAI com a ferramenta digital Tainacan Museus, incluindo todos os trâmites burocráticos ocorridos em Brasília, sede do Ibram. Também pude acompanhar os contatos entre o Museu e a equipe de professoras(es) e profissionais da UFG, no tocante às adaptações específicas da plataforma para as particularidades do MAI, e o estabelecimento de procedimentos necessários para a migração de dados. De forma especial, tive a oportunidade de assistir ao primeiro treinamento de uso da ferramenta digital, assim como as primeiras reuniões nas quais foram debatidas ideias, visões, propostas e possibilidades para o novo site institucional. Ambos acontecimentos ocorreram em Goiânia, cidade que sediava o Projeto Tainacan.

Mesmo morando em Brasília, cidade que dista 1.193 km de Itaipu, julguei, inicialmente, que conseguiria acompanhar as atividades do Museu. No entanto, por razões não planejadas, os encontros presenciais foram diminuindo. Este fato me provocou um enorme receio: o estabelecimento de uma relação desigual, tanto com as profissionais do Museu, como com a comunidade de Itaipu. Por isso, em uma decisão unilateral, em junho de 2017, comuniquei às profissionais Bárbara e Mirela, minha mudança de planos.

Reformulei o trabalho, e decidi enveredar por um caminho teórico de questionamento da documentação museal. No entanto, quanto mais eu adensava meu olhar sobre a área que procura espelhar um comportamento iminentemente técnico e isento de subjetividade, mas eu constatava alguns efeitos práticos dessa formulação discursiva. É inegável que a documentação museal é um saber, e como tal, suscetível a critérios subjetivos que envolvem todo o seu fluxo.

Foi justo nesse momento que tive um *insight* em relação aos Projetos do MAI. Percebi que o meu objeto de estudo anterior, não demandava uma prática interativa em tempo integral. Os conhecimentos do Museu e da comunidade, já acumulados, junto ao acesso às entrevistas

do Inventário Participativo, eram suficientes para uma proposição teórica e prática de documentação museal para a *Coleção Pessoas e Memórias*. Além disso, percebi que poderia existir uma possível vantagem na minha não-interação continuada com o território. Meu olhar sobre os conteúdos das entrevistas, se aproximaria dos possíveis estranhamentos causados a qualquer indivíduo não pertencente à cultura local, principalmente no tocante à chamada sociolinguística, ou seja, o emprego de termos e gírias comumente utilizados em Itaipu.

Sendo assim, no fim de 2018, apresentei uma nova proposta de pesquisa à Barbara e Mirela. Como na primeira vez, as duas receberam a ideia com imenso carinho.

Recomecei a trabalhar mais estritamente com o museu, em maio de 2019. Nesse período todas as 40 entrevistas do Inventário Participativo já haviam sido realizadas, assim como suas transcrições e revisões. Tive acesso completo ao material do Inventário Participativo: imagens, áudio e as versões revistas das transcrições. A fim de resguardar a intenção de manutenção do ‘estranhamento’, intuí que seria melhor não ver/ouvir os testemunhos. Para o primeiro momento de contato com o material, preferi que a leitura do material transcrito fosse o único meio de acesso aos conteúdos. Posteriormente, ao examinar a literatura especializada da área, compreendi que o distanciamento por mim pretendido, é chamado pela literatura especializada de ‘excisão’. Momento em que se separa o que foi vivido no momento da entrevista, ao que foi transcrito (Queiroz apud Eduardo Manzini, 2008, p. 5). Minha intuição se provou correta.

O volume de trabalho relativo à leitura das transcrições, sua organização informacional e posterior adaptação para processamento no *software* de análise de conteúdo, ultrapassou todos os prazos inicialmente calculados. Essa foi a parte do trabalho mais morosa e árdua, demandando uma dedicação diária de todas as profissionais envolvidas. Após três meses de trabalho ininterrupto (envolvendo sábados, domingos e feriados) não havíamos alcançado a revisão e sistematização de 50% das entrevistas. Isso porque, fomos obrigadas a retornar várias vezes as entrevistas que já haviam sido corrigidas, para acertar procedimentos que foram sendo estipulando ao longo do caminho. Apesar desta etapa da tese ter se constituído em uma tarefa gigantesca, ela foi, ao mesmo tempo, a mais rica, poderosa e transformadora experiência que tive a oportunidade de vivenciar.

Por fim, é importante informar que no final de setembro de 2019, na oportunidade da vinda da museóloga Mirela Araujo a Brasília, para participar do IV Seminário Brasileiro de Museologia, ela pode me comunicar pessoalmente que havia sido aprovada no concurso para o cargo de Diretora do Museu da Abolição, em Recife – Brasil. A notícia me causou imensa alegria, pois traduzia um reconhecimento da sua capacidade profissional. Mas, ao mesmo

tempo, também provocou uma forte apreensão. Comecei a calcular os prejuízos à pesquisa, frente a saída da única museóloga lotada no museu.

Eu estava repensando as etapas e o cronograma da pesquisa, quando pouco dias depois, recebi uma ligação telefônica da Bárbara Primo. Ela anunciou que sua transferência para o Museu Histórico Nacional, localizado no Rio de Janeiro – Brasil, havia sido aprovada. Nessa instituição, ela desejava exercer as atividades de arquivista. Tratava-se de uma nova oportunidade para ela pôr em prática os ensinamentos da sua segunda graduação, em processo de finalização, na Universidade Federal Fluminense.

A saída das duas profissionais do MAI, diretamente responsáveis pelo *Projeto Inventário Participativo de Pessoas e Memórias* e *Projeto de Catalogação* do acervo museológico, foi algo completamente impensado. Após algumas conversas telefônicas, e posteriores reuniões presenciais, decidimos dar sequência ao trabalho de revisão das entrevistas. Tanto Bárbara como Mirela se dispuseram a trabalhar comigo e a estagiária do Museu, Marina Freire, para finalizarmos o processo. No entanto, a lotação das profissionais no quadro de outras instituições museais acarretou uma situação que não podia ser contornada: a impossibilidade de inserção das informações documentais da *Coleção Pessoas e Memórias*, na *Tainacan do Acervo do MAI*.

A solução que encontrei para sanar esta lacuna, e dar prosseguimento à investigação, foi solicitar ao Ibram acesso a uma versão de teste da plataforma Tainacan Museus. Nesse ambiente, eu poderia simular a inserção dos dados documentais, nas mesmas condições técnicas encontradas por uma(um) profissional do MAI.

Frente à estas adversidades, eu e meu orientador decidimos prosseguir com a investigação. Estipulamos um corte analítico mínimo de entrevistas, correspondente a metade + 1 do total, o que representaria 21 testemunhos. Como a essa altura do trabalho, eu já havia tratado as 15 primeiras entrevistas, obedecendo a ordem de prioridade estabelecida pelas responsáveis do Projeto, preferi tratar mais 10 entrevistas. Essa estratégia garantiria uma aleatoriedade seletiva mínima ao processo de composição da mostra. O critério definido para a escolha dos 10 indivíduos foi a maior quantidade de citações realizadas pelas(os) entrevistadas(os). A mostra final foi composta por 25 entrevistas, o que representa 62,5% do total de testemunhos. Os resultados das análises são detalhadamente explanados nos próximos subcapítulos.

4.1 Inventário Participativo de Pessoas e Memórias do Museu de Arqueologia de Itaipu

O Inventário Participativo é um instrumento que vem sendo comumente utilizado em ações patrimoniais e em processos museológicos. Como o próprio nome indica, ele visa aproveitar a inteligência coletiva de determinado grupo social, em prol do levantamento de elementos culturais considerados importantes para a constituição de suas memórias e de seu patrimônio.

Sendo um trabalho de cunho coletivo, é importante que ele seja planejado e desenvolvido em conjunto com a comunidade na qual ele será promovido. No caso específico do Museu de Arqueologia de Itaipu, o *Projeto do Inventário Participativo de Pessoas e Memórias* foi construído coletivamente pelos profissionais do MAI e a comunidade local, tendo contado, ainda, com a colaboração de vários sujeitos e organismos externos.

O foco inicial do Projeto centrava-se no mapeamento das referências culturais do Canto de Itaipu, e de alguns territórios vizinhos, como o Quilombo do Grotão, a Comunidade do Morro das Andorinhas, além de outros bairros da Região Oceânica, como o Engenho do Mato. Esses são lugares que se destacam na cidade de Niterói por dois motivos: a) suas(seus) habitantes mantêm uma relação histórica com as(os) moradoras(es) da Vila de Pescadores de Itaipu; b) serviram de refúgio às famílias coagidas a deixarem suas residências, durante o processo de urbanização de Itaipu, e construção do bairro de Camboinhas.

Frente ao amplo leque de temas que poderiam ser tratados, foi decidido que a primeira etapa do Projeto se dedicaria a inventariar 40 pessoas e suas memórias. Para sua realização, foram adotados os pressupostos teóricos da História Oral. Segundo informado por Bárbara Primo e Mirela Araujo, o principal objetivo da ação era a captação “de várias visões e interpretações do passado”, proporcionando a(o) pesquisadora(pesquisador) a possibilidade de “emprender uma análise comparativa sobre determinados acontecimentos e contextos, partindo do particular para o geral” (Bárbara Primo e Mirela Araujo, 2018b).

As etapas posteriores do Projeto foram também delineadas. Elas se destinavam a inventariação das seguintes categorias de patrimônio: “Artes de Pesca, Lugares e Territórios Pesqueiros, e Festas e Celebrações” (Bárbara Primo e Mirela Araujo, 2018b). Com a saída das duas profissionais do Museu, não há, no entanto, perspectiva de retomada do Projeto.

A seguir, são relatados os procedimentos que foram estabelecidos para a realização da primeira etapa do Inventário Participativo. Também são apresentados alguns resultados parciais, relacionados ao objeto de estudo desta tese.

4.1.1 Metodologia de seleção das(os) entrevistadas(os)

A primeira entrevista promovida no âmbito do *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias* ocorreu no dia 16 de fevereiro de 2016. A experiência serviu como teste piloto, e graças a sua realização, foi possível verificar a necessidade de ajustes metodológicos e técnicos.

Após a junção de todas as condições básicas, foi realizada no dia 19 de abril de 2017, uma reunião no MAI, com a participação de profissionais da instituição e moradoras(es) locais. O objetivo era proceder, coletivamente, a escolha dos indivíduos a serem entrevistados no âmbito do Inventário Participativo. Foram estabelecidos 2 critérios de seleção para as(os) futuras(os) entrevistadas(os): a) o trabalho deveria, preferencialmente, ser iniciado com a participação dos indivíduos mais idosos, e b) a mostra também deveria ser composta por personalidades de destaque na vida da comunidade. A partir desses quesitos foram elencados 84 nomes, ou seja, mais do que o dobro das 40 entrevistas inicialmente planejadas. A composição de uma ampla lista pode ser considerada um indicador de compreensão da importância do Projeto. Igualmente, ela permitiu a criação de uma ampla margem de segurança para o alcance da meta numérica da gravação de testemunhos. Isto porque, em projetos desta natureza, são esperados problemas relativos à possíveis dificuldades de agendamento ou recusas (Barbara Primo & Mirela Araujo, 2018).

Já de posse dos nomes selecionados, as profissionais do MAI iniciaram os contatos para agendamento das entrevistas. Na ocasião, perceberam que muitos dos indivíduos indicados não estavam a par do Projeto, passo fundamental para a compreensão do motivo da coleta do testemunho e, igualmente, para o consciente aceite dos seus desdobramentos, todos explicitados no *Termo de Autorização do Uso de Imagem*. O Termo esclarece que as imagens e o áudio das entrevistas comporão o acervo histórico do Museu. Mediante anuência da(do) entrevistada(o), garante também a autorização para divulgação do conteúdo nos mais variados formatos: mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal etc.), mídia eletrônica (programas de rádio, *podcasts*, vídeos e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão etc.), internet, banco de dados informatizado, multimídia, *homevideo*, DVD, suportes de computação gráfica em geral (Barbara Primo & Mirela Araujo, 2018).

A fim de sanar as lacunas de divulgação do Projeto, as profissionais do Museu resolveram adotar uma nova estratégia de ação. Passaram a realizar visitas presenciais aos indivíduos selecionados, em companhia de Rosilene Augusta da Silva. A presença de um membro local da

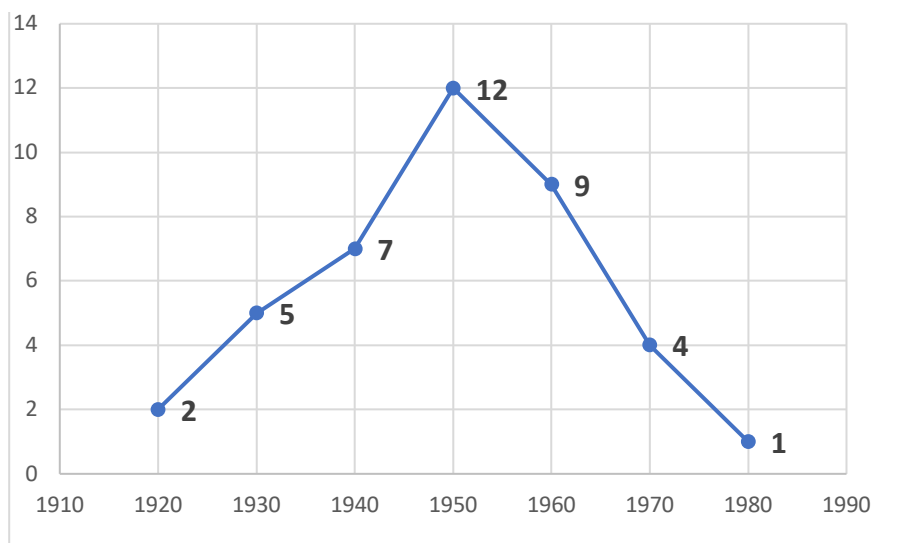
comunidade, de reconhecida importância, foi fundamental para a sensibilização sobre o objetivo do Projeto (Barbara Primo & Mirela Araujo, 2018).

Adicionalmente ao relato das entrevistadoras, acima registrado, outro ponto positivo, relacionado ao contato prévio com as(os) depoentes, deve ser mencionado. O conhecimento mútuo auxiliou no estabelecimento de laços de confiança, acarretando o melhor aproveitamento das entrevistas. Durante as entrevistas foi comum perceber que as entrevistadoras lembraram a(o) depoente algum fato anteriormente compartilhado nas visitas presenciais e, que valhia ser repetido para ser gravado.

A apresentação do Projeto e o esclarecimento sobre a sua importância para a preservação da memória local se mostraram produtivos. O procedimento possibilitou que o processo de entrevistas fosse reiniciado no dia 05 de maio de 2017 e finalizado em 22 de agosto do mesmo ano.

A análise dos dados informados no *Termo de Autorização do Uso de Imagem* e no *Cadastro do Depoente* - formulário com campos relativos à identificação pessoal da(o) entrevistada(o) (nome completo, data e cidade de nascimento, endereço e telefone) e dados profissionais (escolaridade e profissão) - permitiu verificar que na data em que a entrevista foi gravada, o indivíduo mais velho tinha 95 anos e o mais novo possuía 36 anos. Conforme indicado no gráfico 4, a amostra apresenta uma preponderância de indivíduos acima dos 65 anos, fato que aponta para o atendimento ao critério de coleta de testemunhos, direcionado, preferencialmente, para os indivíduos mais velhos.

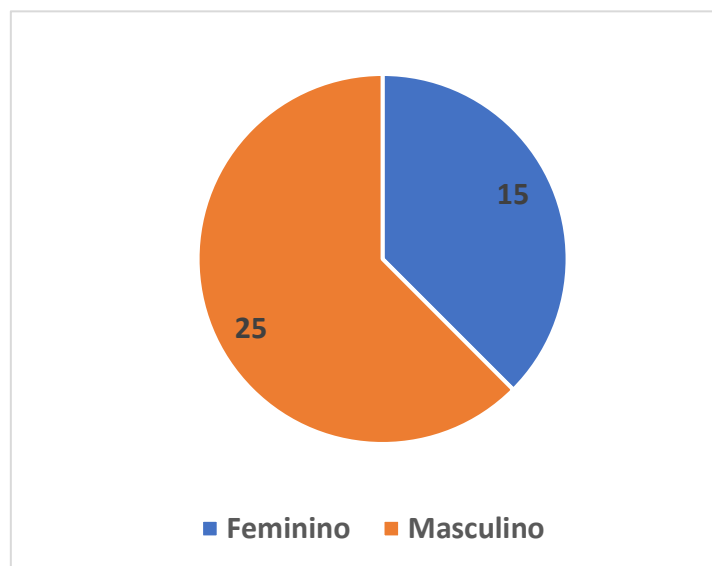
Gráfico 4 - Número de indivíduos entrevistados, por década de nascimento. Brasil, 2019.



Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias
Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

Outro dado a ser ressaltado na composição da mostra, é a predominância de indivíduos do sexo masculino. Os homens representam 62,5% do total, conforme demonstrado no gráfico 5. Um elemento que ajuda a explicar essa desarmonia, é a centralidade da atividade pesqueira artesanal na comunidade. Muitos pescadores eleitos para compor a mostra, descendem de famílias pioneiras. Em seus relatos, é comum a citação a personagens já falecidos, a maioria do sexo masculino, reconhecidos por feitos comunitários importantes. É o caso do Seu Caboclo, Seu Lelego, Seu Natalino, Seu Vavá, Seu Neneco Gordo etc.

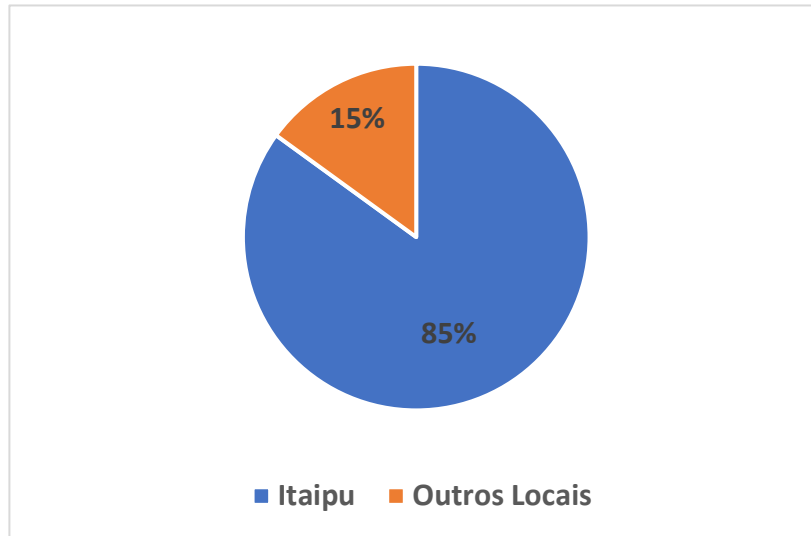
Gráfico 5 - Número de indivíduos do sexo feminino e masculino entrevistados. Brasil, 2019.



Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias
Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

No gráfico 6 é possível constatar outro ponto de destaque da mostra. É alta a porcentagem de indivíduos que nasceram em Itaipu (85%), contra 15% dos nascidos em outras localidades. Importa ressaltar, que não considerei a geografia atual do bairro, e sim as fronteiras de Itaipu tal qual assinalada pelos indivíduos mais idosos. Aquela que compreendia Camboinhas, Piratininga e outros localidades que hoje se constituíram bairros da Região Oceânica.

Gráfico 6 – Porcentagem de entrevistados nascidos em Itaipu e fora do bairro. Brasil, 2019.



Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias
Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

4.1.2 Metodologia de execução

No dia e horário agendados, a equipe do Projeto, formada por Bárbara e Mirela, acompanhadas da responsável pela articulação comunitária e 2 bolsistas contratadas - uma delas dedicada a parte técnica do registro da entrevista em suporte audiovisual - se deslocavam até o local de realização da entrevista, previamente definido pela(o) depoente. A estratégia de livre escolha do local, por parte da(o) entrevistada(o), integra a metodologia da História de Vida. Esta é uma ação fundamental para que o indivíduo possa se sentir confiante e confortável no ato da entrevista (Bárbara Primo e Mirela Araujo, 2018).

Previamente ao início da entrevista, a(o) depoente preenchia e assinava 2 documentos: o *Termo de Autorização de Uso de Imagem* e o *Cadastro do Depoente*. Todas as entrevistas foram registradas em 3 suportes: um gravador de áudio SONY ICD-PX240, uma câmera Canon EOS REBEL T5i e uma câmera SONY DCR-SR68 (Barbara Primo & Mirela Araujo, 2018, p. 3).

A tipologia de entrevista aplicada foi a semi-estruturada, também conhecida como semi-diretiva ou semi-aberta. Segundo Eduardo Manzini (2004, p. 2), ela é apoiada em um roteiro com perguntas centrais, elaboradas para a obtenção de respostas à teorias e hipóteses sobre o tema pesquisado. Tendo em vista que o principal objetivo do Projeto era o registro da história de vida das(os) entrevistadas(os), sobretudo no aspecto relativo ao território, o modelo de entrevista semi-estruturada concedeu flexibilidade para a inclusão de informações, inicialmente não planejadas.

Em entrevista realizada com Barbara Primo e Mirela Araujo, em outubro de 2019, consegui confirmar que um roteiro de perguntas foi previamente elaborado para as entrevistas. Por meio da leitura das 40 entrevistas, foi possível identificar algumas questões presentes na maioria dos testemunhos. São perguntas relativas às histórias pessoais, mas que igualmente auxiliam na caracterização do ambiente sociocultural local.

- a) **Identificação do indivíduo:** nome completo; data e local de nascimento; número de irmãs(irmãos) e, quando possível, especificação dos nomes;
- b) **Ancestrais:** nome dos pais; avós e avós maternos e paternos – se possível, detalhamento da história de vida de cada um, como por exemplo, lugar de nascença e como/quando se conheceram;
- c) **Escolaridade:** nome da escola(s) na(s) qual(is) estudou; meio de locomoção até a escola.
- d) **Amigas(os) & brincadeiras**
- e) **Namoro na juventude, em Itaipu;**
- f) **Divertimentos populares e festivos:** Carnaval, bailes etc.

Outro conjunto de perguntas era centrado nos ofícios, cujo aprendizado tradicionalmente ocorria no seio familiar ou comunitário. No caso dos homens, a pesca artesanal é o ofício mais citado. Poucas mulheres também afirmaram ter aprendido a pescar, graças ao ensinamento dado pelo pai ou outro pescador da comunidade. O trabalho na lavoura, é outro ofício bastante referenciado. Ele apresenta frequências entre os indivíduos do sexo masculino e feminino. O mesmo ocorre com o conhecimento sobre a manipulação de ervas medicinais, e as(os) rezadeiras (rezadores). O único ofício exclusivamente realizado pelo sexo feminino é o de parteira.

As profissionais do MAI empreenderam, igualmente, uma exploração sobre os aspectos ligados às crenças e/ou religiosidades. Como mencionado no Capítulo 3, o passado de Itaipu é marcado pelo Catolicismo, manifestado não só na ocorrência regular de missas, batismos etc.

mas, sobretudo, nas Festividades. As mais conhecidas e populares eram realizadas em 20 de janeiro, em homenagem a São Sebastião (Santo que nomeia a Igreja local) e, em 29 de junho, dia de São Pedro, o padroeiro das(os) pescadoras(es). Segundo informações colhidas na entrevista 1, o aparecimento de indivíduos evangélicos em Itaipu, começou a ocorrer cerca de 30 anos atrás. Neste rol estão incluídos muitas(os) das(os) entrevistadas(os). Essa característica talvez explique o tabu, por vezes demonstrado, em relatar a presença, em Itaipu, das religiões de matrizes africana. O assunto só foi livremente explorado com indivíduos não-evangélicos, cujos pais, ou eles próprios, mantinham centros de umbanda ou candomblé.

O terceiro bloco de perguntas visava o mapeamento dos serviços básicos oferecidos pelo Estado. Ou seja, fornecimento de luz, água, transporte público, atendimento em saúde e Correios. Além disso, interessava conhecer as opções de comércio, principalmente de alimentos (no Brasil denominada armazém ou venda).

Às(os) pescadoras(es) havia perguntas específicas, que envolviam as companhas, tipos de pesca; funções na pesca; pescados e comércio, neste último incluindo o transporte do produto pescado. Para esses indivíduos, no final da entrevista, era especialmente indagada a opinião sobre o futuro da pesca em Itaipu.

O fim da entrevista dos demais depoentes, normalmente, era marcado por um bloco de perguntas avaliativas, que solicitavam comparações entre o passado e o presente de Itaipu, no que se refere a paisagem (incluindo a Praia), relações sociais, violência etc. Também, em algumas oportunidades, as entrevistadoras solicitaram opinião sobre a atuação do MAI, e como a instituição poderia auxiliar a comunidade, no que tange à preservação da memória local e da pesca artesanal.

A última questão, comum a todas(os) as(os) depoentes era relativa à solicitação de indicações de indivíduos relevantes para o trabalho de preservação da história local, que deveriam ser entrevistados pelo Projeto.

4.1.3 Armazenamento digital do conteúdo e transcrição das entrevistas

As 40 entrevistas do Inventário Participativo geraram, aproximadamente, 70 horas de material bruto, ou seja, material digital sem qualquer tipo de edição, totalizando 1,850 terabytes. O material foi arquivado em diferentes suportes e mídias, sendo esses armazenados em distintos lugares físicos, como procedimento necessário para a segurança dos dados (Barbara Primo & Mirela Araujo, 2018, p. 4).

A etapa seguinte do Projeto consistiu no processo de registro escrito dos áudios e vídeos, ou seja, a transcrição do material. Segundo Elizabeth Halcomb e Patricia Davidson (2006, p. 38) transcrever consiste na “reprodução das palavras faladas, como as que provêm de uma entrevista gravada, em texto escrito”. Mas sua concretização, ressaltam as autoras, não é derivada de uma tarefa mecanizada, que se resume a reprodução escrita do conteúdo que se ouve.

No artigo teórico *Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações práticas e desafios*, as pesquisadoras Vanessa Azevedo, Margarida Carvalho, Flávia Fernandes-Costa, Soraia Mesquita, Joana Soares, Filipa Teixeira e Ângela Maia (2017, p. 161) defendem que há duas correntes de pensamento opostas na compreensão da transcrição: a naturalista e a não-naturalista. A primeira corrente defende a transcrição literal do que é dito pela(o) entrevistada(o), preservando não só os elementos do discurso, como igualmente registrando todos os aspectos contextuais ocorridos. Exemplos são a interação da(o) entrevistada(o) com outros indivíduos, ou com a(o) entrevistadora(entrevistador). Em oposição, a corrente não-naturalista, privilegia a clareza do discurso, omitindo os elementos que possam comprometer o entendimento do que é dito, como por exemplo, registros de tosses, marcações de pausas (curtas ou longas) etc. (Daniel Oliver, Julianne Serovich & Tina L. Mason, 2006).

Como se sabe, a transcrição é uma atividade que não exige um elevado grau de especialização, porém isso não significa, necessariamente, facilidade de execução. A tarefa é demorada, e exige da(o) profissional qualidades como atenção, paciência, ética e comprometimento. Durante sua realização, é comum a necessidade de repetição de um ou mais trechos, para sanar dúvidas relativas ao reconhecimento do que é dito pela(o) entrevistada(o). Tal necessidade normalmente ocorre em virtude da qualidade do som, elemento passível a ocorrência de situações favoráveis ou desfavoráveis à compreensão. Dentre elas, destaco: tom de voz da(o) entrevistada(o); dicção; posição do microfone; gravação em ambiente externo – sujeito a presença de vários outros sons; indivíduos falando simultaneamente etc. Outro fator que também afeta o entendimento do que é falado, é a vivência que a(o) transcritora(transcritor) tem da temática e/ou dos costumes locais, principalmente no que tange à sociolinguística.

As transcrições das 40 entrevistas do Inventário Participativo foram realizadas por bolsistas contratados pelo L3P/UFG. O grupo foi constituído por indivíduos sem muita prática na atividade de degravação e, dado os 1.324 km que separam Goiânia (cidade sede da UFG) de Itaipu, não puderam receber treinamento das profissionais do MAI.

Com o objetivo de estabelecer um protocolo mínimo de transcrição, Bárbara Primo e Mirela Araujo solicitaram as(os) bolsistas, que adotassem as recomendações constantes do texto *Considerações sobre a Transcrição de Entrevistas*, de autoria de Eduardo José Manzini. O artigo é derivado da monografia “A entrevista como instrumento de pesquisa em Educação e Educação Especial: uso e processo de análise”, defendida na Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Livre-docência em Educação.

Dentre as orientações listadas, o autor aconselha o uso de 14 sinais, por ele considerados mais frequentes e úteis na identificação de determinados eventos que são mais recorrentes durante as entrevistas. Os sinais foram compilados do conteúdo desenvolvido por Luiz Antônio Marcuschi, no livro *Análise da Conversação*, publicado em 1986 pela editora Ática (São Paulo – Brasil). Na tabela 8 apresento os sinais mais utilizados no processo de transcrição do Inventário Participativo.

Tabela 8 - Sinais mais utilizados na transcrição das entrevistas do Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Brasil, 2019

Categorias	Sinais	Descrição das categorias	Exemplos
1. Falas simultâneas	[[2 falantes iniciam ao mesmo tempo um turno.	
2. Pausas e silêncios	(+) ou (2.5)	Sugere-se um sinal + para cada 0.5 segundo. Pausas em mais de 1.5 segundos, cronometradas, indica-se o tempo.	
3. Dúvidas ou sobreposições	()	Quando não se entender parte da fala, marca-se o local com parênteses e usa-se a expressão inaudível ou escreve-se o que se supõe ter ouvido.	L: (...)tem pessoas problemáticas porque tiveram muito amor (é o caso) (incompreensível) (+) outras por que/.../
4 Truncamentos bruscos	/	Utilizado para marcar interrupções bruscas.	C: é/ (+) agora tem uma possibilidade boa que é quando ela sentiu que ia morá lá (+) e:le o dono/ ((rápido))
5. Ênfase ou acento forte	MAI-ÚS-CULA	Sílaba ou palavras pronunciadas com ênfase ou acento mais forte que o habitual.	
6. Alongamento de vogal	::	Dependendo da duração os dois pontos podem ser repetidos.	A: co::mo" (+) e:::u
7. Comentários da(o) transcritora(transcritor)	(())	Usa-se essa marcação no local da ocorrência ou imediatamente antes do segmento a que se refere.	((ri)), ((baixa o tom de voz)), ((tos-sindo)), ((fala nervosamente)),
8. Indicação de transição parcial ou de eliminação	... ou /.../	O uso de reticências no início e no final de uma transcrição indica que se está transcrevendo apenas um trecho. Reticências entre duas barras indicam um corte na produção de alguém.	

Fonte: Luiz Antônio Marcuschi, 1986.

Como se pode depreender da tabela 08, Luiz Antônio Marcuschi é adepto da corrente naturalista. Essa corrente foi a escolhida para o registro transcrito das entrevistas do Inventário Participativo. No entanto, visando evitar a exposição equivocada ou constrangedora das(os) entrevistadas(os), as profissionais do MAI adicionaram às recomendações, a autorização de retificação de eventuais incorreções gramaticais, incluindo concordância de gênero e/ou número, flexão verbal etc. Importa destacar que tais alterações não ocasionam a perda de nenhum conteúdo informacional. O resultado final da transcrição, com a utilização dos sinais gráficos demonstrados na tabela 8, pode ser verificado nos trechos citados ao longo do Capítulo 3 desta tese.

Após a finalização do processo de transcrição, as entrevistas reunidas em um mesmo arquivo de texto (Word) somaram 797 páginas. Em seguida, iniciou-se, a segunda etapa do trabalho: a revisão cruzada, ou seja, o trabalho de checagem realizado por uma(um) segunda(o) profissional, e não pela(o) transcritora(transcritor).

A terceira etapa do Projeto compreendeu a decupagem das entrevistas, ação que favoreceria a elaboração de roteiros orientadores para a edição dos vídeos. Esse foi o momento, em que Bárbara Primo e Mirela Araujo perceberam que as transcrições apresentavam problemas de forma e conteúdo. Sendo assim, solicitaram uma segunda revisão à estagiária Marina Freire.

Eu voltei a trabalhar com o material transcrito na fase inicial do trabalho de revisão realizado pela Marina Freire.

O meu primeiro contato com as transcrições foi o momento mais importante do processo. Como apontam os especialistas, essa fase se constitui como uma pré-análise (Laurence Bardin, 2000). Ao longo da primeira leitura das entrevistas, pude verificar que a padronização de sinais apontados na tabela 8 era intermitente, assim como também variavam as formas de identificação das(os) depoentes. Igualmente era perceptível a necessidade de correção ortográfica e gramatical do conteúdo. Especificamente em relação aos requisitos necessários à documentação, observei que o material demandava controle de sintaxe e padronização de terminologia, principalmente relativa à pesca artesanal, aos nomes de lugares e ao registro de apelidos, prática social amplamente utilizada em Itaipu. Alguns exemplos são:

Termo transcrito: Cambuí	Termo correto: Cambuci (apelido)
Termo transcrito: Largo do Marrom	Termo correto: Largo do Marrão
Termo transcrito: Companhia	Termo correto: Companhia

Apesar de possuir mais vivências em Niterói e Itaipu, do que a maioria das(os) transcritoras(es) e revisoras(es), eu igualmente não possuía conhecimento suficiente para fazer as correções nos termos. Em verdade, acredito que a maior diferença entre a minha experiência e a das(os) bolsistas, residiu na expressiva quantidade de leituras que fiz das entrevistas. Somente o exame comparativo permitiu identificar as inconsistências terminológicas.

Para sanar estas e outras dúvidas, Bárbara, Mirela, Marina e eu resolvemos adotar uma metodologia de compartilhamento das imprecisões. Algumas delas só conseguiram ser resolvidas mediante novas consultas as(os) entrevistadas(os). Ocorre, que a quantidade de novas informações era tão grande, que começamos a necessitar de um instrumento de controle terminológico.

Após exame da literatura especializada, me pareceu que o vocabulário controlado seria a solução mais indicada para a fase do trabalho em que nos encontrávamos. No entanto, intuía que o vocabulário controlado, não representaria, com qualidade, o mapeamento do grau de parentesco entre os indivíduos entrevistados e citados. Esse mecanismo é um importante recurso de documentação dos sujeitos, pois permite a representação gráfica das conexões familiares, juntamente com o registro dos principais eventos ocorridos (data e lugar de nascimento, casamento e óbito). Para sanar esta questão, elegi uma ferramenta digital própria para a construção de árvores genealógicas. O desenvolvimento dessa etapa do trabalho é descrito no próximo subcapítulo.

4.2 Árvore genealógica digital

A internet hoje dispõe de uma série de aplicativos gratuitos e comerciais para a construção de árvores genealógicas. Nessa seara, surgiram serviços que acabaram por se tornar bastante populares. Trata-se dos sites comerciais de pesquisa de história familiar. Como o nome indica, a(o) usuária(o), além de construir sua própria árvore genealógica digital, consegue realizar pesquisas nos registros públicos disponibilizados no aplicativo, o que possibilita identificar parentes em diferentes partes do globo.

Para se ter uma noção da popularidade desses serviços, uma matéria jornalística de autoria de Lorena Lafraia, publicada em janeiro de 2019, compartilha alguns dados dos maiores sites comerciais especializados nesse setor. A saber: *My Heritage*, *Ancestry* e *Family Tree Builder*. Segundo a jornalista, o *My Heritage* possuía 9 bilhões de registros, enquanto o *Ancestry*

possuía 20 bilhões de registros, oriundos de 80 países. O *Ancestry* possuía 80 milhões de árvores familiares, com 8 bilhões de nomes registrados.

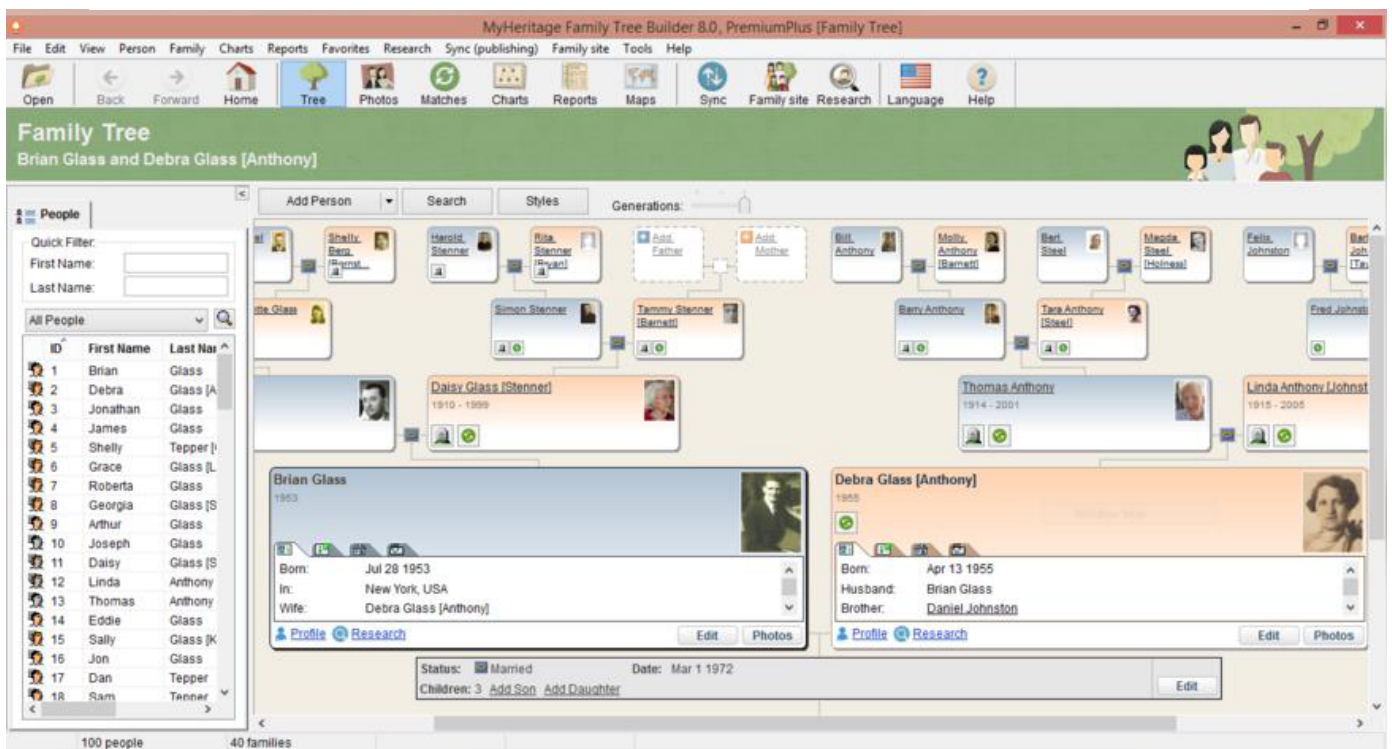
Para a ação com o Inventário Participativo, eu escolhi o *software* comercial *Family Tree Builder*. A opção se baseou nos seguintes critérios: disponibilização de uma versão gratuita em português e, sobretudo, a oferta do controle de privacidade, possibilitando a inserção de dados *off-line*.

O processo inicial de construção da árvore genealógica é facilitado por um mecanismo, que permite inserção de dados de um determinado indivíduo em qualquer posição familiar. Tal dispositivo faculta a adição posterior de ascendentes ou descendentes.

O *software* permite que sejam adicionados aos indivíduos, os seus nomes religiosos, apelidos ou nomes anteriores. É possível também a inserção de citações e notas. Um dos recursos mais interessantes, é a associação de imagens, documentos, áudio e vídeos, além da geração de gráficos e relatórios.

A partir das entrevistas, consegui produzir árvores genealógicas digitais de 4 famílias tradicionais de Itaipu. Por questões éticas, de proteção da identidade das(os) depoentes e de suas(seus) ascendentes e descendentes, decidi não publicar uma imagem com o resultado alcançado. Na figura 26 reproduzo imagem oferecida pelo tutorial do próprio *software Family Tree Builder*.

Figura 26 - Reprodução de árvore genealógica digital do software *Family Tree Builder*. Brasil, 2019.



Como parte final do processo de mapeamento digital, estava planejada a apresentação das árvores genealógicas para as(os) depoentes. Mediante autorização de cada membro, poderia ser realizada a publicação das árvores já construídas no *software*. Em seguida, a gerência das identidades seria transferida para um membro da família, o que possibilitaria a livre inserção de novas informações. A aprovação comunitária também levaria a solicitação de desenvolvimento de um módulo próprio de extensão da plataforma Tainacan para árvores genealógicas. Esse recurso facilitaria sua integração aos conteúdos previamente inseridos no *Family Tree Builder*, e garantiria a publicação das representações gráficas no site do MAI.

4.3 Análise semântica das entrevistas

(...) o ato de aprender a ler e escrever deve começar a partir de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo coisa que os seres humanos

Fonte: Family Tree Builder, 2019. Acedido em blog.myheritage.com/2016/02/introducing-family-tree-builder-8-0/

Paulo Freire, 2015.

A análise semântica é uma metodologia de pesquisa também denominada de análise de dados textual; análise textual; análise lexical ou textual estatística. Como o próprio nome indica, ela trata textos que podem ser documentos originais ou produções derivadas de entrevistas transcritas, perguntas abertas de pesquisas e compilações: obras literárias, artigos científicos etc. (Brigido Vizeu Camargo e Ana Maria Justo, 2013, p. 1).

A vantagem dessa metodologia é a superação da dicotomia entre investigação quantitativa e qualitativa, já que realiza cálculos estatísticos sobre variáveis qualitativas. Por tratar de elementos da linguagem escrita ou falada (transcrita), é muito utilizada nos estudos sobre crenças, opiniões, pensamentos etc. (Brigido Vizeu Camargo & Ana Maria Justo, 2013, p. 514).

O uso de *softwares* para análises semânticas tem se ampliado nos estudos empreendidos nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, especialmente naqueles em que existe uma necessidade de processamento de um volume grande de dados (Adriano Roberto Nascimento & Paulo Rogério Meandro, 2006; Jean-François Chartier & Jean-Guy Meunier, 2011; Saadi Lahlou, 2012 etc).

Atualmente, há disponível no mercado uma segunda geração de *softwares* de análises semânticas. São sistemas desenvolvidos a partir das inovações concebidas por Max Reinert, do Centro Nacional Francês de Pesquisa Científica. O pesquisador foi responsável pelo desenvolvimento do ALCESTE, acrônimo em francês do sistema denominado *Analyse Lexicale par Context d'un Ensemble de Segments de Texte*. O ALCESTE, em detrimento aos *softwares* predecessores de análise semântica, direcionou o foco da investigação para o contexto em que as palavras ocorrem. Desta forma, possibilitou a extração das estruturas mais significativas. Pesquisas empreendidas na área demonstram que “essas estruturas estão estreitamente relacionadas com a distribuição de palavras em um texto e que essa distribuição raramente é aleatória (ALCESTE, 2019).

Outra novidade trazida pelo ALCESTE foi o desenvolvimento da ferramenta denominada Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Ela oferece contextos (classes lexicais), caracterizados por um vocabulário específico e pelos segmentos de textos que compartilham este vocabulário (Brigido Vizeu Camargo & Ana Maria Justo, 2013, p. 515).

Após estudar e analisar a bibliografia especializada, resolvi proceder a análise semântica das entrevistas transcritas do Inventário Participativo, com o *software* denominado *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaire*, mais conhecido por seu acrônimo Iramuteq. O sistema foi desenvolvido em 2009, pelo pesquisador francês Pierre Ratinau, que a partir das mudanças empreendidas pelo ALCESTE, agregou novas análises lexicais de auxílio na interpretação de textos. O *software* é licenciado por *GNU GPL (v2)*, e utiliza o ambiente estatístico do *software R*.

Além de sua larga utilização, comprovada em artigos científicos produzidos em diferentes áreas do conhecimento, a escolha do Iramuteq ocorreu em detrimento de 2 (dois) motivos. O primeiro advém do fato dele ser um *software* livre e gratuito e, como tal, possuir fonte aberta, podendo ser copiado, estudado, modificado e redistribuído. Além disto, a sua ampla aplicação no Brasil, gerou um expressivo número de tutoriais e manuais de uso em português, disponibilizados gratuitamente na internet. A saber: a) *Tutorial para uso do software de análise textual Iramuteq*, de autoria de Brigido Vizeu Camargo e Ana Maria Justo (2013); *Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3)*, compilado e organizado por Maria Elisabeth Salviati (2017); *Tutorial (Básico) de Utilização do Iramuteq*, escrito por Luis Felipe Rosa de Oliveira para o L3P/UFG (sem data); *Manual Iramuteq: versão 01*, redigido por Baltazar Fernandes (sem data) etc.

4.3.1 Conceitos fundamentais

A apresentação das análises semânticas realizadas no Iramuteq, e seus resultados derivados, prescinde da explicitação de alguns termos, que a partir desse subitem, serão amplamente utilizados. A saber:

Corpus – trata-se da junção, em um único arquivo digital, de todos os dados escritos que se deseja analisar. A este arquivo, a literatura especializada confere a denominação de corpus. No caso desta pesquisa, realizada com o Inventário Participativo, o corpus compreende o conjunto de 25 textos, ou seja, 25 entrevistas transcritas.

Texto – refere-se à unidade do objeto de análise. Cada entrevista realizada no Inventário Participativo gera 1 texto. Os manuais de uso indicam que os textos devem ser separados por uma linha de comando, que no caso do Inventário Participativo assinala a divisão de cada entrevista. O comando básico é constituído por uma sequência de 5 asteriscos, acrescidos de um espaçamento entre o penúltimo e o último sinal gráfico, seguido da identificação desejada pela(o) analista. No caso do Inventário Participativo, empreguei uma sigla para o termo indivíduo, seguida da numeração da entrevista empregada pelas técnicas do MAI. Como resultado a linha de comando de cada texto foi assim codificada: **** *ind_1

Segmentos de Texto (ST) - os programas informáticos de análise semântica identificam e reformatam os textos, transformando-os em segmentos de texto (ST), que correspondem mais ou menos a 3 linhas de cada texto. É uma operação dimensionada pelo próprio *software*, de acordo com o tamanho do corpus. Segundo Maria Elisabeth Salviati (2017, p. 11), os “segmentos de textos são considerados o ambiente das palavras”.

Hapax – nome dado à(s) palavra(s) que aparece(m) uma única vez no corpus.

Lematização - processo de agrupamento de palavras, com base em sua raiz. Por exemplo, as palavras ‘desenho’, ‘desenhista’ e ‘desenhar’, são todas reduzidas a ‘desenh+’ e, com tal recurso, são facilmente recuperadas.

Propriedades-chave: as palavras do corpus são categorizadas conforme sua classe gramatical. O Iramuteq processa 26 classes, abaixo arroladas:

- | | |
|---------------------------|------------------------------------|
| 1. adjetivo | 14. conjunção |
| 2. adjetivo demonstrativo | 15. formas não reconhecidas |
| 3. adjetivo indefinido | 16. nome comum (substantivo) |
| 4. adjetivo interrogativo | 17. nome (substantivo) suplementar |
| 5. adjetivo numérico | 18. palavra não reconhecida |
| 6. adjetivo possessivo | 19. onomatopeia |
| 7. adjetivo suplementar | 20. pronome demonstrativo |
| 8. advérbio | 21. pronome indefinido |
| 9. advérbio suplementar | 22. pronome pessoal |
| 10. artigo definido | 23. pronome relativo |
| 11. artigo indefinido | 24. preposição |
| 12. auxiliar | 25. verbo |
| 13. números | 26. verbo suplementar |

A(o) analista pode indicar ao *software* quais das 26 classes deseja considerar como ativa, suplementar, ou ainda, eliminada. Os manuais especializados indicam que, em casos de corpus constituídos por um volume muito grande de termos, como no caso do Inventário Participativo, sejam eliminadas classes irrelevantes para as indexações, tais como: preposições, artigos, onomatopeias etc.

4.3.1.1 Criação do corpus

Com o objetivo de obter instrumentos de refinamento estatístico dos 25 indivíduos selecionados para a análise, considerei o uso de variáveis descritivas (quantitativas e qualitativas) como idade, sexo, local de nascimento, nível educacional, religião/credo. Após exame apurado das 40 entrevistas, verifiquei que nem todas as variáveis poderiam ser extraídas das entrevistas, já que muitas vezes a informação não foi mencionada pela(o) entrevistada(o). As variáveis comuns a todos os testemunhos são:

- Idade (ida).
Optei por registrar a idade do indivíduo na data da realização da entrevista.
- Sexo (sex).
Códigos adotados: 1 = feminino / 2 = masculino
- Local de Nascimento (nas).
Códigos adotados: 1 = Itaipu / 2 = Outros lugares

Com a adoção das variáveis descritivas, as linhas de identificação das entrevistas ficaram tal qual o exemplo a seguir: **** *ind_1 *ida_87 * sex_1 *nas_1

Ao analisar a codificação acima demonstrada, é possível verificar que se trata da linha de comando referente ao início do texto do primeiro indivíduo entrevistado. Possui 87 anos, é do sexo feminino e nasceu em Itaipu.

Em seguida às codificações do texto, procedi a realização de outros procedimentos básicos, que devem anteceder a análise. O primeiro, é a supressão das falas das entrevistadoras. Esta ação evita que as análises contenham elementos não utilizados pelos indivíduos entrevistados. Outra ação corresponde a remoção de todos os 14 sinais adotados na transcrição para a identificação de eventos durante a entrevista, tal como descrito na tabela 08. Outra eliminação necessária são as letras que identificavam as falas do indivíduo.

Foi igualmente necessária a revisão da formatação original dos textos transcritos e revistos. Para a análise semântica, o texto deve estar alinhado à esquerda, e cada resposta/fala da(o) entrevistada(o) deve ser registrada em parágrafos diferentes, sem a inserção de espaçamento. Ao final do trabalho, o corpus somou 404 páginas.

Outra recomendação expressa nos manuais, é a revisão ortográfica do corpus. Palavras com erros ortográficos ou de digitação não são consideradas. Nessa etapa foram necessárias também outras remoções: a) negritos b) itálicos; c) aspas e d) sinais gráficos: apóstolo, cifrão, porcentagem, reticências e asterisco. O *software* também não identifica o hífen como marcador de expressões, compostas por duas ou mais palavras. Para indicar uma expressão, se deve adotar o sinal de *underline*. Um exemplo é a expressão segunda-feira. Ela deverá ser substituída por segunda_feira. Essa exigência, em particular, acabou gerando um trabalho grandioso. Já que, a ativação dos fins estatísticos do *software*, requer não só a substituição do hífen pelo sinal de *underline*, mas também requer a identificação de palavras compostas, sem hífen, que devem ser lidas como expressões. Foi o caso do nome composto de pessoas (Marco_Vinicio, Maria_das_Dores etc); lugares (Engenho_do_Mato, Rio_de_Janeiro etc); expressões da pesca (barco_industrial, cabo_de_canoa etc); brinquedos e brincadeiras (bola_de_gude, polícia_e_ladrão etc.); festas & lazer (bloco_de_carnaval, Festa_de_Itaipu etc), crenças/religiosidade (Assembleia_de_Deus, centro_espírita etc); expressões gerais (a_pé, carteira_profissional etc).

Ainda sobre os procedimentos para o aproveitamento estatístico do *software* e a acuidade na recuperação da informação, principalmente no que se refere a acontecimentos históricos, decidi adotar o padrão de quatro dígitos para a menção aos anos.

4.3.2 Análises

O Iramuteq possibilita 5 tipos básicos de análises textuais, que apresentam características diferenciadas. A saber: a) Análise Lexicográfica (Estatísticas Básicas); b) Especificidades e AFC; c) Classificação Hierárquica Descendente; d) Análise de Similitude; e) Nuvem de Palavras. Nos próximos subitens são apresentadas algumas das análises realizadas.

4.3.2.1 Análise Lexicografia (estatísticas básicas)

O processamento do corpus gerou o seguinte resultado:

- Número de textos: 25
- Número de ocorrências (número total de palavras do corpus): 308.972
- Número de formas (palavras ativas e suplementares): 8.793
- Número de palavras com contagem igual a 1 (hápax): 3.509 = 39,91% das formas – 1,14% de ocorrências

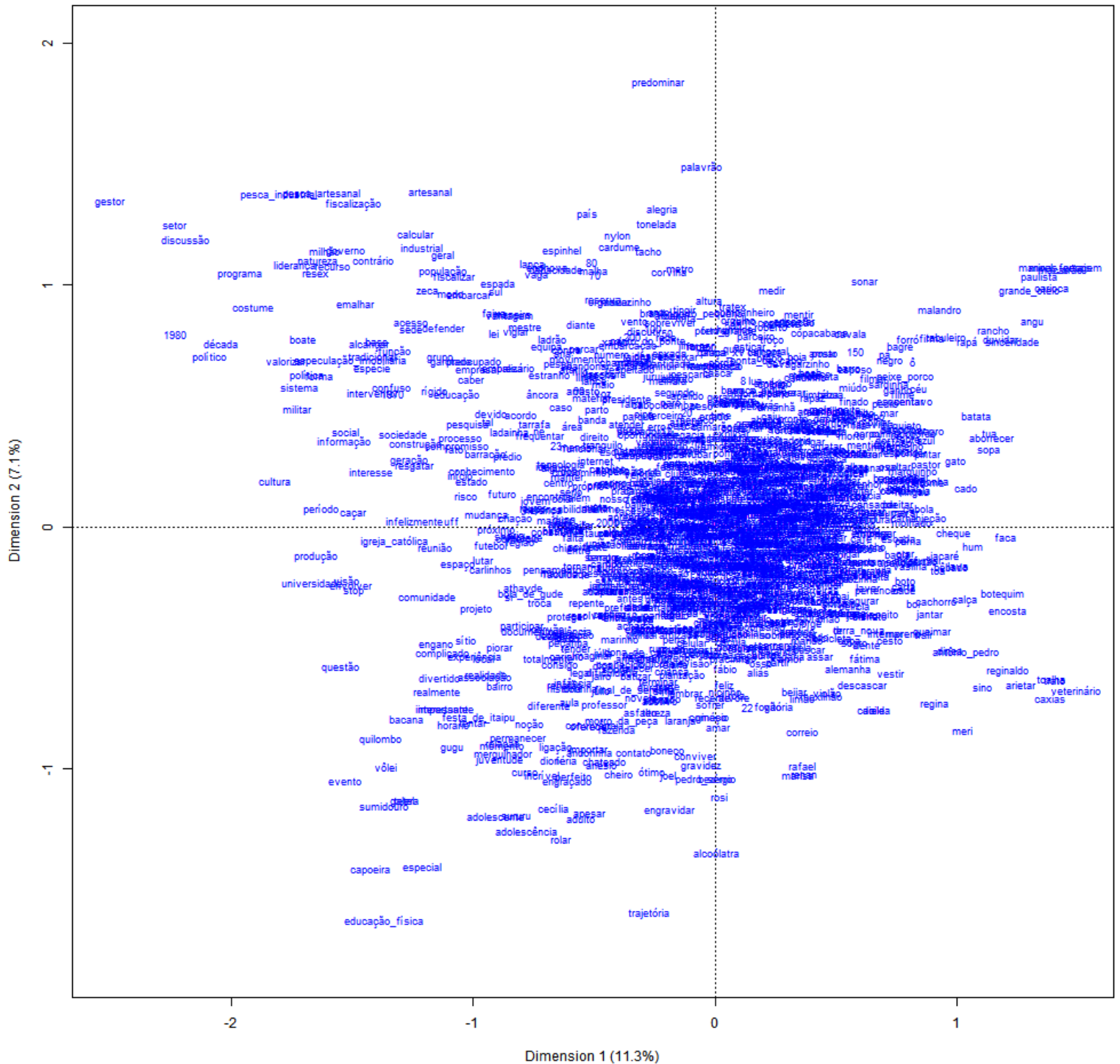
4.3.2.2 Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e Nuvem de Palavras

A Análise Fatorial de Correspondência é especialmente indicada para descrever matrizes com grandes volumes de dados, sem uma estrutura a priori claramente definida. Como o próprio nome indica, é realizada uma análise fatorial, retomando as frequências e os valores de correlação qui-quadrado¹⁰⁶ de cada palavra do corpus. O sistema gera uma representação gráfica em plano cartesiano, na qual são vistas as oposições entre classes ou formas (Adriano Roberto Afonso do Nascimento & Paulo Rogério Meira Menandro, 2006)

O primeiro teste de uso com a AFC gerou a figura 27. Como se pode perceber, o alto número de formas ativas e suplementares gerou uma representação sobrecarregada de formas, impossibilitando a leitura, e o seu consequente uso.

¹⁰⁶ O qui-quadrado é uma das distribuições mais utilizadas na denominada estatística inferencial, pois serve para avaliar quantitativamente a relação entre o resultado e a distribuição esperada para o fenômeno. Ou seja, é capaz de demonstrar o grau de certeza dos resultados.

Figura 27 - Gráfico AFC. Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Brasil, 2019



Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

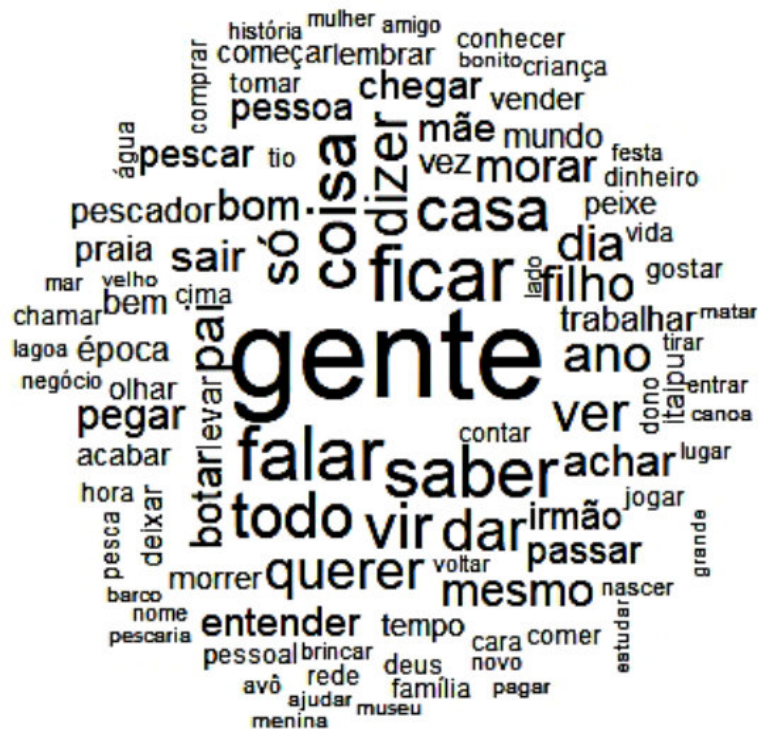
Para sanar o problema, resolvi seguir o procedimento recomendado pelos manuais, e eliminar formas que não influenciariam o resultado das análises. Elegi 5 formas como ativas: adjetivos, adjetivos suplementares, substantivos, substantivos suplementares e verbos. Com essa nova configuração, o Iramuteq apresentou um novo resultado, a saber:

- Número de textos: 25
- Número de ocorrências: 308.972
- Número de formas: 13.689
- Número de formas ativas: 5.563
- Número de formas suplementares: 10

Ao comparar os números acima com os apresentados no item 4.3.2.1 Análise Lexicográfica, é possível perceber que o número de textos e ocorrências se mantêm o mesmo. A maior alteração é na redução do número de formas ativas e suplementares.

Tal procedimento também impactou positivamente a geração de outra análise oferecida pelo Iramuteq: a nuvem de palavras, demonstrada na figura 28.

Figura 28 - Nuvem de palavras geradas com as 100 formas mais citadas. Brasil, 2019.



Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

A nuvem de palavras (também conhecida como nuvem de *tags* ou nuvem de texto) é uma representação visual da frequência de palavras. Ela destaca os termos mais presentes no corpus, indicando as diferenciações a partir do tamanho e a intensidade da cor da fonte. No caso do Inventário Participativo, o termo ‘gente’ é o mais mencionado, seguido de ‘ficar’, ‘falar’, ‘saber’, ‘todo’, ‘vir’, ‘dar’ etc.

4.3.2.3 Classificação Hierárquica Descendente e Análise de Similitude

Esta é uma das análises mais importantes oferecida pelo Iramuteq. Ao empregar a lógica de correlação, o *software* utiliza os segmentos de texto para analisar vocabulários semelhantes e discrepantes. Segundo as(os) especialistas, essa análise é baseada na proximidade das palavras e no seu emprego em contextos similares. Juntamente com a lematização e o dicionário embutido, o Iramuteq processa o texto de modo que possam ser identificadas classes de vocabulário. Sendo assim, é possível inferir quais ideias o corpus textual deseja transmitir.

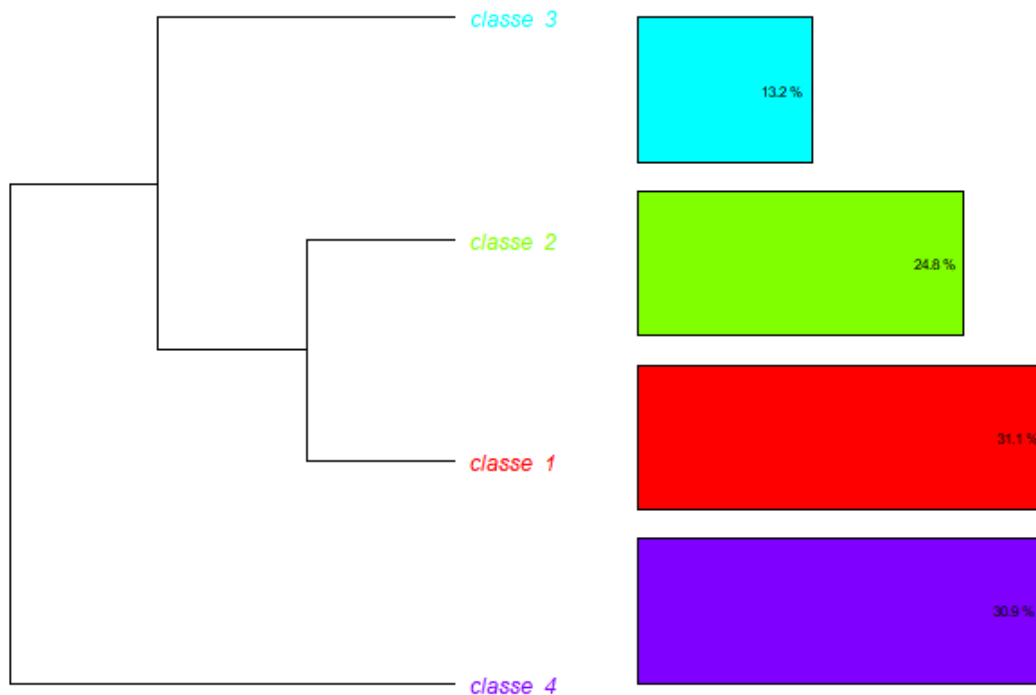
Vale ressaltar que essa análise é feita a partir de uma lógica estatística processada por computador e aplicada de forma lexical.

Mantendo o mesmo número de formas ativas da análise anterior, obtive o seguinte resultado:

- Número de segmentos do texto: 9388
- Número de formas ativas com a frequências maior ou igual a 3: 2.977
- Média das formas por segmento: 32.911376

O Iramuteq localizou 4 (quatro) classes em 9.388 segmentos de texto, demonstradas na figura 29.

Figura 29 - Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente. Brasil, 2019.



Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

Ao comparar o dendograma das classes, com a tabela 9, que apresenta as palavras mais frequentes em cada classe, listadas por ordem do qui-quadrado, pode-se perceber que a classe 1 (vermelha) foi responsável por 31,1% dos segmentos de texto. Os principais elementos (palavras) que se relacionaram a esta classe foram os verbos: falar, dizer e querer, seguidas de Deus, saber e vida. As palavras da classe 2 (verde), somam 24,8% dos segmentos de texto, e indicam conteúdos ligados ao ambiente familiar (morar, pai, irmão tio, mãe etc) e a frequência à escola (estudar e alcina – nome do colégio existente em Itaipu). A classe 3 (azul) apresenta a menor frequência entre os segmentos de texto (13,2%) e se refere às atividades coletivas, incluindo às temáticas políticas (associação, liderança, pescador, colônia, reserva), culturais e de lazer (capoeira, cultura) etc. A classe 4 (lilás), com 30,9% é a segunda maior frequência entre os segmentos de texto. Ela se refere aos elementos da pesca artesanal.

Tabela 9 - Lista das palavras mais frequentes, distribuídas nas 4 classes hierárquicas descendentes. Brasil, 2019.

Classe 1	chi2	Classe 2	chi2	Classe 3	chi2	Classe 4	chi2
falar	359,74	morar	772,67	pesca	360,71	peixe	509,55
dizer	317,69	pai	538,27	grupo	252,38	botar	451,67
querer	240,95	irmão	446,62	espaço	218,05	rede	429,23
deus	239,86	tio	354,03	capoeira	169,48	água	370,14
saber	105,9	mãe	315,98	funcionar	167,69	pegar	238,11
vida	105,18	nascer	311,27	comunidade	163,83	comer	229,36
dar	97,45	dono	296,41	união	147,96	mar	228,9
bom	86,33	família	295,67	projeto	141,7	jogar	220,24
filho	85,43	casa	220,44	cultura	136,55	tainha	188,21
gostar	84,26	avô	180,52	importante	135,6	canoa	187,74
pedir	83,48	lembrar	167,23	reunião	131,56	barco	153,12
pagar	81,15	conhecer	157,33	evento	129,98	pedra	148,06
graça	79,45	velho	141,45	associação	116,01	areia	138,97
dinheiro	79,05	ano	137,56	liderança	110,27	lagoa	122,29
conversar	73,46	falecer	116,05	pescador	107,09	abrir	117,97
ver	72,88	estudar	115,64	forma	105,6	pé	117,36
mandar	66,67	alcina	99,93	área	103,42	encher	115,45
arrumar	65,94	trabalhar	99,09	colônia	102,75	cima	113,11
médico	63,08	parente	87,96	prédio	92,03	banho	106,75
sentir	63,08	antigo	80,82	década	90,44	café	98,94
senhor	59,69	filho	78,54	discussão	90	arrastão	89,97
deixar	54,53	casar	77,5	gente	85,83	cheio	89,59
homem	48,66	nome	68,6	pessoa	84,76	beira	88,01
pensar	47,2	rio	68,13	profissão	84,16	metro	87,94
sentar	46,27	pizarro	65,73	reserva	84,04	puxar	86,93

Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

Outra ferramenta oferecida pelo *software* é a Análise de Similitude. Conforme demonstrado na figura 30, ela é uma representação visual da interconexão entre as palavras, e do seu nível de relação, tendo como base o seu índice de coocorrências, indicando os termos mais fortes ou mais fracos (qui-quadrado).

O exame da árvore de similitude gerada permite observar que o agrupamento mais adensado de elementos ocorre no núcleo central. Assim como anteriormente demonstrado pela nuvem de palavras, o termo de maior destaque é ‘gente’. Em torno dele se agrupam verbos de ação (ver, deixar, comer, comprar, lembrar, apagar, entender, estudar, gostar, pegar, voltar, dançar etc) e substantivos de lugares (praia, museu, Itaipu). É possível também identificar outros substantivos como vida, época, pessoa, leito etc.

Do núcleo central desdobram-se 9 conjuntos de semelhança mais fortes, indicados pelas hastes mais grossas, onde constam os termos de maior relevância: ficar, pai, coisa, casa, saber, vir, dar, todo e falar. Importa perceber que os conjuntos formados por ‘ficar’ e ‘casa’ remetem aos relatos de desapropriações de moradias anteriormente decorridas, bem como relaciona-se a situações ainda em voga nos tempos atuais. Nesse rol encontram-se os termos ‘medo’, ‘esperar’, ‘beber’, ‘nascer’ e ‘rua’. Igualmente chama atenção o fato dos termos relacionados à pesca estarem situados entre os elementos ‘saber’ e ‘falar’, o que destaca o aprendizado do ofício no seio familiar ou comunitário. Outro ponto que merece destaque, é a presença de termos descritivos de relações familiares presentes em dois conjuntos distantes: pai e falar.

4.4 Vocabulário Controlado da Coleção Pessoas e Memórias

É necessário dizer que não é a quantidade de informações, nem a sofisticação (...) que podem dar sozinhas um conhecimento pertinente, mas sim a capacidade de colocar o conhecimento no contexto.
Edgar Morin, 2000.

A informação não é um dado. A frase, apesar de não ser original, serviu como um excelente gatilho para a apresentação do tema linguagens documentárias (LDs), no livro de autoria de Anna Cintra, Maria de Fátima Tálamo, Marilda de Lara e Nair Kobashi. As autoras contextualizam o surgimento deste tipo de linguagem na chamada Era do Conhecimento, assim denominada em função da velocidade exponencial de crescimento da informação. Segundo elas, foi esse o momento em que se verificou a baixa eficiência dos mecanismos de recuperação

bibliográfica e da normalização classificatória e descritiva, utilizadas até então pela Biblioteconomia e a Ciência da Informação. As técnicas não eram mais capazes de garantir a qualidade na recuperação da informação.

As LDs foram desenvolvidas a partir da contribuição de dois campos principais: a Linguística e a Estatística. Com os aportes da primeira área, se objetivou resolver questões relativas à passagem da linguagem natural - linguagem humana – para as LDs, bem como a estruturação dos chamados campos semânticos e associativos. Já com o apoio da Estatística, foram criados métodos para medir a frequência de descritores e citações (Anna Cintra, Maria de Fátima Tálamo, Marilda de Lara e Nair Kobashi, 1994, p. 23-24).

As LDs atuam como mecanismos de integração entre a linguagem natural e a linguagem de especialidade. Segundo Mariana Caprioli, Larissa Lima, Walter Moreira, João Batista de Moraes, as LDs são “instrumentos de intermediação para que a representação da informação possa ser feita, uma vez que uma das etapas da indexação refere-se à atribuição de termos de uma linguagem controlada para representar um documento em determinado sistema de informação” (Mariana Caprioli, Larissa Lima, Walter Moreira, João Batista de Moraes, 2017, p. 134).

Classicamente, os principais tipos de LD's, são: sistemas de classificação (exemplos: Classificação Decimal Dewey - CDD e Classificação Decimal Universal - CDU etc.); cabeçalhos de assuntos; listas controladas; taxonomias e tesouros. Segundo a literatura especializada, cabeçalhos de assunto, listas controladas e tesouros são classificados como vocabulários controlados.

Vocabulários controlados são uma linguagem artificial, capaz de arrolar as escolhas de termos linguísticos. É um método utilizado para a organização e recuperação da informação, que agrupa termos principais e sinónimas por meio de conceitos. Portanto, não se trata de uma lista de palavras, mas um instrumento de controle, no qual é necessária a contextualização do termo (Giovana Deliberali Maimone, 2006).

Em 2005, a *National Information Standards Organization* (NISO), uma associação sem fins lucrativos, criada para identificar, desenvolver, manter e publicar normas técnicas para a gestão de informação no ambiente digital, publicou a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010): *Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies*. O documento tem o objetivo de guiar as instituições na formulação de termos preferenciais, no estabelecimento de relações entre termos, e na forma como as infor-

mações devem ser apresentadas, tanto em suporte impresso ou digital. Igualmente, define interoperabilidade, metodologias para a manutenção de um tesouro e características recomendadas para os sistemas de gestão de tesouros (Patrícia Harpring, 2016, p. 32).

O próximo subcapítulo explicita a metodologia para a criação do *Vocabulário Controlado da Coleção Pessoas e Memórias* (VCCPM).

4.4.1 Metodologia

Um projeto de vocabulário controlado, normalmente, é constituído de 05 fases. A saber: 1) planejamento, 2) composição do vocabulário, 3) organização dos conceitos, 4) apresentação final e 5) avaliação (Maria Luiza Campos, Hagar Espanha Gomes & Dilza Motta, 2004).

Na primeira fase, correspondente ao planejamento do instrumento terminológico, definimos a sua abrangência, bem como identificamos seus objetivos, e estabelecemos seu âmbito de aplicação: a *Coleção Pessoas e Memórias* do Museu de Arqueologia de Itaipu. A segunda fase foi realizada a partir de dois insumos: as análises oferecidas pelo Iramuteq, somadas ao exercício de leitura das transcrições das entrevistas. Com isso, foi possível definir 8 (oito) classes principais. A saber:

01. Indivíduos
02. Pesca
03. Marcos Territoriais
04. Comida e Bebidas (flora/fauna)
05. Festividades
06. Brinquedos e Brincadeiras
07. Habitação e objetos domésticos
08. Organizações

Após a definição das classes, comecei a compor o vocabulário, com a inserção dos termos principais. Os casos de sinonímia foram resolvidos com o auxílio das estatísticas realizadas pelo Iramuteq. Um exemplo emblemático ocorreu com os termos ‘arrasto’ e ‘arrastão’. Em respeito aos princípios da inteligência coletiva, e do protagonismo social das(os) depoentes, não cabia à equipe envolvida no Projeto e na pesquisa, decidir qual seria o termo principal a figurar no VCCPM. Sendo assim, recorri a comparação da frequência de termos oferecida pelo *software*. Como demonstrado na figura 31, o termo *arrastão* tem uma incidência 90% maior do que o termo *arrasto*, e sendo assim foi eleito como termo principal.

Figura 31 - Frequência das palavras arrasto e arrastão no Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Brasil, 2019

Forma	Freq.	Tipos
arrastado	1	adj
arrastar	13	ver
arrasto	14	nom
arrastão	135	nom

Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

O termo arrastão pertence à classe Pesca, e foi registrado no VCCPM conforme indicado na tabela 10. Logo após o termo principal, são arroladas todas as suas sinonímias, no campo denominado ‘termos relacionados’. Em seguida, são indicadas as possíveis classificações do termo, sua descrição, e as fontes nas quais ele ocorre.

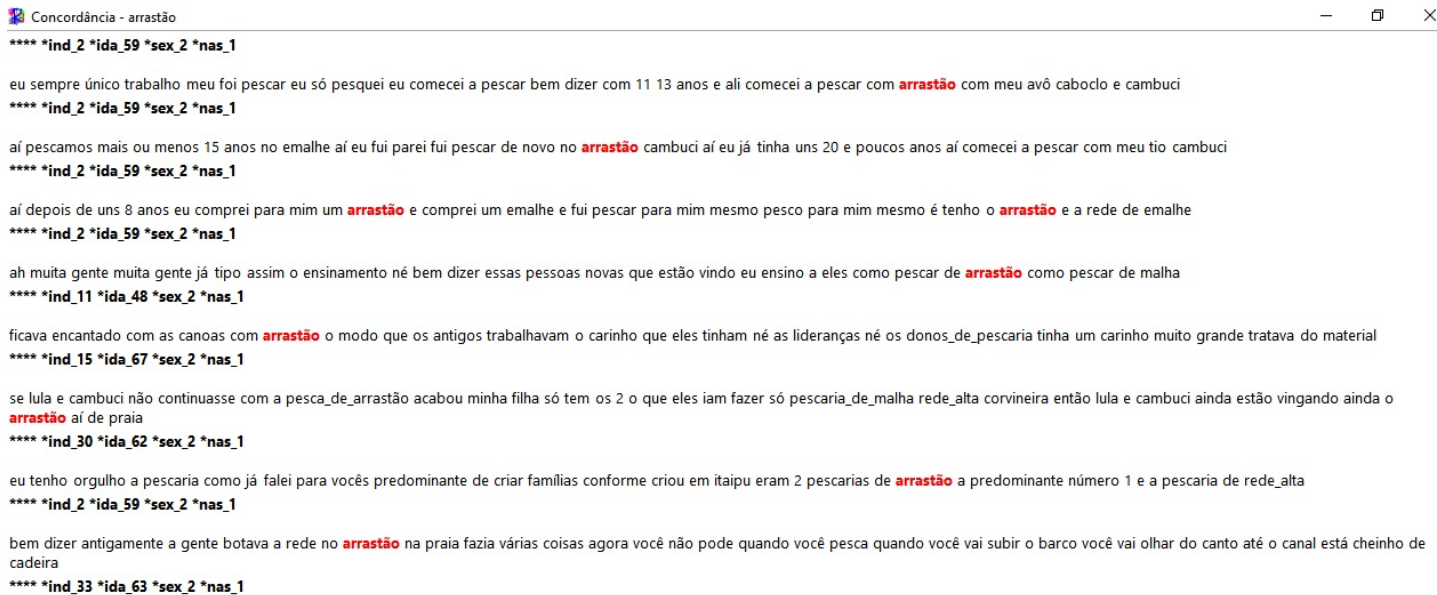
Tabela 10 – Representação do termo 'arrastão' no VCCPM. Brasil, 2019

Nome	Termos Relacionados	Classificação 1	Classificação 2	Descrição	Fonte
Arrastão	Arrasto; Arrasto de praia, arrastão de beira de praia; aarastão artesanal; pesca de arrasto; puxar lanço	Modalidade de Pesca Artesanal		Modalidade de pesca artesanal que, para ser realizada, demanda um grupo, em média, de 7 pessoas, denominado de “companha”. Os pescadores – ou “companheiros” – utilizam canoas de madeira (que podem ter até 9 metros de comprimento) a remos e lançam a rede – que pode medir até 300 metros – de maneira a criar um cerco na beira da praia para, posteriormente, puxá-la.	Indivíduos 02, 10, 12, 13, 15, 30, 33

Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

Os conteúdos do Inventário Participativo processados no Iramuteq são fundamentais para que se possa resgatar o contexto em que os termos foram utilizados. A visualização possibilita a visualização do termo associada as variáveis qualitativas antes inseridas: indivíduo, idade, sexo e local de nascimento. A figura 32 reproduz um exemplo desta aplicação com o termo **arrastão**.

Figura 32 – Tela do Iramuteq com contextos de aplicação do termo **arrastão**. Brasil, 2019.



Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

A figura reproduz apenas uma parte da tela de resultados de aplicação do texto **arrastão**. Nesta imagem estão arrolados os indivíduos que utilizaram o termo: Indivíduo 2, 11, 15, 30 e 33, sendo igualmente demonstradas as variáveis utilizadas: idade, sexo e local de nascimento. Observa-se que o termo pesquisado é grafado na cor vermelha e em negrito. Sua ocorrência é demonstrada na frase.

4.4.2 Resultado:

O Vocabulário Controlado da *Coleção Pessoas e Memórias* foi realizado a partir da análise de 25 entrevistas. Ele é composto por um conjunto de 1.530 termos principais, distribuídos em 08 classes. A classe que mais apresenta termos é a de Indivíduos. Conforme demonstrado na tabela 11, ela concentra 53,66% dos termos empregados nas entrevistas, espelhando

os resultados anteriormente apontados pela Análise de Conteúdo, principalmente demonstrada na nuvem de palavras e na análise de similitude.

Tabela 11 - Número e porcentagem de termos por classe do Vocabulário Controlado de Pessoas e Memórias. Brasil, 2019.

Classes	Número de Termos	Porcentagem
01. Indivíduos	821	53,66%
02. Pesca	171	11,17%
03. Marcos Territoriais	177	11,56%
04. Comida e Bebidas (flora/fauna)	195	12,74%
05. Festividades	38	2,48%
06. Brinquedos e Brincadeiras	54	3,52%
07. Habitação e objetos domésticos	54	3,52%
08. Organizações	20	1,30%
TOTAL	1530	99,95%

Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

O planejamento inicial do VCCPM compreendia a inserção dos termos principais oriundos das 40 entrevistas do Inventário Participativo. Alguns dos termos já apresentavam conceitos produzidos pela equipe do MAI, e esses foram incorporados ao vocabulário. As etapas posteriores do Projeto previam o seu teste de uso na plataforma *Tainacan Museus Acervos do MAI*, para a verificação da necessidade de ajustes ou correções.

Em consequência da interrupção do trabalho do Inventário Participativo no Museu, consegui chegar, parcialmente, a fase de inserção dos conceitos das 25 entrevistas revistas e analisadas.

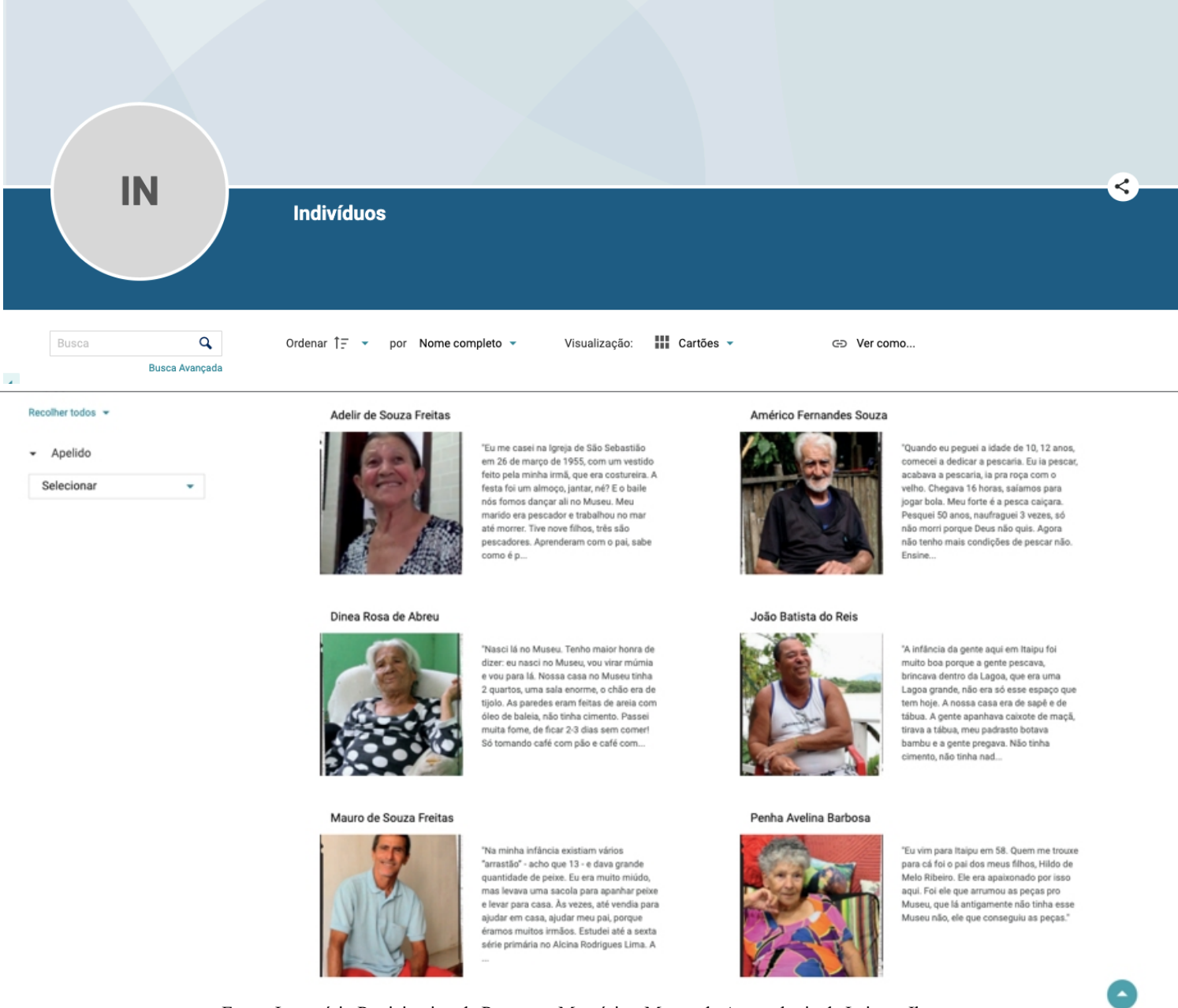
4.5 Saída dos dados na Plataforma Tainacan

Conforme anteriormente explicitado, após a saída das profissionais Bárbara e Mirela do MAI, o trabalho de inserção dos conteúdos da *Coleção Pessoas e Memórias* foi interrompido. Com o objetivo de demonstrar as possibilidades de catalogação oferecida pela plataforma Tainacan Museus, realizei alguns registros na versão teste disponibilizada pelo Ibram.

A única classe a ser tratada foi a de Indivíduos, a mais numerosa. Na figura 33 é possível visualizar os primeiros registros, com imagens reproduzidas do livro *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*, editado pelo MAI. O texto que acompanha a imagem, e serve como descrição do indivíduo, foi retirado da própria entrevista do depoente. Criei um único filtro denominado Apelido. No entanto, a ferramenta possibilita um grande rol de filtros que auxiliam no processo de recuperação da informação.

Figura 33 - Tela do Tainacan Museus com dados da classe Indivíduos

Home > Coleções > Indivíduos




IN Indivíduos

Busca 🔍 Busca Avançada


Ordenar por Nome completo Visualização: Cartões Ver como...

Recolher todos


Apelido Selecionar

Adelir de Souza Freitas



"Eu me casei na Igreja de São Sebastião em 26 de março de 1955, com um vestido feito pela minha irmã, que era costureira. A festa foi um almoço, jantar, né? E o baile nós fomos dançar ali no Museu. Meu marido era pescador e trabalhou no mar até morrer. Tive nove filhos, três são pescadores. Aprenderam com o pai, sabe como é p...

Américo Fernandes Souza



"Quando eu peguei a idade de 10, 12 anos, comecei a dedicar a pescaria. Eu ia pescar, acabava a pescaria, ia pra roça com o velho. Chegava 16 horas, saíamos para jogar bola. Meu forte é a pesca caíçara. Pesquei 50 anos, naufraguei 3 vezes, só não morri porque Deus não quis. Agora não tenho mais condições de pescar não. Ensine...

Dinea Rosa de Abreu



"Nasci lá no Museu. Tenho maior honra de dizer: eu nasci no Museu, vou virar múmia e vou para lá. Nossa casa no Museu tinha 2 quartos, uma sala enorme, o chão era de tijolo. As paredes eram feitas de areia com óleo de baleia, não tinha cimento. Passei muita fome, de ficar 2-3 dias sem comer! Só tomando café com pão e café com...

João Batista do Reis


"A infância da gente aqui em Itaipu foi muito boa porque a gente pescava, brincava dentro da Lagoa, que era uma Lagoa grande, não era só esse espaço que tem hoje. A nossa casa era de sapé e de tábuas. A gente apanhava caixote de maçã, tirava a tábuas, meu padraсто botava bambu e a gente pregava. Não tinha cimento, não tinha nad...

Mauro de Souza Freitas


"Na minha infância existiam vários "arrastão" - acho que 13 - e dava grande quantidade de peixe. Eu era muito miúdo, mas levava uma sacola para apanhar peixe e levar para casa. Às vezes, até vendia para ajudar em casa, ajudar meu pai, porque éramos muitos irmãos. Estudei até a sexta série primária no Alcina Rodrigues Lima. A ...

Penha Avelina Barbosa


"Eu vim para Itaipu em 58. Quem me trouxe para cá foi o pai dos meus filhos, Hildo de Melo Ribeiro. Ele era apaixonado por isso aqui. Foi ele que arrumou as peças pro Museu, que lá antigamente não tinha esse Museu não, ele que conseguiu as peças."

Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

No caso específico desta classe, cada registro corresponde a um indivíduo, facultando a possibilidade de adição de arquivos textuais, vídeos e áudios. Sendo assim, o Museu poderá futuramente disponibilizar os vídeos e áudios das entrevistas, fotografias da(o) depoente ou de seus familiares, documentos e ainda, conforme demonstrado na figura 34, outros materiais localizados por meio de pesquisa.

Na entrevista cedida pelo Sr. Américo Fernandes de Souza, ele menciona que havia sido entrevistado por um jornalista do jornal O Globo. No entanto, no ato da coleta do testemunho, ele não foi capaz de lembrar o período em que o fato havia ocorrido. Realizei uma pesquisa no banco de dados do jornal, e consegui encontrar a matéria a que ele se referia. Localizei também uma segunda matéria, realizada na época de sua condecoração na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. As duas matérias foram inseridas como documentos anexos ao seu registro.

Figura 34 - Anexo em forma de documento do registro do Sr. Américo Fernandes de Souza. Brasil, 2019

Coleção
Indivíduos

Visibilidade
Público (visível para todos)

Comentários
Permitido

Metadado **Anexos (2)** **Atividades**

Sábado, 29 de setembro de 2007

O GLOBO

NITERÓI

REGIÃO OCEÂNICA

O guardião da floresta de Itaipu

No alto do Morro das Andorinhas, Seu Bichinho leva vida de interior e resiste à especulação imobiliária

Emanuel Alencar
emmanuel.alencar@oglobo.com.br

Quando as primeiras gotas começam a cair sobre as telhas do casebre, Seu Bichinho respira aliviado. Já não chove como antigamente, e o terreno em volta de seu lar está seco. Uma chuvinha, por mais fraca que seja, ajuda a população do sacrifício de caminhar quase um quilômetro, enfrentando uma subida de 300 metros, atrás de água potável em Itaipu. No alto do Morro das Andorinhas, a água da chuva corre pelas canaletas das casas, acaba no reservatório e ganha cloro antes de saciar a sede de dez famílias, cujos raízes remetem à metade do século XIX. A vida rural resiste na Região Oceânica.

Apelido foi dado pela mãe quando Seu Bichinho era menino
Há 77 anos, Seu Bichinho vinha ao mundo como Américo Fernandes de Souza. Mas, desde os tempos de menino Itaipuino, todos o conhecem pelo apelido, dado pela própria mãe, Corina. De moleque frágil, a especulação imobiliária

Seu Bichinho (à direita) com o amigo Tide, em frente à casa de pau-a-pique que ajudou a construir e onde morou quando criança, com a mãe e o padrasto

minho de 300 metros na mata, para fazer a alta do morro a Itaipu. Antes

PERFIL Américo Fernandes de Souza

Ele é o cara. No quintal da casa: seu Bichinho como uma couve-flor inteira e, nas trilhas, garça de qualquer um

Seu Bichinho, o guardião do Morro das Andorinhas

Minhoca da terra mais autêntico do que seu Américo não há. Ele mora desde os 8 anos numa comunidade tradicional localizada no meio da Serra da Tiririca. F ai de quem

jaqueira. Todo amarelinho, uma beleza — diz ele, sempre sorridente.

No Morro das Andorinhas, Seu Bichinho também formou sua família. Conheceu dona Ida, que era filha de pescadores, e com ela teve oito herdeiros.

— Quem teve as crianças foi Dona Encrenca. Eu só criei — conta, às gargalhadas. — Naquele tempo não tinha luz elétrica, nem mu-

Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

Especialmente sobre a classe Pesca, é importante ressaltar que há uma série de documentários, dissertações e teses localizados no decurso da pesquisa bibliográfica e documental. O MAI possui, igualmente, vasto acervo sobre a temática. Em relação à classe Marcos Territoriais, havia sido planejada a solicitação de desenvolvimento de um módulo de extensão ao Tainacan Museum, que possibilitasse o georreferenciamento dos marcos patrimoniais e outros espaços de interesse comunitário. Para esta classe, há também uma quantidade expressiva de matérias jornalísticas, pesquisadas nos jornais que circularam nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, e que datam do século XIX até os dias atuais.

A decisão sobre a extensão documental da *Coleção Pessoas e Memórias* está atrelada a criação de uma Política de Aquisição e Documentação para o MAI. É necessário que o Museu defina quais são seus objetivos na preservação de testemunhos relativos ao território, aos sujeitos e as práticas culturais que compõem o tecido social. Esse passo é fundamental para o estabelecimento de responsabilidades e recursos financeiros, humanos e materiais necessários à coleta, documentação, conservação e divulgação dos bens que compõem a Coleção. Igualmente, se torna vital a discussão sobre os recursos tecnológicos indispensáveis para o armazenamento seguro e a disponibilização digital de qualidade, dos bytes que já foram gerados e os muitos que ainda deverão ser constituídos.

No entanto, conforme anteriormente relatado, os insumos e políticas necessárias para o andamento do Inventário Participativo e a *Coleção Pessoas e Memórias* estão temporariamente paralisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ARREMATANDO O TECIDO

É impossível falar em história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro.” Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder.

O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (...)

Chimamanda Ngozi Adichie, 2019.

O trecho acima reproduzido integra uma das palestras mais assistidas do TED Talks¹⁰⁷ (Companhia das Letras, 2019). Ela foi proferida, em 2009, por Chimamanda Ngozi Adichie. Em *O Perigo de uma história única*, a escritora utiliza suas próprias vivências como pano de fundo para demonstrar o impacto negativo provocado pela monofonia.

Tendo nascido no leste da Nigéria, Chimamanda narra várias situações em que sua realidade parecia não constar dos livros que lia quando criança, e que a inspiraram a escrever. Suas(seus) personagens se caracterizavam por possuir elementos identitários britânicos, expressos desde a cor branca da pele e o azul dos olhos, até o cultivo de hábitos relacionados ao divertimento na neve e ao consumo de maçãs. Ela ainda utiliza sua trajetória nos Estados Unidos, como imigrante universitária, para alertar sobre os estereótipos construídos e reforçados por uma narrativa hegemônica sobre pessoas, lugares, fatos históricos etc. (Chimamanda Ngozi Adichie, 2019).

Sabe-se que narrativas são estabelecidas graças ao poder distribuído entre os pontos que compõem e disseminam discursos. Mecanismos que em si, muito se assemelham às sete questões relacionadas ao fluxo da documentação museal: 1) ‘o quê’ será coletado; 2) ‘como’ será registrado; 3) ‘por quem’ será registrado; 4) ‘o quê’ estará disponível; 5) ‘quando’ estará disponível; 6) ‘como’ estará disponível; 7) ‘para quem’ estará acessível. Quanto menor for a polifonia na construção do fluxo, maior será a possibilidade do estabelecimento de uma única história.

¹⁰⁷ *Technology, Entertainment, Design* (TED) é um programa de conferências, iniciado em 1984 por uma fundação sem fins lucrativos dos Estados Unidos da América. O objetivo central é promover a troca de experiências, a partir de palestras curtas, de duração máxima de 18 minutos (TED, 2019).

Desconheço o termo oposto a *nkali*, mas seu emprego nesta tese seria um potente diálogo com o discurso de Chimamanda, sobre instrumentos contra hegemônicos e emancipadores. Seria também uma palavra síntese para descrever o princípio norteador desta pesquisa: a busca por uma documentação museal cidadã. Aquela que tece meios de equalização do poder entre o museu e coletivos ou comunidades, na realização do fluxo documental. A documentação que valoriza o saber plural e possibilita a polifonia discursiva.

Durante séculos a documentação museal teve como elemento central o objeto material. Essa é a realidade expressa em conceitos e procedimentos técnicos, que contemporaneamente atestam o prolongamento dessa visão. Ela está presente, por exemplo, na reconhecida concepção formulada por Krzysztof Pomian, em 1984, já citada no capítulo 1 deste trabalho. O filósofo e historiador inicia o texto do seu famoso verbete *Colecção*, constatando a amplitude do que é possível encontrar em um agrupamento de coisas intencionalmente reunidas e preservadas. Pomian assim indica: “qualquer objecto natural de que os homens conhecem a existência e qualquer artefacto, por mais fantasioso que seja, figura em alguma parte num museu ou numa colecção particular.” Nesse universo, continua o estudioso, as coisas perdem sua “função utilitária” (Krzysztof Pomian, 1984, p. 51).

A análise dessa noção, nos dias atuais, possibilita perceber que a dimensão imaterial não está inserida no rol de possibilidades aberta pelo autor. A ausência, por um lado, pode ser facilmente justificada pelos quase 20 anos que separam o seu trabalho do estabelecimento da *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco*, promulgada em 2003. Porém, por outro lado, não considera o alargamento dos conceitos de coleção e patrimônio experimentado por instituições e processos museais, em diferentes partes do mundo, estabelecidos desde a segunda metade do século XX.

Esse é o caso do Museu Nacional de Níger, fundado em dezembro de 1959, hoje denominado Museu Nacional Boubou Hama. Em suas instalações foram projetadas exposições voltadas à valorização da cultura local, incluindo a instalação de moradias de origem Hausa, Zarma, Songhai e Fulani. A instituição também abrigava um centro para o ensino e desenvolvimento do artesanato, e um pequeno mercado para a venda de objetos produzidos por artesãos(ões) com deficiência¹⁰⁸ (Abdourahmane Idrissa & Samuel Decalo, 2012, p. 331-332)

¹⁰⁸ Utilizo a terminologia atualmente adotada no Brasil, criada pela Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A construção do laço social, somada ao estabelecimento de mecanismos de desenvolvimento local, foi consubstanciada na *Mesa Redonda de Santiago Chile*, em 1972. O documento declara a necessidade de o patrimônio cultural ser considerado um meio de crescimento social e econômico.

Este foi um marco importante na multiplicação de instituições dispostas a aplicar o pressuposto do ‘museu integral’ nas mais diferentes dimensões, incluindo a musealização de bens culturais que, contrariamente ao que defende Pomian, não devem perder sua função utilitária. São objetos que extrapolam a função de se “oferecem ao olhar” (Krzysztof Pomian, 1984, p. 52). Assim como nos museus tradicionais, os objetos servem como suportes de memórias. Porém, a concepção social, que prevê a garantia de continuidade do emprego de determinado patrimônio, tem como premissa a sua utilização na preservação de saberes, celebrações, formas de expressão etc.

Esse é o caso dos moinhos de maré do Ecomuseu Municipal do Seixal, em Portugal, e do Museu da Maré situado no Rio de Janeiro, Brasil. Especialmente, neste último, uma experiência interessante foi citada pelo professor doutor Bruno Brulon, em palestra proferida na Universidade de Brasília e disponibilizada no canal Youtube. Enquanto realizava uma visita técnica ao museu, ele observou o ‘rapidíssimo’ empréstimo de uma chave de fenda, em exposição na instituição, a um morador que necessitava da ferramenta (Bruno Brulon, 2018). Tal fato poderia ser visto como a concretização do desejo expresso por Hugues de Varine (2005), ao defender que o “patrimônio [fosse] visto como o capital coletivo da comunidade, vivo, evolutivo e em permanente criação”.

Os exemplos servem para ilustrar que, ao empregar os pressupostos da Museologia Social, muitos museus mudaram. A promoção de práticas mais horizontalizadas de interação entre a instituição e coletivos ou comunidades, são descritos em diferentes trabalhos acadêmicos dedicados a processos participativos e inclusivos na criação de iniciativas de memória e instituições museais, na promoção de exposições, realização de inventários, implantação de novos modelos de gestão, e mesmo na conservação de objetos. No entanto, a mesma atenção parece ainda não se concretizar em torno da documentação.

Tomando por base os 539 textos publicados no principal periódico da área, a Revista *Cadernos de Sociomuseologia*, verificou-se que são raras as ações documentais voltadas para a conformação do trabalho específico com o território e os sujeitos, mesmo sendo estes os elementos centrais, recorrentemente citados nos documentos de referência internacional da área.

Não se vislumbra nos textos do CS, sistemas de documentação - analógicos ou digitais – destinados aos bens culturais imateriais, ao registro de memórias individuais e coletivas, e ao tratamento documental de sujeitos e do território ocupado, em suas variâncias no tempo.

O cenário da documentação nos museus tradicionais também expõe pouca diferença. Apesar de dispor de um maior número de publicações dedicadas à temática e de um comitê específico no âmbito do ICOM, é no mínimo curioso perceber a imprecisão ou mesmo completa omissão à área documental nas declarações e normativas publicadas pelos organismos internacionais de proteção e promoção do patrimônio e dos museus. O mesmo quadro se observa nas normativas nacionais.

A Lei nº 7.287/1984, sancionada pela Presidência da República do Brasil, que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo, bem como o seu instrumento de regulamentação, o Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985, não apresentam nenhuma citação ao termo documentação. A mesma situação ocorre na Lei nº 13/1985 da Assembleia da República Portuguesa, que trata do Patrimônio Cultural Português. Na Constituição da República Portuguesa, datada de 25 de abril de 1974, nenhum dos artigos relacionados ao patrimônio cultural (9º, 12º, 37º, 43º, 43º, 52º, 66º, 70º, 73º, 74º a 79) há ocorrência dos termos documentação ou inventariação.

Há de se investigar a causa de sucessivas supressões. Não entendo que o fato se refira a uma falta de compreensão sobre a importância da documentação nos museus. Pressuponho que se relacione à supervalorização dos seus aspectos técnicos, em detrimento da concepção de metodologias que auxiliem no exercício da cidadania, incluindo a emancipação e capacidade criativa. Igualmente são raros os estudos voltados à usabilidade, eficiência, eficácia e efetividade do fluxo documental, principalmente no que concerne às etapas de uso e gestão.

Não se pode deixar de lembrar, que todas as questões acima elencadas estão diretamente atreladas à quantidade e qualidade de recursos financeiros, humanos e materiais. Sabe-se o quanto a falta de orçamento e a carência de profissionais qualificadas(os) afetam o trabalho cotidiano de qualquer instituição. Em museus, a constituição do quadro de pessoal é, em especial, delicada. Pois, além das especificidades de saberes, que se demanda para o estudo de objetos heterogêneos, muitas vezes é preciso lidar, concomitantemente, com o crescimento das coleções e, com o passivo de problemas relacionados à dissociação informacional. Ou seja, deterioração de marcações de registro e/ou pluralidade de números de registro, que remetem a sistemas incompletos de documentação, falta de documentos comprobatórios da entrada do objeto no acervo etc.

Em instituições com infraestrutura tecnológica digital, diferentes demandas integram à atividade da documentação museal. É preciso defrontar-se com as questões avaliativas de eficácia dos sistemas em relação às particularidades institucionais, mas também lidar com complexas e sortidas temáticas, que englobam direitos autorais, segurança informacional, obsolescência etc. São muitos os desafios que envolvem a documentação museal. No entanto, acredito também, que é chegada a hora de investigar se as escolhas teóricas e metodológicas adotadas não geraram um modelo entrópico. Ou seja, a preocupação com a grandeza e profundidade das informações a serem coletadas, pesquisadas e disseminadas, ao invés de qualificar o processo, não estão provocando mais incompletudes que totalidades. Fato observável tanto em instituições que possuem em seus quadros profissionais capacitadas(os), como na outra extremidade, museus que ‘nem sabem por onde começar’. Esta última expressão foi várias vezes encontrada nos formulários físicos do Cadastro Nacional de Museus, recebidos entre os anos de 2006 e 2008 (Cadastro Nacional de Museus, 2019).

A documentação museal precisa, urgentemente, aproveitar as facilidades informacionais e comunicacionais experimentadas na contemporaneidade. É preciso ultrapassar a discussão dos modelos conceituais de dados. Urge a necessidade de estudos que lidem com a nova realidade das instituições museológicas: a existência de bens culturais materiais que não perdem sua utilidade - e que, sazonalmente ou eventualmente são reintegrados ao uso social-, à preservação de bens culturais imateriais, o registro do território e o seu patrimônio in situ, e a identificação dos sujeitos que produzem e mantêm a cultura local.

É igualmente inadiável assumir que a prática documental não é desassujeitada. Assim como as outras funções museais, ela é fruto de escolhas pessoais e, portanto, é politizada. Tal fato talvez auxilie na adoção de processos documentais participativos, que poderão perpassar disputas de poder. Igualmente, poderá facilitar a compreensão da impossibilidade de manutenção de um quadro técnico capaz de responder pela pluralidade de saberes que demandam uma coleção. O ato de assumir as inviabilidades poderá conduzir a busca pela adoção de processos de valorização e uso da inteligência humana acessada em rede. Esteja ela presente no meio digital, denominada inteligência artificial, ou no meio físico.

Esse foi o experimento teórico e prático que esteve no cerne desta tese: potencializar a inteligência humana de Itaipu, registrada na *Coleção Pessoas e Memórias* do Museu de Arqueologia de Itaipu. O fluxo documental desta Coleção foi inteiramente baseado nos pressupostos de participação, integração, protagonismo social da comunidade e liberdade de uso e

retroalimentação. As etapas iniciais do fluxo (anteriormente demonstradas na figura 1), referentes à ‘identificação’ e ‘coleta’ foram realizadas pelas profissionais Bárbara Primo e Mirela Araujo, no âmbito do *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*, promovido nos anos de 2016 e 2017. Eu me propus a auxiliar nas etapas de ‘tratamento’ e ‘disseminação’. Nesse trabalho, mantive sempre no horizonte a compreensão que a fase de ‘uso’ seria oferecida para um amplo leque de usuários, formado por especialistas de determinados saberes (pesca, meio-ambiente, urbanismo etc), por leigos e, é claro, pela própria comunidade. A esta, em especial, caberia o protagonismo da última etapa: a ‘gestão’.

Por isso, a metodologia adotada não partiu de nenhum modelo documental existente, já que a maioria encontrada se baseia na arquitetura de trabalho centralizada e/ou de estrutura *top-down*. Além disso, tais metodologias, normalmente, partem de campos informacionais pré-fixados, que por vezes limitam a inserção de novos saberes. Todo trabalho, portanto, derivou diretamente das memórias e saberes coletados. Somente após o mapeamento das temáticas abordadas pelos depoentes, foram estabelecidos os campos informacionais e constituídos os instrumentos de controle terminológico: o vocabulário controlado e as árvores genealógicas digitais.

Dado o grande volume informacional da Coleção, foi necessária a adoção da análise de conteúdo como instrumento auxiliar à etapa de tratamento. A metodologia foi fundamental para guiar a correção das transcrições das entrevistas, como apoiou a definição das oito classes que compõem o vocabulário controlado. Ela também viabilizou a isenta escolha dos termos principais, dentre as sinonímias utilizadas. Quer dizer, não coube a(o) profissional do museu a decisão sobre os termos principais. O critério do maior número de menções de determinado termo no contexto das entrevistas é um forte indicador do protagonismo social do trabalho. Ele também é possível graças aos processos de quantificação e exame do emprego contextual dos termos, oferecidos pelos *softwares* de análise de conteúdo.

Os grafos e estatísticas também geradas por esses *softwares* permitem, igualmente, o desenvolvimento de pesquisas delineadas a partir de similitudes e diferenças no emprego de termos, em diferentes contextos. Do mesmo modo, possibilita recortes pelas variáveis inseridas: indivíduos, idade, sexo e local de nascimento. A título de exemplo, seria exequível promover no conteúdo das 40 entrevistas, uma pesquisa de opinião sobre o papel do Museu na comunidade, dividindo os indivíduos pelo sexo, faixas etárias ou, ainda, verificar a existência ou não de uma maior apropriação do Museu dentre aquelas(es) que nasceram em Itaipu.

Ainda na etapa de tratamento da *Coleção Pessoas e Memórias*, foi possível constatar a efetividade da inteligência coletiva na qualificação da documentação museal. Muitas informações históricas sobre o MAI, até então não registradas, e sobre alguns objetos das coleções arqueológica e etnográfica, foram oferecidas pelos depoentes. Importa ressaltar que muitas dessas informações foram espontaneamente reveladas, ou seja, não são o resultado da indução das entrevistadoras. Imagino que um ciclo de entrevistas destinadas a essa finalidade específica possa gerar importantes informações à documentação desses acervos.

A etapa de ‘disseminação’ foi realizada na mesma plataforma digital adotada pelo Museu para a catalogação e disponibilização eletrônica do acervo museológico de cunho material: a *Tainacan Acervo MAI*. Ela se demonstrou bastante flexível na criação de campos informacionais, fato que possibilitou o estabelecimento de categorias próprias para cada uma das 8 classes do vocabulário controlado. Além disso, ofereceu facilidade no armazenamento de informações contidas em diferentes formatos digitais. A ferramenta, sobretudo, se destaca pela interoperabilidade com redes sociais, o que amplia o potencial de uso dos objetos culturais. A *Tainacan* também viabiliza a participação de usuáries(os) no processo de qualificação da informação, já que possui mecanismo de habilitação para o registro online de dados e informações.

Uma das questões identificadas na plataforma é a necessidade de processamento de dados referenciados geograficamente, ou seja, georreferenciados. Tal mecanismo é imprescindível para o adequado registro do território e de seu patrimônio. Possibilitaria também a integração com outras informações espaciais originárias de dados de censo, cadastro urbano, imagens de satélite e modelos numéricos de terreno, além de oferecer a possibilidade de visualização da saída dos dados em formato de mapa.

A transferência da museóloga e da historiadora do museu interrompeu o desenvolvimento de mecanismos de controle e disseminação da informação, como também impossibilitou o estabelecimento de uma *Política de Aquisição e Documentação para o MAI*. Esse dispositivo é essencial para a formalização do compromisso institucional, relativo não só à preservação dos itens que já compõem a *Coleção Pessoas e Memórias*, mas, sobretudo, assinalaria os mecanismos necessários para a continuidade do Projeto. O trabalho inicial de coleta das 40 entrevistas gerou expectativas comunitárias, que foram parcialmente atendidas com os produtos até então lançados. Do mesmo modo, demonstrou a grande lacuna informacional existente no MAI, sobre Itaipu e arredores, no tocante aos aspectos econômico, social, histórico, cultural, ambiental, urbanístico etc.

O Plano Museológico do MAI, referente aos anos de 2020 a 2024, revela as novas atribuições às quais a instituição havia se comprometido, ao abraçar os pressupostos da Museologia Social. A recém-lançada missão institucional aponta para o trabalho com o patrimônio cultural e natural da cidade de Niterói, englobando seus sítios arqueológicos e as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa. Além disso, claramente declara a necessidade de preservação da história das comunidades tradicionais de Itaipu, e a promoção do espaço museal como ferramenta educativa e de desenvolvimento social (MAI, 2019b).

A concretização deste trabalho inauguraria novos projetos e atividades de pesquisa, como imperiosamente acarretaria o crescimento do seu acervo museológico, tanto em seu aspecto físico como digital. Situações que conseqüentemente demandariam, minimamente, espaço de armazenamento, e procedimentos de conservação e segurança adequados.

A *Política de Aquisição e Documentação para o MAI* também formalizaria os preceitos éticos, teóricos e práticos que regem a arquitetura de trabalho documental colaborativa. Incluiria, sobretudo, a distribuição de responsabilidades, principalmente necessárias na etapa de ‘gestão’ do fluxo documental. Intui-se que a metodologia colaborativa possibilitaria novos giros da roda do fluxo documental, ou seja, retroalimentaria o ciclo documental com novas identificações, coletas, tratamentos etc.

O planejamento inicial desta investigação previa, ainda, a promoção de mais duas etapas que, infelizmente, até então não puderam ser realizadas: a apresentação dos resultados à comunidade e o treinamento dos indivíduos interessados na apropriação e aprimoramento de todo o processo documental.

Adicionalmente, em relação específica às árvores genealógicas digitais interessava saber se tal mecanismo auxiliaria nos processos oficiais de criação de comunidades tradicionais, objetivando, sobretudo, a garantia de direitos socioambientais. Em caso positivo, haveria a possibilidade de publicação dos conteúdos no software utilizado, aumentando a possibilidade de enriquecimento das informações de cada família.

Havia também uma particular expectativa de monitoramento do uso das informações, com o objetivo de promover mecanismos de aprimoramento da linguagem utilizada no acervo arqueológico. Os testes realizados nesta investigação demonstraram a necessidade de melhoria na indexação dos objetos, para que eles possam ser recuperados pelos mais variados públicos.

Mesmo não tendo concretizado estas etapas, o trabalho empreendido, relatado nesta tese, demonstra que é possível aplicar uma documentação museal cidadã. Uma ação que esteja

inserida na tessitura social e, que se proponha a auxiliar na valorização do saber local, no estabelecimento de pontes entre técnicas, tecnologias e conhecimentos, no protagonismo de coletivos ou comunidades como instâncias legitimadoras e revisoras de sua cultura, e no compartilhamento de histórias polifônicas.

E como em todo ciclo, o fim conduz a um início, termino evocando novamente o poeta João Cabral de Melo Neto, com o seu poema *Tecendo a Manhã*:

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

João Cabral de Melo Neto, 1966-2008.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- As duas Almas (1879, 5 de novembro). Itaipú. *O Fluminense*, II, 233 (p. 3). Cidade de Nictheroy, Brasil.
- Abrantes, A.C.S. & Azevedo, N. (2010). O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência no Brasil, 1946-1966. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, 5(2), 469-489. Acedido Fevereiro 16, 2019, em <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n2/a16v5n2.pdf>.
- Abreu, M.A. (2006). Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da Capitania do Rio de Janeiro - Séculos XVI e XVII. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 218(32). Acedido Dezembro 01, 2019, em http://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Engenhos_do_RJ_sec_XVI_XVII.pdf
- Adichie, C.N. (2019). *O Perigo de uma História Única*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Aguiton, C. (2019). Os Bens Comuns. In Solón, P. (Org.). (2019). *Alternativas Sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo, Brasil: Elefante.
- Alcântara, R.L.S. (2011). *A ordem do discurso na educação especial*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de mestre, orientada por Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho. Acedido Março 27, 2019, em <https://tede2.ufma.br/jspui/bitstream/tede/178/1/RA-MON%20LUIS%20DE%20SANTANA%20ALCANTARA.pdf>.
- Alexandrer, E.P. (1979). *Museums in Montion: An Introduction to the History and Functions of Museums*. Nashville: American Association for State and Local History. Acedido Janeiro 34, 2017, em <https://archive.org/stream/sagaofironannie00caid#>.
- Almas (1879, 21 de novembro). Lagôa de Itaipú. *O Fluminense*, II (240), (pp.3-4). Cidade de Nictheroy, Brasil.
- Almeida, B.C., Camilo, P.R. Madeira, P.H., Priosti, O., Pereira, R.M. França, R.C.S.G., Melo, R.L.C.C., Souza, S.N., Rodrigues, T.O. & Priosti, W. (2012). Ecomuseu/Museu Comunitário: o museu como escola de libertação, protagonismo, cidadania e resistência. In Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários. (2012), (p. 305). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Ambrose, T. & Paine, C. (2006). *Museum basics*. Londres, Reino Unido: Routledge.
- Anderson, J. (1979). A Further Inventory of Gabriel Vendramin's Collection. *The Burlington Magazine*, 121(919), 639-648. Acedido Agosto 09, 2019 em www.jstor.org/stable/879711
- Antunes, L.M.L.P. (2002). *Museus e Documentação: entre a teoria e a prática – uma abordagem da realidade portuguesa (1910 / 1980)*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Museologia e Património, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de

Lisboa, Portugal. Acedido Junho 7, 2018, em https://www.researchgate.net/publication/310461532_Museus_e_documentacao_entre_a_teor%C3%ADa_e_a_pratica_uma_abordagem_da_realidade_portuguesa_1910-1980.

Aquilina, J. D. (2009). Muséologie et muséographie: la Tour de Babel ou les origines de la confusion. *Muséologies*, 4(1), 42–61. Acedido Abril 21, 2019, em <https://www.erudit.org/fr/revues/museo/2009-v4-n1-museo02115/1033531ar.pdf>.

Araujo, M.L. (2015). *As Narrativas, o Território e os Pescadores Artesanais: Políticas e Processos Comunicacionais no Museu de Arqueologia de Itaipu*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de mestre em Museologia, orientada pela Professora Doutora Marília Xavier Cury.

Aristóteles. (2006). *História dos Animais*. Livros I-VI. Lisboa, Portugal: Casa da Moeda.

Aristóteles. (2012). *Metafísica*. São Paulo, Brasil: Edipro.

Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN]. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes, Caixa I-RJ-199.01. Rio de Janeiro, Brasil: Autor.

Arquivo Nacional. (2019). Recolhimento de Mulheres. *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira Website*. Acedido Maio 13, 2019, em http://historiacolonial.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3427:recolhimento-de-mulheres&catid=2039&Itemid=215.

Atelier Internacional Ecomuseus/Nova Museologia. (1984). Declaração de Quebec – Princípios de Base de uma Nova Museologia. *Cadernos De Sociomuseologia*, 15(15). Acedido Agosto 10, 2018, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342>.

Avaro, A.A., Guichen, G.D. & Godonou, A. (2010). *Documentation of museum collections. Why? How? Practical Guide*. [S.l.]: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO); International Centre for the Study of the Preservation and Restoration for Cultural Property [ICCROM]; École du Patrimoine Africain [EPA].

Azevedo, M.N.S. (1999). A Construção da Cidade na Primeira Metade do Século 20, Niterói espelho do Rio. In Leme, M.C. S. (Coord.). (1999). *Urbanismo no Brasil - 1895-1965*, 71-82. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM. Acedido 2019, Novembro 01, em <https://archive.org/details/urbanismo-gs>.

Azevedo, V., Carvalho, M., Fernandes-Costa, F., Mesquita, S., Soares, J. Teixeira, F. & Maias, A. (2017). Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações práticas e desafios. *Revista de Enfermagem Referência, serIV*(14), 159-168. Acedido Dezembro 10, 2019, em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832017000300016.

- Azzi, C.F. (2012). O Patrimônio Histórico e a Cultura Material no Renascimento. *Letras*, 21(43), 353-371. Acedido Março 28, 2019, em <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/6910/4185>.
- Babin, B., Money, A. H., Samouel, P. & Hair Jr., J. F. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre, Brasil: Bookman.
- Baghli, S.A.; Boylan, P. & Herreman, Y. (1998). *History of Icom (1946-1996)*. Acedido Abril 27, 2019, em https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/History_of_ICOM__1946-1996_-2.pdf.
- Barbon, J. (2018, 14 de setembro). Alvos no incêndio do museu, Bombeiros são escanteados pela intervenção federal. *Folha de São Paulo Website*. Acedido Outubro 14, 2018, em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/alvo-no-incendio-do-museu-bombeiros-sao-escanteados-pela-intervencao-federal.shtml>.
- Bardin, L. (2007). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Barbuy, H. (2002). Os museus e seus acervos: sistemas de documentação em desenvolvimento. In INTEGRAR: 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus. *Anais*, (pp. 67-78). São Paulo, Brasil: Imprensa Oficial do Estado.
- Barbuy, H. (2008). Documentação museológica e pesquisa em museus. In Granato, M.; Santos, C.P. & Loureiro, M.L.N.M. (Orgs.). (2008). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro, Brasil: Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- Barroso, G. (1951). *Introdução à Técnica de Museus*, 1. Rio de Janeiro, Brasil: Gráfica Olímpica.
- Báscón, A.J.G. (2017). *La Conferencia de Madrid de 1934, sobre Arquitectura y Acondicionamiento de Museos de Arte*. Tese apresentada ao Programa de Arte da Universidade de Granada para obtenção do grau de doutor, orientada por Dr. D. Ignacio Henares Cuéllar. Acedido Abril 27, 2019, em <https://hera.ugr.es/tesisugr/26768227.pdf>.
- Bates, M.J. (1999) The Invisible Substrate of Information Science. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(12), 1043-1050. Acedido Fevereiro 13, 2019, em <https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/bates/substrate.html>.
- Bazin, G. (1967). *The Museum Age*. Nova Iorque, Estados Unidos da América: Universe Books, 1967. Acedido Abril 02, 2018, em <https://archive.org/stream/museum-image00bazi#page/n3/mode/2up>. (Obra original publicada em 1967, em francês, com o título *Le temps des musées*).
- Benjamin, W. (1999). *The Arcades Project*. Massachusetts, Estados Unidos da América: The Belknap Press of Harvard University.
- Bertoloto, A. T., Passos, A., Marques, G., Pacheco, I., Rapagnã L., Silva M.L. & Bertucci, T.C.P. (2015). Sambaquis do Estado do Rio de Janeiro: musealização como forma de

preservação. *Revista Eletrônica do Uso Público em Unidades de Conservação*, 3(6), 52-64.

- Bigarella, J.J. (1954). Os sambaquis na evolução da paisagem litorânea sul-brasileira. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, 9, 199-219. Acedido Setembro 15, 2019, em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/13D00111.pdf>.
- Binette, R. (2012). Un Musée Citoyen et ses Liens avec la Communauté: le cas de L'Écomusée du Fier Monde. In Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários. (2012), (pp. 219-227). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Bischoff, J.L. (2004). A proteção internacional do patrimônio cultural. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, 24. Acedido Fevereiro 10, 2019, em <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/49545>.
- Blanchot, M. (1987). *Foucault como o imagino*. Lisboa, Portugal: Relógio D'Água Editores.
- Bogado, D. (2017). Museu das Remoções da Vila Autódromo: Resistência criativa à construção da cidade neoliberal. *Cadernos de Sociomuseologia*, 54(10). Acedido Novembro, 03, 2019, em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5947>.
- Bolognesi, L. (Diretor). (2019). *As Guerras da Conquista. Guerras do Brasil.doc*. [26min30seg.] Brasil: Netflix.
- Borges, J.L. (2007). O idioma analítico de John Wilkins. In: Borges, J.L. *Outras inquisições*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Borel, P. (1649). *Les Antiquitez de Castres*. Acedido Julho 26, 2018, em <https://archive.org/stream/lesantiquitezra00boregoog#page/n0>.
- Bortoni-Ricardo, S.M. (2008). *O Professor Pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo, Brasil: Parábola Editorial.
- Bottallo, M. (1996). A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6, 287-292.
- Bottallo, M. (2010). Diretrizes em documentação museológica. In Governo do estado de São Paulo & Associação Cultura de Amigos do Museu Casa de Portinari. (2010). *Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: diretrizes*. São Paulo, Brasil: Autor.
- Boughton, D. (2013). The strange case of the bronzes buried in the Vale of Wardour. *British Archaeology*. Acedido Abril 22, 2018, em https://www.academia.edu/3718630/Early_Iron_Age_hoards_in_the_Vale_of_Wardour_Wilts?auto=download.
- Bourdieu, P. (2013). Um pensador livre: “Não me pergunte quem sou eu”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 25(1), 169-175. Acedido Março, 26, 2019, em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n1/09.pdf>

- Bowen, J.P. (n.d.). A Brief History of Early Museums Online. *The Rutherford Journal*. Nova Zelândia. Acedido Janeiro 31, 2019, em <http://www.rutherfordjournal.org/article030103.html>.
- Bowen, J.P. (1999a). Time for Renovations: A Survey of Museum Web Sites. *Museums and the Web*. Acedido Janeiro 31, 2019, em <https://www.museumsandtheweb.com/mw99/papers/bowen/bowen.html#JonesGarmil97>.
- Bowry, S. (2014). Before Museums: The Curiosity Cabinet as Metamorphe. *Museological Review*, 18, 30-42. Acedido Fevereiro 04, 2019, em http://www.academia.edu/9041747/Musealising_change_or_changing_the_museum_the_case_of_the_musical_instrument_museum_from_the_visitors_perspective.
- Boylan, P.J. (1996). Cincuenta años del ICOM. *Museum International*, 191(3), 47-50. Acedido Abril 08, 2019, em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000105081_spa.name=dest=105079.
- Brandão, J.M. (1993). International Summer School of Museology (ICOM/UNESCO) - 2 A 30 de julho de 1993. *Cadernos de Sociomuseologia*, 1(1), 139-150. Acedido Maio 29, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/479>.
- Branquinho, J.; Murcho, D. & Gomes, N.G. (Orgs.) (2005). *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*, (pp. 719-723). Acedido Março 29, 2019, em https://www.academia.edu/21671188/ENCICLOP%C3%89DIA_DE_TERMOS_L%C3%93GICO-FILOS%C3%93FICOS_-_JO%C3%83O_BRANQUINHO.
- Briet, S. (1951). *Qu'est-ce que la documentation?* Paris, França: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques.
- Brigola, J.C.P. (2000). *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Tese apresentada a Universidade de Évora. Acedido Janeiro 10, 2019, em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11199>.
- Brigola, J.C.P. (2003). *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbekian.
- Brulon, B. (2018). Leitura de objetos Museais: Entre a Museologia e Antropologia. In II Colóquio de Museologia da Universidade de Brasília. Acedido em Julho, 23, 2018, em <https://www.youtube.com/watch?v=Pyf1B-pAiEk>.
- Bruno, M.C. (1999). Segundo Capítulo - Projeto Paranapanema: uma amostra para a formulação de modelos de musealização. *Cadernos de Sociomuseologia*, 17(17), 153-288. Acedido Setembro, 06, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/358>.

- Bruno, M.C. (2006). Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. *Cadernos de Sociomuseologia*, 25(25). Acesso em Março 28, 2019, em <http://revistas.uluso-fona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/419>.
- Buckland, M. (1996). Documentation, Information Science and Library Science in the USA. *Information Processing & Management*, 32(1), 63-76.
- Bueno, E. (2012). *Brasil, uma história: cinco séculos de um país em construção*. Rio de Janeiro, Brasil: Leya.
- Caillot, M. (2011). *La Revue Museion, 1927-1946: Les musées et la coopération culturelle internationale*. Acedido Abril 09, 2019, em <http://theses.enc.sorbonne.fr/2011/caillot>.
- Camargo, B.V. & Justo, A.M. (2013). IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. Novembro 23, 2019, em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>.
- Camargo, B.V. & Justo, A.M. (2013). *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ*. Acedido Setembro, 03, 2019, em <https://docplayer.com.br/15994284-Tutorial-para-uso-do-software-de-analise-textual-iramuteq.html>.
- Camargo-Moro, F. (1986). *Museu: Aquisição/Documentação*. Rio de Janeiro, Brasil: Livraria Eça Editora.
- Camargo-Moro, F. (1992). A Proposta do Ecomuseu: Experiência de Itaipu. In Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (1992). *Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus*, (pp. 27-40). Rio de Janeiro: Autor.
- Camargo-Moro, F. (1996). Por que foi esquecida a Revolução de 1971? In Bruno, M.C.O. (Coord.). (2010). *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados*, 1 (pp. 25-29). São Paulo, Brasil: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Cameron, D.F. (1971). The Museum, a Temple or The Forum. *Curator The Museum Journal*, 14(1). Acedido Maio 05, 2019, em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.2151-6952.1971.tb00416.x>.
- Caminha, P.V. (1500). *Carta*. Acedido Julho, 05, 2019, em http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf.
- Campello, B.S.; Cendón, B.V. & Kremer, J.M. (Orgs.). (2000). *Fontes de informações para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte, Brasil: Editora UFMG.
- Candido, M.I. (2006). Documentação Museológica. In Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional & Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais (2006). *Caderno de Diretrizes Museológicas*, (pp. 33-92). Belo Horizonte: Autor.

- Cândido, M.M.D. (1998a). Capítulo 1 - Museus: Busca de Adequação à Realidade Por Que Os Museus. *Cadernos de Sociomuseologia*, 12(12), 19-41. Acedido Junho 03, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/321>.
- Cândido, M.M.D. (1998b). Capítulo 2 – Estudo de Caso: a coleção de imaginária do Museu Diocesano Dom José. *Cadernos de Sociomuseologia*, 12(12), 43-72. Acedido Junho 03, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/319>.
- Candiotto, C. (2006). Foucault: uma histórica crítica da verdade. *Trans/Form/Ação*, 29(2), 65-78. Acedido Abril 24, 2019, em <http://www.scielo.br/pdf/trans/v29n2/v29n2a06.pdf>.
- Candiotto, C. (2010). Ética e Política em Michel Foucault. *Trans/Form/Ação*, 33(2), 157-176. Acedido Março 27, 2019, em <http://www.scielo.br/pdf/trans/v33n2/v33n2a10.pdf>.
- Capanema, G. S. (1876). Os sambaquis. Nogueira, B.C.A., Capanema, G.S. & Rodrigues, J.B. (Orgs.). *Ensaio de Sciencia por diversos amadores*, (pp. 79-89). Rio de Janeiro-Brasil: Brown & Evaristo. Acedido Setembro 15, 2019, em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242810>.
- Caplan, P. (2003). *Metadata Fundamentals for All Librarians*. Chicago, Estados Unidos da América: American Library Association.
- Capurro, R. (2003). Epistemologia e Ciência da Informação. In *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação Belo Horizonte: ENANCIB, 2003*, (pp. 1-21). Acedido Novembro 04, 2019, em http://www.capurro.de/enancib_p.htm.
- Carreño, F.J.Z. (2004). *Curso de Museología*. Gijón, Espanha: Trea.
- Cartaxo, S.M.C.C. (2012). *Gênero e Ciência: um estudo sobre as mulheres na física*. Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de mestre em política científica e tecnológica, orientada pela professora doutora Léa Maria Leme Strini Velho. Acedido Abril 07, 2019, em http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286842/1/Cartaxo_SandraMariaCarlos_M.pdf.
- Carvalhido, V.V.R. (2012). *Do “direito à vez” à vez aos direitos: Conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, para obtenção do grau de mestre em antropologia, orientada pelo professor Edilson Marcio Almeida da Silva. Acedido Abril 10, 2019, em <http://ppgantropologia.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/07/VICTOR-VON-RONDON-CARVALHIDO.pdf>.
- Carvalho, A. (n.d.). Como é que a Museologia tem evoluído em matéria de publicações? *No Mundo dos Museus*. Acedido Janeiro 17, 2019, em <https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/tag/revista-museologia>.
- Carvalho, A. (2015). O Fascínio do Património e dos Museus: Entrevista com Hugues de Varine. *Cadernos de Sociomuseologia*, 49(5), 145-165. Acedido Março, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5203>.

- Carvalho, E.T. (1988). Monumento Simbólico da Arqueologia Pré-Histórica Brasileira: o sítio Duna Grande de Itaipu, uma contribuição. *Revista de Arqueologia*, 5(1), 118-128. Acedido Maio 05, 2019, em <https://revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/72>.
- Carvalho, E. (2019, 03 de janeiro). O que o Museu Nacional, incendiado em 2018, fará em 2019 com os R\$ 85 milhões previstos para sua recuperação. *BBC – News Brasil Web site*. Acedido Abril 05, 2019 em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46721344>.
- Carvalho, G. (2012, 03 de janeiro). Sítio arqueológico de Itaipu sob os pés do desconhecimento – *O Globo Web site*. Acedido Julho 23, 2019 em <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/sitio-arqueologico-de-itaipu-sob-os-pes-do-desconhecimento-5827400>.
- Carvalho, L.M. de & Scheiner, T. (2014). Reflexões sobre Museologia: documentação em museus ou documentação museológica? *Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Acedido Janeiro 31, 2019, em <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt9>.
- Casciato, M.; Ianniello, M.G. & Vitale, M. (1986). *Enciclosedismo in Roma barocca: Athanasius Kircher e il Museo del Collegio romano tra Wunderkammer e museo scientifico*. Veneza, Itália: Marsilio.
- Ceravolo, S.M. & Tálamo, M.F.G.M. (2000). Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 10, 241-252. São Paulo, Brasil: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- Ceravolo, S. (2004). Delineamentos para uma teoria da Museologia. In *Museus Paulista (2004)*. *Anais do Museu Paulista*, 12 (pp. 237-268). São Paulo, Brasil: Museu Paulista.
- Ceravolo, S. & Tálamo, M.F.G.M. (2007). Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In *VIII Enancib – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 2007*, Salvador. *Anais do VIII Enancib*, Salvador: PPGCI/UFBA, 2007. Acedido Abril 8, 2019, em <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/view/2831/1959>.
- Chagas, M.S. (1994a). No Museu com a Turma do Charlie Brown. *Cadernos de Sociomuseologia*, 2(2), 49-65. Acedido Julho 31, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/535>.
- Chagas, M.S. (1994b). Em busca do Documento Perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. *Cadernos de Sociomuseologia*, 2(2), 29-47. Acedido Julho 31, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534>.
- Chagas, M.S. (1994c). Millôr Fernandes e a Nova Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 2(2). Acedido Julho 31, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/536>.

- Chagas, M.S. (2002). Memória e Poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, 19(19), 35-67. Acedido Abril 04, 2018, em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3820/mem%C3%B3ria.pdf?sequence=1>.
- Chagas, M.S. (2011). Museus, Memórias e Movimentos Sociais. *Cadernos de Sociomuseologia*, 41(41), 5-16. Acedido Julho 30, 2017, em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4515/museus%20memórias.pdf?sequence=>.
- Chagas, M.S. (2015). Patrimônio é o Caminho das Formigas. In Museu Histórico Nacional. (2015). *Anais do Museu Histórico Nacional*, 47 (pp. 175-196). Rio de Janeiro, Brasil: Autor
- Chagas, M.S. (2017). Uma Museologia que não serve para a vida não serve para nada! Notas para a mesa Redonda *IV Congresso Internacional Educação e Acessibilidade em Museus e Patrimônio*. Acedido Novembro 29, 2019, em https://www.researchgate.net/publication/320235370_Uma_Museologia_que_nao_serve_para_a_vida_nao_serve_para_nada.
- Chagas, M.S. (2019). O Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus (1958): 60 anos depois. In Chagas, M.S. & Rodrigues, M.V.M. (Org.) (2019). *A função educacional dos museus: 60 anos do Seminário Regional da Unesco*. Rio de Janeiro, Brasil: Museu da República.
- Chagas, M.S.; Braga, E., Pereira, M., Rose, C., Gouveia, I. & de Toledo, W. (2010). Desire for memory, desire for museums: the experience of the Memory Hotspots. *Cadernos de Sociomuseologia*, 38(38), 245-262. Acedido Abril 05, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1655>.
- Chagas, M.S. & Storino, C. (2014). Museu, Patrimônio e Cidade: camadas de sentido em Paraty. *Cadernos de Sociomuseologia*, 47(3), 71-90. Acedido Novembro 30, 2019, em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4532/3060>.
- Chagas, M. de S., Assunção, P. & Glas, T. (2014). Museologia Social em Movimento. *Cadernos do CEOM*, 27(41), 429-436. Chapecó, Santa Catarina, Brasil: Unochapecó.
- Chapman, R. & Randsborg, K. (1981). Approaches to the archaeology of death. In Chapman, R., Kinnes, I. & Randsborg. (Eds.). (2009). *The Archaeology of Death* (pp. 1-24). Londres: Cambridge University Press.
- Chartier, R. (1994). Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. *Estudos Avançados*, 8(21), 185-199. Acedido Maio 14, 2019, em <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000200012>.
- Chartier, J.F. & Meunier, J.G. (2011). Text mining methods for social representation analysis in Large Corpora. *Papers on Social Representations*, 20(37),1-47. Acedido Novembro 03, 2019, em https://www.researchgate.net/publication/267803123_Text_Mining_Methods_for_Social_Representation_Analysis_in_Large_Corpora.

- Cintra, A.M.M, Tálamo, M.F.G.M., de Lara, M.L.G. & Kobashi, N.Y. Para Entender as Linguagens Documentárias. São Paulo, Brasil: Editora Polis; APB.
- Clifford, J. (1994). Colecionando Arte e Cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 23, 69-89. Rio de Janeiro, Brasil: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Collections Trust (2014). *SPECTRUM 4.0: o padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido*. São Paulo, Brasil: Secretaria de Estado de Cultura, Associação de Amigos do Museu do Café & Pinacoteca do Estado de São Paulo.
- Companhia da Letras (2019). O Perigo de uma história única. *Companhia da Letras Website*. Acedido Novembro 04, 2019, em <https://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=14734>.
- Congresso Mundial de Transdisciplinariedade. (1994). *Carta da Transdisciplinaridade*. Paris: Centre International de Recherches et Études Transdisciplinaires. Acedido Julho 14, 2017, em <http://ciret-transdisciplinarity.org/chart.php>.
- Conselho de Redacção dos Cadernos de Sociomuseologia (2014). A reorganização dos Cadernos de Sociomuseologia Nova Série nº1-2013 vol. 45. *Cadernos de Sociomuseologia*, 45(1), 5-7. Acedido Janeiro 07, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4512>.
- Conselho Editorial dos Cadernos de Sociomuseologia (2014). El patrimonio cultural inmaterial y la sociomuseología: estudio sobre inventarios - Lorena Querol. *Cadernos de Sociomuseologia*, 47(3). Acedido Abril 08, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4566>.
- Constituição da República Federativa do Brasil/1988, de 05 de outubro. Acedida em 01 Outubro, 2019, em https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf.
- Cooke, R. (2018, 18 de novembro). Tristram Hunt: ‘In the era of fake news, museums allow a better understanding of truth and history’. *The Guardian Website*. Acedido Dezembro 13, 2018, em <https://www.theguardian.com/culture/2018/nov/18/tristram-hunt-museums-v-and-a-interview-fake-news-labour>.
- Costa, E.P. (Org.). (2006). *Princípios básicos da museologia*. Curitiba, Brasil: Coordenação do Sistema Estadual de Museus, Secretaria de Estado da Cultura.
- Costa, G. (2018, 03 de setembro). Gasto da União no Museu Nacional caiu mais de dez vezes desde 2011. *Agência Brasil Web site*. Acedido Outubro 14, 2018, em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-09/gasto-da-uniao-no-museu-nacional-caiu-mais-de-dez-vezes-desde-2011>.
- Crossland, Z. (2010). Materiality and embodiment. In Hicks, D. & Beaudry, M. (Eds.). (2010). *The Oxford Handbook of Material Culture Studies* (pp. 386-405). Oxford: Oxford University Press.

- Cruz, J.V.T. (2015). *Itaipu, a Vila e seus Patrimônios*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro para a obtenção do grau de mestre em História, orientada pelo Professor Doutor Rui Aniceto Fernandes
- Cury, M.X. (2005). Museologia – marcos referenciais. *Cadernos do CEOM*, 18(21), 45-74.
- Dal Santo, R. (2012). Can Parish Maps Inspire Future? In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 167-171). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- De Blasis, P.A.D., Fish, S.K., Gaspar, M.D. & Fish, P.R. (1998). Some references for the discussion of complexity among sambaqui moundbuilders from the Southern shores of Brazil. *Revista de Arqueologia Americana*, 15, 75-105. Acedido 08 de setembro, 2019, em www.jstor.org/stable/27768414.
- Decreto nº 5.264/2004, de 05 de novembro. Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 214(1), 5-6. Poder Executivo, Brasil.
- Decreto nº 6.040/2007, de 07 de fevereiro. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil* (1). Poder Executivo, Brasil.
- Decreto nº 8.124/2013, de 17 de outubro. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil* (1), 1-5. Poder Executivo, Brasil.
- Decreto nº 9.288/2018 de 16 de fevereiro. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Edição Extra, 1. Poder Executivo. Brasil.
- Decreto nº 10.107/2019, de 07 de novembro. Transfere a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil* 216(1) (p. 17). Poder Executivo, Brasil.
- Decreto nº 10.108/2019, de 07 de novembro. Altera o Anexo ao Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil* 217(1), (p. 2). Poder Executivo, Brasil.
- Decreto nº 44.417 /2013, de 30 de setembro. Cria a Reserva Extrativista Marinha de Itaipu no Município de Niterói e dá outras providências. (p. 1). *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*.

- Decreto-Lei nº 9.760/1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 12.500.
- Deleuze, G. (1991). *Foucault*. São Paulo, Brasil: Brasiliense.
- Deliberação nº 2.705/1970 de 01 de julho. *Código do Planejamento Urbano e Ode Obras do Município de Niterói*. Acedido Julho, 30, 2019, em <http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/Decretp-N%23U00c2%23U00b0-2.705-DE-1970.pdf>.
- De-Marchi, A.C.B. & Costa, A.C.R. (2004). Uma proposta de padrão de metadados para objetos de aprendizagem de museus de ciências e tecnologia. *Novas Tecnologias na Educação*, 2(1). Acedido Fevereiro 11, 2019, em <http://www.cinted.ufrgs.br/renote-old/mar2004/artigos/02-umapropostadepadrao.pdf>.
- Desvallées, A. (2003). Que futuro para os museus e para o património cultural na aurora do terceiro milénio? *Revista da APOM*, 1, 46-74. Acedido Abril 22, 2019, em <https://www.passeidireto.com/arquivo/4548028/andre-desvallees-que-futuro-para-os-museus>.
- Desvallées, A. & Mairesse, F. (Dir.) (2011). *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie*. Paris, França: Armand Colin.
- Di Pietro, M.S.Z. *Direito Administrativo*. São Paulo, Brasil: Atlas, 2004.
- Diário do Rio de Janeiro (1822, 6 de março). (5) (p. 1). Acedido Agosto, 12, 2019, em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Itaipu
- Diário do Rio de Janeiro (1826, 1º de março). (1) (p. 2). Acedido Agosto, 12, 2019, em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Itaipu.
- Dias, N. (2006). Antropologia e Museus: que tipo de diálogo. In Abreu, R.; Chagas, M.S. & Santos, M.S. (Orgs.). (2007). *Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas*. (pp. 126-137). Rio de Janeiro, Brasil: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU.
- Dias Júnior, O.F. (1978/80). *Rio de Janeiro: a tradição Itaipu e os sambaquis*. In Schmitz, P.I., Barbosa, A.S. & Ribeiro, M.B. (Eds.). Anuário de Divulgação Científica, 3(7), 33-43. Goiânia, Brasil: Universidade Católica de Goiás.
- Dias Júnior, O.F. (1987). Pré-história e arqueologia da região sudeste do Brasil. *Boletim do Instituto Arqueológico Brasileiro*, Série Catálogo, 3, 155-161.
- Domênico, D., Miranda, T., Mama, Bola, M., Oliveira, R. & Firmino, D. (2019). *História para Ninar Gente Grande*. Samba-enredo da GRES Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro, Brasil.
- Dreyfus, H & Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária.
- Eco, U. (2010). *A Vertigem das Listas*. São Paulo, Brasil: Editora Record.

- Eisenstein, E.L. (1998). *A Revolução da Cultura Impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo, Brasil: Ática.
- Estatuto. (2017). *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios [Icomos] Web site*. Acedido Maio 19, 2018, em https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Secretariat/2018/2018.02.02_Statutes_EN_FR.pdf.
- Ewald, F. & Fontana, A. (2010). Nota. In Foucault, M. *O Governo de Si e dos Outros: Curso no Collège de France (1982-1983)*, IX-XIII. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (FCI-UnB). *FCI-UnB Web-site*. Acedido Maio 2018, em <http://www.fci.unb.br/index.php>.
- Faria, F. F. (2008). Peter Lund (1801-1880) e o questionamento do catastrofismo. *Filosofia e História da Biologia*, 3, 139-156. Acedido Setembro 13, 2019, em <http://www.abfhib.org/FHB/FHB-03/FHB-v03-08-Frederico-Felipe-Faria.pdf>.
- Fernandes, A.M.F.R.D.S. (2005). *Um Núcleo Documental para o Estudo do MINOM*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Geografia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, para obtenção do grau de mestre em Museologia, orientada por Mário Caneva Magalhães Moutinho. Acedido em Fevereiro, 16, 2019, em http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestradodos/ana_mercedes_1.pdf.
- Fernandes, B. (n.d.). *Manual Iramuteq: versão 01*. Acedido Setembro 04, 2019, em https://www.academia.edu/9312034/Manual_Iramuteq.
- Ferreira, A.H.B. (2008). *Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba, Brasil: Positivo.
- Ferreira, M.S. (2012). Museu de Arqueologia de Itaipu: camadas de memória de um palácio em ruínas. In *XV Encontro Regional de História - ANPUH-Rio - Ofício do Historiador*. Acedido Maio 12, 2019, em http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338429493_ARQUIVO_ArtigoArqueologiaMARIA.pdf.
- Ferreira, M.S. (2017). *Percursos da Memória: narrativas sobre patrimônio no Museu de Arqueologia de Itaipu*. Tese apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, para obtenção do grau de doutora, orientada por Antonio Edmilson Martins Rodrigues.
- Ferreira, M.S. (2019, 7 de novembro). Entrevista por e-mail concedida à Rose Moreira de Miranda.
- Ferreira, M.S. & Traversini, C.S. (2013). A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. *Educação & Realidade*, 38(1), 207-226. Acedido Abril 11, 2019, em <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/12.pdf>.

- Ferrez, H.D. (1994). *Documentação Museológica: teoria para uma boa prática*. In Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Ministério da Cultura. (1994). Cadernos de Ensaio – Estudos de Museologia, 2, pp.65-74. Rio de Janeiro, Autor. (Obra originalmente apresentada como comunicação no IV Fórum de Museus do Nordeste, Recife, Brasil, em 1991).
- Figueroa, J.A. (2000). El Museo del Desierto en la ciudad de Saltillo, Coahuila, México. In *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM*. (2001), (pp. 240-244). Rio de Janeiro, Brasil: Tacnet Cultural Ltda.
- Figurelli, G & Moutinho M. (2016). Os Cadernos de Sociomuseologia 1993-2012: da nova museologia à sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 51(7). Acedido Junho 19, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5490>.
- Filipe, M.G. (2000). Ecomuseu Municipal do Seixal - 18 Anos: Maturidade e Renovação. In *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM*. (2001), (pp. 105-108). Rio de Janeiro, Brasil: Tacnet Cultural Ltda.
- Filipe, M.G. (2012). Cidadania e Protagonismo Comunitário: refletindo sobre os museus e a gestão patrimonial. In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 92-97). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Findlen, P. (1994). *Possessing Nature: Museums, Collecting and Scientific Culture in Early Modern Italy*. Estados Unidos da América: University of California Press.
- Findlen, P. (2012). The Museum – its classical etymology and renaissance genealogy. In Carbonell, B. *Museum Studies: an anthology of contexts*. Inglaterra: Brackwell Publisingh.
- Fish, S. K.; De Blasis, P.; Gaspar, M.D. & Fish, P.R. Eventos Incrementais na Construção de Sambaquis, Litoral Sul do Estado de Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 10, 69-87. Acedido 08, Setembro, 2019, em <http://www.revistas.usp.br/re-vmae/article/view/109378/107863>.
- Fonseca, M.C.L. (2005). *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora UFRJ; MinC-IPHAN.
- Foucault, M. (1977). Saber e Poder. In Motta, M.B. (Org.). (2006). *Ditos e Escritos - Estratégia, poder-saber* (pp. 223-240). Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1984).
- Foucault, M. (1978). Diálogo sobre o poder. In Motta, M.B. (Org.). (2006). *Ditos e Escritos - Estratégia, poder-saber* (pp. 253-266). Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1984).
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Brasil: Graal.
- Foucault, M. (1984a). *História da Sexualidade II. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Brasil: Graal.

- Foucault, M. (1984b). Outros Espaços. In Motta, M.B. (Org.). (2009). *Ditos e escritos - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, (pp. 411-422). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1995a). O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H & Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-239). Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1995b). Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: Dreyfus, H & Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 253-268). Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1997). *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Brasil: Vozes. (Obra original publicada em 1975).
- Foucault, M. (2000a). Nietzsche, a genealogia, a história. *Ditos e escritos – arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 260-281). Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1984).
- Foucault, M. (2000b). *Un Dialogo Sobre El Poder y Otras Conversaciones*. Madri, Espanha: Alianza Editorial.
- Foucault, M. (2004). Política e Ética: uma entrevista. In Foucault, M. *Ética, Sexualidade e Política* (pp. 218-224). Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008a). *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1969).
- Foucault, M. (2008b). *Segurança, território e população*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010). Conversa com Michel Foucault. In Motta, M.B. (Org.). *Ditos e Escritos VI – Repensar a Política* (pp. 289-347). Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1984).
- Foucault, M. (2014). *A Ordem do Discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo, Brasil: Loyola. (Obra original publicada em 1971).
- Foucault, M. (2016). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1966).
- Franco, A.M. (Dir.). (1976). *Arrastão de Beira de Praia*. [9min 52 seg]. Brasil. Acedido Outubro 09, 2019, em <https://www.youtube.com/watch?v=OtbFpsFX2SQ>.

- França Junior, R.M. (2012). Ações do Ecomuseu da Amazônia na Ilha de Cotijuba/PA: possibilidades de interpretação do patrimônio natural e cultural local. In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 219-227). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Freire, P. (2015). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Freire Jr, O. & Carvalho, R.A. (1997). *O Universo dos Quantas. Uma Breve História da Física Moderna*. São Paulo, Brasil: FTD.
- Freitas, J.M. (2017). Uma coleção-documento: estudo da coleção de cópias em gesso de arte centro-africana do Museu Afro-Brasileiro-UFBA- primeiras notícias de pesquisa. *Cadernos de Sociomuseologia*, 53(9), 25-56. Acedido Maio 07, 2019, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5886>.
- Freitas, M.G.T. (2019). Desafios na preservação do patrimônio afrobrasileiro no MA-FRO/UFBA. *Cadernos de Sociomuseologia*, 58(14), 19-38. Acedido Novembro 30, 2019, em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6922>.
- Garattoni, B. (Ed.) (2019, 22 de fevereiro). Quem nasceu primeiro: o ovo ou a galinha? Um cientista, um filósofo e um sujeito de QI monstro respondem. *Revista Superinteressante*. Acedido Novembro 01, 2019 em <https://super.abril.com.br/historia/quem-nasceu-primeiro-o-ovo-ou-a-galinha/>.
- Gargam, A. (2009). Savoirs mondains, savoirs savants: les femmes et leurs cabinets de curiosités au siècle des Lumières. *Genre et Histoire: la revue de l'Association Mnémosyne*, 5. Acedido Abril 20, 2019, em <https://journals.openedition.org/genrehistoire/899#ftn4>.
- Gaspar, M.D. (1996). Análise da Bibliografia sobre Pescadores, Coletores e Caçadores que Ocuparam o Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 6, 337-367.
- Gaspar, M.D. (2000). *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro-Brasil: Jorge Zahar.
- Gautier, T.G. (1978). Automated collection documentation system at the National Museum of Natural History, Smithsonian Institution, Washington D.C. *Museum*, 30(3/4), 160-168.
- Gil, G. (2003). *Discurso de posse*. Acedido Novembro 01, 2019, em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>.
- Giles, J. (2005). Internet encyclopaedias go head to head. *Nature International Journal of Science Web site*. Acedido Janeiro 21, 2019, em <https://www.nature.com/articles/438900a>.
- Gob, A. & Drouguet, N. (2003). *La muséologie. Histoire, développements, enjeux actuels*. Paris, França: Armand Colin.
- Gomes Júnior, G.S. (2008). O museu e o caso do valor moral na arte. In *Encontro Anual da ANPOCS*, 32., 2008, Caxambu, Minas Gerais, Brasil. Acedido Junho 14, 2017, em

<http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/32-encontro-anual-da-anpocs/gt-27/gt29-8/2577-guilhermegomesjr-o-museu/file>.

Goodwin, T. (2015). The Battle Is For The Customer Interface. *Techcrunch Website*. Acedido Maio 14, 2019, em <https://techcrunch.com/2015/03/03/in-the-age-of-disintermediation-the-battle-is-all-for-the-customer-interface/>.

Gregorová, A. (1980). Museology: Science or just practical museum work? *Museological Working Papers*, 1, 19-21.

Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. (2019). *Histórias para Ninar Gente Grande*. [04:30 min]. Rio de Janeiro-Brasil. Acedido Setembro 09, 2019, em https://www.youtube.com/watch?time_continue=12&v=JMSBisBYhOE.

Grobler, E. (2005). *Collections management practices at the Transvaal Museum, 1913-1964: Anthropological, Archaeological and Historical*. Tese apresentada ao Departamento de Estudos de História e Patrimônio, da Faculdade de Humanidades da Universidade de Pretoria para obtenção do grau de doutor, orientada por F. Pretorius. Acedido Janeiro 30, 2019, em <http://hdl.handle.net/2263/24550>.

Guarnieri, W.R.C. (1984). Cultura, patrimônio e preservação (Texto III) In ARANTES, A.A. (Org.). (1984). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural* (pp. 59-78). São Paulo, Brasil: Brasiliense.

Guarnieri, W.R.C. (1989). Museu, Museologia, Museólogos e Formação. *Revista de Museologia*, 1(1). São Paulo, Brasil: Instituto de Museologia de São Paulo, da Fundação Escola de Sociologia e Política.

Guarnieri, W.R.C. (1990). Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos Museológicos*, 3, 7-12. Rio de Janeiro, Brasil: IPHAN.

Guedes, A.C. (2010). Museus, documentação e transmissão cultural. In Magalhães, A.; Bezerra, R. & Benchetrit, S. (Orgs.). (2010). *Museus e Comunicação: exposições como objeto de estudo*. Rio de Janeiro, Brasil: Museu Histórico Nacional.

Gusmão, C.C. (2017). Espaço social, trajetórias públicas e identidade: a construção do sentido de uma existência legítima. In *XII Encontro Regional Sudeste de História Oral - Alteridades em tempos de (in)certeza: escutas sensíveis*. Acedido Maio 13, 2019, em http://www.sudeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1508111437_ARQUIVO_Espacosocial,trajetoriaspublicaseidentidade-aconstrucaodosentidodeumaexistenciallegitima.pdf.

Gusmão, C.C. (2018). Definição do espaço público, concentração de poder e legitimidade: uma análise da criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca. *Anais do XIV Encontro Nacional de História Oral*. Acedido 2019, Novembro, em https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524535978_ARQUIVO_GUSMAO,C-Definicaodoespacopublico,concentracaodepoderelegitimidade.pdf.

- Gustafson, A.R. (2011). *The Artistic Patronage of Albrecht V and the Creation of Catholic Identity in Sixteenth Century Bavaria*. Tese apresentada ao College of Fine Arts of Ohio University para obtenção do grau de doutor em filosofia, orientada por Dora Wilson. Acedido Maio 04, 2018, em https://etd.ohiolink.edu/!etd.send_file?accession=ohiou1304703924&disposition=inline.
- Hafstein, V.T. (2003). Bodies of Knowledge. Ole Worm & Collecting in Late Renaissance Scandinavia. *Ethnologia Europaea*, 33(1), 5-20. Acedido Abril 18, 2019, em https://www.academia.edu/925727/Bodies_of_knowledge_Ole_Worm_and_Collecting_in_late_Renaissance_Scandinavia.
- Hall, S. (2006). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, Brasil: DP&A.
- Hamy, E. T. (1890). *Les origines du Musée d'ethnographie: histoire et documents*. Paris, França: Ernest Leroux. Acedido Abril 21, 2018, em <https://archive.org/details/lesoriginesdumus01hamy>.
- Harvey, D. (1992). *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola.
- Harvey, D. (2005). *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Brasil. Edições Loyola.
- Heisenberg, W. (1995). *A Parte e o Todo*. Rio de Janeiro, Brasil: Contraponto.
- Heringer, P.C.S. (2014). *Museu como ferramenta de proteção a sítios arqueológicos: o caso do Sítio Arqueológico Duna Grande e o Museu de Arqueologia de Itaipu*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu Nacional/UFRJ, para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, orientada pela Prfa. Dra. Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho.
- Hernández, F. H. (2001). *Manual de Museología*. Madri, Espanha: Editorial Síntesis.
- Hooper-Greenhill, E. (2003). *Museums and the Shapping of Knowledge*. Londres, Inglaterra: Routledge.
- Horta, M.L.P. (1995) Vinte anos depois de Santiago: A Declaração de Caracas (1992) – Apresentação. In Bruno, M.C.O. (Coord.). (2010). *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados*, 2, (pp. 61-66). São Paulo, Brasil: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museums.
- Hoskin, D. (2015). Born on This Day: Ole Worm – collector extraordinaire. *V&A Blog*. Acedido Maio 17, 2018, em <https://www.vam.ac.uk/blog/creating-new-europe-1600-1800-galleries/born-on-this-day-ole-worm-collector-extraordinaire>.
- Hoyle, W.R. (1902). Some Useful Applications of Cards Catalogue. *Museums Journal*, 1, 297-305. Acedido Fevereiro, 13, 2019 em <https://archive.org/stream/museumsjournal00assogooq#page/n3/mode/2up>.

- Huyssen, A. (2004). *Seduzidos pela Memória*. São Paulo, Brasil: Aeroplano Editora.
- Idrissa, A. & Decalo, S. (2012). *Historical Dictionary of Niger* (pp. 331-332). Plymouth, Reino Unido: The Scarecrow Press.
- Ihering, H. V. (1907). A antropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, 7, 202-257. Acedido Setembro 15, 2019, em <https://www.biodiversitylibrary.org/item/41885#page/7/mode/1up>.
- Impey, O & MacGregor, A. (Eds.). (1985). *The Origins of museums: the cabinet of curiosities in sixteenth and seventeenth-century*. Oxford, Inglaterra: Clarendon Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2019a). *Niterói – Rio de Janeiro – RJ*. Acedido Novembro 02, 2019, em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/niteroi.pdf>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2019b). *Niterói – IBGE Cidades*. Acedido Novembro 05, 2019, em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi>.
- Instituto Brasileiro de Museus [Ibram]. (2010). *Política Nacional de Museus – Relatório de gestão 2003-2010*. Brasília, Brasil: Autor.
- Instituto Brasileiro de Museus [Ibram]. (2011). *Museus em Números*, 1. Brasília, Brasil: Autor.
- Instituto Brasileiro de Museus [Ibram]. (2014). *Museu de Arqueologia de Itaipu*. Brasília, Brasil: Autor.
- Instituto Estadual do Ambiente [INEA]. (2015). *Trilhas: Parque Estadual da Serra da Tiri-rica*. Rio de Janeiro, Brasil: Autor.
- Instituto Estadual do Ambiente [INEA]. (2019). *Reserva Extrativista Marinha de Itaipu*. INEA Website. Acedido Setembro 21, 2019, em <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA0047363>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2006). Cultura. *Políticas Sociais. Acompanhamento e Análise*, 12. Acedido Setembro, 09, 2019, em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4488/1/bps_n.12_08_cultura12.pdf.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN]. (2004). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro, Brasil: Autor.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN]. Departamento de Museus e Centro Culturais (2006). *Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006*. [Brasília], Brasil: Autor.

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN]; Associação Brasileira de Museologia [ABM]. (2007). *Declaração da Cidade de Salvador*. Acedido Agosto, 10, 2017, em <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/DeclaracaoSalvador.pdf>.
- International Council of African Museums [AFRICOM] & International Council of Museums [ICOM]. (2010). Introdução. *Cadernos de Sociomuseologia*, 36(36), 11-16. Acedido Maio 26, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1136>
- International Council of African Museums [AFRICOM] & International Council of Museums [ICOM]. (2010). Normas - Ciências Humanas. *Cadernos de Sociomuseologia*, 36(36), 23-61. Acedido Maio 26, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1137>.
- International Council of African Museums [AFRICOM] & International Council of Museums [ICOM]. (2010). Normas - Ciências Naturais. *Cadernos de Sociomuseologia*, 36(36), 63-75. Acedido Maio 26, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1138>.
- International Council of African Museums [AFRICOM] & International Council of Museums [ICOM]. (2019). *Página AFRICOM no Facebook*. Acedido Maio 01, 2019, em <https://www.facebook.com/International-council-of-African-Museums-227843413945276/>.
- International Council of Museums [ICOM]. (1971). Grenoble 1971 10th General Assembly of ICOM Grenoble, France, 10th September 1971- Resolution No. 1: The Museum in the Service of Man. *ICOM Website*. Acedido Maio 28, 2018, em <http://icom.museum/the-governance/general-assembly/resolutions-adopted-by-icom-general-assemblies-1946-to-date/grenoble-1971/>.
- International Council of Museums [ICOM]. (1972). Mesa Redonda de Santiago do Chile. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15), 111-120. Acedido Agosto 13, 2018, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/335>.
- International Council of Museums [ICOM]. (1992). Declaração de Caracas. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15), 243-264. Acedido Agosto 12, 2018, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345>.
- International Council of Museums [ICOM]. (2004). Declaration on the Importance and Value of Universal Museums. *ICOM News*, 1 (p. 4). Acedido Janeiro 8, 2018, em http://archives.icom.museum/pdf/E_news2004/p4_2004-1.pdf.
- International Council of Museums [ICOM]. (2007). *ICOM Statutes*. Acedido Janeiro, 8, 2018, em https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/2017_ICOM_Statutes_EN.pdf.
- International Council of Museums [ICOM]. (2013). *ICOM Code of Ethics for Natural History Museums*. Acedido Junho 13, 2017, em https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/nathcode_ethics_en.pdf.

- International Council of Museums [ICOM]. (2019a). ICOM Committees. *ICOM Website*. Acedido Janeiro 29, 2019, em <https://icom.museum/en/about-us/committees/>.
- International Council of Museums [ICOM]. (2019b). Standards. *ICOM Website*. Acedido Janeiro 29, 2019, em <https://icom.museum/en/activities/standards-guidelines/standards/>.
- International Council of Museums [ICOM]; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus [ICOM Brasil]. (2007). *Código de Ética*. Brasil: Autor.
- International Council of Museums [ICOM]. International Committee for Documentation [CIDOC]. (1995). *International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories*. Acedido Abril 07, 2019, em http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/cidoc/DocStandards/guidelines1995.pdf.
- International Council of Museums [ICOM]. International Committee for Documentation [CIDOC]. (2007). *Statement of principles of museum documentation*.
- International Council of Museums [ICOM]. International Committee for Documentation [CIDOC]. (2014). *Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos: categorias de informação do CIDOC*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo. (Original publicado em 1995).
- International Council of Museums [ICOM]. International Committee for Museology [ICOFOM]. (1980). Museology - Science or just practical museum work? *Museological Working Paper* (1).
- International Council of Museums [ICOM]. International Committee for Museology [ICOFOM]. (1987). *ICOFOM Study Series*, 13.
- Janeirinho, R. (2013). Estratégias museológicas participativas: refletindo e atuando em Sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 46(2), 71-92. Acedido Abril 07, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4523>.
- Janeirinho, R. (2015). Património, museologia e participação: estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche. *Cadernos de Sociomuseologia*, 50(6), 141-143. Acedido Abril 07, 2017 em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5230>.
- Japanese National Commission for Unesco. (1953). UNESCO Activities in Japan. Acedido Dezembro 30, 2019, em <https://books.google.com.br/books?id=QP8MA-AAIAAJ&q=UNESCO+Activities+of+Japan&dq=UNESCO+Activities+of+Japan&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjy4OGOi-7mAhUdH7kGHQICBxkQ6AEIKTAA>.
- Japiassú, H. & Marcondes, D. (2001). *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor.

- Jencquel, K. F. (1727). *Museographia Oder Anleitung Zum rechten Begriff und nützlicher Anlegung der Museorum Oder Raritäten-Kammern: Darinnen gehandelt wird I. Von denen Museis, Schatz- Kunst- und Raritäten-Kammern insgemein, welche heutiges Tages größten theils annoch in vielen Europaeischen Orten gefunden werden. II. Dem nachmals ein Anhang beygefüget ist, von vielen, welche vor Alters in der Welt berühmt gewesen. III. Im dritten Theile wird von Bibliotheken insgemein, als einem zu einem vollständigen und wohl eingerichteten Museo unentbehrlichen Wercke gehandelt. IV. Der vierte und letzte Theil aber ist eine Anmerckung oder unvorgreifliches Bedencken von Raritäten-Kammern oder Museis insgemein.* Alemanha, Leipzig: Hubert. Acedido Abril 19, 2018, em http://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10051211_00009.html.
- Jokilehto, J. (1986). *A History of Architectural Conservation: The Contribution of English, French, German and Italy Thought Towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property.* Tese apresentada ao Institute of Advanced Architectural Studies, da University of York.
- Jones-Garmil, K. (1995). Museums in the Information Age. *ICHIM, Hands on: Hypermedia and Interactivity in Museums* (pp.1-12).
- Jorink, E. (2010). *Reading the Book of Nature in the Dutch Golden Age, 1575–1715.* Leiden: Brill. Acedido Abril 20, 2019 em https://www.academia.edu/16532454/Reading_the_Book_of_Nature_in_the_Dutch_Golden_Age_1575-1715.
- Josef, B.F. (1974). *O Espaço Reconquistado.* Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Kaul, I., Grunberg, I. & Stern, M.A. (2012). Definindo bens públicos globais. In Kaul, I., Grunberg, I. & Stern, M.A. (Org.). (2012). *Bens Públicos Globais: cooperação internacional no século XXI.* Rio de Janeiro, Brasil: Record.
- Koerner, A. (2016). Notas de Leitura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31(91), 1-6. Acedido Abril 11, 2019, em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n91/0102-6909-rbcsoc-3191112016.pdf>.
- Keller, W. (1956). *The Bible as History.* Estados Unidos da América, Nova Iorque: Barnes & Noble Books. Acedido Abril 02, 2018, em <https://archive.org/stream/bibleashistory00wern#page/n1/mode/2up/search/museu>.
- Keene, S. (1997). The World Wide Market for Museum Information. In: Hemsley, J. (Ed.) (1997). *Proceedings of a conference, Electronic Imaging & the Visual Arts: Eva'97* Paris. Acedido Fevereiro 12, 2019, em <http://www.suzannekeene.com/articles/wrldmkt.pdf>.
- Kneip, L. M. (1978, 24 de julho). *Coleção Hildo de Mello Ribeiro.* Rio de Janeiro, Brasil. Arquivo Central do IPHAN, Caixa 131-1-01.
- Kneip, L. M. (1995). A seqüência cultural do sambaqui de Camboinhas, Itaipu - Niterói, RJ. In *Documento de Trabalho Série Arqueologia*, 3 (pp. 83-102). Museu Nacional: Rio de Janeiro, Brasil. Acedido Agosto, 08, 2019, em http://www.museunacional.ufrj.br/obras-ras/o/DTSA_3/DT3p83_102_pdf%20_85_106_KNEIP.pdf.

- Korstanje, A. (2012). La Construcción de un Museo Rural Comunitario: comunidad, turismo y proyección social en el Valle de El Bolson. In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 99-104. Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Krenak, A. (2019). Entrevista. As Guerras da Conquista. [26 min]. In Bolognesi, L. (Diretor). (2019). *Guerras do Brasil.doc*. Brasil: Buriti Filmes.
- Lahou, S. (2012). *Text Mining Methods: An answer to Chartier and Meunier. Papers on Social Representations*, 20, 38.1-38.7. Acedido Novembro 10, 2019, em [http://eprints.lse.ac.uk/46728/1/Text%20mining%20methods\(lsero\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/46728/1/Text%20mining%20methods(lsero).pdf)
- Latour, B. (2017, 11 de março). Bruno Latour: "O objetivo da ciência não é produzir verdade indiscutíveis, mas discutíveis" [Entrevista]. Correio do Povo Website. Acedido Julho 23, 2019, em <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/di%C3%A1logos/bruno-latour-o-objetivo-da-ci%C3%Aancia-n%C3%A3o-%C3%A9-produzir-verdade-indiscut%C3%ADveis-mas-discut%C3%ADveis-1.306155>.
- LeGoff, J. (2013). *História e Memória*. Campinas, São Paulo, Brasil: Editora da Unicamp.
- Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Acedido Agosto 11, 2017, em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=844&tabela=leis.
- Lei n.º 2.874/2011, de 13 de dezembro. Considera património cultural de natureza imaterial a pesca artesanal de Itaipu. Acedido Agosto 2, 2019, em <https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2011/287/2874/lei-ordinaria-n-2874-2011-considera-patrimonio-cultural-de-natureza-imaterial-a-pesca-artesanal-de-itaipu-2011-12-13-versao-original.html>.
- Lei n.º 3.924/1961, de 26 de julho. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. *Diário Oficial da União*, 1, 6793. Brasília – Brasil: Imprensa Nacional.
- Lei n.º 5.512/1968, de 17 de outubro. Autoriza a construção da Ponte Rio-Niterói, abre crédito especial e dá outras providências. Acedido Agosto 01, 2019, em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5512-17-outubro-1968-358661-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Lei n.º 9.985/2000, de 18 de julho. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 138, 1, (p. 45). Brasília – Brasil: Imprensa Nacional.
- Lei n.º 11.959/2009, de 29 de junho. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Acedido Setembro 20, 2019, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm.

- Lei nº 13.146/2011, de 06 de julho. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*. Acedido Dezembro 09, 2019, em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=07/07/2015>.
- Lévy, P. (1998). *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola.
- Lewis, G. (1965). Obtaining information from museum collections and thoughts on a national index. *Museums Journal*, 65(1), 12-22.
- Lewis, G. (1992). Museums and their precursors: a brief world survey. In *Manual of Curatorship*. Acedido Abril 19, 2019, em https://www.academia.edu/28789913/MUSEUMS_AND_THEIR_PRECURSORS_A_BRIEF_WORLD_SURVEY.
- Lewis, G. (1998). History of museums. *Encyclopædia Britannica*. Acedido Abril 02, 2018, em <https://www.britannica.com/topic/history-of-museums-398827#ref608850>.
- Light, R.B., Roberts, A.D., Stewart, J.D. (Eds.). (1986). *Museum Documentation Systems*. 1 ed. Grã-Bretanha, Londres: Butterworth-Heinemann.
- Light, R.B., Roberts, A.D., Stewart, J.D. (Eds.). (2014). *Museum Documentation Systems: developments and applications*. Grã-Bretanha, Londres: Butterworth-Heinemann.
- Lima, D.F.C. (2008). *Ciência da Informação e Museologia em tempo de conhecimento fronteiro: aplicação ou interdisciplinaridade?* Comunicação apresentada no IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, São Paulo.
- Lima, M.S.R. (2012). Além dos muros: musealização participativa. In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 104-110). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Lima, T.A. (1999-2000). Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. *Revista USP*, 44, 270-327, Acedido Novembro 01, 2019, em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/29850/31736/>.
- Lopes, P.F.M.; Silvano, R.A.M. & Begossi, A. (2011). Extractive and sustainable development reserves in Brazil: resilient alternatives to fisheries? *Journal of Environmental Planning and Management*, 54(4), 421-443. Acedido Agosto 10, 2019, em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09640568.2010.508687?scroll=top&needAccess=true>.
- Lôredo, W. M. (1987). Conservação Arqueológica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 22. Acedido Setembro 05, 2018, em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=7912>.

- Lorente, J-P. (2013). Las revistas de museos y museología en español y portugués: una exploración panorámica a ambos lados del Atlántico. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 21(1), 77-90. Acedido Março 09, 2019, em <http://www.revistas.usp.br/anaismp/issue/view/5487>.
- Loureiro, M.L.N.M. (1998). *Museu, Informação e Arte: a Obra de Arte como Objeto Museológico e Fonte de Informação*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de mestre em Ciência da Informação, orientada pela Profª Drª Lena Vania Ribeiro Pinheiro.
- Loureiro, J. M. M. (2008). A Documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. In Granato, M.; Santos, C.P. & Loureiro, M.L.N.M. (Orgs.). (2008). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro, Brasil: Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- Loureiro, M.L.N.M. (2008). A Documentação Museológica entre a Arte e a Ciência. In Granato, M.; Santos, C.P. & Loureiro, M.L.N.M. (Orgs.). (2008). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro, Brasil: Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- Lousada, A.M. (1993). Conservador e Museólogo: Abordagem de Conceitos - Texto 2. *Cadernos de Sociomuseologia*, 1(1), 55-62. Acedido Maio 29, 2017, em <http://revistas.uulsofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/472>.
- Lowe, E.E. (1903). The Registration and Numeration of Museums Specimens. *Museums Journal*, 2, 255-266. Acedido Fevereiro 13, 2019, em <https://archive.org/stream/museumsmjournal00madegoog#page/n3/mode/2up>.
- Lugli, Adalgisa. (1998). *Naturalia et Mirabilia: les cabinets de curiosités en Europe. (Naturalia et Mirabilia: il collezionismo enciclopedico nelle Wunderkammern d'Europa)*. Paris, França: Société Nouvelle Adam Biro. Acedido Abril 26, 2018, em <http://www.microsillons.org/collection/naturalia.pdf>. (Original publicado em 1983).
- Llull, R. (1515). *Arbor scientiae, venerabilis et caelitvs, illuminati patris Raymvndi Lvllii Maioricensis*. Acedido Novembro 20, 2019, em https://archive.org/details/gri_33125008480259/page/n59.
- Luna Filho, P.E. (2007). *Peter Wilhelm Lund: o auge das suas investigações científicas e a razão para o término das suas pesquisas*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de doutor, orientada pela Profª. Dr. Shozo Motoyama. Acedido Setembro 09, 2019, em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09102007-142632/publico/TESE_PEDRO_ERNESTO_LUNA_FILHO.pdf.
- Lugo, R.M. (2012). El Ecomuseo como Comunidad Educadora: una alternativa de desarrollo sustentable para el patrimonio natural y cultural de Mexico con base en la educación-acción. In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 109-117). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.

- Lynch, R.A. (2018). A Teoria do Poder de Foucault. In: Taylor, D. (Org.). (2018). *Michel Foucault: Conceitos fundamentais*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.
- MacGregor, N. (2013). *A história do mundo em 100 objetos*. Rio de Janeiro, Brasil: Intrínseca.
- Machado, L.M.C. (1992). Biologia de grupos indígenas pré-históricos do sudoeste do Brasil: as tradições Itaipu e Una. In Meggers, B.J. *Prehistoria Sudamericana: nuevas perspectivas* (pp. 77-104). Washington: Taraxacum.
- Major, J. D. (1674). *Unvorgreifliches Bedencken von Kunst- und Naturalien-Kammern ins gemein*. Kiel: Zunner. Acedido Abril, 19, 2018, em <https://www.deutsche-digitale-bibliothek.de/item/VVARB4B2OPAKC2REG3TRNHCEC7TWQBBM>.
- Maio, N. & Stendardo, E. (2004). Pioneering herpetological researches of Ferrante Imperato. *Ital. J. Zool.*, Suppl. 2, 209-212. Acedido Abril 18, 2019, em <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/11250000409356637>.
- Mairesse, F. (1998). The family album. *Museum International*, 50(1), 25-30.
- Mairesse, F. (2004). Samuel Quiccheberg et le patrimoine immatériel. In *Museology and Intangible Heritage II. Anais*. Acedido Abril 10, 2019, em https://www.academia.edu/5844670/Samuel_Quiccheberg_et_le_patrimoine_immat%C3%A9riel_2004.
- Mairesse, F. (2006). Les cabinets de curiosités. *La Vie des Musées*, 20, 12-17.
- Manzini, E.J. (2004). *Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros*. Comunicação apresentada no Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos 2. Acedido Junho 04, 2019 em <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/MANZINI-Jos%C3%A9-Eduardo-Entevista-semi-estruturada-An%C3%A1lise-de-objetivos-e-de-roteiros.pdf>.
- Manzini, E.J. (2008). *Considerações sobre a Transcrição de Entrevistas*. Acedido Maio 13, 2019, em http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista.
- Martins, M.T.R. (2012). Ecomuseu da Amazônia: a prática da partilha do patrimônio. In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 119-127). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Martins, M.T.R. (2014). Ecomuseu da Amazônia: uma experiência ao serviço do desenvolvimento comunitário no município de Belém-PA. *Cadernos do CEOM*, 27(41), 315-328. Acedido Abril 12, 2017, em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2610>.
- Mateus, D. (1999). Manual do Utilizador. *Cadernos de Sociomuseologia*, 14(14), 27-35. Acedido Março 06, 2018, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/328>.

- Matos, G. (n.d.). Ao Braço do Mesmo Menino Jesus Quando Apareceu. In Wisnik, J.M. (Org.). (2010). *Poemas escolhidos* (p. 326). São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Mattos, Y. (2012). Diálogo, Sentido e Significado no Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/MG. In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 128-131). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Mauss, M. (2008). *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo, Brasil: Edições 70. (Obra original publicada em 1925).
- McCutcheon, D. (2014). The British Museum. In Light, R.B., Roberts, A.D., Stewart, J.D. (Orgs.). (2014). *Museum Documentation Systems: developments and applications* (pp. 131-142). Grã-Bretanha, Londres: Butterworth-Heinemann.
- Meadow, M.A. (2013). Introduction. In Meadow, M.A. & Robertson, B. (Eds). (2013). *The First Treatise on Museums - Samuel Quiccheberg's Inscriptiones, 1565 - Samuel Quiccheberg* (pp. 1-41). Los Angeles, Estados Unidos da América: Getty Publications.
- Meadow, M.A. & Robertson, B. (Eds). (2013). *The First Treatise on Museums - Samuel Quiccheberg's Inscriptiones, 1565 - Samuel Quiccheberg*. Los Angeles, Estados Unidos da América: Getty Publications.
- Medeiros, A.J.B.L. (1974?) *Niterói, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Brasil: IBGE.
- Medida Provisória nº 726/2016, de 12 de Maio. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 90-B (1), 1-7. Poder Executivo. Brasil. Acedido Agosto 10, 2016, em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/05/2016&jornal=1000&pagina=3&totalArquivos=10>.
- Medida Provisória nº 728/2016, de 23 de Maio. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 97-A (1), 1. Poder Executivo. Brasil. Acedido Agosto 10, 2016, em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=23/05/2016>.
- Melo, H.P. & Oliveira, A.B. (2006). A produção científica brasileira no feminino. *Cadernos Pagu* 27, 301-331.
- Melo, S.R.L.C.C. (2012). Recordações Sedutoras da Terra de Santa Cruz. In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 274-277). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Melo Neto, J.C. (2007). *Morte e Vida Severina e outros poemas*. Rio de Janeiro, Brasil: Objetiva. (Obra original publicada em 1955).
- Melo Neto, J.C. (2008). *A Educação pela Pedra*. São Paulo, Brasil: Alfaguara (Obra original publicada em 1966).

- Mendes, E. (1992). *Tendências para a harmonização de programas de ensino de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil; um estudo Delfos*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília.
- Mendonça, E.R.F. (1992). [Palestra]. In Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (1992). *Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus* (pp. 49-55). Rio de Janeiro: Autor.
- Mendonça de Souza, A. (1981). *Pré-História Fluminense*. Rio de Janeiro, Brasil: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural e Secretaria Estadual de Educação e Cultura.
- Menezes, M. L. P., Morais, V.C., Leopoldo, G.G., Rodrigues, G.G., Borges, C.P., Gabriel, R.A., Guelber, V.T. & Nascimento, F.C. (2012). Ecomuseu da Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima. In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 311-312). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Menezes, U.B. (1992). Pra que serve um museu histórico? In Museu Paulista. (1992). *Como Explorar um Museu Histórico* (pp. 3-6). São Paulo, Brasil: Autor.
- Menezes, U.B. (1994). Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In Museu Paulista. (1994). *Anais do Museu Paulista*, 2 (pp. 9-42). São Paulo, Brasil: Autor.
- Mensch, P.V. (1992a). Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural. *1ª Reunião Anual do ICOFOM/LAM*. Editado pelo grupo regional do ICOFOM para a América Latina e o Caribe II, (4/5).
- Mensch, P.V. (1992b). *Towards a methodology of museology*. Tese apresentada a Universidade de Zagreb, para a obtenção do grau de doutor. Acedido Fevereiro 13, 2019, em <http://emuzeum.cz/admin/files/Peter-van-Mensch-disertace.pdf>.
- Mesquita, P.E.S. (1952). Elementos de Documentação. *Revista do Serviço Público*, 1(1), 39-42. Rio de Janeiro- Brasil.
- Mesquita, [P.] E.S. (1956). Prefácio. In Trigueiros, F.S. (1956). *Museus: sua importância na educação do povo*. Rio de Janeiro, Brasil: Irmãos Pongetti Editores
- Meyer, A. & Savoy, B. (Orgs.). (2014). *The Museum is open: Towards a Transnational History of Museums 1750-1940*. Berlin, Alemanha: De Gruyter.
- Ministério da Pesca e Aquicultura (2011). *Pesca artesanal*. Acedido Setembro 04, 2018, em <http://mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>.
- Ministério do Meio Ambiente [Brasil]. (2019). *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*. Acedido 2019, Novembro 03, em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDNmZTA5Y2ItNmFkMy00Njk2LWI4YjYtZDJINzFkOGM5NWQ4IiwidCI6IjJmY2ZmE5LTNmOTMmNGJiMS05ODMwLTZmNDY3NTJmMDNINCI-sImMiOjF9>.

- Minozzio, F. (2007). Museo di Giovio e la galeria degli uomini illustri. In Carrara, E. & Ginzburg, S. (Orgs.). (2007). *Testi, immagini e filologia nel XVI secolo*. Acedido Fevereiro 05, 2019, em http://www.academia.edu/12004950/Il_Museo_di_Giovio_e_la_galleria_degli_uomini_illustri.
- Miranda, D. & Pereira, M. (1996). O Periódico Científico como Veículo de Comunicação: uma Revisão de Literatura. *Ciência da Informação*, 25(3), 375-382. Acedido Janeiro 23, 2017 em <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/636/640>.
- Miranda, R.M. (2001). *Informação e sites de Museus de Arte Brasileiros: representação no ciberespaço*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do grau de mestre em Ciência da Informação, orientada pela Prof^a. Dr^a. Lena Vania Ribeiro Pinheiro.
- Misunas, M., & Urban, R. (2007). A Brief History of the Museum Computer Network. *Encyclopedia of Library and Information Sciences*. Acedido Janeiro, 28, 2019 em <http://mcn.edu/wp-content/uploads/2016/03/HistoryofMCN.pdf>.
- Mogarro, M.J., Gonçalves, F., Casimiro, J. & Oliveira, I. (2010). Inventário e Digitalização do Património Museológico da Educação – Um Projecto de Preservação e Valorização do Patrimônio Educativo. *História da Educação*, 14(30), 153-179.
- Monteiro, J. (2010). Diretrizes Teórico-Metodológicas do Projeto. In Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari. *Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: diretrizes* (pp. 30-46). Brasil: Autor.
- Monteiro, J. (2014). *Documentação em Museus e Objeto-Documento: sobre noções e práticas*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de mestre, orientada pela Prof^a. Dr^a. Marilda Lopes Ginez de Lara. Acedido Fevereiro 11, 2019, em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-22012015-105632/pt-br.php>.
- Morin, E. (1997). *O homem e a morte*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago (Obra original publicada em 1970).
- Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo, Brasil: Cortez; Brasília, Brasil: UNESCO.
- Moutinho, M.C. (1992). Ecomuseu – a Experiência em Portugal. In Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (Org.). (1992). *Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus* (pp. 93-111). Rio de Janeiro: Autor.
- Moutinho, M.C. (1994). A Construção do Objecto Museológico. *Cadernos de Sociomuseologia*, 4(4), 7-59. Acedido Junho 01, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/244>.

- Moutinho, M.C. (1999). Apresentação da base de dados Infomusa. *Cadernos de Sociomuseologia*, 14(14), 5-10. Acedido em Março 06, 2018, em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/326>.
- Moutinho, M. (2000). Vinte anos de Museologia: um caminho de dúvidas e opções. In *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM*. (2001), (pp. 135-136). Rio de Janeiro, Brasil: Tacnet Cultural Ltda.
- Moutinho, M. (2010). Prefácio à edição em língua portuguesa. *Cadernos de Sociomuseologia*, 36(36), 7. Acedido Junho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1134>.
- Moutinho, M. (2014). Definição Evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. *Cadernos do CEOM*, 27(41), 423-427. Chapecó, Santa Catarina, Brasil: Unochapecó.
- Moutinho, M. & Primo, J. (2017). Editorial. *Cadernos de Sociomuseologia*, 53(9). Acedido Julho 16, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5883>.
- Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). (2011). XIV Conferência Internacional do MINOM - Sociomuseologia / Altermuseologia - Processos de Solidariedade. *MINOM Website*. Acedido Abril, 10, 2019, em <http://www.minom-icom.net/2011-14th-international-minom-conference-assomada-cape-verde>.
- Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). (2013). Declaração MINOM Rio 2013. *MINOM Website*. Acedido Abril, 10, 2019, em http://www.minom-icom.net/files/declaracao-do-rio-minom_1.pdf.
- Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). (2014). Declaración de La Habana. *MINOM Website*. Acedido Abril, 10, 2019, em http://www.minom-icom.net/files/declaracion_de_la_habana.pdf.
- Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). (2016). Missiva Nazaré. *MINOM Website*. Acedido Abril, 10, 2019, em <http://www.minom-icom.net/2016-17th-international-conference-minom-icom-nazare-rondonia-brasil>.
- Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). (2017). Declaración de Córdoba. *MINOM Website*. Acedido Abril, 10, 2019, em <http://www.minom-icom.net/2017-18th-international-conference-minom-icom-cordoba-argentina-2017>.
- Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). (2018). XIX Conferencia Internacional del Movimiento para La Nueva Museología (MINOM). *MINOM Website*. Acedido Abril, 10, 2019, em <http://www.minom-icom.net/2018-19th-international-conference-minom-icom-bogota-colombia>.
- Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). (2019a). About us. *MINOM Website*. Acedido Dezembro, 09, 2019, em <http://www.minom-icom.net/about-us>.

- Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). (2019b). SIGNUD – MINOM' Documental Collection Interpretation and Management System. *MINOM Website*. Acedido Abril, 10, 2019, em <http://www.minom-icom.net/signud-minom-documental-collection-interpretation-and-management-system>.
- Muehe, D. & Kneip, L. (1995). O Sambaqui de Camboinhas e o de Maratúá e as Oscilações Relativas do Nível do Mar. In Museu Nacional (1995). *Documento de Trabalho: Série Arqueologia*, 3, (pp. 75-82). Acedido Outubro 04, 2019 em http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/DTSA_3.html.
- Mueller, S.P.M. (1984). Em busca de uma base comum para a formação profissional em Biblioteconomia, Ciência da Informação e arquivologia: relato de um simpósio promovido pela UNESCO. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 12(2), 157-165.
- Mullaney, S. (1983). Strange Things, Gross Terms, Curious Customs: The Rehearsal of Cultures in the Late Renaissance. *Representations*, 3, 40-67. Acedido Abril 19, 2019, em <https://www.jstor.org/stable/3043786>.
- Murray. D. (1904). *Museums, their history and their use: with a bibliography and list of museums in the United Kingdom*. Acedido Janeiro 23, 2017, em <https://archive.org/details/museumstheirhist01murruoft/page/n8>.
- Musée de L'Homme. Yvonne Oddon (1902-1982). *Musée de L'Homme website*. Acedido Abril 27, 2019, em <http://www.museedelhomme.fr/en/museum/history-musee-homme/1941-musee-homme-resistance-network/yvonne-oddon-1902-1982>.
- Museu de Arqueologia de Itaipu [MAI]. (2011). *Plano Museológico 2011-2014*.
- Museu de Arqueologia de Itaipu [MAI]. (2018). *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*. Rio de Janeiro – Brasil: Data Coop.
- Museu de Arqueologia de Itaipu [MAI]. (2018b). *Relatório Final - Projeto: Inventário participativo do Museu de Arqueologia de Itaipu*, Niterói, Rio de Janeiro.
- Museu de Arqueologia de Itaipu [MAI]. (2019a). *MAI Website*. <http://museudearqueologia-deitaipu.museus.gov.br/>. Acedido Novembro 29, 2019.
- Museu de Arqueologia de Itaipu [MAI]. (2019b). *Plano Museológico 2020-2024*. (Documentação em produção pela equipe do Museu).
- Museu Nacional. (2018). O Museu. *Museu Nacional Website*. Acedido Agosto 02, 2018, em <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>.
- Museu Nacional. (2019). Sambaquis. *Museu Nacional Website*. Acedido Abril 21, 2019, em <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/arqueologia-brasileira/sambaquis.html>.
- Museum Documentation Association. (2005). *Spectrum: The UK Museum Documentation Standard*.

- Nascimento, A.R.A. & Menandro, P.R.M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 72-88. Acedido Novembro 03, 2019 em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=s1808-42812006000200007&script=sci_abstract.
- Nascimento, R. (1994a). O Objeto Museal como Objeto de Conhecimento. *Cadernos de Sociomuseologia*, 3(3), 7-29. Acedido Maio 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/304>.
- Nascimento, R. (1994b). Documentação Museológica e Comunicação. *Cadernos de Sociomuseologia*, 3(3), 31-39. Acedido Maio 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/305>.
- Nascimento, R. (1998a). Introdução. *Cadernos de Sociomuseologia*, 11(11), 13-20. Acedido Junho 03, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/311>.
- Nascimento, R. (1998b). Questão Teórico-Methodológica e suas Implicações na Documentação Museológica, como suporte para uma concepção educativa de museu. *Cadernos de Sociomuseologia*, 11(11), 95-121. Acedido Junho 03, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/315>.
- Nascimento, R. (1998c). Conclusões e Considerações Finais. *Cadernos de Sociomuseologia*, 11(11), 113-141. Acedido Junho 03, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/316>.
- Nascimento Junior, J.; Trampe, A. & Santos, P.A. dos. (Org.). (2012). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972*, 1. Brasília, Brasil: Ibram; Programa Ibermuseos.
- National Gallery. (2019). Glossary. *The National Gallery Website*. Acedido Abril 12, 2019, em <https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/glossary/the-studiolo>.
- Neves, F. S. (1993). Museologia Social e Sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 1(1), 5. Acedido Maio 03, 2019, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/466>.
- Neves, J.S. (Coord.); Santos, J.A. dos & Lima, M.J. (2013). *O Panorama Museológico em Portugal: Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI*. Portugal: Direção-Geral do Patrimônio Cultural.
- Neves, K.R.F. (2003). Segunda Parte - O Centro de Memória do Samba de São Paulo: estudo de caso. *Cadernos de Sociomuseologia*, 21(21), 87-121. Acedido Setembro 06, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/382>.

- Netto, L. (1885). Investigações sobre a Archeologia Brasileira. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, VI. Rio de Janeiro: Econômica, 1(6) (pp. 257- 260). Acedido em Outubro 09, 2019, em http://biblio.wdfiles.com/local--files/netto-1885-investigacoes/netto_1885_investigacoes.pdf.
- Nietzsche, F.W. (2000). *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1878).
- Nietzsche, F.W. (2009). *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1887).
- Nitahara, A. (2019, 04 de abril). Incêndio no Museu Nacional começou em ar-condicionado do auditório. *Agência Brasil Web site*. Acedido Abril 05, 2019 em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-04/incendio-no-museu-nacional-comecou-em-ar-condicionado-do-auditorio>.
- Novaes, L.R. (2000). Da Organização do Patrimônio Museológico: Refletindo sobre documentação museográfica. In Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Org.). (2000). *Museologia Social* (pp. 43-65). Porto Alegre: Autor.
- Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro [NUPIJ/UFF]. (2019). *Pescadores de Itaipu: o direito de existir/resistir*. [11min.54 seg]. Acedido Outubro 10, 2019, em https://www.youtube.com/watch?v=_C8Wz_Dh9V8&t=314s.
- O Fluminense (1879, 28 de setembro). Ano II (217) (p. 2). Cidade de Nictheroy, Brasil.
- O Fluminense (1879, 10 de outubro). Ano II (222) (p. 2). Cidade de Nictheroy, Brasil.
- O Fluminense (1879, 12 de outubro). Ano II (223) (p. 4). Cidade de Nictheroy, Brasil.
- O Pescador (1879, 7 de novembro). Lagôa de Itaipú. *O Fluminense*, II (234) (p. 4). Cidade de Nictheroy, Brasil.
- Observatório de Actividades Culturais; Ministério da Cultura & Instituto Português de Museus. (2005). *O Panorama Museológico em Portugal 2000-2003*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Oficina Regional de Cultura para a América Latina [ORCALC], Comitê Venezuelano do ICOM, Conselho Nacional de Cultura [CONAC] & Fundação Museu de Belas Artes da Venezuela. (1992). *Declaração de Caracas*. In Bruno, M.C.O. (Coord.). (2010). *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados*, 2 (pp. 67-83) São Paulo, Brasil: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Office International des Musées. (1927). *Mouseion: Bulletin de l'Office Internacional des Musées*, 1. Acedido Abril 28, 2019, em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k97561322/fl.image>.

- Office International des Musées. (1931). *Mouseion: Bulletin de l'Office Internacional des Musées*, 1. Acedido Abril 28, 2019, em <https://galica.bnf.fr>.
- Office International des Musées. (1933). Carta de Atenas. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15), 83-89. Acedido Julho 24, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/332>.
- Oksala, J. (2011). *Como ler Foucault*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Olcina, P. (1970). The Unesco-ICOM Centre: documentation in the service of the museologist. *Museum*, 23 (1), 59-62. Paris, França: UNESCO.
- Olcina, P. (2014). The Development and Coordination of Museum Documentation by International Agencies. In Light, R.B., Roberts, A.D., Stewart, J.D. (Eds.). (2014). *Museum Documentation Systems: developments and applications* (pp. 307-314). Grã-Bretanha, Londres: Butterworth-Heinemann.
- Oliveira, J.C.A. (2013). Os acervos dos museus no ciberespaço: compartilhamento e (des) informação. *Cadernos de Sociomuseologia*, 46(2), 93-115. Acedido Junho 24, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4524>.
- Oliveira, V. D. (1994). As funções de pesquisa e documentação na Museologia. *VII Fórum de Museus do Nordeste*.
- Oliveira, L.F.R. [n.d]. *Tutorial (Básico) de Utilização do Iramuteq*. Acedido Setembro 04, 2019, em https://13p.fic.ufg.br/up/771/o/Tutorial_-_Revisão.pdf.
- Oliveira Junior, A.B. (2000). Dinamização do Acervo Museológico da Universidade Federal de Pernambuco. In *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM* (2001), pp. 135-36. Rio de Janeiro, Brasil: Tacnet Cultural Ltda.
- Oliver, D. G., Serovich, J. M., & Mason, T. L. (2005). Constraints and opportunities with interview transcription: towards reflection in qualitative research. *Social Forces*, 84(2), 1273-1289.
- Onofre, R. (2014, 03 de março). As muitas histórias por trás do sonho que uniu Niterói e Rio de Janeiro. *O Globo Website*. Acedido Agosto 01, 2019, em <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/as-muitas-historias-por-tras-do-sonho-que-uniu-niteroi-rio-de-janeiro-11754377>.
- Ortega, C.D. (2009). Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 14, 59-79. Acedido Novembro 25, 2019, em <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14nspe/a05v14nspe.pdf>.
- Otlet, Paul. (2018). *Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática*. Brasília, Brasil: Briquet de Lemos. Acedido Janeiro 31, 2019, em http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018/09/otlet_tratado_de_documenta%C3%A7%C3%A3o.pronto.pdf. (Original publicado em 1934).

- Paixão, G.M.L. (1990). Procedimentos básicos para uma boa documentação. *Boletim dos Museus*, 1(1). São Paulo, Brasil: Arquivo do Estado de São Paulo.
- Parry, R. (2010). *Museums In a Digital Age*. Londres, Inglaterra: Routledge.
- Pauli, M. (1928). Les Catalogues des Musées (suite de l'enquête sur un projet d'unification). *Mouseion: Bulletin de L'Office International des Musées*, 4, 26-31. Paris: Les Presses Universitaire de France.
- Patel, M.; White, M.; Mourkoussis, N.; Walczak, K. & Chmielewski, R.W. (2005) Metadata Requirements for Digital Museum Environments. *International Journal on Digital Libraries*, 5(179). Acedido Fevereiro 11, 2019, em <https://link.springer.com/article/10.1007/s00799-004-0104-x>.
- Pedreira, R.C.O., Cardoso, C.S. & Almeida, A.C.B. (2012). Disseminação da Informação Patrimonial mediante a Instrumentalização de Territorialidades. In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 231-234). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Peixoto, A.L., Menezes, L.F.T., Di Mario, F.R. & Kneip, L.M. (2000). Sambaquis de Guaratiba - sítios arqueológicos com potencial científico, cultural e turístico. In *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM*. (2001), (pp. 137-138). Rio de Janeiro, Brasil: Tacnet Cultural Ltda.
- Peixoto, G.L. (2000). Interpretative Trail in Área de Proteção Ambiental das Brisas. In *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM*. (2001), (p.140). Rio de Janeiro, Brasil: Tacnet Cultural Ltda.
- Perea, J.L. (2015). La nueva museología en Oaxtepec, Morelos. *Gaceta de Museos*, 60, 61-67. Instituto Nacional de Antropología e Historia, México. Acedido Fevereiro 17, 2019, em <http://mediateca.inah.gob.mx/repositorio/islandora/object/issue:901>.
- Pereira, P.M.F.C. (2009). Poderá o museu dar resposta a essa exigência simultânea de desenvolvimento e de preservação? *Cadernos de Sociomuseologia*, 34(34), 137-272. Acedido Maio 05, 2019, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1129>.
- Pereira, P.M.F.C. (2009). Resumo/Abstract. *Cadernos de Sociomuseologia*, 34(34), 3-6. Acedido Maio 05, 2019, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1139>.
- Pérez, A. C., Gómez, M.C., Ramos, P.B., Vaquero, I.P. & Yáñez, E.M. (1998). *Normalización Documental de Museos: Elementos para una aplicación informática de gestión museografica*. Espanha: Ministerio de Educación y Cultura.
- Pigafetta, A. (1941). Primer viaje en torno del globo. Ed. del IV Centenario, Madri, Espanha. (Obra original publicada em 1534).

- Pinheiro, L.V.R. (Org.). (1999). *Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro, Brasil: IBICT.
- Pinho, L.C. (2009). A presença de Nietzsche na obra de Foucault: mais do que uma afinidade filosófica. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, 6(26), 167-187. Acedido Março, 23, 2019, em <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/768>.
- Pizarro e Araújo, J.S.A (1946). *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Brasil: Imprensa Nacional.
- Pombo, O. (2012). Unidade da Ciência. Programas, Figuras e Metáforas. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 1/2, 353-357. Acedido Maio 29, 2019, em <https://www.jstor.org/stable/41955638?seq=1>.
- Pomian, K. (1984). Coleção. *Enciclopedia Einaudi – 1. Memória-História*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Pomian, K. (1990). *Collectors and Curiosities. Paris and Venice, 1500-1800*. Reino Unido: Polity Press.
- Ponto de Memória Terra Firme. (2012). O Inventário Participativo do Ponto de Memória da Terra Firme. In *Atas do IV EITEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (p. 300). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Poole, N. (2013). *Museum Documentation Today and Tomorrow*. Apresentação no #museumKurs2013, Trondheim. Acedido Abril 25, 2019, em <https://www.slideshare.net/nick-poole/museum-documentation-today-and-tomorrow>.
- Portaria Normativa nº 1/2006, de 5 de julho. Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Ministério da Cultura. Brasil.
- Portaria Normativa nº 43/2007, de 26 de julho. Transfere a gestão administrativa, financeira e patrimonial de 19 unidades museológicas das Superintendências Regionais para a Administração Central. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Ministério da Cultura. Brasil.
- Portaria nº 3/2019, de 02 de janeiro. Dispõe sobre regras comunitárias comuns e específicas para gestão integrada de uso e manejo dos recursos naturais e pesqueiros para a gestão da RESEX Marinha de Gurupi-Piriá no Estado do Pará e dá outras providências (processo nº 002122.001181/2017-97). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil* 3(1), 88. Poder Executivo, Brasil.
- Porter, M.F. (1978). Establishing a Museum Documentation System in the United Kingdom. *Museum*, 30(3/4), 169-178.
- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (1992). *Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus*. Rio de Janeiro: Autor.

- Primo, B. & Araujo, M. (Orgs.). (2018a). *Inventário Participativo Pessoas e Memórias: Museu de Arqueologia de Itaipu*. Rio de Janeiro, Brasil: Data Coop.
- Primo, B. & Araujo, M. (2018b). *O Inventário Participativo de Pessoas e Memórias do Museu de Arqueologia de Itaipu*. XIV Encontro de História Oral, Campinas, Brasil. Acedido Maio 23, 2019, em http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/recursos/anais/8/1524160778_ARQUIVO_ArtigoSimposioHistoriaOral-versaofinal.pdf
- Primo, J. (1999). Pensar Contemporaneamente a Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15), 5-38. Acedido Agosto 31, 2017, em <http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/3780/Pensar%20contemporaneamente.pdf?sequence=1>.
- Primo, J. (2007). Documentos Básicos de Museologia: principais conceitos. *Cadernos de Sociomuseologia*, 28(28), 117-133. Acedido Junho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/517>.
- Primo, J. (2008a). Capítulo 1 - Enquadramento Teórico. *Cadernos de Sociomuseologia*, 30(30), 31-101. Acedido Junho 10, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/461>.
- Primo, J. (2008b). Capítulo 3 Análise do Projecto do Ecomuseu da Murtosa. *Cadernos de Sociomuseologia*, 30(30), 149-222. Acedido Junho 10, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/463>.
- Primo, J. (2009). Museologia e património: documentos fundamentais. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15), 5-14. Acedido Fevereiro 11, 2019, em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/329>.
- Primo, J. (2014). O Social como Objecto da Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 47(3), 5-28. Acedido Abril, 12, 2017 em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4529>.
- Primo, J. & Reboucas, D. (1999). A Documentação Museológica num Museu Local: algumas considerações. *Cadernos de Sociomuseologia*, 14(14), 11-25. Acedido Março 06, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/327>.
- Priosti, O.M.& Mattos, Y. (2007). Caminhos e Percursos da Museologia Comunitária. *Cadernos de Sociomuseologia*, 28(28), 71-92. Acedido Abril, 12, 2017 em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/513>.
- Prous, A. (1991). *Arqueologia brasileira*. Brasília, Brasil: Editora UNB.
- Pryke, L. (2019, 21 de maio). Hidden women of history: Ennigaldi-Nanna, curator of the world's first museum. The Conversation: academic rigor, journalistic flair. Acedido Agosto 03, 2019, em <https://theconversation.com/hidden-women-of-history-ennigaldi-nanna-curator-of-the-worlds-first-museum-116431>.

- Querol, M.L.S. (2011). *El Patrimonio Cultural Inmaterial y La Sociomuseología: Estudio sobre Inventarios*. Tese apresentada ao Doutorado em Museologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de doutora, orientada por Mário Canova Magalhães Moutinho. Acedido Agosto 31, 2018, em <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/5203>.
- Quiccheberg, S. (1565). *Inscriptiones vel tituli theatri amplissimi...*. Munique, Alemanha: Adam Bergschen Offizin. Acedido em Abril 18, 2018, em <http://daten.digitale-sammlungen.de/0002/bsb00025047/images/in-dex.html?fip=193.174.98.30&id=00025047&seite=1>.
- Rabelo, F. L. (2011). O DASP e o combate a ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 3(6). Acedido Maio 11, 2019, em <https://rbhcs.com/rbhcs/article/download/109/108>.
- Reinehart, R. (2003). MOAC – A Report on Integrating Museum and Archive Access in the Online Archive of California. *D-Lib Magazine*, 9(1). Acedido Janeiro, 29, 2019, em <http://www.dlib.org/dlib/january03/rinehart/01rinehart.html>
- Representação da UNESCO no Brasil. (2019). Instrumentos Internacionais da UNESCO em Cultura. *Representação da UNESCO no Brasil Website*. Acedido Abril 09, 2019, em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/international-instruments-clt/>.
- Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries. (2004). *Plano Para Certificação de Museus na Grã-Bretanha: padrões / Da Austrália a Zanzibar: Planos de Certificação de Museus em Diversos Países*. [São Paulo, Brasil]: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae.
- Resolução Normativa n.º 1/2014, de 31 de julho. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 146 (1) (p. 19). Instituto Brasileiro de Museus. Brasil. Acedido Agosto 10, 2016, em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=19&data=01/08/2014>.
- Resolução Normativa n.º 2/2014, de 29 de agosto. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 167 (1) (p. 14). Instituto Brasileiro de Museus. Brasil. Acedido Agosto 10, 2016, em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=14&data=01/09/2014>.
- Revel, J. (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos, São Paulo, Brasil: Claraluz.
- Ribeiro, D.L. (2007). *A Ciência da Informação em Ação: um estudo sobre os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – PPGCI/UFF-IBICT/MCT para obtenção do grau de mestre em Ciência da Informação, orientada pelo Prof. Dr. Geraldo Moreira Prado.

- Rivière, G.H. (Org.). (1958?). *Seminario regional de la Unesco sobre la función educativa de los museos*. Acedido Janeiro 14, 2019, em <https://unesdoc.unesco.org/home>.
- Rivière, G.H. (1989). *La Muséologie selon Georges Henri Rivière - cours de muséologie: textes et témoignages*. Paris, França: Dunod.
- Roberts, A. (2001). The Changing Role of Information Professionals in Museums. *mda Information* 5(3) (pp. 15-18). Acedido Fevereiro 12, 2019, em http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/cidoc/ConferencePapers/1999/4.pdf.
- Roberts, D. A. & Light, R. B. (Eds.). (1980). Progress in Documentation: Museum Documentation. *Journal of Documentation*, 36 (1), 42-84. Grã-Bretanha: Emerald Group Publishing.
- Robertson, B. (2013). Preface: Wonderful Museums and Quiccheberg's Inscriptions. In Meadow, M.A. & Robertson, B. (Eds.). (2013). *The First Treatise on Museums - Samuel Quiccheberg's Inscriptions, 1565 - Samuel Quiccheberg*, vi-xi. Los Angeles, Estados Unidos da América: Getty Publications.
- Romero, E.L.S. (2000). Programa de Educación Ambiental, no Formal y Urbano - Formación de Promotores Ambientales. In *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM* (2001), pp. 164-166. Rio de Janeiro, Brasil: Tacnet Cultural Ltda.
- Royal Collection Trust. (2019). Wunderkammer: cabinet of curiosities. Bringing the wider world to a princely court. *Royal Collection Trust Website*. Acedido Abril 18, 2019, em <https://www.rct.uk/collection/themes/trails/wunderkammer-cabinet-of-curiosities>.
- Rusconi, N., Borioli, L. & Garcia, H. (2000). Museo Agrario del Azul. In *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM*. (2001), (pp.169-176). Rio de Janeiro, Brasil: Tacnet Cultural Ltda.
- Russel, R. & Winkworth, K. (2009). *Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections*. Austrália: Collections Council of Australia Ltd.
- Sá, I.C. (2013). As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. *Revista Acervo*, 26 (2), 31-58. Acedido Novembro, 25, 2019 em <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/513/512>.
- Saladino, A. (2010). *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, orientada por Myrian Sepúlveda dos Santos e Maria Conceição Santos Lopes (Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto).
- Salviati, M. E. (Org.). (2017). *Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3)*. Acedido Setembro 07, 2019, em <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/anexo-manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>.

- Sánchez-Juárez, A.S. (2015). Tres momentos en la actividad museológica de Mario Vázquez. *Gaceta de Museos*, 60, Instituto Nacional de Antropología e Historia, México. Acedido Fevereiro 17, 2019, em <http://mediateca.inah.gob.mx/repositorio/islandora/object/issue:901>.
- Santos, C.P. (2016). *A Documentação de Acervos de Ciência e Tecnologia como Objeto de Museu: definindo especialidades a partir do caso do Museu de Astronomia e Ciências Afins*. Tese apresentada ao Doutorado em Museologia e Patrimônio, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e do Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, Brasil.
- Santos, M.C.T.M. (1994). Documentação Museológica, Educação e Cidadania. *Cadernos de Sociomuseologia*, 3(3), 79-92. Acedido Agosto 24, 2016, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/308>.
- Santos, M.C.T.M. (1996a). Uma Abordagem Museológica no Contexto Urbano. *Cadernos de Sociomuseologia*, 5(5) Acedido Maio 30, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/251>.
- Santos, M.C.T.M. (1996b). Introdução. *Cadernos de Sociomuseologia*, 7(7), 35-57. Acedido Maio 02, 2019, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/270>.
- Santos, M.C.T.M. (1996c). A Construção do Conhecimento na Museologia: reconstruindo um percurso histórico e demarcando posições. *Cadernos de Sociomuseologia*, 7(7), 99-133. Acedido Maio 30, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/272>.
- Santos, M.C.T.M. (1996d). Construindo um Processo Metodológico. *Cadernos de Sociomuseologia*, 7(7), 135-146. Acedido Maio 30, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/273>.
- Santos, M.C.T.M. (1996e). Do Caminho Pensado e Proposto aos Caminhos Percorridos: processos de acção e reflexão. *Cadernos de Sociomuseologia*, 7(7), 147-302. Acedido Maio 30, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/274>.
- Santos, M.C.T.M. (1996f). Processo Museológico e Educação: contribuições e perspectivas. *Cadernos de Sociomuseologia*, 7(7), 305-340. Acedido Maio 30, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/275>.
- Santos, M.C.T.M. (2000). Patrimônio Cultural e a Escola: construindo um museu didático comunitário. In *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM*. (2001), (pp. 177-187). Rio de Janeiro, Brasil: Tacnet Cultural Ltda.
- Santos, M.C.T.M. (2002a). Museu: Centro de Educação Comunitária ou Contribuição ao Ensino Formal? *Cadernos de Sociomuseologia*, 18(18), 35-73. Acedido Junho 01, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/361>.

- Santos, M.C.T.M. (2002b). Estratégias Museais e Patrimoniais Contribuindo para a Qualidade de Vida dos Cidadãos: diversas formas de Musealização. *Cadernos de Sociomuseologia*, 18(18), 141-168. Acedido Junho 01, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/364>.
- Santos, M.C.T.M. (2002c). A Formação do Museólogo e o seu Campo de Atuação. *Cadernos de Sociomuseologia*, 18(18), 169-198. Acedido Junho 1, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/365>.
- Santos, M.C.T.M. (2002d). Reflexões sobre a Nova Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 18(18), 93-139. Acedido Maio 23, 2019, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/363>.
- Santos, M.C.T.M. (2002e). Um compromisso social com a museologia. *Cadernos do Ceom*, 27(41), 87-88.
- Santos, M. (2006). O dinheiro e o território. In: Santos, M. & Becker, B. (Orgs.). (2006). *Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro, Brasil: DP&A Editora.
- Santos, M., Souza, M. A. & Silveira, M. L. (Orgs.). (1998). *Território: globalização e Fragmentação*. São Paulo, Brasil: Editora Hucitec; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.
- Santos Neta, C.J.F. (2017). *Tesselas da museologia: a documentação e a comunicação dos embrechados nas igrejas do recôncavo baiano*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Museologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do grau de mestre, orientada pela professora doutora Ana Helena da Silva Delfino Duarte. Acedido Abril 09, 2019, em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24010>.
- Santos, P.R.E. (2018). A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). *Revista Brasileira de História*, 38(78). Acedido 2019, Novembro 05, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882018000200121.
- Sarasan, L. (2005). Why museum computer projects fail. In: Fahy, A. (2005). *Collections Management* (pp. 192-200). Londres, Inglaterra: Routledge.
- Saracevic, T. (1996). Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, 1(1), 41-62. Acedido Novembro 2018, em <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>.
- Sathler, E.B. (n.d). População tradicional em unidade de conservação de proteção integral: entre a hierarquia da norma geral e a competência legislativa concorrente. *Evandro Sathler Consultoria Socioambiental Website*. Acedido Setembro 02, 2019, em <http://ambiental.adv.br/andorinhas.pdf>.

- Scheiner, T.C. (2008). Termos e conceitos da museologia: contribuições para o desenvolvimento da Museologia como campo disciplinar. In Granato, M.; Santos, C.P. & Loureiro, M.L.N.M. (Orgs.). (2008). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro, Brasil: Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- Schnapper, A. (1986). The King of France as Collector in The Seventeenth Century. *The Journal of Interdisciplinary History*, 17(1), 185-202. Minnesota, Estados Unidos da América: The MIT. Acedido Abril 02, 2018, em <http://www.jstor.org/stable/204130>.
- Schlosser, J. V. (1908). *Die Kunst- und Wunderkammern der Spätrenaissance: ein Beitrag zur Geschichte des Sammelwesens*. Leipzig, Alemanha: Klinckhardt & Biermann. Acedido Abril 20, 2018, em <http://digi.ub.uniheidelberg.de/diglit/schlosser1908/0001/thumbs>.
- Schulz, C.M. (1973). There's no Time for Love, Charlie Brown. *Internet Movie Database - IMDb* (2018). Acedido Novembro 13, 2018 em <https://www.imdb.com/title/tt0070793/>.
- Schulz, E. (1990). Notes on the History of Collecting and of Museums: in the light of selected literature of the sixteenth to the eighteenth century. *Journal of the History of Collections*, 2 (2), 205-218. Acedido Abril 17, 2018, em <https://academic.oup.com/jhc/article-pdf/2/2/205/6751895/2-2-205.pdf>.
- Secretaría de Desarrollo Urbano y Ecología (México). (n.d.). *Memoria del Seminario Territorio – Patrimonio – Comunidad (Ecomuseos) “El Hombre y su Entorno”*. México: Autor.
- Seda, P. (2015). Praias, Lagoas e Dunas: povoamento pré-cerâmico do litoral do Rio de Janeiro, Brasil. In Pereira, S.D., Rodrigues, M., Bergamaschi, S. & Freitas, J.G. (Eds.). (2015). *O Homem e as Zonas Costeiras: Tomo IV da Rede Braspor*, 140-154. Rio de Janeiro - Brasil: BRASPOR. Acedido Setembro 02, 2019, em <http://www.redebraspor.org/livros/2015/Livro%20Braspor%202015.pdf>.
- Seelig, L. (1985). The Munich Kunstkammer, 1565-1807. In Impey, O. & McGregor, A. (Eds.). (1985). *The origins of Museums. The cabinet of Curiosities in sixteenth- and seventeenth-century Europe* (pp. 76-89). Oxford, Inglaterra: Clarendon Press.
- Selltiz, C., Wrightman, L. & Cook, S. (1987). *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. São Paulo, Brasil: EPU.
- Senra, R. (2019, 17 de dezembro). Luta de família por ‘cadáver ignorado’ revela sociedade paralela de milhares de invisíveis na Amazônia. *BBC News Brasil Website*. Acedido Dezembro 10, 2019, em <https://www.bbc.com/portuguese/amp/brasil-50800991>.
- Serrão, J.V. (1965). *O Rio de Janeiro no Século XVI*. I, Estudo Histórico. Lisboa, Portugal: Edição da Comissão Nacional das Comemorações da IV Centenário do Rio de Janeiro.
- Serrão, J.V. (1965). *O Rio de Janeiro no Século XVI*. II, Documentos dos Arquivos Portugueses. Lisboa, Portugal: Edição da Comissão Nacional das Comemorações da IV Centenário do Rio de Janeiro.

- Serviço Geológico do Brasil [CPRM]. (2019). *Peter Wilhelm Lund*. Acedido Julho 20, 2019 em <http://www.cprm.gov.br/publique/Redes-Institucionais/Rede-de-Bibliotecas---Rede-Ametista/Peter-Wilhelm-Lund-532.html>.
- Silva, A.P. (2017). Memórias sobre as reflexões da (não) perenidade nos museus: a aquisição e a documentação nos Salões de Arte da Bahia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 53(9), 167-188. Acedido Setembro 06, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5902>.
- Silva, C.A. (Org.). (2014). *Pesca Artesanal e Produção do Espaço: desafios para a reflexão geográfica*. Rio de Janeiro, Brasil: FAPERJ, CNPq e Proext-MEC.
- Silva, C.F. (2012). Museus Comunitários: protagonismo e práticas cidadãs. In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 172-176). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Silva, J.A., Souza, J.N., Lopes, P.R. & Silva, R.A. (2018). Apresentação. In Museu de Arqueologia de Itaipu [MAI]. (2018). *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias* (pp. 8-9). Rio de Janeiro, Brasil: Data Coop.
- Silva, M. E. L. (2014). A Documentação Museológica e os Novos Paradigmas da Arte Contemporânea. *Museologia e Interdisciplinariedade*, 3(5), 185-92. Acedido 2017, Março 03 em periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/15478.
- Silva, M.L.M. & Santos, P.A. (2010). A versão do Manual de Normas em português. *Cadernos de Sociomuseologia*, 36(36), 9. Acedido Maio 26, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1135>.
- Silva, S. F. S. M. (2005). *Arqueologia das Práticas Mortuárias em Sítios Pré-Históricos do Litoral do Estado de São Paulo*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do grau de doutor, orientada pela Professora Doutora Dorath Pinto Uchôa, São Paulo, Brasil. Acedido em Abril 21, 2018, em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-11072007-151325/pt-br.php>.
- Simon, A. (2004). *Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca*. Comunicação apresentada no II Encontro da ANPAS; São Paulo, Brasil, Maio 26-29, 2004. Brasil.
- Skansen. (2019). *Skansen Website*. Acedido Maio 05, 2019, em <http://www.skansen.se/en/>.
- Smit, J. (1986). *O que é documentação?* São Paulo, Brasil: Editora Brasiliense.
- Smit, J.W. (2010). A interoperabilidade semântica entre os diferentes sistemas de informação no museu. In Maringelli, I.C.A.S. & Bevilacqua, G.M.F. (Coords.). (2011). *I Seminário Serviços de Informação em Museus*. São Paulo: Pinacoteca do Estado.

- Smithsonian Anacostia Community Museum. (2019). History. *Smithsonian Anacostia Community Museum Website*. Acedido Maio 05, 2019, em <https://anacostia.si.edu/About/History>.
- Smithsonian Institute Archives. (2019). African American Contributions to the Smithsonian: Challenges and Achievements – John Kinard. *Smithsonian Institute Archives Website*. Acedido Fevereiro 17, 2019, em <https://siarchives.si.edu/history/featured-topics/African-Americans/john-kinard>.
- Sodré, L. (2019, 17 de março). Justiça pede retirada de pescadores artesanais de área em Itaipu. *O Globo Website*. Acedido Julho 24, em <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/justica-pede-retirada-de-pescadores-artesanais-de-area-em-itaipu-23527666>.
- Sodré, N.W. (1999). *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Mauad.
- Sofka, V. (1987). The chicken or the egg? *ICOFOM Study Series* (12), 7-8.
- Souza, A.A.C.M. (1981). *Pré-história fluminense*. Rio de Janeiro, Brasil: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural; Secretaria Estadual de Educação e Cultura.
- Souza, H.V.L. (2008). Da História para a Memória: a Transformação do Recolhimento de Santa Tereza no Museu de Arqueologia de Itaipu. In *XIII Encontro de História Anpuh – Rio*. Acedido em Maio 05, 2019, em http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212897071_ARQUIVO_DaHistoriaparaaMemoria_.pdf.
- Souza, J.A.S. (1975). *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói*. Rio de Janeiro, Brasil: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Souza, M.E.M. & Damas, T. (2012). Ecomuseu de Itaipu e a Rede Regional de Museus, Memória e Patrimônio Natural e cultural: instrumentos de gestão patrimonial comunitária. In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 179-187). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Spary, E.C. (2004). Scientific Symmetries. *History of Science*. 42(1), 1- 46. Acedido Abril 20, 2019, em <http://search-ebshost-com.ez54.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=13001117&lang=pt-br&site=ehost-live>.
- Sperb, A.T. & Hansen, P.R.S. Patrimônio Histórico e Comunidade - ações que geram reações. In *Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. (2012), (pp. 246-250). Belém, Brasil: Ecomuseu da Amazônia.
- Spinoza, B. (2009). *Tratado político*. São Paulo, Brasil: Editora WMF Martins Fontes (originalmente publicado em 1677).
- Stein, R. (2007). *CDWA Lite and Museumdat*. Comunicação apresentada em MCM 2007. Acedido Fevereiro 19, 2019, em http://museum.zib.de/museumdat/cdwalite_and_museumdat.pdf.

- Stein, R. & Coburn, E. (2008). *CDWA Lite and Museumdat: new developments in metadata standards for cultural heritage information*. Comunicação apresentada no 2008 Annual Conference of CIDOC. Acedido Fevereiro 19, 2019, em http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/cidoc/ConferencePapers/2008/10_papers.pdf.
- Strada, J. (1553). *Epitome dv thresor des antiquitez, c'est à dire: pourtraits des vrayes medailles des empp. tant d'Orient que d'Occident*. Acedido Junho, 02, 2018, em https://archive.org/details/bub_gb_wJGaRPvIBpUC.
- Stuart A. (1991). *Fact & Artefacts. How to document a museum collection*. Cambridge: Museum Documentacion Association In Pérez, A. C., Gómez, M.C., Ramos, P.B., Vaquero, I.P. & Yáñez, E.M. (1998). *Normalización Documental de Museos: Elementos para una aplicación informática de gestión museográfica* (p. 1). Espanha: Ministerio de Educación y Cultura.
- Tanus, G.F.S.C. & Araújo, C.R.A. (2012). Proximidades Conceituais Entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. *Biblionline* 8(2), 27-36. Acedido Julho 18, 2017, em <http://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/viewFile/14291/8635>.
- Technology, Entertainment and Design [TED] Our Organization. *TED Website*. Acedido Dezembro 28, 2019, em <http://ted.com/about/our-organization>.
- Teixeira, M.G.S. (2019). Os desafios na preservação do patrimônio afro-brasileiro MA-FRO/UFBA. *Cadernos de Sociomuseologia*, 58(14), 19-38. Acedido Dezembro 06, 2019, em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6922>.
- Teniers, D. (1660). *Antuerpiensis, pictoris, et a cubiculis ser.mis principibus Leopoldo Guil. archiduci et Ioanni Austriaco, Theatrum pictorium: in quo exhibentur ipsius manu delineatae, eiusque curâ in aes incisae picturae archetipae italicae, quas ipse ser.mus archidux in pinacothecam suam Bruxellis collegit*. Acedido Abril 20, 2019, em https://archive.org/details/gri_33125008533172.
- Ternes, J. (1995). Michel Foucault e o nascimento da modernidade. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, 7(1-2), 45-52. Acedido Abril 24, 2019, em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0045.pdf>.
- Terra de Sementes (2019). Aldeia. *Terra de Sementes Website*. Acedido Setembro 03, 2019 em <https://terradesementes.wordpress.com/>.
- Terredor, S. (2015). *Chakoka Anico: un viaje "imposible" a la nación kikapú*. Barcelona, Espanha: UOC.
- Thompson, A. (Org.). (2010). Entrevista com Judith Martins. *Série Memórias do Patrimônio*. Rio de Janeiro, Brasil: IPHAN. Acedido Setembro 04, 2019, em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerMemPat_MemoriasPatrimonio_EntrevistaJudithMartins.pdf.

- Thornes, R., Dorrel, P. & Lie, H. (1999). *Object ID: Guidelines for making records that describe art, antiques, and antiquities*. Estados Unidos da América: The J. Paul Getty Trust.
- Tiburi, M. (2018). *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro, Brasil: Rosa dos Tempos, 2018.
- Tinoco, A. (2000). Um Ecomuseu Mineiro para a Faixa Piritosa Ibérica. In *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM*. (2001), (pp.214-220). Rio de Janeiro, Brasil: Tacnet Cultural Ltda.
- Toral, H.C. (1995). Apresentação do Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus (Rio de Janeiro, 1958). In Bruno, M.C.O. (Coord.). (2010). *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados*, 2 (pp. 23-27). São Paulo, Brasil: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Torres, M. T. M. (2002). *Historia de la Documentación Museológica: la gestión de la memoria artística*. Gijón, Espanha: Trea.
- Trigueiros, F.S. (1956). *Museus: sua importância na educação do povo*. Rio de Janeiro, Brasil: Irmãos Pongetti Editores
- Um Pescador (1879, 31 de outubro). A Lagôa de Itaipú. *O Fluminense*, II (231) (p. 3). Cidade de Nictheroy, Brasil.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (1956). Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 9ª Sessão - UNESCO - Nova Delhi, 1956. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15), 91-104. Acedido Julho 24, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/333>.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) & International Council of Museums (ICOM). (1958). *Seminário Regional de la UNESCO sobre la Función Educativa de los Museos, 7-30 de septiembre de 1958: informe*. Acedido Julho 24, 2017, em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133845?posInSet=2&queryId=57f181b2-6f16-4589-ada1-6e4e0b4e49>.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (1962). *Recomendação relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios*. Acedido Julho 14, 2017, em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (1970). *Convenção Relativa às Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais*. Acedido Abril 21, 2018, em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160638>.

- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (1972). *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Acedido Abril 21, 2018, em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (1976). Carta de Nairobi 1976 - UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 19ª Sessão - Nairobi, 1976. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15), 187-208. Acedido Julho 27, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/339>.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (1989). Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. Acedido Abril 21, 2018, em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Acedido Maio 13, 2017, em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2015a). *Recommendation concerning the Protection and Promotion of Museums and Collections, their Diversity and their Role in Society*. Acedido Maio 21, 2019, em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246331>.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2015b). *Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade*. Acedido Abril 21, 2018, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf>.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2019a). UNESCO's History. *UNESCO Website*. Acedido Janeiro 10, 2019 em <https://atom.archives.unesco.org/records-of-international-museums-office-oim>.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2019b). *UNESCO Archives AtOM Catalogue – Subfonds OIM - Records of the Office International des Musées (OIM)*. Acedido fevereiro 10, 2019 em <https://atom.archives.unesco.org/records-of-international-museums-office-oim>.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2019c). Instrumentos internacionais em português. *UNESCO Website*. Acedido Maio 20, 2019, em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/legal-instruments/>.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2019d). Museums. *UNESCO Website*. Acedido Maio 21, 2019, em <https://en.unesco.org/themes/museums>.

- Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias [ULHT]. (2019). III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários - III EIEMC X Atelier Internacional do MINOM. *ULHT Website*. Acedido Dezembro 28, 2019, em <http://museologia.mestrados.ulhsofona.pt/Minomrio.htm>.
- Usillos, A.G. (2010). *Museología y documentación. Criterios para la definición de un proyecto de documentación en museos*. Gijón, Espanha: Ediciones Trea.
- Vai G.B., Cavazza W. (2004). Four Centuries of the Word Geology: Ulisse Aldrovandi 1603 Bologna. In Vai, B.G. & Cavazza, W. (Eds.). (2004). *Quadricentenario della parola Geologia: Ulisse Aldrovandi 1603 Bologna*. Università di Bologna, Comitato Organizzatore del 32mo Congresso Geologico Internazionale Firenze
- Valentini, M. B. (1704). *Museum museorum, oder vollständige Schau- Bühne aller Materialien und Specereyen nebst deren natürlichen Beschreibung, Election, Nutzen und Gebrauch, aus andern Material- Kunst- und Naturalien-Kammern, Oost- und West-Indischen Reisz-Beschreibungen, Curiosen Seit- und Tag-Registern, Natur- und Artzney-Kündigern, wie auch selbst-eigenen Erfahrung, Zum Vorschub der studierenden Jugend, Materialisten, Apothecker und deren Visitatoren, wie auch anderer Künstler, als Jubelirer, Mahler, Färber, u. s. w. also verfasst, und mit etlich hundert sauberen Kupfferstücken unter Augen geleyet von D. Michael Bernhard Valentini*. Frankfurt, Alemanha: (?). Acedido Abril 19, 2018, em <http://www.alvin-portal.org/alvin/view.jsf?pid=alvin-record%3A153457&dswid=9777>.
- van de Roemer, B. (2014). Redressing the Balance: Levinus Vincent's Wonder Theatre of Nature. *The Public Domain Review Website*. Acedido Abril 20, 2019, em <http://publicdomainreview.org/2014/08/20/redressing-the-balance-levinusvincents-wonder-theatre-of-nature>.
- Vance, D. (1986). The Museum Computer Network in context, In Light, R.B., Roberts, A.D., Stewart, J.D. (Eds.). (1986). *Museum Documentation Systems* (pp. 37-47). Grã-Bretanha, Londres: Butterworth-Heinemann.
- Varine, H. (1987). *O tempo social*. Rio de Janeiro, Brasil: Eça Editora.
- Varine, H. (1992). Notas sobre um Projeto de Museu Comunitário. In Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (1992). *Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus* (8-12). Rio de Janeiro: Autor.
- Varine, H. (1995). A respeito da Mesa Redonda de Santiago (1972) – Apresentação. In Bruno, M.C.O. (Coord.). (2010). *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados* (pp. 38-42). São Paulo, Brasil: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Varine, H. (2000). La place du Musée Communautaire dans les stratégies de développement. In *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM*. (2001), (pp. 57-62). Rio de Janeiro, Brasil: Tacnet Cultural Ltda.

- Varine, H. (2005). O Museu Comunitário é Herético? *Hugues de Varine Website*. Acedido Maio 08, 2019, em <http://www.hugues-devarine.eu/book/view/52>.
- Varine, H. (2009). Quelques idées sur le musée comme institution politique. *Cadernos de Sociomuseologia*, 28(28), 7-14. Acedido Janeiro, 27, 2019, em <http://revistas.uluso-fona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/507>.
- Varine, H. (2012). *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento social*. Porto Alegre, Brasil: Medianiz.
- Varine, H. (2014). O Museu Comunitário como Processo Continuado. *Cadernos do CEOM*, 27(41), 25-35. Acedido Agosto, 20, 2017, em <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2595/1495>. (Original publicado em 1995).
- Vasconcelos, A. (2010). *Manual compacto de filosofia*. São Paulo, Brasil: Rideel.
- Vasconcellos, M.; Diegues, A.C. & Sales, R.R. (2007). Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: Costa, A. (org.). *Nas redes da pesca artesanal*, 1, 15-83. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- Vega, L. N. (2008). Registro y Documentación. In Vega, L. N. (Org.). (2008). *Manual de Registro y Documentación de Bienes Culturales* Santiago do Chile, Andros Impressores.
- Veiga-Neto, A. (2007). *Foucault e a Educação*. São Paulo, Brasil: Grupo Autêntica.
- Vicq d'Azyr, F. (1793). *Instruction sur la manière d'inventorier et de conserver, dans toute l'étendue de la République, tous les objets qui peuvent servir aux arts, aux sciences, et à l'enseignement, proposée par la Commission temporaire des arts, et adopté par le Comité d'instruction publique de la Convention nationale*. Acedido Março, 25, 2019, em https://archive.org/details/BIUSante_08233x03.
- Vieira, P.P. (2016). *A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault*. São Paulo, Brasil: Intermeios.
- Vincent, L. (1706). *Wondertooneel der nature: geopent in eene korte beschryvinge der hoofd-deelen van de byzondere zeldzaamheden daar in begrepen: in orde gebragt en bewaart*. Amsterdã, Holanda: Te Amsterdam. Acedido Maio 17, 2018, em <https://archive.org/details/wondertooneelder00vinc>.
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época*. Quito, Equador: Ediciones Abya-Yala.
- Warhlich, B.M.S. (1958). *Revista do Serviço Público*. Acedido Novembro 04, 2019, em <http://www.cra-rj.adm.br/publicacoes/DASP/beatriz-wahrlich/processos-de-informacao-da-administracao/files/assets/common/downloads/publication.pdf>.
- Watson, S. & Sawyer, A. (2011). Building National Museums in Europe 1750-2010. *Conference proceedings from EuNaMus, European National Museums: Identity Politics, the*

Uses of the Past and the European Citizen. Acedido Fevereiro 13, 2019, em <http://www.ep.liu.se/ecp/064/006/ecp64006.pdf>.

- Weil, F. (1982). Hommage à Yvonne Oddon (1902-1982). *Bulletin des bibliothèques de France*, 12, 712-712. Acedido Abril 27, 2019, em <http://bbf.ensib.fr/consulter/bbf-1982-12-0712-003>.
- Weinrich, H. (2001). *Lete. Arte e Crítica do Esquecimento*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Wersig, G. & Neveling, U. (Comps.). (1976). *Terminology of documentation: a selection of 200 basic terms published in English, French, German, Spanish and Russian*. Acedido Janeiro 24, 2019, em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000016162>.
- Williams, D. (2010). A Brief History of Museum Computerization. In: Parry, R. (2010). *Museums in a Digital Age* (pp. 15-21). Londres, Inglaterra: Routledge.
- Woodhead, P. & Stansfield, G. (Eds.). (1994). *Keyguide to Information Sources in Museum Studies*. Chicago, Estados Unidos da América: Fitzroy Dearborn Publishers.
- Woolley, L. (2006). *Excavations at Ur*. Nova Iorque, Estados Unidos da América: Kegan Paul.
- Yasuda, S.N. (2009). *Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, para obtenção do grau de mestre, orientada pelo Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia. Acedido Fevereiro 11, 2019, em https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/yassuda_sn_me_mar.pdf.
- Zoreda, L.C. (1988). La Documentación Museologica. *Boletim Anabad*, 38(4).

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- Alexiev, V. (2018). Museum Linked Open Data: Ontologies, Datasets, Projects. *Digital Presentation and Preservation of Cultural and Scientific Heritage. Conference Proceedings*, 8. Acedido Fevereiro 1, 2019, em http://dipp.math.bas.bg/images/2018/019-050_32_11-iDiPP2018-34.pdf.
- Almeida, M.M. (1996). Mudanças Sociais / Mudanças Museais, Nova Museologia/Nova História - Que relação? *Cadernos de Sociomuseologia*, 5(5), 99-118. Acedido Maio 29, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/254>.
- Alvim, D.M. (2012). Foucault e o Primado das Resistências. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 20, 22-30. Acedido Abril 24, 2019, em <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55955>.
- Bauer, M.W. & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.
- Bruno, C. (2009). A Musealização da Arqueologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 17(17), 35-151. Acedido Junho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/357>.
- Bruno, C. (1997). Propostas, Projetos, Modelos: Os Caminhos para a Experimentação Museológica. *Cadernos de Sociomuseologia*, 10(10), 52-90. Acedido Junho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/302>.
- Cadernos de Sociomuseologia. (2017a). Equipe Editorial. *Cadernos de Sociomuseologia Web site*. Acedido Julho 12, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/about/editorialTeam>.
- Cadernos de Sociomuseologia. (2017b). Sobre a Revista. *Cadernos de Sociomuseologia Web site*. Julho 12, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/about>.
- Camacho, C. (1996). Museu Municipal de Vila Franca de Xira — Modelos, Percursos e Interrogações. *Cadernos de Sociomuseologia*, 8(8), 27-36. Acedido Junho 01, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/279>.
- Cândido, M. I. (2006). Documentação Museológica. *Cadernos de Diretrizes Museológicas 2* (pp. 33-79). Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus.
- Castells, M. (2003). *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 2003.
- Chagas, M. de S. & Nascimento Junior, J. (Orgs.). (2009). *Subsídios para a Criação de Museus Municipais*. Rio de Janeiro, Brasil: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais, Departamento de Processos Museais.

- Chagas, M. de S. & Gouveia, I. (2014). Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*, 27(41), 9-22. Acedido Abril 09, 2017, em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/2592/1523>.
- Choay, F. (2001). *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo, Brasil: Estação Liberdade, Editora UNESP.
- Clifford, J. (1988). *The Predicament of Culture: Twentieth-century ethnography, literature, and art*. Cambridge: Harvard University Press.
- Colwell, C. (1997). Deleuze and Foucault: Series, Event, Genealogy. *Theory & Event* 1(2), Johns Hopkins University Press. Acedido Janeiro 25, 2019, em <https://muse-jhu-edu.ez54.periodicos.capes.gov.br/article/32453>.
- Conceição, B.B.S. & Cabral, M.G. (2016). A documentação museológica do acervo documental do estilista paraense. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 12, 215-218. Acedido Abril 10, 2019, em <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/618/527>.
- Conselho Internacional de Museus (ICOM). (2004). *Como gerir um museu*. França: Autor.
- Cordovil, M. M. (2009). Novos Museus Novos Perfis Profissionais. *Cadernos de Sociomuseologia*, 1(1), 21-35. Acedido Julho 19, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/469>.
- Costa, L. F. da; Nunes, M. de F.; Lopes, M. M. & Santos, J. M. L. dos. (2015). Avaliação dos periódicos científicos da área da Museologia do Brasil no tocante ao cumprimento dos critérios *Qualis*. *Revista Ibero-americana de Turismo*. (n. especial), 167-182. Acedido Julho 15, 2017, em http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/16917/1/MFN_LUCIANA_%202015-7382-1-PB.pdf.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Custódio, J. (1996). S. João de Alporão: Realidade e Transformação de um Museu. *Cadernos de Sociomuseologia*, 8(8), 37-62. Acedido Junho 03, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/280>.
- Deloche, B. (2011). Muséal. In: Desvallées, A. & Mairesse, F. (dir.) (2011). *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie* (pp. 235-250). Paris, França: Armand Colin.
- Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Histórico do Curso de Museologia. *Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília*. Acedido Julho 18, 2017, em <http://www.museologia.fci.unb.br/curso/historico-do-curso.html>.
- Flick, U. (2004). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, Brasil: Bookman.

- Fontoura, C.T. (2008). Michel Foucault e a Problematização do Poder. *Intuitio*, 1(2), 68-88. Acedido Abril 24, 2019, em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/4039>.
- Gaspar, M.D. (2009). Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro-Brasil: Jorge Zahar. Arqueologia, Cultura Material e Patrimônio. Sambaquis e Cachimbos. In Granato, M. & Rangel, M. (2009). *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia* (pp. 39-52). Rio de Janeiro, Brasil: Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- Goldenberg, M. (2007). *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Record.
- Granato, M.; Santos, C.P. & Loureiro, M.L.N.M.L. (Orgs.). (2010). *O Caráter Político dos Museus*. Rio de Janeiro, Brasil: MAST.
- Hacquard, G. (1996). *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa, Portugal: Edições Asa.
- Harpring, P. (2016). *Introdução aos vocabulários controlados: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais*. São Paulo, Brasil: Secretaria da Cultura do Estado: Pinacoteca de São Paulo: ACAM Portinari. Acedido Março 9, 2019, em <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Vocabularios%20Controlados%20-%20Digital.pdf>.
- Hoffman, S.K. (2017). *L'histoire de la documentation des oeuvres d'art du 17e au 21e siècle: les impacts des technologies optiques et numériques sur les pratiques documentaires des galeries nationales à Londres, Ottawa et Washington D.C.* Tese apresentada ao Doutorado de História da Arte da Université du Québec au Montreal e a Université se Paris I, Panthéon-Sorbonne para obtenção do grau de doutora em Museologia, Mediação e Patrimônio, orientada por Dominique Poulot e Yves Bergeron. Acedido Março 09, 2019, em <http://www.theses.fr/2017PA01H014>.
- Hoppe-Münzberg, E. (2016) The Princely horse as a work of art and its architectural frame - a Munich Example, a Hapsburg Model. In Bernardo J. García García (Ed.). (2016). *Felix Austria: Lazos familiares, cultura política y mecenazgo artístico entre las cortes de los Habsburgo*. Espanha: Fundación Carlos de Amberes. Acedido Maio 02, 2018, em https://www.academia.edu/1896927/_The_Architecture_of_the_Treasure-Archive_the_Archive_in_Simancas_Fortress_2016_.
- Imperato, F. (1599). *Dell'Historia Naturale*. Nápoles, Itália: Nella stamperia à Porta Reale per Costantino Vitale. Acedido Janeiro 23, 2017, em https://archive.org/details/gri_c00033125008260594.
- Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). (2014). *Guia para elaboração de políticas de preservação para acervos arquivísticos e bibliográficos*. Brasília, Brasil: Autor
- Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) & Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). (2016). *Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social*. Brasília, Brasil: Phábrica.

- Instituto Nacional de Antropología e Historia. (INAH). (2015). *Gaceta de Museos*, 60. México: Autor.
- Instituto dos Museus e da Conservação. (2011). *Kit de Recolha do Património Imaterial*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Krüger Junior, D.A. (2016). Foucault: a Heterotopia como Alternativa para Pensar o Espaço Social. *Revista Enciclopédia*, 5, 22-37. Acedido Abril 24, 2019, em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Enciclopedia/article/view/9342>.
- Leite, P.P. (2012). *Olhares Biográficos: A Poética da Intersubjetividade em Museologia*. Lisboa: Marca d'Água: Publicações e Projetos.
- LeGoff, J. (2003). Foucault e a Nova História. *Plural*, São Paulo, 10, 197-209. Acedido 26, Janeiro, 2019 em <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/68075/70644>.
- Leite, P.P. (2014). A nova museologia e os movimentos sociais em Portugal. *Cadernos do CEOM*, 27(41), 193-223. Chapecó, Santa Catarina, Brasil: Unochapecó.
- Leme, M.C.S. (Coord.). (1999). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo – Brasil: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM. Acedido 2019, Novembro 01, em <https://archive.org/details/urbanismo-gs>.
- Lima, D.F.C.L. (2008). Ciência da Informação e Museologia em tempo de conhecimento fronteiriço: aplicação ou interdisciplinaridade? Comunicação apresentada no *IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, São Paulo.
- Lima, R.K. (1978). Pescadores de Itaipu: A Pescaria da Tainha e a Produção Ritual da Identidade Social. Dissertação apresentada ao Mestrado em Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do grau de mestre em Antropologia, orientado pelo Professor Doutor Roberto DaMatta.
- Lopez, I. (2008). *Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local*. São Paulo, Brasil: Museu da Pessoa: Senac São Paulo.
- Lorenzini, D. (2015). What is a 'Regime of Truth'? *Le foucaldien*, 1(1). Acedido Março 17, 2019, em <https://foucaldien.net/articles/abstract/10.16995/lefou.2/>.
- Lousada, A.M.; Carvalho, M.L.; Jorge, O. & Tavares, L. (1993). Estágio de Museologia no Centre International em Formation Écomuseale, Quebeque: o balanço de quatro estagiárias. *Cadernos de Sociomuseologia*, 1(1), 151-156. Acedido Julho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/480>.
- Magaldi, M.M. (2017). *A Documentação sobre exposições em museus de arte: a musealização dos processos, a história da exposição e a museografia*. Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito ao título de Doutora,

orientada pelo professor doutor Emerson Dionísio Gomes de Oliveira. Acedido Abril 10, 2019, em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/24637>.

- Mairesse, F. (2000). La belle histoire, aux origines de la nouvelle muséologie. *Publics et Musées*, 17(18), 33-56. Acedido Setembro 07, 2017, em http://www.persee.fr/docAs-PDF/pumus_1164-5385_2000_num_17_1_1154.pdf.
- Matos, A. (2007). *Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas: Contribuições para a certificação de museus*. Dissertação apresentada ao Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em Museologia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, orientada por Rui Manuel Sobral Centeno. Acedido Julho, 09, 2017, em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13038/2/Tesemestsistemasdeinformacao000069301.pdf>.
- Matos, A. (2011). A importância da documentação e gestão das colecções na qualidade e certificação dos Museus. *Ensaio e Práticas em Museologia*, 1, 5-22. Acedido Março 10, 2019, em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8926.pdf>.
- Matos, A. (2017). Documentação: passado, presente, futuro... Conferência Anual do CIDOC. *Boletim ICOM Portugal*, III(10), 43-45. Acedido Março 11, 2019, em https://issuu.com/icomportugal/docs/boletim_icom_portugal_10_out_2017.
- Mayrand, P. (2009). Réflexions Liminaires. *Cadernos de Sociomuseologia*, 22(22), 21-35. Acedido Julho 15, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/387>.
- Miller, D. Why some things matter. In Miller, D. (Ed.). (1998). *Material cultures*. Inglaterra, Londres: UCL Press, 3-21.
- Moutinho, M.C. (1993). Sobre o Conceito de Museologia Social. *Cadernos de Sociomuseologia*, 1(1), 7-9. Acedido Março 02, 2017, em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467>.
- Moutinho, M. (1996). Opening Words/ Palavras de Abertura. *Cadernos de Sociomuseologia*, 6(6), 9-10. Acedido Junho 16, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/259>.
- Moutinho, M.C. (2007). The Construction of the Museological Object. *Cadernos de Sociomuseologia*, 27(27), 189-210. Acedido Junho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/449>.
- Moutinho, M.C. (2010). A Declaração de Quebec. In Bruno, M.C.O. (Coord.). (2010). *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados* (pp. 52-57). São Paulo, Brasil: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Mueller, S.P.M. (1984). Em busca de uma base comum para a formação profissional em Biblioteconomia, Ciência da Informação e arquivologia: relato de um simpósio promovido pela UNESCO. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 12(2), 157-165.

- Oliveira, A. (2018). *A Documentação Museológica como Suporte para a Comunicação com o Público: a cadeirinha de arruar do Museu de Arte da Bahia*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do grau de mestre, orientada por Prof. Dr. José Cláudio Alves de Oliveira. Brasil. Acedido Janeiro 24, 2019, em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27943>.
- Olmi, G. (1985). Science-Honour-Metaphor: Italian Cabinets of the Sixteenth and Seventeenth Centuries. In Impey, O. & Macgregor, A. (Eds.). (1985). *The Origins of Museums* (pp. 5-16). Oxford, Inglaterra: Clarendon Press.
- Pausania & Shilleto, A. R. (1886). *Pausanias' Description of Greece: translated into english with notes and index*. Londres, Inglaterra: George Bell and Sons.
- Pearce, S.M. (1994). The Urge to Collect. In Pearce, S.M. (Ed.). (1994). *Interpreting Objects and Collections* (pp. 157-159). Reino Unido: Routledge.
- Pomian, K. (1994). The Collection: between the visible and the invisible. *Interpreting Objects and Collections* (pp. 160-174). Reino Unido: Routledge.
- Poulot, D. (2011). O modelo republicano de museu e sua tradição, 13-23. Inovações, coleções, museus. In Borges, M.E.L. (Org.). (2011). *Inovações, coleções, museus*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica Editora.
- Poulot, D. (2013). Another history of museums: from the discourse to the museum-piece. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 21(1), 27-47. Acedido Março 09, 2019, em <http://www.revistas.usp.br/anaismp/issue/view/5487>.
- Raggio, O. (1996). The Liberal Arts Studiolo from the Ducal Palace at Gubbio. *The Metropolitan Museum of Art Bulletin*, 53(4), 5-35. Acedido em Abril 29, 2018, em <https://www.metmuseum.org/pubs/bulletins/1/pdf/3262700.pdf.banned.pdf>.
- Ramos, F.R.L (2004). *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó, Santa Catarina, Brasil: Argos.
- Rayward, W.B. (1967). The UDC and FID: a historical perspective. *The Library Quarterly*, 37(3), 259-278.
- Rayward, W.B. (1997). The Origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). *Journal of the American Society for Information Science*, 48(4), 289-300.
- Rayward, W.B. (2003). Organização do conhecimento e um novo sistema político mundial: ascensão e queda e ascensão das ideias de Paul Otlet, XI-XXVII. In Otlet, Paul. (2018). *Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática*. Brasília, Brasil: Briquet de Lemos. Acedido Janeiro 31, 2019, em http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018/09/otlet_tratado_de_documenta%C3%A7%C3%A3o.pronto.pdf. (Original publicado em 1934).

- Rodrigues, L.E. (2011). O Conceito de Verdade na Crítica da Razão Pura de Kant. *Proble-mata: R. Intern. Fil.*, 2(2), 137-157. Acedido Março 29, 2019, em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3834252.pdf>.
- Sampieri, R.H.; Colado, C.F. & Lucio, P.B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo, Brasil: McGraw-Hill.
- Samyn Nobre, A. (2009). O Acervo em Questão. *Cadernos de Sociomuseologia*, 33(33), 89-133. Acedido Junho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/503>.
- Sancho Querol, L. (2013). Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno... *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXV, 165-188. Acedido em Março 11, 2019, em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11484.pdf>.
- Santos, A.P.L. dos & Rodrigues, M.E.F. (2014) Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. *RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 9(2), 116-131, Acedido Fevereiro 13, 2019, em <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/248/264>.
- Santos, C.M.S. (1995). A Ictiofauna do Sambaqui de Camboinhas, Niterói, RJ. In *Documento de Trabalho Série Arqueologia*, 3 (pp. 65-74). Museu Nacional: Rio de Janeiro, Brasil. Acedido Agosto, 08, 2019, em http://www.museunacional.ufrj.br/obras-ras/o/DTSA_3/DT3p65_74_pdf_67_76_SANTOS.pdf.
- Santos, J., Serôdio, C. & Ferreira, F. (2017). *Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses*. Portugal: Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). Acedido Março 09, 2019, em https://www.bad.pt/noticia/wp-content/uploads/2017/06/GTSIM_DSIM_Relat%C3%B3rioFinal.pdf.
- Santos, M.C.T.M. (2014). Um Compromisso Social com a Museologia. *Cadernos do CEOM*, 27(41), 71-114. Chapecó, Santa Catarina, Brasil: Unochapecó.
- Santos, M.S. (2014). Por uma Sociologia dos Museus. *Cadernos do CEOM*, 27(41), 47-70. Chapecó, Santa Catarina, Brasil: Unochapecó.
- Santos, P.A. (2009). Chapter 2 - The Relations Between Museology and Community Development: From The 90's and Towards a New Century. *Cadernos de Sociomuseologia*, 29(29), 117-181. Acedido Junho 13, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/453>.
- Santos, P.A. (2010). Give or take: thoughts on museum collections as working tools and their connection with human beings. *Cadernos de Sociomuseologia*, 38(38), 75-87. Acedido Junho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1646>.
- Schwab, K. (2019). *A Quarta Revolução Industrial*. São Paulo, Brasil: Edipro.

- Schlosser, J.V. (1988). *Las cámaras artísticas y maravillosas del renacimiento tardío: una contribución a la historia del coleccionismo*. Madri, Espanha: Akal.
- Serôdio, C. (2018). Contributos para uma gestão integrada dos acervos nos museus portugueses. *MIDAS – Museus e Estudos Interdisciplinares*, 9. Acedido Março, 9, 2019, em <https://journals.openedition.org/midas/1371>.
- Silva, C.A. & Lara, M.L.G. (2017). Princípios de Documentação para Museus de Arte. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13, 100-104. Acedido Abril 10, 2019, em <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/763/624>.
- Simon, A. (2004). Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, 2, Indaiatuba, SP. Trabalhos Apresentados. São Paulo: USP. Acedido 2019, Outubro, 20, em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/alba_simon.pdf.
- Stiglitz, J.E.; & Greenwald, B.C. (2017). *Por uma Sociedade de Aprendizagem: repensar o crescimento, o desenvolvimento e o comércio livre*. Lisboa – Portugal: Bertrand.
- Soares, E. (2017). Documentação e Informação no Contexto Museológico. *Revista Museologia & Interdisciplinidade*, 6(11). Acedido Julho 21, 2017, em <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17701>.
- Soares, B. & Scheiner, T. (2017). *A Ascensão dos Museus Comunitários e os Patrimônios 'Comuns': um ensaio sobre a casa*. Comunicação apresentada no X Enancib, João Pessoa, Paraíba, Brasil. Acedido Agosto 20, 2017, em <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3311/2437>.
- Stranksy, Z.Z. (1994). Object-Document or do we know what we are actually collecting? In *Icofom Study Series*, 23. Acedido Março 20, 2019, em [http://network.icom.museum/file-admin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2023%20\(1994\).pdf](http://network.icom.museum/file-admin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2023%20(1994).pdf).
- Taylor, D. (Ed.). (2018). *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.
- Tinoco, A. (2012). XIX Jornadas sobre a Função Social do Museu Paços de Ferreira - 2009. *Cadernos de Sociomuseologia*, 42(42). Acedido Junho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2839>.
- Tinoco, A. (2012). XVIII Jornadas sobre a função social do museu Idanha-a-Nova - 2008. *Cadernos de Sociomuseologia*, 42(42). Acedido Junho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2838>.
- Tinoco, A. (2012). XVII Jornadas sobre a função social do museu. S. Brás de Alportel - 2006. *Cadernos de Sociomuseologia*, 42(42). Acedido Junho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2837>.

- Tinoco, A. (2012). XVI Jornadas sobre a função social do museu Montalegre 2005. *Cadernos de Sociomuseologia*, 42(42). Acedido Junho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2836>.
- Tinoco, A. (2012). XIV Jornadas sobre a função social do museu - Ourém, 2002. *Cadernos de Sociomuseologia*, 42(42). Acedido Junho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2835>.
- Tinoco, A. (2012). XII Jornadas sobre a função social do museu. Nazaré, 2000. *Cadernos de Sociomuseologia*, 42(42). Acedido Junho 20, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2834>.
- Tolentino, A.B. (2016). Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. *Cadernos de Sociomuseologia*, 52(8), 21-44. Acedido Abril 10, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5499/3448>.
- Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. (2011). *Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – Niterói*. Acedido Maio 10, 2019, em <http://www.cedca.rj.gov.br/pdf/Niteroi.pdf>.
- Trigueiros, F.S. (1955). *O Museu: órgão de documentação*. Cadernos AABB. Rio de Janeiro, Brasil: Associação Atlética Banco do Brasil.
- Urban, R. J. (2014). Library Influence on Museum Information Work. *Library Trends*, 62 (3), 596–612. Acedido Fevereiro 13, 2019, em <https://core.ac.uk/download/pdf/158312888.pdf>.
- Varine, H. (2000). El ecomuseo. *Ciencias & Letras*, 27, 61-101.
- Varine, H. (2002). *Património e Educação Popular*. Acedido Agosto 13, 2017, em <http://www.abremc.com.br/artigos2.asp?id=13>.
- Varine, H. (2006). *L'Ecomusee: un mot, deux concepts, mille pratiques*. Acedido Abril 15, 2017, em <http://www.huguesdevarine.eu/img/cms/2006%20Ecomusée,.pdf>.
- Varine, H. (2014). Entrevista de Hugues de Varine concedida a Mario Chagas. *Cadernos do CEOM*, 27(41), 239-248. Acedido Julho 28, 2017, em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2605>.
- Wilson, W.W. (1994). Ferrante Imperato (1550-1625). In *The Mineralogical Record*, 25(6), 36. Acedido Abril 18, 2019, em <http://go-galegroup.ez54.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA16547146&v=2.1&u=cap&it=r&p=AONE&sw=w>.
- Wolff, T. (2018). The history of the Zoological Museum, University of Copenhagen. In *Natural History Museum of Denmark Website*. Acedido Maio 23, 2019, em https://zoologi.snm.ku.dk/english/about_the_zoological_museum/History/Museets_historie/.

Worm, O. (1655). *Museum Wormianum. Seu historia rerum rariorum, Tam Naturalium, quam Artificialium, tam Domefticarum, quam Exoticarum, quae Hafniae Danorum in aedibus Authoris fervantur*. Acedido, Março 23, 2017, em https://archive.org/details/gri_museumwormia00worm.

Yates, F.A. (2007). *A Arte da Memória*. Campinas, São Paulo, Brasil: Editora da Unicamp.

Zimmermann, T.C. P. (1995). *Paolo Giovio: The Historian and the Crisis of the Sixteenth-Century in Italy*. Princeton, Estados Unidos da América: Princeton University Press

**ANEXO 1 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PES-
QUISA COM O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE PESSOAS E MEMÓ-
RIAS**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Mirela Leite de Araujo, diretora substituta do Museu de Arqueologia de Itaipu, RG N° 32802751-0, CPF N° 30590024876, AUTORIZO Rose Moreira de Miranda, RG N° 05795143-6 IFP – RG, CPF n° 008418647-05, doutoranda do Curso de Museologia Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias a acessar e pesquisar o conteúdo completo (áudio e transcrição) das 40 (quarenta) entrevistas realizadas no âmbito do Inventário Participativo Pessoas e Memórias, promovido pelo Museu de Arqueologia de Itaipu, com a única finalidade de desenvolvimento, e posterior publicação, de sua tese de doutorado com título ainda a ser definido. O trabalho visa a análise histórica da documentação museal, principalmente no âmbito da Museologia Social, com o objetivo de propor metodologias participativas de documentação.

A pesquisadora acima qualificada se compromete a:

- 1- Obedecer às disposições éticas de proteger a identidade dos participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos;
- 2- Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou entrevistas, de modo a proteger suas imagens, e garantir, ainda, que não utilizará as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da Instituição.

Niterói, 20 de agosto de 2019.


Mirela Leite de Araujo

Diretora Substituta do Museu de Arqueologia de Itaipu

(Portaria n° 240 de 5 de julho de 2018)

Mirela Leite de Araujo
Técnica em Assuntos Culturais - Museologia
Mat. SIAPE: 1616951

APÊNDICE 1 - Coletânea de conceitos sobre documentação museal realizados por pesquisadoras(es) e organismos internacionais e nacionais de museus, ordenados por data de produção.

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Catálogo	Gustavo Barroso	Brasil	1951	Barroso, G. (1951). <i>Introdução à Técnica de Museus</i> , 1. Rio de Janeiro, Brasil: Gráfica Olímpica.	“Além de classificados, os objetos dum museu precisam ser devidamente catalogados, a fim de se não perderem, misturarem ou oferecerem dificuldades à busca e identificação em qualquer tempo. Assim, serão em primeiro lugar numerados e etiquetados, depois descritos e, afinal, comentados de acôrdo com as pesquisas a que derem lugar. Nunca se deve esquecer na catalogação, como em todo o mais, que um museu é um organismo destinado a crescer continuamente, sendo preciso atender sempre às necessidades decorrentes dêsse crescimento” (Gustavo Barroso, 1951, p.70).
Documentação	F. do Santos Trigueiros	Brasil	1956	Trigueiros, F.S. (1956). <i>Museus: sua importância na educação do povo</i> . Rio de Janeiro, Brasil: Irmãos Pongetti Editores.	“Documentação é o fundamento da verdade histórica. É a comprovação por meio de documentos” (F. dos Santos Trigueiros, 1956, p. 7). “A Documentação pode ser definida, como o processo pelo qual se reúnem, catalogam e classificam todos os documentos informativos das atividades humanas, promovendo a sua divulgação pelos meios modernos de publicidade, afim de levar ao pesquisador os elementos necessários ao seu trabalho” (F. dos Santos Trigueiros, 1956, p. 10).
Documentação do museu	Fernanda Camargo-Moro	Brasil	1986	Camargo-Moro, F. de. (1986) <i>Museu: Aquisição- Documentação</i> . Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora.	"[...] documentação do museu: 1) Processo de organização dos diversos elementos de identificação do acervo. 2) conjunto de conhecimentos e técnicas que têm por fim a pesquisa, reunião, descrição, produção e utilização dos documentos sobre as coleções" (Fernanda Camargo-Moro, 1986, p. 238).

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Sistema de documentação de museu	Richard Light, D. Andrews Roberts & Jennifer	Reino Unido	1986	Light, R.B., Roberts, A.D., Stewart, J.D. (1986). <i>Museum Documentation Systems</i> . 1 ed. Londres: Butterworth-Heinemann	<p>“The phrase ‘museum documentation system’ refers to the procedures used by museums to manage information concerning their collections or of relevance to their curatorial functions” (Richard Light, D. Andrews Roberts & Jennifer D. Stewart, 1986, p. 1).</p> <p>Livre tradução: "A frase 'sistema de documentação de museu' refere-se aos procedimentos usados pelos museus para gerenciar informações sobre suas coleções ou aquelas relevantes para suas funções curatoriais" (Richard Light, D. Andrews Roberts e Jennifer D. Stewart, 1986, p. 1).</p>
Documentação de museu	Georges Henri Rivière	França	1989	Rivière, G.H. (1989). <i>La Muséologie selon Georges Henri Rivière. Cours de muséologie: textes et témoignages</i> . Paris, França: Dunot	<p>“Nous observons à ce point l’une des premières tâches de la documentation de musée, qui rassemble autour des objets d’importants dossiers documentaires, servant à la fois une analyse individuelle et l’établissement de références indispensables. Cette documentation se constitue progressivement, dès la formulation du programme de recherche, jusqu’à la publication de ses résultats, tout au long du processus décrit plus haut” (Georges Rivière, 1989, p. 173).</p> <p>Livre tradução: « Observamos, neste momento, uma das primeiras tarefas da documentação do museu, que reúne importantes dossiês documentais sobre os objetos, servindo tanto à análise individual quanto ao estabelecimento de referências indispensáveis. Essa documentação é gradualmente construída, desde a formulação do programa de pesquisa até a publicação de seus resultados, ao longo do processo descrito acima” (Georges Rivière, 1989, p. 173).</p>

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação museográfica	Georges Henri Rivière	França	1989	Rivière, G.H. (1989). <i>La Muséologie selon Georges Henri Rivière. Cours de muséologie: textes et témoignages</i> . Paris, França: Dunot	<p>“Documentation muséographique: L’étude et la conservation des données que rassemble le musée supposent l’utilisation d’instruments documentaires précis et convenablement choisis. Leur rôle est multiple: ils sont d’abord à l’origine d’un premier recensement obligatoire des biens muséaux, qui donne aux collections un garantie minimale de stabilité du point de vue juridique. Ce sont ensuite des outils de gestion indispensables, qui permettent un maniement simplifié des documents au sein de l’institution. Ils constituent également les premiers éléments de la documentation scientifique, en tant que modèles descriptifs de l’objet et principes de classement. S’ils sont suffisamment polyvalents, ils serviront enfin à communiquer aisément l’information scientifique aux usagers extérieurs” (Georges Rivière, 1989, p. 175).</p> <p>Livre tradução : “Documentação museográfica: o estudo e a preservação dos dados coletados pelo museu pressupõem o uso de instrumentos documentais precisos e adequadamente selecionados. Seu papel é múltiplo: são, antes de tudo, a origem de um primeiro inventário obrigatório de bens museais, o que dá às coleções uma garantia mínima de estabilidade do ponto de vista legal. Eles são ferramentas indispensáveis de gestão, que permitem um tratamento simplificado de documentos dentro da instituição. Eles também constituem os primeiros elementos da documentação científica, como modelos descritivos do objeto e princípios de classificação. Se forem versáteis o suficiente, servirão para comunicar facilmente informações científicas a usuários externos ” (Georges Rivière, 1989, p. 175).</p>

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação museográfica	Giselle Marques Leite Paixão	Brasil	1990	Paixão, G.M.L. (1990). Procedimentos básicos para uma boa documentação. Boletim dos Museus, 1(1). São Paulo, Brasil: Arquivo do Estado de São Paulo.	<p>"A documentação, chamada museográfica, reveste-se de inúmeros aspectos e vão desde o comportamento ético próprio à ação de registrar a informação, até às questões legais envolvidas nos procedimentos de aquisição, passando por aportes da interdisciplinaridade e da similaridade de vários de seus processos com áreas como biblioteconomia e a arquivística" (Giselle Paixão, 1990, p. 21).</p> <p>"A documentação das coleções visa principalmente identificar com precisão os objetos, garantir e esclarecer sua propriedade, embasar a contabilização, garantir o controle físico do acervo; agem em conjunção com a pesquisa, fundamentando as exposições, publicações, ação educativa. A documentação, assim, é a memória do museu" (Giselle Paixão, 1990, p. 22).</p>
Documentação de acervos museológicos	Helena Dodd Ferrez	Brasil	1991	Ferrez, H.D. (1991). <i>Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática</i> . Comunicação apresentada no IV Fórum de Museus do Nordeste, Recife, Brasil.	<p>"A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informação em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.</p> <p>Trata-se de vasto campo de aplicação da Museologia que, sobretudo na literatura produzida nos Estados Unidos, se confunde com o que denominam "registration" e que a nosso ver é um dos componentes principais do sistema de documentação" (Helena Ferrez, 1991, p. 2).</p>

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação de coleções	Stuart A. Holm	Reino Unido	1991	Stuart A. (1991). Fact & Artefacts. How to document a museum collection. Cambridge: Museum Documentacion Association, p. 2 apud Pérez, A. C., Gómez, M.C., Ramos, P.B., Vaquero, I.P., Yáñez, E.M. (1998). <i>Normalización Documental de Museos: Elementos para una aplicación informática de gestión museográfica</i> . Espanha: Ministerio de Educación y Cultura, p. 1.	<p>“La documentación de colecciones es toda la información registrada que un museo posee respecto a los bienes que custodia. También contempla la actividad de recogida, almacenamiento, manipulación y recuperación de esa información. No es un fin en si misma. Es el medio a través de cual tanto el personal del museo como los visitantes pueden encontrar la información que necesitan. Permite una adecuada gestión, comprensión e interpretación de las colecciones del museo, ahora y en futuro” (Pérez et al., 1998, p.1).</p> <p>Livre tradução: “A documentação de coleções é toda a informação registrada que um museu tem sobre os bens que custodia. Também inclui a atividade de coletar, armazenar, tratar e recuperar essas informações. Não é um fim em si mesmo. É o meio pelo qual os profissionais do museu e os visitantes do museu podem encontrar as informações de que precisam. Permite uma gestão adequada, compreensão e interpretação das coleções do museu, agora e no futuro” (Pérez et al., 1998, p.1).</p>
Documentação	Georges Henri Rivière	França	1993	Rivière, G.H. et al. (1993). <i>La Museología: Curso de Museología / Textos y testimonios</i> . Madrid: Akal, apud Torres, M.T.M. (2002). <i>Historia de la Documentación Museológica: la gestión de la memoria artística</i> . Gijon, Espanha: Trea.	<p>"El término <i>documentación</i> es escogido por su polisemia, ya que comprende a la vez la investigación activa de informaciones, a veces su producción por el mismo museo y, por último, su comunicación” (Georges Rivière, 1993, p. 230 apud María Teresa Torres, 2002, p. 51).</p> <p>Livre tradução: "O termo documentação é escolhido pela sua polissemia, pois inclui tanto a investigação ativa de informações, às vezes sua produção pelo mesmo museu e, finalmente, a sua comunicação" (Georges Rivière, 1993, p. 230 apud María Teresa Torres, 2002, p. 51).</p>

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação museológica	Vânia Dolores Estevam de Oliveira	Brasil	1994	Oliveira, V. D. (1994). As funções de pesquisa e documentação na Museologia. VII Fórum de Museus do Nordeste.	<p>“Por outro lado temos a documentação, função básica para todo o restante processo que tem lugar na instituição museológica. Função básica pois dela dependem as demais atividades desenvolvidas, até mesmo a pesquisa voltada para o acervo. Quando se diz básica, significa sustentáculo e não a mais importante. Como também dependem a conservação, a exposição, a restauração e as atividades educativas. As atividades de documentação são portanto atividades meio e não atividades fim” (Vânia Oliveira, 1994, p. 1).</p> <p>“A documentação museológica, portanto, é este processo de reunir, classificar e difundir os documentos museológicos, ou seja, os objetos. Que fique claro aqui se entende o objeto museal como documento, embora isto não seja unanimidade entre os estudiosos da documentação, como é o caso de Emilia Curras. O objeto é documento que porta informações intrínsecas e extrínsecas a ele. Informações que dependem de um conhecimento prévio do sujeito-observador e cuja leitura, portanto, está em aberto. Fato que não retira o valor documental do objeto.</p> <p>Prosseguindo, documentação é um processo que vem a ser constituído pelos mecanismos e instrumentos utilizados na prática [...]” (Vânia Oliveira, 1994, p. 2).</p>
Documentação museológica	Rosana Andrade do Nascimento	Brasil	1994	Nascimento, R. (1994). Documentação Museológica e Comunicação. <i>Cadernos de Sociomuseologia</i> , 3(3), 31-39.	<p>“Sendo assim, a documentação museológica, entendida como o resgate de informações sobre o objeto, tem como suporte algumas técnicas e procedimentos retirados da documentação da Biblioteconomia, que foram adequadas aos objetivos relacionado com a questão do estudo do objeto, sua segurança e controle, como também, o uso do resgate desta informação para um discurso museológico - a exposição -.</p> <p>[..] De forma geral a documentação é conceituada como um conjunto de técnicas necessárias para a organização, informação e a apresentação dos conhecimentos registrados, de tal modo que tornem os documentos acessíveis e úteis” (Rosana Nascimento, 1994, p. 32).</p>

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação	CIDOC	França	1995	International Committee for Documentation of the International Council of Museums. (1995). <i>International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories</i> . Acedido Abril 07, 2019, em http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/cidoc/DocStandards/guidelines1995.pdf .	<p>“The records which document the creation, history, acquisition by the museum and subsequent history of all objects in a museum collection. Such records include provenance and provenience documents, acquisition documents, conservation reports, cataloguing records, images, and research papers, both created by the holding institution and by previous owners or independent researchers, etc. Also used for the process of gathering this information” (CIDOC, 1995, p. 4).</p> <p>Livre tradução: “Os registros que documentam a criação, a história, a aquisição pelo museu e a subsequente história de todos os objetos em uma coleção do museu. Esses registros incluem documentos de origem e procedência, documentos de aquisição, relatórios de conservação, registros de catalogação, imagens e documentos de pesquisa, criados pela instituição e por proprietários anteriores ou pesquisadores independentes, etc. Também são usados para o processo de coleta dessas informações” (CIDOC, 1995, p. 4).</p>
Documentação em museus	CIDOC	França	1995	Comitê Internacional de Documentação [CIDOC], Conselho Internacional de Museus [ICOM]. (2014). <i>Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos: categorias de informação do CIDOC</i> . São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museus do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo.	<p>"A documentação em museus envolve o desenvolvimento e a utilização de informações sobre os objetos que fazem parte do acervo e dos procedimentos que auxiliem a sua administração. Essas informações deverão ser registradas por escrito ou inseridas no sistema informatizado de documentação do museu, devendo ser acessíveis aos funcionários, pesquisadores e ao público em geral. Com uma documentação eficiente, o museu poderá facilitar o desenvolvimento dos seguintes processos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • políticas de acervo; • cuidados e prestação de contas em relação ao acervo; • acesso, interpretação e utilização do acervo; • pesquisa do acervo” (CIDOC, 2014, p. 19). <p>França: publicação original de 1995. /Brasil: tradução realizada em 2014</p>

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação de Gestão Museológica	Marilúcia Bottallo	Brasil	1996	Bottallo, M. (1996). A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. <i>Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia</i> , São Paulo, 6, 287-292.	<p>"A informação tratada através dos procedimentos da Documentação de Gestão Museológica está diretamente associada à musealização dos objetos.</p> <p>De acordo com Waldisa Rússio, o processo de musealização de objetos e artefatos pressupõe três preocupações fundamentais: documentalidade, testemunhalidade e fidelidade (Rússio 1990). Tais aspectos remetem diretamente a questões que vão desde a busca, organização e sistematização das fontes geradoras dos fatos e seus testemunhos materiais, até a veracidade dos documentos e o compromisso com a possibilidade de expansão do conhecimento derivado de pesquisas junto às fontes, considerando a exposição museológica como momento culminante de todo esse processo e pensada sobre os pilares da preservação (material e potencial) dos registros (sobre qualquer tipo de suporte).</p> <p>Os objetos de um museu são documentos que podemos considerar como fontes primárias: registros e testemunhos da existência do Homem e sua trajetória. Não obstante, restrinjo-me aqui àquela documentação primária (ou de outros graus) que é relativa àqueles mesmos objetos museológicos e que, de alguma forma, precedem ou, muitas vezes, substituem a consulta ou manipulação daqueles. Essa documentação é aquela que potencializa a enorme carga informativa dos objetos museológicos propriamente ditos" (Marilúcia Bottallo, 1996, p. 288).</p>

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação	Isabel Bravo Juega	Espanha	1997	Juega, M.I.B. (1997). Documentación o investigación. In Carreño, F.J.Z. (2004). <i>Curso de Museología</i> . Gijón, Espanha: Trea.	"Isabel Bravo Juega la define como la ciencia que, a través de unas técnicas llamadas documentales (coleccionar, ordenar, clasificar, seleccionar, recuperar y difundir), tiene como fin hacer accesible el contenido de las fuentes de conocimiento. El núcleo del sistema de documentación es la pieza (también llamada objeto o bien cultural), es decir, los fondos o el resto de documentación que gira en torno a ella" (Isabel Juega, 1997, p. 259). Livre tradução: "Isabel Bravo Juega define [a documentação] como a ciência que, por meio de técnicas denominadas documentais (coleta, ordenação, classificação, seleção, recuperação e disseminação), visa tornar acessível o conteúdo das fontes de conhecimento. O núcleo do sistema de documentação é a peça (também chamada de objeto ou bem cultural), ou seja, os fundos ou o restante da documentação que gira em torno dela" (Isabel Juega, 1997, p. 259).
Documentação	Rosana Nascimento	Brasil	1998	Nascimento, R. (1998b). A questão teórico-metodológica e suas implicações na documentação museológica, como suporte para uma concepção educativa de Museu. <i>Cadernos de Sociomuseologia</i> , 11(11), 95-121.	"De forma geral a documentação é conceituada como um conjunto de <u>técnicas</u> necessárias para uma apresentação ordenada, organização e comunicação dos conhecimentos registrados, de tal modo que possam tornar as informações contidas nos documentos acessíveis e úteis. E o documento é definido como uma peça escrita ou impressa que oferece prova ou informação sobre um assunto qualquer. Percebe-se que, o objeto museal não é considerado enquanto documento - conhecimento - privilegiando apenas, e somente, a produção escrita e impressa do homem" (Rosana Nascimento, 1998, p. 96-97, sublinhado realizado pela autora).

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação	Manuelina Maria Du- arte Cãn- dido	Brasil	1998	Cândido, M.M.D. (1998a). Ca- pítulo 1 – Museus: busca de adequação à realidade. Por que os museus? <i>Cadernos de Sociomuseologia</i> , 12(12), 19- 41	“Documentação é o processo pelo qual se registra cada peça do acervo quando do seu recebimento e de estudos posteriores, permitindo a reunião de dados sobre o objeto e, por outro lado, maior controle e segurança sobre o mesmo – daí a necessidade de registro de deslocamentos e empréstimos da peças” (Manuelina Cândido, 1998, p. 32).
Documentação Museológica	Maria Lúcia de Nie- meyer Matheus Loureiro	Brasil	1998	Loureiro, M.L.N.M. (1998). <i>Museu, Informação e Arte: a Obra de Arte como Objeto Museológico e Fonte de Infor- mação</i> . Dissertação apresen- tada ao Programa de Pós-Gra- duação em Ciência e Tecnolo- gia da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obten- ção do grau de mestre em Ci- ência da Informação, orientada pela Profª Drª Lena Vania Ribeiro Pinheiro.	“[...] ferramenta de grande utilidade para a localização de itens da coleção e o controle de seus deslocamentos internos e externos, como também fonte de pesquisa e auxiliar indispensável ao desenvolvimento de exposições e outras atividades do museu” (Maria Lúcia Loureiro, 1998, p. 46).
Documentação	Judite Primo e Daniella Rebouças	Portugal	1999	Primo, J. & Rebouças, D. (1999). A Documentação Mu- seológica num Museu Local: algumas considerações. Ca- dernos de Sociomuseologia, 14(14), 11-25. Acedido Março 06, 2017, em http://revistas.ulusofona.pt/in- dex.php/cadernosociomuseolo- gia/article/view/327 .	"Na museologia, a documentação é entendida como o sistema de recuperação de informação capaz de transformar o bem cultural em fonte de pesquisa científica e em instrumento de produção do conhecimento" (Judite Primo & Daniella Rebouças, 1999, p. 11-12).

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Sistema de Documentação	Judite Primo e Daniella Rebouças	Portugal	1999	Primo, J. & Rebouças, D. (1999). A Documentação Museológica num Museu Local: algumas considerações. <i>Cadernos de Sociomuseologia</i> , 14(14), 11-25. Acedido Março 06, 2017, em http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/327 .	“O Sistema de Documentação na museologia é entendido pois, como a elaboração e sistematização de técnicas e suportes documentais voltados para atender as necessidades de inventariação, pesquisa e acção da instituição museológica. Esse sistema deve estar em consonância com a orientação geral da instituição. Sendo assim, não há um modelo universal e sim regras básicas para a elaboração do sistema em questão, além dos vários suportes documentais que se destinam à recolha e organização das informações acerca do património que a instituição museológica trabalha” (Judite Primo & Daniella Rebouças, 1999, p. 13).
Documentação Museológica	Luis Caballero Zoreda	Espanha	1998	Zoreda, L.C. (1998). La Documentación Museológica. <i>Boletín de la Anabad</i> , Espanha. 38(4).	"Entendemos por proceso de la documentación museológica el tratamiento de los datos existentes en los Museos, ya procedan directamente de los objectos o de otras fuentes de información" (Luis Zoreda, 1998, p. 455). Livre tradução: "Entendemos por processo de documentação museológica o tratamento dos dados existentes nos Museus, sejam eles diretamente provindos de objetos ou de outras fontes de informação" (Luis Zoreda, 1998, p. 455).
Documentação	Lourdes Rego Novaes	Brasil	2000	Novaes, L.R. (2000). Da Organização do Patrimônio Museológico: Refletindo sobre documentação museográfica. In Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Org.). (2000). <i>Museologia Social</i> . Porto Alegre: Autor.	“Por definição, coleção museológica é o conjunto de objetos ou espécimes que justificam a existência de um museu, e sobre os quais são organizados arquivos, fotografias e demais documentos. E a documentação de uma coleção é o processo de coletar, organizar, guardar, localizar e dispor documentos, ou a informação contida neles, sobre os objetos das coleções museológicas” (Lourdes Novaes, 2000, p. 51).

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação	Luís Manuel Loyo Pequito Antunes	Portugal	2002	Antunes, L.M.L.P. (2002). <i>Museus e Documentação: entre a teoria e a prática – uma abordagem da realidade portuguesa (1910 / 1980)</i> .	“[...] organização e tratamento de registos informativos, independentemente do tipo de suporte, necessários sobretudo à investigação científica e técnica” (Luís Antunes, 2002. p. 9).
Documentação museológica	Heloísa Barbuy	Brasil	2002	Barbuy, H. (2002). Os museus e seus acervos: sistemas de documentação em desenvolvimento. In INTEGRAR: 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus. <i>Anais</i> , 67-78. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.	“[...] corresponde ao registro sistemático de informações pertinentes a cada unidade de acervo (ou ‘peça’) e constitui-se em atividade institucional interna, rotineira. Tem como base indispensável a catalogação, registra dois tipos principais de informação: elementos relativos à contextualização e à ‘biografia’ do objeto, tanto em seu gênero como em sua individualidade, isto é, envolve desde informações históricas sobre aquela tipologia de objeto, sobre seu autor, fabricante, região de fabricação e formas recorrentes de utilização, até os usos que foram dados àquele objeto determinado (pertencimento, locais e modos de utilização). A decodificação, no âmbito da catalogação, liga-se diretamente à morfologia do objeto, isto é, diz respeito a materiais e técnicas de confecção, a formas, ornamentos, a partes constituintes, a funções utilitárias para as quais foi concebido e a significados simbólicos relacionados às formas materiais de representação” (Heloísa Barbuy, 2002, p. 71).

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação	Museum Documentation Association	Reino Unido	2005	<i>Spectrum: The UK Museum Documentation Standard</i>	"Gathering and recording information about objects, their histories and associations and the processes they undergo within the organisation. The purpose of documentation is to account for, manage and use objects to achieve the stated aims and objectives of the holding organisation" (Museum Documentation Association, 2005, p. 9). Livre tradução: "Reunir e registrar informações sobre objetos, seus históricos e associações, e os processos pelos quais passam dentro da organização. O objetivo da documentação é contabilizar, gerenciar e usar objetos para atingir as metas e objetivos declarados da organização" (Museum Documentation Association, 2005, p. 9).
Documentação museológica	Evanise Pascoa Costa	Brasil	2006	Costa, E.P. (Org.). (2006). <i>Princípios básicos da museologia</i> . Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus, Secretaria de Estado da Cultura.	"É toda informação referente ao acervo do museu" (Evanise Costa, 2006, p. 32).
Documentação Museológica/ Documentação de acervos museológicos	Maria Inez Cândido	Brasil	2006	Candido, M.I. (2006). Documentação Museológica. In Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional & Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais (2006). <i>Caderno de Diretrizes Museológicas</i> (pp. 33-92). Belo Horizonte: Autor.	"(...) a documentação de acervos museológicos é procedimento essencial dentro de um museu, representando o conjunto de informações sobre os objetos por meio da palavra (documentação textual) e da imagem (documentação iconográfica). Trata-se, ao mesmo tempo, de um sistema de recuperação da informação capaz de transformar acervos em fontes de pesquisa científica e/ou agentes de transmissão de conhecimento, o que exige a aplicação de conceitos e técnicas próprios, além de algumas convenções, visando à padronização de conteúdos e linguagens" (Maria Inez Cândido, 2006, p. 36).

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação	Elda Grobler	África do Sul	2006	Grobler, E. (2005). <i>Collections management practices at the Transvaal Museum, 1913-1964: Anthropological, Archaeological and Historical</i> . Tese apresentada ao Departamento de Estudos de História e Patrimônio, da Faculdade de Humanidades da Universidade de Pretoria. Acedido Janeiro, 30, 2019, em http://hdl.handle.net/2263/24550	“(...) documentation includes the accessioning and cataloguing of the collections, information on the movement of objects, as well as loans and conservation. It also assists with the control and location/storage of objects and with auditing, insurance, the development of exhibitions, and curatorial research and publications” (Elda Grobler, 2006, p. 37). Livre tradução: “(...) a documentação inclui à acessibilidade e à catalogação das coleções, informações sobre a movimentação de objetos, bem como empréstimos e a conservação. Também auxilia no controle e na localização/armazenamento dos objetos e na auditoria, seguro, desenvolvimento de exposições e pesquisas, e publicações curatoriais” (Elda Grobler, 2006, p. 37).
Documentação de museus	Suely Ceravolo e Maria de Fátima Tálamo	Brasil	2007	Ceravolo, S. & Tálamo, M.F.G.M. (2007). Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In VIII Enancib – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.	"Por razões históricas, e outras circunstanciais, entende-se a documentação de museus como uma série de procedimentos técnicos para salvaguardar e gerenciar as coleções sob guarda dos museus. Há concepções metodológicas que envolvem a documentação de museus e subordinam-se a duas perspectivas que respondem por duas formas de gestão da informação que são distintas entre si. São elas a perspectiva tecnicista, bastante apoiada na abordagem norte-americana, e a reflexiva, mais interpretativa, cunhada por europeus" (Suely Ceravolo & Maria de Fátima Tálamo, 2007, p. 5).

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação de museu	CIDOC	França	2007	<i>Statement of principles of museum documentation</i>	<p>“Museum documentation is concerned with the development and use of information about the objects within a museum collection and the procedures which support the management of the collection. This information should be recorded in written or digital form in a museum documentation system and should be accessible to staff, researchers and the public” (CIDOC, 2007, p. 1).</p> <p>Livre tradução: “A documentação do museu está voltada ao desenvolvimento e ao uso de informações sobre os objetos dentro de uma coleção de museus e os procedimentos que apoiam o gerenciamento da coleção. Essas informações devem ser registradas na forma escrita ou digital, em um sistema de documentação de museus, e devem estar acessíveis aos profissionais do museu, pesquisadores e ao público” (CIDOC, 2007, p. 1).</p>
Documentação Museológica	Heloísa Barbuy	Brasil	2008	Barbuy, H. (2008). Documentação museológica e pesquisa em museus. In Granato, M.; Santos, C.P. & Loureiro, M.L.N.M. (Orgs.). (2008). <i>Documentação em Museus</i> . Rio de Janeiro, Brasil: Museu de Astronomia e Ciências Afins.	<p>"(...) “Documentação Museológica”⁵, isto é, a organização da informação sobre os acervos de museus, como base para todos os demais trabalhos institucionais, bem como para tornar a informação acessível a pesquisadores e público externos. Deste modo, talvez não seja correto considerar a Museologia em seu todo como uma Ciência da Informação mas é preciso incorporar ao conjunto dessas ciências o campo da Documentação Museológica, que, na realidade, ocupa boa parte das preocupações e dos trabalhos de profissionais de museus" (Heloísa Barbuy, 2008, p. 35).</p>

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação /Documentar	José Mauro Matheus Loureiro	Brasil	2008	Loureiro, J. M. M. (2008). A Documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. In Granato, M.; Santos, C.P. & Loureiro, M.L.N.M. (Orgs.). (2008). <i>Documentação em Museus</i> . Rio de Janeiro, Brasil: Museu de Astronomia e Ciências Afins.	“(...) a documentação organiza domínios de informação instituindo processos e construindo instrumentos essenciais nos quais os diversos produtores e usuários de informação possam estabelecer princípios racionais de preservação, gestão e acesso a essas informações. A fragmentação dos saberes inerentes à modernidade ocidental e a heterogeneidade das produções concretas e simbólicas dos diferentes grupos sociais são estrategicamente ordenadas e inter-relacionadas, de forma a atender às demandas dos diferenciados agentes sociais e institucionais em suas mais variadas necessidades” (José Loureiro, 2008, p. 28-20). "Documentar é, sobretudo no âmbito museológico, integrar em conjuntos significativos as tradições, diferenças e dispersões que caracterizam as ciências, saberes e discursos contemporâneos em benefício dos mais diferentes grupos sociais" (José Loureiro, 2008, p. 30).
Documentação Museológica	Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro	Brasil	2008	Loureiro, M.L.N.M. (2008). A Documentação Museológica entre a Arte e a Ciência. In Granato, M.; Santos, C.P. & Loureiro, M.L.N.M. (Orgs.). (2008). <i>Documentação em Museus</i> . Rio de Janeiro, Brasil: Museu de Astronomia e Ciências Afins.	"A documentação museológica não é fim, mas meio: é uma ferramenta indispensável não só para a localização de itens da coleção e o controle dos deslocamentos internos e externos dos objetos, para o desenvolvimento de exposições ou outras atividades do museu, para a recuperação das informações intrínsecas e extrínsecas “contidas” ou relacionadas aos objetos – individualmente ou em conjunto – mas também fonte para a pesquisa em diferentes disciplinas" (Maria Lúcia Loureiro, 2008, p. 104).

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação de bens culturais	Lina Nagel Veja	Chile	2008	Vega, L. N. (2008). Registro y Documentación. In Vega, L. N. (Org.). (2008). Manual de Registro y Documentación de Bienes Culturales Santiago do Chile, Andros Impressores.	<p>"La documentación de bienes culturales es una labor compleja de gestión de la colección, necesita de tiempo y raramente puede finalizarse: es una actividad constante, para la cual se necesita de los procesos de registro, inventario y catalogación del objeto, los cuales incluyen además, la búsqueda y recopilación de la documentación existente, la revisión de esa información, y el incremento constante de esta misma en el soporte apropiado" (Lina Nagel Vega, 2008, p. 8).</p> <p>Livre tradução: "A documentação de bens culturais é uma tarefa complexa de gestão da coleção, precisa de tempo e raramente pode ser concluída: é uma atividade constante, para a qual são necessários os processos de registro, inventário e catalogação do objeto, os quais também incluem a pesquisa e a compilação da documentação existente, a revisão dessas informações e o seu incremento constante no suporte apropriado" (Lina Nagel Vega, 2008, p. 8).</p>
Documentação Museológica	Diana Farjalla Correia Lima	Brasil	2008	Lima, D.F.C. (2008). <i>Ciência da Informação e Museologia em tempo de conhecimento fronteiriço: aplicação ou interdisciplinaridade?</i> Comunicação apresentada no IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, São Paulo.	<p>"A Documentação Museológica nas "muitas atividades: processo de entrada e registro, documentação legal, catalogação, controle de movimento [gerenciamento de acervo] e mais...", (KIELGAST, HUBBARD, 1997, p. 274) compreende: a elaboração da informação voltada ao conhecimento do acervo (objeto/exemplar/espécime/território e, também, o registro da manifestação cultural intangível); o seu manejo à disseminação dos conhecimentos que lhes são pertinentes, em ambiente interno e externo ao museu, em qualquer circunstância pela qual passam as coleções agregando informação à sua existência museológica" (Diana Farjalla Lima, 2008, p. 8).</p>

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação	Roslyn Russel & Kylie Winkworth	Austrália	2009	<i>Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections</i> . Austrália: Collections Council of Australia Ltd.	<p>“The process of record keeping for each item in a collection. Documentation includes registration, cataloguing and research notes” (Roslyn Russell & Kylie Winkworth, 2009, p. 62).</p> <p>Livre tradução: “O processo de registro de cada item de uma coleção. A documentação inclui registro, catalogação e pesquisa” (Roslyn Russell e Kylie Winkworth, 2009, p. 62).</p>
Documentação museológica	Sílvia Nathaly Yassuda	Brasil	2009	Yassuda, S. N. (2009). <i>Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista</i> .	<p>"A documentação museológica representa um dos aspectos da gestão dos museus destinada ao tratamento da informação em todos os âmbitos, desde a entrada do objeto no museu até a exposição. Neste processo estão envolvidas tarefas direcionadas à coleta, armazenamento, tratamento, organização, disseminação e recuperação da informação. Considerando os documentos como registros da atividade humana, a documentação serve como instrumento de comunicação e preservação da informação no âmbito da memória social e da pesquisa científica" (Sílvia Yassuda, 2009, p. 22).</p>
Documentação museológica	Marilúcia Bottallo	Brasil	2010	Bottallo, M. (2010). Diretrizes em documentação museológica. In Governo do estado de São Paulo & Associação Cultura de Amigos do Museu Casa de Portinari. (2010). <i>Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: diretrizes</i> . São Paulo, Brasil: Autor.	<p>“A documentação museológica tem como particularidade reconhecer os acervos museológicos, independentemente de sua natureza, como suportes de informação. Está focada na busca, reunião, organização, preservação e disponibilização de todas as informações, sobre quaisquer suportes, que digam respeito a esses mesmos acervos” (Marilúcia Bottallo, 2010, p. 51).</p>

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação museológica	Juliana Monteiro	Brasil	2010	Monteiro, J. (2010). Diretrizes Teórico- Metodológicas do Projeto. In Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari. <i>Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: diretrizes</i> (pp. 30-46). Brasil: Autor.	"A documentação museológica é a área da Museologia que, por meio de um conjunto de pressupostos teóricos e procedimentos técnicos, visa à identificação, organização e contextualização das informações relativas aos objetos museológicos, de acordo com as suas especificidades" (Juliana Monteiro, 2010, p. 30).
Documentação do acervo e Documentação feita do acervo	Johanna Wilhelmina Smit	Brasil	2010	Smit, J.W. (2010). A interoperabilidade semântica entre os diferentes sistemas de informação no museu. In Maringelli, I.C.A.S. & Bevilacqua, G.M.F. (Coord.). (2011). <i>I Seminário Serviços de Informação em Museus</i> . São Paulo: Pinacoteca do Estado.	<p>“- a documentação do acervo, reunindo informação sobre a origem dos objetos, como estes chegaram ao museu, sua descrição (materiais, métodos, inscrições etc.), pesquisas feitas para sua contextualização, localização física, questões patrimoniais ou de direitos autorais, intervenções que se fizeram necessárias, ações de preservação etc. Potencial fonte de problemas se encontra na documentação relacionada ao acervo mas que, inicialmente, se reveste de um caráter mais 'administrativo' [...] O conjunto de documentos gerados e percebidos inicialmente em sua condição 'administrativa' deve ser, num segundo momento, uma vez os trâmites administrativos realizados e auditados, encaminhado à documentação do acervo [...]</p> <p>- a documentação do uso feito do acervo - a montagem de uma exposição, o empréstimo de uma obra pertencente a outro museu, a pesquisa sobre determinado artista para selecionar as obras mais representativas para determinada exposição, etc. geram documentos, igualmente associados às atividades finalísticas do museu, mas que não devem ser confundidas com a documentação do próprio acervo. A documentação gerada pelo uso do acervo pode ser subdividida em dois conjuntos documentais com características próprias: proponho diferenciá-los pelos termos “processo” e “produto” (...)” (Johanna Smit, 2010, p. 36-37).</p>

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação de coleções	AFRICOM & CIDOC	?	2010	AFRICOM & ICOM. (2010). Introdução. <i>Cadernos de Sociomuseologia</i> , 36(36). Acedido Maio 01, 2019, em http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1137 .	“O que é documentação de coleções? Os museus documentam as suas coleções com o fim de administrar, conservar e explorar as possibilidades destas. Trata-se, portanto, de criar conjuntos de fichas (manuscritas ou informatizadas) de documentação dos objetos” (AFRICOM & ICOM, 2010, p. 13).
Documentação	Andrés Gutiérrez Usillos	Espanha	2010	Usillos, A.G. (2010). <i>Museología y documentación. Criterios para la definición de un proyecto de documentación en museos</i> . Gijón, Espanha: Ediciones Trea.	“Así pues, la documentación en el museo comprende las funciones de registro, inventario, control de los movimientos de los objetos y catalogación (documentación científica) de los bienes (Alonso, 1999a: 159). En realidad, la documentación constituye la primera fase de un proceso, que incluye además la recogida y análisis de los documentos y el procesamiento de su información y aún una tercera fase consistente en el proceso de transmisión o difusión de la información (Rodríguez, 2002:23). A todo ello, hay que añadir la gestión del conocimiento” (Andrés Usillos, 2010, p. 129). Livre tradução: “Assim, a documentação no museu inclui as funções de registro, inventário, controle de movimentação de objetos e catalogação (documentação científica) dos bens (Alonso, 1999a: 159). Na verdade, a documentação constitui a primeira fase de um processo, que inclui também a coleta e análise de documentos e o processamento de suas informações e até uma terceira fase, que consiste no processo de transmissão ou disseminação de informações (Rodríguez, 2002: 23). Para tudo isso, devemos acrescentar a gestão do conhecimento” (Andrés Usillos, 2010, p. 129).

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Sistema de documentação de museu	Anne Ambourouè Avaro, Gaël de Guichen & Alain Godonou	França (?)	2010	Avaro, A.A., Guichen, G.D. & Godonou, A. (2010). <i>Documentation of museum collections. Why? How? Practical Guide</i> . [S.l.]: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO); International Centre for the Study of the Preservation and Restoration for Cultural Property [ICCROM]; École du Patrimoine Africain [EPA].	"A museum's documentation system is a set of elements (Accession number, Accession register, manual or computerized files, etc.) that are related to each other and to the museum environment and which are organized in order to manage the objects in the museum's collection" (Anne Avaro, Gaël de Guichen & Alain Godonou, 2010, p. 2). Livre tradução: "O sistema de documentação de museu é um conjunto de elementos (número de registro, registro, documentos manuais ou computadorizados, etc.) relacionados entre si e com o ambiente do museu, e organizados para gerenciar os objetos na coleção do museu" (Anne Avaro, Gaël de Guichen e Alain Godonou, 2010, p. 2).
Documentação museológica	Maria João Mogarro, Fernanda Gonçalves, Jorge Casimiro e Inês Oliveira	Portugal	2010	Mogarro, M.J., Gonçalves, F., Casimiro, J. & Oliveira, I. (2010). Inventário e Digitalização do Património Museológico da Educação – Um Projecto de Preservação e Valorização do Património Educativo. <i>História da Educação</i> , 14(30), 153-179.	"A documentação museológica é composta pelos seguintes itens: a «aquisição» dos bens, isto é, o modo de ingresso do objecto que pode ser uma aquisição, uma doação, um empréstimo ou permuta; elaboração de um «livro de registo ou de inventário», onde se procede à entrada dos objectos e sua identificação; realização da «pesquisa» com o objectivo de recolher e organizar toda a informação possível sobre as peças; a constituição de «fichas de inventário» individuais sobre cada objecto" (Maria João Mogarro, Fernanda Gonçalves, Jorge Casimiro & Inês Oliveira, 2010, p. 166).

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação	Angela Cardoso Guedes	Brasil	2010	Guedes, A.C. (2010). <i>Museus, documentação e transmissão cultural</i> . In Magalhães, A.; Bezerra, R. & Benchetrit, S. (2010). <i>Museus e Comunicação: exposições como objeto de estudo</i> . Rio de Janeiro, Brasil: Museu Histórico Nacional.	“É a documentação, o registro cuidadoso e criterioso de todas as informações acerca da peça incorporada que possibilitará a um objeto preservado na asséptica prateleira da reserva técnica ter voz numa exposição e ser efetivamente um elo no processo de transmissão cultural” (Angela Guedes, 2010, p. 210).
Documentação museal	André Desvallées & François Mairesse	França	2011	Desvallées, A. & Mairesse, F. (Dir.) (2011). <i>Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie</i> . Paris, França: Armand Colin.	<p>“En tant que résultat, la documentation [muséale] désigne l’information de toute nature, matérielle et immatérielle, écrite, visuelle, sonore ou autre, qui permet de conserver la mémoire du contexte dans laquelle se trouvait un objet de musée avant extraction de ce contexte, et qui l’accompagne donc lors de son transfert au musée [la documentation est répertoriée et organisée dans le catalogue]” (André Desvallées & François Mairesse, 2011, p. 589-590).</p> <p>Livre tradução : A documentação [museal] designa a informação de qualquer natureza, material e imaterial, escrita, visual, sonora ou outra, que permite conservar a memória do contexto do qual um objeto de museu foi extraído, e que o acompanha, portanto, quando de sua transferência para o museu [a documentação é repertoriada e organizada em catálogo].</p>

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação	CIDOC	França	2012	Conselho Internacional de Museus [ICOM]. Comitê Internacional de Documentação [CIDOC]. (2014). <i>Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos: categorias de informação do CIDOC</i> . São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo.	"Registros que documentam a criação, a história, a aquisição feita pelo museu e a história subsequente de todos os objetos do acervo. Esses registros incluem documentos de origem e procedência, documentos de aquisição, relatórios de conservação, fichas de catalogação, imagens e pesquisas criados tanto pela instituição detentora do objeto, como por proprietários anteriores, pesquisadores independentes etc. O termo também se aplica ao processo de coleta dessas informações" (CIDOC, 2014, p. 42). França: publicação original de 2012. Brasil: Tradução realizada em 2014.
Documentação	Nicholas Poole	Reino Unido	2013	Poole, N. (2013). <i>Museum Documentation Today and Tomorrow</i> . Apresentação no #museumKurs2013, Trondheim. Acedido Abril 25, 2019, em https://www.slideshare.net/nickpoole/museum-documentation-today-and-tomorrow .	"Documentation is the process by which we record a set of assertions about a given thing in our collections" (Nicholas Poole, 2013). Livre tradução: "Documentação é o processo pelo qual se registra um conjunto de afirmativas sobre um determinado bem em nossas coleções" (Nicholas Poole, 2013).

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Conceito	Autora/ Autor	País de origem	Data	Publicado em:	Texto
Documentação museológica	Mariana Estellita Lins Silva	Brasil	2014	Silva, M. E. L. (2014). A Documentação Museológica e os Novos Paradigmas da Arte Contemporânea. <i>Museologia e Interdisciplinariedade</i> , 3(5), 185-192	"A documentação museológica se estrutura a partir do conceito de documento. Ao contrário de Jesse Shera e Louis Shores que restringem esta noção aos registros gráficos e textuais produzidos intencionalmente com tal finalidade, utilizaremos a definição de Paul Otlet (Smit, 2008), que considera que um objeto também pode ser um documento, na medida em que é deslocado de sua função ordinária e é colocado em uma coleção museológica por ser considerado um testemunho de um tempo e lugar. Desta forma, mesmo que não tenha sido produzido com este propósito, um objeto pode desempenhar a função de documento" (Mariana Silva, 2014, p. 186).

APÊNDICE 2 - Levantamento da produção relacionada à documentação museal no periódico *Cadernos de Sociomuseologia*

Siglas utilizadas no campo TIPO	
A	Artigo
CS	<i>Case Studies Summaries</i>
Do	Documentação
DR	Documento Referencial
Ed	Editorial
Ent	Entrevista
FT	Ficha Técnica
IA	Introdução, apresentação, posfácio, abstract (com exceção de monografias, teses e dissertações)
Ma	Manual
Mo	Monografia (completa)
N	Notas, fontes, referências bibliográficas, apêndices, anexos e tabelas de ilustrações (com exceção de monografias, teses e dissertações)
R	Recensão
TD	Tese e dissertação (texto integral)
TDr	Tese e dissertação (resumo)
Cores/símbolos utilizados	
	Textos analisados no Capítulo 2, subcapítulo 2.2.3 Análise dos textos sobre documentação museal e inventário
–	Impossibilidade de pesquisa ou texto anteriormente analisado

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
1993 V. 1 N. 1	Apresentação / Museologia Social e Sociomuseologia	Ed	Fernando Santos Neves	0	0		
	Sobre o Conceito de Museologia Social	A	Mário Canova Moutinho	0	0		
	Novas Estruturas / Novos Museus	A	Agostinho Ribeiro	0	0		
	Novos Museus Novos Perfis Profissionais	A	Maria Madalena Cordovil	0	1	INVENT: inventariação (1): relacionada à museografia popular.	
	O Primado do Discurso sobre o Efeito Decorativo	A	Luís Menezes	0	0		
	Conservador e Museólogo: abordagem de conceitos - Texto 1	A	José Manuel Brandão	0	0		
	Conservador e Museólogo: abordagem de conceitos - Texto 2	A	Ana Maria Lousada	0	2	INVENT: inventariar (1); inventariação (1): relacionada à atividade do conservador.	Artigo 1 Classificado em: formação profissional
	Museologia e Comunicação - Texto 1	A	Francisco Clode Souza	0	0		
	Museologia e Comunicação - Texto 2	A	Teresa Azeredo Pais	0	2	INVENT: inventário científico do patrimônio (1): <i>inventer</i> (1): sem relação com o contexto, pois trata-se do uso do verbo inventar em francês.	
	A Evolução de Conceitos Entre as Declarações de Santiago e de Caracas - Texto 1	A	Luís Menezes	0	0		
	A Evolução de Conceitos Entre as Declarações de Santiago e de Caracas - Texto 2	A	Francisco Pedroso de Lima	0	1	INVENT: inventário como instrumento de gestão do patrimônio (1).	
	A Evolução de Conceitos Entre as Declarações de Santiago e de Caracas - Texto 3	A	João Paulo Medeiros Constança	0	1	INVENT: inventário como instrumento de gestão (1).	
	A Evolução de Conceitos Entre as Declarações de Santiago e de Caracas - Texto 4	A	Otilia Morgado F. Jorge	0	0		
	International Summer School of Museology (ICOM/UNESCO)	A	José Manuel Brandão	4	1	DOCUMENTA: documentação (4) - no sentido pesquisado nesta tese.	Artigo 2 Classificado em: formação profissional
Estágio de Museologia no Centre International en Formation Écomuseale, Quebeque: o balanço de quatro estagiárias	A	Ana Maria Lousada, Maria Leonor Carvalho, Otilia Jorge, Leonor Tavares	1	0	DOCUMENTA: documentação - trata da documentação para realização de trabalho apresentado pelas(os) estudantes.		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
1994 V.2 N.2	Apresentação / Sem Sonho não há Museologia	Ed	Mario de Souza Chagas	0	0		
	O Campo de Atuação da Museologia	A	Mario de Souza Chagas	0	2	INVENT: no sentido de rol (2).	
	Em Busca do Documento Perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação	A	Mario de Souza Chagas	14	0	No sentido pesquisado nesta tese.	Artigo 3 Classificado em: documento/objeto
	No Museu com a Turma do Charlie Brown	A	Mario de Souza Chagas	1	0	DOCUMENTA: documentação (1): política de documentação museológica.	Artigo 4 Classificado em: documento/objeto
	Millôr Fernandes e a Nova Museologia	A	Mario de Souza Chagas	4	1	DOCUMENTA: verbo documentar (2) e documentação (2). No sentido pesquisado nesta tese; INVENT: inventado (1).	Artigo 5 Classificado em: documentação museal ativa
	O Verão, o Museu e o Rock	A	Mario de Souza Chagas	0	0		
	Nem Batman, Nem Coringa: o caminho do meio nos museus	A	Mario de Souza Chagas	0	0		
	A Formação Profissional do Museólogo: 7 imagens e 7 perigos	A	Mario de Souza Chagas	0	0		
1994 V.3 N.3	Apresentação / Quero um Museu de Grandes Novidades	Ed	Rosana Nascimento	0	0		
	O Objeto Museal como Objeto de Conhecimento	A	Rosana Nascimento	7	0	DOCUMENTA: documentalidade (5); documental (1); documentar (1).	Artigo 6 Classificado em: documento/objeto
	Documentação Museológica e Comunicação	A	Rosana Nascimento	38	1	DOCUMENTA: documentação (27); documental (8); documentar (1); INVENT: reinventá-lo (1).	Artigo 7 Classificado em: documentação museal ativa
	A Escola e o Museu no Brasil: uma história de confirmação dos interesses da classe dominante	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	0	0		
	A Preservação da Memória enquanto Instrumento de Cidadania	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	1	0	DOCUMENTA: documentar (1) o acervo produzido em terreiros de Candomblé.	
	Documentação Museológica, Educação e Cidadania	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	23	0	No sentido pesquisado nesta tese.	Artigo 8 Classificado em: documentação museal ativa
	Trabalho sobre o Tema "Criatividade"	A	Helder Luiz Bello de Mello	0	0		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
1994 V.4 N.4	Apresentação / A Construção do Objecto Museológico/ The Construction of the Museological Object	Ed	Mário Canova Moutinho	0	0		
	A Construção do Objecto Museológico	A	Mário Canova Moutinho	4	1	DOCUMENTA: documental (4); Documenta V - nome do catálogo da Exposição (1); INVENT: inventiva (1).	Artigo 9 Classificado em: documento/objeto
	The Construction of the Museological Object	A	Mário Canova Moutinho	3	2	DOCUMENTA: <i>documentary</i> (1); <i>documentation</i> (1); Exposição Documenta V (1); INVENT: <i>inventive</i> (1); <i>invention</i> (1).	Tradução do texto acima arrolado.
	Ficha Técnica da Exposição A Construção do Objecto Museológico/ The Construction of the Museological Object	FT	Mário Canova Moutinho	0	0		
	Notas / Notes	N	Mário Canova Moutinho	1	0	DOCUMENTA: designação da Exposição Documenta V.	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
1996 V.5 N.5	Apresentação / Respostas de Hugues de Varine às perguntas de Mario Chagas / Réponses de Hugues de Varine aux Questions de Mario Chagas	Ent	Mario Chagas	0	0		No site está classificado como Editorial.
	Declaração de Lisboa. Resoluções da Comissão Internacional de Formação de Pessoal de Museus (ICTOP), Lisboa, Portugal - 3 a 8 de outubro de 1994, Tradução de Miguel Lara	DR		0	0		No site a autoria é atribuída a Mario Chagas.
	Parques Naturais e Património: os ecomuseus como instrumentos de desenvolvimento cultural	A	Conceição Moreira	0	0		
	Uma Abordagem Museológica do Contexto Urbano	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	4	2	DOCUMENTA: documentar (1); documentam (1); documentação (1); documental (1); INVENT: inventário (1) e inventariar (1).	Artigo 10 Classificado em: objeto/documento
	Ação Cultural e Educação em Museus	A	José M. Brandão	0	0		
	A Comunicação na Escola e no Museu	A	Luís Oliveira Henrique	6	2	DOCUMENTA: documentação (2). Nas referências bibliográficas constam os termos: <i>documentaire</i> (1); <i>documentation</i> (2); <i>documentaires</i> (1); INVENT: Inventário (2).	Apesar da citação à documentação e ao inventário, os termos são aplicados no contexto comunicacional. Historiciza o uso do computador nos museus, item no qual ocorre a presença dos termos.
	Mudanças Sociais/ Mudanças Museais, Nova Museologia / Nova História - Que relação?	A	Maria Mota Almeida	2	2	DOCUMENTA: documentam (1); documental (1); INVENT: inventariar (1); reinventá-lo (1).	Não se relaciona com a documentação.
	Relatório dum Estágio em Museus de Arte no Brasil	A	Maria da Conceição Alves Freitas	4	0	DOCUMENTA: documental (1) e documentação (3). Como se trata de um relatório de estágio, o texto narra a experiência da autora, sem aprofundamento das questões abordadas.	
	Carta de Campinas	DR	I ELBRIT	1	0	DOCUMENTA: documentação (1) - referente a centros de documentação.	No site a autoria é atribuída a Mario Chagas
Acordo Internacional sobre o Valor das Coleções de Ciências Naturais	DR	José M. Brandão	1	0	DOCUMENTA: documentadas (1) - as coleções devem ser cuidadas e documentadas.	Mantivemos a autoria, pois o DR possui uma apresentação do autor.	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
1996 V.6 N.6	Training for the Universal Museum	Ed	Martin Segger	0	0		
	Opening Words / Palavras de Abertura	Ed	Mário Canova Moutinho	0	0		
	Declaração de Lisboa. Resoluções da Comissão Internacional de Formação de Pessoal (ICTOP)	DR		0	0		No site a autoria é atribuída a Martin Segger
	A New Concept for Museum Training in Germany	A	Angelika Ruge	3	0	DOCUMENTA: <i>documentation</i> (2) e documentaristas (1). Citação sem aprofundamento.	
	Working in Partnership with the Museum Training Institute Providing in Service Training for Museum Personnel	A	Margaret Greeves	0	0		
	Museum Training to Develop the Social Awareness of Cultural Identity in a Time of Universalization	A	Ivo Maroevic	2	0	DOCUMENTA: <i>documentation</i> (2). Citação sem aprofundamento.	No site consta Ivo Maroevic.
	Guidelines for Strategic National Planning of Training and Education for Museums, Cultural Heritage and Related Fields in Sweden and in International Co-Operation	A	Jan Rosvall	0	1	INVENT: <i>inventory</i> (1).	
	Universal Museum - Universal Language? Art Historian – Curator	A	Pnina Rosenberg	0	1	INVENT: conjugação do verbo inventar (1).	
	Museum Training Institute - Its Current Status	A	Chris Newbery	1	2	DOCUMENTA: documentação (1) - citação a um plano de estudos (currículo); INVENT: inventariação (1) - termo utilizado na mesma frase onde está veiculado o termo documentação; <i>réinventer</i> (1).	
	Integrated Educational Opportunities In the Universal Museum: Five Ways Forward	A	Hazel Moffat	0	0		
Pour une Formation Muséologique Contextualisée à Réinventer en Permanence	A	Pierre Mayrand	0	1	INVENT: <i>réinventer</i> (1).		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
1996 V.7 N.7	Introdução	IA	Maria Célia Teixeira Moura Santos	0	0		
	Políticas Culturais e Museus no Brasil: tentando desvelar e entender para estabelecer um novo ponto de partida	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	2	3	DOCUMENTA: documentadas (1); documentação (1); INVENT: inventadas (2); inventam (1).	
	A Construção do Conhecimento na Museologia: reconstruindo um percurso histórico e demarcando posições	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	3	3	DOCUMENTA: documentação (3) - citação a área como parte integrante da Museologia. Sem aprofundamento; INVENT: inventário (2); inventariar (2).	Artigo 11 Classificado em: documento/objeto
	Construindo um Processo Metodológico	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	5	0	DOCUMENTA: documental (2); documentação (3). Explica a classificação do acervo na proposta de um museu didático comunitário no bairro de Itapuã (Salvador - Bahia - Brasil). Acervo institucional & acervo operacional. No sentido pesquisado nesta tese.	Artigo 12 Classificado em: documento/objeto
	Do Caminho Pensado e Proposto aos Caminhos Percorridos: processos de ação e reflexão	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	57	0	No sentido pesquisado nesta tese.	Artigo 13 Classificado em: estudos de caso
	Processo Museológico e Educação: contribuições e perspectivas	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	11	0	No sentido pesquisado nesta tese.	Artigo 14 Classificado em: estudos de caso
	Bibliografia Consultada	N	Maria Célia Teixeira Moura Santos	3	0		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
1996 V.8 N.8	Apresentação / Actas V Encontro Nacional Museologia e Autarquias - Museu da Cidade.	Ed	Paulo Pereira	0	0		
	O Museu e a Cidade: convergências e desencontros	A	Ana Cristina Guimarães Dias	0	1	INVENT: inventariar (1).	
	Para uma Museografia com Objectos Descartáveis	A	Alfredo Ramos Anciães	1	0	DOCUMENTA: documentação (1).	
	Museu Municipal de Vila Franca de Xira - modelos, percursos e interrogações	A	Clara Camacho	1	7	DOCUMENTA: documental (1); INVENT: inventário (7) - cita os inventários realizados pelo Museu sem, no entanto, aprofundar o assunto.	
	S. João de Alporão: realidade e transformação de um museu	A	Jorge Custódio	1	3	DOCUMENTA: documental (1); INVENT: inventário (1) - referência bibliográfica; inventariação (2) - cita os inventários realizados pelo Museu sem, no entanto, aprofundar o assunto.	
	Ecomuseu no Seixal - construindo um modelo museológico	A	Maria da Graça da Silveira Filipe	1	1	DOCUMENTA: documentação (1); INVENT: inventariação (1).	
	A História Regional e Local - contributos para o estudo das identidades locais	A	Graça Maria Soares Nunes	0	1	INVENT: inventário (1).	
	Os Serviços Educativos e as Actividades de Extensão Cultural nos Museus. O caso dos museus municipais de Setúbal	A	Ana Duarte, Isabel Victor	3	1	DOCUMENTA: documentação - centros de documentação (2); documentação (1); INVENT: documentos inventariados (1).	
	A Baleação e a Identidade Cultural numa Ilha: o projecto de recuperação da fábrica baleeira do Boqueirão - um modelo museológico inserido em realidades locais	A	João António Gomes Vieira	1	0	DOCUMENTA: documentação fotográfica (1).	
	Proposta para a Criação de um "Museu da Pedra" na Região de Montelavar-Pero Pinheiro (Concelho de Sintra)	A	José Manuel Brandão	3	0	DOCUMENTA: documentar (3) - descrita como ação necessária no museu. Não há aprofundamento do assunto.	
	Coleções Egípcias em Lisboa	A	Luís Manuel de Araújo	0	2	INVENT: inventariar (2) - citação aos bens culturais inventariados.	
	Integração Museológica de Estruturas Arqueológicas no Largo da Sé em Lisboa	A	Lídia Fernandes	0	0		
	Reflexão Museológica - o torreão do Palácio Condes de Castro Guimarães	A	Maria José R. de Sousa	0	0		
Uma Casa Museu em Território de Ecomuseu - Fernando Namora em Condeixa	A	Miguel Pessoa, Fernanda Nujo, Lino Rodrigo	0	1	INVENT: inventariação (1).		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
1996 V.9 N.9	Introdução/Equacionar os Desafios da Prática Museológica	Ed	Cristina Bruno	0	0		
	Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar	A	Cristina Bruno	9	1	DOCUMENTA: documental (1); documentalidade (3); documentação (5) - empregada na descrição das ações museais. Sem aprofundamento sobre a temática; INVENT = inventário (1). Citado em conjunto com a documentação.	
	Os Processos Museais e as Questões Metodológicas: o museu da cidade de Piraju como estudo de caso	A	Cristina Bruno	3	3	DOCUMENTA: documentados (1); <i>documentation</i> (1) - referência bibliográfica em francês; documentação (1) - citação sobre estudo realizado na documentação; INVENT: inventário (2), inventariar (1) - citação à necessidade de realizar a atividade. Sem aprofundamento da temática.	
	Formas de Humanidade: concepção e desafios da musealização	A	Cristina Bruno	3	0	DOCUMENTA: documentalidade (1); documentação (2). Citação sem aprofundamento da temática.	
	Impressões de viagem: um olhar sobre a museologia portuguesa	A	Cristina Bruno	2	0	DOCUMENTA: documentado (1); documentação (1). Citação, sem aprofundamento da temática.	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
1997 V.10 N.10	Introdução / Questões Teórico-Metodológicas da Museologia	Ed	Cristina Bruno	0	0		
	Museologia e Museus: como implantar as novas tendências	A	Cristina Bruno	3	0	DOCUMENTA: documentais (1); documentação (2) - 1 ocorrência se refere a um centro de documentação, e a outra é relativa à citação da documentação, sem aprofundamento da temática.	
	Teoria Museológica: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional	A	Cristina Bruno	3	0	DOCUMENTA: documentação (3) - citação sem aprofundamento da temática.	
	Funções do Museu em Debate: preservação	A	Cristina Bruno	2	0	DOCUMENTA: documentação (2). Citação a ação, sem aprofundamento da temática.	
	Museus Hoje para o Amanhã	A	Cristina Bruno	1	0	DOCUMENTA: documentação (1). Citação a ação, sem aprofundamento da temática.	
	Museus de Empresa: princípios, problemas e perspectivas	A	Cristina Bruno	2	0	DOCUMENTA: documentação (2). Citação a ação, sem aprofundamento da temática.	
	A Indissolubilidade da Pesquisa, Ensino e Extensão nos Museus Universitários	A	Cristina Bruno	2	0	DOCUMENTA: documentar (1); documentação (1).	
	Propostas, Projetos, Modelos: os caminhos para a experimentação museológica	A	Cristina Bruno	11	2	DOCUMENTA: documentar (1); documentalista (2); documentam (1); <i>documentation</i> (1); documentação (6); INVENT: <i>inventoriés</i> (1); <i>invention</i> (1). Apesar do alto número de citações ao termo documentação, não há aprofundamento da temática.	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
1998 V.11 N.11	Introdução	TD	Rosana Nascimento	5	0	DOCUMENTA: documental (4); documentação (1).	Artigo 15 Classificado em: documentação museal ativa
	A Instituição Museu: a historicidade de sua dimensão pedagógica a partir de uma visão crítica da instituição		Rosana Nascimento	2	0	DOCUMENTA: documentar (1); documentação (1) - citação sem aprofundamento da temática.	
	Conclusões e Considerações Finais; Bibliografia Geral; Anexos		Rosana Nascimento	10	11	DOCUMENTA: documental (2); <i>documentation</i> (1); documentação (7); INVENT: inventário (11).	Artigo 16 Classificado em: documentação museal ativa
	O Objeto Museal como Objeto de Conhecimento		Rosana Nascimento	8	0	DOCUMENTA: documentalidade (5); documentar (1); documental (2).	O texto foi publicado no volume 3 dos Cadernos de Sociomuseologia
	A Pesquisa sob o Objeto Museal: lavabo, porcelana chinesa, tipo exportação, século XVIII		Rosana Nascimento	1	0	DOCUMENTA: documental (1).	
	A Questão Teórico- Metodológica e suas Implicações na Documentação Museológica, como Suporte para uma Concepção Educativa de Museu		Rosana Nascimento	44	1	No sentido pesquisado nesta tese.	Artigo 17 Classificado em: documentação museal ativa
1998 V.12 N.12	Apresentação; Introdução	Mo	Manuelina Maria Duarte Cândido	5	0	DOCUMENTA: documental (4); documentação (1) - citação sem aprofundamento da temática.	
	Considerações Finais; Referências Bibliográficas; Anexos		Manuelina Maria Duarte Cândido	5	0	DOCUMENTA: documentação (5) - 4 referências, sem aprofundamento da temática, e 1 frequência nas referências bibliográficas.	
	Capítulo 1 - Museus: busca de adequação à realidade por que os museus?; trajetória dos museus e urgência de transformação; o discurso da neutralidade; objeto significativo; conceitos de museologia; o trabalho nos museus - atividades básicas		Manuelina Maria Duarte Cândido	10	1	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar (3); documentação (7). No sentido pesquisado nesta tese; INVENT: inventário (1).	Artigo 18 Classificado em: documento/objeto
	Capítulo 2 - Estudo de Caso: a coleção de imaginária do Museu Diocesano Dom José; O Museu Dom José; A documentação do acervo do MDJ; leitura de imagens: o que podemos inferir a partir da análise de conjunto da coleção		Manuelina Maria Duarte Cândido	19	1	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar (2); documentação (16) - no sentido pesquisado nesta tese; INVENT: inventário (1).	Artigo 19 Classificado em: estudos de caso

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
1999 V.13 N.13	Introdução / Vulcão ou Pororoca: tanto faz!	TD	Mario Chagas	0	0		
	1ª Parte – Vulcão		Mario Chagas	1	3	DOCUMENTA: análise documental (1); INVENT: conjugação do verbo inventar (3).	
	2ª Parte – Pororoca		Mario Chagas	9	3	DOCUMENTA: documentais (1); documentários (1); documentalmente (1); documentar (1); <i>documentatiön</i> (1) - todos os termos empregados são relativos à pesquisa sobre Mário de Andrade; documentação - nome de um departa- mento (1); ação realizada pelo museu (1); referências bibliográficas (2).	
	Resumo / abstract		Mario Chagas	0	0		
1999 V.14 N.14	Apresentação da Base de Dados Infomusa	Ma	Mário Canova Moutinho	5	7	DOCUMENTA: documentação (5) - no sentido pesquisado nesta tese; INVENT: inventário (1); inventariado (1); inventariação (5).	Artigo 20 Classificado em: digital e virtual
	A Documentação Museológica num Museu Local: algumas considerações.		Judite Primo, Daniella Rebouças	36	7	DOCUMENTA: documental ou documentais (14); documentação (22) - no sentido pesquisado nesta tese.	Artigo 21 Classificado em: digital e virtual
	Manual do Utilizador		Diogo Mateus	0	1	INVENT: inventário (1). No sentido pesquisado nesta tese.	Artigo 22 Classificado em: digital e virtual

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/ Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
1999 V.15 N.15	Apresentação / Museologia e Património: documentos fundamentais	Ed	Judite Primo	2	0	DOCUMENTA: documentação - Centro de Documentação (1); ação (1).	
	Estatutos do ICOMOS	DR	UNESCO – ICOMOS	2	0	DOCUMENTA: documentação - Centro de Documentação (2).	
	Estatutos do ICOM	DR	ICOM	3	0	DOCUMENTA: documentação - Centro de Documentação (1); ação (1); documentação pessoal (1).	
	Carta de Atenas	DR		1	1	DOCUMENTA: documentação (1); INVENT: inventário dos monumentos.	
	Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - 9ª sessão - Unesco - Nova Delhi, 1956	DR	UNESCO	6	0	DOCUMENTA: documentação (6) - documentação arqueológica, documentação de pesquisas realizadas, incluindo o território ocupado. Sem aprofundamento da temática.	
	Carta de Veneza 1964 - Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios	DR		1	0	DOCUMENTA: documentação - ligada à restauração. Citação, sem aprofundamento.	
	Mesa Redonda de Santiago do Chile - ICOM, 1972	DR	ICOM	0	0		
	Convenção do Património Mundial, a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, UNESCO - Paris, 1972	DR	UNESCO	2	3	DOCUMENTA: documentação (2) - testemunho escrito; prova; INVENT: inventários (3) que deverão ser realizados pelos Estados.	
	Carta do Restauro, 1972, Ministério de Instrução Pública, Governo da Itália, Circular nº 117 de 6 de abril de 1972	DR	Governo da Itália	8	1	DOCUMENTA: documentar (1), documentadas (3), documentação (4) - relativa à documentação da restauração.	
	Carta de Turismo Cultural - ICOMOS 1976	DR	ICOMOS, 1976	0	0		
	Carta de Nairóbi, 1976 - UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 19ª Sessão - Nairóbi, 1976	DR	UNESCO	2	1	DOCUMENTA = documentadas (1), centro de documentação (1); INVENT: inventário (1).	
	O Apelo de Granada, a Arquitectura Rural no Ordenamento do Território, Conselho da Europa, 1976	DR	Conselho da Europa	0	1	INVENT: inventário (1).	
	Carta de Florença, Carta dos Jardins Históricos - ICOMOS, 1981	DR	ICOMOS, 1981	1	2	DOCUMENTA: documentação (1) - testemunho escrito; prova; INVENT: inventariar (10); inventariadas (1).	
	Declaração de Quebec, Princípios de Base de uma Nova Museologia, 1984	DR		0	0		
	Carta de Washington, Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas - ICOMOS, 1987	DR	ICOMOS, 1987	1	0	DOCUMENTA: documentado (1).	
	Carta de Lausanne, Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico, 1990	DR	ICOMOS, 1990	2	9	DOCUMENTA: documentação arqueológica (2); INVENT: inventários arqueológicos (9).	
	Declaração de Caracas - ICOM, 1992	DR	ICOM, 1992	2	3	DOCUMENTA: documentar (2); INVENT: inventários (3).	
	Declaração de Lisboa, Resoluções da Comissão Internacional de Formação de Pessoal de Museus - ICTOP, 1994	DR	ICTOP 1994	0	0		
	Assembleia da República, Lei nº 13/85, de 6 de julho, Património Cultural Português	DR	Assembleia da República Portuguesa	0	3	INVENT: inventários (3) - recomendação de realização de inventários para o património cultural.	
Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo, COFEM - Brasil.	DR	COFEM, Brasil	0	0			
Constituição Portuguesa: acerca do património cultural	DR	Constituição Portuguesa	0	0			

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
1999 V.16 N.16	Pensar Contemporaneamente a Museologia	A	Judite Primo	4	0	DOCUMENTA: documentais (1); documentação (3) - a autora cita a área no rol das funções do museu, sem aprofundar a temática.	
	Museus: a preservação enquanto instrumento de memória	A	Daniella Rebouças Silva	2	0	DOCUMENTA: documentalidade (1); referência bibliográfica (1).	
	As Formas de Ver as Formas: uma tentativa de compreender a linguagem expositiva dos museus	A	Daniella Rebouças Silva	2	1	DOCUMENTA: valor documental (1); documentalidade (1). Apenas citação à temática, sem aprofundamento.	
	"O Sonho do Museólogo" a Exposição: desafio para uma nova linguagem museográfica	A	Judite Primo	0	0		
	Museus e Preservação Patrimonial, a Lagoa Escura da Memória - o Abaeté no imaginário dos moradores do bairro de Itapuã	A	Sidélia S. Teixeira	1	0	DOCUMENTA: documentação (1) - descrição dos setores que compõem o Museu.	
1999 V.17 N.17	Apresentação	TD	Cristina Bruno	2	0	DOCUMENTA: documentam (1); documental (1).	
	Introdução		Cristina Bruno	1	0	DOCUMENTA: documentação (1) - citação à obra de outra autora.	
	Primeiro Capítulo - a Musealização da Arqueologia		Cristina Bruno	14	4	DOCUMENTA: <i>documentation</i> (3); documentalidade (3); documentação (7) - sempre relacionada à ação de salvaguarda. Sem aprofundamento da temática. INVENT: <i>inventoriés</i> (1); inventário (3).	
	Segundo Capítulo - Projeto Paranapanema: uma amostra para a formulação de modelos de musealização		Cristina Bruno	17	5	DOCUMENTA: <i>documentation</i> (2); documentam (1); documentais (1); documentação (13); Citação à área, mas sem aprofundamento da temática. Igualmente citação a diferentes tipos de documentação: museográfica, fotográfica etc. INVENT: inventário (3); <i>invention</i> (1); inventariar (1).	Artigo 23 Classificado em: estudos de caso

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2002 V.18 N.18	Reflexões Museológicas: caminhos de vida	Ed	Maria Célia Teixeira Moura Santos	0	0		
	Entrevista ao Prof. Mario de Souza Chagas	Ent	Maria Célia Teixeira Moura Santos	5	2	DOCUMENTA: documentam (1); documental (1); documentação (3) - citação sem aprofundamento da temática.	
	Museu: centro de educação comunitária ou contribuição ao ensino formal?	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	14	0	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar (4); documental (5); documentação (5) - no sentido pesquisado nesta tese.	Artigo 24 Classificado em: documento/objeto
	Processo Museológico: critérios de exclusão	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	0	0		
	Reflexões sobre a Nova Museologia	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	4	2	DOCUMENTA: documental (2); documentação (2) - no sentido pesquisado nesta tese.	A parte do texto que trata da documentação está contida, em sua integralidade, no artigo <i>A Formação do Museólogo e o seu Campo de Atuação</i> .
	Estratégias Museais e Patrimoniais contribuindo para a Qualidade de Vida dos Cidadãos: diversas formas de musealização	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	6	0	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar (1); documental (3); documentação (2) - no sentido pesquisado nesta tese.	Artigo 25 Classificado em: documento/objeto.
	A Formação do Museólogo e seu Campo de Atuação	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	5	0	DOCUMENTA: documental (2); documentação (3) - no sentido pesquisado nesta tese.	Artigo 26 Classificado em: formação profissional
2002 V.19 N.19	Museu, Literatura e Emoção de Lidar	A	Mario Chagas	1	3	DOCUMENTA: documentar (1) - trecho da obra de Italo Calvino; INVENT: inventário (2); reinventar (1).	
	Memória e Poder: dois movimentos	A	Mario Chagas	0	1	INVENT: conjugação do verbo reinventar (1).	
	As Mega-Exposições no Brasil: democratização ou banalização da arte?	A	Myrian Sepúlveda dos Santos	2	0	DOCUMENTA: <i>documentation</i> (2) - referências bibliográficas.	
	Políticas da Memória na Criação dos Museus Brasileiros	A	Myrian Sepúlveda dos Santos	1	2	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar; INVENT: inventada (1); <i>invention</i> (1).	
	O Pesadelo da Amnésia Coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado	A	Myrian Sepúlveda dos Santos	0	1	INVENT: <i>invention</i> (1).	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2003 V.20 N.20	Apresentação	Mo	Manuelina Maria Duarte Cândido	0	0		
	Introdução		Manuelina Maria Duarte Cândido	0	2	INVENT: inventário (2) - citação, sem aprofundamento do tema.	
	Capítulo 1 - Vagues - A Antologia da Nova Museologia		Manuelina Maria Duarte Cândido	0	0		
	Considerações Finais; Referências Bibliográficas		Manuelina Maria Duarte Cândido	1	0	DOCUMENTA: documentação (1) - referência bibliográfica.	
	Capítulo 2 - O Brasil em Vagues; Seleção; Resenhas		Manuelina Maria Duarte Cândido	15	4	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar (2); documental/documentais (6); documentalidade (1); documentador (1); documentação (5) - citação, sem aprofundamento da temática.	
	Capítulo 3 - Novas Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro		Manuelina Maria Duarte Cândido	8	1	DOCUMENTA: documentalidade (4); documentação (4) - citação, sem aprofundamento da temática.	
	Resumo		Manuelina Maria Duarte Cândido	0	0		
2003 V.21 N.21	Apresentação	Mo	Kátia Regina Felipini Neves	0	0		
	Introdução		Kátia Regina Felipini Neves	0	0		
	Primeira Parte - Programas Museológicos		Kátia Regina Felipini Neves	10	0	DOCUMENTA: <i>document/documents</i> (2); documental (1); conjugação do verbo documentar (1); documentação (5) - citação, sem aprofundamento da temática.	
	Considerações Finais; Bibliografia; Anexos		Kátia Regina Felipini Neves	1	0	DOCUMENTA: documentação primária (1).	
	Segunda Parte - o Centro de Memória do Samba de São Paulo - estudo de caso		Kátia Regina Felipini Neves	12	0	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar (1); documental/documentais (1); documentalista (1); documentação (9) - descrição da ação no Museu.	Artigo 27 Classificado em: estudos de caso

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2004 V.22 N.22	Apresentação	Ed	Pierre Mayrand - Kerstedjan – Labella	0	0		
	Introduction	IA	Pierre Mayrand - Kerstedjan – Labella	0	0		
	Réflexions Liminaires	IA	Pierre Mayrand - Kerstedjan – Labella	0	0		
	Préface	IA	Pierre Mayrand - Kerstedjan – Labella	0	0		
	Première Partie	A	Pierre Mayrand - Kerstedjan – Labella	0	0		
	Troisième Partie	A	Pierre Mayrand - Kerstedjan – Labella	0	0		
	Deuxième Partie	A	Pierre Mayrand - Kerstedjan – Labella	0	0		
	Quatrième Partie	A	Pierre Mayrand - Kerstedjan – Labella	0	0		
	Cinquième Partie	A	Pierre Mayrand - Kerstedjan – Labella	0	0		
	Bibliographie Sélective	N	Pierre Mayrand - Kerstedjan – Labella	0	0		
	Documents	N	Pierre Mayrand - Kerstedjan – Labella	0	0		
	Notes - Table des Illustrations	N	Pierre Mayrand - Kerstedjan – Labella	0	0		
Postface	IA	Pierre Mayrand - Kerstedjan – Labella	0	0			

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2005 V.23 N.23	Apresentação	TD	Isabel Victor	0	0		
	Parte I - Considerações Gerais		Isabel Victor	1	4	DOCUMENTA: documentação (1) - citada no rol das atividades do museu; INVENT: inventam (1); reinventado (1); inventariada (1); inventário (1).	
	Parte II - Enquadramento Teórico da Qualidade		Isabel Victor	9	0	DOCUMENTA: documentais (4); documentação (5) - todos os termos são relacionados à documentação do sistema de qualidade.	
	Parte III - Enquadramento Teórico da Museologia		Isabel Victor	1	1	DOCUMENTA: documentada (1); INVENT: inventário (1).	
	Parte IV - Como é que os Museus Pensam a Si Próprios em Termos de Qualidade		Isabel Victor	2	2	DOCUMENTA: documentação (2); INVENT: inventário (2) - termos citados no rol das atividades do museu, sem aprofundamento da temática.	
	Parte V - Os Museus e a Qualidade		Isabel Victor	2	1	DOCUMENTA: documental (1); documentação (1); INVENT: conjugação do verbo reinventar (1).	
	Parte VI - Ferramentas e Práticas da Qualidade/ Aplicação em Museus		Isabel Victor	3	0	DOCUMENTA: documental (1); documentação (2).	
	Parte VII - A Reflexão sobre o Caso Prático / Uma Perspectiva Qualificada		Isabel Victor	0	0		
	Parte VIII - Considerações Finais		Isabel Victor	1	0	DOCUMENTA: documental (1).	
	Parte IX - Glossário de Termos Relacionados com Qualidade e Excelência		Isabel Victor	0	0		
Parte X - Bibliografia e Índice Remissivo	Isabel Victor	1	2	DOCUMENTA: documentar (1); INVENT: conjugação do verbo inventar em português e francês (2).			

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2003 V.24 N.24	Introdução	IA	Maria Paula Branco Marcelino dos Santos	0	0		
	Os Museus Escolares na Escola Secundárias Portuguesas - Situação Actual	A	Maria Paula Branco Marcelino dos Santos	1	19	DOCUMENTA: documentação (1) - centro de documentação; INVENT: inventário (4); conjugação do verbo inventariar (6); inventariação (9) - descrição do estado das coleções, sem, no entanto, realizar aprofundamento da temática.	
	Os Museus Escolares nas Escolas Secundárias Portuguesas - Situação Actual (continuação)	A	Maria Paula Branco Marcelino dos Santos	17	52	DOCUMENTA: documental/documentais (9); documentação (8) - citação a ação, e a centros e núcleos de documentação, sem aprofundamento da temática; INVENT: inventário (9); conjugação do verbo inventariar (13); inventariação (30) - descrição do estado das coleções, sem, no entanto, realizar aprofundamento da temática.	
	Conclusões	A	Maria Paula Branco Marcelino dos Santos	0	0		
	Referências Bibliográficas: fontes	N	Maria Paula Branco Marcelino dos Santos	0	0		
	Anexos	N	Maria Paula Branco Marcelino dos Santos	0	3	INVENT: inventário (2) e inventariação (2) - campos da ficha de pesquisa da autora.	
	Abstract; Resumo	IA	Maria Paula Branco Marcelino dos Santos	0	0		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2006 V.25 N.25	XIII Encontro Nacional Museologia e Autarquias - A Qualidade em Museus: avaliação, auto-avaliação, ferramentas, critérios e normas. 1. A Qualidade em Museus, Nos Museus em Mudança	Ed	Mário Canova Moutinho	1	0	DOCUMENTA: documentação (1) - citação, sem aprofundamento da temática.	
	Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados	A	Maria Cristina Oliveira Bruno	2	1	DOCUMENTA: documentação (2) - citação, sem aprofundamento da temática; INVENT: conjugação do verbo inventar em francês (1).	
	A Qualidade em Museus; problemática a esclarecer	A	Isabel Victor	0	2	INVENT: conjugação dos verbos inventar e reinventar.	
	Qu'est-ce que la qualité au juste?	A	Pierre Mayrand, Luisa Rogado	0	0		
	O Que é Que são Museus com Qualidade Pedagógica? O Museu Criativo como Alternativa à Educação Formal da Criança	A	Gabriela Cavaco	0	0		
	Gestão da Qualidade em Museus	A	António Ramos Pires	4	1	DOCUMENTA: documental (1); documentação (3) - citação, sem aprofundamento da temática; INVENT: inventariação (1).	
	A Importância dos Museus Locais em Portugal	A	Judite Primo	0	2	INVENT: inventariação (2) - citação, sem aprofundamento da temática.	
	O Paradoxo do Termo Avaliação em Museus, um Problema da Maior Relevância para a Museologia Contemporânea	A	Isabel Victor	1	1	DOCUMENTA: documentação (1) - citada como uma das ações do museu; INVENT: inventariada (1) - citação, sem aprofundamento da temática.	
	A Coleção do IPQ e o Público	A	Regina Pais	1	0	DOCUMENTA: documentação histórica (1) - uma das coleções do Instituto Português da Qualidade.	
A Qualidade em Organizações de Serviço na Área Social - Experiências e Reflexões	A	Maria da Glória Antunes, António Ramos Pires	4	1	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar (4) - refere-se a procedimentos, práticas, decisões e mecanismos documentados.		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2006 V.26 N.26	Capítulo I - Introdução	TD	Susana Menezes	0	0		
	Capítulo II - Do Museu e da Museologia		Susana Menezes	0	3	INVENT: conjugações do verbo inventar (1) e reinventar (2).	
	Capítulo III - Conservação e Memória		Susana Menezes	5	5	DOCUMENTA: documental (4); documentação (1) - citação sem aprofundamento da temática; INVENT: <i>inventory</i> (1); inventário (3); inventariação (1) - citação sem aprofundamento da temática.	
	Capítulo IV - Museu da Chapelaria. Memórias		Susana Menezes	25	6	DOCUMENTA: documentais (3); documentação (22) - sendo 15 frequências relacionadas ao Centro de Documentação do Museu da Chapelaria e 7 ao termo documentação, sem aprofundamento da temática.	
	Capítulo V - Conclusões		Susana Menezes	0	0		
	Bibliografia e Fontes		Susana Menezes	2	0	DOCUMENTA: documental (1) - referência bibliográfica; documentação (1) - Centro de Documentação do Museu da Chapelaria.	
	Anexos		Susana Menezes	0	0		
	Resumo / Abstract		Susana Menezes	0	0		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2007 V.27 N.27	Foreword - Museology: New Focuses/ New Challenges	Ed	Mário Canova Moutinho	0	0		
	The Creation Process of a Local Museum	A	Fernando João Moreira	1	0	DOCUMENTA: <i>documental collection</i> (1).	
	On the Concept of the Public: the local museums case	A	Fernando João Moreira	0	0		
	Museums and Quality, from the Concept of the Museum that Carries out Functions to the Museum that Provides Services	A	Isabel Victor	1	0	DOCUMENTA: <i>documental</i> (1).	
	To Think Museology Today	A	Judite Primo	-	-		Tradução do texto: Pensar Contemporaneamente a Museologia, presente no Volume 16.
	The Importance of Local Museum in Portugal	A	Judite Primo	-	-		Tradução do texto: A Importância dos Museus Locais em Portugal, presente no Volume 25.
	Museological Process: exclusion criteria	A	Maria Célia Teixeira Moura Santos	-	-		Tradução do texto: Processo Museológico: critérios de exclusão, presente no volume 18.
	Museology as a Pedagogy of Heritage	A	Maria Cristina Oliveira Bruno	4	0	DOCUMENTA: <i>documental</i> (2); <i>documentation</i> (2).	
	Museological Action's Main Fields	A	Maria Cristina Oliveira Bruno	1	0	DOCUMENT: <i>documentation</i> (1).	
	Memory and Power: two movements	A	Mario de Souza Chagas	-	-		Tradução do texto: Memória e Poder: dois movimentos, presente no volume 19.
	The Informal Museology	A	Mário Canova Moutinho	0	0		
The Construction of the Museological Object	A	Mário Canova Moutinho	-	-		Texto presente no volume 4.	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/ Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2007 V.28 N.28	Quelques Idées sur le Musée Comme Institution Politique	A	Hugues de Varine	0	0		
	Le Changement et les Institutions Culturelles et Muséologiques: L'ICOM et le changement	A	Piet J. M. Pouw	0	0		
	Museos y Normalización Política en la España PostFranquista	A	Ignacio Diaz Balerdi	0	2	INVENT: conjugação do verbo inventar em espanhol (2).	
	Evolving Definition of Sociomuseology: proposal for reflection	A	Mário Canova Moutinho	0	0		
	Le Musée Local de la Nouvelle Génération au Portugal, un pas en avant dans la gestion communautaire qualitative: essai d'interprétation épistémologique	A	Pierre Mayrand, Mário C. Moutinho	0	0		
	O Novo Museu das Gentes Brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários	A	Odalice Miranda Priosti, Hugues de Varine	2	5	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar (1); documental/documentais (1); INVENT: inventário (2) - citação, sem aprofundamento; conjugação do verbo inventar (3).	
	Caminhos e Percursos da Museologia Comunitária	A	Odalice Miranda Priosti, Yára Mattos	1	4	DOCUMENTA: documental (1); INVENT: inventário participativo (3); conjugação do verbo inventar (1).	Artigo 28 Classificado em: inventário participativo
	A Mudança na Cultura-Identidade, Interculturalidade e Híbridação Cultural	A	José Gabriel Pereira Bastos	0	0		
	Património-Governo-Complejidad: gobernar el patrimonio en la complejidad	A	Silvia Vesco	0	1	INVENT: conjugação do verbo inventar em espanhol (1).	
	Documentos Básicos de Museologia: principais conceitos	A	Judite Primo	0	0		
	Gestão Museológica e Sistemas de Qualidade	A	Ana Mercedes Stoffel Fernandes	6	2	DOCUMENTA: documentação (6) - a maioria das citações referem-se à documentação do sistema de qualidade. Uma única vez é citada como ação museológica, mas sem aprofundamento da temática; INVENT: inventário (1); inventariação (1).	
	Contribution Socio/conceptuelles au 12ème Atelier International du Minom	A	Pierre Mayrand	0	0		
	Téxte de Présentation sur les Concepts Muséologiques dans leurs Rapports avec le Systèmes Muséologiques Actuels Responsables de Bouversements: une double hystérie?	A	Pierre Mayrand	0	0		
	Problématique du XIIIe Atelier International, Lisbonne - Setubal 2007	A	Pierre Mayrand	0	0		
	Saisir le Changement du Mouvement	A	Pierre Mayrand	0	0		
	Essais de Terminologie de la Nouvelle Muséologie Sociale, Libérons le Concept	A	Pierre Mayrand	1	0	DOCUMENTA: <i>documentation</i> (1).	
Projet de Construction de Musées Communautaires au Burkina Faso: le musée de Léo	A	Alassane Waongo	0	4	INVENT: inventário do patrimônio cultural, em francês (4) - citado, mas sem aprofundamento da temática.		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCUMENTA	INVENT		
2007 V.28 N.28 CONT.	Projet d'un Musée de la Vie Quotidienne dans la Région de Tataquine (Tunisie)	A	Essifi Chokri	0	0		
	Projet de Réalisation d'un Eco Muse (Kassai Gorja) de Wanzerbe (Niger)	A	Ong Zaka Faba	0	3	INVENT: inventário participativo (1); inventário de coleções (2) - citação, sem aprofundamento da temática.	
	Projet d'Ecomusées et de Centre de Ressources Éducatives Autour du Parc National de Gorongosa (Mozambique)	A	Baldu Arquechande	0	1	INVENT: inventário (1).	
	Rapport d'Évaluation de la Banque Culturelles de Fombori (Mali)	A	Alassane Waongo	11	1	DOCUMENTA: <i>documentaire</i> (2), <i>documentation</i> (9) - citação sem aprofundamento da temática.	
	Le Musée, Forum de Citoyenneté, entre Opportunisme et Utopie	A	Julie Guillot-Courteville	1	0	DOCUMENTA: documentador museográfico (1).	
	El Museo como Fórum de Ciudadanía en el Mundo	A	Raúl Andrés Méndez Lugo	2	1	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar, em espanhol (2); INVENT: inventariar (1). Os termos documentar e inventariar foram empregados como ações museais, sem aprofundamento da temática.	
	10º Encuentro Estatal de Museos Comunitarios y Juntas Vecinales de Nayarit Centro Inah Nayarit Concepción, Método y Vinculación de la Museología Comunitaria	A	Raúl Andrés Méndez Lugo	2	1	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar (1); <i>documentación</i> (1); INVENT: inventário (1).	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2008 V.29 N.29	Presentation	TD	Paula Assunção dos Santos	0	0		
	Introduction		Paula Assunção dos Santos	0	0		
	Chapter 1 - The Relations between Museology and Community Development: society changes, museology changes		Paula Assunção dos Santos	2	6	DOCUMENTA: <i>documentation</i> (2); INVENT: inventário, em inglês (5); conjugação do verbo inventar, em inglês (1) - sem aprofundamento do tema	
	Chapter 2 - The Relations between Museology and Community Development: from the 90's and towards a new century		Paula Assunção dos Santos	4	4	DOCUMENTA: <i>documentation</i> (4) - citada, mas sem aprofundamento da temática. INVENT: inventário, em inglês (4) - sem aprofundamento do tema.	
	Chapter 3 - Museology and Community Development in the XXI Century		Paula Assunção dos Santos	1	2	DOCUMENTA: <i>documentation</i> (1); INVENT: inventário, em inglês (2 - sem aprofundamento do tema.	
	Conclusion		Paula Assunção dos Santos	0	0		
	Bibliography		Paula Assunção dos Santos	0	2	INVENT: inventário, em inglês (1) - referência bibliográfica; conjugação do verbo inventar, em inglês (1).	
2008 V.30 N.30	Prefácio	TD	Judite Primo	0	0		
	Introdução		Judite Primo	2	1	DOCUMENTA: documentação (2) - citada, mas sem aprofundamento da temática; INVENT: conjugação do verbo inventar (1).	
	Capítulo 1 - Enquadramento Teórico		Judite Primo	3	2	DOCUMENTA: documentar (1); documentação (3); INVENT: inventariação (1); inventariar (1).	Artigo 29 Classificado em: documento/objeto
	Conclusão - Em Jeito de Conclusão		Judite Primo	0	1	INVENT: conjugação do verbo inventar (1).	
	Capítulo 2 - A Museologia Contemporânea em Portugal		Judite Primo	0	2	INVENT: inventariação (2) - citação, sem aprofundamento da temática.	
	Capítulo 3- Análise do Projecto do Ecomuseu da Murtosa		Judite Primo	21	6	DOCUMENTA: documental/ documentais (10); documentação (11); INVENT: inventário (1); inventariar (1); inventariação (3); inventiva (1).	Artigo 30 Classificado em: estudos de caso
	Bibliografia; Lista de Abreviaturas; Índice de quadros; Índice de Mapas; Índice de Esquemas, Índice de Gráficos, Índice de Figuras, Índice de Matriz		Judite Primo	3	4	DOCUMENTA: documental (1); documentação, em espanhol (1); documentação (1) - referência bibliográfica; INVENT: inventário (3) - referências bibliográficas; inventar, em francês (1).	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2009 V.31 N.31	Introduction: libérons le concept	Ed	Pierre Mayrand	1	0	DOCUMENTA: centro de documentação, em francês (1).	
	Saisir la Mudance du Mouvement	A	Pierre Mayrand	0	0		
	Série: Musée selon la Muséologie Sociale	A	Pierre Mayrand	0	0		
	Série: Processus expositionnel selon la Muséologie Sociale	A	Pierre Mayrand	1	0	DOCUMENTA: documentação, em francês (1).	
	Série: Musée fabrique, musée communautaire (fragments)	A	Pierre Mayrand	0	0		
	Série Tirée des Essais de Mise en Commun de Termes en Vrac se Référant aux Acteurs, aux Notions Empruntées au Social, au Politique, à l'Éducation, à la Terminologie Courante de la Muséologie Adaptée aux Presupposés de la Muséologie Sociale	A	Pierre Mayrand	0	0		
	Série D'Essais Consacrés à la Typologie Elle-Même du Renouveau Muséologique, une Première Tentative, Nuancée Depuis, Reproduite dans "Documents pour Discussion" (Rencontre de Santa Cruz de Rio, Septembre 2004)	A	Pierre Mayrand	1	0	DOCUMENTA: centro de documentação, em francês (1).	
	Conclure la Série D'Essais Terminologiques proposés au Minom comme aux muséologues em général c'est Renvoyer tout le Monde dos à dos Afim d'Alimenter de Véritables Échanges	A	Pierre Mayrand	0	1	INVENT: invenção, em francês (1).	
	Chroniques d'un Altermuséologue	A	Pierre Mayrand	0	0		
Apêndice: Version Portugaise de la Série sur l'Exposition / A Revolução Museológica Faz-se a Partir da Exposição	N	Luisa Rogado	1	0	DOCUMENTA: documentação (1) - citação, sem aprofundamento da temática.		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2009 V.32 N.32	Introdução	TD	Isabel Margarida Melo	0	0		
	Inspirar Aprendizagens - Missão para os Museus do Século XXI		Isabel Margarida Melo	0	0		
	Museus e Qualidade - Intersecções e Divergências		Isabel Margarida Melo	1	0	DOCUMENTA: documental (1).	
	Contributos para uma Autoscopia Museal - Exercícios de Auto-Avaliação em Serviços Educativos		Isabel Margarida Melo	3	0	DOCUMENTA: documentado (1); documentação (2) - sem aprofundamento da temática.	
	Análise dos Princípios-Chave nos Museus Seleccionados		Isabel Margarida Melo	2	0	DOCUMENTA: documentação (2) - sem aprofundamento da temática.	
	Bibliografia; Fontes; Glossário; Índice Remissivo		Isabel Margarida Melo	1	0	DOCUMENTA: documentação (1).	
	Resumo / Abstract		Isabel Margarida Melo	0	0		
2009 V.33 N.33	Prêambulo	TD	Adolfo Samyn Nobre	0	0		
	Introdução		Adolfo Samyn Nobre	3	0	DOCUMENTA: pesquisa documental (1); Arquivo Documental Orosina Vieira (2).	
	Capítulo 1- Memória e Identidade: correlações e interferências		Adolfo Samyn Nobre	0	0		
	Considerações Finais; Referências, Lista de Figuras		Adolfo Samyn Nobre	1	0	DOCUMENTA: Arquivo Documental Orosina Vieira (1).	
	Capítulo 2 - O Lugar, os Narradores, a Instituição		Adolfo Samyn Nobre	9	0	DOCUMENTA: Arquivo Documental Orosina Vieira (6); documental (1); documentação (2) – no sentido de documento; prova.	
	Capítulo 3 - O Acervo em Questão		Adolfo Samyn Nobre	31	0	DOCUMENTA: documentário (2); Arquivo Documental Orosina Vieira (29).	
	Resumo / Abstract		Adolfo Samyn Nobre	4	0	DOCUMENTA: pesquisa documental (2); Arquivo Documental Orosina Vieira (2).	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2009 V.34 N.34	Introdução	TD	Pedro Manuel Figueiredo Cardoso Pereira	2	0	DOCUMENTA: documentação (2) - sistema de documentação para a comunicação museal (1); documentação como área (1) - citado, mas sem aprofundamento da temática.	
	O Museu Deverá Organizar-se para a Preservação ou para o Desenvolvimento?		Pedro Manuel Figueiredo Cardoso Pereira	5	1	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar (2); <i>documentaires</i> (1); documentação (2) - sem aprofundamento da temática.	
	Resumo/ Abstract		Pedro Manuel Figueiredo Cardoso Pereira	0	0		
	Poderá o Museu Dar Resposta a essa Exigência Simultânea de Desenvolvimento e de Preservação?		Pedro Manuel Figueiredo Cardoso Pereira	89	4	DOCUMENTA: documentalista (1); <i>documentation</i> (2); conjugação do verbo documentar (10); documentação (21); documental/documentais (55); INVENT: inventário (2), inventariação (1); inventar (1).	Artigo 31 Classificado em: digital e virtual
	No final desse Processo de Intervenção em que Estado Material e Conceptual, Ficará o Património?		Pedro Manuel Figueiredo Cardoso Pereira	12	5	DOCUMENTA: documental (2); conjugação do verbo documentar (5); documentação (4); INVENT: inventário (2); inventário em francês (1); verbo inventar, em francês (2). Sem aprofundamento de ambos os temas.	
	Conclusão		Pedro Manuel Figueiredo Cardoso Pereira	4	2	DOCUMENTA: documental (2); conjugação do verbo documentar (2); INVENT: <i>inventée</i> (1); <i>invention</i> (1).	
	Epílogo		Pedro Manuel Figueiredo Cardoso Pereira	1	0	DOCUMENTA: documentação (1).	
	Bibliografia		Pedro Manuel Figueiredo Cardoso Pereira	3	1	DOCUMENTA: documentação, em espanhol (2) e francês (1) - referências bibliográficas; INVENT: inventário (1) - referência bibliográfica.	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2010 V.35 N.35	Introdução	TD	Maria Lorena Sancho Querol	0	0		
	La Museología del Patrimonio Marítimo en Portugal		Maria Lorena Sancho Querol	32	10	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar, em espanhol (16); documentação (2); <i>documentación</i> (14); INVENT: <i>inventario</i> (4); conjugação do verbo inventariar em espanhol (6). Todos os termos foram empregados para descrever os museus visitados, sem aprofundamento da temática.	
	La Función Social del Museo de la Marina a lo Largo de su Historia		Maria Lorena Sancho Querol	11	3	DOCUMENTA: documental (2), conjugação do verbo documentar, em espanhol (6); <i>documentación</i> (4) - citação, mas sem aprofundamento do tema. INVENT: <i>inventario</i> (3).	
	El Museo de la Marina de Lisboa, Diagnóstico de la Situación Actual		Maria Lorena Sancho Querol	7	0	DOCUMENTA: documental, em espanhol (1), conjugação do verbo documentar, em espanhol (3), <i>documentación</i> (3) - citação, mas sem aprofundamento da temática.	
	Sugerencias Estratégicas de Actualización del Proyecto Museológico del Museo de la Marina		Maria Lorena Sancho Querol	2	1	DOCUMENTA: documentação (1); <i>documentando</i> (1) INVENT: inventário (1).	
	Bibliografía		Maria Lorena Sancho Querol	1	0	DOCUMENTA: <i>documentación</i> (1).	
	Conclusão		Maria Lorena Sancho Querol	0	0		
	Resumo / Abstract		Maria Lorena Sancho Querol	0	0		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2010 V.36 N.36	Prefácio à Edição em Língua Portuguesa	Ma	Mário Moutinho	-	-	O mecanismo de COMMAND + F não funcionou no documento. Provavelmente trata-se de uma imagem, e não um documento com OCR.	Artigo 32 Classificado em: digital e virtual
	A Versão do Manual de Normas em Português		Maria Luísa Monteiro da Silva, Paula Assunção dos Santos	-	-	O mecanismo de COMMAND + F não funcionou no documento. Provavelmente trata-se de uma imagem, e não um documento com OCR.	Artigo 33 Classificado em: digital e virtual
	Introdução		AFRICOM & ICOM	-	-	O mecanismo de COMMAND + F não funcionou no documento. Provavelmente trata-se de uma imagem, e não um documento com OCR.	Artigo 34 Classificado em: digital e virtual
	Normas - Ciências Humanas		AFRICOM & ICOM	-	-	O mecanismo de COMMAND + F não funcionou no documento. Provavelmente trata-se de uma imagem, e não um documento com OCR.	Artigo 35 Classificado em: digital e virtual
	Tradutores e Revisores da Versão Português/ Instituições Parceiras da Tradução		AFRICOM & ICOM	-	-	O mecanismo de COMMAND + F não funcionou no documento. Provavelmente trata-se de uma imagem, e não um documento com OCR.	
	Normas - Ciências Naturais		AFRICOM & ICOM	-	-	O mecanismo de COMMAND + F não funcionou no documento. Provavelmente trata-se de uma imagem, e não um documento com OCR.	Artigo 36 Classificado em: digital e virtual
2010 V.37 N.37	Introduction	Ed	Paula Assunção dos Santos	0	0		
	The New Professional: underdog or expert? New Museology in the 21 th Century	A	Wilke Heijnen	1	3	DOCUMENTA: documentação, em inglês (1); IN- VENT: verbos inventar e reinventar em inglês, (3).	
	Who Am I? An Identity Crisis Identity in Museologies and the Role of Museum Professional	A	Eduardo Giménez-Cassina	0	0		
	Lost in the Supermarket - The Tradicional Museums Challenges	A	Mariana Lamas	0	0		
	Societal Development and the Tradicional Museum: applying New Museology to a different context	A	Marjolein van der Vlies	1	0	DOCUMENTA: documentação, em inglês (1).	
	Transformative Museology	A	Rebecca Weldon	1	0	DOCUMENTA: documentação, em inglês (1).	
	Men change, and museums change	A	Maria Fernanda Pinheiro de Oliveira, Ciema Silva de Mello	0	0		
	Museu da Abolição, "The Museum that we want"	A	Adolfo Samyn Nobre	1	0	DOCUMENTA: documentação, em inglês (1).	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2010 V.38 N.38	Editorial	Ed	Paula Assunção dos Santos	0	0		
	ICOM 2010: half a century of changes and impasse	A	Pedro Cardoso	1	0	DOCUMENTA: documentação, em inglês (1).	
	The Community Museum: a space for the exercise of communal power	A	Teresa Morales Lersch, Ocampo Cuauhtémoc Camarena	0	2	INVENT: verbo inventar em inglês (2).	
	Museum memories and social movements	A	Mario Chagas	0	0		
	Musealising Hope: reflections on the saga of an artistic installation of human solidarity	A	Ana Mercedes Stoffel Fernandes	1	1	DOCUMENTA: documentação, em inglês (1); INVENT: verbo inventar em inglês (1).	
	Museum of the City of São Paulo: a new paradigm of city museums in the era of megalopolises	A	Maria Ignez Mantovani Franco	3	0	DOCUMENTA: vídeo-documentário, em inglês (2); documentação (1).	
	The Centre of Memories: work in progress. Case of the Michel Giacometti Labour Museum, Setúbal, Portugal	A	Isabel Victor	1	2	DOCUMENTA: documentação, em inglês (1); IN- VENT: inventário (1); verbo reinventar em inglês (1).	
	Give or Take: thoughts on museum collections as working tool and their connection with human beings	A	Paula Assunção dos Santos	0	0		
	Japan Ecomuseums: global models for concrete realities	A	Oscar Navaja	1	0	DOCUMENT: <i>documentary</i> (1).	
	Socio-cultural Visions of Interactivity within Museums	A	Angelina Tsitoura	0	0		
	Desire for Memory, Desire for Museums: the experience of the memory hotspots	A	Mario Chagas, Eneida Braga, Marcelle Pereira, Claudia Rose Ribeiro da Silva, Ines Gouveia, Wélcio de Toledo	0	13	INVENT: inventário participativo (12); conjugação do verbo inventar em inglês (1).	Artigo 37 Clas- sificado em: inventário participativo
	Global Models for Concrete Realities	A	Oscar Navaja	0	0		
	The Maré Museum: an integrated project of community development	A	Antônio Carlos Vieira Pinto, Claudia Rose Ribeiro da Silva, Lios Antonio Oliveira	0	0		
	Representing Traumatic Pasts at the District Six Museum	A	Bonita Bennett	0	0		
	Round Table Santiago do Chile ICOM, 1972	DR	ICOM	0	0		
Declaration of Quebec - Basic Principles of a New Museology 1984	DR	MINOM	0	0			
Evolving Definition of Sociomuseology	DR	Mário Moutinho	-	-		Texto presente no volume 28.	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2011 V.39 N.39	Introdução	TD	Luís Filipe Raposo Pereira	5	0	DOCUMENTA: fontes documentais; pesquisa documental (4); documentação, em inglês (1).	
	Capítulo I - Portugal na 1ª Metade do Século XX		Luís Filipe Raposo Pereira	4	1	DOCUMENTA: documentários (2); conjugação do verbo documentar (1); documentação (1) - citação sem aprofundamento da temática; INVENT: conjugação do verbo reinventar (1).	
	Capítulo II - Património Memória e Poder: expressão assumida pelos museus do Estado Novo		Luís Filipe Raposo Pereira	3	3	DOCUMENTA: documental (2); conjugação do verbo documentar (1); INVENT: inventariação (2); conjugação do verbo reinventar (1).	
	Capítulo III - Museu de Arte Popular		Luís Filipe Raposo Pereira	11	1	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar (5); documental (3); documentalmente (1); documentário (1); documentação (1) - citação sem aprofundamento da temática.	
	Conclusão		Luís Filipe Raposo Pereira	1	0	DOCUMENTA: documental (1).	
	Bibliografia		Luís Filipe Raposo Pereira	1	0	DOCUMENTA: documental (1).	
2011 V.40 N.40	Introdução	TD	Victor Chagas	9	3	DOCUMENTA: pesquisa documental (2); análise documental (1); Arquivo Documental Orozina Vieira (2); documental (1); documentação (3) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas; INVENT: inventariado (1); conjugação do verbo inventar (2).	
	Capítulo I - O Verbo (impressos: jornais União da Maré e O Cidadão)		Victor Chagas	6	1	DOCUMENTA: Arquivo Documental Orozina Vieira (2); documental (2); documentação (2); INVENT: conjugação do verbo inventar (1).	
	Capítulo II - O Som (radiofônicos: Rádio Maré e Progressiva FM)		Victor Chagas	2	0	DOCUMENTA: documental (1); documentação (1).	
	Capítulo III - A Fúria (multimídia: TV Maré e Museu da Maré)		Victor Chagas	10	1	DOCUMENTA: documentário (3); documental (3); Arquivo Documental Orozina Vieira (2); documentação (2); INVENT: conjugação do verbo inventar (1).	
	Conclusão - Por quê???		Victor Chagas	1	0	DOCUMENTA: documentar (1).	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2011 V.41 N.41	Museus, Memórias e Movimentos Sociais	A	Mario Chagas	0	0		
	The Local Population and Museums. An Analysis Based on the Used of Museums in The Alt Pirineu and Aran Region (Catalonia, Spain)	A	Gabriel Alcalde Gurt	2	0	DOCUMENTA: documentação, em francês (2) - referências bibliográficas.	
	Documentos Básicos de Museologia: principais conceitos	A	Judite Primo	-	-		Texto presente no volume 28
	Concepción, Método y Vinculación de la Museologia Comunitaria	A	Raul Andrés Méndez Lugo	2	1	DOCUMENTA: <i>documentación</i> (1), conjugação do verbo documentar, em espanhol (1); INVENT: inventário, em espanhol (1).	
	Política Local e Museologia: reflexões sobre a problemática da acção social dos museus inclusivos	A	Hélène Besançon	2	1	DOCUMENTA: documentação (2) - sem aprofundamento da temática; INVENT: inventariado (1).	
	Os Direitos Autorais e os Museus: o caso brasileiro	A	Andre Amud Botelho, Eneida Quadros Queiroz, Robson dos Santos, Sandro dos Santos Gomes, Vitor Rogerio Oliveira Rocha	0	2	INVENT: conjugação do verbo inventar (2).	
	Aprendizagens Não Formais em Ciências: contributos das actividades de um museu para a literacia científica	A	Ana Isabel Jorge Dias	1	0	DOCUMENTA: documental (1).	
	A Estrutura do Valor Patrimonial	A	Pedro Manuel Figueiredo Cardoso Pereira	0	0		
	Casa Muss-amb-iki - A Viagem Como um Elemento Catalisador dum Processo Museológico	A	Pedro Pereira Leite	0	1	INVENT: conjugação do verbo inventar (1).	
	Dos Museus do Vaticano aos Parques de Museus	A	Madalena Braz Teixeira	0	1	INVENT: inventariação (1).	
	Teoria das Representações Sociais: uma ferramenta para a análise de exposições museológicas	A	Aida Rechená	0	1	INVENT: inventariação (1).	
	Do Gueto à Partilha nos Museus do Algarve	A	Dália Paulo	1	3	DOCUMENTA: documentação (1); INVENT: inventário (2); conjugação do verbo inventariar (1).	
Para um Museu do Povo: a pedagogia Freinet aplicada em ecomuseus	A	Moana Campos Soto	1	0	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar (1).		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/ Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2012 V.42 N.42	Une Muséologie Nouvelle pour des Hommes Nouveaux: identités et globalisation	A	Alfredo Tinoco	2	1	DOCUMENTA: fundos documentais, em francês (1); <i>documentation</i> - sem aprofundamento da temática; INVENT: inventário, em francês (1).	
	Para uma Política de Preservação do Património Industrial em Portugal	A	Alfredo Tinoco	7	10	DOCUMENTA: documentação (7) - todas as citações se referem a centros de documentação; INVENT: inventários (3); inventariação (4) - sem aprofundamento da temática; inventores (3).	
	Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz (Projecto)	A	Alfredo Tinoco, Carlos Filipe, Ricardo Hipolito	0	0		
	Circuito Turístico: rota dos museus mineiros - faixa piritosa ibérica	A	Alfredo Tinoco	1	4	DOCUMENTA: documentação (1); INVENT: inventários (2); inventariar (1); inventariação (1).	
	A Arqueologia Mineira: território interdisciplinar	A	Alfredo Tinoco	3	3	DOCUMENTA: documentalística (1); documentalmente (1); documentação (1); IN- VENT: inventário (1); inventariar (1); inventariação (1) - sem aprofundamento da temática.	
	Crianças em Risco: a Museologia como instrumento educacional	A	Alfredo Tinoco	1	2	DOCUMENTA: documentação (1); IN- VENT: conjugação do verbo inventar (2).	
	Educação Patrimonial e Aprendizagens Curriculares - a História	A	Alfredo Tinoco	6	1	DOCUMENTA: documental/ documentais (4); documentação (2) - relacionado a centros de documentação; INVENT: inventariação (1).	
	Portugal na Exposição Universal de 1904 - O Padre Himalia e o Pirelióforo	A	Alfredo Tinoco	0	26	INVENT: sem relação com o contexto, pois todas as citações se referem aos termos invento, inventor e invenção.	
	Uma Escola, um Projecto e um Patrono o Dr. António Augusto Louro	A	Alfredo Tinoco	1	0	DOCUMENTA: documentação (1).	
	O Amor da Terra e o Amor das Gentes Lagos do Séc. XVII e do XX	A	Alfredo Tinoco	3	0	DOCUMENTA: documentação (3) - citação, sem aprofundamento da temática.	
	Confraria do Pão - Um Modelo de Museu Vivo?	A	Alfredo Tinoco	1	0	DOCUMENTA: documentação (1) - relacionado a centro de documentação.	
	XII Jornadas sobre a Função Social do Museu. Nazaré, 2000	A	Alfredo Tinoco	0	0		
	XIV Jornadas sobre a Função Social do Museu. Ourém, 2002	A	Alfredo Tinoco	0	0		
	XVI Jornadas sobre a Função Social do Museu. Montalegre, 2005	A	Alfredo Tinoco	0	1	INVENT: inventariação (1) - sem aprofundamento da temática.	
	XVII Jornadas sobre a Função Social do Museu. S. Brás de Aportel, 2006	A	Alfredo Tinoco	0	0		
XVIII Jornadas sobre a Função Social do Museu. Idanha-a-Nova, 2008	A	Alfredo Tinoco	0	0			
XIX Jornadas sobre a Função Social do Museu. Paços de Ferreira, 2009	A	Alfredo Tinoco	0	1	INVENT: inventariação (1) - sem aprofundamento da temática.		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2012 V.43 N.43	Efficiency and Social Inclusion: Implications for the Museum Profession	A	Anwar Tlili	0	0		
	Training for Museums and the National Charter for Museum Professions in Italy: a new prospective for development	A	Anna Maria Visser Travagli, Francesco Badia	0	1	INVENT: conjugação do verbo reinventar, em inglês (1).	
	Museum Studies Borderlands: negotiating curriculum and competencies	A	Lynne Teather	1	3	DOCUMENTA: documentação, em inglês (1); INVENT: conjugação do verbo inventariar, em inglês (1); termo invenção, em inglês (1) e a conjugação do verbo reinventar, em inglês (1).	
	Museums as Service Providers	A	Mário Moutinho	0	0		
	Response to Anwar Tlili's Paper —Efficiency and Social Inclusion: implications for the museum profession	A	Rainer Ruge	0	0		
	ICOM Switzerland Implication in Training Matters: last news	CS	Marie-Agnès Gainon-Court	0	0		
	The School of Museology Celje: regular, continuous, topical, quality form of education	CS	Andreja Rihter	0	0		
	The National Museum of Mongolia Successful Strategies and Lessons Learned	CS	Enkhnarar Sunde	0	0		
	Differentiation and Coordination within a Composite Training Policy Providing Efficient Support Namely to Isolated Museum Professionals	CS	Maria Olímpia Campagnolo, Henrique Coutinho Gouveia, Alberto Guerreiro, João Azenha, Ana Saraiva	0	0		
The Inclusive Process of Training in Social Museology: Alternative Museology in action in Carapaterira, Portugal	CS	Pierre Mayrand	0	0			
The Baltic Museology School – its Role in the Professional Education System	CS	Anita Jirgensone	0	0			

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2012 V.44 N.44	Prefácio	TD	Gabriela Ramos Figurelli	0	0		
	Introdução		Gabriela Ramos Figurelli	2	0	DOCUMENTA: pesquisa documental (2).	
	Capítulo I - Articulação entre Educação e Museologia		Gabriela Ramos Figurelli	0	1	INVENT: inventor (1).	
	Capítulo II - Pinacoteca do Estado de São Paulo		Gabriela Ramos Figurelli	8	0	DOCUMENTA: documental (2); documentário (1); documentação (4) - sendo 2 citações a centros de documentação.	
	Capítulo III - Programa Educativo Consciência Funcional		Gabriela Ramos Figurelli	1	0	DOCUMENTA: documentar (1).	
	Capítulo IV - Considerações sobre o Programa Educativo Consciência Funcional		Gabriela Ramos Figurelli	2	0	DOCUMENTA: documental (1); conjugação do verbo documentar (1).	
	Conclusão		Gabriela Ramos Figurelli	2	1	DOCUMENTA: documentais (1); documentar (1); INVENT: inventividade (1).	
	Bibliografia		Gabriela Ramos Figurelli	1	0	DOCUMENTA: documentação (1) - referência bibliográfica.	
	Apêndices e Anexos		Gabriela Ramos Figurelli	5	1	DOCUMENTA: documental (2); conjugação do verbo documentar (1); documentação (2); INVENT: inventividade (1).	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2013 V.45 N. 1	A Reorganização dos Cadernos de Sociomuseologia Nova Série nº 1-2013 vol. 45	Ed	Mário Moutinho	0	0		
	Concepts and Methodology in the Exhibition "Baixa em Tempo Real" Lisbon-Rio de Janeiro	A	Mário Moutinho	10	1	DOCUMENTA: documentação, em inglês (10) - relacionada à exposição. INVENT: inventário, em inglês (1).	
	A Museologia Itinerante: uma perspectiva histórica	A	Denise Xavier	0	0		
	O Museu como Agente de Transformação – A Inclusão Cultural	A	Maria Faria Gomes, Marcelo Cunha	0	0		
	Todos Temos Problemas... Museus Etnográficos e Desenvolvimento na Europa “Ocidental”	A	Paula Assunção	0	0		
	A crise de Identidade do Museu: ensaio sobre o “ser ou não ser” dos museus	A	Nilo Cerqueira	1	0	DOCUMENTA: documentação (1).	
	Sociomuseologia e Género: imagens da mulher em exposições de museus portugueses - Aida Recheda	TDr	Conselho Editorial	0	0		
	Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira - Camila de Moraes Wichers	TDr	Conselho Editorial	0	0		
	Teyque'pe' Integrando as Referências Patrimoniais - Dayse de Moraes	TDr	Conselho Editorial	0	0		
	Elaboração e Viabilidade de um Museu de Teatro na Cidade de São Paulo - Fausto Poço de Viana	TDr	Conselho Editorial	0	0		
O Turismo e os Museus nas Estratégias e nas Práticas de Desenvolvimento Territorial - Fernando J. Moreira	TDr	Conselho Editorial	0	0			
O Uso de Energias Renováveis em Edifícios de Museus - Manuel Furtado Mendes	TDr	Conselho Editorial	0	0			

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2013 V.46 N.2	Editorial dos Cadernos de Sociomuseologia Nova Série 2-2013 (vol.46)	Ed	Mário Moutinho	0	1	INVENT: inventário participativo (1).	
	Museus em Movimento: uma análise sobre experiências museológicas itinerantes	A	Denise Xavier	1	0	DOCUMENTA: documentário (1).	
	Museus, Híbridação Cultural e Novas Territorialidades	A	Judite Primo	1	0	DOCUMENTA: documentação (1).	
	O Público Interno dos Museus: reflexões sobre os funcionários de museus enquanto público-alvo das ações educativas museológicas	A	Gabriela Ramos Figurelli	0	0		
	Interação Patrimônio, Comunicação Museológica e Aprendizagem	A	Vera Rangel	0	0		
	Estratégias Museológicas Participativas: refletindo e atuando em Sociomuseologia	A	Raquel Janeirinho	1	29	DOCUMENTA: <i>documentación</i> (1); INVENT: co-inventariante (1); inventariante (1); conjugação do verbo inventariar (1); inventariação (4); inventário participativo (11); inventário participativo, em inglês (3); inventário, em inglês (1); inventário (7) - sendo 1 frequência referente a referência bibliográfica.	Artigo 38 Classificado em inventário participativo
	Os Acervos dos Museus no Ciberespaço: compartilhamento e (des) informação	A	Jose Claudio Oliveira	14	0	DOCUMENTA: pesquisa documental (1); documentador (2); sistema de documentação (6); documentação (5) - no sentido pesquisado nesta tese.	Artigo 39 Classificado em digital e virtual
	Casa Muss-amb-ike: o compromisso no processo museológico - Pedro Leite	TDr	Conselho Editorial	0	0		
	O Patrimônio Perante o Desenvolvimento - Pedro Cardoso	TDr	Conselho Editorial	0	0		
	Energias Renováveis e Novas Tecnologias: sustentabilidade energética nos museus - Francisco F. Ferreira	TDr	Conselho Editorial	0	0		
Um Museu na Cidade: representações sociais de uma unidade museológica em transformação no centro de Lisboa - Gabriela Cavaco	TDr	Conselho Editorial	0	0			
Musealização do Patrimônio Arquitetônico: inclusão social, identidade e cidadania. Museu Vivo da Memória Candanga - Maria Cecília Gabriele	TDr	Conselho Editorial	0	0			

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2014 V.47 N.3	Editorial dos Cadernos de Sociomuseologia Nova Série 3-2014 (vol. 47)	Ed	Mário Moutinho	0	0		
	O Social como Objecto da Museologia	A	Judite Primo	0	1	INVENT: inventada (1).	
	Museus: engajamento e colaboração	A	Maria Ignez Mantovani	0	0		
	Entre Políticos e Mestres de Cultura Popular: discurso, poder e ideologia nos museus	A	Átila Tolentino	0	2	INVENT: inventado (1) e reinventado (1).	
	Museu, Patrimônio e Cidade: camadas de sentido em Paraty	A	Mario Chagas, Claudia Storino	0	0		
	O Museu do MST e a Emergência de uma Nova Museologia	A	Maria Chaves	1	0	DOCUMENTA: documentário (1).	
	Restituição dos Bens Culturais Retirados no Contexto do Colonialismo: instrumento de desenvolvimento e de diálogo intercultural	A	Carlos Serrano	0	4	INVENT: inventário (2); inventariar (1); inventariada (1).	
	Patrimônios e Museus: Políticas Públicas Culturais no Brasil	A	Nilo Cerqueira	1	0	DOCUMENTA: documentação (1).	
	Museu da Cidade de São Paulo: um novo olhar da Sociomuseologia para uma megacidade - Maria Ignez Mantovani	TDr	Conselho Editorial	0	0		
	Museus da Imagem e do Som: o desafio do processo de musealização dos acervos audiovisuais no Brasil - Tânia Mendonça	TDr	Conselho Editorial	0	0		
	Redes em Teias Museológicas: Sociomuseologia, redes museológicas locais, e o Museu do Território de Alcanena - Daniel Café	TDr	Conselho Editorial	0	0		
	Modernização em Museus: Museu Histórico Nacional e Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro, Brasil) - Maria da Conceição Guimarães	TDr	Conselho Editorial	0	0		
El Patrimonio Cultural Inmaterial y la Sociomuseología: estudio sobre inventarios - Lorena Querol	TDr	Conselho Editorial	0	17	INVENT: inventário (6); inventariante (2); inventariação (1); inventário participativo (1); inventário, em espanhol (5); inventariação, em espanhol (1); inventário participativo, em espanhol (1)	Artigo 40 Classificado em inventário participativo	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2014 V.48 N.4	Editorial	Ed	Mário Moutinho	0	0		
	Imagens que Valem Mil Palavras... A Experiência do Arquivo de Memórias do Museu de São Brás	A	Lorena Sancho Querol, Emanuel Sancho	6	3	DOCUMENTA: emprego do verbo documentar (3); documentação (3) - sem aprofundamento da temática.	
	Cartas de Navegação: planeamento museológico em mar revolto	A	Manuelina Maria Cândido	1	0	DOCUMENTA: documentação, em francês (1) - referência bibliográfica.	
	Dos Gabinetes de Curiosidade aos Museus Comunitários: a construção de uma conceção museal à serviço da transformação social	A	Moana Soto	3	0	DOCUMENTA: documental (2); centro de documentação (1).	
	Uma Reflexão sobre o Processo de Musealização: o património imaterial nos espaços museais	A	Priscila Maria de Jesus	4	1	DOCUMENTA: documentais (1); documentação (3) - sem aprofundamento da temática.	
	'Diz-me como Ages, Dir-te-ei Quem És': João Couto e a génese do Museu -Biblioteca Condes de Castro de Guimarães, em Cascais	A	Maria Mota Almeida	1	0	DOCUMENTA: documental (1).	
	Entre o Paralelo 20 e o 30 – Analisando e Propondo Políticas Públicas para Museus no Sul do Brasil (2012)	TDr	Márcia Bertotto	0	0		
	Um Museu-Biblioteca em Cascais: pioneirismo mediado pela ação cultural e educativa (2012)	TDr	Maria Mota Almeida	0	0		
	Planejamento e Avaliação nos Processos de Comunicação e Educação - Museus de Futebol no Brasil (2012)	TDr	Vera Sperandio Rangel	0	0		
	Desenvolvimento do Público Interno. Uma Proposta de Metodologia para um Programa Educativo Direcionado aos Funcionários de Museu (2013)	TDr	Gabriela Ramos Figurelli	0	0		
A Comunicação Educativa como Factor de (Re)Valorização do Património Arqueológico - Boas Práticas em Museus de Arqueologia Portugueses (2014)	TDr	Mario Nuno Antas	0	0			

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2015 V.49 N.5	Editorial	Ed	Mário Moutinho	0	0		
	Perspectivas e Práticas do Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa	A	Moysés Marcionilo de Siqueira Neto, Laetitia Valadares Jourdan	2	2	DOCUMENTA: documental (1); documentação (1); INVENT: inventário (2) - sem aprofundamento da temática.	
	Representações do Brasil em Museus de Portugal	A	Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, Mário Moutinho	1	0	DOCUMENTA: documental (1).	
	Valorização e Musealização do Patrimônio no Meio Urbano: caso de pinturas murais públicas da cidade de Lisboa	A	Catarina Figueiredo	2	0	DOCUMENTA: documentação (2) - sendo 1 frequência relativa à referência bibliográfica.	
	Internal Influences in the Repatriation Movement: possible future directions with a focus on indigenous cultural property	A	Erin H. Caswell	1	0	DOCUMENTA: documentação, em inglês (1).	
	Olhares Biográficos em Museologia: os desafios da intersubjetividade	A	Judite Santos Primo, Pedro Pereira Leite	0	1	INVENT: inventada (1).	
	Realidade Aumentada Aplicada à Museologia	TDr	Ana Moutinho	0	0		
	Sustentabilidade Transdisciplinar - Inteira como Sociomuseologia. A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro	TDr	Delambre Ramos Oliveira	0	0		
	O Fascínio do Patrimônio e dos Museus: entrevista com Hugues de Varine	Ent	Ana Carvalho, Hugues de Varine	0	4	INVENT: inventário participativo (1); inventa (2) e inventar (1).	Artigo 41 Classificado em: inventário participativo
Museus para o Século XXI	R	Sandra Coelho	0	0			

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2015 V.50 N.6	Editorial	Ed	Mário Moutinho	0	0		
	Museologia Social e Sociologia das Ausências no Contexto da Amazônia Brasileira: uma aproximação teórica	A	Marcelle Pereira	0	4	INVENT: inventado (2); reinventado (2).	
	Em Direção ao Museu Ubíquo: uma realidade ou ainda uma utopia?	A	Maria Messias	2	0	DOCUMENTA: documental (1); documentação (1).	
	A Difícil Memória: musealização do Hospital Colônia Itapuã, RS, Brasil	A	Maria Leticia Mazzucchi Ferreira, Juliane Conceição Primon Serres	5	0	DOCUMENTA: documentais (1); documentação (4) – sendo 3 frequências referentes a centros de documentação.	
	A Declaração MINOM Rio 2013 – Tratado “Sustentável” e “Pró-Vocativo” no Início do Século XXI	A	Delambre Ramos Oliveira	2	0	DOCUMENTA: documentário (1); documentação (1).	
	Os Serviços Educativos em Museus Portugueses: uma contextualização histórica	A	Gabriela Ramos Figurelli	4	0	DOCUMENTA: documentação, em inglês (1); documentação (3) - sem aprofundamento da temática.	
	A Potencialidade dos Lugares da Memória sob uma Perspectiva Museológica Processual: um estudo de caso. O Memorial da Resistência de São Paulo. (2011)	TDr	Katia Filipini	0	0		
	Património, Museologia e Participação: estratégias museológicas participativas no Concelho de Peniche	TDr	Raquel Janeirinho	0	5	INVENT: inventário participativo (2); inventário participativo, em inglês (2); inventário em inglês (1).	Artigo 42 Classificado em: inventário participativo
	Declaração MINOM - Rio de Janeiro 2013	DR		0	0		No site a autoria é atribuída a Mário Moutinho.
	Declaração MINOM - Moura 2014	DR		0	0		No site a autoria é atribuída a Mário Moutinho.
Declaração MINOM - La Habana, 2014	DR		0	0		No site a autoria é atribuída a Mário Moutinho.	

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2016 V.51 N.7	Editorial	Ed	Mário Moutinho	0	0		
	Museus Locais: fronteiras reais e imaginárias	A	Judite Primo	1	0	DOCUMENTA: documentação (1).	
	Os Cadernos de Sociomuseologia 1993-2012: da Nova Museologia à Sociomuseologia	A	Gabriela Ramos Figurelli e Mário Moutinho	1	0	DOCUMENTA: documentação (1) referência ao volume 14, dos Cadernos de Sociomuseologia.	No site a autoria é atribuída apenas a Gabriela Ramos Figurelli.
	Sociomuseologia e Arqueologia Pós-Processual: conexões no contexto brasileiro contemporâneo	A	Camila Moraes Wichers	0	2	INVENT: inventariar (1); conjugação do verbo inventar (1).	
	A Economia do Património e o Turismo	A	António Queirós	2	1	DOCUMENTA: conjugação do verbo documentar (2); INVENT: invenção, em inglês (1).	
	A Exposição Escolar: uma nova imagem para o século XXI	A	Patrícia Veiga Mousinho	1	0	DOCUMENTA: documentação (1).	
	A Arqueologia na Formação do Museólogo: um olhar a partir do Curso de Museologia (1932-2010)	A	Alejandra Saladino	3	0	DOCUMENTA: documental (2); documentação (1) - sem aprofundamento da temática.	
	Musealização em Projectos de Arqueologia Consultiva: Perspectivas Patrimoniais para a Estrada de Ferro Carajás (MA/PA)	TDr	Maria Carmo Santos	0	0		
Musealização do Patrimônio Arquitetônico: inclusão social, identidade e cidadania Museu Vivo da Memória Candanga	TDr	Maria Cecília Gabriele	0	0			

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2016 V.52 N.8	Museus-Casas: um olhar fenomenológico	A	Ana Zarco Câmara	0	0		
	Museologia Social: apontamentos históricos e conceituais	A	Atila Bezerra Tolentino	0	0		
	Entre silêncios e esquecimentos: o Museu do Homem Sergipano, Brasil (2009-2013)	A	Janaina Cardoso Mello	2	1	DOCUMENTA: documentação (2) - sem aprofundamento da temática; INVENT: inventada (1).	
	The Afro Brazil Museum: its approach and contribution to the representation of Afro-Brazilians in modern Brazil	A	Jessica Norberto Rocha	0	0		
	O Espaço Museológico Pautado pelas Perspectivas Fenomenológicas e Interdisciplinares	A	Luciana Pasqualucci	1	0	DOCUMENTA: documentação (1) - referência bibliográfica.	
	Trabalho e Precarização nos Museus Brasileiros: uma análise introdutória	A	Wagner Miquéias	0	0		
	O Museu do Holocausto de Curitiba sob a perspectiva da Museologia Contemporânea (Mestrado)	TDr	Daniela Vicedomin Coelho	0	0		
Política Pública para Museus no Brasil: o lugar do Sistema Brasileiro de Museus na Política Nacional de Museus	TDr	Simone Flores Monteiro	0	0			

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2017 V.53 N.9	Editorial	Ed	Judite Primo, Mário Moutinho	0	0		
	Breve Panorama do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia - 2013 a 2016	A	Joseania Miranda Freitas, Marcelo N.B. Cunha, Maria G. Teixeira	6	2	DOCUMENTA: documentais (1); conjugação do verbo documentar (1); documentação (4) - títulos de trabalhos acadêmicos e nome do mestrado realizado por professora da UFBA; INVENT: inventário (2) - títulos de trabalhos acadêmicos.	
	Uma Coleção-Documento: estudo da coleção de cópias em gesso de arte centro-africana do Museu Afro-Brasileiro-UFBA- primeiras notícias de pesquisa	A	Joseania Miranda Freitas	11	0	DOCUMENTA: documental/documentais (3); documentação, em inglês (1); documentação (7) - relacionados à ficha de documentação da coleção e a "silêncios na documentação".	Artigo 43 Classificado em: estudos de caso
	Rotas de Investigação sobre a Formação do Patrimônio Cultural da Bahia	A	Suely Moraes Ceravolo	9	2	DOCUMENTA: documental/documentais (7); documentação (1) - sem aprofundamento da temática; INVENT: inventar (2).	
	Patrimonialização: silêncios e escuta museológica	A	Sidélia S Teixeira	3	0	DOCUMENTA: verbo documentar (1); documentação (2).	
	De Portugal às Américas: a tradição ex-votiva	A	José Cláudio Oliveira	1	0	DOCUMENTA: documental (1).	
	Memória Afro, Identidade, Territorialidade e Espaços Museais	A	Cecília C. M. Soares	0	1	INVENT: inventar (1).	
	Revisitando a Relação entre Museu e Comunicação	A	Mary Weinstein	0	0		
	Atingindo o Infinito: combinatória e aleatoriedade na obra de Jesús Soto	A	Mariela B. Hernández	0	0		
	Memórias sobre as Reflexões da (não) Perenidade nos Museus: a aquisição e a documentação nos Salões de Arte da Bahia	A	Anna Paula da Silva	50	1	DOCUMENTA: uso do verbo documentar (3); documental/documentais (5); documentação, em inglês (2); documentação, em espanhol (2) - referências bibliográficas; documentação (38); INVENT: inventário (1).	Artigo 44 Classificado em: estudos de caso
	Não Me Olhe Como Vê: o não lugar das memórias, narrativas e trajetórias das mulheres negras nos museus de Salvador	A	Joana A. Flores Silva	2	1	DOCUMENTA: documentais (1); verbo documentar (1); INVENT: inventar (1).	
	Desinventar Objetos: a poética de Manoel de Barros e a gramática das exposições museológicas	A	Clovis C Brito	2	21	DOCUMENTA: documentação (2); INVENT: conjugação dos verbos inventar, reinventar e des-inventar (21).	
	Virtual ou Não: eis a questão! – conceitos fundamentais para a (des)construção de um museu dito “virtual”	A	Zamana Brisa	1	1	DOCUMENTA: documentação (1); INVENT: verbo inventar (1).	
Abordagens e Discussões sobre o Espaço Museal, a Patrimonialização e a Comunicação Cultural no Estudo Comparativo entre Museu e Sala de Milagres do Santuário do Bomfim, em Salvador, Ba	A	Genivalda C. Silva	0	0			
Trajes do Clero: diálogos sobre patrimônio, poder e comunicação	A	Renilda S. Vale	3	1	DOCUMENTA: documentação (3) - sendo 2 referências bibliográficas; INVENT: inventário (1).		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2017 V.54 N.10	Editorial	Ed	Mário Moutinho	0	0		
	Museu das Remoções da Vila Autódromo: resistência criativa à construção da cidade neoliberal	A	Diana Bogado	0	2	INVENT: conjugação dos verbos inventar e reinventar (2).	
	Museologia e Comunidades LGBT: mapeamento de ações de superação das fobias à diversidade em museus e iniciativas comunitárias do globo	A	Jean Baptista, Tony Boita	3	1	DOCUMENTA: documentário (1); documentação (2) - 1 frequência refere-se ao nome de um centro de documentação, e a outra, a uma referência bibliográfica; INVENT: inventário (1).	
	O Canto - Análise Multidimensional da Cultura Imaterial. Validação da versão do Singing Voice Handicap Index (SVHI), em língua portuguesa de Portugal e do Modelo Hermenêutico/interpretativo de Agustin Escolano Benito	A	Maria Capucho, Luisa Janeirinho	0	1	INVENT: inventariada (1).	
	Museus e Arqueologia: algumas reflexões	A	Alejandra Saladino	3	2	DOCUMENTA: documentação (3) - sem aprofundamento da temática; INVENT: inventário (1); verbo inventar (1).	
	O Lugar das Comunidades na Preservação do Património Arqueológico. Um Projeto de Investigação	A	Maria Cândido	2	3	DOCUMENTA: uso do verbo documentar (2); INVENT: inventário (1); verbo inventar, em inglês (2).	
	O Futebol na Construção das Representações Identitárias nos Museus	A	Lúcia Alegrias	4	2	DOCUMENTA: documental/documentais (3); documentação (1); INVENT: inventário (1); verbo reinventar, em inglês (1).	
	MINOM: 30 anos de Museologia em favor dos Direitos Humanos	A	Mário Moutinho	0	0		
Breves Considerações sobre a Genealogia e o Significado da Recomendação sobre a Proteção e a Promoção dos Museus e Coleções, de sua diversidade e de sua função na sociedade Paris, 20 de novembro de 2015	DR	Conselho Editorial	0	3	INVENT: inventário (3).		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2018 V. 55 N.11	Participação Comunitária e Identidade Territorial na Gestão de Museus: A Mobilização Museológica Organizacional e Interorganizacional	A	Hilda Barbara Maia Cezário, Eduardo Davel	2	1	DOCUMENTA: documental (2); INVENT: inventário (1) - referência bibliográfica.	
	Democracia, política e participação: a museóloga Waldisa Rússio	A	Inês Gouveia	6	1	DOCUMENTA: documental (1); documentação (5) - 2 frequências relacionadas a testemunho escrito/prova e 3 frequências a centro de documentação.	
	A Museologia e a Construção de sua Dimensão Social: olhares e caminhos	A	Mario Chagas, Judite Primo, Claudia Storino, Paula Assunção	2	3	DOCUMENTA: documentação (1); INVENT: uso dos verbos inventar (2) e reinventar (1).	
	Apontamentos para uma Museologia Marxista: a exposição Linha de Frente	A	Carlos Serrano Ferreira, Moana Soto	0	1	INVENT: uso do verbo inventar (1)	
	O lugar dos museus e o direito à cidade: um estudo sobre espaço, tempo e trabalho	A	Wagner Miqéias Damasceno	0	3	INVENT: uso dos verbos inventar (1) e reinventar (2).	
	Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais	A	Joana D'Arc Fernandes Ferraz, Lucas Pacheco Campos	0	0		
	A presença africana e afro-brasileira nos museus de Santa Catarina	TDr	Maristela Simão	0	0		
	Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal	TDr	Marcele Regina Pereira	0	0		
Editorial	Ed	Conselho Editorial	0	0			

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2018 V. 56 N.12	Editorial	Ed	Mário Moutinho	-	-		Até o dia 03/01/2020 o PDF não estava disponível no site.
	Consideraciones en torno a las leyes que protegen el patrimonio cultural en Cuba	A	Ana Valdés Millán	1	0	DOCUMENTA: documental (1).	
	O amor como caminho: ao encontro da educação e do património cultural	A	Luísa Janeirinho	0	0		
	Os museus virtuais: conceito e configurações	A	Rosali Maria Nunes Henriques	0	1	INVENT: inventário (1).	
	Diálogos entre a Capoeira e a Museologia Social	A	Suzy da Silva Santos	1	0	DOCUMENTA: documentalista (1) - currículo da autora.	
	Prospecções sobre a relação entre as comunidades do bairro Reis Católicos (Alcalá de Henares, Madrid) e seus bens arqueológicos	A	Alejandra Saladino, Alicia Castillo-Mena	0	1	INVENT: Inventário Nacional de Registro de Referências Culturais do IPHAN (Brasil)	
	Museu Colonial de Luanda, 1907-1910: Sustentáculo de Reprodução e Apologia de Soberania Imperial	TDr	Antonio Lino Rodrigo	0	0		
	Valorização e Musealização do Património no Meio Urbano	TDr	Maria Catarina Figueiredo	0	0		
A poética da existência nas margens: percursos de uma museóloga-poeta pelos circuitos artísticos da Lisboa Africana.	TDr	Luzia Gomes	0	0			

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2019 V. 57 N.13	Editorial	Ed	Mário Moutinho	0	0		
	Quadro estratégico para a Sustentabilidade, Inhotim, Brasil	A	Jean Hilgersom	0	0		
	Museus: agentes de inovação e de transformação	A	Maria Mantovani Franco	2	2	DOCUMENT: documentário (1); documentais (2); INVENT: conjugação do verbo reinventar (2).	
	Futebol: o campo das palavras a experiência de um Museu do Futebol em São Paulo, Brasil	A	Leonel Kaz	1	4	DOCUMENT: conjugação do verbo documentar (1); IN- VENT: conjugação do verbo reinventar (1); inventiva (1); inventa (1); inventor (1).	
	Museus e sustentabilidade ambiental	A	Manuel Furtado Mendes	0	0		
	Por uma arquitetura ao serviço da museologia contemporânea	A	Mário Moutinho	1	0	DOCUMENT: documentação (1).	
	Arquitetura e espaços museológicos: experiências a partir do plano de requalificação do núcleo arquitetônico histórico de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro	A	José Marcos Pinheiro, Diego Vaz Bevilaqua, Rosana S. Zouain	2	0	DOCUMENT: documentação (2);	
	Documentação	Do	-	0	0		

Rose Moreira de Miranda
Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal

Ano/Vol. /Nº	Texto	Tipo	Autora/Autor	Termos de busca		Qual o contexto do termo na frase?	Observações
				DOCU- MENTA	INVENT		
2019 V.58 N.14	Os Desafios Contemporâneos na Investigação em Sociomuseologia	A	Judite Primo	1	0	DOCUMENTA: documental (1).	
	Desafios na preservação do patrimônio afro-brasileiro no MAFRO/UFBA	A	Maria Teixeira	18	0	DOCUMENTA: documentação (16).	Artigo 45 Classificado em: estudos de caso
	A origem indiana do povo Romani como mito fundador nos museus da Europa Oriental	A	Douglas Neander Sambati	0	0		
	O uso da dimensão social da memória como instrumento emancipatório em comunidades em situação de vulnerabilidade sociocultural	A	Diana Bogado	1	1	DOCUMENTA: documentário (1); INVENT: <i>invented</i> (1).	
	Acervos etnográficos do Museu Nacional: preservação digital como sugestão pós incêndio	A	Bianca França	9	2	DOCUMENTA: conjunto documental (2); massa documental (2); Documenta Etnológica (2); documentar (1); documentação (2) - sem aprofundamento da temática; INVENT: inventários (2) - sem aprofundamento da temática.	
	Escola Nova e Leontina Busch: Museus Escolares e Museus Histórico-Pedagógicos no Estado de São Paulo entre as décadas de 1930 e 1970	A	Adel Igor Pausini	0	1	INVENT: inventado (1)	
	Propuesta de Estrategia para el Sistema Provincial de Museos de Guantánamo, República de Cuba (PhD 2018)	TDr	Ana Valdés Millan	0	0		
	A educação museal na perspectiva da sociomuseologia: proposta para uma cartografia de um campo em formação (PhD 2019)	TDr	Juliana de Siqueira	0	1	INVENT: <i>inventions</i> (1).	
	Política Pública para Museus no Brasil: o lugar do Sistema Brasileiro de Museus na Política Nacional de Museus (PhD 2016)	TDr	Simone Flores	0	0		
O Museu do Holocausto de Curitiba sob a perspectiva da Museologia Contemporânea (Mestrado 2015)	TDr	Daniela Vicedomini Coelho	0	0			